

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA
DOUTORADO

**ASSENTAMENTOS RURAIS E DESENVOLVIMENTO:
EM BUSCA DE SENTIDO – *O PROJETO LUMIAR NA PARAÍBA***

Genaro Ieno Neto

João Pessoa/PB
2005

Genaro Ieno Neto

**ASSENTAMENTOS RURAIS E DESENVOLVIMENTO:
EM BUSCA DE SENTIDO – *O PROJETO LUMIAR NA PARAÍBA***

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal da Paraíba e da Universidade Federal de Campina Grande, sob a orientação da Professora Dra. Marilda Aparecida de Menezes, como requisito para a obtenção do grau de Doutor.

**João Pessoa/PB
2005**

Genaro Ieno Neto

**ASSENTAMENTOS RURAIS E DESENVOLVIMENTO:
EM BUSCA DE SENTIDO – *O PROJETO LUMIAR NA PARAÍBA***

BANCA EXAMINADORA

Professora Dra. Marilda Aparecida de Menezes (Orientadora/UFCG)

Professor Dr. Eliano Sérgio Azevedo Lopes (UFSE/NPPCS)

Professora Dra. Emília D’Rodat F. Moreira (UFPB)

Professor Dr. Fernando Garcia de Oliveira (UFCG)

Professora Dra. Ghislaine Duqué (UFCG/PPGS)

I 22 a Ieno Neto, Genaro

Assentamentos rurais e desenvolvimento: em busca de sentido – o Projeto Lumiar na Paraíba./Genaro Ieno Neto. – João Pessoa, 2005. 386p.: il.-

Orientadora: Marilda Aparecida de Menezes.

Tese (doutorado) – UFPB/CCHLA/PPGS

1. Reforma agrária 2. Assentamentos rurais 3. Assistência técnica e extensão rural 4. Sociologia rural

UFPB/BC

CDU 332.021.8 (043)

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho:

- à memória de lutadores do povo, que se foram, mas continuam presentes em nossas cabeças e corações, aqui representados por João Pedro Teixeira, das Ligas Camponesas de Sapé/PB; Manoel Frade, de Mucatu (Alhandra/PB); Maria Romão, de Mata da Chica (Conde/PB); Antonio de Oliveira Pinto, de Capim de Cheiro (Caaporã/PB); Geraldo Gonçalo de Lima, de Canguaretama/RN e de tantos outros lugares; Apolônio de Carvalho, do Brasil, da Espanha e de todas as terras onde havia luta pela dignidade humana; ...

- à memória de meus pais, irmão e irmã.

- aos lutadores do povo que estão aí e que continuam, alimentando o sonho de uma terra fecundada pela generosidade humana, como Elizabete Teixeira, que leva a luta de seu companheiro João Pedro Teixeira adiante; Antônio Amâncio, Damião Cardoso, José Cardoso, todos de Mucatu (Alhandra/PB), militantes da reforma agrária desde os tempos das Ligas Camponesas; ...

- aos que, hoje, continuam ajudando a levar essa luta adiante e que estiveram no início da retomada da luta pela terra na Paraíba, em 1974, com quem tive o prazer de conviver desde esse tempo, como minha companheira de todas as lutas Gláucia Maria de Luna; as amigas Irmã Tonny; Irmã Marlene; Salete Horácio; Socorro Barbosa, de Itabaiana; os amigos Frei Hermano José; Frei Anastácio; Júlio Cezar Ramalho; Socorro Villar, Nelly Cavalcanti, ...

- aos amigos e companheiros dessa mesma luta, desde há muito tempo, e que estão por aí, cada um à sua maneira, servindo de referência a mim e a muitos outros, como Paulo Maldos, Pedro Pontual, Miguel Perosa, Luiz Flávio Cappio, Emília Moreira, Ivan Targino, Fernando Garcia, ...

- aos meus netos Luca e Mateus, que significam para mim a esperança de um amanhecer em que a gratuidade do afeto e da amizade seja a maneira usual de viver.

AGRADECIMENTOS

Agradeço:

À professora Marilda Aparecida de Menezes, pela forma dedicada, respeitosa, competente e solidária com que orientou este trabalho.

Às famílias dos assentamentos e a todos os técnicos do Projeto Lumiar com quem convivi durante seus três anos de vigência.

Aos colegas que comigo fizeram parte da Equipe de Supervisão do Lumiar na Paraíba e aos funcionários do INCRA/PB, que, no início do Lumiar, faziam parte do setor de assentamentos, com os quais partilhei a satisfação de vivenciar uma experiência profissional inédita para todos nós.

À professora Ghislaine Duqué, pelos mais diversos tipos de contribuição e apoio que me deu durante o período de elaboração deste trabalho, assim como à professora Ramonildes Gomes, pela amizade e incentivo.

À professora Vera Lúcia de Luna e Silva, pela revisão do texto, pelo apoio e amizade.

À minha companheira Gláucia, por ter suportado minha quase-ausência durante tanto tempo, assim como pelo seu apoio das mais variadas formas e situações para que eu pudesse trabalhar; agradeço também por ter sido confidente na leitura e na localização de todas as imprecisões das primeiras versões do texto, assim como temos procurado fazer no cotidiano de nossa vida comum; agradeço aos meus filhos e filhas (os de sangue e os por adesão), pela forma afetiva e carinhosa com que acompanharam esta minha aventura.

A todos aqueles que, de alguma forma, possam sentir-se participantes e contribuintes na realização deste trabalho, que, com certeza, foram muitos.

RESUMO

O objetivo deste trabalho é analisar a experiência da implantação e desenvolvimento do Projeto Lumiar de assistência técnica às áreas de reforma agrária na Paraíba. O Projeto Lumiar foi formulado pelo governo federal, através do INCRA, em um contexto de ascensão dos movimentos sociais de luta pela terra no Brasil, e se desenvolveu em todo o país durante os anos de 1997 a 2000, quando foi extinto por decisão unilateral do próprio governo federal. Com esse objetivo, o trabalho procura identificar os diversos atores presentes na experiência analisada, assim como as várias concepções e práticas desenvolvidas por cada um deles, tentando verificar como as diferentes expectativas e propostas de vida produtiva nos assentamentos se expressaram. Essas diferenças não só ocorreram entre atores sociais distintos, mas também no interior de cada um dos grupos e instituições que estiveram em interação no desenvolvimento da experiência estudada. As diferentes concepções, expectativas e práticas constituíram uma rede de relações sociais que se caracterizou como um campo de disputa entre concepções de desenvolvimento e de projetos sociais distintos. A partir das singularidades das dinâmicas sociais locais, emergiram os debates e os enfrentamentos sobre a construção da agricultura familiar camponesa, assim como tornaram mais visíveis as ambigüidades das políticas públicas para os assentamentos e para a reforma agrária no Brasil. Nesse contexto, o trabalho procura analisar as práticas sociais vivenciadas a partir da assistência técnica do Lumiar, na perspectiva de identificar as características daquelas que reproduziram a submissão e dependência dos assentados aos diversos dispositivos de dominação com os quais interagiram, quanto daquelas que se tornaram *exercícios* de autonomia e emancipação dos assentados.

ABSTRACT

The aim of this work is to analyze the experience of the introduction and development of the *Projeto Lumiar*, which is a State Public Policy to provide technical assistance in the land reform settlements in the State of Paraíba. The *Projeto Lumiar* was planned in the context of the rise of social movements fighting for land in Brazil by a Federal Governmental Agency - INCRA: National Institute for Colonization and Agrarian Reform. It was introduced throughout Brazil between 1997 and 2000 and was suddenly extinguished by the federal government. This work intends to analyze the diverse conceptions and practices about the social organization of the settlements of the many social actors involved in the *Projeto Lumiar*, such as the settlers, the technicians, the social movements' leaders and the agents from INCRA. The differences happened not only among specific social actors but also within each group and institution which are constructing the experience. The different conceptions, expectations and practices formed a social relations network which has been characterized as a space of negotiations about diverse development conceptions and social projects. The specificities of the local social dynamics promoted the debate on peasant and family agriculture and also turned more visible the ambiguities of the public policies on land reform settlements, agrarian social movements and land reform in Brazil. In this context, this work intends to analyze the social practices within the *Projeto Lumiar* which either reproduced the submission and dependence in relation to some domination devices or became an experience of autonomy and emancipation of the settlers.

RÉSUMÉ

Ce travail a pour objectif de présenter et discuter l'expérience du Projet Lumiar d'assistance technique aux périmètres de réforme agraire en Paraíba, de son implantation et de son développement. Le Projet Lumiar a été formulé par le gouvernement fédéral, via INCRA (Institut National de Colonisation et Réforme Agraire), dans un contexte d'ascension des mouvements sociaux de lutte pour la terre au Brésil, et s'est développé dans tout le pays de 1997 à 2000, quand il a été clôturé par décision unilatérale du propre gouvernement fédéral. Le travail cherche à identifier les différents acteurs présents dans l'expérience analysée, de même que les diverses conceptions et pratiques développées par chacun d'eux, et veut vérifier comment les différentes attentes et propositions de vie productive se sont exprimées dans les périmètres. On peut observer ces différences non seulement au niveau des acteurs, mais aussi à l'intérieur de chacun des groupes et institutions qui ont interagi dans le développement de l'expérience étudiée. Les différentes conceptions, attentes et pratiques produites par les paysans réinstallés et par les acteurs sociaux externes avec lesquels ils ont interagi ont constitué un réseau de relations sociales à partir de la pratique d'assistance technique proportionnée par le Projet Lumiar, et il l'a caractérisé comme un champ de disputes entre conceptions de développement et projets sociaux distincts. A partir des singularités des dynamiques sociales locales, ces disputes ont reproduit les débats que le thème de la construction de l'agriculture familiale paysanne dans les zones réformées a suscités dans la production académique ; ils ont reproduit également les affrontements qui ont eu lieu au Brésil entre l'Etat, par ses politiques publiques visant les périmètres réformés, et les mouvements sociaux ruraux. Dans ce contexte, le travail vise à analyser les pratiques sociales vécues à partir de l'assistance technique du Lumiar, dans le sens d'identifier a) celles qui ont contribué à reproduire la soumission et la dépendance des paysans réinstallés en relation aux divers dispositifs sociaux avec lesquels ils ont interagi à l'époque du Lumiar et b) celles qui sont devenues des *exercices* d'autonomie et d'émancipation de ces paysans.

ÍNDICE

	Pgs.
<u>INTRODUÇÃO</u>	01
<u>CAPÍTULO 1</u> – Desenvolvimento e assentamentos rurais: escolhendo uma forma de olhar	22
1. Desenvolvimento e assentamentos rurais: o cenário macro-social	24
A) Desenvolvimento rural	25
B) Desenvolvimento local sustentável	29
C) Agricultura familiar	34
2. Os assentamentos como um campo de disputa: as práticas de produção de sentido	37
<u>CAPÍTULO 2</u> – Alguns condicionantes da história da Paraíba sobre os assentamentos rurais	50
1. O processo de colonização da Paraíba e os índios	51
2. Os engenhos de açúcar e os escravos	53
3. Os lavradores e moradores no contexto da economia canavieira	55
4. As usinas de açúcar e os assalariados da cana	57
5. A pecuária, as fazendas e os vaqueiros	59
6. O algodão	60
7. O Agreste/Brejo paraibano: agricultura diversificada e os pequenos produtores	62
8. As culturas alimentares na Paraíba a partir de 1970	63
9. As relações de trabalho no campo paraibano na segunda metade do século XX	65
10. A luta dos trabalhadores rurais paraibanos	67
11. Alguns aspectos da história da Paraíba que repercutem nos assentamentos	73
<u>CAPÍTULO 3</u> – O Projeto LUMIAR: um campo de luta	85
1. O Projeto Lumiar: concepções gerais e estrutura de funcionamento	86
2. A concepção de assistência técnica e a metodologia de atuação	97
<u>CAPÍTULO 4</u> – A implantação do Projeto Lumiar na Paraíba: as práticas institucionais e o contexto dos assentamentos	109
1. A situação dos assentamentos paraibanos no início do Projeto Lumiar	120
2. Os assentamentos envolvidos pelo Projeto Lumiar na Paraíba	129
3. A abrangência do trabalho das Equipes Técnicas	137

4. Os custos financeiros do Projeto Lumiar na Paraíba	147
5. O Projeto Lumiar na Paraíba: o confronto entre lógicas distintas	150
<u>CAPÍTULO 5</u> – Crédito Instalação: exercícios de gestão coletiva e o campo de disputa sobre morar na terra	162
1. Crédito de alimentação e fomento	165
2. Crédito habitação	170
2.1. As agrovilas	173
<u>CAPÍTULO 6</u> – Crédito de custeio: o exercício cotidiano da vida produtiva	180
1. Crédito de custeio: o financiamento das lavouras	193
2. Crédito de custeio: as “dificuldades” como expressão de um campo de disputa ..	206
3. Crédito de custeio: as dívidas dos assentados e o pagamento do crédito	214
4. Crédito de custeio: um campo de experimentação e de luta	218
<u>CAPÍTULO 7</u> – O planejamento da vida produtiva e os exercícios de autonomia	244
1. O crédito de investimento	246
2. Outros projetos produtivos	251
3. Os cuidados com o rebanho	255
4. A questão do meio ambiente	259
5. A comercialização	262
6. Os planos de desenvolvimento dos assentamentos	268
<u>CAPÍTULO 8</u> – O Projeto Lumiar na Paraíba: a dimensão organizativa dos assentamentos	280
1. As associações dos assentamentos e as cooperativas	291
2. Os grupos de interesse	306
3. A organização das mulheres e jovens	313
4. A organização dos assentados: um campo de experimentação e de luta	324
<u>CONSIDERAÇÕES FINAIS</u>	335
1. O Lumiar na Paraíba: principais características e metodologia de trabalho	341
1.1. O caráter emergencial do Projeto Lumiar	341
1.2. A inadequação do INCRA	343
1.3. As equipes técnicas	351
1.4. O envolvimento dos movimentos sociais	353
1.5. A metodologia do Lumiar na Paraíba	360
2. A experimentação de alternativas de desenvolvimento: as disputas entre concepções distintas sobre práticas produtivas e organizativas	369
<u>BIBLIOGRAFIA</u>	374

INTRODUÇÃO

O objetivo deste trabalho é apresentar e discutir a experiência da implantação e desenvolvimento do Projeto Lumiar de assistência técnica às áreas de reforma agrária na Paraíba. O Projeto Lumiar foi formulado pelo governo federal, através do INCRA, em um contexto de ascensão dos movimentos sociais de luta pela terra no Brasil, e se desenvolveu em todo o país durante os anos de 1997 a 2000, quando foi extinto por decisão unilateral do próprio governo federal.

Por ser um estudo que envolve relações entre atores e personagens distintos, ele se enquadra entre aqueles que definem como seu objeto de estudo as experiências populares de vida e de luta, a partir do confronto e do embate entre as múltiplas formulações feitas pelos vários atores envolvidos nessas experiências e de suas práticas cotidianas de interação social.

Essas experiências operam como fontes populares, profissionais e acadêmicas de informações e aprendizado que tendem a ser ampliadas e redefinidas pelo exercício de análise crítica delas mesmas, ou seja, das racionalidades produzidas pela ação. O desafio é realizar esse exercício de análise de tal forma que ultrapasse o imediato, o aparente, o empírico e indique ou sugira o que move esses vários sujeitos em suas interpretações e comportamentos no jogo múltiplo, processual, contraditório e conflitivo de produção da vida social.

A escolha de experiências vividas, de forma pontual e localizada, como objeto de estudo, tem sido uma maneira de participar, hoje, do debate político sobre a validade, as possibilidades e os limites das lutas sociais de setores populares e de movimentos de trabalhadores que buscam resistir e (ou) se confrontar com o que tem sido chamado de globalização, enquanto expressão da racionalidade contemporânea do capital¹.

No âmbito do debate atual sobre “alternativas” ao desenvolvimento capitalista, passa-se a dar ênfase às experiências locais que caminham, de forma

¹ Boaventura de Sousa Santos define globalização da seguinte forma: “A *globalização neoliberal* corresponde a um novo regime de acumulação do capital, um regime mais intensamente globalizado que os anteriores, que visa, por um lado, dessocializar o capital, libertando-o dos vínculos sociais e políticos que no passado garantiram alguma distribuição social e, por outro lado, submeter a sociedade no seu todo à lei do valor, no pressuposto de que toda atividade social é mais bem organizada quando organizada sob a forma de mercado.” (Santos, 2002).

explícita ou não, na perspectiva de exercitar estratégias de resistência ao que o capitalismo produz, ou seja, procura-se dar ênfase às tentativas de enfrentar a exploração, a dominação e as desigualdades sociais através de ações organizadas de solidariedade, cooperação e reciprocidade entre os trabalhadores e entre os grupos populares.

Essas experiências retomam a tradição histórica dos trabalhadores na resistência ao capitalismo, pelo menos na perspectiva do que Marx comentou, no século XIX, sobre as cooperativas de trabalhadores, iniciadas em 1844, por iniciativa de tecelões desempregados de Rochdale, na Inglaterra (Bhowmik, 2002). Para Marx, as cooperativas contribuíam para que os trabalhadores experimentassem a viabilidade de se reapropriarem do controle de seu trabalho, tornando-se, por isso, experiências que apontavam para a possibilidade e a capacidade dos trabalhadores de gerirem a produção e a vida econômica da sociedade, mas as cooperativas não eram, em si mesmas, um modo de produção alternativo ao capitalismo.

Quijano (2002) afirma:

“Na verdade, são as necessidades materiais produzidas pelas tendências atuais do capitalismo e o conseqüente comportamento da realidade o que leva os trabalhadores a enfrentarem o fato de que, apenas na medida em que saiam e se libertem das regras do jogo do capitalismo e se exercitem em práticas sociais que os conduzam à reapropriação do controle de seu trabalho, dos seus recursos e dos seus produtos, bem como de outras instâncias da sua existência social, poderão defender-se melhor do capital...” (Quijano, 2002: 486).

No entanto, o autor chama atenção sobre um aspecto fundamental para o estudo que este trabalho desenvolve que é o fato de que, nessas práticas sociais dos trabalhadores e de quem esteja com eles, nem sempre há, inicialmente, uma percepção das implicações teóricas e políticas que podem ser desencadeadas por essas práticas.

“Mas é a própria prática social, na produção ou em outras instâncias da existência social, o que produz e continuará a produzir modos diferentes de produção de sentido, isto é, perspectivas mentais diferentes das associadas ao capitalismo. Estas (perspectivas mentais novas), agora e no futuro, vão incorporar-se, por sua vez, nessas práticas, sem que os seus agentes tenham desde o começo plena consciência de que essa incorporação está acontecendo. Obviamente, a consciência dessas implicações permitiria aproveitar melhor e levar mais longe o processo, além de possibilitar uma melhor defesa em relação à reação capitalista.” (idem: 487, grifo nosso).

O autor sugere ainda que, talvez, não seja coincidência que as práticas de resistência ao capitalismo e à sua globalização, na última década, e em vários lugares do mundo, passem agora a se declarar como busca de alternativas de sociedade. Ele lembra o lema do Fórum Social Mundial de Porto Alegre, “Um outro mundo é possível”, como expressão deste novo período: “*a transição da resistência para a busca de alternativa.*” (idem: 487).

Em relação a esta última afirmação do autor, é importante ressaltar que este é um período de transição e, portanto, caracteriza um período de busca de alternativas, no plural, como ele próprio afirma em seguida:

“Dentro de um período complexo, de heterogêneas práticas de resistência do trabalho ao capital, é bem compreensível que na atualidade não sejam poucas as organizações e práticas sociais que se apresentam a elas próprias como opções alternativas à dominante.” (idem: 487).

Por esses motivos, optou-se pelo estudo da relação entre *desenvolvimento, assentamentos rurais e agricultura familiar* a partir da análise de uma experiência concreta vivida em torno dessa temática: o Projeto Lumiar de assistência técnica a assentamentos rurais na Paraíba. Porém, não se trata de olhar essa experiência como “ação comunicacional” que objetiva verificar as possibilidades de superação das diferenças existentes, através da racionalidade produzida por diálogos que procurem homogeneizar os vários pontos de vistas distintos suscitados em torno dela.

Não se trata, apenas, de procurar convergências possíveis ou práticas pedagógicas (neste caso, a assistência técnica) que objetivem produzir consenso. Procura-se, também, identificar as diferenças e os conflitos vivenciados como experiência social. Essas diferenças confirmam uma característica básica dos assentamentos, hoje amplamente reconhecida, que é a heterogeneidade de situações e atores que produzem confrontos e um campo de disputa entre projetos distintos de vida social e produtiva, seja entre os assentados no interior dos assentamentos, seja na relação que estabelecem com atores externos de origens institucionais diversas.

Sobre este aspecto é interessante verificar que estudiosos com formações acadêmicas distintas, francesa e norte-americana, ao discutirem a relação entre pesquisadores e agricultores em torno do desenvolvimento da agricultura familiar na Amazônia, afirmam que a construção dessa relação não pode “*basear-se exclusivamente no paradigma construtivista da construção do diálogo elaborado através da ‘ação comunicacional’, mas deve levar em conta os interesses divergentes dos diferentes*

atores numa perspectiva dialética crítica” (Guerra e Castellanet, 2001: 121). “O acesso à informação e à comunicação é elemento determinante nos jogos de poder (...) e, conseqüentemente, uma análise do processo de comunicação, desligada de uma análise sócio-política, torna-se ineficiente”. (idem: 148).

Além disso, afirmam também: *“Os indivíduos têm uma margem de manobra e de liberdade na ação não negligenciáveis, embora sofram limites por seu ambiente e sua própria educação, contrariamente a um estruturalismo que explicaria todos os comportamentos pela influência das estruturas da sociedade e de sua história”. (idem: 124).*

As experiências e lutas locais, com suas singularidades, ajudam-nos a ir desvendando os vários sentidos possíveis para os projetos de desenvolvimento ensaiados nos mais variados tempos e lugares humanos: reproduzir ou transformar o que está instituído e em que direção? Como esses sentidos distintos se produzem, interagem e se confrontam? O que há de singularidade e de comum nessas experiências localizadas e em que medida essas duas dimensões ajudam a construção de uma teoria sobre o desenvolvimento e, particularmente, sobre o desenvolvimento do meio rural brasileiro a partir da reforma agrária? Em que medida essas experiências podem ser consideradas *alternativas* ou se resumem a tentativas ingênuas de resistência à lógica capitalista, ou nem isso?

Por outro lado, o tema do “desenvolvimento rural sustentável” tem se apresentado, principalmente a partir do final da década de 1980 (Almeida, 1997), como a referência fundamental para se pensar, implementar e viabilizar a agricultura familiar no Brasil (Freire, 1999) e, posteriormente, nos assentamentos de Reforma Agrária: tanto no âmbito das políticas públicas formuladas para esse setor da economia (INCRA/FAO, 2000), como por movimentos sociais rurais e entidades representativas de trabalhadores rurais (CUT/CONTAG, 1998; CONTAG, 1999; CUT 2001), assim como por inúmeras produções no mundo acadêmico, em várias áreas de conhecimento.

O conceito de sustentabilidade vem ocupando importância crescente nos debates sobre desenvolvimento, principalmente a partir do Relatório Brundtland de 1987, conhecido no Brasil pelo título “Nosso Futuro Comum” e, com maior intensidade, após a Conferência da ONU sobre o Meio Ambiente de 1992 (Eco-92). Apesar de esse Relatório definir o desenvolvimento sustentável como *“aquele que atende às necessidades do presente, sem comprometer a possibilidade de as gerações futuras*

atenderem as suas próprias necessidades” (Leroy, 1997: 17), a noção de sustentabilidade incorpora diferentes projetos sociais e políticos. (Acselrad, 1997).

No entanto, uma das formulações mais comuns, praticamente consensual, pelo menos ao nível do discurso, sobre o tema do desenvolvimento sustentável, é a ênfase dada às ações locais como as que propiciam as melhores condições para se dar um tratamento mais adequado à questão da relação entre a preservação do meio ambiente e as políticas de desenvolvimento econômico e social. Evidentemente a vinculação entre sustentabilidade e as ações locais incorpora estratégias políticas distintas, conforme os diferentes projetos e interesses sociais em jogo, em cada momento histórico, tanto no âmbito local, como no âmbito mais geral da sociedade.

Além disso, acompanhando tendências mais gerais no que diz respeito à formulação e viabilização de estratégias de políticas, tanto governamentais, de ONGs e de entidades representativas dos trabalhadores, o “local” tem sido proposto como o espaço social mais viável para implementação de políticas de desenvolvimento que contemplem um nível mais amplo e mais concreto de participação dos chamados atores sociais na gestão dessas políticas. Portanto, como se trata de estratégia política, a utilização do termo “local” contempla várias intencionalidades, podendo algumas delas ser antagônicas entre si. (Ieno Neto, 1999).

As experiências concretas em torno da idéia de desenvolvimento local sustentável, tendo a agricultura familiar como eixo produtivo básico, espalhadas pelo País e, principalmente, nas áreas de reforma agrária, pode significar muito mais do que, apenas, ações supletivas e compensatórias para amenizar o processo e as conseqüências da exclusão social existente no Brasil. Pode significar um esforço de produzir sentido para essas experiências, como oportunidade de ultrapassar o caráter meramente reivindicatório frente ao Estado e assumir o desafio de exercitar formas concretas de novas possibilidades de organização, gestão e avaliação da vida produtiva, social, política e cultural. Pode significar, portanto, para a população envolvida nessas experiências, a oportunidade de afirmação de uma cidadania assentada numa nova relação com o Estado e com a sociedade de um modo geral.

No entanto, essas experiências têm que se situar no interior de um campo de disputa mais geral produzido em torno da temática da reforma agrária, assim como em torno do tema da contribuição da agricultura familiar camponesa no processo de desenvolvimento da agricultura e da economia brasileira.

Portanto, o estudo e a discussão crítica de uma prática localizada e concreta – o Projeto Lumiar na Paraíba – em torno de sua relação com as questões produzidas, no âmbito do debate sobre desenvolvimento local sustentável e agricultura familiar, têm, necessariamente, que situar essa prática no interior do campo das lutas sociais decorrentes do processo histórico de construção do espaço agrário paraibano. Por esse motivo e pela diversidade de atores sociais que envolveu, o próprio Projeto Lumiar deve ser considerado, e se tornou de fato, um campo de disputa entre concepções de vida social e produtiva distintas. Nesse campo de disputa, os confrontos a respeito da idéia de “desenvolvimento local sustentável”, mesmo que essa terminologia não tenha sido utilizada com frequência durante o desenvolvimento da experiência, emergiram em torno de uma variedade de temas e situações vivenciadas pelas relações dos assentados entre si, destes com os técnicos do Projeto e com outros agentes externos com quem interagiram a partir do Lumiar.

A relação entre a experiência do Projeto Lumiar na Paraíba com a questão do desenvolvimento local sustentável será, portanto, abordada a partir da análise dos principais temas e contextos de onde emergiram disputas por projetos distintos de vida social e produtiva e que foram decorrência ou tiveram relação com as práticas da assistência técnica.

Esse tipo de abordagem sustenta-se teoricamente e incorpora as preocupações expressas, entre outros, por Boaventura de Souza Santos na Introdução do livro “Produzir para Viver”, organizado por ele, em que são analisadas várias experiências de produção, em países diferentes e que se pretendem alternativas à lógica capitalista, onde afirma:

“Uma vez que a globalização neoliberal foi eficazmente posta em causa por múltiplos movimentos e organizações, uma das tarefas urgentes consiste em formular alternativas econômicas concretas que sejam ao mesmo tempo emancipatórias e viáveis ...” (Santos, 2002: 24)

Porém, uma das características importantes dessas alternativas, assinalada por esse autor, é que *“a viabilidade de tais alternativas, pelo menos a curto e médio prazos, depende em boa medida da sua capacidade de sobreviver no contexto do domínio do capitalismo.”* (idem: 25)

Contudo, o autor afirma também que a insistência na viabilidade das alternativas não implica uma aceitação do que tem sido exercitado enquanto tal. Ou seja, essas experiências alternativas devem ser pensadas e vividas enquanto exercícios

que objetivam ir construindo, historicamente, uma ou várias formas de organização da vida produtiva e social a partir do capitalismo, mas contra a hegemonia de sua lógica que se pretende única.

Para esse autor, estudar cada uma dessas experiências naquilo em que elas possam se apresentar como alternativas, por mais limitadas que possam ser como exercícios de busca de novas relações sociais e econômicas, tem relevância política e acadêmica, pois são essas experiências localizadas, cada uma com limites e possibilidades próprias, que ajudarão a entender melhor o sentido e as condições de viabilidade da luta pela superação do capitalismo ou daquilo que tem de exacerbação da exploração econômica, da dominação política e de castração da livre manifestação da capacidade criativa dos setores populares.

Nesta perspectiva, é importante estudar tanto as experiências que se tornam econômica e politicamente fortes como alternativas e são consideradas como aquelas que estão “dando certo”, como aquelas que ficam “patinando” no interior dos limites conjunturais impostos pela lógica política, econômica e cultural do capitalismo, de onde são produzidas as condições que dificultam a saída desse “atoleiro”.

O estudo e a análise dessas dificuldades são fundamentais, seja porque a novidade se produz, constantemente, nos interstícios de todos os aparatos e dispositivos produzidos para reduzir as experiências ao já vivido e ao já instituído, seja porque é necessário desvendar-se as condições, se não de sustentabilidade, pelo menos de viabilidade conjuntural dessas experiências, como exercícios alternativos de formas de produzir e viver socialmente diferentes do que já foi vivenciado pelos grupos sociais envolvidos nessas experiências e que reproduzem a história da exploração e da dominação capitalista. Mas, também, é necessário desvendar as condições, ou as formas de olhar, em que as mudanças são pouco perceptíveis e a aparência é de que apenas se reproduz o que já está dado historicamente.

O conjunto e o acúmulo dos estudos dessas experiências localizadas e conjunturais poderão, mais adiante, contribuir para a formulação de uma ou várias teorias, de caráter mais abrangente, sobre um processo de desenvolvimento sustentável que possa ser, de fato, alternativa ao modo capitalista de produção, incluindo, no caso brasileiro, o papel da agricultura familiar e da própria reforma agrária nesse processo.

É nesta perspectiva que um estudo de caso faz sentido: estabelecer uma dialética entre o particular e o geral, analisar o local e singular para tentar desvendar o global, seja naquilo em que o singular lhe reproduz ou lhe contesta. Nesse sentido, o

termo análise da experiência local significa a tentativa de detectar os elementos que a constitui e as relações que estabelecem entre si, como formas possíveis dessa experiência social localizada se posicionar frente à história e aos acontecimentos contemporâneos da sociedade como um todo. É preciso destacar, nessa perspectiva de análise, que as práticas sociais produzidas pelo Projeto Lumiar na Paraíba, como uma experiência de desenvolvimento rural produzida nos assentamentos de reforma agrária, envolveram, além dos agricultores familiares dessas comunidades e suas instâncias organizativas locais, os movimentos sociais dos trabalhadores rurais e sem terra da Paraíba, os técnicos do INCRA-PB, a Equipe de Supervisão do Projeto Lumiar, a Comissão Estadual do Procer/Lumiar e as equipes locais de técnicos contratados para execução do Projeto.

As práticas e concepções de cada um desses atores não foram homogêneas e, portanto, o que interessa é a caracterização dos vários tipos de práticas desenvolvidas no conjunto da experiência, o sentido de cada uma delas, as inter-relações e os confrontos vividos, as formas distintas de como cada um dos grupos sociais se envolveu nessas inter-relações e confrontos, os dispositivos distintos de como lidar com esses conflitos produzidos no interior de cada um desses grupos e sub-grupos. Estudar essa dinâmica é estudar o processo de produção das disputas vividas no contexto da experiência sobre formas distintas de produzir e organizar a vida social nos assentamentos e das tentativas de seus equacionamentos.

São as problematizações decorrentes dessas disputas, produzidas por situações concretas e objetivas, mas carregadas de subjetividade, que poderão contribuir para o debate sobre a relação entre assentamentos rurais e desenvolvimento.

Durante os três anos de vigência do Projeto Lumiar na Paraíba (maio de 1997 a junho de 2000), não foi possível produzir uma argumentação que permitisse articular e sintetizar a multiplicidade de práticas e concepções heterogêneas existentes no interior da experiência e que, como argumentação lógica, permitisse dar organicidade e formular objetivos e metas comuns não só entre os assentamentos, como entre os vários grupos, entidades e instituições envolvidas.

Essa multiplicidade de práticas e concepções, se de um lado reproduz as disputas sociais em torno da reforma agrária no Brasil, construídas historicamente, de outro lado, expressa algumas características conjunturais do Projeto Lumiar na Paraíba, que são fundamentais como definidoras do objeto de estudo:

a) o período de vigência do Projeto caracterizou-se como um momento forte de *transição*, para todos os envolvidos, entre o que já se tinha vivido até então e alguma coisa diferente que estava sendo construída, mas que não se sabia exatamente o que era;

b) quase tudo o que estava sendo vivido era passível de ser pensado ou repensado a partir de novos referenciais, de novas expectativas em relação ao sentido do que se estava fazendo ou sofrendo; tudo ou quase tudo era *novo* para todos, ou, pelos menos, para a grande maioria dos assentados e participantes das instituições e entidades envolvidas;

c) não se tinha uma certeza comum sobre para onde se estava indo; havia várias formulações, vontades, expectativas, receios, confianças, ceticismos; sentimentos que vinham, iam e vinham novamente, nos grupos, sub-grupos, pessoas; sentimentos distintos, mas compartilhados como *paradoxos*, com intensidades e abrangências diversas.

Vale lembrar que esta não é uma situação única, nem exclusiva dessa experiência particular. Não é nada que não se possa encontrar nos tempos atuais. É Boaventura de Souza Santos quem afirma:

“O nosso tempo é um tempo paradoxal. (...) O paradoxo está em que, se por um lado hoje parecem, mais do que nunca, reunidas as condições técnicas para cumprir as promessas da modernidade ocidental, como a promessa da liberdade, da igualdade, da solidariedade e da paz, por outro lado, é cada vez mais evidente que tais promessas nunca estiveram tão longe de ser cumpridas como hoje.” (Santos, 2002: 13).

Se o futuro, enquanto perspectiva de desenvolvimento, apresenta-se como incerto, imprevisível e desconhecido, como consequência, é o presente que se coloca como aquilo que nos é dado para pensar. Se o desafio é o que fazer com a perplexidade, então, a insegurança humana, quase como autodefesa, aguça a criatividade: idéias, propostas, projetos, desejos, vontades se multiplicam e se diferenciam. Foi o que ocorreu nos assentamentos, pelo menos durante a vigência do Projeto Lumiar: frente à perplexidade de se estar vivendo uma situação nova, carregada de expectativas, mas carregada também de indefinições quanto às possibilidades delas se concretizarem no futuro, as pessoas começaram a se posicionar de formas distintas sobre o que fazer no presente. Emergem as diferenças humanas, não necessariamente como antagonismos, mas como potencialidades diversas. Impedir essa emergência em nome de uma unidade, qualquer que seja ela, é bloquear o livre fluxo das potencialidades humanas.

Nesse sentido, um dos principais desafios do Projeto Lumiar na Paraíba foi o que fazer com a multiplicidade de expectativas e de formas distintas de agir, tanto por parte dos assentados, como por parte dos demais agentes sociais presentes no interior da experiência. O que fazer com a heterogeneidade existente?

A maioria dos assentados tinha acabado de sair de uma forma de convivência coletiva centrada na “união”, no “todos falam por uma boca só”, na necessidade da unidade de ação, exigida pelo confronto político da dura luta pela terra, tanto frente aos proprietários, como frente ao Estado. Conviver, agora, nos assentamentos, com a diversidade de opiniões e práticas entre companheiros de uma luta comum, para muitos era frustrante; para outros, os adversários de agora passaram a ser antigos companheiros, mas para todos se tornou um grande desafio.

Para os movimentos sociais que acompanhavam os assentamentos, a heterogeneidade entre os assentados era sinal de enfraquecimento político e organizativo. Para os órgãos de Estado, essa heterogeneidade era considerada como fator de inviabilização do sucesso produtivo dos assentamentos e do cumprimento das metas estabelecidas pelos setores de planejamento desses órgãos. Essa heterogeneidade era argumento de desqualificação dos assentados e da própria reforma agrária. Se o objetivo era implantar um processo comum de desenvolvimento econômico, social e político nos assentamentos, o desafio era o que fazer com a heterogeneidade entre os assentados, com suas diferenças e diversidades, as quais atrasavam, atrapalhavam ou inviabilizavam as ações e metas dos que estavam ali para “ajudá-los”, “assessorá-los”, “educá-los”, “orientá-los”.

Mas, esse incômodo vivido no interior das práticas dos assentamentos e explicitado na experiência do Lumiar refere-se a um desafio que vai além desses contextos localizados porque diz respeito ao desafio contemporâneo da humanidade de lidar com as diferenças que a constituem, em um contexto no qual a chamada globalização pretende impor uma homogeneização centrada na lógica única do mercado capitalista a todos os grupos humanos. Portanto, o desafio dos assentamentos de lidar com a heterogeneidade e diferenças que os constituem, mais do que uma especificidade dessas comunidades, participa da disputa entre, de um lado, a afirmação contemporânea de que as diferenças humanas quando confrontadas em um diálogo democrático colocam em movimento o exercício da capacidade criativa das pessoas e grupos e, de outro lado, a tentativa de impor a lógica única do capital, reduzindo as ações humanas a um mero processo de adaptação e enquadramento a essa lógica.

Hopenhayn (2001), ao discutir esse dilema contemporâneo da humanidade expressa o desafio principal do que ele chama de “processos de diferenciação”, o mesmo dos assentamentos:

“Que acontece quando os processos de diferenciação implicam compenetração intersubjetiva, diferentes vontades que não cessam de se reprojeter ao exterior sob novas figuras, e que nesta reprojecção atravessam-se umas às outras? Como repensar o problema do impacto no outro, a coexistência de sentidos heterogêneos conferidos reciprocamente, a permeabilidade de certas vontades frente a outras que também se afirmam se singularizando e se afetando?” (Hopenhayn, 2001: 258).

A forma usual de se lidar com as diferenças é a prevalência de uma vontade sobre as outras, no estilo clássico do autoritarismo. Essa forma, como será visto, foi exercitada no desenvolvimento do Projeto Lumiar na Paraíba, tanto por parte de assentados, como por parte de setores dos movimentos sociais, entidades e órgãos públicos envolvidos no Projeto.

No entanto, outras possibilidades também foram exercitadas, principalmente por parte de assentados e de alguns profissionais das equipes técnicas do Projeto Lumiar, também como será visto no decorrer deste trabalho. Por exemplo, práticas baseadas na idéia, mesmo que frágil ou elaborada de forma inicial, de que a produção de destinos comuns, de projetos comuns de convivência social, talvez pudesse se viabilizar, não apenas, por pactos sociais de “não agressão”, ou de cooperação funcional, mas, sobretudo, por uma forma de convivência onde as diferenças seriam tratadas, não por uma abstrata racionalidade do consenso, mas pela descoberta coletiva de que as distintas vontades se nutrem de seus vínculos umas com as outras, mesmo quando se confrontam. Essa descoberta, que só pode se dar por experimentação coletiva, seria a condição para se recriar a própria convivência social, baseada na experimentação da liberdade e da democracia. Como será visto, alguns assentados e técnicos tentaram, explicitamente, exercitar essa possibilidade.

A maioria dos assentados, mesmo explicitando o desconforto com a existência de muitas diferenças entre eles, lamentando, na maioria das oportunidades, o fato de que *“hoje a nossa união é fraca, não é forte como no tempo da luta pela terra”*, por causa dessas diferenças. Mesmo assim, pôde ser observado, durante toda a vigência do Projeto Lumiar, a tentativa desses assentados de criar condições, tanto informais como formais, de lidarem com suas divergências e diversidades. A formação, em cada

assentamento e no conjunto deles, de uma multiplicidade de grupos de interesse, seja referente às atividades produtivas desenvolvidas (tipo de lavoura plantada, de tecnologia utilizada, de rebanho criado, forma de organização do trabalho e de comercialização da produção, etc), seja referente às condições sociais de seus componentes (mulheres e jovens, por exemplo), ou referente ao tipo de problema comunitário a ser trabalhado (gestão de equipamentos, atividades e recursos comunitários, escola, saúde, lazer, etc), foi uma forma, exercitada pelos assentados e acompanhada pelos técnicos do Lumiar, de direcionar a diversidade e heterogeneidade existente entre os assentados de maneira que diferentes interesses, motivações e expectativas pudessem ser contempladas no cotidiano da vida produtiva e comunitária dos assentamentos. Tentou-se, dessa forma, ultrapassar as visões e práticas hierarquizadas e autoritárias existentes entre parte dos assentados, entre alguns técnicos do Projeto Lumiar, funcionários de órgãos governamentais, particularmente do INCRA e do Banco do Nordeste e tendências existentes nos movimentos sociais, no caso MST e CPT, mais preocupados com seus objetivos formais e institucionais do que com a dinâmica real dos assentamentos.

A partir das diferentes ressignificações produzidas em torno do tema das práticas produtivas nos assentamentos, vinculadas às necessidades primárias da sobrevivência e razão, aparentemente primeira, da luta pela terra (fazer a terra produzir) é que se vai procurar identificar os vários tipos de práticas exercitadas para lidar com o confronto dessas diferenças. Em que medida essas práticas, ou quais delas indicariam possibilidades de exercícios emancipatórios e, portanto, alternativos à lógica da dominação e da exploração? Qual o sentido delas: reproduzir, resistir ou transformar o já vivido? Em que circunstâncias o exercício democrático e o autoritarismo se confrontaram e o que prevaleceu em cada uma delas? Tentar fazer a terra produzir remete a que outras questões, além da racionalidade de um economicismo quantitativo? Tentar sobreviver da terra, no contexto dos assentamentos de reforma agrária na Paraíba, além da reprodução da força de trabalho, que outros significados suscitou? Morar na terra em que se trabalha, produziu que conteúdos e que confrontos para além de uma racionalidade instrumental e meramente operacional? Trabalhar e produzir com e para a família trouxe que questões para as relações de gênero e de gerações?

É em torno dessas questões que o tema do desenvolvimento nos assentamentos se configura como interesse deste estudo, uma vez que foram essas as principais questões que emergiram da experiência do Projeto Lumiar de assistência técnica na Paraíba.

O Projeto LUMIAR caracterizou-se como um projeto de assistência técnica para os assentamentos de reforma agrária, implantado pelo Ministério Extraordinário de Política Fundiária do Governo Federal, durante os anos de 1997 a 2000, em todo o País, e coordenado pelo INCRA.

O objetivo geral do Projeto Lumiar, conforme o documento oficial que o apresentou era “*viabilizar os assentamentos, tornando-os unidades de produção estruturadas, inseridas de forma competitiva no processo de produção, voltadas para o mercado, integradas à dinâmica do desenvolvimento municipal e regional.*” (INCRA, 1997: 4).

Os seus objetivos específicos eram:

“- *Constituir equipes de assistência técnica e capacitação para orientar o desenvolvimento sustentado dos assentamentos.*

- *Desenvolver metodologias e estratégias de ação com foco no desenvolvimento de uma assistência técnica adequada às necessidades dos assentamentos.*

- *Introduzir tecnologias mais adequadas para o desenvolvimento da qualidade de vida dos assentamentos, dos processos produtivos e do acesso aos mercados.*

- *Implantar e gerir sistemas de informações técnico-econômicas com mecanismos de comunicação adequados à cultura dos assentados.*

- *Constituir um fundo de financiamento regular para os serviços de assistência técnica, capacitação e supervisão do desenvolvimento dos assentamentos*”. (idem: 5 e 6).

O Projeto Lumiar foi concebido de tal forma que os serviços de assistência técnica para os assentamentos pudessem ser contratados pelas associações dos próprios assentados, junto a organizações públicas ou privadas que tivessem um corpo técnico credenciado para execução do trabalho demandado. Essa forma de contratação foi reconhecida, no texto oficial do Projeto, como emergencial e suplementar, uma vez que as ações previstas no Projeto Lumiar extrapolavam as funções do INCRA, como órgão executor da política fundiária do Governo Federal e visavam “*compensar a insuficiência do Estado no atendimento à demanda de assistência técnica da agricultura familiar e, particularmente, dos assentamentos da reforma agrária*” (idem: 5).

A coordenação nacional do Projeto Lumiar esteve sob a responsabilidade da Comissão Nacional do PROCERA-LUMIAR, a qual possuía uma Secretaria Executiva coordenada pela Diretoria de Assentamento do INCRA. Ao nível estadual, o Projeto era coordenado pelas Comissões Estaduais do PROCERA-LUMIAR e Superintendências Estaduais do INCRA. O trabalho das equipes técnicas que prestavam assistência aos assentamentos era acompanhado pelas Equipes Estaduais de Supervisão, formadas por técnicos do INCRA estadual e por técnicos de fora do INCRA, vindos principalmente de universidades, órgãos públicos de pesquisa agropecuária e entidades vinculadas à extensão rural, escolhidos pela Comissão Estadual. Os profissionais contratados para o trabalho de assistência estavam organizados em Equipes Técnicas formadas, cada uma, por dois técnicos de nível superior, sendo um da área agropecuária e outro da área social e por dois técnicos de nível médio da área agropecuária. Cada Equipe Técnica era responsável pelo atendimento de 300 a 350 famílias de assentados, no caso da Paraíba. A seleção dos técnicos, em cada estado, era feita pela Equipe de Supervisão e a contratação era decidida pela Comissão Estadual do PROCERA-LUMIAR. Cada técnico selecionado deveria estar vinculado a alguma entidade civil (pessoa jurídica), a qual era formalmente contratada para colocar esse técnico a serviço do Projeto LUMIAR.

Os recursos financeiros para contratação e execução do Projeto Lumiar eram disponibilizados pelo Ministério Extraordinário de Política Fundiária, através do INCRA, o qual mantinha convênios com os bancos oficiais, no caso da Paraíba, o Banco do Nordeste, para operação dos recursos destinados ao pagamento dos serviços contratados. Os recursos dos contratos eram repassados, mensalmente, pelos bancos às instituições contratadas. Esses recursos eram destinados, principalmente, à remuneração dos técnicos e despesas de transporte com o deslocamento deles. Os profissionais das equipes locais eram remunerados, mensalmente, pelas instituições contratadas, a partir de uma autorização escrita, fornecida pelas associações dos assentados, diretamente beneficiadas com os seus serviços, atestando a qualidade desse serviço.

O objetivo deste estudo requer que se identifiquem os diversos atores presentes na experiência analisada, assim como as várias concepções e práticas desenvolvidas por cada um deles, tentando verificar como as diferentes expectativas e propostas de vida produtiva nos assentamentos se expressaram. Vale salientar que essas diferenças não só ocorreram entre sujeitos diferentes, mas também no interior de cada um dos grupos que estiveram em interação: funcionários do INCRA, componentes da

Comissão Estadual do PROCERA-LUMIAR, membros da Equipe de Supervisão, profissionais das Equipes Técnicas Locais, militantes da Coordenação Estadual da CPT e MST, que acompanharam os assentamentos no período de vigência do Projeto, membros das diretorias das Associações dos Assentamentos e, principalmente, os assentados.

Identificar os atores, suas concepções e práticas, os mecanismos de lidar com o confronto entre as diferenças, pode ajudar a localizar as questões que essa experiência particular suscitou sobre a vida produtiva e social nos assentamentos. Ou seja, o que se pretende é estudar as principais questões em torno e a partir da produção, suscitadas pelo desenrolar do Projeto Lumiar na Paraíba, tendo como fonte de dados as concepções e práticas dos diversos agentes do desenvolvimento da agricultura familiar e dos assentamentos rurais envolvidos na experiência.

O objeto de estudo desta pesquisa, portanto, se expressa pelo conjunto de concepções e práticas que constituiu o Projeto Lumiar na Paraíba. O que se pretende é fazer uma análise das problematizações vivenciadas sobre os temas da produção e da organização dos assentamentos, no interior e no limite do espaço e do tempo dessa experiência.

Não se irá procurar um hipotético “modelo” único de desenvolvimento que se tentou implantar, mas, por conta da heterogeneidade existente, vai se procurar identificar quais as principais expectativas e questões que a experiência vivenciou a partir e em torno do tema da produção; como essas questões foram produzidas e os dispositivos e mecanismos sociais que se criaram para tentar enfrentá-las e como os diversos sujeitos se posicionaram sobre cada uma delas.

Trata-se, portanto, de um estudo de caso centrado numa experiência localizada. Nesta perspectiva, o estudo não tem nada de original. No entanto, se enquadra no conjunto de preocupações acadêmicas e políticas que procura analisar as tentativas de criação de alternativas concretas e viáveis às perplexidades políticas produzidas pela chamada globalização neoliberal.

Nesta perspectiva, os principais objetivos deste estudo são:

- Analisar a implementação e as práticas do Projeto Lumiar de assistência técnica às áreas de assentamento de Reforma Agrária na Paraíba;
- Identificar os vários atores presentes na implementação desse Projeto, assim como suas práticas, expectativas e concepções;

- Localizar e analisar as práticas sociais desenvolvidas para lidar com a heterogeneidade existente nos assentamentos, por parte dos vários atores envolvidos.

Quanto à metodologia utilizada para alcançar esses objetivos, logo de início, neste caso, vale a pena lembrar Boaventura de Souza Santos (1995), quando afirma que a tradição da sociologia tem oscilado entre a distância crítica em relação ao poder instituído e o comprometimento orgânico com ele, entre o guiar e o servir. *“Os desafios que nos são colocados exigem de nós que saíamos deste pêndulo. Nem guiar, nem servir. Em vez de distância crítica, a proximidade crítica. Em vez de compromisso orgânico, o envolvimento livre. Em vez de serenidade autocomplacente, a capacidade de espanto e de revolta.”* (Santos, 1995: 19).

Esta é a tentativa deste trabalho. As fontes de dados e informações referem-se ao que foi coletado pelo autor, a partir de sua experiência como membro da Equipe de Supervisão do Projeto Lumiar na Paraíba. Essas fontes são as anotações colhidas pelo próprio autor durante o desenrolar da experiência, entre fevereiro de 1997 a junho de 2000, assim como os documentos produzidos pelas várias instâncias envolvidas no Projeto: INCRA Nacional e da Paraíba, Comissão Estadual do PROCERA/Lumiar (PB), Equipe de Supervisão do Projeto Lumiar (PB), Relatórios das Equipes Técnicas do Projeto Lumiar (PB) e o Relatório Final do Projeto Lumiar da Paraíba elaborado, conjuntamente, pela Equipe de Supervisão e Equipes Técnicas.

Vale destacar que a forma de contratação dos membros externos ao INCRA que compunham a Equipe de Supervisão deu-se através de um convênio entre o INCRA, o Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras (CRUB), o CNPq e a Universidade de Brasília (UNB). Esse convênio permitia o pagamento de bolsas aos professores universitários contratados para esse fim, sob a condição de elaboração de uma pesquisa relacionada a aspectos do desenvolvimento do Projeto Lumiar no estado.

Portanto, a atuação desses professores nas Equipes Estaduais de Supervisão exigia procedimentos planejados para realização de uma pesquisa, cujo tema foi definido por cada equipe. Na Paraíba, essa exigência contribuiu para a coleta de dados que, além de subsidiar a confecção do Relatório Final da Equipe de Supervisão sobre o desenvolvimento do Projeto no estado, propiciou, para o autor deste trabalho, condições para uma coleta sistemática e permanente de dados durante os três anos de vigência da experiência que agora está sendo analisada.

O convívio profissional com o planejamento, acompanhamento, avaliação e registro do Projeto Lumiar na Paraíba, durante toda a sua existência, caracteriza este

trabalho como uma pesquisa-participante, no quadro da elaboração teórica que tem sido feita sobre essa forma de pesquisa (Thiollent, 1980; Brandão, 1984).

O Projeto Lumiar foi elaborado, implementado, fiscalizado e encerrado ao nível de decisão do Governo Federal, na gestão de Fernando Henrique Cardoso. A participação do autor na Equipe de Supervisão desse Projeto deu-se pela indicação do MST e CPT da Paraíba, assim como os nomes dos demais membros dessa Equipe. Essa situação de estar no interior de um projeto governamental, indicado por movimentos sociais que estavam em luta com esse mesmo governo, já traz, em si, uma situação de ambigüidade. Essa situação, em vez de ser inadequada do ponto de vista da pesquisa, tornou-se rica pela possibilidade de ter-se um olhar e uma prática crítica em relação à vida do Projeto, uma vez que não se tinha compromisso institucional de estar alinhado com nenhuma das várias forças que interagiram entre si no desenvolvimento da experiência. Evidentemente, essa era uma situação incômoda, pois corria-se o risco de não estar agradando a ninguém, no entanto, foi rica de possibilidades para a discussão e o debate de várias facetas do Projeto.

Essa riqueza de possibilidades influenciou a escolha de uma abordagem teórica que tentasse dar conta, exatamente, da multiplicidade de processos sociais que ocorreram durante a vivência dessa experiência. Por isso, foi feita a escolha de uma referência teórica baseada nos paradigmas propostos por Boaventura de Souza Santos, que reconhece e trabalha a importância das experiências locais na construção de processos de emancipação social. Esse autor assinala, também, a importância das relações de poder estabelecidas pelo vínculo entre saber e poder no interior das relações sociais, particularmente nas experiências circunscritas pelo espaço local, onde os sujeitos sociais estão mais intimamente articulados. Este aspecto é importante, pois estaremos tratando de práticas de interação entre saberes distintos e que, como assistência técnica, visavam implantar uma determinada política pública. Portanto, o Projeto Lumiar era constituído de relações sociais, de todos os lados, marcadas pela intimidade entre o saber e o poder.

Os dados referentes à realidade dos assentamentos acompanhados pelo Projeto Lumiar na Paraíba serão comparados com dados obtidos por outras pesquisas, abrangendo assentamentos do estado ou do país, particularmente, a pesquisa sobre “Impactos dos Assentamentos” (Leite, 2004), articulada pelo NEAD (Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural). Essa comparação objetiva situar o que ocorreu nos

assentamentos paraibanos pesquisados, durante a vigência do Lumiar, em relação ao que vinha ocorrendo em outros assentamentos, no mesmo período.

A forma como este trabalho está organizado para relatar e discutir a experiência do Projeto Lumiar na Paraíba obedece a dois objetivos:

a) relatar as principais práticas, em torno das quais as relações entre assentados e técnicos do Projeto ocorreram de forma mais intensa, segundo dois critérios: a alta frequência com que aconteceram durante a vigência do Lumiar e a intensidade dos debates que suscitaram; entre elas, destacam-se as práticas relacionadas à elaboração dos projetos para acesso dos assentados aos créditos ofertados pelo PROCERA/PRONAF, na medida em que estavam vinculadas diretamente à organização da vida produtiva e social no que elas têm de essencial para os assentados: morar e trabalhar na terra;

b) analisar e discutir as principais questões decorrentes das práticas acima, reproduzindo o processo de como elas emergiram durante o desenvolvimento das relações entre assentados e técnicos; as discussões teóricas sobre cada uma dessas questões estão distribuídas no interior dos relatos das práticas de assistência técnica, uma vez que se quer privilegiar o debate, que foi consequência e desdobramento do processo de como essas práticas foram se desenvolvendo.

Portanto, resumidamente, a estrutura de organização deste trabalho obedece à seguinte lógica:

No primeiro capítulo procura-se definir um olhar a partir do qual se irá analisar os assentamentos, a assistência técnica proposta pelo Lumiar e a relação entre ambos. Esse Projeto, como política pública, se apresentava como mecanismo de apoio ao desenvolvimento sustentável dos assentamentos. No entanto, cada um dos vários conceitos envolvidos nessa proposta (desenvolvimento rural, local, sustentabilidade, agricultura familiar) suscitavam um campo de disputa por interesses e concepções políticas distintas no interior do próprio Estado, assim como entre entidades e movimentos sociais ligados à luta pela reforma agrária. Além disso, o desenvolvimento de experiências que pretendem ser alternativas ao que já está construído e institucionalizado na sociedade necessita considerar, não apenas as dimensões estruturais da sociedade como fatores determinantes das possibilidades e limites de transformação social, mas também as dimensões intersubjetivas produzidas no cotidiano desses campos de luta e que produzem sentidos distintos a essas alternativas.

A escolha teórica discutida no capítulo 1 tem como suporte as divergências entre as concepções de desenvolvimento rural formuladas por agentes sociais que, de forma direta ou indireta, participaram da experiência do Lumiar na Paraíba e que tinham formulações explícitas a esse respeito: o Ministério Extraordinário de Política Fundiária/INCRA, CUT/CONTAG e MST, além de produção acadêmica sobre o tema. Essas concepções são apresentadas a partir das formulações feitas no momento em que o Projeto Lumiar foi concebido e implementado, quando o debate sobre desenvolvimento local sustentável incluía e polemizava a importância da agricultura familiar.

Porém, a realidade dos assentamentos tem como pano de fundo e, portanto, como fortes condicionantes, fatores estruturais da sociedade brasileira, refletidos na própria história da Paraíba, de onde os assentamentos estudados emergem, conforme está delineado no capítulo 2. Além disso, as práticas de assistência técnica articuladas em torno do Lumiar estavam marcadas por uma longa história de luta em torno da reforma agrária que, na Paraíba, tem desdobramentos de várias ordens ainda hoje, particularmente nos assentamentos.

No capítulo 3, são apresentadas as concepções e diretrizes gerais que caracterizaram o Projeto Lumiar, conforme resultado de inúmeras negociações e debates entre o Governo Federal, MST e várias entidades e ONGs. Nesse capítulo tenta-se apontar para o fato de que a relação saber e poder permeia toda a concepção de assistência técnica do Lumiar, e, como decorrência de fatores estruturais da sociedade brasileira, essa relação transforma a implantação do Projeto em um campo de disputa política que reproduz e acrescenta elementos ao campo de disputa em torno da reforma agrária.

O relato e a análise da implantação do Projeto Lumiar, na Paraíba, constitui o capítulo 4, assim como uma caracterização geral da situação dos assentamentos acompanhados pelo Projeto no estado.

As histórias sobre o desenrolar das práticas produtivas e organizativas dos assentamentos e os debates que proporcionaram, naquilo em que tiveram interação com o Projeto Lumiar, ou seja, com a rede de relações sociais que emergiu da prática da assistência técnica proporcionada pelo Lumiar, são apresentados de forma detalhada e constam dos capítulos 5 a 7, que se referem à dimensão produtiva da vida nos assentamentos, e do capítulo 8, que trata da dimensão organizativa.

O objetivo dos capítulos 5 a 7 é descrever e comentar as principais atividades produtivas dos assentamentos atendidos, durante a vigência do Projeto Lumiar, na Paraíba, e que foram acompanhadas pelas Equipes Técnicas. A apresentação dessas atividades se referencia em alguns eixos principais que orientaram a ação das Equipes Técnicas, centrados na elaboração dos projetos para os créditos de instalação (capítulo 5), de custeio (capítulo 6), de investimento e a elaboração dos Planos de Desenvolvimento dos assentamentos, além de atividades como a pecuária e projetos produtivos financiados por outras fontes de recursos diferentes do PROCERA/PRONAF, assim como os debates e iniciativas realizadas por técnicos e assentados sobre a questão da comercialização do que estava sendo produzido nos assentamentos (capítulo 7).

Esses eixos, que orientaram a elaboração desses capítulos, não norteavam, apenas, a ação das Equipes Técnicas do Lumiar, mas referenciavam, sobretudo, a própria vida produtiva dos assentamentos, que era pensada e vivida, não exclusivamente, mas, principalmente, a partir e em função da liberação ou não desses créditos, da adesão ou não dos assentados a essas políticas de financiamento oferecidas pelo PROCERA e, em 2000, pelo PRONAF. Foi em torno desses eixos temáticos que emergiram, durante o período de vigência do Lumiar, os *campos de disputa* nas relações dos assentados entre si, com os técnicos e com os demais agentes externos com quem interagiram a respeito do morar e trabalhar na terra e sobre as formas de se organizar para produzir e viver socialmente. Foi em torno e a partir desses eixos que foram produzidos os limites e as possibilidades para os exercícios de autonomia e emancipação dos assentados.

O capítulo 8 comenta as experiências organizativas dos assentados em torno das associações dos assentamentos e de outros espaços não formais de organização, como o que foi chamado de “*grupos de interesse*”, e as tentativas de organização das mulheres e jovens. Nesse capítulo, a ênfase é dada às relações de poder vivenciadas no interior dos assentamentos, onde atuam não só os assentados entre si, mas também outros atores externos, principalmente, os técnicos do Lumiar, os funcionários do INCRA e de outros órgãos públicos e representantes do MST e da CPT.

Se, de um lado, as experiências em torno das atividades produtivas se expressavam como experiências organizativas, estas, por outro lado, tinham a vida produtiva e social, em torno e a partir da família e do assentamento, como referência fundamental. A partir da experiência do Projeto Lumiar, procura-se, no capítulo 8,

identificar alguns dos mecanismos de reprodução da submissão e da dependência a que os assentados estavam expostos, produzidos internamente ou vindos de fora, ao mesmo tempo em que se procura analisar como foram produzidas as possibilidades para os exercícios de participação democrática dos assentados e suas famílias nas discussões, decisões e atividades concretas. Foram essas possibilidades que permitiram que as diferenças entre a submissão e a autonomia emergissem de forma concreta e passível de análise pelos próprios assentados, assim como permitiram que o confronto entre elas pudesse fluir como condição para que os conflitos não fossem escamoteados, mas pudessem ser analisados e tratados de forma pública, com desdobramentos para a vida familiar e coletiva dos assentados.

Neste trabalho, a tentativa de apresentar, de forma detalhada, o que ocorreu durante a história do Projeto Lumiar na Paraíba tem dois objetivos básicos: registrar essa história com o maior número de informações que o autor conseguiu disponibilizar, na perspectiva de contribuir para o delineamento da história do desenvolvimento dos assentamentos de reforma agrária na Paraíba, no período estudado; verificar como as relações entre os vários atores envolvidos se desenvolveram no cotidiano da experiência, assim como seus conteúdos e significados distintos, os quais revelam concepções e expectativas divergentes sobre a vida nos assentamentos e que se confrontaram no interior e a partir do Projeto.

O detalhamento é uma tentativa de realçar a riqueza e a complexidade de situações sociais vivenciadas nos assentamentos e, conseqüentemente, destacar a multiplicidade de fatores que compuseram os limites e as possibilidades da experiência na implementação de exercícios de autonomia dos assentados, como preconizava as diretrizes gerais do Projeto Lumiar. Além disso, o detalhamento do que foi vivenciado é uma forma de respeito aos esforços, das mais variadas ordens, daqueles que estavam tentando viabilizar alternativas ao que já foi vivido como sofrimento e humilhação, produzidos pela submissão e dependência.

Por fim, nas “Considerações Finais”, é feita uma avaliação geral da experiência do Projeto Lumiar na Paraíba, na perspectiva de destacar as tendências gerais básicas que o caracterizaram como um *campo de disputa*: os interesses, concepções e equívocos políticos que confrontaram, desqualificaram ou não deram importância às situações, concepções e práticas criadas a partir ou em torno do Lumiar e que contribuíram para que os assentados pudessem exercitar possibilidades de autonomia e emancipação.

CAPÍTULO 1

Desenvolvimento e assentamentos rurais: escolhendo uma forma de olhar

O tema do desenvolvimento, do desenvolvimento da agricultura, em particular da agricultura familiar, assim como os conceitos de desenvolvimento local e de sustentabilidade agregados a essa temática nos últimos anos, por tratarem de interesses distintos e, muitas vezes, antagônicos na sociedade brasileira, expressam concepções divergentes sobre a forma de organização da vida social, nos mais variados tipos de atividade humana. Por isso, todas as práticas sociais engendradas em torno do tema do desenvolvimento acabam se constituindo em um campo de luta, onde concepções de vida social e interesses econômicos divergentes se confrontam.

Neste capítulo, não se pretende fazer um estudo exaustivo sobre como o debate acerca do tema do desenvolvimento e do desenvolvimento da agricultura tem evoluído no Brasil, objeto de inúmeros estudos acadêmicos (Guimarães, 1968; Vinhas, 1968; Oliveira, 1993; Gorender, 1994; Veiga, 1994a; Almeida 1997; Abramovay, 1994 e 1998; Freire, 1999; Koury, 2002). Pretende-se, apenas, indicar, no período de formulação e vigência do Projeto Lumiar, como esse assunto estava sendo analisado por atores sociais envolvidos na implementação desse Projeto e que tinham uma formulação explícita sobre ele. Por ser uma temática polêmica, pretende-se apontar algumas das principais divergências existentes, entre esses atores, sobre o tema, assim como apontar uma concepção de desenvolvimento que possa ser um referencial para se analisar em que medida e em que termos a experiência do Lumiar na Paraíba contribuiu para o debate da relação entre desenvolvimento e assentamentos rurais de reforma agrária.

Considerando que o objetivo básico do Projeto Lumiar era contribuir para o desenvolvimento dos assentamentos, as concepções de desenvolvimento da agricultura familiar formuladas no Brasil, na época de vigência desse Projeto – tanto pelo governo federal que o implementou, assim como pelas entidades e movimentos sociais, no caso CUT/CONTAG e MST, que participaram das negociações com esse governo sobre sua

formulação – expressam as expectativas que se tinha a respeito do que o Projeto, de fato, deveria implementar.

No entanto, mais do que isso, a análise crítica dessas concepções permite também analisar, nos capítulos seguintes, os principais termos dos confrontos que emergiram da prática concreta de assistência técnica a partir e em torno do Projeto Lumiar na Paraíba. Como se verá, esses confrontos transformaram o Lumiar em um campo de disputa sobre concepções distintas a respeito do sentido do desenvolvimento dos assentamentos, não só na relação entre os funcionários do INCRA, representando as concepções governamentais, e as entidades de apoio aos assentados (MST, CPT e CUT/CONTAG/FETAG-PB), como na relação entre essas entidades, técnicos do Lumiar e assentados e entre os próprios assentados.

Porém, esses confrontos, mesmo mantendo as singularidades locais e, portanto, conjunturais, não são aleatórios. Eles têm uma conformação histórica que os constituem e lhes dão sentido. Eles refletem nuances distintas, construídas historicamente, sobre o próprio sentido do desenvolvimento. De um lado, estão as concepções que preconizam a inserção dos assentamentos na lógica de mercado definida pelos interesses do capital e, de outro lado, as concepções que esperam que esse desenvolvimento contribua para a construção de alternativas de emancipação dos assentados a essa lógica.

Como se poderá verificar a seguir, para as primeiras concepções, entre elas a concepção governamental presente na formulação do Projeto Lumiar, o desenvolvimento dos assentamentos trata, substantivamente, de um processo de adaptação e inserção eficiente – do ponto de vista técnico, produtivo e gerencial – à competitividade do mercado capitalista vigente. Para as segundas concepções, a produção de alternativas que possam ser consideradas como expressão da autonomia e emancipação dos assentados é uma questão polêmica, como se poderá verificar pela análise dos conceitos sobre desenvolvimento local sustentável da agricultura familiar expressos pela CUT e CONTAG, no período de formulação e vigência do Lumiar, e a perspectiva política do MST, no mesmo período.²

² A CPT não tinha, nesse período, uma formulação sistematizada e documentada sobre suas concepções a esse respeito. No entanto, na Paraíba, suas práticas de apoio às áreas de conflito de terra e aos assentamentos se aproximavam mais das concepções do MST do que da CUT, CONTAG e FETAG/PB. As práticas da CPT em relação ao Projeto Lumiar na Paraíba serão analisadas nos capítulos seguintes, juntamente com as práticas das demais entidades.

1. Desenvolvimento e Assentamentos Rurais: o cenário macro-social

A discussão sobre desenvolvimento e assentamentos rurais, que interessa a este trabalho, se nutre e se referencia no interior do debate sobre a relação entre *desenvolvimento local sustentável* e *agricultura familiar*, que se processava no período de formulação e implementação do Projeto Lumiar.

O debate relativo à compreensão de cada um dos termos “desenvolvimento”, “local”, “sustentabilidade” e “agricultura familiar” extrapolava as razões de ordem acadêmica, na direção do debate das políticas que formulavam e/ou executavam projetos de intervenção social, de forma diversificada, nas áreas de assentamentos. Sejam políticas formuladas pelo Estado, por ONGs ou por entidades ou movimentos dos trabalhadores.

A discussão desses termos tem remetido, pelo menos nas últimas décadas, ao debate de outros temas correlatos, tais como: a relação urbano/rural; a relação produtividade e preservação do meio ambiente; a relação saber técnico e saber popular; a inter-relação entre os níveis econômico, social, cultural e político na abordagem dos problemas a serem trabalhados; as formas de participação e da importância que se dá à percepção e a postura dos agricultores familiares e demais personagens envolvidos nos processos desencadeados por essas políticas. Em que medida esses processos podem ser considerados emancipatórios e alternativos ou, de outro lado, como não tendo viabilidade econômica e política? Que critérios têm sido utilizados para essas considerações? A que tipos de interesses e expectativas esses diferentes critérios de análise dos assentamentos rurais e da agricultura familiar no Brasil correspondem? Ou seja, que tipos de sentido se tem tentado produzir para a Reforma Agrária e para a valorização, crítica ou desqualificação da agricultura familiar? Discutir essas questões e tentar dar respostas a elas é uma forma de se posicionar em relação ao sentido que se quer dar ao processo de desenvolvimento do País e, em particular, o sentido da participação popular nesse processo, no caso, através da agricultura familiar e, particularmente, dos assentamentos rurais.

A discussão sobre esses termos e temas, a partir de como o debate emerge de práticas sociais concretas, produzidas por sujeitos sociais localizados, requer que se faça também um levantamento do “estado da arte”, de como essa discussão está ocorrendo

no cenário público mais amplo, no período histórico em que essas práticas são vivenciadas.

O conjunto dessas discussões, ao incorporar, como elemento fundamental, as percepções que os atores locais envolvidos nessas práticas elaboram, necessita que se articulem essas percepções com o debate que se dá a um nível social mais amplo, tanto nas políticas governamentais, como nos vários setores da sociedade civil que se envolvem com o assunto, para se verificar em que medida as instâncias diferentes de discussão (atores locais, agentes estatais e de entidades civis) estão ou não sintonizadas entre si, complementando-se ou confrontando-se.

Além disso, o estudo desses temas torna-se estimulante, talvez pelo caráter emblemático que as questões da terra e do mundo rural propõem para a sociedade como um todo, apesar das desqualificações feitas sobre esse debate: o que é para ser tido apenas como tradição, raiz longínqua, página virada, insinua-se como atual, querendo influir no presente e no futuro da sociedade.

A) Desenvolvimento Rural

Do ponto de vista do Governo de Fernando Henrique Cardoso, de onde o Projeto LUMIAR foi concebido e implantado, o tema do desenvolvimento rural, na perspectiva da agricultura familiar, foi tratado em documentos oficiais do Ministério de Políticas Fundiárias, particularmente através dos programas oficiais do INCRA e do Programa Nacional de Apoio à Agricultura Familiar (PRONAF) (Oliveira; Ieno Neto, 1999).

Analisando o documento oficial de implantação do Projeto LUMIAR do INCRA, relativo à assistência técnica à agricultura familiar nas áreas de assentamentos de reforma agrária no Brasil, assim como o Sistema ITOG de desenvolvimento empresarial, como programa oficial do INCRA de capacitação em apoio à reforma agrária, nesse período, a questão do desenvolvimento rural apresenta-se como a capacidade de estruturar as unidades de produção agrícola para que possam estar

“inseridas de forma competitiva no processo de produção, voltadas para o mercado, integradas à dinâmica do desenvolvimento municipal e regional” (INCRA, 1997: 4).

No Programa de Capacitação em Apoio à Reforma Agrária, na cartilha sobre “Objetividade dos Planos de Desenvolvimento” produzida pelo projeto INCRA/PNUD afirma-se:

“Os planos de desenvolvimento e os projetos de investimento agrícola dão, em geral, importância aos aspectos técnicos e tecnológicos, deixando de enfatizar que as estratégias neles mencionadas se destinam à obtenção de renda. (...) No campo da educação e da capacitação os desvios são por vezes mais marcantes, conduzindo o agricultor a examinar aspectos ideológicos e a enfatizar as conquistas sociais e políticas, construindo organizações e empresas inadequadas à sua atividade econômica”. (INCRA/PNUD, 1996: 5).

Portanto, trata-se de formular o desenvolvimento como a obtenção, pelas unidades produtivas agrícolas, da capacidade de tornarem-se competitivas no mercado e produzirem renda aos produtores, como “meta focal”.

Do ponto de vista de entidades ligadas ao movimento sindical dos trabalhadores rurais, como a CUT e, em especial a CONTAG, a temática do desenvolvimento e do desenvolvimento rural tem sido colocada como prioridade na atuação dessas entidades (CUT/CONTAG, 1998; CONTAG, 1999; CUT, 2001). O documento “Desenvolvimento e Sindicalismo Rural no Brasil” produzido para um projeto de atuação conjunta entre a CUT e a CONTAG, em 1998, afirma:

“Apesar de ouvirmos a palavra ‘desenvolvimento’ com enorme frequência, é muito raro que seu sentido seja bem explicado. (...) Praticamente todos os grandes dilemas do mundo contemporâneo estão concentrados nessa noção. Tudo o que no passado esteve associado à idéia de ‘progresso’ foi transferido para a palavra ‘desenvolvimento’. (...) Por isso, enquanto não surgir uma palavra que melhor sintetize essa forte esperança na revalorização da vida no espaço rural não há motivo para se dispensar a idéia de desenvolvimento, por mais ambigüidades que ela possa conter. (...) O desenvolvimento humano é, assim, um processo de alargamento das escolhas das pessoas bem como de elevação do nível de bem estar atingido.” (CUT/CONTAG, 1998: 11-13).

A CONTAG, em documento próprio de 1999, afirma que

“o desenvolvimento deve incluir crescimento econômico, justiça, participação social e preservação ambiental. Esse desenvolvimento deve privilegiar o ser humano na sua integralidade, possibilitando a construção da cidadania.” (CONTAG, 1999: 4).

A CUT, no documento “Desenvolvimento Local e Economia Solidária: proposta de políticas públicas municipais”, de setembro de 2001, concorda que

“independentemente do posicionamento teórico e ideológico, desenvolvimento é entendido como um processo de crescimento da produção e de melhoria das condições de vida, ou seja, a geração de riquezas deve estar associada a (...) distribuição de renda.”

No entanto, acrescenta: “... o desenvolvimento deve estar baseado em relações de solidariedade, o que diz respeito à forma de regulação das relações internas, sejam elas econômicas ou sociais”. (CUT, 2001: 12).

Portanto, no caso das entidades que organizam o movimento sindical rural, a nível nacional, o tema do desenvolvimento inclui, necessariamente, questões ligadas a “alargamento das escolhas das pessoas”, “construção da cidadania” e “relações de solidariedade”. Ou seja, descola da visão governamental, no período FHC, essencialmente economicista.

Entretanto, diferentemente do “novo sindicalismo” da década de 1970, que deu origem à CUT e reformulou a atuação da CONTAG, o conceito de classes sociais fica ausente no debate atual sobre desenvolvimento proposto por essas entidades sindicais. Pelo menos é o que se constata nos documentos oficiais dessas entidades que discutem e propõem ações nessa área. Em nenhum desses documentos, o conceito de classes sociais é citado e nem é referência, seja para analisar a situação do País ou para embasar as propostas de ação sindical. Esta constatação pode ser indicativo de uma nova forma de pensar o movimento sindical em sua relação com a sociedade, com o Estado e com os próprios trabalhadores, revelando novas estratégias de luta sindical e política, baseadas não mais no antagonismo de classe entre patrões e operários, mas na formulação e gestão de políticas públicas que signifiquem novos contratos sociais entre trabalhadores, empresários e o Estado, dentro dos parâmetros de uma sociedade capitalista. O que está presente na formulação que essas entidades sindicais fazem é a prioridade dada à questão das relações de poder entre decisões governamentais, no âmbito das políticas públicas, e a ação organizada dos trabalhadores, na medida em que falam, com destaque, em alargar as escolhas, cidadania e solidariedade.

Essa é uma das principais divergências do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST) em relação às posições da CUT e CONTAG³, na medida em que considera que a melhoria das condições de vida dos trabalhadores, de um modo geral, e dos agricultores familiares, em particular, está impedida de se viabilizar pelos interesses do capital. Estes exigem, de forma estrutural na sociedade brasileira, a exploração econômica e a dominação política do capital sobre os trabalhadores. Portanto, para o MST, não se trata de discutir as possibilidades do desenvolvimento dentro das regras institucionais de uma sociedade capitalista. Trata-se de organizar e viabilizar experiências, nos assentamentos de Reforma Agrária, que sejam exercícios organizativos para a gestação de um outro projeto de funcionamento da sociedade, que supere a submissão estrita aos interesses do capital.

“Quando o MST optou pela forma de luta ação direta, concretizada na ocupação de terras, ele inseriu-se diretamente em uma luta de classes contra o capital”. (Carvalho, 2002: 244).

“O MST, simbolicamente, considera que a sua luta social objetiva derrubar três cercas: a do latifúndio, a da ignorância e a do capital”. (idem: 249).

No campo acadêmico e das ONGs que trabalham com o tema do desenvolvimento rural, há uma extensa produção, analisando diversos aspectos dessa questão, desde o ponto de vista histórico e das implicações técnicas, ambientais e econômicas dos diversos modelos de desenvolvimento rural, até os estudos que tratam dos mecanismos de resistência camponesa e de agricultores assentados, frente as imposições decorrentes de um modelo de desenvolvimento que os inclui subalternamente.

Diferentemente da ideologia do progresso como crescimento econômico, da década de 1950 e 1960, a noção de desenvolvimento, atualmente, na maioria das vezes, evidencia a interação dos aspectos econômicos com aspectos socioculturais. Porém, a noção de desenvolvimento apresenta-se como evidente e universal, sendo, muitas vezes, sinônimo de modernização. Esta noção implica o caminho da superação do que é considerado atrasado para o que é moderno; da desqualificação do tradicional para o

³ Sobre as divergências entre a CONTAG, CUT e MST, ver o Capítulo 1, com o título *“Legislação agrária e disputas políticas, 1964-1995”*, do livro *A alternativa dos assentamentos rurais: organização social, trabalho e política* de Sônia Maria Bergamasco e Luiz Antonio Norder, publicado pela Editora Terceira Margem (SP), 2003.

caminho único da eficiência técnica, a qual garantiria uma produtividade que possa ser competitiva no mercado. (Almeida, 1997).

Pela constatação de inúmeros estudos acadêmicos sobre a ineficiência dessa noção de desenvolvimento como fator de superação das desigualdades sociais e da insustentabilidade ambiental, esses estudos propõem uma noção de desenvolvimento rural que se aproxima das formulações do movimento sindical, quando incorporam, nessa noção, a exigência da participação política, como condição de transformar excluídos e marginalizados em cidadãos. Essa noção de desenvolvimento comporta

“projetos de mudança social na direção de valores como equidade, democracia, diversidade cultural, autossuficiência, ética e outras temáticas que dirigem o debate para além da relação entre meios e fins dominantes do crescimento econômico e da acumulação de capital.” (Acsehrad, 1997: 12).

O que se pode observar é que as noções de desenvolvimento e desenvolvimento rural são muito mais do que conceitos em busca de uma definição tecnicamente precisa, pois são formulações que incorporam, nelas mesmas, a polêmica e a disputa política. Por isso, a noção de desenvolvimento rural, no âmbito deste trabalho, deverá ser discutida a partir da análise das expectativas dos vários atores envolvidos na experiência do Projeto LUMIAR na Paraíba, ou seja, do governo federal, através do INCRA, de organizações da sociedade civil, particularmente, MST e CPT, bem como pela produção acadêmica no período estudado.

B) Desenvolvimento local sustentável

Da mesma forma, as idéias de “desenvolvimento local” e “desenvolvimento sustentável” permitem concepções diferentes entre si, na medida em que representam estratégias de reprodução ou de transformação de modelos de organização social instituídos, uma vez que são articuladas a projetos sociais distintos, os quais representam interesses e concepções de grupos sociais divergentes.

“Há centenas de definições de sustentabilidade. (...) Ao adentrar na discussão do ‘desenvolvimento sustentável’, entra-se no campo ideológico-político, mesmo que embasado sobre uma reflexão científica. (...) Colocamos como hipótese que a construção de um novo projeto para o desenvolvimento da humanidade passa pelos experimentos, lutas e contradições da sociedade. Mais do que um projeto, trata-se de

múltiplos projetos que talvez possam configurar um novo modelo de desenvolvimento.” (Leroy, 1997:17).

A noção de sustentabilidade parte da constatação de que, nos últimos 50 anos, apesar e em função do enorme crescimento econômico ocorrido depois da Segunda Guerra Mundial, não se conseguiu resolver os problemas sociais e eliminar a miséria da grande maioria dos países do mundo, assim como agravou-se, fortemente, a crise da relação entre produção econômica e meio ambiente, em prejuízo acentuado deste. (Layrargues, 1997).

Conforme Henri Acselrad (1997), a sustentabilidade tem sido formulada, por alguns grupos, como uma idéia capaz de substituir a de progresso e propor um “desenvolvimento centrado no povo”. Esse autor faz um mapeamento das principais idéias formuladas por ocasião do Fórum Internacional de ONGs, realizado no Rio de Janeiro, em 1992, sobre o que se estava entendendo por sustentabilidade nesse evento. De forma resumida, as principais idéias eram: a) resistência a todos os processos que levam à concentração de poder; b) democratização dos processos decisórios relativos às condições de existência e de trabalho da população de um modo geral; c) respeito e promoção da diversidade cultural; d) resistência estratégica à privatização dos recursos naturais; e) repúdio à adoção de políticas econômicas internacionais que restrinjam os direitos das nações ao livre comércio; f) afirmação dos direitos de cidadania; g) pensar e trabalhar as questões ambientais articuladas às questões sociais. Dessa forma, o tema do desenvolvimento sustentável tem uma dimensão, fundamentalmente, sócio-política e não apenas ambiental no sentido estrito.

Porém, para o mesmo autor, os grupos dominantes têm buscado descaracterizar o debate da sustentabilidade de sua relação com as lutas sociais:

“No campo das idéias dominantes, porém, o debate tem, ao contrário, buscado descolar a sustentabilidade do espaço das lutas sociais. Pois ao remetê-la ao direito das populações futuras, se está obscurecendo, em alguma medida, a desigualdade presente.” (Acselrad, 1997: 16).

Nessa mesma direção, o movimento sindical dos trabalhadores rurais define desenvolvimento sustentável como:

“um processo de mudança e elevação das oportunidades sociais que compatibilize o crescimento econômico, a conservação dos recursos naturais e a igualdade social.” (CONTAG, 1997: 19).

A tentativa deste estudo é procurar identificar, nas práticas do Projeto Lumiar na Paraíba, onde e como a questão da sustentabilidade aparece. As versões distintas sobre o próprio sentido da reforma agrária e sobre a importância da agricultura familiar já são indicativos de como a questão da sustentabilidade aparece para os vários sujeitos envolvidos nessas práticas. Os próprios planos de desenvolvimento dos assentamentos e a forma de produzi-los também indicam como esse assunto foi tratado e com que conteúdo. Aqui entra a questão da viabilidade ou da sustentabilidade dos assentamentos e da agricultura familiar de um modo geral.

Ghislaine Duque, na Introdução do livro “Agricultura Familiar, Meio Ambiente e Desenvolvimento”, organizado por ela, afirma que a viabilidade refere-se aos aspectos econômicos e ao curto prazo, enquanto a sustentabilidade, aos aspectos ecológicos e sociais e ao longo prazo. Afirma:

“Entendemos por viabilidade a capacidade da unidade familiar produzir renda suficiente para manter seus membros com dignidade, com um nível de qualidade de vida que lhes pareça suficiente em comparação de outras alternativas a seu alcance (apreciação evidentemente subjetiva), sem precisar para isso se desfazer definitivamente de parte de seu capital produtivo. (...) A unidade familiar sustentável é aquela capaz de persistir no tempo, e para isso estão em jogo, além dos fatores econômicos, a preservação do patrimônio ecológico e as condições sociais que fornecem aos membros da família, em particular aos jovens, o ambiente de inter-relações, a qualidade de vida (educação, serviços de saúde, lazer) e sobretudo o gosto de permanecerem na atividade, mesmo tendo outras alternativas.” (Duque, 2002: 8).

As discussões sobre viabilidade, sustentabilidade e os processos de construção de cada uma delas sempre estiveram presentes no interior da experiência do Projeto Lumiar, sendo, em vários momentos, o eixo principal em torno do qual os vários sujeitos sociais implicados se posicionaram, aproximando ou conflituando pessoas, grupos e entidades, produzindo sentidos distintos sobre a própria razão de ser da Reforma Agrária, da agricultura familiar, do desenvolvimento rural e das políticas públicas implementadas.

A discussão sobre o desenvolvimento local, por sua vez, enfatiza, com prioridades distintas, dois fatores principais: a possibilidade de uma participação mais concreta da população local na formulação e na implementação dos projetos de desenvolvimento que lhe interessa, assim como a otimização dos recursos existentes em cada localidade.

“Não é fácil encontrar a palavra certa para circunscrever adequadamente o ‘nível local’ (...). Um termo freqüentemente usado é o de ‘comunidade’ (...).” (Castellonet, Hébette, Henchen, 2000: 73).

Pensar o “local” pelo viés do conceito de comunidade remete à polêmica que este conceito tem provocado na área das ciências sociais (Leroy, 1997). No entanto, a formulação do “desenvolvimento comunitário” feita pela SUDENE nos anos 70, das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) da Igreja Católica, nos anos 70 e 80, e a retomada desse conceito na atualidade, indica a importância que o nível local passa a ter, como referência, quando os horizontes mais gerais estão distantes, dispersos ou ausentes.

Para o movimento sindical, o “local” é identificado, sobretudo, com o município. A CONTAG, numa cartilha sobre “desenvolvimento local sustentável baseado na agricultura familiar”, destinada a seu programa de formação de dirigentes, afirma:

“O desenvolvimento local é o resultado da ação articulada do conjunto dos diversos agentes sociais, culturais, políticos e econômicos, públicos ou privados, existentes no município e região, na construção de um projeto estratégico que orienta as suas ações a longo prazo.” (CONTAG, 1997: 19).

A CUT também, em documento oficial, afirma:

“O desenvolvimento local é determinado tanto por condições sociais, políticas e econômicas externas, quanto pelas relações sociais construídas na realidade local. (...) As prefeituras passam a ter um papel mais ativo no desenvolvimento social e econômico dos municípios.” (CUT, 2001: 16).

Em todas as formulações, há sempre uma referência sobre a necessidade de articular as questões, problemas e projetos locais com um contexto mais amplo, tanto a nível nacional, como internacional.

O que a prática de trabalho junto a comunidades e grupos locais, na Paraíba, tem sugerido é que a definição de um espaço de referência comum a um grupo é fator importante na forma como o grupo se percebe e percebe o sentido de sua existência. A elaboração do que se entende por “local” é um componente importante na explicitação do que possa estar subentendido, quando se fala em desenvolvimento.

Afirmar que a centralidade do que é considerado “local” é, por exemplo, a comunidade ou o município já indica diferenças significativas em relação ao como se pensa o conceito, as estratégias de atuação e o sentido do desenvolvimento. As

discussões nos assentamentos trabalhados pelo Projeto Lumiar, na Paraíba, envolveram essas e outras questões relativas ao entendimento do que seja o local, como, por exemplo, a relação entre o urbano e o rural, versões distintas sobre a história, potencialidades e limites locais. Qual a relação entre a percepção do que é o “local” e os processos de produção de identidades; que tipos de enfrentamentos foram produzidos por formas diferentes de percepção sobre a relação entre o “local”, o regional e o nacional. Em que medida essas questões interferiam nos projetos de desenvolvimento dos assentamentos.

Além disso, a situação de transição vivida nos assentamentos, recentemente implementados enquanto tal e atendidos pelo Projeto Lumiar, potencializou ainda mais essa discussão. Para esses assentamentos, nesse período, o “local” foi objeto de um processo de construção coletiva e de ressignificação individual. Dizer “*somos do assentamento tal*” e “*sou do assentamento tal*” indicava, como em todo processo de construção de afinidades e de identidades, a forte presença de elementos de ordem subjetiva referenciando as falas e as ações dos assentados. Como processo de construção subjetiva estava carregado das ambigüidades comuns nessas situações: era necessário falar e agir para se poder pensar e encontrar formas de lidar com as divergências existentes no coletivo do assentamento, nos sub-grupos, nas famílias, nas pessoas.

Trazer, portanto, o “local”, como referência, para se pensar o desenvolvimento implica valorizar e reconhecer as singularidades dos grupos sociais, das situações estudadas ou trabalhadas e do processo de construção do “local” como referência existencial.

Por outro lado, a discussão sobre a relação entre o local e o geral, a margem de autonomia local frente aos interesses mais gerais do capital - dos pontos de vista econômico, financeiro, político e cultural - formula questões fundamentais a serem debatidas para o equacionamento do grau dessa autonomia e das possibilidades de se exercitar alternativas sobre o que e como produzir e seu autogerenciamento.

Portanto, a decisão sobre o que e como produzir nos assentamentos está fortemente relacionada com a questão local, não só pelas características e potencialidades físicas da região e das especificidades econômicas e da comercialização, mas também pela herança cultural dos produtores que desenvolve e condiciona saberes, habilidades, formas de raciocinar, vocações e convicções. Mas,

como articular estas possibilidades frente ao que os interesses do capital estabelecem como limite?

O termo “desenvolvimento local sustentável”, portanto, está fortemente constituído de conflitos, divergências e de elementos de ordem subjetiva, que em vez de torná-lo frágil, como instrumento para orientar a prática social, o torna forte como possibilidade de problematização e alargamento das alternativas que objetivam superar os limites do que está instituído.

C) Agricultura Familiar

A luta pela Reforma Agrária no Brasil – retomada a partir de meados da década de 70, inicialmente apoiada pela Pastoral Rural da Igreja Católica (a qual deu origem a CPT) e, posteriormente, assumida pelo MST, na década de 80 – incentivou a mudança do debate sobre a agricultura brasileira, da dicotomia entre o grande e o pequeno estabelecimento agropecuário, para uma nova dicotomia entre a agricultura dos países subdesenvolvidos, baseada na agricultura patronal, e a agricultura dos países desenvolvidos, baseada, predominantemente, na agricultura familiar. (Freire, 1999: 77).

Dessa forma, o debate sobre a importância da agricultura familiar no Brasil, a partir desse período, penetra tanto nas instâncias governamentais, que se vêm pressionadas a dar respostas às demandas dos novos agricultores familiares, instalados nos assentamentos de Reforma Agrária, nas mais variadas regiões do País (INCRA/FAO, 2000), como nos movimentos e entidades civis que trabalham com a temática do mundo rural (CUT/CONTAG, 1998; CONTAG, 1999; CUT, 2001). Essa dinâmica reflete-se também na produção acadêmica, em diversas áreas de conhecimento (Ieno Neto & Bamat, 1998; Freire, 1999; Albaladejo & Veiga, 2000).

Hoje, discutir a questão do desenvolvimento no Brasil, exige uma referência necessária ao tema da agricultura familiar. Por isso, os agricultores familiares e os profissionais que trabalham diretamente com eles ou se interessam pelas suas questões, tornam-se personagens importantes nos debates que possam ser feitos sobre a vida brasileira, em vários de seus aspectos. Vale lembrar que, quando se está falando em agricultura familiar, se está falando no grupo familiar como um todo (homens e mulheres, pais e filhos, crianças, jovens, adultos e velhos), o que remete a situações complexas, ricas em potencialidades humanas e que problematizam a relação entre

organização familiar, atividade produtiva e comportamento econômico. (Abramovay, 1998).

Além disso, como ocorre em várias regiões da Paraíba e em muitos lugares do Brasil, os assentamentos rurais representam um ponto de inflexão numa história de praticamente 500 anos. Por exemplo, nos assentamentos de Reforma Agrária na região da várzea paraibana e em algumas regiões do Brejo Paraibano, os agricultores são protagonistas de uma mudança histórica muito forte: o desaparecimento das grandes usinas de açúcar, sustentáculo do poder das oligarquias rurais e de tudo o que elas representam na história da Paraíba (Capítulo 2). Nesses lugares e nesses espaços, emerge a agricultura familiar com personagens que, no contexto desaparecido, viviam de forma subalterna e, hoje, estão produzindo novos cenários, significativamente diferentes dos anteriores. Portanto, uma nova história tem possibilidades de emergir.

A agricultura familiar é um tema que suscita o debate, já a partir de sua própria definição. Lamarche (1993), reconhecendo a dificuldade de uma definição que dê conta de toda heterogeneidade social da agricultura familiar, opta pelo que ele chama de um esquema de análise geral, mas que garanta uma delimitação de um objeto de estudo:

“A exploração familiar, tal como a concebemos, corresponde a uma unidade de produção agrícola onde propriedade e trabalho estão intimamente ligados à família.” (Lamarche, 1993: 15).

O próprio autor reconhece que o termo “exploração familiar” é uma noção ambígua pela interface que possui com outras formas de produção agrícola, em particular com a exploração camponesa.

Não se trata de reproduzir aqui essa discussão, nem o enfoque tipológico que destaca as várias nuances possíveis da exploração familiar. O que interessa aqui é afirmar a relação estreita entre família e produção e, principalmente, a constatação de que:

“As explorações familiares agrícolas não constituem um grupo social homogêneo, ou seja, uma formação social que corresponda a uma classe social no sentido marxista do termo”. (idem: 18).

O autor afirma que a exploração familiar contém nela mesma uma diversidade de situações e condições de produção, de tal forma que, numa mesma comunidade, é possível encontrar formas de exploração familiar que estabelecem relações bastante diferenciadas entre a herança do passado e da tradição e as

expectativas que elaboram em relação ao futuro. É de se esperar que tudo isso produza formas objetivas e subjetivas diferenciadas de lidar com o presente, o que pode gerar confrontos e conflitos dos produtores com setores da sociedade mais geral, mas também entre os próprios produtores.

É importante citar aqui a definição de agricultura familiar aceita pelo INCRA, por ter esse órgão uma relação determinante com o objeto de estudo deste Projeto.

O estudo produzido conjuntamente pelo INCRA e FAO, publicado em fevereiro de 2000 e intitulado, de forma sugestiva, “Novo Retrato da Agricultura Familiar – O Brasil Redescoberto”, define agricultura familiar a partir das relações sociais de produção:

“a agricultura familiar pode ser definida a partir de três características centrais: a) a gestão da unidade produtiva e os investimentos nela realizados é feita por indivíduos que mantêm entre si laços de sangue ou de casamento; b) a maior parte do trabalho é igualmente fornecida pelos membros da família; c) a propriedade dos meios de produção (embora nem sempre a terra) pertence à família e é em seu interior que se realiza sua transmissão em caso de falecimento ou de aposentadoria dos responsáveis pela unidade produtiva”. (INCRA/FAO, 2000: 14).

O Censo Agropecuário de 1995/1996, do IBGE, registrou, no Brasil, 4,8 milhões de estabelecimentos agropecuários, dos quais 85,2% seriam de natureza familiar e responsável por 30,5% da área total e por 37,9% do valor bruto da produção:

“é interessante observarmos que a participação percentual no valor bruto da produção dos estabelecimentos familiares é superior a sua participação na área total, indicando que seriam mais produtivos do que os grandes estabelecimentos” (Freire, 1999: 79).

Por fim, cabe esclarecer que ao se falar em assentamentos rurais⁴ está-se utilizando o termo *agricultura familiar*, seja porque eles têm sido caracterizados como tal, seja também para dar ênfase à toda complexidade, heterogeneidade e dinâmica que a

⁴ “O termo ‘assentamento’ apareceu, pela primeira vez, no vocabulário jurídico e sociológico no contexto da reforma agrária venezuelana, em 1960, e se difundiu para inúmeros outros países. De forma genérica, os assentamentos rurais podem ser definidos como a criação de novas unidades de produção agrícola, por meio de políticas governamentais visando o reordenamento do uso da terra, em benefício de trabalhadores rurais sem terra ou com pouca terra. Como o seu significado remete à fixação do trabalhador na agricultura, envolve também a disponibilidade de condições adequadas para o uso da terra e o incentivo à organização social e à vida comunitária.” (Bergamasco, S. M.; Norder, L. A. C., 1996: 7 e 8).

formulação agricultura familiar possibilita, tanto do ponto de vista histórico, como sociológico, econômico, cultural e político. (Brumet e outros, 1993).

Porém, a complexidade e heterogeneidade da agricultura familiar revelam-se, principalmente, no cotidiano de sua existência. Ou seja, revelam-se através das relações sociais vividas no âmbito das comunidades locais, onde os fatores que aproximam e diferenciam esses agricultores entre si indicam a existência, entre eles, de expectativas distintas sobre os limites e possibilidades da agricultura familiar como forma de organizar a vida produtiva e social, a partir de um pedaço de terra disponível.

Portanto, uma análise de como a intersubjetividade entre expectativas distintas se expressa e produz a vida comunitária é um dos requisitos para o estudo dos processos de desenvolvimento da agricultura familiar nos assentamentos de reforma agrária.

2. Os assentamentos como um campo de disputa: as práticas de produção de sentido

Aníbal Quijano, no livro organizado por Boaventura de Souza Santos, “Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista” (Santos, 2002a), ao comentar a polêmica sobre o MST entre Zander Navarro, que denuncia o que considera o caráter autoritário e manipulador das práticas do Movimento, e Horácio Martins de Carvalho, que destaca a importância do MST por viabilizar a expressão política de setores marginalizados da população brasileira através da luta pela reforma agrária, destaca a complexidade que caracteriza os assentamentos:

“...em um espaço vasto e heterogêneo são também amplamente complexas e heterogêneas as condições de vida que resultam das ocupações de terra, da formação de novos povoados, das relações entre grupos de pessoas de diversas origens e histórias, das relações entre os líderes locais, regionais e nacionais, da emergência de formas e estruturas de autoridade, de emancipação ou de subalternidade das pessoas implicadas. Isto é, do projeto social que emerge com este movimento, o seu caráter, as suas perspectivas. (Quijano, 2002: 501).

O autor pergunta sobre o que, exatamente, as pessoas nos assentamentos de reforma agrária resistem? Para responder a essa pergunta, ele diz que, para isso, é

necessário reconhecer que o “*fundamental é o projeto sobre o poder, do qual depende, sem dúvida, o que fazer com a terra e com o trabalho no campo*”. (Idem: 502).

Portanto, reconhecer a heterogeneidade existente em cada assentamento⁵ e no conjunto deles, mesmo que numa região determinada, não é suficiente. A questão é o que se faz com esse reconhecimento.

Há sempre a possibilidade de se desconsiderar essa heterogeneidade na busca, apenas, do que há de comum nos assentamentos, objetivando a construção de modelos abrangentes de análise.

Ao enfatizar, pelo contrário, essa heterogeneidade, na perspectiva de uma análise molecular dos assentamentos, se dá atenção à composição, histórias e práticas que sustentam dinâmicas internas próprias a cada comunidade, caracterizadas por relações de poder singulares a respeito das ações, concepções, projetos distintos existentes em cada uma delas.

Essa análise molecular deve estar articulada aos fatores de ordem objetiva da economia, do meio ambiente, da ação do Estado, que expressam interesses e concepções políticas mais gerais da sociedade. Tais fatores têm desdobramentos concretos nos assentamentos e produzem reações diferenciadas entre os assentados, na medida em que esses desdobramentos se aproximam ou se afastam do que cada assentado, ou grupos específicos deles, têm elaborado, de forma subjetiva, como idealização do que poderia ser a vida no e a partir do assentamento.

Essas reações diferenciadas dos assentados contêm elementos carregados de subjetividade e se caracterizam por formas distintas de se perceber e se posicionar frente a uma realidade comum, composta de fatores concretos e objetivos. Essas reações originam disputas e confrontos pelo poder de decidir e experimentar possibilidades diferenciadas entre si sobre o sentido de viver e trabalhar nos assentamentos, particularmente, sobre o quê, como, para quem, para que, onde, quanto, com quem produzir.

Esta perspectiva reconhece que a heterogeneidade é fator constitutivo da agricultura familiar e, portanto, dos assentamentos. Analisar como essa heterogeneidade se compõe, se expressa e flui, nos assentamentos, é fundamental para se entender os movimentos dos assentados, tanto internamente, como na relação com a sociedade, com

⁵ Zimmermann (1994) caracteriza o assentamento como “*espaço de relações sociais, onde as características heterogêneas individuais, homogeneizadas no processo de luta pela terra, ressurgem em bases novas.*” (p. 205).

suas entidades e movimentos e com o Estado. Permite, também, aceitar que os diferentes dispositivos produzidos pelos assentados, para lidar com os confrontos e eventuais conflitos existentes, expressam projetos políticos distintos sobre o que fazer com a terra, com o trabalho e com a vida social.

Vale lembrar que esses dispositivos são produzidos pelos assentados nas suas relações diferenciadas com os vários sujeitos com quem interagem nos (e a partir dos) assentamentos.

Esta opção analítica se aproxima da assumida por Caume (2002): “... *construo sociologicamente meu objeto de pesquisa a partir de uma postura analítica que compreende o ‘assentamento de reforma agrária’ enquanto um espaço social específico, caracterizado pela presença de uma rede de relações de poder que envolve trabalhadores rurais assentados e as múltiplas instâncias sociais que intervêm nos assentamentos (Estado, Movimentos dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, sindicatos e agentes religiosos).*” (Caume, 2002: 5).

A escolha desta perspectiva de análise requer que se estabeleça uma conexão entre as relações sociais que se produzem no âmbito micro-social e os fatores de ordem mais geral da sociedade, particularmente os de ordem econômica e política. Essa tentativa busca exercitar uma forma de análise que, ao procurar superar a visão economicista do desenvolvimento, não corra o risco de psicologizar as relações sociais, como se fossem apenas expressões de relações de poder pelo poder, análise esta que se esgota no âmbito das atitudes, comportamentos interpessoais, dinâmica dos pequenos grupos, em que autoritarismo e democracia representam apenas pólos de uma escala que visa montar uma tipologia comportamental ou que expressariam, apenas, manifestações de uma estrutura psicológica interna a cada indivíduo.

A experiência de trabalho junto a agricultores familiares paraibanos (Ieno Neto, 1990), o acompanhamento do desenrolar do Projeto Lumiar, a contribuição de importantes autores que estudam a questão camponesa e da agricultura familiar (entre outros, Wanderley, 2003; Menezes, 2002; Abramovay, 1998; Lamarche 1993 e 1998) e que estudam e discutem os principais dilemas e desafios da atualidade, no sentido de propor alternativas de emancipação (Santos, 1995 e 2002), permitem afirmar a necessidade de destacar que o tema do desenvolvimento não se resume à sua dimensão econômica. O desenvolvimento deve ser considerado como uma dinâmica social desencadeada, entre outros fatores, por processos de produção de concepções e

expectativas de vida social distintas, que se confrontam e disputam possibilidades de se viabilizar como projetos sociais diferenciados entre si. (Brandenburg, 1999).

Dizer isso significa afirmar que as concepções, expectativas, projetos de vida expressam conteúdos subjetivos distintos sobre a avaliação do que foi vivenciado no passado, do que está sendo vivido no presente e do que se espera para o futuro. Neste trabalho, o termo subjetividade pretende indicar que a diversidade de avaliação do vivido e do que se espera do futuro incorporam singularidades de cada indivíduo ou de cada grupo, mesmo entre aqueles que viveram e vivem condições que, por critérios de ordem quantitativa e estatística, possam ser consideradas comuns. Essas singularidades expressam não só a capacidade dos seres humanos pensarem diferentemente uns dos outros, mas também o fato de se aproximarem ou se afastarem entre si, conforme o conteúdo das formulações que fazem sobre a vida social.

Além disso, o termo subjetividade, aqui, pretende indicar que essas singularidades são conjunturais, dinâmicas, fluídas, portanto, históricas, tanto para cada indivíduo como para cada grupo. Isto não quer dizer que são fortuitas, mas são referenciadas distintamente pelo concreto da vida, definido pelas condições econômicas e políticas produzidas no âmbito local e mais geral da sociedade.

O termo subjetividade emerge da noção de sujeito, a qual incorpora, conforme Eder Sader, a idéia de autonomia: *“Nessa concepção, sujeito autônomo não é aquele (pura criação voluntarista) que seria livre de todas as determinações externas, mas aquele que é capaz de reelaborá-las em função daquilo que define como sua vontade. Se a noção de sujeito está associada à possibilidade de autonomia, é pela dimensão do imaginário como capacidade de dar-se algo além daquilo que está dado.”* (Sader, 1988: 56).

Portanto, ao se falar em subjetividade está-se falando de uma pluralidade de sujeitos com práticas, concepções, expectativas e projetos de vida social que revelam, conforme Eder Sader, posicionamentos políticos mutáveis e intercambiáveis nas situações concretas de vida social.

Nesse sentido, nos assentamentos trabalhados pelo Projeto Lumiar na Paraíba, - que na sua grande maioria eram assentamentos recém-instalados, portanto numa fase aguda de transição para as pessoas que neles passaram a reconstruir suas vidas, a partir de novos parâmetros - as avaliações subjetivas sobre o concreto da vida, o qual ainda era muito instável e, portanto, de difícil sistematização, produziam uma

multiplicidade de expectativas diferenciadas sobre a nova condição de vida. Afinal, o que pode ser considerado objetivo numa situação absolutamente instável?

A ênfase na importância das dimensões de ordem subjetiva da vida social, quer seja colocada pelas condições vivenciadas nas práticas de trabalho e/ou pelas concepções teóricas assumidas, requer a construção de procedimentos de estudo e pesquisa coerentes com essa ênfase. Por exemplo, não se irá buscar “modelos” que sintetizem e, assim, homogeneízem as práticas sociais, seja a assistência técnica ou a organização social e produtiva dos assentamentos.

Como se trata de um processo de transição, há várias concepções, expectativas e práticas que se experimentam e se confrontam, e cada uma delas é suficientemente frágil para se instalar de imediato. Fixar-se, em termos de análise teórica, na busca de modelos constituídos ou já em busca de hegemonia frente a outros modelos, pode produzir o risco de desprezar-se a multiplicidade de expectativas existentes nessas situações e, com isso, contribuir para simplificar e empobrecer uma experiência muito importante do ponto de vista popular, tanto pela dimensão política que a luta pela reforma agrária tem no Brasil, como pela importância de seu caráter de experimentação coletiva de novas possibilidades de trabalhar e viver.

Como afirma Thompson (1981), num momento de transição, em que várias concepções e formulações de vida social se enfrentam abertamente e não há uma definição institucionalmente predominante, setores sociais diferentes desenvolvem concepções de vida social divergentes e lutam por elas em vários terrenos da vida humana. Isso ocorre tanto ao nível macro como micro social. No caso dos assentamentos, essas diferentes concepções não se expressam, necessariamente, de forma clara, mas, muitas vezes, de forma dissimulada, tanto na maneira de expressar seus conteúdos, como na forma de criar resistência ao que está sendo percebido como dominante (Menezes, 2002). Não há modelos, essas táticas de comportamento individual e de grupo são diferentes em cada situação e lugar. O que há de comum é que são múltiplas, se confrontam, seja para se integrarem ou para a disputa, seja para a construção de consensos táticos ou para o conflito, seja para falar ou calar no espaço público.

A multiplicidade de concepções sobre “desenvolvimento local sustentável e agricultura familiar” não se dá apenas no âmbito acadêmico ou político-institucional. Dá-se também no âmbito das práticas e concepções dos grupos populares do meio rural. O que se pretende é tentar analisar o jogo de forças entre essas concepções distintas.

Como as regras desse jogo são produzidas e transformadas pelos diversos atores sociais envolvidos? É nessa perspectiva que este estudo pretende analisar as práticas do Projeto Lumiar na Paraíba.

No entanto, sendo a preocupação principal do estudo discutir como a vida produtiva e organizativa nos assentamentos expressou a heterogeneidade de concepções e práticas entre os assentados, técnicos e agentes de políticas públicas, o questionamento de Boaventura de Souza Santos (1995) faz sentido:

“Como é possível explicar a natureza evidente da noção do ‘econômico’ como um domínio separado e autônomo e das correspondentes noções do ‘político’ e do ‘jurídico’ como atributos exclusivos do Estado?” (Santos, 1995: 121).

Esta é uma questão central para este estudo. Conforme afirma Santos (1995), o conceito de poder está na origem da distinção entre Estado e Sociedade Civil e também na origem da distinção entre o “econômico” e o “político”. Essas distinções acabam produzindo uma concepção homogênea e bem definida de poder, atribuindo-lhe um lugar específico e exclusivo: o Estado. Esse autor chama atenção para o fato de que essa concepção de poder desconsidera todas as outras formas de exercícios de poder, na família, nas empresas, nas instituições não estatais, nos grupos sociais de um modo geral, as quais são diluídas no conceito de relações privadas, no âmbito da intimidade de cada indivíduo, produzida por uma hipotética dinâmica psicológica, que se explica por si própria, fora das relações econômicas, sociais e políticas.

Segundo Santos (1995), esse paradigma tem sido objeto de muitas críticas, particularmente a mais radical, feita por Foucault (1979; 1987).

“Segundo Foucault, a partir do século XVIII, precisamente no momento em que a teoria liberal procurava identificar o poder social com o poder do Estado, surgiu nas sociedades modernas uma outra forma de poder bem mais disseminada e eficaz, o poder disciplinar, ou seja, o poder da normalização das subjetividades tornado possível pelo desenvolvimento e institucionalização das diferentes ciências sociais e humanas. Esta forma de poder – o poder-saber das disciplinas cercou e esvaziou o poder político-jurídico, e de tal modo que, ao lado dele, o poder do Estado é hoje apenas uma entre outras formas de poder e nem sempre a mais importante.” (Santos, 1995: 124)

Mesmo reconhecendo a importância das idéias de Foucault, Santos faz uma forte objeção a elas: *“O problema desta concepção é que, embora chame, e bem, a atenção para a multiplicidade de formas de poder em circulação na sociedade, não permite determinar a especificidade de cada uma delas nem a hierarquia entre elas.*

(...) Foucault leva longe demais o argumento da proliferação das formas de poder, e a tal ponto que ele se torna reversível e autodestrutivo.” (Santos, 1995: 125).

Em outra passagem de seu livro, ele afirma: *“Concordando com muito da crítica de Foucault, não partilho da racionalidade da conclusão a que ele chega. (...) do ponto de vista da emancipação, é possível pensar em novas formas de cidadania, (...) em que seja possível uma relação mais equilibrada com a subjetividade. (...) A tendência foucaultiana para homogeneizar as diferentes formas de poder sob o conceito-chave do poder disciplinar, (...), acaba por conduzir (...) a uma concepção da opressão onde não é possível pensar a emancipação.” (Santos, 1995: 247).*

Boaventura de Souza Santos tem se dedicado ao estudo e a elaboração de propostas de desenvolvimento social na atualidade que tentem superar o que tem sido produzido de regulação social para pesquisar caminhos de emancipação. Não deixa de ser interessante que esse autor vá buscar referência, mesmo polemizando, num autor como Michel Foucault que estuda e denuncia os mecanismos e dispositivos sociais de produção de subjetividades que disciplinam e subjagam as pessoas e os grupos a reproduzirem o que está instituído, a serviço da opressão.

Portanto, esse é o objetivo: buscar entender como, na experiência localizada do Projeto Lumiar na Paraíba, no âmbito da atividade produtiva, se deu o confronto entre as práticas e discursos sociais que contribuíram para a regulação, normatização e disciplinamento das energias emancipatórias que essa experiência pode ter produzido e as práticas que tentaram deixar essas energias fluírem, visando ao “afloramento de novos vetores da terra”.

Por essa preocupação, é que é necessário explicitar o entendimento de que as atividades produtivas interessam não só pela sua dimensão econômica, por exemplo, melhorar a renda dos assentados e nem, simplesmente, como um reflexo mecânico da ação estatal, mas, principalmente, por essas atividades conterem e expressarem expectativas distintas sobre a razão de ser, sobre o sentido dos assentamentos de reforma agrária e da agricultura familiar, que foram possíveis de serem explicitadas e percebidas durante a vigência do Projeto Lumiar na Paraíba.

Se o sentido geral da reforma agrária e dos assentamentos rurais é, não só democratizar o acesso à terra, mas também fazê-la produzir de forma democrática, a importância das atividades produtivas, nos assentamentos, inclui dimensões que vão além da quantificação de índices econômicos. É necessário identificar propostas de novos padrões que possam referenciar as formas de convivência familiar e coletiva para

se conseguir o objetivo de viver e trabalhar no meio rural, seja como agricultura familiar, ou em torno e a partir dela.

Assim, como toda atividade produtiva humana, as experiências nos assentamentos reproduzem ou transformam as formas objetivas de organização econômica da vida individual, familiar e social já instituídas. Ao mesmo tempo, essa própria dinâmica também engendra processos de produção de subjetividades, com graus distintos de dependência e autonomia frente aos padrões produtivos e econômicos já vivenciados, através de práticas de reprodução, resistência ou transformação das condições de organização da vida produtiva e do significado existencial que cada uma dessas possibilidades representa.

Por isso, as práticas dos vários atores sociais envolvidos na experiência do Projeto Lumiar na Paraíba serão analisadas como produzidas e produtoras de subjetividades, ou seja, estão sendo consideradas como práticas de produção de sentido (Larrosa, 1996). Isto quer dizer que essas práticas visavam, de forma clara ou dissimulada, *reproduzir*, *resistir* ou *transformar* aspectos da realidade produtiva e organizativa vivenciada pelos sujeitos envolvidos na experiência estudada.

As *práticas de reprodução* da realidade são consideradas aquelas que, de forma explícita ou tácita, procuravam manter a situação conforme padrões comportamentais tradicionais, tanto ao nível individual como coletivo, particularmente as práticas e discursos que procuravam manter as relações de poder autoritárias ou centralizadoras, evitando a participação nas decisões de propostas, idéias ou sugestões vindas de pessoas ou sub-grupos que não estavam institucionalizados como esferas de decisão formal. Essas práticas procuravam reproduzir concepções de convivência social, formas de como e o que produzir, formas de tomar decisões e critérios de avaliação da experiência, baseadas no já vivido e naquilo que estava já instituído, seja burocraticamente, seja pela história social de sujeição e desqualificação dos sujeitos sociais submetidos a essas condições. A formulação subjetiva de que “tudo deve ou só pode continuar sendo o que já é e como já foi” sustenta essas práticas, seja com a intencionalidade tácita de manter privilégios, seja porque acredita que “as coisas são como são”, ou porque não se teve oportunidade de pensar ou experimentar que a vida pode ser diferente daquilo que já se viveu. O conservadorismo e o conformismo decorrem do sentido dado à experiência por essas práticas, inviabilizando as tentativas, as possibilidades e a esperança de se poder exercitar alternativas ao já estabelecido.

As *práticas de resistência* são consideradas aquelas que, de forma dissimulada, evitavam cumprir, completamente ou parcialmente, as decisões tomadas em instâncias formais da experiência. Essas práticas não contestavam, explicitamente, essas decisões, no entanto, não as obedeciam e procuravam criar possibilidades de esvaziamento dessas decisões, de forma silenciosa e ausente de participação, criando espaços informais e pontuais de decisão de sub-grupos; ou de forma individual, à revelia dessas instâncias formais. Essas práticas tinham um conteúdo subjetivo de contestação ao que estava ocorrendo no interior da experiência, no entanto, não criavam mecanismos objetivos de transformação do que se achava que não estava acontecendo como o desejado. O conteúdo do “não-dito” e do “não-assumido” dessas práticas criava situações de dificuldade para uma discussão clara e racional sobre a própria experiência, dificultando a produção de uma avaliação que permitisse mudar os rumos dos acontecimentos, assim como discutir o sentido de cada decisão tomada e, portanto, do conjunto da experiência. Por serem dissimuladas, essas práticas não contribuíam para o debate público de suas próprias razões.

As *práticas de transformação* são consideradas aquelas que, de forma clara e explícita, propunham e (ou) viabilizavam situações novas no interior da experiência, sempre acompanhadas de uma justificativa racional de sua intenção. O sentido dessas práticas era a tentativa de criar soluções discutidas, pensadas e planejadas, incluindo possibilidades de avaliação, porque formulavam objetivos a serem alcançados para problemas detectados no interior da experiência. A dimensão subjetiva dessas práticas era a confiança, ou pelo menos a esperança de que era possível criar situações novas que mudassem o rumo e as características do que já existia.

Essas práticas, distintas pelo sentido que produziam e pelo conteúdo subjetivo que as sustentavam, foram desenvolvidas pelos vários sujeitos sociais participantes da experiência, em fases e situações diferenciadas, mas se confrontavam e produziam uma rede de intersubjetividades, sempre dinâmica, e que constituiu a experiência. O desafio é tentar estudar algumas dessas práticas, seus sujeitos, as situações e as formas em que se produziram, os confrontos e as inter-relações entre elas e, principalmente, o seu conteúdo e o seu sentido, no que se refere à problematização de situações concretas vividas em torno das atividades produtivas, ou relacionadas a elas.

Este tipo de abordagem é uma tentativa de contribuir para o aprofundamento da constatação já feita por outros autores (Duque, 2002; Santos, 2002 a e b; Simões e outros, 2001) de que o tema do desenvolvimento social não pode ser tratado unicamente

pela racionalidade econômica e, exatamente, por ser um conteúdo de dimensão fundamentalmente política, exige que se considere suas dimensões de ordem subjetiva. Esta dimensão não pode ser considerada como definida por uma estrutura ou processo psicológicos internos a cada indivíduo, mas como resultado das experiências vividas e das interpretações feitas, por cada um e pelo coletivo, e que se influenciam mutuamente, conforme as condições em que se produzem.

Os processos sociais de produção de subjetividades têm importância para a formulação de políticas de intervenção social nas áreas de assentamentos e de agricultura familiar. Essa importância se dá, ao nível de seu conteúdo pedagógico, nas práticas de assistência técnica, mas também ao nível da avaliação da medida em que essas práticas, ou aspectos delas, tornam-se processos que possam exercitar a busca de alternativas que, além de seus resultados na melhoria das condições econômicas de vida, ou apesar deles, possam ser processos sociais emancipatórios para os sujeitos sociais, até agora submetidos à ordem capitalista e desqualificados como protagonistas da história. Os conteúdos subjetivos de ordem emancipatória emergem quando os assentados explicitam, através dessas práticas, a percepção de que estão participando da construção de uma história que, para eles, está sendo diferente do passado, pois, agora, se percebem como os protagonistas principais dessa construção, de forma objetiva, concreta e deliberada, na perspectiva de seus projetos de vida. Essa deliberação, no entanto, implica assumir as responsabilidades e confrontos decorrentes dessa construção como um desafio pessoal e coletivo. Mas, vale destacar que a dimensão intersubjetiva lembra que se trata, sempre, de processos em construção.

Essa formulação teórica exige, portanto, que se analise, nos processos de desenvolvimento dos assentamentos, duas ordens de fatores: a) as práticas que contribuem para a reprodução das mais variadas formas de submissão, dependência e desqualificação dos assentados em relação à lógica do mercado capitalista, à burocracia do controle estatal e às formas de autoritarismo e manipulação política produzidas por agentes externos e entre os próprios assentados e; b) as práticas que contribuem para exercícios de autonomia e emancipação frente a essas práticas de submissão e dependência.

A separação entre esses dois tipos de prática, na maioria dos casos, não é imediata, simples ou óbvia. Por isso, a análise dessas práticas requer que se as considere como processos sociais complexos e dinâmicos, expressão dos confrontos entre concepções divergentes dos atores sociais envolvidos em cada contexto analisado.

Portanto, essas práticas, por representarem concepções, expectativas e interesses distintos, devem ser analisadas umas em relação às outras, uma vez que disputam a construção de espaços sociais diferentes e constituem, por isso, um campo de luta.

Esse tipo de análise alinha-se com a perspectiva proposta por Bourdieu de que “*o real é relacional*”, que se desdobra para a noção de *espaço social*:

“Essa idéia de diferença, de separação, está no fundamento da própria noção de espaço, conjunto de posições distintas e coexistentes, exteriores umas às outras, definidas umas em relação às outras por sua exterioridade mútua e por relações de proximidade, de vizinhança ou de distanciamento e, também, por relações de ordem, como acima, abaixo e entre;...”. (Bourdieu, 2003: 18 e 19)

Mais do que o conceito de espaço social proposto por esse autor é o raciocínio que ele propõe, que contribui para se pensar o desenvolvimento dos assentamentos como um campo de luta decorrente do confronto entre concepções, expectativas e interesses distintos produzido, não só pelas relações dos assentados entre si, mas também pelas relações que os assentados estabelecem com todos os agentes sociais com quem interagem. É esse conjunto de relações que constitui os assentamentos como espaços sociais onde projetos distintos de vida social estão em disputa.

Esses projetos distintos consubstanciam as diferenças existentes entre os assentados e entre os agentes externos com quem interagem. E, conforme lembra Bourdieu, “*as diferenças nas práticas, nos bens possuídos, nas opiniões expressas tornam-se diferenças simbólicas*”. (idem: 22).

Como desdobramento desse raciocínio, as práticas de autonomia e emancipação são consideradas aquelas em que os assentados exercitam a capacidade de análise e decisão própria sobre aspectos da vida produtiva e organizativa dos assentamentos e assumem, de forma deliberada, e pública a responsabilidade de encaminhar ações concretas de acordo com suas análises e decisões. No entanto, em função da heterogeneidade e diferenças existentes entre os assentados e os agentes sociais externos com quem interagem, pelo campo de luta que a reforma agrária representa na vida social brasileira, o exercício dessa capacidade, na maioria dos casos, não produz consensos, mas confrontos entre análises, propostas, práticas e projetos distintos. As práticas de autonomia e emancipação, portanto, não escamoteiam as diferenças e os conflitos, mas os colocam como oportunidade dos assentados aprofundarem suas análises sobre o que querem construir nos assentamentos e a partir

deles e, frente ao que se apresenta como diferente, assumir publicamente a responsabilidade por suas decisões.

No entanto, pela instabilidade da correlação de forças existentes em torno da luta pela reforma agrária no Brasil e pela heterogeneidade que constituem os assentamentos, estes vivem conjunturas as mais diversas, mas que contêm, principalmente no início de suas implantações, uma instabilidade social, econômica e política acentuada.

Essa instabilidade é resultado da ambigüidade das situações em que vivem, produzidas, principalmente, pela provisoriedade e insuficiência das políticas públicas de apoio à reforma agrária e à agricultura familiar, que mudam constantemente conforme a dinâmica das conjunturas políticas nacionais e pelas divergências entre os movimentos sociais e entidades que os apóiam a respeito do que seja, de fato, o desenvolvimento sustentável dos assentamentos.

Diante dessa multiplicidade de formulações instáveis, provisórias e divergentes, a heterogeneidade existente nos assentamentos se expressa em práticas, concepções e expectativas que se diferenciam entre si e que disputam possibilidades de se viabilizar. Nesse contexto, as tentativas de se criar práticas que caminhem na direção da autonomia e emancipação dos assentados não têm condições de serem consideradas experiências consolidadas, mas, *exercícios* de autonomia e emancipação, como serão chamadas neste trabalho.

O uso da palavra “*exercício*” pretende indicar que essas práticas são tentativas de se experimentar o confronto político entre propostas divergentes sobre a vida produtiva e organizativa nos assentamentos, de forma participativa, democrática e pública como maneira de se contrapor às práticas que tendem a reproduzir a submissão e dependência dos assentados frente ao Estado e aos outros agentes externos com quem interagem através de mecanismos de controle, manipulação, centralização de informações e decisões.

As práticas de submissão e dependência reproduzem o que está dado historicamente em relação à agricultura familiar camponesa, em um contexto, como o vivido pelo Projeto Lumiar na Paraíba, em que as possibilidades alternativas a essa história se apresentam como experimentação, como exercício de novas condições de vida, ou seja, como exercício da capacidade criativa dos assentados em confronto com as práticas e concepções que desqualificam essa capacidade.

Dependendo de como a história da reforma agrária e do desenvolvimento dos assentamentos evoluir no Brasil ou em contextos particularizados, como a Paraíba, por exemplo, esses exercícios de autonomia e emancipação poderão contribuir, como experiência concreta vivenciada, para a implementação de um processo de desenvolvimento sustentável da agricultura familiar camponesa, construído com a participação efetiva das pessoas e grupos que a compõem, porque terão experiências vividas e comprovadas sobre como é possível viabilizar essa construção. Caso contrário, esses exercícios poderão ser retomados em um outro contexto mais favorável no futuro, como a própria luta pela democratização da terra no Brasil exemplifica.

É nessa perspectiva que se pretende analisar a experiência do Projeto Lumiar na Paraíba, ou seja, em que situações e por quais mecanismos esse Projeto contribuiu para que a autonomia e a emancipação dos assentados pudessem ser exercitadas. Em que medida o Projeto contribuiu para o exercício da capacidade criativa dos assentados de buscar alternativas concretas e viáveis de modos de vida que correspondessem às suas expectativas, como desdobramento da capacidade de análise crítica deles sobre as condições concretas em que viviam?

CAPÍTULO 2

Alguns condicionantes da história da Paraíba sobre os assentamentos rurais

A forma como as pessoas se comportam para viver as condições de vida no presente está marcada por essas condições, pela perspectiva que têm de futuro, mas também pelo que já foi vivido pelas próprias pessoas e pelo que conhecem da história de seus antepassados. Por isso, um dos elementos importantes para se compreender as diversas formas de reação dos assentados no contexto das áreas de Reforma Agrária é a história que referencia esses assentados, no caso, a história da construção do espaço agrário na Paraíba.

Essa história serve também de referência para se discutir o significado das lutas por terra na Paraíba, assim como o significado das lutas atuais para se fazer das terras da Reforma Agrária, dos assentamentos e da agricultura familiar componentes efetivos do processo de desenvolvimento dos municípios, do estado e da região. Como se verá, a criação dos assentamentos rurais marca um momento de inflexão na história da Paraíba, pois traz à cena pública, com voz e direitos (mesmo que parcialmente efetivados), personagens, até então, desqualificados, econômica e politicamente, pela correlação de forças sociais que produziu a história local e regional, marcada, desde sempre, pela hegemonia das oligarquias rurais.

No entanto, mais do que isso, os assentamentos rurais, num contexto histórico de enfraquecimento dessas oligarquias, têm produzido mudanças concretas no cenário econômico e territorial de muitos municípios paraibanos.

Por exemplo, municípios onde, desde o início do processo de colonização da região, a monocultura da cana-de-açúcar e a organização econômica, política e social a ela agregada predominaram, como o município de Cruz do Espírito Santo, na região da Várzea Paraibana, hoje se vê a predominância de assentamentos rurais, com uma agricultura diversificada, mesmo que ainda frágil economicamente, mas que trouxe mudanças significativas de vários tipos, inclusive, no panorama visual da região: o verde monocromático do “mar de cana” foi substituído pela multiplicidade de tonalidades do verde e de outras cores dos roçados dos assentados.

Mesmo que essas mudanças estejam sustentadas numa correlação de forças, ainda hoje, muito instável, elas não são “pouca coisa”, pois, como afirmam historiadores e estudiosos da realidade paraibana (Mello, 2002; Silveira e outros, 1999; Moreira e Targino, 1997), o sentido da história cruenta e sanguinolenta da Paraíba, desde as origens, tem sido a submissão, o sacrifício e o sofrimento da maioria de sua população, em especial dos trabalhadores rurais, para o benefício e manutenção de privilégios das elites locais. As marcas dessa história estão presentes nos assentamentos rurais. Mudar as conseqüências de uma história de cerca de 500 anos não se faz do dia para a noite. Por isso, para se trabalhar com os assentamentos rurais e discutir o que acontece, não se pode desconsiderar as principais características dessa história.

“A Paraíba nasceu sob o signo de luta que se transformou em resistência e vida. Resistência – esse o lema que perdurou ao longo de sua História”. (Mello, 2002).

1. O processo de colonização da Paraíba e os índios

A apropriação do atual território paraibano pelos colonizadores europeus (portugueses, espanhóis, holandeses e franceses) só se consolidou quase um século depois do descobrimento do Brasil, sendo a fundação da cidade de Nossa Senhora das Neves, atual João Pessoa, em 04 de novembro de 1585, pelos portugueses, considerada um marco nessa conquista.⁶ (Moreira e Targino, 1997).

No entanto, a fundação da atual capital da Paraíba foi resultado de inúmeros embates e entreveros militares entre franceses, espanhóis, portugueses e índios potiguaras e tabajaras (Mello, 2002). Inicialmente, com a criação do sistema de Capitânicas Hereditárias, em 1534, por Portugal, o atual território paraibano pertencia à capitania de Itamaracá. No entanto, em 1574, a coroa portuguesa criou a capitania da Paraíba, com o objetivo de consolidar a conquista desse território frente à presença de franceses nessa região, atraídos pelo comércio de pau-brasil, e frente à resistência indígena à presença estrangeira em suas terras. (Mello, 2002)

⁶ A atual capital paraibana já foi criada como cidade. Ao longo de sua história, teve várias denominações: Nossa Senhora das Neves (1585), Filipéia de Nossa Senhora das Neves (1588), Frederica (1634 a 1654) e Parahyba, até 1930, quando o nome foi mudado para João Pessoa. (Silveira e outros, 1999). As mudanças do nome da cidade refletem as mudanças dos grupos hegemônicos que prevaleceram na história paraibana: colonizadores portugueses e holandeses e setores da oligarquia rural.

Vale destacar que o processo de colonização do interior, no sertão da Paraíba, da mesma forma que no litoral canavieiro, também ocorreu de forma violenta, contra os índios potiguaras que, ao reagirem à invasão das terras que habitavam e ao cativo, deram origem à chamada Guerra dos Bárbaros ou Confederação dos Cariris, considerada pelo historiador Irineo Joffily como “*a maior guerra anti-colonialista que já se travou em território brasileiro*”. (Mello, 2002: 77). Esses índios foram exterminados ou fugiram para as terras que hoje correspondem ao estado do Rio Grande do Norte. (Moreira e Targino: 1997).

Portanto, nas suas origens, o processo de colonização e de organização do espaço agrário da Paraíba se caracterizou, como eixo fundamental, pelo confronto entre, de um lado, os colonizadores que tomavam as terras para, na região da Zona da Mata e Várzea do rio Paraíba, o plantio da monocultura da cana e construção dos engenhos de açúcar e no Agreste e Sertão para a pecuária e, de outro lado, os índios, organizados em uma economia comunitária, cultivando mandioca, milho, fumo e algodão e praticando a caça, a pesca e a coleta de produtos naturais. Para os índios, “*a terra era mais que o celeiro natural, era a própria razão de existência da comunidade*” (Moreira e Egler, 1985: 16, citado por Moreira e Targino, 1997: 27).

É importante chamar atenção para o fato de que, desde suas origens, a Paraíba se constituiu em um espaço produzido pelo confronto: tanto entre colonizadores e índios, mas também pelo confronto entre os próprios colonizadores (portugueses, espanhóis, franceses e holandeses), como entre a população nativa (as diversas tribos potiguaras e tabajaras).

Os confrontos que constituíram a Paraíba, originados por interesses de ordem econômica (apropriação, destinação e formas de uso da terra e dos produtos naturais), se alargavam e incorporavam dimensões relacionadas à ordem da organização política sobre o que e como fazer esse processo de colonização.

Para os colonizadores tratava-se de escolher a dosagem entre utilizar mecanismos para submeter os nativos à força e mecanismos de cooptação. Para os índios, tratava-se de escolher entre aderir aos colonizadores, criar mecanismos para resistir, de forma dissimulada; ou se confrontar, de forma aberta. Essas escolhas implicavam divisões internas e confrontos nos dois lados. Mesmo mudando as características dos atores sociais em confronto, é possível verificar essa dinâmica se repetindo no desenvolvimento da história da Paraíba (Silveira e outros: 1999).

As características da dinâmica desses confrontos vão se transformando. Os confrontos entre colonizadores externos e população nativa se transformam, com a produção de outros personagens, mesmo que inicialmente com os mesmos atores: parte dos colonizadores se transforma em senhores de engenho e parte da população nativa em escravos.

2. Os Engenhos de açúcar e os escravos

“A organização inicial do espaço agrário litorâneo, a exemplo do que ocorreu em toda fachada oriental do Nordeste, baseou-se na produção açucareira destinada ao mercado externo, na divisão das terras em grandes unidades produtivas conhecidas por Engenho e no trabalho escravo. Tratava-se de um espaço construído e organizado para atender às necessidades de acumulação do capital mercantil”.(Moreira e Targino, 1997: 33).

O Engenho de açúcar constituía a base econômica, de onde derivavam a organização política, social e a produção cultural da Colônia. A unidade de produção do sistema açucareiro compreendia tanto a atividade agrícola (o preparo do solo, o plantio, a limpa, a colheita e o transporte da cana para os Engenhos), desenvolvida através do trabalho escravo, quanto à atividade industrial (transformação da cana em açúcar e rapadura), que utilizava, além do trabalho escravo, o trabalho de portugueses pobres, os quais desenvolviam atividades técnicas e administrativas do Engenho (por exemplo, o feitor-mor, o feitor de moendas, o feitor de campo), constituindo-se em mão-de-obra assalariada, a qual teria dado origem a uma “classe média rural”. (idem: 34 e 35).

Em 1634, no início do período da invasão e domínio holandês na região, que vai até 1654, havia no vale do rio Paraíba, 16 Engenhos e dois outros na região da Zona da Mata Norte (Mello, 2002: 47) e todos utilizavam índios domesticados como mão-de-obra escrava. No entanto, os indígenas não se submeteram à escravidão, de forma passiva, reagindo através da baixa produtividade, da indolência e da fuga (Moreira e Targino, 1997: 36).

Por isso e pelos interesses econômicos dos traficantes de escravos, os índios foram substituídos por negros trazidos da África. Intensifica-se a escravidão negra no Brasil e, portanto, também, na Paraíba. Um novo personagem começa a fazer parte das lutas sociais que produzem a história paraibana: o negro africano trazido como mão-de-obra escrava para trabalhar nos Engenhos.

Os escravos eram submetidos a todo tipo de violência. O castigo era inerente ao caráter de exploração e de coação do sistema escravagista.

Frente a essa situação, os negros desenvolveram várias formas de resistência: a sabotagem ao trabalho, a fuga, a formação de quilombos (por exemplo, os quilombos do Cumbe e do Engenho Espírito Santo, na região da várzea do rio Paraíba, e dos Craúnas, no vale do Piancó), até o suicídio. (idem: 41).

Mas também a submissão, o conformismo, a adesão plena aos mandos e interesses dos senhores (vide os negros que se tornaram “capitães do mato” com a função de caçar os negros fugitivos e punir os rebelados), a depressão, o “banzo”, o alcoolismo fizeram parte das formas de sobreviver dos negros frente à violência a que eram submetidos. Aderir, conformar-se, resistir ou rebelar-se, tanto para os índios como para os negros, desde as origens da história da Paraíba, foram, para esses grupos sociais, formas distintas, e conflituosas entre si, de posicionarem-se diante da exploração e dominação a que estiveram submetidos como trabalhadores. Os desdobramentos desses sentidos distintos das estratégias de sobrevivência se expandiram entre a população trabalhadora paraibana por cerca de 500 anos e só poderia mesmo deixar marcas nos assentamentos rurais formados pelos descendentes dessa população, por serem os assentamentos, prolongamentos dessa história.

Em 1850, na Paraíba, existiam 28.546 escravos negros; em 1884, diminuíram para 19.778; em 1888, para 9.400, e quando da decretação da Lei Áurea, eram apenas 8.000. (Mello, 2002: 132). Num contexto nacional e internacional, onde variáveis econômicas e políticas combatiam e desmantelavam a lógica escravocrata, no âmbito local e regional agregaram-se fatores de ordem estrutural e conjuntural que provocaram a situação de crise no sistema escravista: a baixa produtividade dos engenhos que utilizavam tecnologia rudimentar e processo de produção sustentado pela super-exploração do trabalho, secas, epidemias, revoltas populares (Ronco da Abelha, em 1850; Motim da Serra de Lagomá, em 1865; o Quebra-Quilos, em 1874), disputas políticas entre as elites (insurreições de 1817, 1824 e 1848/49), disseminação do ideal do liberalismo europeu e norte-americano (Mello: 2002).

3. Os lavradores e moradores no contexto da economia canavieira

Mesmo durante o período em que a escravidão prevaleceu, ela não foi exclusiva, pois outras formas de trabalho foram introduzidas. As formas de trabalho do tipo lavrador e morador conviveram com o sistema escravagista até sua abolição, quando o sistema de morada tornou-se a forma dominante de trabalho nos engenhos paraibanos, particularmente nas regiões da Zona da Mata e da Várzea. (Moreira e Targino, 1997: 47).

No sistema de morada, a relação entre os trabalhadores e o senhor de Engenho era pessoal, sem nenhuma formalização, sendo que as condições eram negociadas entre as partes, sem qualquer ingerência estatal.

“O controle que o senhor exercia sobre essa força de trabalho se fazia através do acesso à terra. Em alguns casos, à medida que se consolidava o sistema de morada, esse controle era reforçado pelo endividamento do trabalhador através dos sistemas de barracão e de vales. O trabalhador endividado era impedido de sair da terra a não ser quando o patrão assim o desejasse. A sujeição ao barracão e ao vale imprimia um caráter de semi-escravidão ao sistema de morada”. (idem: 45, grifo nosso).

Portanto, o acesso a terra era condição de sobrevivência e de submissão. Da mesma forma, o endividamento, ou seja, o crédito. Também aqui, essa condição vivida por várias gerações, é de supor que deixe marcas nos trabalhadores e suas famílias nos assentamentos.

As características da organização da atividade canavieira na Paraíba⁷, as crises provocadas por sua forte dependência a fatores externos e fora de controle dos senhores de engenho, a instabilidade política local e regional e a necessidade de garantir a sobrevivência da mão-de-obra utilizada estão na base do processo inicial de formação de uma pequena produção de alimentos a ela subordinada.

“A ‘cultura de mantimentos’ (farinha, fava, mandioca, feijão, fumo...) destinava-se ao abastecimento interno, à reposição da força de trabalho dos canaviais

⁷ A atividade canavieira na Paraíba se desenvolve com algumas diferenças. Por exemplo, na Região do Brejo Paraibano ela voltou-se para o mercado interno produzindo rapadura e aguardente, enquanto no Litoral/Várzea dominava a produção de açúcar desenvolvida em grande escala e destinada ao mercado externo. (Moreira, 1985 e Bassanezi, 1994).

e era parte de uma economia que, (...), sempre foi considerada secundária e mantida de forma subordinada". (Bassanezi, 1994: 20).

A autora acima assinala que a necessidade do plantio de alimentos na zona canavieira vai originar a concessão dos chamados sítios. *"No século XVIII os moradores recebiam uma área de aproximadamente 1 hectare para cultivar – chamada de 'sítio'. Os trabalhadores eram sujeitos a dar um certo número de dias de trabalho por semana e nos outros dias eles podiam cultivar a área em torno da casa"*. (idem: 20).

No entanto, a expansão ou a redução da pequena produção de alimentos nos Engenhos ficava totalmente dependente da expansão ou retração da atividade canavieira: nos momentos de apogeu da atividade canavieira, limitava-se à produção alimentar, a fim de que a mão-de-obra estivesse disponível para a exigência de aumentar a produção nos canaviais e nos engenhos. (Moreira e Targino, 1997: 52).

Inicialmente escravos, depois lavradores, moradores e posseiros - personagens sujeitos à exploração e dominação que caracterizaram a formação do espaço agrário da zona canavieira paraibana - possibilitaram o surgimento e a proliferação de uma pequena produção agrícola, dentro ou fora do Engenho, destinada para o auto-consumo e para abastecer os senhores, suas famílias e agregados.

Esses personagens, vivendo sempre uma tensão entre algumas possibilidades de autonomia no interior dos espaços constituídos pelos pedaços de terra que tinham para morar e produzir e a forte dependência aos senhores de Engenho e à economia canavieira, originaram a pequena produção agrícola nas regiões da Zona da Mata e do Agreste da Paraíba. (Bassanezi, 1994: 21).

A pequena produção esteve sempre fragilizada e subordinada aos interesses do capital pelos limites impostos aos trabalhadores que a implementavam, seja pelo tamanho e qualidade da terra que conseguiam ter acesso, pelo tempo disponível para o trabalho, pelo que lhes era permitido plantar, pelos instrumentos rudimentares de trabalho que conheciam ou tinham acesso, pela baixa produtividade, pela parte da produção que eram obrigados a entregar aos donos das terras, por um mercado extremamente limitado, em que podiam vender um eventual excesso de produção, pelas secas e enchentes, pela falta de perspectivas de uma vida diferente, pelo medo e submissão ao poder dos donos, pela humilhação a que eram submetidos, pelo conformismo. Mas, mesmo nessas condições, continuaram e continuam a persistir em plantar para sobreviver, há quase 500 anos.

4. As usinas de açúcar e os assalariados da cana

Os Engenhos, com um padrão tecnológico pouco desenvolvido, viviam crises econômicas freqüentes. “*A crise de acumulação que atingiu a atividade açucareira nordestina na segunda metade do século XVII, aprofundou-se e alongou-se por todo o século XVIII*”. (Moreira e Targino, 1997: 53).

É nesse contexto de crise dos Engenhos que começam a ser criadas, na Paraíba, as *Usinas de açúcar*, apoiadas intensivamente pelo setor público.

A primeira Usina foi criada na Paraíba em 1910, às margens do Rio Paraíba, no município de Santa Rita, na região da várzea Paraibana. Nessa região, foram criadas mais cinco usinas, que, até 1925, foram todas compradas pela família Ribeiro Coutinho, a qual durante longos anos, até início da década de 1990, deteve o poder político e econômico regional, dando origem, juntamente com a família Veloso Borges, também de usineiros, a uma das mais fortes oligarquias rurais do Estado, também conhecida como “Grupo da Várzea”. (idem: 59 e 60).⁸

Inicialmente, as Usinas consolidam o sistema de morada, que era o principal fornecedor de mão-de-obra para a atividade canavieira. No entanto, na medida em que elas se fortalecem e se expandem passam a invadir com cana-de-açúcar as terras cedidas aos moradores, foreiros e lavradores. Parte dessa população transforma-se em trabalhadores assalariados da cana.

As Usinas impõem o processo de monetarização das relações de trabalho através do assalariamento da força-de-trabalho para uma grande massa de trabalhadores rurais. Além disso, introduz a sazonalidade do emprego, pelo uso de fertilizantes químicos e do aumento da mecanização, o que faz com que, em alguns períodos do processo produtivo, diminua a quantidade de mão-de-obra utilizada e, conseqüentemente, alargando, nesse período, o desemprego.

Um outro aspecto que pode ser destacado é que o sistema de Usinas, além de implantar a lógica industrial, reduzindo o ambiente rural apenas à condição de fornecedor de matéria-prima, urbaniza a vida da população que passa a viver em função de suas atividades e de sua lógica. Muitos dos trabalhadores da cana, que antes viviam

⁸ Consta, conforme notícias de jornais, depoimentos de trabalhadores rurais e inquéritos policiais, que esse grupo foi responsável ou acobertou o assassinato de João Pedro Teixeira, líder das Ligas Camponesas na região, em 1962, e de Margarida Maria Alves, líder sindical na região do Brejo paraibano, em 1983.

nas fazendas e Engenhos, incorporados à dinâmica tradicional da vida rural, são obrigados a viver nas periferias das pequenas cidades da região canavieira, mudando hábitos, costumes, formas de viver e de se relacionar com o mundo ao redor e de pensar a própria condição.

Essa experiência, assim como a avaliação que os trabalhadores fazem dela, está presente nos assentamentos, quando, por exemplo, vai-se discutir a construção das moradias dos assentados: se as casas serão construídas nas parcelas, reproduzindo o modelo dos sítios, ou em agrovilas, reproduzindo o modelo urbano de conjuntos habitacionais. Nesse contexto de discussão, quando se confrontam posições divergentes entre os assentados, muitas vezes, essa história é retomada como argumento a favor ou contra a construção das casas nas parcelas ou em agrovilas, conforme a avaliação que o assentado faz dela.

Do ponto de vista político, a concentração de terras e riqueza nas mãos de poucas famílias acentuou o mandonismo local exercido pela elite proprietária rural desde a colonização. Durante o Império, ocorreu o fortalecimento da dominação dos senhores proprietários de terra e a identificação do seu poder com o título de “Coronel”.

O poder “oligárquico-coronelístico” principiava pelo município onde os coronéis do grupo majoritário controlavam os órgãos públicos municipais e se estendia para o executivo, o legislativo e judiciário no âmbito estadual e se articulava com esses poderes no âmbito nacional. (Mello, 2002). Tanto a nível local como estadual, principalmente nos momentos de crise econômica, as disputas, muitas delas violentas, entre as famílias oligarcas paraibanas foram constantes, pelas disputa do poder político e dos privilégios dele decorrentes. (Mello, 2002; Gurjão, 1999).

Até 1970, as áreas de maior concentração de cana-de-açúcar, na Paraíba, situavam-se nas várzeas do Litoral e nas áreas úmidas do Brejo, regiões de condições naturais mais favoráveis ao plantio, abrangendo quinze municípios. No entanto, a partir da criação do Programa Nacional do Alcool (PROALCOOL), em 1975, pelo governo federal, houve a expansão da cana, não só sobre os tabuleiros costeiros e encostas do Brejo, como sobre municípios do Agreste e do Piemonte da Borborema, incorporando mais de vinte municípios. A produção canavieira na Paraíba cresceu substancialmente a partir do Proálcool, apoiada pelos subsídios governamentais e da regulação do mercado. (Moreira e Targino, 1997).

Com a expansão das atividades canavieiras, houve um crescimento do emprego sazonal de mão-de-obra. Entre 1975 e 1985, o número de empregados

assalariados temporários na zona canavieira cresceu 93,6%. Entretanto, as condições de vida e trabalho dos assalariados da cana continuaram precárias. *“Nos meses de novembro e dezembro de 1984, por exemplo, a renda monetária média semanal de uma família de trabalhadores da cana no Brejo representava 97,0% do salário mínimo vigente na época. Essa remuneração deveria manter uma família composta de aproximadamente sete pessoas”*. (idem: 113).

Além disso, a expulsão e expropriação dos pequenos produtores de subsistência (moradores, parceiros e foreiros) foram intensas, tanto nas áreas tradicionais de produção de cana, como naquelas que foram incorporadas nesse processo de expansão canavieira. Expulsos das terras e se tornando assalariados da cana, passaram a morar nas periferias urbanas, em condições de muita precariedade. *“O resultado foi, de um lado, o esvaziamento demográfico da zona rural e, de outro, o aumento das tensões sociais no campo, nas áreas onde a resistência camponesa sobrepujou a força do capital”*. (idem: 114).

O Proálcool patrocinou, além da modernização tecnológica das Usinas de açúcar e destilarias de álcool, e, no trecho oriental da Paraíba, a homogeneização da paisagem rural, com a monocultura da cana, que teve, como consequência, uma intensa destruição da mata natural dessa região e uma utilização indiscriminada, intensiva e contínua de fertilizantes químicos, corretivos de solo e agrotóxicos. Esse processo, que ocorreu também em outras áreas do estado, foi confirmado e detalhado em pesquisas realizadas por professores da Universidade Federal da Paraíba (Egler e Tavares, 1984; Carvalho e Madruga, 1985; Mitsunaga, 1990; Targino e Moreira, 1992; Watanabe e outros, 1994; Moreira e Targino, 1997).

Todavia, a partir de 1987 os usineiros e plantadores de cana voltam a falar, como em tantas outras vezes na história, em “crise no setor”. *“Na verdade, malgrado todos os investimentos de capital e incentivos fiscais fornecidos pelo Proálcool, o setor canavieiro paraibano chegou ao fim da década de 80 extremamente endividado”*. (Moreira e Targino, 1997: 121).

5. A pecuária, as fazendas e os vaqueiros

“O desenvolvimento da grande exploração canavieira na Zona da Mata foi responsável pelo surgimento e expansão de uma atividade econômica que se estendeu em direção ao interior e se difundiu povoando o Sertão da Paraíba: a criação de gado.

Embora o criatório tenha surgido como uma atividade complementar à da cana-de-açúcar e tenha mantido relações estreitas com ela, não se pode reduzi-lo, ao longo do seu desenvolvimento, a um mero apêndice da casa-grande". (Moreira e Targino, 1997: 65).

A pecuária, com a criação do gado bovino, cavalos, jumentos, ovelhas e cabras, foi responsável pelo surgimento no Sertão paraibano das primeiras fazendas, dos pecuaristas e, no meio popular, da figura do vaqueiro. *"Reunida nos currais das sesmarias logo cedidas, a galaria constituiu não só a base da nova fronteira econômica da Paraíba – distinta daquela do litoral – como o elemento central da chamada 'civilização do couro', assim batizada pelo historiador Capistrano de Abreu. O vaqueiro, encarregado de criar e reunir as reses, tornar-se-ia seu tipo mais representativo"*. (Mello, 2002: 75).

Segundo Irenêo Joffily (1977), as bandeiras, os currais, as fazendas e os arraiais foram os elementos, nessa ordem, que constituíram a formação da sociedade sertaneja da Paraíba, através dos chamados "caminhos do gado". *"A fácil obtenção de terras, incultas ou arrebatadas aos índios, gerou a grande propriedade pecuária, bastante pronunciada no sertão"*. (idem: 79).

Também no sertão paraibano, a disputa de terras gerou uma sociedade violenta que se prolongou no cangaço e lutas entre famílias, tanto pelo controle de terras e, posteriormente, pelo controle de mercados e nas disputas pelo acesso aos cargos políticos e administrativos.

Se o Engenho, no Litoral, foi a unidade básica para a organização econômica, social e cultural da região, a Fazenda desempenhou a mesma função na região semi-árida paraibana. (Moreira e Targino, 1997).

6. O algodão

Porém, a região semi-árida paraibana não vivia apenas do gado. O algodão também teve papel importante na construção do espaço agrário dessa região.

"O algodão esteve presente nas combinações agrícolas existentes no período pré-colonial (os índios utilizavam o algodão para a fiação de tecidos) e fazia parte da produção de autoconsumo da Colônia, destinando-se à confecção dos tecidos que eram utilizados pela massa da população colonial". (Moreira e Targino, 1997: 73).

Porém, conforme esses autores, só nos fins do século XVIII, com o crescimento do progresso técnico da indústria têxtil inglesa e o conseqüente aumento da demanda no mercado internacional, foi que o algodão passou a ocupar uma posição de destaque no cenário da economia paraibana.

A partir daí e, principalmente a partir da segunda metade do século XIX, segundo Gurjão (1999), a economia paraibana se diversifica com o crescimento da lavoura algodoeira.

“A lavoura algodoeira se expandiu nas fazendas de gado do Sertão, Cariri e Agreste enriquecendo ‘coronéis’ dessas áreas que associaram a atividade pastoril ao plantio, beneficiamento e comércio de algodão. Assim, o dinamismo da cultura algodoeira favoreceu a economia da Paraíba, expandindo a agricultura, estimulando o comércio e o crescimento das cidades. Ao mesmo tempo, ocorreu o fortalecimento de proprietários rurais do interior, que passam a constituir a nova oligarquia algodoeira-pecuária e a disputar o poder político a nível estadual com a tradicional oligarquia açucareira”. (Gurjão, 1999: 57).

A expansão do cultivo algodoeiro na região semi-árida paraibana traz a instalação de fábricas de beneficiamento da fibra e do caroço do algodão, seja de capital estrangeiro, como SANBRA e ANDERSON CLEYTON, ou de capital local, nas principais cidades da região. Eram essas empresas que financiavam as despesas com o cultivo e colheita do algodão, dando origem à chamada compra do “algodão na folha”, sistema em que o produtor pagava esse financiamento com o algodão produzido. Esse sistema trouxe e tem trazido um forte processo de endividamento, dependência e submissão do produtor em relação a quem compra seu produto, pois este é avaliado pelo preço em baixa, na época da safra. (Moreira e Targino, 1997: 76).

Portanto, além da demanda externa, fatores próprios à cultura do algodão contribuíram para a sua importância na economia regional. Segundo Moreira e Targino (1997), esses fatores foram: a) podendo ser cultivado em associação com culturas de subsistência, o algodão foi explorado tanto pelo grande proprietário como pelo pequeno e por aqueles produtores que não detinham a posse legal da terra, como foreiros e parceiros; b) por esse motivo, ele representou uma fonte de renda para o pequeno produtor sertanejo, sendo considerado como “o bezerro do pobre”; c) pelo fato do seu restolho ser utilizado como alimento para o gado no período mais seco do ano, transformou-se numa atividade complementar da pecuária, possibilitando a expansão

das áreas cedidas em arrendamento ou parceria, no interior das fazendas de gado. (idem: 77).

A expansão do sistema de arrendamento e parceria possibilitou também o desenvolvimento da pequena produção de alimentos, principalmente as culturas do feijão e do milho. Essa produção desenvolveu-se, inicialmente, associada à pecuária, no interior das fazendas, uma vez que, como o algodão, o seu restolho era utilizado como alimento do gado.

“Constituído o tripé da produção semi-árida, gado-algodão-culturas alimentares, é bom lembrar que o último elo era, e continua sendo, o mais frágil. Com efeito, por ocasião das secas periódicas, quem mais sofre é a produção alimentar”. (idem: 79).

7. O Agreste/Brejo paraibano: agricultura diversificada e os pequenos produtores

“Com efeito, nos períodos de retração da economia açucareira houve movimentos migratórios do Litoral em direção ao Agreste, como decorrência da liberação de mão-de-obra pelos engenhos. Esta mão-de-obra (...) deslocou-se para a região agrestina onde passou a dedicar-se ao cultivo de alimentos (milho, feijão, fava, mandioca) em pequenas propriedades: os sítios” (Moreira, 1990: 13).

Segundo esta autora, a partir de 1780, o algodão passa também a ser uma atividade produtiva importante no Agreste/Brejo e com o declínio da escravidão, passa a contribuir para a consolidação do sistema de morador e, portanto, da pequena produção. (idem: 15).

O algodão continuou sendo um elemento importante na produção agrícola da região até a década de 1980, quando a praga do bicudo praticamente dizimou esse tipo de produção no estado, apesar de que o algodão, antes disso, já vinha perdendo importância face à crise da indústria têxtil regional e da sua substituição por fibras sintéticas. (Moreira e Targino, 1997: 81).

A expansão do algodão no Agreste/Brejo paraibano deu-se tanto nas grandes propriedades, como nas pequenas e médias, por ser essa cultura passível de ser plantada em associação com o feijão, milho e a fava, produtos alimentares tradicionais nessas regiões. Nas pequenas propriedades, a produção do algodão era realizada com o trabalho familiar, enquanto nas grandes e médias propriedades usava-se, com o fim da escravidão, o trabalho de moradores e o sistema de parcerias. (idem: 85).

Além disso, segundo esses autores, “o processo de beneficiamento do algodão era controlado por comerciantes que se instalaram na região com suas famílias, engendrando de um lado um aumento da população e, de outro, a diversificação das atividades urbanas”. (idem: 86).

Além do algodão, outras culturas comerciais contribuíram para a produção do Agreste/Brejo como região caracteristicamente policultora: particularmente o café, o sisal, a cana e o fumo. “Enquanto a exploração do café e da cana (para produção de rapadura e aguardente) restringiu-se ao Brejo, a dos demais produtos expandiu-se por toda a região”. (idem: 82).

A pequena produção de alimentos na região do Agreste/Brejo, como nas outras regiões do estado, sempre manteve sua condição de atividade produtiva complementar. Sua expansão ou retração dependia das crises das culturas de mercado. “Sempre ocupou os poros da atividade monocultora”, produzida por moradores e parceiros no interior das grandes e médias propriedades ou nos seus limites e por pequenos proprietários.

É no Agreste, região onde se encontram os mais baixos índices de concentração fundiária da Paraíba, que a pequena produção possui, historicamente, maior importância relativa, tanto do ponto de vista econômico como social.⁹ (idem: 96 e 97).

8. As culturas alimentares na Paraíba a partir de 1970

Segundo dados do Censo Agropecuário da Paraíba de 1980, organizados pela Fundação IBGE, os pequenos estabelecimentos menores de 50 hectares absorviam 96,3% das pessoas ocupadas na agropecuária e os estabelecimentos com menos de 10 hectares ocupavam 43,8% da mão-de-obra do setor. Eram ainda os estabelecimentos com menos de 50 hectares responsáveis por 48,6% do valor da produção agropecuária estadual, sendo 49,8% da produção animal e 47,9% da produção vegetal e responsáveis por 74,9% da produção do milho, 82,4% da produção de feijão e 88,5% da produção da mandioca. (Moreira e Targino, 1997: 190).

⁹ Sobre a trajetória histórica da formação da pequena produção nas regiões paraibanas do Agreste e Brejo, que se desenvolveu nos interstícios dos três sistemas agrícolas dominantes – canavieiro, pecuário e algodoeiro – resgatando as figuras dos índios, dos negros, dos moradores, lavradores, arrendatários, parceiros e vaqueiros que produziam alimentos, veja Bassanezi (1994).

É importante destacar que os dados acima, referentes a 1980, dizem respeito a um período de retração da produção de alimentos na Paraíba, iniciado na década de 1970, conforme Moreira e Targino (1997).

“À exceção do inhame, do arroz e da batata-inglesa que apresentaram um certo incremento da produção, os demais produtos da lavoura alimentar sofreram forte retração na quantidade produzida. A retração da área colhida também foi significativa e abrangeu até mesmo as culturas de arroz e da batata-inglesa”. (idem: 147).

A produção de alimentos básicos caiu 21,2% de 1970 para 1980, e a área colhida reduziu-se em 35%. Os autores chamam atenção para o fato de que, nesse período, a população cresceu a uma taxa de 2,4%, o que indica as conseqüências sociais graves desse fato sobre a população paraibana.

Esses autores mostram que a retração na produção de alimentos tradicionais não se deu apenas por conta da influência da seca que atingiu a região, a partir de 1979 até 1983, mas, sobretudo, devido ao crescimento da produção canavieira e das áreas de pasto destinadas à pecuária, atividades que invadiram as terras destinadas às lavouras de alimentos tradicionais (idem: 147) e, em alguns lugares, destruíram essas lavouras já plantadas por moradores, arrendatários, parceiros e posseiros.

Portanto, a dinâmica recente da produção de alimentos tradicionais, vale reafirmar, reproduz o movimento histórico de subordinação dessa produção e de seus sujeitos ao processo de expansão e/ou retração das atividades que comandam a economia estadual, as atividades canavieira e pecuária, desde o tempo da colonização. Este é um aspecto fundamental que terá desdobramentos nos assentamentos analisados neste estudo, seja em relação às políticas públicas para o setor, seja entre os próprios assentados, tanto nas práticas, como nas expectativas e resultados esperados.

Essa subordinação produz conseqüências importantes quando, a partir da década de 1980, ocorreu um arrefecimento do ritmo da modernização da agropecuária paraibana. Este fato pode ser explicado tanto como decorrência da recessão que atingiu a economia brasileira no final dessa década, com repercussões regionais e estaduais, como pela redução dos incentivos fiscais e creditícios para o setor e pelas cobranças mais incisivas das dívidas dos usineiros pelos credores. (Moreira e Targino, 1997: 167).

Esses dois fatores, somados a problemas de ordem climática, como a seca, e a ação de pragas, como a do bicudo nas plantações de algodão, a pouca capacidade dos empresários do setor em administrar crises, acostumados com a tutela financeira fácil e

farta do Estado, geraram uma desorganização do setor produtivo agropecuário estadual, o qual alcançou toda a década de 1990.

De um lado, essa crise favoreceu, em termos de correlação de forças, a luta dos trabalhadores pela Reforma Agrária no estado, devido à fragilidade econômica, e, portanto, política, das oligarquias rurais paraibanas e pelo avanço das lutas dos trabalhadores sem terra a nível nacional, o que resultou em desapropriações de propriedades rurais para Reforma Agrária, em um número sem precedentes na história da Paraíba.

Mas, de outro lado, essa crise acabou fazendo parte do contexto econômico em que a grande maioria dos assentamentos rurais de Reforma Agrária no estado surgiu. Essa situação, decorrente do quadro geral das políticas econômicas do Estado brasileiro no período, de subordinação à globalização capitalista, produziu fortes limites para que os assentamentos pudessem se envolver num processo de desenvolvimento que implementasse, favorecesse, dinamizasse e sustentasse suas potencialidades produtivas. Desconsiderar esse contexto é imaginar que os assentamentos fossem capazes de autogerir seu desenvolvimento, isoladamente e por si só, o que, no mínimo, é esperar dos trabalhadores o que nenhum setor da economia consegue.

9. As relações de trabalho no campo paraibano na segunda metade do século XX

Durante a segunda metade do século XX, principalmente a partir da década de 1970, ocorreram mudanças substanciais nas relações de trabalho no meio rural paraibano, com o avanço do trabalho assalariado, em particular do trabalho assalariado temporário, nas extensas áreas onde predominava a atividade canavieira e a pecuária, mas também, a fruticultura, particularmente o abacaxi. (Moreira e Targino, 1997: 259).

O crescimento do trabalho assalariado, nesse período, ocorreu em todo o estado. Nas regiões do Litoral e do Agreste, esse crescimento, que foi da ordem de 18,5% de empregos temporários na década referida, está integrado à implantação do Proálcool que promoveu a modernização da atividade canavieira, tanto na produção de açúcar como na de álcool. Nessas regiões e no mesmo período, houve uma diminuição de 82,3% de moradores e agregados e de 18,5% de arrendatários. Já, entre 1975 e 1985, nessa região, houve um aumento de 93,6% de trabalhadores assalariados. (idem: 260).

Contudo, ao crescimento do trabalho assalariado não correspondeu uma melhora das condições de vida da população. Conforme dados do IBGE, através da

Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD), em 1985, mais de 85,0% da população ocupada na atividade agrícola na Paraíba ou não era remunerada (30,8%) ou recebia até um salário mínimo (54,4%). Do total de empregados na atividade agrícola, 97,3% trabalhavam sem carteira assinada. (idem: 261). Vale lembrar que foi por organizar os trabalhadores canavieiros do município de Alagoa Grande, no Brejo paraibano, para reivindicarem a assinatura da carteira profissional, que Margarida Maria Alves, presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais desse município, foi assassinada por um pistoleiro profissional, com um tiro de espingarda doze no rosto, na porta de sua casa, em 1983.

A crise da atividade sucro-alcooleira, que se inicia na segunda metade da década de 80 e permanece na década de 1990, significou não só uma diminuição drástica do emprego temporário, mas, sobretudo, a impossibilidade do emprego em si, para os trabalhadores desempregados que estavam vinculados a esse setor produtivo, agravando ainda mais a crise social.

Ao mesmo tempo, nas regiões semi-áridas da Paraíba, ocorre também uma forte crise na produção de algodão e na pecuária, resultando na diminuição do emprego e promovendo mudanças significativas nas relações de trabalho tradicionais nessas áreas. A crise da lavoura algodoeira provocada pela praga do bicudo quebrou a base de sustentação das formas tradicionais de arrendamento nas grandes propriedades do semi-árido: desapareceu a principal fonte de renda monetária dos arrendatários, o que impossibilitou a manutenção dessa relação. Por outro lado, a redução do efetivo bovino nessas regiões e a introdução de melhorias nas formas de alimentação do gado, como a introdução de rações industriais e pastagens plantadas, teriam contribuído, também, para enfraquecer as relações de arrendamento. As conseqüências desses dois fatores, a praga do bicudo e a crise/modificação da pecuária, contribuíram para reduzir o emprego rural e as relações de arrendamento tradicionais nessas áreas. (idem: 269).

O crescimento do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST), na Paraíba, e a expansão da atuação organizada da Comissão Pastoral da Terra (CPT), em todo o estado, na década de 1990, tem na crise de emprego rural e na crescente dificuldade de acesso à terra para morar e trabalhar sua legitimidade junto aos trabalhadores vítimas dessa situação.

10. As lutas dos trabalhadores rurais paraibanos

Segundo Gurjão (1999), no final do século XIX e início do século XX, o mito da riqueza da borracha na Amazônia atraiu levas de nordestinos. Nos anos vinte, a atração passa a ser o Sudeste com seu crescimento urbano-industrial. Nesse período, os que permaneceram e reagiram à exploração e dominação a que estavam submetidos o fizeram no contexto das limitações e possibilidades que viviam e percebiam, exteriorizando as suas insatisfações através do messianismo e do cangaço.

O movimento messiânico que mais teve influência na Paraíba foi o de Juazeiro, no Ceará, centralizado na figura do Padre Cícero e que inspirou parte do cangaço. Este teve grande atuação no sertão paraibano, desde a década de 1870, quando cresceu o número de quadrilhas de salteadores que buscavam sobreviver à seca de 1877. Esses grupos possuíam organização e comando próprios. (Mello, 2002: 154).

As origens do cangaço estão *“diretamente ligadas à estrutura de poder dominante, que desde a Colônia se apoiava em contingentes armados, das ordenanças do período colonial às milícias da Guarda Nacional do Império, o mandonismo local foi se afirmando e, na República, sua consolidação foi acompanhada do suporte dos ‘cabras’, elementos de confiança dos ‘coronéis’, recrutados entre os seus agregados que lhes obedeciam cegamente”*. (Gurgel, 1999: 68).

O cangaço surgiu, portanto, de dentro do coronelismo. *“Nas lutas de família que marcavam o interior da sociedade paraibana e nordestina, os cangaceiros organizaram-se, encontrando apoio nos proprietários rurais”*. (Mello, 2002: 155). Os cangaceiros, avaliados por parte da população como bandidos e por outra parte como justiceiros ou, pelo menos, como vingadores do sofrimento e humilhação popular, tiveram seu auge entre as décadas de 1910 e 1930. No final dessa última década, grupos de cangaceiros ainda atuavam na região de Monteiro, na Paraíba, mas foram se desagregando com a eliminação do bando de Lampião, em Sergipe, em 1938. *“Seus últimos remanescentes, localizados na região de Ingá (Pb), foram exterminados pela Chefia de Polícia da Interventoria Rui Carneiro, no início dos anos quarenta”*. (idem: 155).

No entanto, conforme Targino (2000 e 2001), tanto o cangaço como os movimentos messiânicos no nordeste não se caracterizaram por uma contestação claramente formulada a respeito da ordem fundiária existente, nem na formulação de propostas alternativas de forma de viver e produzir na terra.

Com a redemocratização do país em 1946, esboça-se um processo de reorganização dos trabalhadores rurais que permaneceram sem qualquer iniciativa política significativa durante o Estado Novo. Através da atuação do Partido Comunista Brasileiro (PCB) são criadas as chamadas Ligas Camponesas, em algumas regiões do Brasil, como forma de organização de camponeses e trabalhadores rurais, tentando contornar as dificuldades de ordem política e burocrática para a criação de sindicatos rurais, permitidos e controlados por decreto de Getúlio Vargas, em 1944. (Targino, 2000 e 2001).

Com a decretação da ilegalidade do PCB, em 1947, e a conseqüente repressão a seus membros, as incipientes experiências das ligas camponesas são desarticuladas.

No contexto da realização da 1ª. e 2ª. Conferência Nacional dos Trabalhadores Agrícolas, em 1953 e 1954, e da criação da União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil (ULTAB), influenciadas pelo PCB, ocorre o 1º. Congresso Nordestino de Trabalhadores Rurais, na cidade de Limoeiro, em Pernambuco, em 1954. (Targino, 2000).

“É no contexto dessa mobilização realizada pelo PCB que, na segunda metade dos anos cinqüenta, pela primeira vez na Zona da Mata e porque não dizer na história do Brasil, vai surgir um movimento de massa expressivo junto aos trabalhadores rurais, reivindicando explicitamente a mudança na estrutura fundiária, isto é, organizado em torno da bandeira da reforma agrária”. (idem: 11 e 12).

A experiência concreta que deu base organizativa a esse movimento ocorreu no Engenho Galiléia, com a criação da Sociedade Agrícola de Plantadores e Pecuaristas de Pernambuco (SAPPP), no município de Vitória de Santo Antão (Pe), em 1955.

A luta do Engenho Galiléia desencadeou um processo organizativo dos trabalhadores rurais em Pernambuco, que retomou o nome de Ligas Camponesas, conforme a incipiente experiência do PCB, na segunda metade dos anos 1940. No interior do estado, as Ligas eram constituídas por núcleos locais denominados “delegacias”, formados por camponeses e dirigidos por uma diretoria e pela assembléia geral dos sócios. (idem: 13).

Na Paraíba, as Ligas têm no município de Sapé o seu núcleo inicial e mais forte, mas se estende aos municípios do Litoral e do Agreste/Brejo. No município de Rio Tinto, no Litoral norte do estado, o movimento teve uma atuação importante, no

sentido que, articulado com a organização dos operários têxteis do município, consegue eleger o prefeito, em 1962. (Targino, 2000: 13).¹⁰

Em Sapé (Pb), as primeiras tentativas de criação das Ligas Camponesas foram feitas em 1954, por João Pedro Teixeira, camponês que tinha experiência de organização de trabalhadores em Pernambuco.¹¹ Em 1958, o movimento ganha força com a expansão das Ligas, a partir de Pernambuco, e é criada a Associação de Trabalhadores Rurais de Sapé, sob a liderança de João Pedro Teixeira e que, em 1963, já possuía cerca de dez mil associados.

Usineiros e proprietários rurais se organizaram contra as Ligas e contra os movimentos e entidades que as apoiavam. Para isso, criaram uma entidade para-militar chamada Associação dos Proprietários Rurais da Paraíba (APRA).

O agrônomo Assis Lemos, que prestava assessoria às Ligas, foi espancado e João Pedro Teixeira foi assassinado, em Sapé, em 1962, assim como João Alfredo Dias, o “Nego Fubá” e Pedro Inácio de Araújo, o “Pedro Fazendeiro”, em 1964, todos lideranças das Ligas na Paraíba.

Em Sapé, com o assassinato de João Pedro Teixeira, sua esposa, Elizabeth Teixeira assumiu a liderança das Ligas até 1964, quando foi presa e depois foi obrigada a se refugiar no Rio Grande do Norte, trocando de nome, para não ser também assassinada.¹²

¹⁰ Para uma análise mais detalhada da atuação das Ligas Camponesas na Paraíba é possível consultar Benevides (1986), Lemos (1996), Bandeira e outras (1997) e referências em Araújo (1999) e Mello (2002).

¹¹ Em 1952, na fazenda Subaúma, no futuro município de Alhandra, militantes do PCB, então na clandestinidade, tentam organizar os camponeses locais, mas são desarticulados pela polícia estadual. (Mello, 2002: 211). É nesse município que, em 1974, ocorre, após o golpe de 1964, na Paraíba, a primeira resistência organizada de arrendatários contra a expulsão da terra, na Fazenda Mucatu, onde moravam 174 famílias, com apoio de alguns moradores da Fazenda Subaúma e acompanhados pela pastoral rural da Igreja Católica, a qual o autor deste trabalho prestava assessoria nessa época. Em 1976, os moradores conseguem a desapropriação das terras de Mucatu, através do INCRA, e de fazendas circunvizinhas, onde também havia conflito e resistência de seus moradores. Neste mesmo ano, os moradores de Subaúma (112 famílias) iniciam (ou retomam) a luta pela terra, que vai até 1983, quando conseguem a desapropriação da Fazenda e a conseqüente criação de um projeto de assentamento com quase mil hectares de terra. Moradores dessas fazendas e que tinham sido militantes das Ligas Camponesas participaram ativamente desse novo processo de luta. Alguns deles, mais velhos, se referiam à experiência de 1952 e a uma nova tentativa em 1969/1970, organizada por agrupamentos políticos clandestinos de esquerda e também inviabilizada pela repressão do regime militar, conforme depoimentos informais, e confidenciais na época, relatados por eles à minha pessoa, durante o período em que participei do acompanhamento e apoio da pastoral rural a essa retomada da luta pela terra, pós 64.

¹² A saga de João Pedro e Elizabeth Teixeira, assim como das Ligas Camponesas de Sapé pode ser conhecida através do livro organizado por Lourdes Bandeira, Neide Miele e Rosa Godoy que transcreve a história de Elizabeth Teixeira contada por ela mesma, intitulado “*Eu marcharei na tua luta: a vida de Elizabeth Teixeira*”, publicado pela Editora Universitária da UFPB, em 1997.

O golpe militar de 1964 desmantelou completamente as Ligas Camponesas, instalando o medo e a humilhação, às vezes o terror, entre a população rural, principalmente, nas áreas de maior atuação das Ligas. Por isso, a palavra camponês passou a ser estigmatizada por eles mesmos. Ser chamado de camponês era correr risco de ser identificado como membro das Ligas e, com isso, passar a ser perseguido. Até recentemente, esse incômodo era explicitado, claramente, por vários deles, principalmente durante os conflitos da luta pela terra.

Em 1974, na Fazenda Mucatu, no município de Alhandra, na região do Litoral sul da Paraíba, ocorre a primeira resistência organizada e coletiva contra a expulsão da terra no estado, após a repressão e desmantelamento das Ligas Camponesas em 1964. O relato dessa experiência de retomada da luta pela terra, depois de 10 anos de repressão, encontra-se em Moreira (1997).

A partir de Mucatu, a luta de resistência contra a expulsão da terra, na Paraíba, estende-se a várias regiões do estado. Até fins de 1984 e início de 1985, quando termina o período dos governos militares no Brasil, segundo dados que podem ser coletados em Moreira (1997), havia 72 áreas de conflito de terra na Paraíba, caracterizando-se pela resistência de moradores, foreiros, arrendatários, meeiros, posseiros à expulsão da terra, tentada pelos proprietários e 16 áreas já tinham sido desapropriadas pelo INCRA, compradas pelo governo estadual ou feito acordo entre as partes pela intermediação de órgãos públicos, com a permanência dos trabalhadores nas terras. Mucatu frutificou, apesar de todas as ameaças e violências efetuadas ou consentidas pelo Regime Militar.

A partir de 1985, com a “Nova República” e o avanço da organização dos movimentos dos trabalhadores sem terra, a luta pela reforma agrária expandiu-se na Paraíba, como em todo o Brasil, chegando a beneficiar, até julho de 2003, 11.055 famílias, com a desapropriação de 189 mil hectares de terras pelo INCRA, o que corresponde a 3,5% da área total do estado.

Este fato, tendo como sujeitos ativos e responsáveis diretos pela sua ocorrência, os próprios trabalhadores e suas famílias, é um acontecimento inédito na história da Paraíba, um ponto de inflexão na dominação que sempre prevaleceu das oligarquias rurais sobre o conjunto dos trabalhadores paraibanos.

Porém, esse ponto de inflexão indicou apenas um ponto de partida para a continuidade de uma luta secular contra a submissão que, nos assentamentos, ganha novos contornos, desafios e personagens, configurando novas possibilidades e limites.

Essa situação pode ser expressa pelas palavras de João Lacerda, assentado de Camucim, assentamento existente no município de Pitimbu, Litoral sul do estado, e que representou um dos processos de luta pela terra mais árduo, longo e sofrido da Paraíba¹³: “A luta pela Reforma Agrária começa com a luta pela terra, mas não acaba aí. Depois que se conquista a terra vêm muitas outras lutas”.¹⁴ A experiência do Projeto Lumiar, na Paraíba, confirmou essa afirmação, assim como os desafios que estão colocados, atualmente, para os assentamentos de Reforma Agrária no Brasil.

O desenvolvimento da luta pela terra trouxe, pelo menos, duas formas distintas de atuação por parte dos movimentos que organizavam essa luta: a resistência nas terras onde os trabalhadores já moravam e trabalhavam, e a ocupação de terras improdutivas por trabalhadores sem terra. Essas duas formas diferenciadas de luta arregimentavam pessoas distintas: na resistência à expulsão da terra, figuravam, sobretudo, pequenos arrendatários, foreiros, posseiros que viviam no contexto da chamada “forma camponesa de viver e trabalhar” (Brumer e outros, 1993), e na ocupação de propriedades improdutivas atuavam, principalmente, trabalhadores sem terra, na maioria vivendo em periferias urbanas e com diversificadas formas de inserção no meio rural.

Essas diferenciações, produtoras de formas distintas de luta pela terra, produzirão também formas diferentes de inserção nos assentamentos, particularmente, em relação ao que e como produzir.

Na Paraíba, até meados dos anos 80, estimava-se a existência de mais de duzentos mil assalariados no campo, os quais viviam condições muito precárias de vida, principalmente os assalariados da atividade canavieira. (Moreira e Targino, 1997: 282). Em um quadro de super exploração do trabalho e de pobreza, a luta dos assalariados

¹³ Em Camucim, viviam 72 famílias de moradores de condição e que desenvolviam pequenas unidades produtivas agrícolas na propriedade, além da pesca, extração do caranguejo e colheita de mangaba, fruta silvestre nativa da região. Em 1978, foram ameaçados de expulsão pela Destilaria Tabu, pretensa proprietária da terra. Depois de um longo e penoso processo de resistência desses moradores para evitar a expulsão da terra, em 1986, o imóvel foi adquirido pelo governo do estado e se constituiu em uma área de assentamento. Sobre a história de Camucim, veja Moreira (1997), volume I, pp. 119-143. Esse trabalho da professora Emília Moreira, *Por um pedaço de chão*, em dois volumes, reúne as histórias de cada uma das áreas de luta pela terra na Paraíba de 1970 a 1997. Trabalho que reúne, como poucos, o rigor extenuante da pesquisa e o compromisso da produção acadêmica com seus interlocutores principais, no caso, os trabalhadores paraibanos em luta pela terra. Aliás, Emília Moreira tem sido referência fundamental para seus alunos, colegas de trabalho acadêmico, movimentos sociais rurais e urbanos na Paraíba, pela sua tenacidade como pesquisadora, competência acadêmica, solidariedade sem limites, integrando de forma incomum produção acadêmica e compromisso social, sem prejuízo para nenhum deles.

¹⁴ Depoimento coletado pelo autor, durante pesquisa sobre qualidade de vida nos assentamentos paraibanos, em 1997, financiada pelo INCRA e simultânea ao início do Projeto Lumiar. (Ieno Neto e Bamat, 1998: 1).

centra-se em torno de reivindicações por melhores condições de trabalho e salário. Os sindicatos de trabalhadores rurais, particularmente os das regiões do Litoral e do Agreste/Brejo, passaram a organizar os trabalhadores canavieiros para campanhas trabalhistas. Vale lembrar que as Ligas Camponesas, antes de serem dizimadas em 1964, reivindicavam a regulamentação das relações de trabalho assalariado no campo, com a extensão para o meio rural dos mesmos direitos dos assalariados urbanos.

Após a realização, em 1979, do III Congresso Nacional de Trabalhadores Rurais, organizado em Brasília pela CONTAG, a FETAG/PB promoveu o I Encontro de Assalariados da Zona Canavieira da Paraíba, realizado em setembro de 1982, na cidade de Guarabira, na região do Brejo Paraibano, com a participação de representantes de 29 sindicatos de trabalhadores rurais da zona canavieira, além de representantes de várias entidades de apoio. Como resultado desse Encontro, entre 1982 e 1983 houve um trabalho de divulgação, entre os canavieiros, dos direitos trabalhistas, de estímulo às ações trabalhistas na justiça e um trabalho de organização de base entre os assalariados, com alguns “paradeiros” isolados e pontuais.

Em 1984, o trabalho do movimento sindical e das entidades de apoio foi direcionado para o lançamento do Dissídio Coletivo da categoria e organização de uma greve. Vale destacar que, nessa greve, muitos assentamentos e áreas de conflito apoiaram os assalariados da cana, doando produtos alimentares plantados pelos assentados às famílias dos grevistas, auxiliando na mobilização e piquetes da greve, recebendo os assalariados nos assentamentos para reuniões de planejamento e avaliação do movimento. Alguns sindicatos urbanos também apoiaram a greve, especialmente o Sindicato dos Trabalhadores da Construção Civil e Mobiliário de João Pessoa, arrecadando alimentos para os grevistas, colaborando no apoio jurídico aos sindicatos rurais, fornecendo transporte para as equipes de apoio à greve, uma vez que muitos trabalhadores da construção civil também trabalhavam como assalariados da cana e vice-versa.

Com a crise do setor canavieiro na década de 1990, já assinalada, houve uma forte diminuição da área plantada com cana e sua substituição pelo capim ou outras culturas que absorvem menos mão-de-obra e que pagam salários ainda menores. *“Além disso, o processo recessivo desencadeado pelo Plano Collor, a seca que assolou o Estado em 1993, a desarticulação da atividade cotonicultora, a crise do sisal, a expansão da pecuária (atividade caracteristicamente poupadora de mão-de-obra), pelo*

Agreste-Brejo e até mesmo no Litoral, (...), vêm fechando também outras fontes tradicionais de emprego, (...)". (Moreira e Targino, 1997: 294).

Essa situação aumentou o contingente de trabalhadores que passaram a ver na luta pela terra uma possibilidade de adquirir formas de subsistência. A percepção desses trabalhadores sobre essa possibilidade de ter um pedaço de terra para trabalhar, não necessariamente é a mesma dos moradores, foreiros, posseiros sobre o que significa ter terra para trabalhar e sobreviver dela. Para os primeiros, ocupar terra pode ser apenas uma forma de ter acesso às políticas de crédito para construção de moradia, de alimentação e fomento fornecidas pelo INCRA aos assentados, possibilidade que lhes garantem condições mínimas, por um tempo, para decidirem o que vão fazer da vida. Para os segundos, trata-se de conquistar a possibilidade de continuarem sendo agricultores familiares.

Além disso, vale assinalar, também, que a categoria de assalariados da cana é constituída por trabalhadores com histórias e formas de inserção no mundo do trabalho diferenciadas: trabalhadores que vêm de famílias onde, há várias gerações, sempre trabalharam na atividade canavieira; trabalhadores que eram pequenos produtores e foram expulsos da terra; trabalhadores que ainda têm, de alguma forma, um pedaço de terra para plantar, e ser assalariado da cana é apenas um complemento dessa outra atividade que priorizam; trabalhadores urbanos desempregados e que trabalham na cana por falta de opção. Essa heterogeneidade de condições reflete-se na forma como esses trabalhadores percebem suas inserções como assalariados, repercutindo na participação deles nos movimentos da categoria, assim como, quando participam da luta pela terra e, posteriormente, nos assentamentos.

11. Alguns aspectos da história da Paraíba que repercutem nos assentamentos

Como já foi assinalado no início deste capítulo, o que ocorre nos assentamentos rurais de reforma agrária relaciona-se com a expectativa que os assentados têm de como será a vida no futuro imediato e a longo prazo, com as condições atuais em que vivem, mas também com o que ocorreu em suas histórias e a dos seus antepassados. Neste aspecto, a história da construção do espaço agrário paraibano fornece alguns elementos que podem ajudar a discutir o comportamento dos assentados no enfrentamento dos problemas atuais com os quais se confrontam. Alguns desses aspectos serão pontuados a seguir:

a) Inicialmente, vale lembrar que os assentados de reforma agrária na Paraíba estão vivendo a possibilidade inédita, na história local, de exercitar uma forma de viver em que está relativizada, praticamente, 500 anos de hegemonia quase absoluta das oligarquias rurais no estado. Nesses anos todos, a submissão era condição para a sobrevivência consentida à população paraibana pelos donos das terras, riquezas, poder político e saber. A vida institucional e a vida cotidiana da população paraibana foi produzida e produtora de desigualdades sociais anunciadas como “naturais” pelos colonizadores europeus e por seus sucessores, já que a exploração e dominação da população nativa foram as formas de conquista, colonização e desenvolvimento da região implementadas pelos colonizadores. Mais tarde, no sistema de morada, a relação entre os trabalhadores e o senhor de engenho era pessoal, sem nenhuma formalização, sendo que as condições eram definidas pessoa a pessoa. O controle que o senhor exercia sobre essa força de trabalho se fazia através do acesso à terra, acesso que era condição de sobrevivência e de submissão. Portanto, sobrevivência e submissão aos donos das terras fazem parte de uma mesma lógica, para a grande massa da população, durante, praticamente, toda a história da Paraíba. Por isso, como já foi dito, mudar 500 anos dessa história não se faz do dia para a noite, principalmente, quando as desigualdades sociais, a dureza da vida, a submissão, estiveram sempre presentes, ficando difícil imaginar como poderia ser diferente, se nunca foi, pelo menos para a grande maioria da população, apesar das tentativas efetuadas pelas lutas de resistência de parte dessa população.

b) De fato, desde suas origens, a Paraíba se constituiu em um espaço produzido pelo confronto: tanto entre colonizadores e índios, mas também pelo confronto entre os próprios colonizadores entre si (portugueses, espanhóis, franceses e holandeses), como entre a população nativa (as diversas tribos potiguaras e tabajaras). Entre os colonizadores, além das guerras que travaram entre si por interesses econômicos divergentes, tratava-se de escolher a dosagem entre utilizar mecanismos para submeter os nativos à força e mecanismos de cooptação. Entre os índios, tratava-se de escolher entre aderir aos colonizadores, criar mecanismos para resistir de forma dissimulada ou se confrontar de forma aberta. Essas escolhas implicavam divisões e confrontos internos nos dois lados. Mesmo mudando as características dos atores sociais em confronto, é possível verificar essa dinâmica repetindo-se no desenvolvimento de toda a história da Paraíba. Os mecanismos e a intensidade da exploração e dominação produziram confrontos entre classes sociais distintas, mas também no interior de cada

uma das classes em confronto. Essa dinâmica constitutiva da história paraibana, desde suas origens, foi expressão direta das lutas pela terra (ou em torno da terra). Por isso, as diferentes estratégias e significados existentes, hoje, entre os assentados, quando reagem às políticas públicas do Estado, transformado em gerenciador e fiscalizador do que ocorre nas terras dos assentamentos, não se explica somente pela situação concreta do momento, mas tem raízes e condicionantes na história de como essa população subjugada vem reagindo e sobrevivendo às adversidades sociais a que tem sido submetida. Como produção histórica, essas diferentes formas de reagir frente aos problemas vividos têm possibilidades de serem pensadas criticamente pelos próprios assentados, diferentemente se são naturalizadas.

c) Os colonizadores aproveitaram as diferenças étnicas e culturais entre as tribos indígenas para jogar umas contra as outras e, com isso, estender seus domínios, tendo parte dos índios como aliados, ou seja, domesticados aos seus interesses (os demais eram índios inimigos, os selvagens). Isso aconteceu também com os negros, lembrando os “capitães do mato”, a serviço dos senhores de engenho, caçadores de negros rebeldes. Essa estratégia de dominação por parte dos colonizadores e de adesão a ela, por parte da população nativa, como forma de tentar suavizar suas conseqüências, continuou marcando a relação entre os donos e seus servidores. Aderir, portanto, aos dominantes sempre foi uma possibilidade aos que não conseguiam ou não queriam se juntar aos que se rebelavam, ou, simplesmente, resistiam. A possibilidade de adesão à lógica dos dominantes, considerando que é “natural” a existência dos que mandam e dos que obedecem, de que a liberdade significa o caos, continua presente nos assentamentos, por exemplo, na forma como se vê o papel de uma diretoria de associação, o que será analisado no Capítulo 6. Mas, essa concepção produz reação contrária por parte dos trabalhadores que valorizam outras dimensões e lógicas da experiência histórica, como a da Confederação dos Cariris, produzida pelos índios em reação à colonização estrangeira no sertão paraibano, considerada a maior guerra anti-colonialista no Brasil, os quilombos, as Ligas Camponesas, as greves dos canavieiros, as lutas pela terra.

d) Os indígenas não se submeteram à escravidão de forma passiva, reagindo através da baixa produtividade, da indolência e da fuga. Os negros também desenvolveram várias formas de resistência, desde a sabotagem ao trabalho, à fuga, a formação de quilombos. Mas também a depressão, o “banzo”, o alcoolismo, o suicídio fizeram parte das formas de reagir dos negros frente à violência a que eram submetidos.

A indolência e a depressão, a prostração frente à impossibilidade de ter esperança, o conformismo ou o desespero perante uma situação considerada definitiva para sempre, desde os índios, os negros, os assalariados, os moradores, os foreiros, os posseiros, os sem terra, sempre produziram a perda de sentido para a vida de muitas dessas pessoas. Por exemplo, o suicídio de um morador da fazenda Garapu, hoje assentamento, quando o proprietário o ameaçou e seus vizinhos de expulsão da terra, o suicídio de uma filha de João Pedro e Elizabeth Teixeira, abalada com as ameaças de morte a seus pais por parte dos proprietários de terra, são apenas indicativos de que, para algumas pessoas, a falta de perspectiva de uma vida sem tanto sofrimento é pesada demais. Não é de se estranhar, portanto, que esse tipo de sentimento atinja algumas pessoas nos assentamentos de hoje. Não é de se estranhar, também, que muitas dessas pessoas sejam consideradas indolentes ou preguiçosas pela pouca dedicação a tudo que seja trabalho pesado, ao que exija muita dedicação e preocupação. “Morrer de trabalhar, pra quê?” indagam. Ou, então, dizem “pra que continuar dando murro em ponta de faca?” e vão embora dos assentamentos, fogem, como fizeram muitos índios, negros, os desenraizados. Talvez, considerem que à margem ou errantes correrão riscos menores, ou estarão livres dos limites e das normas que um lugar fixo, lugar físico e social, estabelece.

e) No período da colonização, na Paraíba, a produção de alimentos destinava-se ao abastecimento interno dos Engenhos, à reposição da força de trabalho dos canaviais e era parte de uma economia que sempre foi considerada secundária e mantida de forma subordinada. A expansão ou a redução da pequena produção de alimentos nos Engenhos ficava totalmente dependente da expansão ou retração da atividade canavieira: nos momentos de apogeu da atividade canavieira, limitava-se a produção alimentar para que a mão-de-obra estivesse disponível para a exigência de aumentar a produção nos canaviais e nos engenhos. Escravos, lavradores, moradores, foreiros e posseiros, personagens sujeitos à exploração e dominação, que caracterizaram a formação do espaço agrário da zona canavieira paraibana, possibilitaram o surgimento e a proliferação de uma pequena produção agrícola, dentro ou fora do Engenho, destinada para o auto-consumo e para abastecer os senhores, suas famílias e agregados. Como foi visto neste capítulo, esses personagens, vivendo sempre uma tensão entre algumas possibilidades de autonomia no interior dos espaços constituídos pelos pedaços de terra que tinham para morar e produzir e a forte dependência aos senhores de Engenho e à economia canavieira, originaram a pequena produção agrícola na Paraíba.

Portanto, ocupando sempre uma posição subalterna e desqualificada na história do estado, não é surpresa o fato da agricultura familiar continuar, ainda hoje, sendo vista como alguma coisa marginal, de pouca significação econômica e social, tanto pela população de um modo geral, como por parte dos técnicos de órgãos públicos que trabalham nessa área, incluindo INCRA, EMATER e BNB, assim como por parte de muitos assentados. Não é de se estranhar, como o autor ouviu várias vezes de técnicos desses órgãos na Paraíba, afirmações que consideram a Reforma Agrária como um programa de assistência social aos pobres, sem nenhuma significação econômica relevante. Essa visão, que nunca apresentou nenhuma base de argumentação mais sólida, baseada, apenas, no que os técnicos chamam de “experiência”, é desmentida pelas estatísticas e estudos sobre o desempenho da produção familiar, particularmente, na produção de alimentos, no quadro geral da produção agropecuária no estado, como mostram os dados do Censo Agropecuário da Paraíba de 1980, realizado pela Fundação IBGE, e apresentados de forma sumária neste capítulo. É conhecida, também, a surpresa dos assentados, quando se faz com eles um levantamento do que eles próprios produzem, seja a nível local ou para um determinado conjunto de assentamentos. Nesses momentos, é comum ouvir-se comentários do tipo “nunca pensei que a gente produzia tanto”, expressando satisfação e orgulho pela descoberta. Este fato, se de um lado mostra a potencialidade da agricultura familiar no estado, de outro, não exclui as dificuldades, problemas e obstáculos que essa forma de produção agropecuária enfrenta, desde seus condicionantes históricos de várias ordens, como pelos elementos da conjuntura presente, incluindo aí a falta de perspectiva de alguns assentados sobre o que fazer a partir da terra e dos assentamentos.

f) Uma das formas de controle utilizada pelos senhores de engenho sobre seus moradores era o endividamento do trabalhador através dos sistemas de barracão e de vales. O morador recebia crédito para fazer compras no barracão da propriedade através de vales fornecidos pelo patrão. Como a contabilidade desse crédito era feita pelo patrão ou algum preposto seu, o morador estava sempre endividado. O trabalhador endividado era impedido de sair da terra a não ser quando o patrão assim o desejasse. A sujeição ao barracão e ao vale imprimia um caráter de semi-escravidão ao sistema de morada. Portanto, se o acesso à terra era condição de sobrevivência e de submissão, o crédito também era. Essa condição vivida por várias gerações, é de supor que deixe marcas nos trabalhadores e suas famílias nos assentamentos. Hoje, para se ter acesso à terra como condição de sobrevivência é possível pensar, pelo menos para uma parte dos

assentados, que seja “natural” o dever de submissão ao Estado, dono da terra através do INCRA e dono do dinheiro que recebem como crédito, através do Banco do Nordeste. É possível viver da terra sem submissão aos donos, quando toda a história vivida anteriormente indica que não? Que relação que os assentados visualizam como possível com os prepostos dos donos da terra e do crédito, hoje os funcionários do INCRA, do BNB e os técnicos do Projeto Lumiar? Pela experiência histórica, não é de se surpreender que vários assentados não queiram ou tenham receio de receber financiamento bancário através das políticas de crédito do PROCERA e depois do PRONAF. Também não é de se estranhar que possam perceber ou desconfiar que os funcionários do INCRA, do BNB e os técnicos do Lumiar sejam, na verdade, “fiscais do Banco”. Na percepção de um assentado do assentamento Dona Helena, no município de Cruz do Espírito Santo, *“pegar dinheiro emprestado no Banco é cair na armadilha do governo. O sujeito fica cativo”*.

g) Por outro lado, os trabalhadores sabem que os senhores de engenho, usineiros e empresários rurais pegam dinheiro público emprestado a órgãos governamentais e não pagam. Como já foi citado, o jornal “Folha de São Paulo” de 17 de abril de 1995, divulgou os principais devedores nacionais do Banco do Brasil até novembro de 1994. Dos cem maiores devedores, três eram usinas paraibanas. Essa situação não é inusitada, pois, desde o seu surgimento o Estado Brasileiro sustenta, com dinheiro público, o desenvolvimento da agropecuária oligarca/empresarial e os conseqüentes privilégios desse setor, defendidos, através de vários mecanismos, pelas organizações corporativas que representam seus interesses. Se os trabalhadores não conhecem os detalhes dessa situação, conhecem suas conseqüências no cotidiano da vida na fazenda, no engenho, na usina, no município e no estado, porque ouvem falar por aqueles que trabalham, servem ou se acobertam e, por isso, freqüentam a intimidade dos senhores e donos, porque conhecem o comportamento dos políticos locais e regionais nas suas relações com os grandes proprietários de terra, porque se informam e conversam entre si. Sabendo que os donos recebem “dinheiro do governo”, se endividam e não pagam, ou pagam de forma indireta, simbólica, ou têm suas dívidas perdoadas ou o pagamento delas freqüentemente adiado, vários desses trabalhadores, quando têm acesso a recursos públicos, como, por exemplo, os créditos ofertados aos assentamentos, perguntam-se porque, então, devem pagá-los. Esse raciocínio é mais uma fonte de polêmica e divergências entre os assentados, pois, muitos deles divergem fortemente dessa lógica, argumentando desde uma visão pragmática de que “o governo

perdoa a dívida dos grandes, mas não perdoa a dos pequenos”, até uma formulação mais teleológica de que “nós lutamos pela terra para mudar o Brasil que está aí”, ou uma preocupação ética porque “o dinheiro do governo é dinheiro do povo e deve servir para o bem comum e não para beneficiar uns poucos”. Esse assunto será abordado mais adiante, quando se for analisar a experiência dos técnicos do Projeto Lumiar na elaboração e acompanhamento dos projetos de financiamento para os assentamentos por eles trabalhados. Porém, o que aqui se quer assinalar é que a questão do crédito tem, para os assentados, forte referência histórica, seja no medo de que o crédito signifique submissão ao Estado, pois foi uma forma de submissão e humilhação aos proprietários das terras, ou, então, seja uma forma de cooptação a uma lógica baseada na esperteza dos dominantes (a qual alguns assentados podem ter como modelo), que subjugava os mais fracos e ludibriava ou corrompia o Estado.

h) Na história da Paraíba, desde o início da colonização, o mundo rural não é alheio ao mundo industrial. A organização inicial do espaço agrário litorâneo, a exemplo do que ocorreu em toda fachada oriental do Nordeste, baseou-se na produção açucareira destinada ao mercado externo, na divisão das terras em grandes unidades produtivas chamadas de Engenho. Tratava-se de um espaço construído e organizado para atender às necessidades de acumulação do capital mercantil. Nos engenhos, toda a atividade agrícola de preparação do solo, plantio, limpa e corte da cana-de-açúcar existia em função da atividade industrial de transformação da matéria-prima agrícola em açúcar, rapadura ou aguardente. Posteriormente, o mesmo ocorre com as Usinas e com as Destilarias de álcool. A vida produtiva, social e cultural da população da zona canavieira tinha, portanto, uma relação fortemente marcada tanto pela atividade agrícola de produção da monocultura da cana, como pela presença imponente e emblemática dos prédios dos engenhos, usinas e destilarias, que abrigavam tanto a maquinaria industrial como os trabalhadores e as relações de trabalho que davam sentido à produção e à atividade agrícola. Ainda hoje, mesmo quando em ruínas e sem o “mar de cana” à sua volta, esses prédios simbolizam a longa história do peso da atividade canavieira no mundo rural paraibano, de tudo que representou e das marcas que ainda hoje persistem. Da mesma forma, o algodão, com as fábricas de beneficiamento nas regiões onde era plantado; o sisal e as máquinas de desfibramento do vegetal e da carne dos trabalhadores que as manejavam, são experiências da história do mundo rural paraibano que integravam, de forma visível, concreta e indissociável, a atividade agrícola e sua industrialização. Este fato, portanto, não era despercebido pela população rural. É de se

supor que sempre existiram desdobramentos dessa experiência na percepção dos pequenos produtores rurais sobre suas condições de existência, quando insistiam, apesar de toda subordinação e desqualificação a que eram submetidos, em existir à margem do processo produtivo hegemônico da agricultura paraibana. Se a luta pela terra foi e tem sido uma tentativa de se livrar dessa hegemonia, a convivência secular com a atividade agrícola, integrada localmente com a atividade industrial, talvez possa ser um elemento importante no debate sobre esse tema nos assentamentos rurais de hoje. Por exemplo, quando se discute a conveniência de se plantar cana-de-açúcar nos assentamentos para atender a demanda desses produtos por empresas locais, proposta feita pela direção e técnicos do INCRA, por técnicos da EMATER e por empresários, a forte discussão que essa possibilidade provoca entre os assentados, talvez seja indício da reverberação da experiência histórica da relação dos camponeses e trabalhadores rurais paraibanos com a integração entre produção agrícola e industrialização vivida na zona canavieira. A subalternidade da produção agrícola familiar em relação à produção da cana-de-açúcar, do algodão, do abacaxi, do sisal e da pecuária, dominada pelos senhores de engenho, usineiros, grandes proprietários e empresários rurais, refletia-se no cotidiano da vida dos pequenos produtores e na própria possibilidade concreta de produzirem e garantirem a sobrevivência. Essa subalternidade era condição para a possibilidade de existência da produção familiar. Da mesma forma, a convivência muito próxima com as indústrias do açúcar, da rapadura e da aguardente, do beneficiamento do algodão, do desfibramento do sisal, de derivados do leite, mesmo quando tecnicamente atrasadas, fazia parte da vida cotidiana e produtiva da grande maioria da população rural paraibana e, portanto, também dos pequenos produtores familiares. Como já foi dito, os prédios dos engenhos e das usinas e o que ocorria dentro e em função deles não permitiam dúvidas e nem deixavam despercebido onde estava o poder. Portanto, uma eventual possibilidade de autonomia dos produtores agrícolas familiares na Paraíba, produzindo para o auto-consumo e sobrevivência da família, estava sempre tensionada pelas exigências concretas e cotidianas da agropecuária de mercado, da qual dependia a possibilidade de acesso à quantidade e qualidade de terra permitida para a produção familiar, do período em que esse acesso era permitido, da disponibilidade de tempo para o trabalho na produção familiar, da decisão do que, como e onde plantar. É de se supor que toda essa subordinação e convivência com o mundo da produção agro-industrial referenciam a forma de pensar e agir dos pequenos produtores rurais familiares paraibanos. Desse modo, a experiência de viver uma autonomia relativa e sempre provisória, frágil, para

produzir o auto-sustento e a sobrevivência da família em espaços demarcados por uma situação comum a muitos, tanto de submissão aos grandes proprietários de terra, mesmo que de formas diferenciadas, como de convivência com a lógica industrial, pode ter relativizado a percepção das relações sociais e produtivas centradas, fundamentalmente, na vida familiar e agropecuária. Este fato pode estar referenciando os assentados que, ao interpretarem a situação nos assentamentos como precária e/ou provisória, pensam ou tentam compatibilizar a atividade produtiva no assentamento com outras atividades econômicas fora dele, tanto para si, como envolvendo outros membros da família. Este fato, entre outros fatores, pode também estar referenciando outros assentados que enfatizam a necessidade da organização coletiva como condição para a superação dos problemas que vivenciam, inclusive para a viabilidade econômica de suas produções, por considerarem que a produção familiar é frágil para enfrentar a competitividade do mercado, como foi argumentado por um grupo de assentados do assentamento Apasa, no município de Alhandra (Pb). Pode também estar referenciando um assentado do assentamento Amarela I, do município de São Miguel de Taipu (Pb) que disse: “*quero plantar abacaxi para vender para a indústria porque plantar para vender para atravessador ou na Ceasa não compensa*”, ou então para os assentados que reivindicam que seja contemplado, nos planos de desenvolvimento de seus assentamentos, recursos para a construção de indústrias para beneficiamento das frutas que produzem; abatedouros, frigorífico e embalagem para produção de frangos congelados; olaria para aproveitamento do barro local; ambiente e equipamentos para tratamento e produção de derivados do leite bovino e caprino; casas de farinha, etc. Além de referenciar o que e como produzir, a experiência histórica da fragilização da autonomia familiar nas decisões relativas à vida produtiva, pode ser também um dos elementos que referencia os assentados nas discussões que fazem sobre a forma de gestão dessa produção, seja para os que, apesar ou por causa disso, defendem a liberdade para que cada família decida livremente o que e como produzir e comercializar, já que essa liberdade nunca foi plenamente experimentada; seja para os que argumentam na direção de que deve existir uma forma de gestão coletiva da produção e/ou comercialização, com posições que defendem graus variados de intervenção nessa liberdade, já que a experiência vivida mostra que ela sempre foi, de fato, limitada.

A história da Paraíba e, em especial, a história da construção do espaço agrário paraibano, como não poderia deixar de ser, deixa fortes marcas no que são os

assentamentos rurais no estado. A descontextualização histórica dos assentados, corre o risco de avaliar o que acontece nos assentamentos como se tudo começasse do zero a partir da desapropriação da terra e surgimento formal dos assentamentos e de pensar a intervenção nessas áreas unicamente baseada no que ocorre no momento da atuação e, dessa forma, cometer inúmeros equívocos, particularmente na culpabilização dos assentados sobre as dificuldades enfrentadas. Essa concepção a-histórica, muitas vezes, considera que basta uma intervenção tecnicamente eficaz, do ponto de vista produtivo e econômico, uma política de crédito eficiente e um bom diagnóstico das potencialidades produtivas e de mercado, centradas na conjuntura presente, para que o desenvolvimento dos assentamentos ocorra da forma planejada e desejada por essa intervenção. Dessa forma, corre o risco de contribuir para que os assentados se desenraizem de sua história e, assim, percam suas referências e, com isso, percam a capacidade crítica de pensar suas próprias responsabilidades sobre o que acontece nos assentamentos e a partir deles.

A multiplicidade de elementos que compõem a história do mundo rural paraibano, refletida na heterogeneidade dos personagens que compõem o conjunto dos trabalhadores rurais da Paraíba (índios, escravos, lavradores, moradores, arrendatários, meeiros, posseiros, assalariados de diferentes atividades produtivas agrícolas e agroindustriais, vaqueiros, etc), portanto, com experiências sociais diversificadas, tanto do ponto de vista econômico, como político e cultural, com estratégias diferentes de como enfrentar as adversidades, seja aderindo e se conformando, seja resistindo ou se rebelando à dominação, revela a riqueza de elementos que compõem essa experiência histórica. Qualquer tentativa de homogeneizar essa diversidade é empobrecer fortemente a possibilidade de que essa riqueza frutifique na formulação de alternativas que visem superar os problemas atuais, na direção de formas de viver mais generosas do ponto de vista humano. Da mesma forma, querer que toda essa história mude radicalmente no presente imediato, como se pudesse se usar uma varinha de condão, é desconsiderar a força das marcas que ela produziu: séculos de submissão, exploração, humilhação, sofrimento, desqualificação, derrotas, medo, insegurança, ambigüidades, não se muda de uma hora para outra.

No entanto, os assentamentos rurais representam um ponto de inflexão na história dos trabalhadores rurais da Paraíba. Esses pontos de inflexão, mais do que mudança no que foi a experiência vivida, são pontos de partida. São momentos em que muda a qualidade da inserção social dos indivíduos. Por terem que enfrentar novas situações na vida cotidiana, altera-se a percepção que se tem das possibilidades e limites

de resolução dos problemas e, portanto, da forma de enfrentá-los e da significação deles no conjunto da vida. Muda o ponto de vista a partir do qual se analisam vários aspectos da vida, ou, pelo menos, abre-se a possibilidade de novas experiências, diferentes das vividas até então. São momentos em que a significação da vida concentra-se e abre-se a possibilidade da produção de novos sentidos para a existência individual e coletiva.

Os assentamentos não são apenas pontos de inflexão na vida dos assentados, mas o que ocorre nos assentamentos repercute sobre o conjunto da população rural, como nova possibilidade, que atrai ou afasta, muitos outros trabalhadores. A adesão ao movimento de ocupação de terras, através do MST ou de qualquer outro movimento, por um inesgotável contingente de pessoas, indica que viver e trabalhar nos assentamentos é percebido, por muitos trabalhadores, como possibilidade de um ponto de inflexão em suas vidas. É evidente que o significado dessa inflexão pode ser muito diversificado, tanto entre os que procuram ir para os assentamentos, como entre os já assentados.

Essa inflexão é visível do ponto de vista físico da paisagem das áreas onde se concentram os assentamentos, principalmente na zona canavieira do estado, como já foi assinalado. Mas também, nas feiras locais, onde assentados vendem ou entregam seus produtos; na movimentação de dinheiro no interior do município, quando os assentados recebem seus créditos ou vendem sua produção; nos espaços públicos de atuação do Estado, não se vê mais apenas a presença das elites locais, mas se vê, cada vez mais, a presença dos pequenos produtores dos assentamentos atuando em busca de seus interesses. Também na vida política institucional, não se vê mais apenas as figuras das oligarquias locais ou a elas ligadas. Em vários municípios paraibanos, existem assentados eleitos vereadores e, no município de Cruz do Espírito Santo, o prefeito municipal foi um assentado.

Como ponto de inflexão na história do mundo rural paraibano, os assentamentos são apenas ponto de partida. A condição da economia do estado ter na agricultura familiar um de seus pilares está colocada como possibilidade. Mas, apenas, como possibilidade. Por outro lado, a possibilidade de retrocesso está também colocada, como tantas outras vezes, em várias partes do mundo, pontos de inflexão na vida dos trabalhadores se esgotaram apenas como ponto de partida. Os personagens e as situações criadas e mantidas por eles e que produziram as marcas de sofrimento nos trabalhadores paraibanos estão à espreita, pois a lógica do capital os nutre. Da memória da história vivida podem-se construir novas histórias, desde que os que pretendem

transformar essa história possam pensá-la criticamente. A memória como nostalgia apenas deseja reproduzir o já vivido, o que constitui uma opção possível. Mas, a ausência da memória ou sua desconsideração reproduz o já vivido como rotina, de forma ingênua e automatizada, sem crítica nem criatividade, desenraiza e desumaniza, o que para os assentados significa fragilidade frente à rotina histórica da lógica hegemônica do capital.

CAPÍTULO 3

O PROJETO LUMIAR: um campo de luta

No Brasil, nos últimos anos, vem ocorrendo um amplo debate sobre a extensão rural e a assistência técnica para a agricultura familiar, como decorrência da relevância que o tema da Reforma Agrária vem tendo na sociedade brasileira, assim como pelo intenso debate sobre a relação entre desenvolvimento rural, sustentabilidade e preservação do meio ambiente.

Nesse contexto, foi realizado em Brasília, em 1997, um seminário nacional sobre assistência técnica e extensão rural, promovido por várias entidades públicas e da sociedade civil, objetivando “*levantar elementos para a construção coletiva de um novo modelo de extensão rural pública para um desenvolvimento centrado na agricultura familiar*”. (Echenique, 1998: 4)¹⁵. Nesse seminário, foi possível constatar que a extensão rural no Brasil vinha enfrentando uma crise que se manifestava de várias maneiras, particularmente, em relação aos paradigmas que tradicionalmente orientavam essa atividade no Brasil.¹⁶

Vale destacar que essa crise vem ocorrendo em vários outros países, particularmente, como desdobramento da relevância política conquistada por movimentos sociais que buscam produzir formas de desenvolvimento centradas na organização e participação de setores populares na sua formulação e implementação.

Este fato pode ser constatado, por exemplo, no livro *Produzir para Viver: os caminhos da produção não capitalista*, organizado por Boaventura de Souza Santos (Santos, 2002), onde são analisadas um conjunto de iniciativas, movimentos e organizações que tentam viabilizar experiências produtivas de grupos populares que procuram se contrapor à unilateralidade da lógica economicista neoliberal. De um modo geral, as experiências analisadas nesse livro têm procurado caminhar na direção de uma

¹⁵ O. S. Echenique, em 1998, foi consultor contratado pelo INCRA, através de convênio com a FAO, para analisar os serviços de assistência técnica agrícola no Brasil, particularmente as EMATER's e a proposta do Projeto Lumiar.

¹⁶ Uma análise sintética sobre a história da extensão rural no Brasil encontra-se em Schmitz (2001) e sobre sua crise atual, em Echenique (1998).

transformação gradual da produção e da sociabilidade para formas mais igualitárias, solidárias e sustentáveis, em países como o Brasil, Colômbia, Índia, África do Sul, Moçambique e Portugal.

Um dos elementos que emerge, como uma característica fundamental, da análise dessas alternativas de desenvolvimento é a questão das formas de elaboração e troca de conhecimentos baseadas na diversidade cultural e na diversidade de formas de produzir e de entender a produção. E esta é uma questão de fundo que tem se colocado para as práticas de assessoramento técnico e gerencial a essas experiências. (Santos, 2002).

Foi nesse contexto de reconhecimento da insuficiência dos modelos estatais que têm sido adotados para a extensão rural no Brasil, frente às demandas de assistência técnica reivindicadas pelos movimentos sociais de luta pela terra, que, em 1997, o governo federal implantou, em todo o país, o Projeto Lumiar para assistência técnica aos assentamentos de reforma agrária.

O Projeto Lumiar, diferentemente do esquema operativo das EMATER's, foi concebido de tal forma que a prestação direta de assistência técnica foi delegada a agentes públicos e privados locais, contratados e avaliados pelos próprios assentados, reservando ao poder público, através do INCRA, a função de financiamento e supervisão. Esse Projeto, portanto, passa a ter uma característica inédita no país, como prática de extensão rural, o que proporciona a possibilidade de se avançar no debate sobre o tema, a partir da avaliação de sua experiência, como um dos mecanismos que objetivavam colocar os assentamentos de reforma agrária e a agricultura familiar como elementos da dinâmica do desenvolvimento rural sustentável no Brasil.

1. O Projeto Lumiar: concepções gerais e estrutura de funcionamento

Como já foi dito na Introdução deste estudo, o Projeto Lumiar de assistência técnica a assentamentos rurais, foi criado pelo Ministério Extraordinário da Política Fundiária do governo Fernando Henrique Cardoso, no contexto de fortes pressões políticas organizadas, principalmente, pelo Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST), mas também pela Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG) e pela Comissão Pastoral da Terra (CPT), no sentido da implantação de políticas públicas que tornassem mais efetivo o processo de Reforma Agrária no País, não só com mecanismos mais ágeis e abrangentes de desapropriação de terras e

assentamento de famílias de trabalhadores sem terra, mas também na implantação de infra-estrutura nas áreas desapropriadas, de programas de crédito mais compatíveis com as necessidades e características dos assentados e de assistência técnica.

A partir dessas pressões políticas, desencadeou-se, coordenado pelo INCRA nacional, um processo de negociação entre representantes governamentais e dos movimentos dos trabalhadores rurais no sentido da formalização e implementação de políticas públicas que atendessem às reivindicações desses movimentos. No segundo semestre de 1996 e início de 1997, como um dos resultados desse processo de negociação, ocorreram várias discussões sobre a proposta de um novo modelo de assistência técnica para os assentamentos rurais, que deveria subsidiar a formulação de um projeto governamental concreto nessa direção. Dessas discussões participaram, de forma efetiva e permanente, representantes do INCRA e MST, mas também professores universitários que passaram a constituir o Comitê Assessor do Grupo de Reforma Agrária (GTRA) do Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras (CRUB), de técnicos do ITOG/INCRA/PNUD, da FAO, IICA, FASER e da Associação de Orientação às Cooperativas do Nordeste (Assocene).¹⁷

Como desdobramento dessas discussões e negociações, depois de várias versões, concluiu-se pela concepção apresentada em documento oficial do Ministério Extraordinário de Política Fundiária, através do INCRA, que define as diretrizes gerais do Projeto Lumiar.

Esse documento afirma, em suas considerações gerais, que o Programa Nacional de Reforma Agrária deve se estruturar em três elementos complementares e interdependentes: o acesso à terra com infra-estrutura, o crédito e a assistência técnica. O documento afirma, na direção do que reivindicam os movimentos sociais, que nenhum desses três elementos isoladamente garante a consolidação da Reforma Agrária:

“• o acesso à terra, sem os recursos necessários para explorá-la, condena os novos assentados à mesma situação de pobreza na qual se encontra a metade da nossa agricultura familiar;

¹⁷ Sobre as concepções de assistência técnica propostas nessa ocasião, particularmente as que foram apresentadas numa reunião em Brasília promovida pelo INCRA, em março de 1997, e que pudessem subsidiar a formulação do Projeto Lumiar, veja-se Moreira, R. J. (1997), particularmente, às páginas 170 a 176.

• *o crédito, sem uma orientação técnica que garanta sua aplicação racional, além de acarretar desperdício de recursos, inviabiliza o resgate dos empréstimos e a sustentabilidade dos assentamentos*". (INCRA, 1997: 2).

Essa formulação parte do reconhecimento de que têm sido absolutamente insuficientes as políticas públicas nessas três direções na história da agricultura familiar no Brasil. Particularmente, em relação à assistência técnica, reproduzindo o que vem sendo diagnosticado por vários organismos brasileiros, o documento afirma: "*O Brasil, na contramão da tendência de modernização da agricultura familiar, praticamente desmantelou sua rede de extensão rural e assistência técnica, formada pelas EMATER's e outras instituições, sem atualização técnica de suas equipes, desmotivadas por baixos salários e por falta de condições de trabalho*". (idem: 2).

Diante desse quadro de desmantelamento e de inadequação da assistência técnica à agricultura familiar, através da extensão rural oficial, o documento afirma, então, que o INCRA, como órgão executivo da política fundiária do Ministério Extraordinário da Política Fundiária, foi encarregado da formulação e implantação de um programa emergencial que pudesse suprir essa deficiência.

A definição oficial do Projeto Lumiar como um "programa emergencial" já caracteriza, de início, um de seus principais limites: sua transitoriedade, o que produziu em todos os envolvidos, durante todo o desenvolvimento do Projeto, o sentimento de provisoriedade e de insegurança em relação ao que estava sendo vivido. Neste sentido, o Projeto Lumiar não se diferenciava de tantos outros projetos governamentais que cria expectativas na população beneficiada, para, em seguida, frustrá-la com a desativação desses projetos, fato bastante conhecido por vários setores da população brasileira. Esse sentimento de provisoriedade em relação ao Projeto Lumiar também esteve presente entre os técnicos contratados para sua execução e entre os próprios técnicos do INCRA, já acostumados com as constantes mudanças nos projetos, programas e políticas governamentais.

Além desse aspecto, um outro, também importante e explicitado logo nas primeiras páginas do documento oficial que apresenta o Projeto Lumiar, é o reconhecimento da inadequação institucional do INCRA para a execução de um projeto de assistência técnica: "*... mesmo reconhecendo que não caberia ao INCRA, como órgão executivo da política fundiária, executar programas de fomento e assistência técnica, o Ministério Extraordinário da Política Fundiária determinou a formulação e*

implantação de um programa emergencial que pudesse suprir a deficiência da extensão rural...”. (idem: 2 e 3).

Essa inadequação do INCRA para implantação de um programa de assistência técnica vai ter repercussões muito concretas na prática do Projeto Lumiar, pelo menos na Paraíba: desde a falta de infra-estrutura para sustentar e apoiar essa prática, até a forma de raciocinar do corpo técnico do órgão, acostumado a tarefas bem delimitadas do ponto de vista burocrático, decorrentes do papel central do INCRA, que é a desapropriação de terras, através de processos complexos do ponto de vista jurídico e burocrático, assim como da formalização das áreas desapropriadas em projetos de assentamentos e da implantação de condições físicas mínimas nessas áreas, sempre de acordo com normas burocráticas rígidas e formais, como é comum ao serviço público. Não fazia parte da história do órgão e da atuação de seus funcionários nenhum acúmulo de experiência em práticas de dimensão educativa que envolvesse a participação ativa dos assentados, como propõe o Projeto Lumiar. Para esse corpo técnico, os assentados eram vistos como “beneficiários” da ação do INCRA, portanto, como “clientela” que deveria se enquadrar nas normas ditadas pelo órgão, tido como “tutor” dos assentamentos.

A dinâmica da vida nos assentamentos, com a heterogeneidade de problemas a serem enfrentados, não se enquadrava na linearidade que caracterizava o planejamento de ação do órgão e de seus funcionários. A preocupação principal foi sempre elaborar planilhas para quantificar resultados e enviá-las, como prestação de contas da ação local, ao INCRA nacional. Além disso, para que investir esforços e recursos em mais um programa definido, de início, como emergencial?

Essa pergunta sobre o Projeto Lumiar remete a uma pergunta mais ampla, formulada por Echenique (1998), mas que repercute sobre a consistência do próprio Projeto, como política pública de compromisso com a reforma agrária: do que vale disponibilizar um pedaço de terra para uma população excluída, se o Estado não é capaz de assegurar uma projeção econômica minimamente consistente, através de compromisso institucionalmente estruturado, que valorize e dê prosseguimento a todos os esforços e recursos investidos, tanto pelo próprio Estado, como pelos movimentos sociais e, principalmente, pelas famílias de assentados?

Tendo em vista esses limites, a formulação do objetivo geral do Projeto Lumiar, já apresentado na Introdução deste trabalho, aparece como uma pretensão exagerada para um programa que tem declaradamente um caráter de excepcionalidade:

“viabilizar os assentamentos, tornando-os unidades de produção estruturadas, inseridas de forma competitiva no processo de produção, voltadas para o mercado, integradas à dinâmica do desenvolvimento municipal e regional”. (idem: 4).

Os objetivos específicos, também já apresentados na Introdução, delineiam algumas estratégias básicas de implementação do Projeto, as quais serão analisadas neste capítulo, quando se for discutir sua implantação na Paraíba.

Em sua concepção básica, o Projeto Lumiar foi estruturado para que os serviços de assistência técnica pudessem ser contratados pelas associações dos próprios assentados, conforme está formulado nas suas orientações básicas:

“- Respeito à autonomia dos assentados para decidir sobre todas as questões que afetem seus interesses, inclusive os contratos e a condução dos processos de assistência técnica;

- Garantia de qualidade dos serviços, orientando-se para um modelo de gestão por resultados, com ênfase para indicadores de desempenho devidamente pactuados entre Equipes Locais e os assentados e com uma supervisão sistemática;

- Implementação de uma sistemática transparente de informações que permita aos assentados tomar decisões, conscientes de todo os aspectos envolvidos e, à sociedade, acompanhar a execução do Projeto;

- Abertura à participação das organizações dos trabalhadores rurais e, em particular das organizações dos assentados, na gestão do Projeto”. (idem: 5 e 6).

Essas concepções, se de um lado enfatizam a participação e autonomia dos assentados na gestão do Projeto, de outro preconiza a gestão por resultados, o que, como se verá nos capítulos seguintes, propiciou um confronto sobre perspectivas e critérios distintos de avaliação do andamento do Projeto.

Além disso, definem também que o serviço de assistência técnica deverá ser prestado de forma terceirizada por Equipes Técnicas Locais, vinculadas a entidades públicas ou privadas. Essa característica do Lumiar marca uma diferença significativa em relação ao sistema tradicional de extensão constituído pelas EMATER's, pois a contratação de técnicos para o Projeto vinculados a organizações ligadas aos assentados, ou a ONGs indicadas por essas organizações, possibilita uma relação mais orgânica e autônoma da assistência técnica diretamente com os assentados. Essa forma de organização do trabalho de assistência técnica, com um vínculo formal e operacional junto aos assentados, foi dos pontos de tensão e de conflito entre as Equipes Locais de

técnicos do Projeto e o INCRA, assim como desses técnicos com a direção estadual do MST e com a CPT.

“A formação dos quadros técnicos para as equipes locais, responsáveis pela atuação direta nos assentamentos, se dá sem que o governo amplie o número de funcionários públicos, graças a uma estratégia cujo traço principal é dado por uma espécie de terceirização e precarização das condições de trabalho, das formas de contratação. A forma principal era através de cooperativas de trabalho que eram contratadas, e não os técnicos, sendo as entidades dos assentados as contratantes. O governo financia todo o projeto, mas não contrata nenhum técnico. A qualquer instante, um técnico poderia ser demitido, sem nenhum ônus adicional para o governo ou para as entidades dos assentados”. (Oliveira, 2003: 31).

Essa tensão ocorria, principalmente, em situações de divergência ou de conflito entre os assentados e essas organizações. Os técnicos do Lumiar, na grande maioria das vezes, se posicionavam ao lado dos assentados, por terem com eles uma relação de compromisso, tanto definida formalmente pelo organograma do Projeto, como produzida pela convivência proporcionada pela prática do trabalho, o que permitia aos técnicos conhecerem de forma concreta as razões dos assentados e, muitas vezes, ajudarem na elaboração dos argumentos que lhes davam consistência.

O organograma do Projeto Lumiar estava definido pela seguinte estrutura:

1. Instâncias de coordenação e decisão:
 - 1.1. Comissão Nacional do PROCERA/LUMIAR
 - 1.2. Comissões estaduais do PROCERA/LUMIAR
2. Instâncias de coordenação técnica e execução:
 - 2.2. Equipes locais
 - 2.3. Especialistas
 - 2.4. Equipes de supervisão.

A nível nacional, o Projeto Lumiar estava, institucionalmente, sob a responsabilidade da Diretoria de Assentamento do INCRA, mas a sua coordenação foi exercida pela Comissão Nacional do PROCERA/LUMIAR, com a atribuição principal de coordenar, orientar, supervisionar e fiscalizar a execução das ações do Projeto junto às Comissões Estaduais, além de definir critérios de alocação de recursos aos Estados e aprovar a prestação de contas dos bancos executores.

As Comissões Estaduais deveriam aprovar e monitorar o plano anual de trabalho e orçamento do Projeto no Estado, aprovar ou suspender o credenciamento dos

técnicos das Equipes Locais, assim como a composição, contratos e plano de trabalho dessas Equipes e da Equipe de Supervisão do Projeto no Estado e autorizar a liberação de recursos referentes aos contratos aprovados. Cada Comissão Estadual deveria ter uma secretaria executiva, com equipe em tempo integral, responsável pela assessoria e operacionalização das decisões, que seria coordenada pela Divisão de Assentamento do INCRA local, o que, na Paraíba, ocorreu de forma bastante atrasada em relação ao início de implantação do Projeto e de forma insuficiente para cumprir com as funções previstas oficialmente. Essa situação provocou inúmeros contratemplos na execução formal do Projeto, repercutindo no desempenho operacional das Equipes Locais e da Equipe de Supervisão, particularmente, no que se refere à tramitação dos processos formais exigidos pelas normas burocráticas do Projeto e na liberação de transporte da instituição para deslocamento da equipe responsável pela supervisão das Equipes Locais.

As Equipes Locais de técnicos contratados, responsáveis pelo planejamento e execução dos programas de assistência técnica e capacitação das famílias dos assentamentos atendidos pelo Lumiar, tinham as seguintes atribuições previstas no documento oficial do Projeto:

“• realizar diagnóstico participativo e programa de trabalho, com os indicadores de desempenho e as metas que servirão ao monitoramento do contrato firmado com a organização dos assentados;

- assessorar tecnicamente os planos de implantação e desenvolvimento do assentamento, com foco na gestão da produção e da comercialização dos produtos;*

- apoiar a organização dos assentados em processos de aprendizagem coletiva, comprometidos com a produtividade e a qualidade de vida das famílias assentadas;*

- promover processos de decisões coletivas e avaliações sistemáticas do desenvolvimento da organização, da produtividade e da qualidade do assentamento;*

- desenvolver programas de treinamento e capacitação para difundir novas alternativas de produção compatíveis com a melhoria da produtividade e da qualidade da produção e da vida nos assentamentos;*

- identificar, com a comunidade, a necessidade de contratação de consultores especialistas, visando dinamizar as atividades produtivas do assentamento;*

- apoiar a comunidade nas relações com agentes externos, governamentais ou privados;*

- *elaborar, acompanhar e assistir os planos de créditos necessários ao desenvolvimento das atividades dos assentados e de suas organizações*". (INCRA, 1997: 8 e 9).

A composição de cada Equipe Local foi constituída pelos seguintes profissionais: um técnico de nível superior com competência específica para apoiar a gestão e a organização de comunidade (que na Paraíba foi chamado por “técnico da área social”); um técnico de nível superior na área agropecuária e dois técnicos de nível médio, preferencialmente na área agropecuária. Cada Equipe Local deveria atender cerca de 300 famílias, abrangendo o número de assentamentos necessários para atingir essa quota, conforme planejamento feito pela Comissão Estadual. A composição das Equipes Locais e os assentamentos atendidos pelo Projeto na Paraíba serão apresentados mais adiante neste capítulo.

Pela formulação inicial do Projeto Lumiar, quando o trabalho de assistência técnica, particularmente na elaboração dos planos de desenvolvimento dos assentamentos, exigisse conhecimento especializado, seria possível a contratação de especialistas para assessorarem o trabalho, em demandas pontuais e específicas. Na Paraíba, esse tipo de contribuição não ocorreu, uma vez que, durante todo o desenvolvimento do Projeto, não se conseguiu autorização da Comissão Nacional, nem do INCRA, para sua contratação, apesar de solicitações, nesse sentido, feitas, várias vezes, pela Equipe de Supervisão.

Segundo a formulação oficial do Projeto, a Equipe de Supervisão constituiria *“o principal instrumento de gerenciamento de qualidade do INCRA para o Projeto Lumiar, enquanto ação de governo e instrumento de política pública. Por esta razão, a sua composição e suas atribuições são prerrogativas intransferíveis da Administração do INCRA. Elas serão responsáveis pela seleção, treinamento, parecer técnico para credenciamento, apoio técnico, supervisão e avaliação sistemática das Equipes Locais e dos Especialistas”*. (idem: 10).

Cada Equipe Local deveria ser supervisionada por uma equipe formada por um técnico do INCRA (em tempo integral e designado pela Divisão de Assentamento da Superintendência Regional) e outro externo (em tempo parcial, contratado para esse fim), ambos membros da Equipe de Supervisão Estadual. Esta seria constituída conforme o número de famílias a serem atendidas pelo Projeto em cada Estado, de tal forma que cada técnico do INCRA que compusesse a Equipe de Supervisão seria responsável pelo acompanhamento de duas Equipes Locais e o supervisor externo por

uma delas. Assim, a Equipe de Supervisão Estadual teria, na sua composição, o dobro de profissionais externos em relação ao número de técnicos do INCRA designados para essa tarefa, sendo que cada um destes trabalharia com dois supervisores externos.

Os procedimentos de supervisão e apoio às Equipes Locais deveriam constituir uma relação permanente e sistemática entre a Equipe de Supervisão e as Equipes Locais, visando discutir as dificuldades encontradas, dar orientação, planejar ações e mobilizar apoios externos.

Os contratos de prestação de serviços de assistência técnica e de supervisão, com recursos providos pelo INCRA e com os bancos oficiais (Banco do Nordeste, BASA e Banco do Brasil) sendo os operadores desses recursos, tinham cláusula de renovação anual automática, podendo ser anulados a qualquer momento, com direito ao aviso prévio de 30 dias.

Este seria mais um item de instabilidade para os técnicos contratados para as Equipes Locais. A ameaça de demissão do trabalho, a qualquer momento e sob qualquer pretexto, fazia com que muitos técnicos se sentissem inseguros de defender posicionamentos que pudessem contrariar as determinações do INCRA e/ou da Comissão Estadual, mesmo que isso, em alguns momentos, comprometesse a relação de confiança que conseguiam criar junto aos assentados.

Essa relação de confiança se dava como resultado da proximidade cotidiana entre técnicos e assentados, no enfrentamento de problemas muito concretos e que era recomendada pela própria concepção de assistência técnica do Projeto Lumiar, quando afirma em suas diretrizes gerais: *“Antes de mais nada, a efetividade do trabalho de assistência técnica exige que o técnico estabeleça uma relação de confiança com os assentados e suas organizações, resultado de uma postura pessoal de franqueza, dedicação, engajamento e compromisso com o trabalho. (...) o técnico deve investir na auto-gestão e na capacitação dos assentados, como meta final da assistência técnica, estimulando, apoiando e respeitando a cultura, os desejos, os processos de análise e, sobretudo, as decisões dos assentados e de suas organizações”*. (idem: 38).

Nessa perspectiva, a estruturação do Projeto Lumiar determinava que os recursos destinados ao pagamento mensal dos técnicos, antes de serem repassados pelos Bancos às entidades contratadas e a quem os técnicos deveriam, necessariamente, estar vinculados formalmente, dependiam de aprovação de cada uma das associações dos assentados a quem assistiam, as quais deveriam assinar um documento comprovando a qualidade do trabalho realizado: *“Os profissionais das equipes locais serão*

remunerados mensalmente pelas instituições contratadas, a partir de uma autorização escrita fornecida pelas associações dos assentados diretamente beneficiadas com seus serviços". (idem: 14). Essa exigência criava um vínculo formal de compromisso entre os técnicos e os assentados, principalmente com as diretorias das associações dos assentamentos.

No entanto, essas exigências formais das diretrizes do Projeto Lumiar, que estabeleciam um vínculo de dependência dos técnicos contratados tanto em relação ao INCRA, às instituições contratadas, como em relação aos assentados, criavam uma situação ambígua e conflituosa para esses profissionais. Principalmente nas situações de atrito entre o INCRA e os assentados, os técnicos viviam um difícil conflito: a quem, de fato, deveriam prestar contas quando as determinações do INCRA não correspondiam aos interesses dos assentados?

Essa dúvida permeou toda a experiência do Projeto Lumiar na Paraíba, principalmente, a partir da mudança da direção da Superintendência do INCRA local, em 1998, quando passou a prevalecer, de forma intransigente, a lógica das "razões da casa" e o argumento de que se o Lumiar era um projeto governamental, então os técnicos do Projeto "deveriam vestir a camisa do governo", palavras ditas, mais de uma vez, pelo Superintendente à época, em reuniões com os técnicos do Projeto e presenciada pelo autor deste trabalho, membro da Equipe de Supervisão.

A partir dessa mudança, o diálogo entre funcionários do INCRA e os assentados, que, até então, vinha se dando de forma respeitosa, conseqüente e coerente com as diretrizes do Projeto Lumiar, passou a se dar de forma conflituosa em muitas oportunidades. Nesse contexto, a tensão entre os técnicos do Projeto se intensificou, pela condição de terem que atender a dois lados em atrito, com cada um lhes cobrando fidelidade e aos quais a continuidade de seus contratos de trabalho dependia.

O texto que define as diretrizes gerais do Projeto Lumiar previa também a realização de avaliações sistemáticas dos serviços prestados, enquanto "*prerrogativa intransferível do INCRA, das instâncias de gestão superior do Projeto e dos próprios assentados*". (idem: 14). São apresentadas duas formas de avaliação que devem estar articuladas: uma avaliação quantitativa para medir os indicadores de desenvolvimento dos assentamentos e outra qualitativa que deverá analisar "*as variáveis de processo, tais como a organização dos assentados, as relações entre os assentados e as equipes locais, etc*".

“Esta avaliação terá peso decisivo tanto na definição da metodologia dos processos de assistência técnica como, a critério da Comissão Estadual, na manutenção do credenciamento dos profissionais e na continuidade ou alteração do contrato de prestação de serviços”. (idem: 15).

Os trabalhos das Equipes Locais deveriam ser avaliados trimestralmente, através de relatórios produzidos pela Equipe de Supervisão à Comissão Estadual, *“com base em três níveis de informação”*: relatos dos andamentos dos trabalhos das Equipes Locais, reuniões trimestrais de avaliação realizadas com os assentados e comparação dos resultados obtidos com os programados.

Foi prevista também uma avaliação anual do Projeto com a participação de representantes das Comissões Estaduais, dos assentados, das equipes locais e de supervisão, em parceria com universidades, IICA (Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura), PNUD e FAO. Essa avaliação foi feita, a nível nacional, através de pesquisa, utilizando a técnica de amostragem e consta em documento publicado pela Diretoria de Assentamento do INCRA, em 1999, intitulado *“Projeto Lumiar – Avaliação Exploratória – Versão Final”*.

Os registros para formulação de indicadores de avaliação do andamento do Projeto foram apresentados no texto sobre *“Metodologia de Atuação”*, incorporado ao documento de Diretrizes Gerais e Manual de Operações do Lumiar. Esses registros deveriam tratar dos seguintes aspectos: realizações e reprogramações do cronograma de atividades, produção e comercialização, informações econômico-financeiras, resultados físicos, direitos e deveres dos assentados, fatos relevantes.

Com base nesses registros seriam realizadas avaliações periódicas, tanto dos resultados pretendidos, como dos processos que pudessem explicá-los, incluindo aspectos externos aos assentamentos, como os mercadológicos, sócio-econômicos, políticos. Sobre a forma e instrumentos para a elaboração desses registros é dito apenas que *“existem diversos modelos desenvolvidos para estes tipos de registro que podem ser comparados e copiados inter-métodos”*. (idem: 42).

No entanto, na Paraíba, a dificuldade de definir um modelo exequível de registro e de quem iria aplicá-lo e em que condições, sempre esteve presente na atuação das Equipes Locais e da Supervisão. A dificuldade não era tanto definir um modelo teórico de registro, mas a sua adequação às principais questões enfrentadas, à rapidez de como essas questões mudavam de configuração, à sobrecarga de trabalho dos técnicos e a indefinição sobre a eficácia da utilização desses registros. Inicialmente, os problemas

básicos existentes nos assentamentos dependiam fundamentalmente da ação do INCRA, como a efetivação do parcelamento dos lotes, a construção das casas, a construção de infra-estrutura na área de eletrificação e recursos hídricos, implantação de escolas, liberação dos créditos de implantação e custeio. E era isso que mobilizava a preocupação dos assentados. O esforço dos técnicos concentrava-se na intermediação da resolução desses problemas junto ao INCRA, para o que a efetivação dos registros pouco contribuía.

Por isso, várias formas de registro foram experimentadas até que se definiu um modelo que combinou a relevância do que deveria ser registrado, tendo em vista os objetivos do Projeto Lumiar e um mínimo de tempo para que os técnicos os elaborassem. Vale destacar que uma das principais fontes de dados sistematizados que viabilizaram este estudo encontra-se nos registros feitos pelas Equipes Locais sobre o andamento de seus trabalhos.

2. A concepção de assistência técnica e a metodologia de atuação propostas pelo Projeto Lumiar

O documento oficial que define as diretrizes gerais do Projeto Lumiar propõe o que é chamado de “*uma matriz de referências metodológicas*” que deverá orientar “*os procedimentos operacionais dos métodos a serem credenciados para o treinamento das equipes locais e para implementação da assistência técnica*”, garantindo “*os espaços para as singularidades locais e os estilos de atuação de cada técnico*”. (idem: 36).

Para concretizar os objetivos do Projeto, ultrapassar as “*formas tradicionais de extensão rural que se concentram fundamentalmente nos aspectos técnico-produtivos da agricultura e da pecuária*” e “*compreendendo a complexidade dos assentamentos*”, a assistência técnica deveria: incentivar, apoiar e respeitar a autonomia dos processos de organização dos assentados; facilitar os processos de diagnóstico, análise e decisões coletivas; sensibilizar e capacitar os assentados para novas técnicas gerenciais e de produção; estabelecer sistemáticas de avaliação da organização da produção e da produtividade; facilitar o processo de obtenção de informações e de comunicação para apoiar os processos decisórios dos assentados. (idem: 37).

Para isso, o documento considera como fundamental:

“• que os métodos de trabalho do Projeto Lumiar devem procurar estabelecer processos dinâmicos que levem à formulação coletiva de diagnósticos, planos e programas de ação, visando o desenvolvimento sustentável dos assentamentos e das organizações dos assentados, tanto no plano sócio-econômico, como nos planos ambiental, político e institucional;

• que a análise crítica compartilhada e transparente, em todos os níveis, inclusive no do desempenho das equipes técnicas, deve ser o motor do processo dialético de desenvolvimento dos assentamentos, dos assentados e da própria assistência técnica;

• que o processo de desenvolvimento se faz como uma espiral crescente, permitindo o aperfeiçoamento gradual da organização e da produção em cada ciclo da sistemática de atuação, pela aprendizagem coletiva, tanto dos próprios assentados como das equipes técnicas que os apóiam”. (idem: 37).

Para viabilização desses “processos dinâmicos” e da “análise crítica compartilhada” os “dispositivos de assistência técnica” devem cobrir as seguintes ações:

a) Procedimentos de aproximação e de reconhecimento para os primeiros contatos com os assentamentos, os quais devem ser planejados conjuntamente entre Equipes Técnicas e Equipe de Supervisão. *“Recomendam-se métodos que primem pela cautela (ouvir mais do que falar) e pela organização das informações, segundo uma sistemática particular, que contemple a história do assentamento, seu ritmo, sua cultura, suas potencialidades e fragilidades”.* (idem: 39).

b) Montagem e aplicação de um modelo de diagnóstico para análise da realidade do assentamento e de seu contexto sócio-econômico. *“Por princípio, o diagnóstico no contexto do Lumiar, independente dos procedimentos específicos de cada método utilizado, deve ser participativo no levantamento de informações, nas análises, nas conclusões e, sobretudo, nas decisões. Com o termo participativo, registra-se que são os próprios assentados que fazem o diagnóstico, enquanto os técnicos atuam na sistematização do processo como facilitadores do levantamento de informações, do processo de reflexão e da análise para as decisões e encaminhamentos”.*

c) Procedimentos para o planejamento estratégico, visando um acordo coletivo dos assentados de cada assentamento sobre *“o que produzir, quanto produzir, qual o destino da produção, que recursos serão mobilizados para a produção e comercialização e qual a forma de organização para a produção e comercialização*

(*individual, coletiva, mista*)”. No primeiro momento de organização do assentamento, as decisões poderiam ser tomadas numa perspectiva de curto prazo, no entanto, deveriam ir mobilizando mais informações para “*fundamentar decisões de mais longo prazo, definindo a vocação do assentamento, seus mercados, sua organização definitiva*”.

d) Procedimentos para elaboração do Plano de Desenvolvimento do Assentamento que deverão ser estabelecidos a partir do diagnóstico e do planejamento estratégico, visando definir um plano de ações que viabilizem, na prática, o desenvolvimento do assentamento, com metas estabelecidas para cada ação planejada. “... o nível do plano de desenvolvimento do assentamento deverá ser aperfeiçoado gradualmente à medida que sejam sistematizadas as informações e análises das condições de viabilidade e potencialidade do assentamento”. (idem: 39 a 41).

Para que essa concepção de assistência técnica e os procedimentos propostos se viabilizem, o Projeto determina que os técnicos das equipes locais devem receber uma “*formação adequada*” e continuada, definindo, inclusive, os temas curriculares dessa formação: enfoque sistêmico de abordagem dos assentamentos; organização comunitária e formas de cooperação nos assentamentos; reflexão sobre crescimento individual e desempenho profissional da equipe técnica; agricultura familiar na economia brasileira; Reforma Agrária no Brasil: aspectos sócio-econômicos, aspectos fundiários e aspectos políticos; o processo de desenvolvimento dos assentamentos; a gestão e organização do negócio agrícola; dispositivos de gerência participativa para planejamento e acompanhamento do desenvolvimento do assentamento: plano de estruturação geofísica do assentamento; estudos de cenários da inserção sócio-política, ambiental e econômica do assentamento; levantamento das bases de dados existentes; cenários mercadológicos, plano estratégico e dispositivo de acompanhamento e avaliação estratégica; diagnóstico, programa de ação e dispositivos de acompanhamento; elaboração e análise de projetos específicos e dispositivos de acompanhamento da implantação; sistemas de informação gerencial e de avaliação do desenvolvimento dos assentados; métodos e modelo de alinhamento da estrutura e dos processos organizacionais às estratégias traçadas para o assentamento; processos de aprendizagem da construção e desenvolvimento das práticas de cooperação e de cooperativismo. (idem: 42 e 43).

Esse programa de formação continuada deveria ser ministrado por entidades credenciadas pelo INCRA, com base em projetos de treinamento formulados pelos

interessados em ministrá-lo. Essa formação deveria ser acompanhada pela Equipe de Supervisão e avaliada por todos os participantes.

Na Paraíba, a Equipe de Supervisão do Projeto, juntamente com os técnicos, optou por uma formação continuada em serviço, através de reuniões mensais de dois dias consecutivos, em que, a partir dos problemas vividos na prática concreta do trabalho, estudavam-se e discutiam-se os temas constantes da proposta de formação do Projeto, citados acima, além de outros aspectos não relacionados nessa proposta. Para esse estudo, convidavam-se técnicos ou professores universitários que pudessem colaborar nessa formação, com um custo pequeno para o INCRA, restrito às despesas de transporte para o deslocamento do especialista que vinha dar o treinamento, nos casos em que vinha de outra cidade ou pequenas despesas com material de consumo necessário ao treinamento. As despesas com alimentação para os técnicos eram cobertas com recursos do Projeto, assim como para os assentados e especialistas convidados a participarem da reunião.

A opção por essa forma de capacitação dos técnicos deu-se, principalmente, pela sobrecarga de trabalho das Equipes Técnicas. Passar alguns dias fora do trabalho nos assentamentos significava comprometer o ritmo e a programação intensa de atividades que as equipes desenvolviam nas áreas, o que, quando ocorria, era motivo de queixa por parte dos assentados. Além desse aspecto, os técnicos tinham sempre uma agenda carregada de questões que sentiam necessidade de discutir, para se prepararem para enfrentá-las. Como a maioria dessas questões era comum às Equipes Técnicas, utilizavam-se essas reuniões mensais para analisá-las e pensar estratégias e posturas comuns de atuação e avaliação coletiva e contínua do trabalho. Essas questões diziam respeito a aspectos relacionados à produção, gestão coletiva dos assentamentos, envolvendo uma variedade de situações, relação com as associações dos assentados, elaboração e acompanhamento dos projetos relativos aos créditos de implantação (habitação e fomento), de custeio e de investimento, comercialização, além de aspectos relativos à relação com o INCRA, com a Comissão Estadual PROCERA/LUMIAR, com o Banco do Nordeste, com o MST, com a CPT, além das tarefas de elaboração dos diagnósticos e dos planos de desenvolvimento dos assentamentos. Essas questões serão analisadas nos capítulos 5 a 8, quando será discutida a prática do Projeto Lumiar na Paraíba.

No Seminário, já citado, promovido pela Diretoria de Assentamento do INCRA, em Brasília, em março de 1997, para se discutir a metodologia do Projeto

Lumiar, com a participação de várias entidades, foi consensual, entre os participantes, o diagnóstico de que o sistema universitário brasileiro não forma um profissional com o perfil necessário para a implantação de uma proposta de assistência técnica à agricultura familiar, nos moldes em que é formulada pelo Lumiar. Por isso, a capacitação e acompanhamento do desempenho das Equipes Técnicas foram considerados aspectos fundamentais para a viabilização dos objetivos do Projeto. (Moreira, 1997a).

Nesse sentido, é importante assinalar que, de um modo geral no Brasil, os profissionais da área agrônômica têm sido formados através de um modelo de ensino departamentalizado, que privilegia a especialização, voltada para uma atividade fragmentária, numa perspectiva fundamentalmente produtivista e que não tem incorporado na formação do perfil profissional uma metodologia de atuação que dê conta dos desafios de pensar a assistência técnica como prática educativa onde saberes diferenciados possam estar dialogando e interagindo.

Esses profissionais têm sido formados na perspectiva de atender demandas precisas e especializadas do setor empresarial da agropecuária e, na maioria dos casos, estão despreparados para trabalhar em situações que requerem a capacidade de estimular e formular, conjuntamente com os produtores, as próprias demandas. Neste caso, os próprios profissionais passam a ser requisitados, inclusive, para pensar, junto com sua “clientela”, a própria demanda da assistência técnica, o que requer não apenas respostas técnicas, do ponto de vista produtivo, mas, sobretudo, uma postura eminentemente educativa: desenvolver, conjuntamente com os assentados, uma perspectiva crítica de análise da realidade para pensar seus limites e possibilidades para o desenvolvimento, não apenas individual, mas também coletivo dos assentados.

Nessa direção, o profissional da área agrônômica deveria *“ter uma formação que lhe proporcione condições de atuar não somente no rural agrícola, mas que possa intervir em situações que não essencialmente agrícola, que vão desde orientar as famílias rurais que deixaram a agricultura de forma parcial ou completa, famílias urbanas que estão adotando o rural como lugar de produção agrícola ou não agrícola ou como local de viver, até indicar e articular as possibilidades e alternativas que a região tem de promover o seu desenvolvimento”*. (Moura, 2003: 27).

Em todo caso, o Projeto Lumiar constituiu também uma oportunidade de exercitar um tipo de formação, em serviço, para profissionais da área agrônômica, assim como de profissionais de outras áreas, no trabalho de extensão rural junto a assentamentos rurais e agricultura familiar. A análise dessa experiência poderia ser

bastante rica para as instituições de formação profissional, tanto na área agrônômica, como na área das ciências humanas e de educação, na perspectiva de atualizarem seus currículos e a concepção do tipo de profissional que formam. Por envolver profissionais com formações acadêmicas distintas, o Projeto Lumiar foi também uma experiência interessante de práticas interdisciplinares. Além disso, forneceu também inúmeras questões a serem pesquisadas, por exemplo, sobre a relação assistência técnica/agricultores familiares, no que diz respeito à questão da mudança de padrões tecnológicos.

Nesse sentido, o Projeto Lumiar propôs uma ruptura com a visão tradicional de extensão rural, em que o técnico mantém uma relação vertical com o agricultor, quando lhe entrega referências técnicas standardizadas, tipo receitas prontas, baseado em uma suposta superioridade dos pacotes tecnológicos de origem industrial.

Como afirma Moreira (1997b), apesar da multiplicidade de conhecimentos existentes na sociedade, onde a lógica capitalista competitiva predomina, *“o conhecimento valorizado – e portanto portador dos elementos da legitimação capitalista – é aquele que se materializa na tecnologia aplicada aos processos sociais hegemônicos. (...) Os setores economicamente modernos são de forma subjacente pensados como formas sociais avançadas e superiores. As técnicas tradicionais, economicamente atrasadas ou não competitivas, são visualizadas como formas sociais atrasadas e inferiores.* (Moreira, 1997b: 55 e 56).

As técnicas consideradas “avançadas” são aquelas que apresentam vantagens competitivas, valorizadas pelo mercado, por contribuírem para um maior grau de lucratividade, e as técnicas “atrasadas” seriam aquelas menos lucrativas. Esta valorização e desvalorização econômica das técnicas se apresentam, segundo Moreira (1997b), como um campo de disputa, que não se reduz ao campo econômico, mas se desdobra para o campo cultural, caracterizando um *“campo de disputa político-ideológico”*, onde determinados aspectos da técnica são valorizados ou desvalorizados.

Nessa perspectiva, a ruptura feita pelo Projeto Lumiar com os enfoques tradicionais de extensão rural em relação ao tipo de tecnologia incentivada e apoiada por órgãos públicos, torna-se importante e abre um campo de disputa.

Em relação à tecnologia de origem industrial, *“existem demasiadas experiências que comprovam que esta suposta superioridade não é efetiva, e que, ao contrário, ela, inclusive, pode ter efeitos devastadores no plano técnico, social, econômico e ambiental”* (Echenique, 1998: 7). Portanto, ao se afirmar esse tipo de

constatação, para propor que a assistência técnica seja um processo educativo complexo, que se sustenta numa relação horizontal entre técnicos e agricultores, na linha da troca de saberes, incluindo o conjunto da família como agente do processo de desenvolvimento, se está propondo um campo de disputa com as concepções que sustentam os interesses que querem impor a tecnologia utilizada pelos setores hegemônicos ao conjunto da sociedade.

Segundo Echenique (1998)¹⁸, a transição de um tipo de prática de assistência técnica para outro tem se produzido de forma gradual, enfrentando, em várias situações, a resistência de profissionais formados sob o modelo anterior, que desconhecem ou desqualificam tecnologias adaptadas para a realidade da agricultura familiar e metodologias de trabalho adequadas a essa realidade.

Nesse novo enfoque da assistência técnica, o associativismo aparece como uma condição e, ao mesmo tempo, como resultado do próprio processo de assistência técnica. A organização dos produtores é considerada como componente técnico, ou seja, é parte das estratégias e métodos que a assistência técnica deve utilizar. O associativismo, segundo Echenique (1998), é importante para enfrentar as restrições de escala que normalmente têm os pequenos produtores, que lhes impedem a geração de volumes, qualidades e custos para participar de forma competitiva no mercado e para demandar políticas públicas mais efetivas, seja no âmbito local, como regional e nacional. Nesta visão, trata-se de passar de uma “economia que vende o que produz”, para uma “economia que produz o que se vende”, considerando que o acesso ao mercado cria condições para um processo com um alto índice de incorporação de tecnologia por parte dos agricultores. Considera-se que, se não se resolve o problema de acesso efetivo ao mercado, o processo de assistência técnica não obterá os resultados desejados. (idem: 8).

Nessa nova concepção de assistência técnica, ainda segundo Echenique, os serviços são avaliados pelos resultados alcançados, medidos não mais por indicadores apenas quantitativos de desempenho, como número de visitas técnicas por agricultor, número de reuniões realizadas, porcentagem de participação de agricultores por reunião,

¹⁸ Echenique (1998) cita experiências recentes de modelos diferenciados de assistência técnica existentes em alguns países da América Latina, como os Serviços de Assessoria Técnica do INDAP, no Chile; a experiência do Projeto FIDA-FEAS, no Peru; o Projeto PRONATTA, executado pelo Ministério da Agricultura da Colômbia, as Unidades Municipais de Assistência Técnica (UMATAS) colombianas e a experiência da Lei de Participação Popular na Bolívia.

número de informes realizados, etc. Os resultados passam a ser avaliados pelos agricultores, em função do que foi planejado conjuntamente e o que foi realizado, com o objetivo de corrigir o que for considerado como aquilo que não está funcionando bem e fomentar o que está sendo realizado adequadamente.

O abandono de padrões de avaliação baseados na medição de desempenho é considerado importante para desburocratizar e simplificar as relações entre todos os atores envolvidos, evitando-se complexos e caros processos de obtenção de informação sobre o andamento do trabalho de assistência técnica, que, na maior parte das vezes, somente tem um valor formal e, na prática, não são utilizados para nada.

No entanto, medir resultados na agricultura não é uma tarefa fácil, pois, freqüentemente, interferem fatores de caráter aleatório (clima, preços, dinâmicas sociais e políticas, dinâmicas biológicas, etc), que não são controlados nem pelos produtores e nem pelos técnicos. Este fato produz diversas dificuldades metodológicas. Além disso, é comum os agricultores familiares não terem uma demanda tecnológica formulada nos padrões e nos termos utilizados pelos técnicos e pelo Estado habituados a atenderem as demandas da agricultura empresarial. Para esta, a demanda tecnológica e gerencial obedece à lógica da competitividade de mercado que gera lucro e a assistência técnica é avaliada pelos resultados quantitativos e monetários obtidos pela produção. No entanto, para os agricultores familiares, prevalece o conhecimento prático e a lógica da subsistência e da reprodução familiar. Neste caso, a assistência técnica tem que elaborar critérios de avaliação de seu desempenho baseados na capacidade dos agricultores avaliarem criticamente as metas, objetivos e procedimentos produtivos estabelecidos por eles mesmos.

Segundo Echenique (1998), existem na América Latina três modelos de gestão pública da assistência técnica, conforme tipos distintos de organização institucional para a prestação desse serviço. O primeiro é o modelo de *gestão terceirizada*, em que a instituição pública de extensão deixa de prestar, de forma direta, os serviços técnicos aos agricultores e os entrega a organismos privados e se concentra, basicamente, em financiar e supervisionar esses serviços. Esse modelo tem a perspectiva de que, a médio ou longo prazo, haverá um momento em que os agricultores assumirão a gestão da assistência técnica por eles próprios, mesmo com o Estado financiando uma parte dos custos. Esse momento chegará quando os agricultores conseguirem uma consolidação de seus negócios agrícolas e da organização necessária para isso. Esse modelo, segundo o autor, tem sido utilizado no Chile, no Peru, na Colômbia e no Projeto Lumiar, no Brasil.

Um segundo modelo, o autor chama de *gestão desconcentrada*, em que a direção da instituição pública de extensão delega poder às equipes locais para que, de forma mais autônoma, prestem serviços de assistência técnica aos agricultores. A adoção deste modelo supõe desenvolver uma relação de tipo contratual entre o nível superior e inferior (contratos de gestão) da instituição pública, o que implica uma redefinição dos papéis de cada ator envolvido no processo. Esse modelo tem sido adotado por algumas EMATER's, no Brasil, que têm realizado um processo de reestruturação de suas formas de atuar.

Um terceiro modelo, que o autor chama de *gestão descentralizada*, passa a tarefa da assistência técnica a outro organismo público juridicamente independente. Enquanto o modelo de desconcentração refere-se à esfera administrativa, este outro modelo refere-se a um âmbito fundamentalmente político. Neste caso, há uma transferência de competências de um órgão de administração pública central, para outro, com personalidade jurídica própria e hierarquicamente autônomo. Uma descentralização corresponde a uma redistribuição do poder político dentro do Estado e nos mecanismos de participação da população na formulação e implementação das políticas públicas. No caso da extensão rural, as experiências mais representativas desse modelo são aquelas onde essa função passa de organismos federais para os municípios. Segundo o autor, uma experiência consolidada nessa direção existe na Colômbia, através das Unidades Municipais de Assistência Técnica.

Em relação à assistência técnica aos assentamentos rurais no Brasil, Echenique afirma ser importante considerar que esses assentamentos estão em processo de constituição, na perspectiva que venham a fazer parte da agricultura familiar. Os assentamentos apresentam uma grande diversidade: utilizam a terra de forma diferenciada, através de lotes individuais, de forma coletiva ou mista, com diferentes níveis de disponibilidade de terras; alguns estão inseridos em áreas de um bom potencial agrícola e com um entorno dinâmico do ponto de vista econômico, enquanto outros se encontram em áreas de baixo potencial agrícola, seja pela qualidade da terra, pelo clima seco ou por um entorno com baixo desenvolvimento econômico, ou em áreas isoladas, com precárias condições de interação regional; alguns têm bom nível de organização, enquanto outros se encontram desestruturados ou com fortes divergências internas entre os assentados.

Portanto, essa grande diversidade de situações deveria ser considerada pelos programas oficiais de assistência técnica e de crédito como uma realidade a ser

trabalhada, não como um impeditivo, mas como um desafio. É exatamente essa diversidade que poderia constituir a base de legitimidade para um sistema público de extensão estruturado e estável que correspondesse ao reconhecimento da importância dos assentamentos e da agricultura familiar, tanto em termos econômicos, como pelo papel que desempenham na ocupação dos espaços e na produção de situações políticas, sociais e ambientais mais coerentes com a perspectiva de um desenvolvimento sustentável, que utilize, de forma mais efetiva, as potencialidades desse setor.

No entanto, vale destacar que esta é uma opção política e não apenas uma escolha entre modelos técnicos e organizacionais mais adaptados aos traços culturais da agricultura familiar, em cada região. A experiência do Projeto Lumiar foi clara nesse sentido: seu surgimento, sua formulação, seu desenvolvimento e sua desarticulação se deram sempre num campo de luta política, onde várias concepções e interesses estiveram em disputa.

Por isso, não cabe analisar o Projeto Lumiar apenas como um modelo de assistência técnica, entre outros. O campo de disputa em que esse Projeto se colocou diz respeito às lutas sociais que se desenvolvem na sociedade brasileira a respeito do papel da agricultura familiar, portanto dos assentamentos rurais e da própria Reforma Agrária, como setores sociais fundamentais e mecanismos indispensáveis de políticas públicas na implementação de um desenvolvimento mais democrático e que, pelo menos, amenize as desigualdades sociais existentes no país.

Um projeto de assistência técnica a assentamentos rurais não poderia estar isento das disputas que se dão em torno da desvalorização econômica e ideológico-cultural que existe em torno da agricultura familiar no Brasil. Conforme R. J. Moreira (1997b), *“o agricultor familiar vivencia uma cultura que o concebe como um ser social inferior. Uma inferioridade objetivada historicamente em sua incapacidade de progresso no contexto da acumulação capitalista”*. (Moreira, R. J. 1997b: 62).

Segundo esse autor, se, de um lado, a agricultura familiar vive uma situação de relativa autonomia e independência, por outro, está presente uma subordinação aos mercados. Em termos econômicos, essa subordinação não se refere apenas à subordinação ao mercado e à competitividade entre produtos agrícolas, mas envolve também a operação dos mercados de terra, bens produtivos, trabalho, crédito e bens de consumo.

Ainda conforme R. J. Moreira, em termos culturais/ideológicos, a noção de agricultura familiar está associada à noção de agricultura de subsistência, condicionando a formulação de políticas para esse setor à noção de manutenção da família, da pequena

propriedade e da “cultura camponesa”. *“A noção de reprodução econômica da pequena agricultura familiar está aqui associada à geração de uma renda suficiente para manter, subsistir. (...) Esta proposição desvincula da pequena agricultura familiar a idéia de progresso social, de melhoria das condições de vida, bem como a possibilidade de reprodução econômica ampliada”*. (idem: 64).

Os processos históricos que colocam a agricultura familiar na condição de subordinação e dependência em relação aos setores dominantes da sociedade, como foi visto no caso da história da Paraíba, marcada pela história mais geral do país, passam a ser considerados como atributos intrínsecos à “natureza” da agricultura familiar. Essa produção cultural/ideológica define as políticas para esse setor: garantir a subsistência. Esse objetivo requer apenas a busca de tecnologias adaptadas a essa própria condição de subordinação e dependência. *“Conforma a técnica e a tecnologia como o único campo da ação política”*. (idem: 65).

Essa concepção, que transforma o processo histórico em determinismo social e “naturaliza” a subordinação da agricultura familiar, estende-se para as noções de trabalho, família, unidade de produção e consumo, cultura, saber, tecnologia, vividas e experimentadas por esse setor. Essa visão, quando não estigmatiza essas noções como depositárias da “mais pura tradição popular” e, com isso, impõe aos agricultores familiares o peso de ter que carregar e manter as “tradições”, quando não as consideram “exóticas” e passíveis de se tornarem mercadoria, associa essas noções às idéias de atraso, inferioridade, incapacidade, ignorância. Dessa forma, legitima os processos autoritários, ou pelo menos fortemente diretivos, de modernização tecnológica da agricultura familiar, como a única possibilidade de “redenção” da população que constitui esse setor.

No entanto, a implantação dessa perspectiva, quando ocorre, tem contribuído para a manutenção da agricultura familiar como forma produtiva de baixo custo monetário, por considerar os agricultores familiares como “pequenos” na ordem competitiva da produção e mercado capitalista. Portanto, a agricultura familiar continua tendo um espaço de integração econômica e social restrito. (Moreira, R. J. 1997b).

Esses limites históricos e estruturais colocados pela competição capitalista e que têm restringido os espaços de desenvolvimento técnico e valorização econômica, política e cultural da agricultura familiar configuram o campo de luta que os movimentos sociais e organismos públicos e privados enfrentam para a construção de condições mais favoráveis à agricultura familiar e, portanto, aos assentamentos de reforma agrária, para que, ao se pensarem criticamente, se tornem agentes efetivos do seu próprio

desenvolvimento e, assim, contribuam, de sua parte, para a construção de novos padrões de convivência econômica e social na sociedade brasileira.

“O campo difuso que envolve a tradição cultural dessas formas sociais, a dinâmica da competição intercapitalista e a concepção dominante sobre os agricultores familiares conformam o campo do embate cultural e a própria percepção que estas formas sociais vão tendo de si mesmas. (...) Este é o campo da interação social, da busca de identidade, do exercício da intersubjetividade, da luta social e política. É o campo da incerteza e da imprevisibilidade. É também o campo da possibilidade de emergência do novo”. (idem: 62 e 63).

Esse é o campo de onde e para onde o Projeto Lumiar foi proposto e deve ser analisado e avaliado: um campo de luta. *“Nesse contexto, a questão da sustentabilidade coloca uma indagação: qual é o sentido e a significação que se tornarão hegemônicas no tratamento da questão tecnológica da agricultura familiar nas novas ordens capitalistas internacional e nacionais?”.* (idem: 63, grifo nosso). Esta é a razão do título desta Tese: *“Assentamentos rurais e desenvolvimento: em busca de sentido – o Projeto Lumiar na Paraíba”.* Como as histórias humanas são múltiplas, mesmo que interconectadas, a busca de sentido também é. Quais os sentidos, novos ou não, que puderam ser elaborados, mesmo que de forma incipiente, para a proposta de desenvolvimento dos assentamentos do Projeto Lumiar, durante sua experiência na Paraíba, e que orientaram os personagens que o viveram em suas ações?

CAPÍTULO 4

A IMPLANTAÇÃO DO PROJETO LUMIAR NA PARAÍBA: as práticas institucionais e o contexto dos assentamentos

Em maio de 1996, período que antecede o início da implantação do Projeto Lumiar na Paraíba, havia, no estado, 65 áreas de conflito de terra e 7 acampamentos de trabalhadores rurais envolvendo 774 famílias, conforme dados do INCRA e da CPT/PB. (Moreira e Targino, 1997). Ao mesmo tempo, constatava-se que “o número de assentamentos para fins de reforma agrária tem aumentado num ritmo acelerado, no estado da Paraíba, nos últimos anos. A Paraíba foi o segundo estado brasileiro em número de imóveis rurais desapropriados, durante 1996, e o ritmo não diminuiu em 1997”. (Ieno Neto e Bamat, 1997: 1).

Portanto, na Paraíba, como no resto do país, a implantação do Projeto Lumiar começa em um contexto de forte expansão das áreas de assentamentos, o que reflete a força política dos movimentos organizados de luta pela terra. Nesse sentido, a pesquisa sobre os impactos regionais da Reforma Agrária em algumas áreas selecionadas do país (Heredia e outros, 2002), constatou que a maioria das desapropriações de terra para reforma agrária ocorreu na esteira dos conflitos e das mobilizações sociais dos trabalhadores rurais e seus movimentos, principalmente, a partir da redemocratização do país em 1985:

“O que parece ter pesado, portanto, na implementação dos assentamentos nos municípios estudados são as iniciativas dos trabalhadores e de seus movimentos”. (idem: 5).

Este fato se observa também para a grande maioria dos assentamentos da Paraíba (Moreira, 1997). Além disso, a implantação do Projeto Lumiar corresponde a um momento em que havia um significativo reconhecimento da importância e da legitimidade da luta pela Reforma Agrária, por parte de vários setores da sociedade brasileira.

A combinação desses dois fatores, a ação governamental de desapropriação de terras para a reforma agrária que ocorre a reboque das iniciativas dos movimentos dos trabalhadores sem terra e o apoio conjuntural da opinião pública a esses movimentos, reflete no desempenho de vários órgãos públicos, particularmente o

INCRA, que passam a aceitar uma interlocução efetiva não só com os representantes, mas também, com as bases desses movimentos e, portanto, diretamente com os próprios assentados e suas famílias. Ou seja, a participação dos trabalhadores sem terra e dos assentados na formulação, planejamento, execução e avaliação das políticas públicas que lhes interessavam passava a ser a estratégia principal dessas políticas, pelo menos nos termos em que eram formuladas.

Além disso, no caso do Projeto Lumiar na Paraíba, um outro fator propiciou e favoreceu essa participação. A implantação desse Projeto deu-se em um contexto em que a Superintendência do INCRA local estava sendo exercida por uma pessoa que contava com o apoio explícito do MST, da CPT, da Arquidiocese da Paraíba e do então governador do Estado¹⁹. Esse apoio se baseava na trajetória do então Superintendente do INCRA, como advogado, trabalhando, durante muitos anos, na assessoria jurídica a sindicatos de trabalhadores rurais e a CPT nas lutas por terra na Paraíba, particularmente, nos conflitos contra a expulsão de moradores das fazendas por parte dos seus proprietários. O apoio dessas entidades ao Superintendente do INCRA/PB e à sua equipe teve desdobramentos na discussão e iniciativas tomadas para, no início de 1997, começar o processo de implantação do Projeto Lumiar.

Essas discussões e iniciativas foram implementadas pelo setor de Assentamentos do INCRA local, cuja coordenação geral estava sendo ocupada por uma pessoa também com longa história de compromisso com as lutas por terra na Paraíba e que, por isso, também contava com o apoio das entidades acima. Dessa forma, desde o início, as decisões sobre a implantação do Projeto Lumiar, no Estado, contou com a participação efetiva de representantes dessas entidades, assim como da Federação dos Trabalhadores na Agricultura da Paraíba (FETAG/PB).

¹⁹ O superintendente do INCRA, na Paraíba, nesse período, Sr. Júlio César Ramalho Ramos, foi nomeado para o cargo através de indicação do governador do estado, Sr. Antonio Mariz Maia, eleito, em 1994, pelo PMDB com apoio da Igreja Católica e de setores da esquerda local. No entanto, após um ano de sua posse, o governador morre, assumindo o cargo o vice-governador, Sr. José Maranhão, grande proprietário de terras na Paraíba, o que muda a correlação das forças políticas que passam a governar o estado. Este fato provoca, em 1998, a mudança do Superintendente do INCRA/PB, assumindo o cargo um técnico do órgão ligado ao esquema político do novo governador. A ação do INCRA passa, então, a privilegiar interesses eleitorais desse esquema político, perde apoio dos movimentos sociais e de setores da Igreja, como a CPT, e o novo Superintendente passa a interferir na autonomia da Equipe de Supervisão e dos técnicos das Equipes Locais do Projeto Lumiar, o que produz as conseqüências comentadas no Capítulo 3 e, finalmente, no início de 2000, a nomeação de uma nova Equipe de Supervisão com profissionais indicados, pessoalmente, pelo Superintendente do INCRA, sem nenhuma consulta aos movimentos sociais e sem a participação de professores universitários. O autor deste trabalho deixa, então, a Equipe de Supervisão do Lumiar/PB e é convidado pela COAGEP para continuar prestando assessoria à prática de seus profissionais na assistência técnica aos assentamentos, através desse mesmo Projeto, até o seu desmantelamento completo, por parte do Governo Federal, em julho de 2000.

Portanto, os agentes responsáveis pelas ações iniciais de implantação do Projeto Lumiar no Estado foram esses representantes dos trabalhadores rurais e dos movimentos dos trabalhadores sem terra na Paraíba, assim como a Comissão Estadual do PROCERA/LUMIAR. Todas essas ações foram articuladas, coordenadas e assessoradas por técnicos do Agrupamento de Assentamentos do INCRA/PB.

No entanto, a participação dos representantes dos trabalhadores no processo de implantação do Projeto Lumiar na Paraíba se deu de forma diferenciada. A primeira iniciativa concreta para essa implantação foi constituir a Equipe de Supervisão do Lumiar que deveria, como primeira tarefa, proceder à seleção dos técnicos que iriam compor as Equipes Locais e discutir com a Comissão Estadual do PROCERA/LUMIAR os critérios para seleção dos assentamentos a serem beneficiados pelo Projeto. A formação dessa Equipe de Supervisão contou com a participação direta da coordenação estadual do MST.

A CPT participou da indicação de nomes para a Equipe de Supervisão, mas, em seguida, delegou ao INCRA e a essa Equipe os desdobramentos da implantação do Projeto. A coordenação da CPT da Arquidiocese da Paraíba argumentou que confiava nas pessoas que estavam coordenando o Lumiar a nível local, mas não queria nenhum compromisso institucional com um projeto do governo federal, para que pudesse ter autonomia na avaliação crítica de seu andamento.

A FETAG acompanhou a implantação do Projeto e todo seu desdobramento através da participação de seu representante na Comissão Estadual do PROCERA/LUMIAR, limitando-se a uma participação estritamente formal, no âmbito da competência dessa Comissão.

Portanto, apesar da abertura que o Projeto Lumiar possibilitava para a participação dos movimentos sociais no seu acompanhamento e coordenação, na Paraíba, apenas o MST teve uma participação formal e direta em toda a tramitação e implementação do Projeto, durante seus três anos de duração. A CPT acompanhou o Projeto através do trabalho de base que fazia nos assentamentos, sem nenhum compromisso formal com sua implementação.

A participação formal do MST no Projeto Lumiar efetivou-se pela indicação do nome de um dos componentes da Equipe de Supervisão, que pertencia aos quadros do movimento, e pela indicação de técnicos que participaram da seleção para formação das Equipes Técnicas Locais. Uma vez selecionados os técnicos e constituídas as duas equipes que passaram a trabalhar nas áreas de “assentamentos do MST”, todo o

desenvolvimento do Projeto Lumiar, nessas áreas, ficou sendo acompanhado pelo representante do Movimento na Equipe de Supervisão.

Os oito técnicos que formavam as duas “Equipes Técnicas do MST” foram contratados por uma cooperativa de um dos assentamentos acompanhados pelo MST, a Cooperativa do Assentamento Nova Vida (COOPERVIDA). O desempenho desses técnicos e o desenrolar do Projeto nos assentamentos do MST, no estado, foram acompanhados e discutidos no interior do próprio Movimento, a quem os técnicos prestavam contas. A Equipe de Supervisão do Projeto recebia relatos sobre esse desenrolar através do representante do Movimento nessa Equipe e de relatos dos técnicos do MST, quando participavam de atividades coletivas programadas para avaliação geral do Projeto e para capacitação conjunta das Equipes Técnicas. Apesar do MST estadual prestar contas dos aspectos formais do Projeto e do uso dos recursos financeiros à Comissão Estadual do PROCERA/LUMIAR, qualquer tentativa da Equipe de Supervisão de acompanhar mais de perto o desempenho dos técnicos nas “áreas do MST” era considerada tentativa de ingerência externa no Movimento. Portanto, a experiência do Projeto Lumiar, no que se refere aos “assentamentos do MST”, será discutida, neste estudo, através do que foi possível coletar desses relatos.

A Equipe de Supervisão do Projeto Lumiar na Paraíba foi formada por 03 técnicos do setor de Assentamentos do INCRA/PB e por 06 técnicos externos ao INCRA. Destes, além do representante do MST, havia 04 professores da UFPB e um técnico da EMBRAPA, que, posteriormente, saiu da Equipe, por razões de interesse pessoal, e foi substituído por uma professora da área de geografia da UNIPÊ, universidade privada existente em João Pessoa e que foi indicada pela Coordenadora do setor de Assentamentos do INCRA/PB. Dos professores da UFPB, havia dois da área de economia, um da área agrônômica e um da área de psicologia social. Com exceção do professor de agronomia, escolhido pela sua reconhecida competência técnica e profissional nessa área, os outros três professores da UFPB tinham uma trajetória profissional, em pesquisa e extensão universitária, ligada às questões agrárias e aos movimentos sociais de luta pela terra na Paraíba.

“As circunstâncias estaduais, combinavam-se naturalmente com o quadro nacional e permitiram a presença de supervisores oriundos dos quadros docentes da UFPB, com antigo trabalho de assessoria aos movimentos de luta pela terra (na Paraíba)”. (Oliveira, 2003: 32).

Uma vez constituída a Equipe de Supervisão, esta iniciou o planejamento, organização e realização do processo de seleção de técnicos que iriam compor as Equipes Locais do Projeto.

Um dos requisitos exigidos pelo Projeto Lumiar para contratação dos técnicos era que estes estivessem incorporados a uma entidade pública ou privada ligada à área de desenvolvimento rural e/ou Reforma Agrária e que fosse credenciada pela Comissão Estadual do Procer/Lumiar para prestar o serviço de assistência técnica. Na Paraíba, além da COOPERVIDA, vinculada ao MST, uma cooperativa de técnicos se credenciou para indicar profissionais que pudessem participar da seleção e filiar os selecionados que tivessem interesse em participar dela. Foi a Cooperativa de Apoio às Organizações de Gestão e Produção Ltda (COAGEP), com sede na cidade de Bananeiras, no interior da Paraíba, que congregou a grande maioria dos técnicos que se apresentaram para a seleção.

O processo de seleção incluiu duas etapas. A primeira se constituiu na análise do currículo e uma entrevista com a Equipe de Supervisão. Na segunda, os pré-selecionados nessa primeira etapa, tiveram seu desempenho avaliado em um treinamento, planejado para esse fim, sobre o Projeto Lumiar, realidade agrária e agrícola da Paraíba, metodologia de trabalho e a montagem e realização prática de um diagnóstico sobre um assentamento do estado.

A análise do currículo e a entrevista procuraram identificar os candidatos que se aproximassem mais do perfil profissional requerido pelas normas do Projeto Lumiar: *“conhecimento global da realidade rural e das condicionantes do desenvolvimento; formação nas áreas de ciências agrárias e econômicas, pedagogia, sociologia, assistência social e áreas afins; facilidade de trabalho participativo de grupo na perspectiva construtivista; facilidade de integração com famílias do meio rural; articulação para formar parcerias com profissionais e entidades públicas e privadas que atuam no desenvolvimento rural; interesse e disposição para o trabalho com unidades familiares de produção rural”*. (INCRA, 1997: 48). O treinamento procurou verificar o desempenho prático dos candidatos em relação a esse perfil, particularmente, a capacidade de trabalho em equipe e de relacionamento com os assentados.

Inicialmente, a Paraíba foi contemplada, por decisão da Comissão Nacional do PROCERA/LUMIAR, com 7 Equipes Locais que deveriam atender cerca de 2.100 famílias de assentados. Portanto, foram selecionados 28 técnicos, sendo 7 da área

agronômica, com formação de nível superior, 7 da área social, também de nível superior e 14 técnicos da área agrônômica de nível médio. Essa divisão obedeceu às diretrizes do Projeto que determinavam que cada Equipe Local deveria ser formada por 4 técnicos, sendo um da área agrônômica de nível superior, um da área social também de nível superior e dois técnicos agrícolas de nível médio. Dos 28 técnicos contratados, 8 técnicos formaram duas Equipes Locais para trabalharem nas “áreas do MST” e foram selecionados entre os candidatos apresentados pelo Movimento e se vincularam à COOPERVIDA. Os demais 20 técnicos selecionados passaram a fazer parte da COAGEP e formaram 5 Equipes Locais.

Neste aspecto, o Relatório Final da COAGEP sobre suas atividades desenvolvidas nos três anos de atuação no Projeto Lumiar destaca que os técnicos selecionados para trabalharem no Lumiar e que, posteriormente à seleção, se filiaram como sócios da Cooperativa, por exigência das diretrizes do Projeto, foram escolhidos pela Equipe de Supervisão do Projeto e não pela própria entidade. Sobre isso o Relatório afirma:

“Para efetivação das relações contratuais estabelecidas pelas normas do Projeto, os técnicos tinham necessariamente que estar vinculados a uma prestadora de serviço pré-selecionada para tal fim. Ou seja, se filiar como sócio da COAGEP foi uma condição exigida aos técnicos para que pudessem trabalhar no Lumiar. No início, este fato trouxe uma situação de indefinição desses técnicos na relação com a COAGEP, uma vez que não estava claro o papel da entidade na dinâmica do Projeto, além de sua contribuição estritamente formal. Foi apenas no segundo ano do Projeto que a COAGEP passou a ter condições de contribuir de forma mais definida no Lumiar, enquanto instância organizadora, representativa e capacitadora dos técnicos a ela filiados”.

Em outubro de 1998, o INCRA e a Comissão Nacional do PROCERA/LUMIAR autorizou a contratação de mais 28 técnicos para constituírem 7 novas Equipes Locais, a fim de ampliar o número de assentamentos atendidos pelo Projeto Lumiar na Paraíba. O processo de seleção foi o mesmo que o anterior e esses 28 técnicos vincularam-se à COAGEP, uma vez que o MST não reivindicou nenhuma nova equipe porque os assentamentos acompanhados pelo Movimento já estavam todos sendo assistidos pelo Projeto. Portanto, a partir dessa data, o Lumiar na Paraíba passou a ser operado por 56 técnicos que formaram 14 Equipes Locais, obedecendo a composição

exigida pelas diretrizes oficiais. Dessas catorze Equipes, duas estavam vinculadas ao MST, e doze à COAGEP.

Como pode ser observado na Tabela 1*, dos 14 técnicos de nível superior da área agrônômica, 12 eram engenheiros agrônomos (sendo duas mulheres e dez homens) e 2 zootecnistas (homens). Da área social, eram 4 com formação em Psicologia (três mulheres e um homem), 3 em Pedagogia (duas mulheres e um homem), 3 em Serviço Social (todas mulheres), 1 em Sociologia (mulher), 1 em História (mulher), 1 em Filosofia (homem) e 1 em Cooperativismo (homem). Os 28 técnicos de nível médio em agropecuária eram todos homens.

Portanto, dos 56 técnicos que formaram as 14 Equipes Locais do Projeto Lumiar na Paraíba, 42 eram da área agrônômica (75,0%), incluindo os de formação superior e de nível médio, enquanto 14 eram da área social (25,0%). Do total de técnicos, 44 eram homens (78,6%) e 12 mulheres (21,4%).

A grande maioria dos técnicos, portanto, era constituída de homens, com formação na área agrônômica. Este fato contribuiu para que as questões técnicas da produção, numa perspectiva quantitativa e tecnicista, prevalecessem, inicialmente, como as questões que emergiam como preocupação central dos técnicos. Além disso, contribuiu também para que os homens assentados, chefes de famílias, fossem, inicialmente, priorizados como os interlocutores principais na prática da assistência técnica, uma vez que, para a maioria dos técnicos, esses constituíam sua clientela “natural”.

Essa tendência inicial exigiu uma atenção especial da Equipe de Supervisão, no sentido de trazer a questão da gestão dos assentamentos e da participação mais coletiva dos assentados, incluindo as mulheres e os jovens, como dimensões fundamentais a serem trabalhadas pelo Projeto. Para isso, os técnicos da área social e as mulheres das Equipes Locais tiveram contribuição importante nessa direção. Essa contribuição não se deu apenas no sentido de colocar os problemas da organização e da participação na pauta de trabalho e de planejamento da assistência técnica, mas também de envolver os técnicos homens da área agrônômica no trabalho com grupos de mulheres e de jovens, para que pudessem contribuir de forma concreta para uma participação mais ativa desses grupos na vida produtiva dos assentamentos. Essa iniciativa exigiu uma série de discussões entre a Equipe de Supervisão e os técnicos

* As Tabelas encontram-se no final do Capítulo.

sobre os objetivos do Projeto Lumiar, a metodologia de assistência técnica proposta pelo Projeto e sobre os conceitos de desenvolvimento rural e agricultura familiar. Essas discussões serão abordadas no capítulo 5.

No entanto, o que se quer assinalar aqui é a existência de uma tensão entre os técnicos da área agrônômica e os técnicos da área social sobre o sentido e a forma de encaminhar o trabalho de assistência técnica, principalmente no início da implantação do Projeto. Essa tensão se baseava numa visão dicotômica sobre a relação entre, de um lado, os problemas da produção e, de outro, a gestão coletiva da vida social e produtiva dos assentamentos. Os profissionais da área agrônômica consideravam que suas especificidades de trabalho vinculavam-se às questões técnicas da produção e os da área social, às questões da gestão coletiva da vida social dos assentamentos, como se umas e outras estivessem desvinculadas entre si. Além disso, como já foi dito, os técnicos homens consideravam que sua “clientela” eram os assentados homens, responsáveis pelas decisões sobre o que e como produzir. As mulheres e os jovens seriam, então, a “clientela” das mulheres técnicas da área social, conforme uma visão de senso comum sobre a extensão rural pública executada pela EMATER.

Contudo, a prática do trabalho de assistência técnica e as discussões sobre ela propiciaram as condições de crítica sobre essas dicotomias e sobre as especificidades de cada profissional, inicialmente baseadas na concepção de que cada profissional é “especialista” sobre um determinado problema, não lhe interessando o que ocorre além dessa especialidade. A multiplicidade de questões a que os técnicos eram chamados a discutir pelos assentados, na perspectiva de tentar equacioná-las, e a interconexão entre elas, foi, gradativamente, exigindo uma visão mais integrada dos assentamentos, das origens e das possibilidades de resolução dos problemas.

“A heterogênea composição das equipes técnicas, congregando profissionais da área agrônômica e da área de ciências humanas, contribuía decisivamente para que o trabalho de assistência técnica não se concentrasse exclusivamente nos aspectos ligados à produção, mas procurasse dar conta das diversas dimensões da vida dos assentados”. (Oliveira, 2003: 36).

A necessidade de uma reflexão e ação conjunta entre os técnicos de cada Equipe e dos técnicos de um modo geral a respeito de cada problema a ser trabalhado nos assentamentos contribuiu para um processo de construção de uma prática interdisciplinar, em que cada problema era discutido por todos os técnicos da Equipe, fossem eles ligados à produção e comercialização ou à gestão e organização coletiva da

vida produtiva e social de cada assentamento. Mesmo que a divisão das tarefas a serem executadas por cada técnico guardasse relação com sua formação e experiência profissional, a discussão e o planejamento do trabalho de cada Equipe, e a avaliação mensal do conjunto do trabalho do Projeto eram feitos com a participação de todos os técnicos. Esse procedimento, mesmo que adotado por uma escolha metodológica assumida pela Equipe de Supervisão, foi, principalmente, decorrência das exigências da prática cotidiana do trabalho dos técnicos junto aos assentados (veja Capítulo 5).

A Equipe de Supervisão reunia-se semanalmente para discutir o andamento do Projeto, envolvendo tanto assuntos relacionados à administração do mesmo, como, principalmente, o desenvolvimento da prática e da metodologia da assistência técnica e as necessidades de formação e capacitação dos técnicos.

Para acompanhar o trabalho das Equipes Locais, conforme o exigido pelas diretrizes do Projeto, a Equipe de Supervisão se dividiu em duplas formadas por um técnico do INCRA e um técnico externo ao órgão. Inicialmente, cada técnico do INCRA, membro da Equipe de Supervisão, acompanhava duas equipes locais. O representante do MST na Equipe de Supervisão, juntamente com um técnico do INCRA, acompanhava as duas Equipes ligadas a esse movimento e os demais membros externos ao INCRA acompanhavam, cada um, uma Equipe Local. Com a expansão do Projeto Lumiar em outubro de 1998, e a contratação de mais 28 técnicos, o número de Equipes Locais, na Paraíba, ampliou-se para 14. O membro da Equipe de Supervisão ligado ao MST continuou acompanhando as mesmas duas Equipes anteriores, uma vez que o MST não aumentou as áreas de assentamento atendidas pelo Projeto. Os demais membros da Equipe de Supervisão externos ao INCRA passaram, três deles, a acompanhar duas Equipes Locais e dois deles, três Equipes. Mais dois técnicos do INCRA passaram a integrar a Equipe de Supervisão, totalizando cinco técnicos internos e cada um passou a acompanhar três Equipes, sendo que o que fazia dupla com o representante do MST continuou acompanhando as duas Equipes ligadas ao movimento.

Cada dupla de Supervisores reunia-se semanalmente com as Equipes que acompanhavam para discutir e planejar o trabalho de assistência técnica. Os supervisores também visitavam os assentamentos em situações requisitadas pelos técnicos ou de acordo com procedimentos discutidos nas reuniões semanais da Equipe de Supervisão como um todo. No mínimo, cada assentamento era visitado uma vez por mês pelos supervisores que acompanhavam a Equipe que trabalhava nele. De três em

três meses, havia reunião em cada assentamento, com a presença da Equipe Técnica local e seus supervisores para avaliação do Projeto.

Mensalmente, havia uma reunião de avaliação do trabalho e capacitação do conjunto dos técnicos, organizada e coordenada pela Equipe de Supervisão, com duração de um ou dois dias, conforme a quantidade de assuntos a serem discutidos ou conforme o tipo de atividade a ser desenvolvida pelo coletivo. De acordo com a necessidade de capacitação reivindicada pelos técnicos ou detectada pelos supervisores, o tema, em cada mês, dessa capacitação ou treinamento era definido. Conforme essa definição, algum membro da Equipe de Supervisão era destacado para executar essa atividade ou, em muitas oportunidades, era convidado algum especialista no tema a ser trabalhado. Essas reuniões mostraram-se fundamentais para uma avaliação permanente do Projeto e para as necessárias correções das práticas desenvolvidas. Permitiram também construir uma visão de conjunto entre técnicos e supervisores sobre a prática desenvolvida, sobre as diferentes concepções metodológicas presentes no grupo, sobre os problemas e dificuldades enfrentadas, mesmo que localizadas, e sobre o próprio significado do trabalho realizado. A presença dos técnicos, nessas reuniões, era maciça e as poucas ausências eram por motivos justificados.

“Os problemas emergenciais dos assentamentos eram de tal ordem que havia dificuldade de seguir a pauta de discussões nos encontros mensais entre todos os membros do projeto, tantas eram as questões urgentes que os técnicos traziam para a discussão. Diante deste quadro, a solução foi a seguinte: a primeira manhã, dos dois dias de encontro, passou a ser dedicada à discussão das questões urgentes trazidas pelos técnicos”. (Oliveira, 2003: 35).

Em algumas dessas reuniões, havia atividades específicas para os técnicos da área agrônômica, separadas das atividades para os técnicos da área social. No entanto, por insistência da Equipe de Supervisão, na grande maioria das vezes, as atividades eram planejadas para o conjunto dos técnicos, sem essa divisão, com o objetivo de integrar todos os técnicos na discussão e planejamento de todas as atividades do Projeto. A formação e experiências distintas entre os técnicos contribuíam para uma discussão das práticas de trabalho que envolvia aspectos que iam além dos limites da especialidade de cada um, e que produziram momentos privilegiados de capacitação para todos os envolvidos, fossem técnicos da área agrônômica, da área social e supervisores.

Para isso, essas reuniões mensais eram divididas em duas partes. Na parte da manhã, cada Equipe apresentava o trabalho realizado no mês, destacando as principais realizações e dificuldades enfrentadas. Depois da apresentação de cada Equipe, fazia-se uma discussão livre sobre o que foi apresentado por todas elas. Procurava-se sistematizar o que era comum e o que era específico de cada Equipe. Esse conteúdo era discutido para se verificar o que era consensual como pontos positivos do trabalho, assim como os aspectos que eram considerados problemáticos por parte ou por todo o grupo. Estes últimos passavam a fazer parte da agenda de discussão nas reuniões semanais entre os supervisores e as Equipes que os vivenciavam. Os problemas administrativos eram encaminhados, por parte dos técnicos do INCRA, para solução junto à Comissão Estadual PROCERA/LUMIAR ou junto ao próprio INCRA.

A parte da tarde da reunião (e o dia seguinte, quando havia) era reservada para alguma atividade de capacitação ou treinamento dos técnicos, envolvendo uma temática definida pela Equipe de Supervisão, conforme as necessidades expressas pelos técnicos ou por avaliação da própria Equipe. Como já foi assinalado, essas atividades contaram, muitas vezes, com a participação de especialistas sobre os temas trabalhados. Dependendo do tipo de atividade de capacitação, a reunião realizava-se no INCRA, na UFPB, ou em algum assentamento previamente definido.

Em relação à capacitação dos técnicos do Lumiar, as prestadoras de serviço contratadas também desenvolveram atividades nessa direção. Os técnicos contratados pela COOPERVIDA participaram das atividades programadas pelo MST para formação política de seus quadros, tanto a nível estadual, como nacional, e de atividades específicas programadas pelo Movimento para capacitação de militantes que atuavam na área da produção, em que a ênfase era dada à gestão e organização coletiva das atividades produtivas e da comercialização. Os técnicos da área social participaram de atividades de formação relacionadas às propostas do MST sobre educação, saúde (particularmente sobre a produção e utilização pelos assentados de plantas medicinais e práticas fitoterápicas), trabalho com mulheres, jovens e crianças. Não é intenção deste trabalho discutir as práticas de formação dos militantes do MST, o que pode ser encontrado em outros autores (Bonavigo, 1998; Souza, 1999; Feix, 2001; Melo, 2001; Caume, 2002; Navarro, 2002). O que se quer destacar aqui é que a formação e capacitação dos técnicos do Projeto Lumiar não se deram apenas no âmbito interno ao Lumiar, mas ocorreram, durante o desenvolvimento do Projeto, em espaços para além dele, sobre os quais a Equipe de Supervisão e o INCRA não tinham controle.

Nesta mesma direção, a COAGEP também desenvolveu atividades de formação para os técnicos vinculados a ela, através de convênio firmado com a UFPB e de articulação com a Associação de Orientação às Cooperativas do Nordeste (Assocene) e de parcerias pontuais com a EMBRAPA, ONGs locais e órgãos públicos e de assessorias específicas por parte de profissionais autônomos. Essa capacitação deu-se, principalmente, em torno de temas ligados à produção, tecnologias adaptadas, preservação do meio ambiente, agrotóxicos, comercialização de produtos agrícolas específicos, metodologia de trabalho na área de educação popular e de assistência técnica, metodologia de trabalho com mulheres e jovens do meio rural, políticas públicas nas áreas de educação, saúde e previdência social.

O Relatório Final da COAGEP, ao relatar o empenho da entidade na capacitação dos técnicos do Lumiar vinculados a ela, afirma que, por gerenciar adequadamente os recursos financeiros que lhe competiam como prestadora dos serviços de assistência técnica, pode, com os recursos do próprio Projeto, contribuir para, não só viabilizar uma infra-estrutura mais adequada ao desempenho dos técnicos, como, por sua iniciativa, promover atividades de capacitação dos seus profissionais. Por isso, o Relatório afirma: *“Dessa forma, a COAGEP passou também a ter condições de poder pensar o próprio Lumiar, na medida em que se tornou sujeito ativo na sua operacionalização”*.

1. A situação dos assentamentos paraibanos no início do Projeto Lumiar

Paralelamente ao início do Projeto Lumiar na Paraíba, foi realizada uma pesquisa sobre as condições de vida nos assentamentos de Reforma Agrária no estado. Essa pesquisa foi solicitada pela CPT estadual com o objetivo de ter um diagnóstico sobre as condições de vida dos assentados, de tal forma que pudesse desenvolver uma avaliação mais sistemática sobre essa realidade, assim como para subsidiar as reivindicações dos assentados junto ao INCRA. A pesquisa foi realizada por um grupo de professores e alunos da UFPB e foi coordenada pelo autor deste trabalho e pelo sociólogo Thomas Bamat, na época assessor da CPT da Arquidiocese da Paraíba (Ieno Neto; Bamat, 1998). A pesquisa foi financiada com recursos do INCRA/PB, uma vez

que se enquadrava nos objetivos da instituição ampliar o Sistema de Informações de Projetos de Reforma Agrária (SIPRA).²⁰

Os dados dessa pesquisa contribuíram também para a discussão, junto aos técnicos do Projeto Lumiar e junto aos assentamentos selecionados para receberem assistência técnica pelo Projeto, sobre os limites e possibilidades produtivas dos assentamentos, os problemas da organização social e de infra-estrutura necessários a um melhor desempenho produtivo dos assentamentos, o nível de satisfação e motivação dos assentados com a nova condição de vida. A pesquisa contribuiu, portanto, não só para o planejamento inicial do trabalho do Projeto Lumiar, mas também para a discussão da própria pertinência da assistência técnica, tanto junto aos profissionais envolvidos no Projeto, como entre os assentados. Além disso, o retrato dos assentamentos produzido pela pesquisa influenciou a forma de olhar dos envolvidos no Projeto Lumiar sobre os assentamentos paraibanos: uma realidade com muitos problemas, mas com muitas possibilidades de superá-los.

Os dados da pesquisa, colhidos durante o ano de 1997, foram obtidos de uma amostra correspondente a 20% dos assentamentos com tutela do INCRA. Esses dados complementaram o quadro esboçado pelo primeiro Censo Nacional sobre os assentamentos rurais do país. *“Por exemplo: a grande maioria dos assentados já morava e trabalhava no campo, antes de serem assentados; a vida é dura nos assentamentos, onde faltam água, escolas adequadas e postos de saúde, no entanto, tem-se conseguido produzir o necessário para a sobrevivência e, em alguns casos, mais do que isso; os trabalhadores têm necessidade de apoio e assistência técnica eficiente. Outros dados da nossa pesquisa – uma renda familiar média equivalente a mais de 300 reais por mês e o abandono dos assentamentos por somente cerca de 10% dos assentados – variam dos dados divulgados pela imprensa (“Veja”, 25/jul/97, pp. 32-33) via o Censo do INCRA”.* (Ieno Neto; Bamat, 1998: 15).

Em outro trecho da introdução do livro que publica os resultados da pesquisa, seus coordenadores afirmam: *“De fato, 79% dos 820 assentados que consultamos disseram que a sua vida mudou para melhor depois do assentamento (e só*

²⁰ Nessa mesma direção, o INCRA, no mesmo período, financiou outras pesquisas e publicações: “Capítulos de Geografia Agrária da Paraíba”, “Por um Pedaco de Chão” (sobre as histórias dos assentamentos paraibanos) e “Atlas Agrário da Paraíba”, todas produzidas e/ou coordenadas pela professora Emília Moreira da UFPB.

4% disseram que mudou para pior); 74% do total se declararam ‘satisfeitos’ com a vida que eles e suas famílias levam nos assentamentos da Paraíba”. (idem: 16).

“A esse respeito, é importante ressaltar também que, segundo estatísticas do IPEA, em 1990, mais de 47% da população da Paraíba era indigente: tinha um rendimento familiar tão baixo que, no máximo, poderia adquirir uma cesta básica de alimentos. Ou seja, para uma expressiva maioria desses trabalhadores e suas famílias, viver e trabalhar nos assentamentos é um avanço significativo, em termos de qualidade de vida”. (idem: 16 e 17).

Esse era o quadro geral que a pesquisa formulava sobre os assentamentos: uma realidade heterogênea, mas, em que a maioria das famílias encontrava condições mínimas para a sua manutenção, numa situação melhor que as anteriores. Caberia, portanto, a um projeto como o Lumiar, contribuir para que essas condições se ampliassem. Essa era a discussão que se fazia entre os técnicos do Projeto e com os assentados, subsidiada pela pesquisa.

Os dados gerais da pesquisa permitem visualizar, portanto, o contexto em que o Projeto Lumiar começou a atuar nos assentamentos da Paraíba. Com esse objetivo, se apresentará a seguir, de forma resumida, alguns desses dados.

Os dados da pesquisa, levantados durante o ano de 1997, mostram que, antes de passar a morar nas áreas de assentamento, 47% da população pesquisada morava no mesmo imóvel rural em que estava instalada como família assentada; 16,1% morava em outros imóveis rurais localizados no mesmo município; 12,9% morava em imóveis localizados em outros municípios; 3,2% em imóveis localizados em outro estado e 20,1% morava em área urbana, seja no mesmo município ou em outro, dentro ou fora do estado. Portanto, 63,1% das famílias morava, anteriormente ao assentamento, em um imóvel rural localizado no próprio município, o que corresponde aos dados levantados pelo I Censo da Reforma Agrária realizado pelo INCRA, segundo o qual 52,4% dos assentados do Nordeste são originários do próprio município. (Marcos, 1998).

Em relação ao local de trabalho anterior ao assentamento, 51,2% da população pesquisada trabalhava no mesmo imóvel rural; 16,7% trabalhava em outros imóveis localizados no mesmo município; 14,1% trabalhava em imóveis localizados em outro município; 3,8% em imóveis de outros estados e apenas 12% trabalhava em área urbana.

No que se refere à última forma de trabalho, anterior ao assentamento, 78,8% dos pesquisados realizavam algum tipo de trabalho rural: 30% declararam ser

rendeiros/foreiros; 20,6% moradores; 7,5% parceiros; 1,6% posseiros e 19,1% assalariados rurais. Os 21,2% restantes não possuíam vínculo com a terra, sendo que 10% deles desenvolviam atividade urbana e os demais não possuíam uma atividade determinada. Esses dados também correspondem aos dados do I Censo da Reforma Agrária, segundo o qual, no Brasil, 67% dos assentados possuíam atividade essencialmente rural, anteriormente a essa condição.

O tamanho médio dos lotes declarados pelos assentados era de 5,5 ha, variando entre 3,3 a 13,5 ha, onde já havia sido feito o parcelamento da terra pelo INCRA: 9,3% dos assentados pesquisados moravam em áreas ainda não demarcadas pelo INCRA. Neste último caso, era feita uma divisão provisória da terra pelos próprios assentados e os que já moravam no imóvel desapropriado continuavam morando e trabalhando na mesma área que ocupavam como moradores ou rendeiros/foreiros, antes da desapropriação.

A área destinada ao cultivo agrícola pelas famílias variava entre 0,5 a 19 ha, estando a média em 3,1 ha. Para o conjunto dos assentamentos pesquisados, em média, 57% das terras dos lotes eram utilizadas para o cultivo agrícola. Esse percentual se encontra um pouco abaixo do encontrado, no ano de 1985, para o conjunto dos estabelecimentos do Brasil com menos de 10 ha que, segundo dados do IBGE, foi de 68,9%. No entanto, este percentual foi ultrapassado por 27,3% dos assentamentos pesquisados na Paraíba, chegando alguns deles a utilizar, em média, mais de 80% da área dos lotes com o cultivo agrícola.

Durante o ano de 1996, os quatro produtos agrícolas mais cultivados pelos assentados pesquisados foram o feijão (produzido por 76,2% deles), milho (57,2%), inhame (49,6%) e macaxeira (46,2%).²¹ Destes, o inhame se destaca como o principal produto comercial dos assentamentos localizados na Região da Mata paraibana. O feijão e o milho, culturas destinadas ao consumo familiar, eram também comercializadas por grande parte das famílias dos assentamentos localizados na Região do Agreste paraibano.

Outros produtos que também se destacaram foram: batata-doce, côco-da-bahia e fruteiras como manga, caju, banana e mamão. As frutas, além de destinarem-se

²¹ Essas porcentagens referem-se ao número de assentados que declararam ter produzido esses produtos, em 1996, em relação ao número total de assentados pesquisados. Elas não significam, necessariamente, maior área plantada, quantidade produzida ou importância econômica. Esta observação foi feita também pelo I Censo da Reforma Agrária do INCRA.

ao consumo familiar, também eram comercializadas, principalmente, a banana e o mamão. Apresentando uma participação um pouco menor, mas ainda significativa, eram produzidos, por ordem de importância: fava, jaca, abacaxi, acerola, jerimum e maracujá. O abacaxi era outro importante produto comercializado pelos assentamentos da Zona da Mata paraibana. Além desses, outros 31 produtos foram citados, em menores porcentagens, pelos assentados entrevistados como produzidos por eles em 1996.

De acordo com o I Censo da Reforma Agrária, alguns desses produtos foram também os principais produtos cultivados nos assentamentos do Nordeste, mesmo que com participação relativa diferenciada, a saber: feijão, farinha de mandioca, inhame, polvilho, algodão, caju, coco e manga. A nível nacional destacaram-se: milho, arroz, feijão, mandioca, farinha de mandioca, café, cana-de-açúcar, batata-doce, inhame, banana, abóbora, aipim/macaxeira, entre outros.

Os assentados pesquisados utilizavam como instrumentos de trabalho, principalmente, a enxada e a foice. A maioria utilizava também o enxadeco, o carrinho de mão, a pá, o facão, a estrovinga e o machado. O pulverizador foi citado por 46,5% deles, o que sugere o uso de agrotóxicos. Outros instrumentos de trabalho foram citados em menor proporção: picareta, arado à tração animal, trator, semeadeira, carroça, animais de tração e de carga e máquinas para beneficiamento da produção.

Os instrumentos utilizados pelos assentados, de baixa tecnologia, eram de propriedade e uso familiar. Um terço dos assentamentos pesquisados possuíam um trator de uso comum, na sua grande maioria, assentamentos mais antigos. Essa situação se repetia também nos assentamentos do Nordeste, conforme o I Censo da Reforma Agrária, onde o número de assentamentos que possuíam máquinas ou outros instrumentos agrícolas mecanizados era pouco expressivo.

Em relação à utilização de fertilizantes, 63,4% dos assentados declararam utilizar apenas adubo químico, 18,4% utilizavam apenas adubo orgânico e 20,9% utilizavam uma combinação de ambos. Não foi observada a utilização de equipamentos de irrigação, curvas de nível, nem outras formas de manejo do solo. Apenas 2% declararam utilizar a técnica da queimada. No entanto, a maioria dos assentados declarou utilizar algum tipo de agrotóxico, entre eles o Semirex, Folidol e Pó 50.

Em geral, trabalhavam no lote de uma a quatro pessoas por família, sendo mais frequente trabalharem duas pessoas da família. Das famílias pesquisadas, 30% contavam com a ajuda do trabalho de alguém não residente na mesma casa, na maioria

dos casos, algum parente ou, em menor proporção, alguma pessoa conhecida da família, residente no próprio assentamento.

A pesquisa constatou que 71% dos assentados possuíam algum tipo de criação e 38% deles destinavam a essa atividade uma área específica, que variava entre 0,5 a 14,5 ha (na média 2,1 ha), utilizada, sobretudo, para gado bovino. Os animais que os assentados possuíam em maior quantidade eram, pela ordem: galinhas, perus, bovinos, caprinos, asininos e suínos.

Grande parte dos assentados possuía, pelo menos, uma cultura à qual destinavam, prioritariamente, para a comercialização. Entre as mais frequentes destacavam-se o inhame, abacaxi, feijão, milho e macaxeira. A comercialização era feita individualmente e diretamente com o atravessador. Mais de 83% dos assentados comercializavam esses produtos após a colheita, mas 23% deles vendiam o produto *na folha*, ou seja, comercializavam a produção antes da colheita do produto e, em alguns casos, não precisavam se responsabilizar pela colheita, a qual era realizada por trabalhadores pagos pelo atravessador. No entanto, apenas 3% destes últimos vendiam a produção apenas *na folha*, os demais vendiam a produção das duas formas, dependendo de vários fatores, entre eles: tipo do produto e de seu respectivo mercado, necessidade emergencial de dinheiro, garantir a venda antecipada do produto frente à instabilidade do mercado, ter maior controle sobre a quantidade colhida do produto e do preço a ser negociado.

Entre os assentados pesquisados, 38,7% deles declararam que possuíam uma fonte complementar de renda, além do que obtinham com a venda dos produtos destinados à comercialização, a venda do excedente do que produziam para o consumo, assim como pelo próprio consumo do que produziam, considerando esse consumo como renda indireta. Entre essas fontes complementares de renda, destacavam-se a aposentadoria (22,6%), o trabalho assalariado (20,8%) e a ajuda de fora (6,5%), em geral vinda de filhos ou filhas que trabalhavam nas cidades.

Pela metodologia utilizada pela pesquisa, o cálculo da renda familiar dos assentados incluiu o dinheiro obtido com a comercialização da produção, a renda complementar, quando existia, e o valor de mercado da quantidade de todos os alimentos produzidos e consumidos pela família (Marcos, 1998). Esse cálculo foi feito para uma amostra sorteada aleatoriamente dentro da amostra geral da pesquisa e trabalhou com 119 famílias (15% das famílias pesquisadas). Para esse conjunto, foi encontrada uma renda familiar média de R\$ 308,00, o equivalente a 2,75 salários

mínimos da época. A renda média mensal *per capita* encontrada foi de R\$ 68,00. Existiam diferenças significativas entre os assentamentos e também dentro deles. No assentamento Camucim, no município de Pitimbu, um dos mais antigos da amostra, a renda familiar média chegou a R\$ 383,00 (equivalente a 3,4 salários mínimos) e no assentamento Tambaba, no município vizinho de Conde, essa renda foi de R\$ 180,00 (1,6 salários mínimos). A maior renda por unidade familiar foi localizada em Camucim, com o valor de R\$ 850,00 (7,6 salários mínimos) e a menor em Tambaba, com o valor de R\$ 37,00 (0,3 salários mínimos).

Para o conjunto dos assentamentos, verificou-se que 97,5% das famílias estudadas apresentavam, como renda familiar mensal, valores superiores a um salário mínimo, ou seja, apenas 2,5% dessas famílias apresentavam uma renda mensal inferior a um salário mínimo. Das famílias com renda acima de um salário mínimo, 25,2% apresentavam uma renda que variava entre um a dois salários, 39,5% variava entre dois a três salários e 32,8% apresentavam uma renda superior a três salários mínimos.

De um modo geral, a pesquisa encontrou, nos assentamentos paraibanos pesquisados, níveis de renda média familiar mais altos em relação ao Nordeste, conforme dados da pesquisa da FAO de 1991 e do I Censo da Reforma Agrária de 1996. No entanto, os dados da pesquisa relacionados à saúde da população dos assentamentos estudados (Lima; Vasconcelos; Silva, 1998) revelaram que a renda obtida, na média, ainda é insuficiente para garantir uma qualidade de vida mais satisfatória, mesmo considerando-se a inadequação dos serviços públicos de saúde disponibilizados a essa população (por exemplo, apenas 54% das crianças entre 1 e 4 anos receberam as vacinações básicas, quando o esperado pelo Ministério da Saúde é uma porcentagem de 90%) e as precárias condições sanitárias existentes nos assentamentos (apenas 4% das casas pesquisadas tinham água encanada e 40% não tinham privadas).

A alta taxa de mortalidade infantil (82 mortos no primeiro ano de vida para cada mil nascidos vivos no ano de 1995), o baixo peso das crianças ao nascer (27% das 236 crianças avaliadas pela pesquisa apresentavam um déficit de peso ao nascer, 10% nasceram com menos de 2,5 quilos), a desnutrição das crianças (19,5% das crianças tinham a relação entre altura e peso abaixo da média), revelavam condições de vida absolutamente insatisfatórias, apesar de serem melhores do que para a maioria da população do estado e, para a grande maioria dos assentados, melhores do que as condições em que viviam antes do assentamento, conforme expressaram durante a pesquisa.

A maioria dos assentados (74%) disse estar satisfeita com a vida que leva com a família nos assentamentos. Quando foi pedido para compararem a vida anterior com a vida no assentamento, 79% dos assentados (83% dos homens e 74% das mulheres) disseram que a vida mudou para melhor e apenas 4,3% disseram que piorou.

Em relação ao futuro, 72,5% dos assentados disseram que a vida estará melhor dali a dois anos e para 52,7% estará melhor dali a dez anos. A longo prazo, aumenta a incerteza: 43,1% disseram que não sabiam se a vida estaria melhor dali a dez anos. Nesse tempo, a vida será melhor na opinião de 49,2% das mulheres e 55,7% dos homens, mas 46,5% das mulheres e 40,0% dos homens disseram que não saberiam dizer se a vida estaria melhor dali a dez anos. Os assentados com mais de 30 anos eram os que, por faixa etária, tinham mais confiança no futuro (54,4% deles disseram que a vida seria melhor dali a dez anos), em relação aos mais jovens. Destes, os que tinham entre 26 a 30 anos eram os que apresentavam maior incerteza quando ao futuro (50,0% deles não sabia dizer como estaria a vida dali a dez anos), mais do que os com 25 anos para baixo. Dez anos parece ser um horizonte muito distante para as pessoas que são obrigadas, durante toda a vida, a terem que pensar o concreto da subsistência no aqui e agora. No entanto, viver no assentamento possibilitava à maioria dos assentados pensar o futuro como algo diferente do que foi a vida até então. A vida passava a ter outros sentidos.

Entre o grupo de assentados com mais de 35 anos, os pesquisadores ouviram afirmações como as seguintes:

“Deus disse que haverá um novo céu e uma nova terra. É isso que nós estamos começando a ver. O povo com a barriga cheia, com saúde e felicidade”.

“Pra vista do que eu vivia eu estou mais contente. O aperreio de viver cativo à usina acabou-se. (...) Hoje, se tiver fome, eu vou no meu roçado, arranco um pau de macaxeira, ponho no fogo e como. Arranco um molho de feijão, ponho no fogo e como. O meu sonho é aumentar a minha produção”.

“O meu sonho era ter a terra e eu já consegui. Mas o meu sonho maior é construir uma casa no meu lote, toda arrodada de terraço para receber os meus amigos. (...) Eu tenho certeza que isso dá um ar diferente para a vida de qualquer um. Já estou com a terra que era mais difícil, agora é trabalhar para realizar o meu sonho”.

“O meu sonho era poder ter um pedaço de terra para plantar e ter o que comer: macaxeira, batata, feijão, milho. Eu não pensava em ter mais do que isso. Como

eu vivia com fome, eu só sonhava com isso mesmo. Hoje, eu já penso que eu vou poder comer carne, queijo e manteiga". (Amado; Ieno Neto, 1998: 188 a 190).

Entre os assentados mais jovens, entre 16 a 25 anos, algumas falas indicam as percepções mais comuns entre eles:

"Desde pequeno eu vivo na agricultura. Meu pai é agricultor. Eu gosto da agricultura. Eu não quero ir morar na rua, eu vou fazer o que lá? Não tem emprego para todo mundo, tem muita violência. Agora, o meu sonho é poder trabalhar na agricultura com mais conforto: um trator e qualquer máquina que facilite nosso trabalho".

"O meu sonho não é sair daqui, não. Meu sonho é crescer, ficando aqui. Mas não ficando parado dentro de casa. É ter movimento, ter trabalho. E trabalhando na terra para ter lucro. Na rua tem movimento, mas não tem trabalho. Não adiante nada. Eu prefiro ficar aqui, com o trabalho daqui, com os companheiros daqui. Mas eu quero trabalhar para ter lucro".

"O meu sonho é estudar para conhecer o mundo lá fora. Para ver como é que é. O daqui eu já sei. Agora tem que aproveitar e conhecer o mundo lá fora. Ser um caminhoneiro, para viajar e conhecer o mundo".

"O meu sonho é voltar para o Rio de Janeiro. Eu já morei lá um tempo. Mas se eu tiver condição de viver bem aqui, poder estudar e trabalhar, eu quero voltar para o Rio de Janeiro só para passear. O meu sonho é ter condições de viver aqui e com o meu trabalho ter dinheiro para passear de vez em quando no Rio de Janeiro, ir visitar meus parentes lá. Mas se as condições aqui não for boa, eu volto para morar lá". (idem: 190 a 193).

Os pesquisadores constataram que essas e outras falas, obtidas nos "grupos focais"²² organizados pela pesquisa, indicavam que, apesar de todas as dificuldades e limites, assim como das diferenças e divergências internas, a grande maioria dos assentados tinha uma expectativa alta em relação às vantagens da nova situação em que se encontravam. Os pesquisadores afirmaram:

"Essas situações, desafios, vontades novas criam, para esses trabalhadores, condições concretas e singulares de produção de novas subjetividades. Ou seja, esses

²² Sobre a técnica de pesquisa chamada "grupos focais", veja LETELIER, L. Entre os grupos de conversação (*Group Discussion*) e as intervenções focalizadas (*Focus Groups*): notas metodológicas. Em: Política e Trabalho, n° 12, 1996. João Pessoa: Programa de Pós-Graduação em Sociologia, CCHLA/UFPB, pp. 164-174.

trabalhadores vivem situações que estão permitindo a construção de novas formas de perceber, sentir, falar, atuar e avaliar suas próprias realidades, as relações que exercitam entre si e com o mundo concreto que os cercam. O sentido dessa produção de novas subjetividades não está dado. Por exemplo, as palavras ‘solidariedade’, ‘união’, ‘coletivo’, ‘felicidade’, ‘vida melhor’, ‘compromisso’ circulam em seus discursos misturadas às palavras egoísmo, desunião, individual, lucro, falta. Nem a centralidade das palavras trabalho e produção esclarecem em que direção caminham, uma vez que são múltiplos os desafios e as possibilidades. Expectativas e projetos distintos se confrontam, dialogam, se contaminam”. (idem: 194).

Nesse contexto, o Projeto Lumiar apresentava-se, então, como uma possibilidade de explicitar as expectativas e potencialidades dos assentados, na perspectiva de superação ou dar encaminhamento aos mais variados tipos de limites e dificuldades existentes.

2. Os assentamentos envolvidos pelo Projeto Lumiar na Paraíba

Como já foi assinalado no capítulo anterior, o Projeto Lumiar, a nível nacional, caracterizou-se como um campo de luta, fortemente marcado pelas disputas políticas que ocorriam, no período de sua implantação, em torno do tema da Reforma Agrária. Além disso, os assentamentos viviam uma situação contraditória. Como foi visto no item anterior, na Paraíba, assim como no restante do país, a grande maioria dos assentados tinha uma avaliação positiva sobre a melhoria de suas vidas a partir dos assentamentos, se comparado com a vida anterior, assim como tinham uma expectativa bastante favorável sobre a melhoria de suas condições de vida no futuro. Essa avaliação favorável, entre os assentados, sobre o que estava acontecendo nos assentamentos correspondia, na época, a uma opinião favorável da maioria da população brasileira, medida por institutos de pesquisa e divulgadas pela imprensa, sobre a necessidade da Reforma Agrária e a legitimidade da luta pela terra, implementada, principalmente, pelo MST.

No entanto, as condições objetivas de vida nos assentamentos apresentavam um quadro de muitas deficiências, como pode ser constatado tanto pelo I Censo de Reforma Agrária, como pela pesquisa realizada na Paraíba financiada pelo INCRA local, a pedido da CPT. A expectativa que os assentamentos poderiam garantir uma qualidade de vida mais satisfatória para as famílias assentadas confrontava-se com as

condições precárias dos assentamentos, principalmente em relação à infraestrutura existente ou disponível nessas áreas e em relação aos indicadores sociais, particularmente, os que diziam respeito à saúde e educação da população beneficiada pela Reforma Agrária. A potencialidade produtiva dos assentamentos reduzia-se pela precariedade dessas condições, assim como pela insuficiência ou inadequação das políticas públicas voltadas para esse setor, tanto em relação ao crédito, à comercialização e à assistência técnica, o que era reconhecido pelo próprio governo federal, como foi visto no capítulo anterior.

Foi nesse contexto que a Comissão Estadual do PROCERA/LUMIAR e o setor de assentamentos do INCRA definiram três critérios básicos para escolha dos assentamentos a serem acompanhados pelo Projeto Lumiar.

O primeiro critério, conforme as orientações contidas no documento que definia as diretrizes do Projeto, o Lumiar seria implantado nos assentamentos que expressassem claramente o interesse de receberem assistência técnica por esse Programa, através de assembléias dos assentados de cada assentamento, convocadas para esse fim pelas respectivas associações. Esse critério tinha por finalidade garantir a participação dos assentados em todas as decisões relativas ao Projeto Lumiar, incluindo, de início, a decisão de aceitá-lo ou não. Dos assentamentos consultados pelo INCRA/PB (veja Tabelas 4 a 7) apenas dois, Amarela I e II, no município de Pedras de Fogo, não aceitaram o Projeto Lumiar, optando pela assistência técnica da EMATER/PB. Esses dois assentamentos, ligados à CPT, avaliaram que aceitar o Projeto Lumiar significava aderir à política do governo de Fernando Henrique Cardoso para a Reforma Agrária, a qual era considerada por esses assentados como contrária aos seus interesses. Aceitar o Projeto Lumiar seria legitimar essa política e o próprio governo. Além disso, disseram também estarem satisfeitos com o trabalho desenvolvido nesses assentamentos pelos técnicos da EMATER local. Essa decisão foi aceita pelo INCRA.

Vale assinalar que o I Censo da Reforma Agrária realizado pelo INCRA, em 1996, constatou, na Paraíba, que a opinião dos assentados pesquisados sobre a qualidade da assistência técnica prestada aos assentamentos apresentava a seguinte avaliação: 33,6% dos assentados consideravam boa a assistência técnica prestada; 28,1% consideravam regular; 14,2% precária e 24,1% afirmaram que não recebiam nenhuma assistência técnica. No entanto, no contato com os assentados durante o Projeto Lumiar, foi possível observar que, mesmo aqueles que consideravam boa ou regular a assistência técnica da EMATER, a maioria valorizava, positivamente, a proposta do Lumiar, por

disponibilizar técnicos com tempo integral de trabalho junto aos assentamentos, o que não ocorria com os técnicos da EMATER, os quais prestavam assistência técnica eventual, na grande maioria dos casos.

O segundo critério foi definido pela opção política de garantir a participação, na gestão do Projeto, dos movimentos sociais ligados à luta pela terra, como previsto em suas diretrizes gerais. Como na Paraíba, apenas o MST aceitou sua participação formal nessa gestão, foi garantido a esse Movimento indicar os assentamentos, escolhidos pelo próprio MST, que seriam acompanhados pelo Lumiar. Como pode ser observado pela Tabela 7, o MST indicou seis assentamentos para integrarem o Projeto, que, na época, compunham o conjunto dos assentamentos ligados ao Movimento, no estado.

O terceiro critério adotado foi o de contemplar com a assistência do Projeto Lumiar os assentamentos recém desapropriados, com o objetivo de prover esses assentamentos de um acompanhamento permanente, desde o começo de suas implantações.

“Registre-se que, na Paraíba, houve a decisão dos dirigentes do Incra de concentrar a atuação do Projeto Lumiar nos assentamentos mais novos, o que teve como consequência imediata que estes assentamentos ainda não estavam dotados de infra-estrutura básica”. (Oliveira, 2003: 35).

Sobre esse critério, alguns membros da Equipe de Supervisão argumentaram que deveriam ser escolhidos os assentamentos com infra-estrutura já implantada, pois essa seria uma condição necessária para que a assistência técnica pudesse se efetivar de forma mais consistente. No entanto, prevaleceu o argumento do INCRA de que esses assentamentos já tinham condições mínimas de funcionamento e, portanto, poderiam receber a assistência técnica que a EMATER/PB pudesse oferecer.

Por outro lado, conforme a argumentação dos técnicos do INCRA/PB, os assentamentos novos contemplados com o Projeto Lumiar poderiam resolver as questões de implantação da infra-estrutura como exercício organizativo e de planejamento, visando a superação de problemas ocorridos nos assentamentos mais antigos, onde teria sido freqüente a concentração das decisões, entre algumas poucas famílias, sobre como utilizar os recursos financeiros e físicos disponibilizados pelo INCRA, provocando disputas internas e, algumas vezes, fortes atritos entre os assentados. Os assentamentos novos poderiam, então, com o acompanhamento sistemático das Equipes Técnicas do Projeto Lumiar, experimentar um processo novo de implantação de assentamentos, pela oportunidade de uma participação mais democrática

do conjunto das famílias assentadas nas decisões de interesse coletivo, o que deveria ser garantido por esse acompanhamento.

Esse terceiro critério selecionou a grande maioria dos assentamentos que passaram a ser atendidos pelo Projeto Lumiar na Paraíba, como pode ser visto pela Tabela 2, onde a “idade” do assentamento foi determinada pela data de desapropriação dos assentamentos selecionados.

No entanto, é necessário assinalar que entre a data de desapropriação e a emissão de posse do INCRA sobre o imóvel desapropriado e a criação formal do assentamento, algumas vezes passam vários anos, seja por recursos jurídicos impetrados pelos proprietários de terra contra a desapropriação, seja por impasses burocráticos da própria instituição. No entanto, na maioria dos casos, a data da desapropriação do imóvel representa, para os trabalhadores que reivindicam a terra, um fato que concretiza a existência de um novo assentamento, mesmo que em um primeiro momento ainda não oficializado pelo INCRA.

O ato de desapropriação de um imóvel pelo Governo Federal, na maior parte das vezes, permite a esses trabalhadores se perceberem como membros de uma comunidade rural, a partir daí, livre do assédio do proprietário da terra. No período entre a data de desapropriação e a data em que o INCRA se imite na posse legal do imóvel, a instituição não realiza intervenção oficial na área, a qual fica, portanto, sem qualquer beneficiamento e as famílias, que reivindicam a terra, sem qualquer assistência. Porém, mesmo assim, essas famílias passam a chamar a área de “assentamento” e se apresentam como “famílias assentadas”. Dessa forma, na maioria dos casos, o ato de desapropriação de uma área é um marco forte para a população local se considerar assentada.

Por isso, a data de desapropriação foi considerada, neste trabalho, como a data a partir da qual começa a contar o tempo em que a população de um assentamento se percebe como assentada. Esse tempo, por sua vez, indica a quantidade de experiência acumulada dessa população enquanto tal. Essa experiência, se recente ou antiga, entre outras variáveis, interfere na forma como essa população se percebe e percebe seus limites e possibilidades.

Pela experiência acumulada junto a assentamentos rurais, pelo estudo realizado por Echenique (1998), citado no capítulo anterior, e pela pesquisa realizada em assentamentos paraibanos (Ieno Neto; Bamat, 1998), comentada neste capítulo, assentamentos desapropriados até, aproximadamente, quatro anos, como foi assinalado no capítulo anterior, encontram-se numa situação em que, para os seus assentados,

quase tudo é novidade e, como consequência, a expectativa de uma vida melhor convive com a insegurança sobre o que fazer e como agir. Esses assentamentos priorizam a resolução de seus problemas básicos de infra-estrutura social e produtiva, assim como melhorar seus níveis de organização interna.

Os assentamentos mais antigos, por terem relações estabelecidas com seu entorno e com o mercado regional, possuem, na maioria dos casos, uma experiência organizativa mais consolidada, podendo existir uma ou mais organizações produtivas no interior de cada um deles e uma formulação mais elaborada sobre o que fazer em termos produtivos e sociais.

Conforme os dados da Tabela 2, do total dos 56 assentamentos trabalhados pelo Lumiar na Paraíba, quando do início do Projeto, seja em 1997 ou 1998, 1 assentamento (1,8% dos 56 assentamentos) tinha mais de cinco anos de existência, 5 assentamentos (8,9%) tinham cerca de quatro anos, 3 assentamentos (5,4%) tinham cerca de três anos, 10 assentamentos (17,9%) tinham cerca de dois anos, 32 assentamentos (57,1%) tinham cerca de um ano e 5 (8,9%) menos de um ano de existência como assentamento.

Dos assentamentos que passaram a receber assistência técnica do Projeto Lumiar em 1997, 73,1% tinham entre um a dois anos de existência e dos que iniciaram em 1998, 86,7% tinham um ano ou menos de existência.

Considerando o conjunto de todos os 56 assentamentos, a maioria deles (66,0%) tinha até um ano de existência, quando do início do Projeto, na Paraíba, e 98,2% tinha até quatro anos, o que os qualificavam como “assentamentos novos”, podendo ser enquadrados, dessa forma, dentro das características citadas acima. Ou seja, esses assentados conviviam com o “novo”, com a insegurança e com a forte tensão entre as expectativas de uma vida melhor e as precárias condições existentes nos assentamentos.

Conforme afirma um agricultor, baseado em sua experiência de doze anos como assentado em Camucim, no município de Pitimbu: “*A luta pela Reforma Agrária começa com a luta pela terra. Depois vêm muitas outras lutas*”²³. No entanto, para os recém assentados, depois das inúmeras tensões que passaram antes e durante a luta pela terra, pela expectativa de que ter um pedaço de terra para morar e trabalhar garantiria,

²³ Essa frase foi colhida durante a realização de um grupo focal no assentamento Camucim, como atividade da pesquisa “Qualidade de Vida e Reforma Agrária na Paraíba” (Ieno Neto e Bamat, 1998).

por si só, mais dignidade e tranqüilidade, essa constatação do agricultor de Camucim é uma dura descoberta.

O que se quer destacar aqui é o fato de que o Projeto Lumiar na Paraíba, como Projeto de assistência técnica, trabalhou, na grande maioria dos casos, com assentamentos que tinham suas áreas de terra recém desapropriadas. Portanto, em condições precárias de funcionamento, a maioria deles sem as parcelas demarcadas, sem infra-estrutura instalada e com as famílias assentadas vivendo um período inicial de adaptação a uma nova condição de vida, para a quase totalidade delas, nunca antes vivido.

Portanto, os técnicos do Projeto Lumiar, mais do que prestar assistência técnica, conforme o modelo clássico desse serviço a que estavam acostumados e para o qual foram formados, tiveram que contribuir para a instalação física e organizativa desses assentamentos e tiveram que trabalhar a partir da sensação de instabilidade vivida pelas famílias recém assentadas. Nessas condições, também para esses técnicos a experiência era nova e desafiadora em relação ao papel que desempenhavam e à metodologia e conteúdos a serem trabalhados.

Esse fato contribuiu também para que os técnicos do Projeto intermediassem junto ao INCRA/PB as ações necessárias para a instalação de infra-estrutura básica nos assentamentos, tarefa que caberia aos funcionários do órgão.

Segundo Oliveira (2003), um dos papéis cumpridos pelo Projeto Lumiar foi, *“diante da incapacidade do Incra de dar conta de suas atribuições nos assentamentos, a presença do Projeto Lumiar, naturalmente, fez com seus técnicos complementassem a atuação do Incra, suprindo as lacunas mais evidentes”*. (Oliveira, 2003: 36).

Essa situação, no início do Projeto Lumiar, contribuiu para que os assentados percebessem os técnicos do Lumiar como funcionários do INCRA, cobrando deles a execução de tarefas que eram da alçada do órgão. Essa confusão de responsabilidades produziu muita tensão entre os técnicos do Lumiar, os assentados e funcionários do INCRA/PB. Apenas gradualmente essa indefinição de responsabilidades foi sendo esclarecida, permitindo que as relações entre técnicos e assentados pudessem ser entendidas de acordo com os objetivos do Lumiar.

Além dos assentamentos terem um tempo de existência muito pequeno, quando do início do Lumiar, o tempo de duração do próprio Projeto também foi curto. Como pode ser observado na Tabela 2, dos 56 assentamentos atendidos pelo Lumiar na Paraíba, 26 começaram a receber assistência técnica em maio de 1997 e 30 em outubro

de 1998. Como as atividades do Projeto Lumiar foram encerradas em junho de 2000, por decisão do governo federal, o Projeto trabalhou, de fato, nos 26 primeiros assentamentos, durante três anos e dois meses, e nos demais 30 assentamentos, durante apenas um ano e nove meses.

Assim como o tempo de existência dos assentamentos, o tempo de duração do trabalho de assistência técnica também é uma variável relevante para se poder discutir e avaliar a experiência do Projeto Lumiar. Nesse sentido, um documento publicado pela Diretoria de Assentamento do INCRA nacional, em 1999, intitulado “*Projeto LUMIAR – Avaliação Exploratória – Versão Final*”, reconhece que programas que envolvem desenvolvimento rural dificilmente podem ser avaliados, a curto prazo, a partir, simplesmente, de metas físicas como quantidade produzida e renda auferida. O documento afirma também que os resultados físicos na agricultura, para serem avaliados de forma consistente, demandam um prazo longo.

Na mesma direção, o relatório final da COAGEP sobre suas atividades desenvolvidas no Projeto Lumiar, afirma também:

“O tempo em que se trabalha nos assentamentos é uma variável importante na avaliação do andamento do que se está fazendo. Conforme estudos já realizados e como a própria prática demonstra, os dois primeiros anos de trabalho de desenvolvimento rural junto a populações empobrecidas é um tempo médio para se estabelecer um entendimento mais claro, como uma espécie de ‘contrato de trabalho’, entre técnicos e os grupos populares com quem se está trabalhando. Resultados de ordem mais objetiva depende de como, nesse primeiro tempo, se processa a relação de confiança e de entendimento entre os personagens envolvidos nessas práticas. Uma clara definição de responsabilidades no contexto do trabalho de desenvolvimento comunitário, com estabelecimentos de papéis e tarefas bem definidos, exige um tempo onde tudo isso possa se construir, a partir da própria prática”. (COAGEP, 2000 – grifo do relatório).

O mesmo Relatório afirma que se a perspectiva era a participação e o engajamento responsável dos assentados no processo de desenvolvimento das áreas de Reforma Agrária, como propunha a concepção de assistência técnica definida oficialmente pelo Projeto Lumiar, a construção de propostas concretas de trabalho, com a definição nominal e clara de responsabilidades, exigiu um tempo de construção que foi fundamental para a elaboração e implantação de um plano de ação.

Sobre esse aspecto, o Relatório afirma também:

“No caso da experiência da COAGEP junto ao LUMIAR, é a partir do segundo para o terceiro ano de atuação que se começa a verificar resultados mais objetivos do trabalho de construção realizado durante esse tempo: melhoria da capacidade produtiva dos assentados pela incorporação de uma atitude mais estudada e planejada por parte dos agricultores em relação ao trabalho produtivo; melhoria da capacidade de gestão, pelo acúmulo de reflexão e avaliação das experiências vivenciadas pelos assentados, tanto a nível pessoal, como coletivo. Além disso, é tempo também para os técnicos conseguirem conhecer a realidade, não só do ponto de vista físico, mas principalmente conhecer as dinâmicas e as ‘nuances’ da relação entre a cultura, a vida social e a vida produtiva das comunidades rurais e, a partir daí, conseguir pensar um planejamento de trabalho que dê conta das especificidades de cada uma dessas realidades”. (idem).

O Relatório chama atenção sobre a relevância da variável *tempo de trabalho* nos assentamentos, para que não se espere do trabalho realizado pelo Projeto Lumiar mais do que a própria experiência comprovou como possível. Pelo tempo que o trabalho teve para se viabilizar, o Relatório define que o mais importante era procurar avaliar o *processo* de como a assistência técnica se construiu, nas condições objetivas em que o Projeto Lumiar na Paraíba se deu, como também nas condições particulares de cada assentamento e de cada equipe técnica.

O fato do tempo de experiência acumulada dos assentamentos, enquanto tal, ter sido exíguo, quando da implantação do Lumiar, assim como o tempo de vigência do próprio Projeto, são variáveis que, de fato, marcaram o desenvolvimento da assistência técnica, não só impondo limites, mas também, a partir desses limites, permitiu um intenso e permanente debate entre Equipe de Supervisão, técnicos e assentados sobre o significado, a direção e a metodologia do trabalho realizado.

Nessa mesma direção, um outro autor, que também participou da Equipe de Supervisão do Projeto Lumiar na Paraíba, avalia que a prática de assistência técnica desenvolvida por esse Projeto, *“constituiu-se em algo decisivo na trajetória dos assentamentos”* (Oliveira, 2003: 37). Por isso, a extinção do Lumiar em julho de 2000, por decisão unilateral do INCRA, associado ao fato do Projeto não ter tido sucedâneo, *“produz marcantes alterações na situação dos assentamentos rurais, implicando num retrocesso ainda não inteiramente avaliado”*. (idem: 42).

A pesquisa sobre “Os impactos regionais da reforma agrária” faz uma constatação semelhante:

“A produtividade alcançada pelos assentamentos não pode ser desvinculada do acesso à assistência técnica e do padrão tecnológico adotado pelos assentados. No caso dos assentamentos pesquisados, os dados apontam que assistência técnica só se consolidou com a criação do programa Lumiar... Na maior parte dos projetos em que a assistência técnica estava presente, e com maior regularidade, esta era realizada por técnicos ligados ao Programa Lumiar (cerca de 80% dos casos)”. (Heredia e outros, 2002: 21-22).

3. A abrangência do trabalho das Equipes Técnicas

Sobre a abrangência do trabalho desenvolvido pelas Equipes Técnicas do Lumiar, na Paraíba, um aspecto que merece destaque é o número de famílias e a dimensão do número de hectares envolvidos pelo trabalho de assistência técnica. Como pode ser visto pela Tabela 3, o Projeto envolveu 4.284 famílias e 59.992 hectares de terra, em três mesorregiões do estado: a Zona da Mata, o Brejo e o Sertão.

Na Zona da Mata, o Projeto Lumiar trabalhou em 23 assentamentos (41,1% do total de assentamentos assistidos), envolvendo 2.179 famílias (50,9% do total de famílias assistidas) e 17.771 hectares de terra (29,6% do total das áreas de terra trabalhadas). No Brejo, foram 22 assentamentos (39,3% do total), envolvendo 1.313 famílias (30,6%) e 17.408 hectares (29,0%). No Sertão, foram 11 assentamentos (19,6%), 792 famílias (18,5%) e 24.813 hectares (41,4%).

A Tabela 3 informa também que a média de área de terra por assentamento foi de 773 hectares na Zona da Mata, de 791 hectares no Brejo e de 2.256 hectares no Sertão. A média de número de famílias por assentamento foi de 95 para os assentamentos da Zona da Mata, de 60 famílias no Brejo e 72 famílias para os assentamentos do Sertão.

Esses números, pelo menos para a Zona da Mata e o Sertão, correspondem ao que foi encontrado pela pesquisa sobre os impactos dos assentamentos (Heredia e outros, 2002), uma vez que para a Zona Canavieira do Nordeste (Zona da Mata) essa pesquisa constatou que 60% dos assentamentos têm menos de 2.000 ha e mais de 50 famílias, enquanto, no Sertão cearense, 60% dos PAs têm mais de 2.000 ha e acima de 50 famílias.

A média de área de terra por família assentada foi de 8 hectares, na Zona da Mata; de 13 hectares, no Brejo e de 31 hectares, no Sertão. Esses números também

correspondem ao que foi observado pela pesquisa referida acima, para as mesmas regiões, ou seja, na Zona Canavieira do Nordeste, a média dos lotes para cada família é de 7,8 ha e, no Sertão cearense, é de mais de 30 ha.

Na Zona da Mata e no Brejo, onde há, nos assentamentos, maior densidade demográfica, os dados acima são próximos pelo fato das características físicas, climáticas e históricas dessas mesorregiões serem aproximadamente semelhantes, o que se diferencia sobremaneira no Sertão. No entanto, esses dados já indicam que os desafios para a assistência técnica na Zona da Mata e no Brejo são distintos em relação ao Sertão.

Este fato pode ser melhor visualizado pelos dados da Tabela 4.

Não se trata aqui de fazer uma discussão relacionada à pertinência das razões técnicas e políticas a respeito dos critérios adotados pelo INCRA para definição do tamanho das parcelas de terra destinadas a cada família assentada, assim como para o módulo rural de cada uma das mesorregiões do estado. Esse assunto não chegou a ser problematizado durante o desenvolvimento do Projeto Lumiar na Paraíba, nem pelos técnicos, nem pelos assentados.

O processo de divisão das terras entre as famílias de um mesmo assentamento foi objeto, em alguns casos, de muita polêmica entre os assentados, no entanto, o debate sobre a quantidade de terra disponível para cada família, tanto do ponto de vista agrônomo, como do ponto de vista econômico, não chegou a ser objeto de discussão significativa durante o desenrolar do Projeto Lumiar na Paraíba.

O número de famílias envolvidas na luta pela desapropriação da terra de uma determinada propriedade e a quantidade de hectares desse imóvel constituíam os dois grandes parâmetros para definição do tamanho das parcelas a serem destinadas a cada uma dessas famílias, excetuando-se, em cada assentamento, as áreas destinadas, pela legislação, à preservação ambiental e a área destinada para construção da agrovila. Na grande maioria dos casos, esses eram os parâmetros básicos utilizados para divisão dos lotes de terra para cada família, aceitos pelos assentados, pelas entidades de apoio como a CPT e pelo MST e eram implementados pelo INCRA, desde que essa divisão não confrontasse as normas técnicas do órgão. Estas interpunham variáveis que faziam um refinamento desses dois grandes parâmetros e eram objeto de negociação entre as famílias, a associação do assentamento e os funcionários do INCRA.

Mais uma vez se constata que o INCRA não tinha uma política definida em relação aos assentamentos, indo a reboque das definições feitas pelos assentados e suas

organizações, que, por sua vez, eram definições muito mais conjunturais, conforme o contexto particular de cada assentamento, sem refletir também nenhum projeto político, formulado por essas organizações para a reforma agrária, pelo menos no caso da Paraíba. Este fato, se de um lado, acentuava a autonomia de cada assentamento na escolha de como se organizar para a vida produtiva e social, por outro lado, reforçava a percepção dos assentados de que os problemas vividos explicavam-se, apenas, por fatores internos a cada assentamento. Isto tendia a despolitizar o debate sobre as causas desses problemas, reforçando a idéia (interna e externa aos assentamentos) de que as dificuldades enfrentadas explicavam-se, apenas, pelas relações interpessoais entre os assentados, comprometendo, com isso, a discussão sobre a busca de alternativas para superá-las.

Este foi um dos desafios do Projeto Lumiar no sentido de, ao preservar a autonomia de cada assentamento, criar, ao mesmo tempo, mecanismos de articulação regional entre eles, com o objetivo de alargar o debate sobre os problemas enfrentados e viabilizar articulação política com força suficiente para encontrar apoio à busca de alternativas concretas aos problemas comuns, como, por exemplo, as dificuldades relativas ao acesso às políticas de crédito oferecidas pelo PROCERA e os problemas relacionados à comercialização da produção.

Ou seja, na falta de um projeto político que servisse de horizonte para nortear as ações a serem implementadas pelos assentamentos, uma alternativa possível seria a de que esse projeto pudesse ser construído a partir das reflexões feitas sobre a prática vivida, de baixo para cima. No entanto, essa perspectiva, na Paraíba, não era assumida nem pelo INCRA, nem pelas entidades que organizavam a luta dos assentados, como o MST e a CPT. Nestas entidades, o que prevalecia, como ação prioritária, era a luta pela terra. O MST formulava uma proposta geral de organização coletiva dos assentamentos para a prática produtiva, mas, ao se deparar com a resistência de muitos assentados, essa proposta esgotava-se nos enfrentamentos decorrentes dessa resistência.

Portanto, não seria um projeto governamental isolado, como o Lumiar, que deveria assumir a responsabilidade de construir um projeto político para a Reforma Agrária no estado. No entanto, a reflexão sobre sua experiência poderá contribuir nessa direção, desde que o Estado ou as organizações dos trabalhadores tenham esse interesse.

No caso do Projeto Lumiar na Paraíba, a falta de uma política clara para os assentamentos aparece, por exemplo, na definição dos critérios para escolha dos

assentamentos a serem assistidos pelo Projeto. Os três critérios utilizados e já descritos, indicavam uma preocupação com a participação dos assentados nessa escolha, mas não apontavam nenhuma concepção de política de desenvolvimento para os assentamentos. Da mesma forma, a definição dos números de famílias e de hectares de terra a serem acompanhados pelas Equipes Técnicas do Projeto baseou-se numa definição numérica abstrata, nem mesmo sustentada por uma explicação “técnica”: média de 350 famílias assistidas por Equipe. Por isso, os dados da Tabela 3 sobre a média da área de cada assentamento e das parcelas de cada família, assim como os dados da Tabela 4 sobre a média do número de famílias e de hectares assistidos por cada Equipe Técnica do Lumiar, tanto para os técnicos da área agrônômica, como da área social, caracterizam um aspecto importante dos assentamentos assistidos pelo Projeto na Paraíba, mas sobre o próprio Lumiar, apenas dimensionam o volume de trabalho destinado às Equipes e da diferença entre elas nesse sentido.

Pelas Tabelas 4 e 5, é possível verificar que os seis assentamentos acompanhados pelo MST envolviam 611 famílias e 4.527 hectares de terra. Pela Tabela 5, verifica-se que duas equipes técnicas do Projeto Lumiar, formada, cada uma, por um agrônomo, um pedagogo(a) e dois técnicos agrícolas, todos ligados ao MST, passaram a prestar assistência técnica a essas famílias a partir de maio de 1997. Uma das equipes deveria acompanhar os assentamentos do município de Pitimbu, envolvendo 197 famílias em 1.418 hectares de terra. A outra equipe acompanharia os assentamentos do município de Cruz do Espírito Santo, envolvendo 414 famílias em 3.109 hectares.

No entanto, pela diferença de número de famílias e de área de terra sob a responsabilidade de cada uma das equipes, o MST, em conjunto com a Equipe de Supervisão do Projeto Lumiar, decidiu que as duas equipes trabalhariam de forma integrada, responsabilizando-se pela assistência técnica ao conjunto dos seis assentamentos. Portanto, como pode ser visto pela Tabela 4, cada um dos seis técnicos da área agrônômica (dois agrônomos e quatro técnicos agrícolas) deveria acompanhar, em média, 101 famílias em 754 hectares. Cada um dos dois técnicos da área social deveria acompanhar, em média, cerca de 305 famílias em 2.263 hectares. Esses dados apenas indicam o volume de trabalho a que as equipes técnicas estavam submetidas, o que justificava, ainda mais, o trabalho conjunto das duas equipes.

Em relação aos seis assentamentos acompanhados pelas equipes técnicas do Lumiar vinculadas ao MST, como pode ser visto na Tabela 5, mesmo que todos eles pertenciam à mesorregião da Zona da Mata, três deles estavam situados no município de

Pitimbu, localizado na micro-região do Litoral Sul do estado e três no município de Cruz do Espírito Santo, na micro-região da Várzea.

Todos esses assentamentos localizavam-se em áreas dominadas pela monocultura da cana-de-açúcar, pertencente a grandes usinas de açúcar e destilaria de álcool e onde a luta pela terra vinha se desenvolvendo desde 1974, contando, até meados da década de 1980, com o apoio exclusivo da Igreja Católica, inicialmente através da Pastoral Rural e, posteriormente, pela CPT. A partir da segunda metade da década de 80, o MST passa a acompanhar, nessas duas regiões, as lutas de resistência contra a expulsão da terra e a organizar trabalhadores sem terra para ocupar propriedades improdutivas, as quais, por outro lado, interessavam às Usinas de açúcar que, com o apoio e incentivos do PROÁLCOOL, pretendiam expandir a plantação da cana.

Portanto, o surgimento desses assentamentos foi decorrência da luta de moradores das respectivas propriedades rurais contra a expulsão da terra por seus donos e pelas usinas dessas regiões, assim como pela ocupação dessas propriedades por trabalhadores sem terra. Moradores e trabalhadores sem terra, organizados pelo MST, de forma conjunta, conseguiram a desapropriação das terras e tornaram-se assentados. Contudo, as histórias anteriores de cada um desses dois grupos, por ensejarem experiências distintas, faziam com que possuíssem conhecimento, habilidades e expectativas diferenciadas. Conviver e lidar com essas diferenças foram desafios permanentes para esses assentados durante todo o Projeto Lumiar, desafios comuns a vários outros assentamentos, além desses.

A pesquisa sobre os impactos regionais da reforma agrária, realizada em várias regiões do país, constatou que a maioria dos assentamentos pesquisados resultou de “ocupações de terra” (63%) e de “resistência na terra” (29%). Na região da Zona Canavieira do Nordeste, essa mesma pesquisa verificou que *“boa parte das ocupações (11 dos 19 casos) esteve combinada com outras formas de luta, como a antiga resistência de moradores ou de pequenos parceiros e arrendatários contra a sua expulsão das terras de engenhos e fazendas, e as mais recentes reivindicações de trabalhadores de usinas falidas de terem suas indenizações trabalhistas pagas em terra. A utilização das ocupações como um dos instrumentos dessa luta generalizou-se nos anos 90, abrindo também a possibilidade de incorporar ex-trabalhadores da cana e desempregados vivendo nas pequenas cidades da região”*. (Heredia e outros, 2002: 6). Na Paraíba, processo semelhante ocorreu nas regiões da Zona da Mata e do Brejo.

Como pode ser visto pela Tabela 4 e pela Tabela 9, os 50 assentamentos trabalhados pela COAGEP estavam distribuídos por 26 municípios, em três mesorregiões do estado, envolvendo 3.673 famílias em 55.465 hectares de terra. Pela Tabela 4, é possível verificar que a amplitude do trabalho de cada uma das equipes técnicas da COAGEP variou entre 237 famílias a 406 famílias acompanhadas e entre 1.940 hectares de terra a 10.953 hectares.

Pela Tabela 4, observa-se também que, em média, coube a cada um dos 36 técnicos da área agrônômica, que compunham as doze equipes técnicas da COAGEP, acompanhar cerca de 102 famílias e 1.540 hectares de terra. Em relação à média do número de famílias acompanhadas por cada técnico da área agrônômica, vinculado a COAGEP, a variação foi entre 79 famílias a 135 famílias acompanhadas e entre 646 hectares a 3.651 hectares de terra. Para cada técnico da área social, coube acompanhar, em média, 306 famílias e 4.622 hectares de terra, sendo que a amplitude do número de famílias acompanhadas por cada um desses técnicos variou entre 237 a 406 famílias e em relação à área de abrangência do trabalho social, variou entre 1.940 a 10.953 hectares.

Esses dados indicam a variedade de situações de trabalho entre as Equipes Técnicas, particularmente as da COAGEP. Em relação ao número de famílias assistidas pelas equipes da COAGEP, essa variação não foi significativa, uma vez que houve uma variação de apenas 1,7 vezes entre o número menor de famílias acompanhadas (237) e o maior número de famílias acompanhadas (406). Todavia, em relação à área de terra assistida, essa variação chegou a 5,6 vezes entre a menor área (1.940 hectares) e a maior (10.953 hectares). Comparando-se esses dados com os dados das Tabelas 6 a 8, é possível verificar que as maiores diferenças ocorriam entre os assentamentos da Zona da Mata e Brejo em relação aos assentamentos do Sertão.

No entanto, essas diferenças não tiveram, durante o desenvolvimento do Projeto Lumiar, nenhuma atenção no sentido de avaliar a necessidade de organizar o trabalho das Equipes e a distribuição de encargos entre elas, de forma diferenciada, conforme as peculiaridades de cada região. Ao contrário, o mesmo critério quantitativo de números de famílias assistidas, cerca de 300 famílias por equipe, foi utilizado pelo INCRA, independentemente das características de cada região. Da mesma forma, utilizavam-se os mesmos critérios de avaliação de desempenho das equipes, faziam-se as mesmas exigências e utilizavam-se os mesmos critérios para financiamento do trabalho.

Os números da Tabela 4, como já foi assinalado, são apenas indicativos tanto do volume de trabalho destinados às equipes técnicas, como das diferenças de situações a serem trabalhadas. Vale assinalar que cada equipe técnica trabalhava, em média, com cerca de quatro assentamentos diferentes, variando de três a sete assentamentos, envolvendo áreas descontínuas e distintas do ponto de vista agrônomo, exigindo atenção para as características, potencialidades e dinâmicas diferentes de cada assentamento trabalhado, além de exigir um tempo considerável de deslocamento para que o técnico pudesse fazer o levantamento e acompanhamento das várias particularidades existentes.

Era nesse contexto que os técnicos da área agrônoma desenvolviam suas tarefas mais freqüentes: acompanhar e assessorar as experiências organizativas e de gestão da vida produtiva dos assentamentos, intermediar junto ao INCRA e a outros órgãos públicos as demandas dos assentados, assessorar os assentamentos na utilização dos créditos de moradia, fazer os levantamentos do tipo e condições do solo, condições climáticas, lavouras implantadas, tecnologia utilizada, problemas enfrentados, rendimento obtido, alternativas possíveis à produção e comercialização, orientar os assentados em suas decisões individuais e coletivas sobre seus projetos de financiamento, seja de custeio ou de investimento, elaborar em conjunto com os assentados os planos de desenvolvimento de cada assentamento, além das tarefas e obrigações com a COAGEP ou MST, com a Equipe de Supervisão e com o INCRA.

Da mesma forma, as 306 famílias, em média, a que cada técnico da área social tinha que acompanhar indica o volume desse trabalho. A quantidade de hectares, em média de 4.285, apresentada na Tabela 4 como destinadas ao acompanhamento dos técnicos da área social serve apenas para indicar a extensão da área de trabalho, já que, muitas vezes, esses técnicos tinham que ter acesso aos assentados e suas famílias durante o dia, enquanto trabalhavam em seus roçados. Além do fato de que nem todos os assentamentos possuíam agrovilas construídas ou nem todos os assentados residiam durante a semana nas agrovilas, preferindo morar ou passar a semana em suas parcelas de terra. Nesses casos, os técnicos da área social tinham que se deslocar pelo interior dos assentamentos para ter contato com os assentados.

Além disso, o fato dos técnicos da área social acompanharem o trabalho relacionado à organização e gestão coletiva dos assentamentos e que tinham como eixo a produção, lhes colocava a necessidade de estarem inteirados do que ocorria nesse campo, pois essa temática também estava presente nas reuniões e visitas que faziam às

mulheres e aos jovens. Portanto, ir aos roçados dos assentados era condição para que os técnicos da área social pudessem ter informações sobre o que de fundamental ocorria nos assentamentos. Por isso, a área de terra onde os assentados, acompanhados por cada técnico da área social, viviam e trabalhavam era uma referência sobre as condições e a extensão do trabalho desenvolvido por esses técnicos.

Além disso, desenvolviam trabalho de acompanhamento do que ocorria nas escolas dos assentamentos e na área da saúde, o que exigia a intermediação entre as organizações dos assentados e órgãos públicos municipais e estaduais responsáveis pelas políticas públicas nesse âmbito. Acompanhavam e orientavam, também, os assentados em relação aos seus direitos previdenciários. Como os técnicos da área agrônômica, tinham que atender as demandas institucionais do Projeto Lumiar.

O volume e diversidade de trabalho dos técnicos servem de indicativo do volume e diversidade de questões e desafios a que os assentados estavam submetidos, pois, se para os técnicos eram questões ligadas ao desempenho profissional e, para alguns, ao compromisso político com a Reforma Agrária, para os assentados diziam respeito as suas vidas como um todo e em todas as horas.

Os dados das Tabelas 6 a 8 referem-se aos assentamentos acompanhados e assistidos pelas Equipes Técnicas da COAGEP. A Tabela 6 refere-se aos 17 assentamentos da região da Zona da Mata acompanhados por 5 Equipes dessa entidade, envolvendo 20 técnicos, sendo 15 da área agrônômica (3 agrônomos, 2 zootecnistas e 10 técnicos agrícolas de nível médio) e 5 da área social (2 psicólogas, 1 assistente social, 1 pedagoga e 1 historiadora). Esses assentamentos envolviam 1.568 famílias em 13.244 hectares de terra, distribuídos em 7 municípios diferentes da região. Desses assentamentos, em 14 deles o Projeto Lumiar iniciou seus trabalhos em maio de 1997 e, em 3 deles, em outubro de 1998.

Da mesma forma que os assentamentos acompanhados pelo MST, todos os assentamentos acompanhados pela COAGEP, na Zona da Mata, situavam-se em regiões onde a monocultura da cana-de-açúcar predominou, pelo menos durante as décadas de 70 e 80, conforme foi comentado no Capítulo 2. Por esse fato, todos os assentamentos relacionados na Tabela 6 incorporam, com porcentagens diferentes, antigos moradores do imóvel desapropriado e trabalhadores sem terra da região. A única exceção é o assentamento Campo de Sementes e Mudas, no município de Cruz do Espírito Santo, onde os assentados são antigas famílias de funcionários do Ministério da Agricultura e que residiam e continuavam trabalhando nesse imóvel, como agricultores familiares,

depois que o governo federal desativou um campo de experimentação agrícola existente no local. Essa área foi transformada em assentamento, com a regularização, por parte do INCRA, das áreas de terra em que as famílias já vinham trabalhando por conta própria. Mesmo assim, muitas dessas famílias tinham pessoas que trabalhavam como assalariados nas usinas de açúcar da região, seja no trabalho de campo ou em outras funções.

Com exceção do assentamento Campo de Sementes e Mudas, todos os demais contavam com o apoio e acompanhamento por parte da CPT, principalmente no período de luta pela terra, antes da criação dos assentamentos. As histórias dos conflitos de terra que deram origem à maioria desses assentamentos pode ser consultada no volume I do livro *“Por um pedaço de chão”*, elaborado pela Professora Emília Moreira da UFPB. (Moreira, 1997).

A Tabela 7 resume dados de 22 assentamentos da região do Brejo paraibano acompanhados por 4 equipes da COAGEP, envolvendo 16 técnicos, sendo 12 da área agrônômica (4 agrônomos e 8 técnicos agropecuários de nível médio) e 4 da área social (1 técnico de nível superior em cooperativismo, 1 filósofo, 1 assistente social e 1 socióloga). Esses assentamentos situam-se em 10 diferentes municípios da região, incorporando 17.408 hectares de terra e 1.313 famílias. Em 6 desses assentamentos, o Lumiar iniciou o trabalho em maio de 1997, e em 16 deles, em outubro de 1998.

As propriedades desapropriadas e que deram origem a esses assentamentos na região do Brejo paraibano desenvolviam atividades produtivas ligadas à produção canavieira e à pecuária. A falência da Usina Santa Maria, com sede no município de Areia e proprietária de extensa área de terra na região, resultado da crise do setor açucareiro comentada no Capítulo 2, propiciou as condições políticas para o avanço da organização dos trabalhadores rurais e moradores dos engenhos e fazendas da região, na luta pelas terras desses imóveis. Essa luta foi apoiada e assessorada pela CPT e pastorais sociais da Diocese de Guarabira, por Sindicatos de Trabalhadores Rurais de alguns municípios da região e pelo SEDUP (Serviço de Educação Popular), uma ONG local, com sede na cidade de Guarabira.

Da mesma forma que os assentamentos da Zona da Mata, os assentamentos da região do Brejo incorporaram, tanto antigos moradores das áreas desapropriadas, como trabalhadores rurais sem terra, antigos assalariados da Usina Santa Maria, de engenhos e fazendas da região. A luta dos moradores contra a expulsão das terras onde moravam e trabalhavam como agricultores familiares – na condição de foreiros,

meeiros, ou moradores de condição – e a luta por terra por parte dos assalariados que buscavam alternativas à falta de emprego, confluíram numa mesma luta pela desapropriação de terras, no entanto, cada uma delas mobilizava trabalhadores com experiências e histórias distintas. Este fato, como na região da Zona da Mata, vai agrupar nos assentamentos pessoas e famílias com saberes e perspectivas distintas entre si, o que produzirá formas de agir diferenciadas em relação à condição de assentados. Portanto, o processo de assistência técnica teve de conviver e criar formas de trabalho considerando essa diversidade.²⁴

A Tabela 8 apresenta dados dos 11 assentamentos do Sertão paraibano acompanhados por 3 Equipes Técnicas da COAGEP, formadas por 12 técnicos, sendo 9 da área agrônômica (3 agrônomos e 6 técnicos agropecuários de nível médio) e 3 da área social (2 psicólogos e 1 assistente social). Esses assentamentos estavam distribuídos por 9 municípios diferentes da região e correspondiam a 24.813 hectares de terra onde estavam assentadas 792 famílias. Em todos esses assentamentos do Sertão, o Projeto Lumiar iniciou seu trabalho em outubro de 1998.

Todos esses assentamentos eram acompanhados pela CPT do Sertão. A maioria dos conflitos de terra no Sertão origina-se em função de dois recursos naturais fundamentais para a sobrevivência na região semi-árida: a água e a terra.

“Sabe-se que, no semi-árido, aliada à questão da terra, está a questão da água. Sujeita a estiagens prolongadas, a região torna penosa a vida dos pequenos agricultores que não têm acesso às áreas de barragem, seja para plantar nos trechos de vazante, seja para pescar, seja para se abastecer. Este tem sido um dos motivos para a multiplicação das ocupações das terras secas em torno dos açudes, por pequenos produtores sem-terra ou por pescadores sertanejos”. (Moreira, 1997: 869).

No Sertão, a luta pela democratização do acesso à terra e à água caracterizou, na maioria dos casos, a motivação básica das organizações de pequenos produtores sem-terra, antigos meeiros ou moradores, expulsos das propriedades pela expansão da pecuária ou por verem inviabilizada a possibilidade de sobrevivência na terra pela aridez do clima e pela falta de acesso à água dos açudes existentes na região.

²⁴ Sobre as principais características de quatro assentamentos acompanhados pelo Projeto Lumiar na Região do Brejo paraibano (Chã do Bálsamo, Imbiras, Sapé de Alagoa Grande e Caiana) e o trabalho de assistência técnica realizado, ver OLIVEIRA (2003).

Portanto, no Sertão, a existência dos assentamentos só tem sentido para os agricultores familiares se a conquista da terra estiver condicionada a conquista ao acesso à água. A relação entre esses dois elementos caracterizou o trabalho de assistência técnica nesses assentamentos, como condição prévia para se poder discutir as alternativas de produção agropecuária que poderiam viabilizar os projetos para os créditos de custeio, de investimento e os Planos de Desenvolvimento dos assentamentos.

Um outro aspecto que se destaca nos assentamentos do Sertão, e que já foi assinalado, é o tamanho médio das áreas dos lotes de terra para cada família, em torno de 31 hectares, sendo quase quatro vezes mais do tamanho médio dos lotes por família na Zona da Mata e quase 2,5 vezes maior do que no Brejo (Tabela 3). Além disso, a média de área de terra a ser acompanhada por cada técnico da área agrônômica, no Sertão, variou entre 2.264 a 3.651 hectares, quando na Zona da Mata esses valores variaram entre 646 a 1.252 hectares e no Brejo entre 1.091 a 1.969 hectares (Tabela 4). Diferenças significativas, nesse aspecto, também podem ser observadas entre os técnicos da área social que trabalharam nessa região, ao se comparar com o tamanho das áreas acompanhadas pelos técnicos da área social nas outras duas regiões. A relação dos técnicos do Projeto Lumiar com os assentados do Sertão ficou comprometida por essas condições de trabalho, uma vez que a distribuição dos assentamentos por cada Equipe Técnica, nessa região, obedeceu ao mesmo critério das outras áreas, ou seja, o número de famílias a serem acompanhadas, independentemente do tamanho das áreas de terra de cada assentamento e das parcelas de cada família.

A Tabela 9 sintetiza os dados das Tabelas 6 a 8, apresentando-os por prestadora de serviço, por mesorregião e no total do Projeto Lumiar na Paraíba.

4. Os custos financeiros do Projeto Lumiar na Paraíba

Conforme Oliveira (1997), a previsão orçamentária inicial do INCRA para o Projeto Lumiar, a nível nacional, baseava-se em um custo mensal de R\$ 21,00 por família atendida pelo Projeto. No entanto, conforme estudos feitos por esse autor, baseado nos custos reais do Projeto Lumiar no Rio Grande do Norte, durante 1997, esse valor deveria ser de R\$ 30,17. A diferença entre o orçamento disponibilizado pelo governo federal, através do INCRA, e o custo real do Projeto, no caso estudado, foi

coberto por financiamentos conseguidos por outros programas oficiais e pela prestadora de serviço local, através do valor que recebia como taxa de administração.

Segundo Echenique (1998), em 1997, o orçamento para o Projeto Lumiar, a nível nacional, foi de R\$ 21,5 milhões. No final desse ano, em todo o país, segundo dados do INCRA, conforme esse autor, estavam sendo atendidos 684 assentamentos, envolvendo 68.017 famílias, e 826 técnicos tinham sido contratados. Portanto, no ano de 1997, o custo anual do Projeto Lumiar, por família atendida, foi de R\$ 316,10 e o custo mensal, por família, foi de R\$ 26,34.

Na Paraíba, a COAGEP recebia, a partir de outubro de 1998, através do Banco do Nordeste, uma fatura mensal referente aos recursos financeiros para custear todas as despesas previstas com o Projeto Lumiar, como prestadora de serviço contratada pelo INCRA, no valor de R\$ 74.423,72, excetuando-se as despesas com remuneração da Equipe de Supervisão, que era paga por outro mecanismo bancário, através de convênio entre INCRA e a Universidade de Brasília. Esse valor correspondia a um custo médio mensal por família, dos assentamentos acompanhados pelo Projeto Lumiar na Paraíba, de R\$ 20,27, sendo que em relação aos 06 assentamentos acompanhados pela COOPERVIDA (MST), este custo tinha o valor de R\$ 20,30 e em relação aos 50 assentamentos acompanhados pela COAGEP o custo médio por família era de R\$ 20,26.

A remuneração mensal das prestadoras de serviço ao Projeto Lumiar incluía os seguintes itens de despesas e seus respectivos valores:

A) Salários: técnicos de nível médioR\$ 660,00 X 2 técnicos/equipe R\$ 1.320,00
técnicos de nível superior R\$ 990,00 X 2 técnicos/equipe R\$ 1.980,00

B)Encargos: 57,1% sobre o valor de A, sendo:

- Imposto de renda 1,5%
- Seguro contra acidentes 3,0%
- Capitalização 3,0%
- Fundo de amparo ao cooperante.... 8,0%
- Fundo anual de descanso (férias) .. 8,3%
- Gratificação anual (13º salário) 8,3%
- INSS 15,0%
- Taxa de administração 10,0%
- Total/Equipe Técnica..... R\$ 1.884,30

- C) Manutenção de veículo p/equipe: R\$ 200,00
- D) Valor variável conforme quilometragem percorrida por cada equipe:
Valor médio, considerando as 14 equipes do Projeto Lumiar na PB R\$ 612,08
- E) ISS: 5% sobre a soma dos itens A, C e D – valor médio/equipe R\$ 205,60
- F) Total médio por Equipe Técnica R\$ 6.201,98

No caso da COAGEP, além dos recursos referentes aos salários, os demais recursos, com exceção dos impostos e da taxa de administração, eram repassados mensalmente aos técnicos. Os recursos destinados ao transporte eram administrados por cada equipe: algumas equipes, com os recursos mensais do Projeto para o transporte, e com recursos próprios, compraram um veículo para uso comum da equipe; outras utilizavam esses recursos para pagar aluguel de um veículo, táxi, moto-táxi ou ônibus. Em relação a COOPERVIDA, excetuando-se os salários, os demais recursos do Lumiar eram administrados pela Coordenação Estadual do MST.

Como já foi assinalado, os recursos financeiros do Projeto Lumiar não eram suficientes para cobrir todas as despesas operacionais da assistência técnica. O que as Equipes Técnicas mais reclamavam era em relação às despesas com transporte, uma vez que o cálculo foi feito pelo INCRA, no início do Projeto, em 1997, e esses valores permaneceram até o encerramento do Projeto em 2000, sem levar em consideração o aumento do preço da gasolina, da manutenção dos veículos e dos transportes de um modo geral. A falta de recursos, tanto para o transporte das equipes técnicas, como para treinamento e capacitação dos técnicos, assim como para atividades próprias da assistência técnica, como encontros entre assentamentos, viagens e estágios dos assentados, análise de solo, aquisição de material e equipamentos necessários à elaboração de projetos para os assentamentos, entre outras, eram financiadas pelas prestadoras de serviço, através dos recursos destinados à taxa de administração. O INCRA local, para atividades de caráter coletivo entre os assentamentos, fornecia, em algumas oportunidades, transporte, material e equipamentos disponíveis no órgão, alimentação e estadia. O INCRA local também intermediou junto ao SINE/PB recursos do FAT para cursos de capacitação para os assentados que eram, parte deles, planejados e executados pelos técnicos do Lumiar e outra parte por técnicos do INCRA, da EMATER, do SENAR, das universidades paraibanas e de ONGs, entre outras instituições.

5. O Projeto Lumiar na Paraíba: o confronto entre lógicas distintas

Depois da mudança do Superintendente local do INCRA, em meados de 1998, estabeleceu-se, de forma mais evidente, um confronto entre os técnicos do Lumiar e a Equipe de Supervisão estadual do Projeto de um lado e, de outro, a Diretoria do órgão, a qual exigia “resultados objetivos” do Lumiar²⁵, principalmente a elaboração dos Planos de Desenvolvimento de todos os assentamentos acompanhados pelo Projeto, o que intensificou o debate sobre a relação entre resultados obtidos, processos em experimentação e o tempo necessário para uma coisa e outra.

A ênfase da Equipe de Supervisão estadual do Lumiar e das equipes técnicas sempre foi o processo de experimentação dos assentados, considerando-se que esse processo avançava a partir da discussão e avaliação permanente que se fazia sobre os mais variados tipos de dificuldades, de propostas e de comportamentos produzidos pelos assentados, em cada assentamento trabalhado. A centralidade do tema da produção permeava direta ou indiretamente a grande maioria dos temas e situações trabalhadas. Os resultados relacionados ao aumento da capacidade organizativa, de planejamento e de gestão dos assentados eram considerados condições necessárias e fundamentais para se poder chegar a resultados produtivos mais significativos, mas, mesmo assim, dependendo das prioridades estabelecidas por cada assentado, ou por sub-grupos deles, sobre o que e como produzir. O tempo necessário para se conseguir esses resultados produtivos seria determinado pelos próprios assentados, dependendo da dinâmica social produzida pelas singularidades internas de cada assentamento e família, assim como pela relação deles com as condições oferecidas pelo entorno e pelas políticas públicas disponibilizadas.

Essa concepção se sustentava, entre outras contribuições, por publicações do Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA), que referendavam a ênfase na participação da população nos projetos de desenvolvimento rural e nos processos de gestão coletiva do desenvolvimento, sugerindo que, nesses processos, o essencial nem sempre é visível e quantificável.

O confronto a essa concepção, feita, principalmente, pela direção local do INCRA, sustentava-se, entre outras contribuições, em publicações do Programa INCRA/PNUD de Capacitação em Apoio à Reforma Agrária, baseado no Sistema ITOG

²⁵ Sobre esse assunto veja OLIVEIRA (2003), página 32.

de desenvolvimento empresarial, que definia a renda do pequeno produtor como a meta focal e definidora de qualquer atividade avaliativa de projetos educativos, planos de desenvolvimento e projetos de investimento agrícola.

Uma das cartilhas desse Programa de Capacitação, intitulada “*Renda/Meta Focal – Objetividade dos planos de desenvolvimento*”, publicada em 1996, afirma em sua Introdução:

“Os planos de desenvolvimento e os projetos de investimento agrícola dão, em geral, importância aos aspectos técnicos e tecnológicos, deixando de enfatizar que as estratégias neles mencionadas se destinam à obtenção de renda. O objetivo renda quase sempre vem expresso de maneira vaga: melhoria da renda e da qualidade de vida dos produtores rurais. (...)”

“No campo da educação e da capacitação os desvios são por vezes mais marcantes, conduzindo o agricultor a examinar aspectos ideológicos e a enfatizar as conquistas sociais e políticas, construindo organizações e empresas inadequadas à sua atividade econômica”.

No item “*Renda, indicador básico de riqueza*” a apostila afirma:

“É importante e necessário estabelecer como meta focal a renda quantificada para propiciar um indicador básico de riqueza, ampla e democraticamente conhecido, acompanhado e avaliado por todos os atores institucionais e sociais comprometidos, a começar pelo produtor.”

Dentro do contexto econômico agrícola, se a meta focal de renda individual ou familiar, estabelecida e quantificada pela expectativa do produtor, for alcançada, os investimentos financeiros, a tecnologia, o trabalho, a organização, o custo da gerência e outras atividades foram eficazes”.

O que não se respondia com esse critério de avaliação, pelo menos no caso da Paraíba, era quais são as condições necessárias para a melhoria de renda, tanto interna aos assentamentos, como em seu entorno, das políticas públicas, do tempo, do ritmo e dos processos necessários para que a melhoria de renda seja uma consequência. Além disso, muitos assentados, pelo menos em um primeiro momento, priorizavam outros aspectos da vida no assentamento como mais importantes, ou mais urgentes, como, por exemplo, o exercício da liberdade nunca antes experimentada, a reconstrução da solidariedade e da “*união*” interna, abalada pelas diferenças no interior do grupo sobre o que fazer com a terra e com a nova condição de assentado.

Por outro lado, um documento da Diretoria de Assentamentos também do INCRA nacional, intitulado “*Projeto Lumiar – Avaliação Exploratória – Versão Final*”, de 1999, afirma:

“... principalmente para as regiões Norte e Nordeste, a ênfase dada à renda muitas vezes destoa das percepções dos assentados, mais voltadas para a subsistência. Tentar estabelecer estratégias de investimentos para alcançar determinadas rendas, às vezes, artificializa bastante o planejamento em face das perspectivas dos assentados – o que não deixa de contribuir como instrumento pedagógico de reflexão para os mesmos”. (INCRA, 1999: 22).

O confronto entre concepções distintas perpassava o INCRA nacional e o local, os técnicos e os assentados e a relação que estabeleciam entre si. Também na Paraíba, o Projeto Lumiar tornou-se um campo de disputa entre concepções e expectativas divergentes.

Na Paraíba, o problema não era quantificar com os assentados uma renda familiar considerada satisfatória por eles, que, quando foi pesquisada durante o desenvolvimento do Projeto CONTACAP²⁶, em 1995, girava, na média, em torno de R\$ 700,00 (Ieno Neto e Bamat, 1998: 23). O problema é que esse número tornava-se artificial frente às dificuldades dos assentamentos novos conseguirem estabelecer, a partir da participação das famílias assentadas, condições mínimas para planejarem suas atividades por conta da instabilidade reinante nessas áreas. Como será visto no capítulo seguinte, o próprio planejamento do que produzir para o ano seguinte, necessário para formalizar os projetos de custeio de cada família, mudava a cada semana, por iniciativa de muitas dessas famílias. Planejar, mesmo que apenas para um ano à frente, era algo difícil para muitos assentados.

Porém, mais do que os resultados produtivos a curto prazo, fazer o planejamento para os projetos de custeio tinha um valor pedagógico importante, como exercício e desafio para se discutir o que se queria com a terra e como exercício de se pensar a sobrevivência familiar para além do aqui e agora, que era a lógica a que a maioria dos assentados estava acostumada. Era, fundamentalmente, um processo de

²⁶ O Projeto CONTACAP (Conta Cooperativa de Capacitação) foi criado pelo Programa de Apoio à Gestão das Organizações de Pequenos Produtores Rurais, através de convênio entre o, então, Ministério da Agricultura e Reforma Agrária (MAARA), INCRA e Banco do Nordeste. Atuou nos estados do Nordeste durante 1994 e 1995, apoiando a gestão das organizações dos assentados, através do trabalho de um total de 24 equipes técnicas, acompanhando cerca de 7.200 famílias assentadas (Oliveira, 1997). A experiência da CONTACAP serviu como uma das referências para a criação do Projeto Lumiar, conforme o documento sobre as diretrizes gerais deste último.

alargamento de expectativas e de possibilidades, a partir do que os próprios assentados conseguiram elaborar para si próprios. O tempo necessário para que esse processo pudesse fluir não tinha condições de ser determinado por um planejamento externo aos assentamentos, baseado apenas na racionalidade técnica, burocrática, ou de interesse político de qualquer instituição pública, entidade ou movimento social.

A lógica da unidade familiar²⁷, seja por causa das precárias condições de vida existentes, particularmente no início dos assentamentos, que exigiam respostas de curto prazo, ou pela expectativa de parte dos assentados de reproduzir o modo de vida camponês, confrontava-se com a lógica do planejamento racional da produção que requeria uma capacidade de abstração dos assentados em função da projeção de resultados a serem obtidos em mais longo prazo e de variáveis de mercado a que a maioria dos assentados não estava acostumada a considerar, variáveis que iam além da presença física dos atravessadores locais, com quem os assentados estavam habituados a negociar a produção ou parte dela. Essas lógicas distintas – que pensavam o que, como e para quem produzir de formas diferenciadas – confrontavam-se não só entre os funcionários do INCRA e técnicos do Lumiar com parte dos assentados, mas também entre os assentados que tinham expectativas diferenciadas sobre a nova condição de vida.

Nesse campo de disputa, quantificar uma renda determinada, como meta focal que passaria a orientar e avaliar as atividades produtivas dos assentados e subsidiar seus planos de desenvolvimento, tornava-se não só um exercício formal e retórico para muitos deles, mas se apresentava como um critério de avaliação do desempenho produtivo dos assentamentos que se contrapunha às expectativas de muitos deles.

Nessas condições, a opção dos técnicos foi continuar investindo na ampliação da capacidade de planejamento dos assentados, a partir das condições objetivas que enfrentavam e das expectativas que formulavam. A renda, ou a melhoria da capacidade de consumo da família, era, sem dúvida, uma dessas expectativas. Porém, ela se traduzia, para a maioria dos assentados que a formulava, em maior quantidade produzida de produtos que pudessem ser consumidos pela família ou comercializados,

²⁷ Segundo James C. Scott (1976), a lógica da unidade familiar camponesa pode ser compreendida através do conceito de “*Economia Moral*” que compreende uma ética da subsistência que consiste em orientar a vida produtiva evitando riscos que comprometam a subsistência. Uma apresentação e discussão sobre esse conceito encontra-se em Menezes (2005).

em relação aos quais eles já tivessem conhecimento prático adquirido. Este, sim, era considerado, por esses assentados, um desafio concreto e passível de planejamento (veja Capítulo 5).

Como desdobramento desse campo de disputa, um outro confronto se produziu, sobre o tempo e o ritmo do trabalho da assistência técnica.

A direção do INCRA local exigia que os planos de desenvolvimento dos assentamentos fossem feitos, mesmo que elaborados pelos técnicos, sem uma discussão aprofundada com a comunidade. O argumento era que sem os planos de desenvolvimento o objetivo de melhoria da renda dos assentados não seria obtido. Se a melhoria de renda dos assentados, através da elaboração e implementação dos planos de desenvolvimento, era um objetivo institucional, então, esse objetivo deveria condicionar a atuação dos técnicos. Esse objetivo, como política de governo, tem seu tempo de implantação em um ritmo determinado pelos interesses políticos do governo que o define. Pressionada pelos movimentos sociais e pela necessidade de “mostrar serviço” ao governo federal, a direção do INCRA local tinha pressa e exigia números que pudessem indicar “resultados”.

Por outro lado, os técnicos do Projeto argumentavam que o compromisso profissional deles era com os assentados, a quem o Projeto Lumiar se destinava. E o tempo e ritmo dos assentados eram outros do que os do INCRA. O tempo de existência dos assentamentos e, portanto, o tempo de experiência acumulada dos assentados como tal, era pequeno e exigia processos que pudessem ser assimilados por eles. Os assentados precisavam saborear a nova condição e, por isso, não tinham a pressa do INCRA. Os assentados precisavam elaborar suas próprias expectativas, contemporizando o que idealizavam, com as dificuldades da nova vida. Para isso, precisavam e estavam acostumados a um tempo e a um ritmo de quem lida com a relação entre o agir e o esperar o tempo certo, baseados na experiência de quem semeia, planta e colhe. Discutindo a pressa do INCRA na elaboração dos Planos de Desenvolvimento, um agricultor do assentamento Dona Helena, em Cruz do Espírito Santo, lembrou o dito popular: “*Quem tem pressa come cru*”.²⁸

²⁸ Para uma discussão mais aprofundada sobre a noção de tempo cronológico implementado pelo capitalismo e outras noções de tempo baseadas em grupos sociais tradicionais como camponeses, pescadores, comunidades indígenas ver a análise de Thompson (1998) sobre “tempo disciplinar” e “tempo da experiência”, no capítulo intitulado “tempo, disciplina de trabalho e o capitalismo industrial”, pp. 267-304.

Portanto, as variáveis *tempo de experiência acumulada dos agricultores familiares como assentados* e o *ritmo* dos processos sociais que condicionavam o desempenho produtivo dos assentados se interconectavam como fatores que interferiam nos conteúdos e na metodologia da assistência técnica. O confronto entre perspectivas distintas sobre como lidar com esses fatores – tentando levá-los em consideração, ignorando-os ou considerando-os empecilhos para se alcançar metas institucionais e políticas – contribuiu e serviu de argumento para a interrupção prematura do Projeto, na medida em que esta última perspectiva prevaleceu. Por isso, a variável *tempo de duração do Projeto Lumiar* tem que ser considerada, quando se pretende avaliar o desenvolvimento dessa experiência e seus resultados.

Além disso, como foi constatado por Heredia e outros (2002):

“Nesses enfrentamentos, os movimentos de trabalhadores têm conseguido definir ‘áreas prioritárias’ para as intervenções do Estado e têm sido hegemônicos no desenhar modelos de ‘assentamento’, vale dizer, de padrões de relacionamento social que, se não são aqueles idealizados pelas propostas dos movimentos, estão em todo caso muito mais próximos do que é valorizado pela ‘cultura camponesa’ do que daquilo que é propugnado pela duvidosa racionalidade dos planejadores estatais”. (idem: 8).

As diferenças entre os “padrões de relacionamento social” valorizados pela cultura camponesa, os idealizados pelos movimentos sociais ou os propugnados pela racionalidade burocrática estatal estiveram na origem da maioria dos confrontos vivenciados no interior da prática da assistência técnica do Lumiar na Paraíba. São esses confrontos que serão analisados nos próximos capítulos e que caracterizam esse Projeto como um campo de disputa sobre o que seria, de fato, o desenvolvimento dos assentamentos. Foi em torno desses confrontos que a prática cotidiana da assistência técnica se processou, uma vez que eles produziam o conteúdo das relações dos assentados com o Estado e com os movimentos sociais. Foi a forma de lidar com esses confrontos que produziu as principais tensões entre os técnicos do Lumiar em suas interações com os assentados, com o INCRA e com os movimentos sociais e, portanto, os limites e a riqueza da própria experiência.

Por fim, vale assinalar que discutir as potencialidades e os limites de uma experiência é uma forma possível de fazê-la ir além de seu tempo, na perspectiva de que ela possa continuar frutificando através da análise do que se pode considerar como seus erros e acertos. Para que se possa fazer uma análise do que pode ter sido a experiência do Projeto Lumiar e do que se pode aprender com ela, é necessário que se conheça a

dimensão e a amplitude que esse Projeto teve, apesar de seus limites e curto prazo de duração, não só para os técnicos e assentados, mas, sobretudo, para a relação entre ambos. Essa análise poderá, talvez, servir de subsídio para o que poderá vir pela frente a esse respeito. É nessa perspectiva que serão analisadas as práticas do Projeto Lumiar na Paraíba nos próximos capítulos.

Tabela 1: Técnicos do Projeto Lumiar na Paraíba, segundo formação profissional e gênero.

Formação Profissional dos Técnicos		Número de Técnicos		
		Homens	Mulheres	TOTAL
1.	Técnicos de Nível Superior da Área Agrônômica:	12	02	14
1.1.	Engenheiro Agrônomo	10	02	12
1.2.	Zootecnista	02	-	02
2.	Técnicos de Nível Superior da Área Social:	04	10	14
2.1.	Psicólogo	01	03	04
2.2.	Pedagogo	01	02	03
2.3.	Assistente Social	-	03	03
2.4.	Socióloga	-	01	01
2.5.	Historiadora	-	01	01
2.6.	Filósofo	01	-	01
2.7.	Cooperativista	01	-	01
3.	Técnicos em Agropecuária de Nível Médio	28	-	28
4.	TOTAL	44	12	56

Fontes: INCRA/PB; MST/PB; COAGEP.

Tabela 2: Anos de existência dos assentamentos, quando do início do Projeto Lumiar na Paraíba.

Idade dos Assentamentos atendidos pelo Projeto LUMIAR na Paraíba: Número de Anos	Início do LUMIAR em 1997		Início do LUMIAR em 1998		TOTAL de P. As. atendidos pelo LUMIAR	
	Nº de P. A.	%	Nº de P. A.	%	Nº de P. A.	%
5 anos ou mais	1	3,8	-	0,0	1	1,8
4 anos	4	15,4	1	3,3	5	8,9
3 anos	2	7,7	1	3,3	3	5,4
2 anos	8	30,8	2	6,7	10	17,9
1 ano	11	42,3	21	70,0	32	57,1
Menos de 1 ano	-	0,0	5	16,7	5	8,9
TOTAL	26	100,0	30	100,0	56	100,0

Fontes: INCRA/PB, COAGEP e MST/PB.

Tabela 3: Número de assentamentos, número de famílias dos assentamentos, área dos assentamentos, média das áreas por assentamento e por família, conforme a mesorregião do estado e no total do Projeto Lumiar na Paraíba.

Mesorregião	Nº de Assentamentos		Nº Total de Famílias		Área Total(ha)		Média	
		%		%		%	Área/Assentamento	Área/Família (ha)
Zona da Mata	23	41,1	2.179	50,9	17.771	29,6	773	08
Brejo	22	39,3	1.313	30,6	17.408	29,0	791	13
Sertão	11	19,6	792	18,5	24.813	41,4	2.256	31
TOTAL LUMIAR	56	100,0	4.284	100,0	59.992	100,0	1.071	14

Fontes: INCRA/PB, COAGEP e MST/PB.

Tabela 4: Total e média do número de famílias e de hectares de terra acompanhados por cada equipe técnica do Projeto Lumiar na PB, por prestadora de serviço e mesorregião.

Prestadora de serviço e Mesorregião	Equipes Técnicas	Total de famílias	Total de hectares	Média por técnico da área agrônômica		Média por técnico da área social/Equipe	
				Famílias	Hectares	Famílias	Hectares
COAGEP Zona da Mata	1	372	2.730	93	910	372	2.730
	2	314	2.382	104	794	314	2.382
	3	253	1.940	84	646	253	1.940
	4	306	2.435	102	811	306	2.435
	5	323	3.757	107	1.252	323	3.757
Sub-total	5	1.568	13.244	104	883	314	2.649
COAGEP Brejo	1	275	3.610	91	1.203	275	3.610
	2	319	5.907	106	1.969	319	5.907
	3	313	3.274	104	1.091	313	3.274
	4	406	4.617	135	1.539	406	4.617
Sub-total	4	1.313	17.408	109	1.451	328	4.352
COAGEP Sertão	1	284	10.953	94	3.651	284	10.953
	2	271	7.067	90	2.355	271	7.067
	3	237	6.793	79	2.264	237	6.793
Sub-total	3	792	24.813	88	2.757	264	8.271
Sub-total COAGEP	12	3.673	55.465	102	1.540	306	4.622
COOPERVIDA Zona da Mata	1	197	1.418	65	472	197	1.418
	2	414	3.109	138	1.036	414	3.109
Sub-total COOPERVIDA	2	611	4.527	101	754	305	2.263
TOTAL	14	4.284	59.992	102	1.428	306	4.285

Nota: a seqüência das equipes técnicas nesta Tabela obedece a mesma ordem das Tabelas 5 a 8 a seguir, respectivamente.

Fontes: INCRA/PB, COAGEP e MST/PB.

Tabela 5: Projeto Lumiar/PB – Assentamentos acompanhados pela COOPERVIDA (MST), por equipe técnica e, de cada assentamento, o município, área, número de famílias, data de desapropriação e de início do Lumiar.

EQUIPES TÉCNICAS		ASSENTAMENTOS ACOMPANHADOS PELO <u>MST</u> ZONA DA MATA PARAIBANA					
Nº	Profissionais	Nome do Assentamento	Município	Área (ha)	Nº famílias	Data desapropriação	Data início Lumiar
1	1 agrônomo 1 pedagogo 2 téc. agropec.	Nova Vida	Pitimbu	894	130	01/08/1995	Maio 1997
		Primeiro de Março	Pitimbu	275	34	08/07/1993	Maio 1997
		Teixeirinha	Pitimbu	249	33	20/12/1993	Maio 1997
2	1 agrônomo 1 pedagoga 2 téc. agropec.	Massangana I	Cruz do Espírito Santo	991	131	10/11/1995	Maio 1997
		Massangana II	Cruz do Espírito Santo	1.301	152	10/11/1995	Maio 1997
		Massangana III	Cruz do Espírito Santo	817	131	10/11/1995	Maio 1997
TOTAL: 2 equipes 8 técnicos		6 assentamentos	2 municípios	4.527	611		06 PA – 1997

Fontes: INCRA/PB e MST/PB.

Tabela 6: Projeto Lumiar/PB – Assentamentos da Zona da Mata paraibana assistidos pela COAGEP, por equipe técnica e, de cada assentamento, o município, área, número de famílias, data de desapropriação e de início do Lumiar.

EQUIPES TÉCNICAS		ASSENTAMENTOS DA ZONA DA MATA ATENDIDOS PELA COAGEP					
Nº	Profissionais	Nome do Assentamento	Município	Área (ha)	Nº de Famílias	Data Desapropriação	Data início Lumiar
1	1 agrônomo 1 psicóloga 2 téc. agropec.	1. Apasa	Pitimbu	1.100	150	31/07/1995	Maio 1997
		2. Capim de Cheiro	Caapora	508	112	26/12/1994	Maio 1997
		3. Dona Antonia	Conde	1.122	110	28/05/1996	Maio 1997
2	1 zootecnista 1 historiadora 2 técnicos em agropecuária	1. Barra do Gramame	Conde	757	74	17/08/1993	Maio 1997
		2. Engenho Santana	Cruz do Espírito Santo	371	55	20/12/1993	Maio 1997
		3. Gurugi II	Conde	593	78	19/06/1990	Maio 1997
		4. Itabatinga	Pedras de Fogo	661	107	04/09/1995	Maio 1997
3	1 zootecnista 1 psicóloga 2 técnicos em agropecuária	1. Dona Helena	Cruz do Espírito Santo	763	105	04/09/1995	Maio 1997
		2. Santana II	Cruz do Espírito Santo	370	55	02/07/1996	Maio 1997
		3. Sementes e Mudas	Cruz do Espírito Santo	207	45	17/05/1996	Maio 1997
		4. Nova Vivência	Sobrado	600	48	18/03/1998	Outubro 98
4	1 agrônomo 1 pedagoga 2 técnicos em agropecuária	1. João Pedro Teixeira	Sapé	1.165	122	18/10/1996	Maio 1997
		2. Padre Gino	Sapé	467	62	17/09/1996	Maio 1997
		3. 21 de Abril	Sapé	362	60	30/07/1996	Maio 1997
		4. Santa Terezinha	Pedras de Fogo	441	62	09/05/1996	Maio 1997
5	1 agrôn/1 ass.soc 2 téc. agropec.	1. Sta. Helena I, II, III	Sapé	3.252	255	10/04/1997	Outubro 98
		2. Vida Nova	Sapé	505	68	19/08/1997	Outubro 98
TOTAL: 5 equipes 20 técnicos		17 assentamentos	7 municípios	13.244	1.568		14 PA-1997 03 PA-1998

Fontes: INCRA/PB e COAGEP.

Tabela 7: Projeto Lumiar/PB – Assentamentos da Região do Brejo Paraibano atendidos pela COAGEP, por equipe técnica e, de cada assentamento, o município, área, número de famílias, data de desapropriação e de início do Lumiar.

EQUIPES TÉCNICAS		ASSENTAMENTOS DA REGIÃO DO BREJO ATENDIDOS PELA COAGEP					
Nº	Profissionais	Nome do Assentamento	Município	Área (ha)	Nº famílias	Data desapropriação	Data início Lumiar
1	1 agrônomo 1 téc. cooperat. 2 téc. agropec.	1. Maria Preta	Araçagi	1.500	100	18/03/1998	Outubro 98
		2. Santa Lúcia	Araçagi	1.041	100	10/11/1995	Maió 1997
		3. Senhor do Bonfim	Alagoinha	1.069	75	18/10/1996	Outubro 98
2	1 agrônoma 1 filósofo 2 técnicos em agropecuária	1. Boa Vitória	Bananeiras	202	20	25/03/1995	Outubro 98
		2. Nossa Sra. das Graças	Bananeiras	821	62	13/11/1997	Outubro 98
		3. Nossa Sra.do Livramento	Bananeiras	795	63	13/11/1997	Outubro 98
		4. São Domingos	Bananeiras	677	35	10/10/1997	Outubro 98
		5. Santa Vitória	Bananeiras	1.769	84	15/08/1996	Maió 1997
		6. N. Sra. Perpétuo Socorro	Solânea	1.643	55	13/11/1997	Outubro 98
3	1 agrônomo 1 assistente social 2 técnicos em agropecuária	1. Esperança	Areia	377	40	16/07/1997	Outubro 98
		2. Redenção	Areia	970	94	04/08/1997	Outubro 98
		3. União	Areia	503	59	22/08/1997	Outubro 98
		4. São Francisco I	Pilões	432	35	04/08/1997	Outubro 98
		5. Cajazeiras	Serraria	510	50	04/08/1997	Outubro 98
		6. Campo Verde II	Serraria	482	35	15/07/1997	Outubro 98
4	1 agrônomo 1 socióloga 2 técnicos em agropecuária	1. Alagoa Nova	Alagoa Grande	403	66	11/09/1997	Outubro 98
		2. Caiana	Alagoa Grande	226	67	09/05/1996	Maió 1997
		3. Maria da Penha I	Alagoa Grande	617	62	04/09/1998	Outubro 98
		4. Padre Luís Pescarmona	Alagoa Grande	394	29	13/07/1998	Outubro 98
		5. Sapé de Alagoa Grande	Alagoa Grande	430	50	09/05/1996	Maió 1997
		6. Chã do Bálsamo	Matinhas	966	50	19/10/1994	Maió 1997
		7. Imbiras	Massaranduba	1.581	82	09/05/1996	Maió 1997
TOTAL: 4 equipes 16 técnicos		22 Assentamentos	10 municípios	17.408	1.313		06 PA - 1997 16 PA - 1998

Fontes: INCRA/PB e COAGEP.

Tabela 8: Projeto Lumiar/PB – Assentamentos da Região do Sertão Paraibano atendidos pela COAGEP, por equipe técnica e, de cada assentamento, o município, área, número de famílias, data de desapropriação e de início do Lumiar.

EQUIPES TÉCNICAS		ASSENTAMENTOS DA REGIÃO DO SERTÃO ATENDIDOS PELA COAGEP					
Nº	Profissionais	Nome do Assentamento	Município	Área (ha)	Nº famílias	Data desapropriação	Data início Lumiar
1	1 agrônomo 1 psicóloga 2 téc. agropec.	1. Estrela D'Alva	São S. de Umbuzeiro	5.271	77	20/10/1997	Outubro 98
		2. Novo Mundo	Camalaú	2.082	87	13/11/1997	Outubro 98
		3. Santa Catarina	Monteiro	3.600	120	21/07/1994	Outubro 98
2	1 agrônomo 1 assist. social 2 técnicos em agropecuária	1. Alto Alegre	Jericó	746	45	18/03/1998	Outubro 98
		2. Fortuna	Jericó	1.793	73	28/04/1997	Outubro 98
		3. Tubarão	São José do Bonfim	1.098	67	28/01/1997	Outubro 98
		4. Campo Comprido	Patos	3.430	86	01/10/1997	Outubro 98
3	1 agrônomo 1 psicólogo 2 técnicos em agropecuária	1. Santo Antonio	Cajazeiras	662	32	09/07/1997	Outubro 98
		2. Valdeci Santiago	Cajazeiras	2.579	64	20/10/1997	Outubro 98
		3. Acauã	Aparecida	2.825	120	09/05/1996	Outubro 98
		4. São Francisco II	Cachoeira dos Índios	727	21	11/09/1997	Outubro 98
TOTAL: 3 equipes 12 técnicos		11 assentamentos	9 municípios	24.813	792		11 PA - 1998

Fontes: INCRA/PB e COAGEP.

Tabela 9: Projeto LUMIAR na Paraíba – número de equipes e de técnicos, número de assentamentos atendidos, de municípios envolvidos, de famílias assistidas, área de terra envolvida, data de início do Lumiar, por prestadora de serviço e mesorregião.

Prestadora de Serviços	Mesorregião	Nº de Equipes	Nº de Técnicos	Nº de Assentamentos	Nº de Municípios	Nº de Famílias	Área (ha)	Início Lumiar Nº de Assen/tos.	
								1997	1998
COAGEP	Zona da Mata	05	20	17	07	1.568	13.244	14	03
	Brejo	04	16	22	10	1.313	17.408	06	16
	Sertão	03	12	11	09	792	24.813	-	11
Sub-total COAGEP		12	48	50	26	3.673	55.465	20	30
COOPERVIDA	Zona da Mata	02	08	06	02	611	4.527	06	-
TOTAL LUMIAR		14	56	56	26²⁹	4.284	59.992	26	30

Fontes: INCRA/PB, COAGEP e MST/PB.

²⁹ Nos dois municípios, onde os técnicos vinculados ao MST trabalharam, Pitimbu e Cruz do Espírito Santo, também existiam assentamentos trabalhados pela COAGEP, por esse motivo não são considerados na totalização dos municípios onde havia assentamentos assistidos pelo Projeto Lumiar na Paraíba.

CAPÍTULO 5

CRÉDITO INSTALAÇÃO: exercícios de gestão coletiva e o campo de disputa sobre morar na terra

O objetivo deste e dos dois próximos capítulos é descrever e comentar as principais atividades produtivas dos assentamentos atendidos durante a vigência do Projeto Lumiar na Paraíba e que foram acompanhadas pelas Equipes Técnicas. A apresentação dessas atividades se referencia em alguns eixos principais que orientaram a ação das Equipes Técnicas, principalmente: a) a elaboração dos projetos para os créditos de instalação (Capítulo 5); b) as atividades desenvolvidas em torno da obtenção do crédito de custeio (Capítulo 6) e; c) a elaboração e as tentativas de implantação dos projetos produtivos financiados pelo crédito de investimento, a elaboração dos Planos de Desenvolvimento dos assentamentos, além de outras atividades produtivas como a pecuária e outros projetos produtivos financiados por outras fontes de recursos diferentes do PROCERA/PRONAF (Capítulo 7). No entanto, esses eixos não norteavam apenas a ação das Equipes Técnicas do Lumiar, mas referenciavam, sobretudo, a própria vida produtiva dos assentamentos, que era pensada e vivida, não exclusivamente, mas, principalmente, a partir e em função da liberação ou não desses créditos, da adesão ou não dos assentados a essas políticas de financiamento oferecidas pelo PROCERA e, em 2000, pelo PRONAF.

Para os assentados, a obtenção dos créditos oferecidos pelo PROCERA/PRONAF aparecia como um direito, a que a maioria reivindicava ter acesso e, como se verá, uma outra parte decidiu não usufruir dele. Para estes, retirar dinheiro emprestado do Banco “*é uma armadilha que tira a liberdade do pequeno agricultor*”, deixa o pequeno produtor “*cativo*”, compromete sua autonomia, talvez, conforme a forma camponesa de viver que eles possam ter como referência e expectativa, enquanto projeto de vida.

Pensar e organizar a vida produtiva em função da obtenção do crédito colocava para os assentados alguns desafios, a que a maioria não estava acostumada:

cumprir os mecanismos formais de elaboração de projetos, conviver com as normas e procedimentos bancários, condicionar o tempo de plantar e colher conforme os prazos estabelecidos pelo Banco, ter que obter renda monetária para pagamento dos empréstimos, o que implicava a necessidade de vender a produção, ou pelo menos, parte significativa dela, e, por isso, passaram a ter de considerar a lógica do mercado como preocupação e como um dos critérios para decidir o que produzir (plantar para vender e não mais, somente, vender o que planta e/ou o excedente do consumo familiar; criar animais, não apenas para o consumo da família e da comunidade local, mas também como forma de poupança, pois a venda da criação poderia pagar ou ajudar a pagar as dívidas com o Banco). Ou seja, aqueles que optaram por ter acesso ao crédito bancário passaram a ter de negociar a própria vida produtiva, a forma de trabalhar, com agentes e lógicas externas à família e à comunidade.

Aceitar e participar dessa negociação ou se recusar a isso, foi um dos fatores que compôs o quadro de debates e divergências vividas nos assentamentos, durante o desenvolvimento do Projeto Lumiar na Paraíba e que consubstanciou mais um campo de disputa entre assentados, técnicos do Lumiar, técnicos de órgãos públicos envolvidos nesse processo e representantes do MST e CPT. Nas reuniões gerais do assentamento, a forma pública como as informações sobre os créditos do PROCERA/PRONAF eram repassadas pelos técnicos e as decisões para elaboração dos projetos de financiamento eram tomadas, alimentava o debate, proporcionando o confronto entre compreensões distintas sobre o significado do acesso ao crédito.

Mesmo para aqueles que optaram por preservar a autonomia familiar nas decisões sobre a vida produtiva, a condição de assentado e a presença dos técnicos não os isentava de terem que se posicionar frente ao que era trazido de fora, de tornar pública suas escolhas e concepções (no mínimo, os técnicos tinham que perguntar a cada família se tinha ou não interesse de ter acesso ao crédito). Portanto, nesse sentido é que, também para esses assentados, os momentos em que as atividades de elaboração dos projetos para os créditos, governamentais ou não, que viriam financiar a atividade produtiva das famílias ou para construção de infra-estrutura no assentamento, tornavam-se momentos importantes de construção e explicitação de suas expectativas e concepções de vida como assentados e que norteavam suas decisões.

No entanto, os posicionamentos, individuais e coletivos, quaisquer que fossem seus conteúdos, no contexto do início da construção da vida produtiva nos assentamentos, pela dimensão pública a que esses posicionamentos eram instigados a ter

e pelo debate que isso provocava, não podem ser tidos como definitivos. Caracterizavam muito mais um período de experimentação, de exercício de possibilidades, de construção de referências, de conjunturas instáveis, onde as experiências já vividas no passado, o contexto presente e as expectativas de futuro dialogavam e, às vezes se conflitavam, nos indivíduos, nas famílias, no coletivo.

Nessa perspectiva, o objetivo deste capítulo é comentar as atividades desenvolvidas nos assentamentos em torno do crédito de instalação durante a vigência do Projeto Lumiar na Paraíba e que, de um modo geral, suscitaram as primeiras experiências e confrontos sobre como organizar a vida nos assentamentos.

O crédito de instalação oferecido a cada família assentada, assim que o INCRA tomava posse oficialmente do imóvel desapropriado, destinava-se a criar condições mínimas para que essas famílias pudessem se instalar fisicamente no assentamento.

No início do Projeto Lumiar na Paraíba, em 1997, o crédito de instalação fazia parte do Programa de Crédito para a Reforma Agrária (PROCERA), criado em 1985 pelo governo federal, mas que teve uma maior difusão a partir de 1993 (Bergamasco e Norder, 2003: 61). O crédito de instalação era composto por dois tipos de valores, com finalidades distintas:

a) crédito fomento/alimentação no valor de R\$ 1.080,00, por família assentada, que se destinava à aquisição dos instrumentos de trabalho e de alimentos para a manutenção da família, durante os primeiros meses no assentamento;

b) crédito habitação no valor de R\$ 2.000,00 por família assentada que se destinava à construção das casas, seja na forma de agrovilas ou nos lotes, conforme decisão coletiva ou individual dos assentados.

O valor desse tipo de crédito era somado ao valor, rateado por família, de todos os demais investimentos realizados pelo INCRA no assentamento e que iriam ser incluídos no valor a ser pago pela parcela de terra recebida, a partir da emancipação do assentamento.

O Relatório da COAGEP de junho de 2000, sobre o trabalho dos técnicos do Projeto Lumiar relacionado à obtenção do crédito de instalação pelos assentados, afirma:

“Inicialmente não estava previsto no Lumiar o acompanhamento dos créditos de instalação, uma vez que esta seria uma tarefa do INCRA. No entanto, a gestão dos créditos de instalação, na grande maioria dos casos, é a primeira

oportunidade concreta dos assentados exercitarem a capacidade de administrar os recursos recebidos. Tanto no intuito de colaborar com os funcionários do INCRA-PB, como pela percepção da importância material e metodológica desse crédito, os técnicos da COAGEP assessoraram as associações e os assentados na gestão desses recursos”.

1. Crédito de alimentação e fomento

Do total de assentamentos trabalhados pelo Projeto Lumiar na Paraíba, em 14,3% deles, foram liberados o *crédito de alimentação e fomento*, abrangendo um total de 610 famílias, após o início dos trabalhos das equipes técnicas, conforme dados colhidos junto ao INCRA/PB, COAGEP e MST/PB. Esses dados informam também que, em relação ao *crédito habitação*, em 37,5% dos assentamentos trabalhados pelo Lumiar, as equipes técnicas acompanharam a liberação e a gestão coletiva dos recursos, com a construção de 1.477 casas, após o início dos trabalhos do Projeto. Nos demais assentamentos, o crédito habitação, assim como o de fomento/alimentação, já havia sido liberado antes do início da presença dos técnicos do Lumiar.

A esse respeito, a pesquisa sobre os impactos regionais da reforma agrária (Heredia e outros, 2002) conseguiu verificar o grau de cobertura que esses créditos ofereciam aos assentados da amostra estudada, o que pode dar uma idéia da importância deles para os assentamentos de um modo geral:

“A fase inicial de chegada ao assentamento (nos casos em que a população não vivia na área) é bastante difícil, pois tudo no lote está por fazer, inclusive o local de moradia. Para dotar as famílias de um mínimo de condições iniciais para sua inserção social, econômica e produtiva, tem grande importância o acesso aos créditos de instalação ou implantação administrados pelo Incra através de três modalidades: fomento, habitação e alimentação. Nos assentamentos estudados, verificamos que 81% das famílias foram atendidas com crédito-fomento, 72% com crédito habitação, e 74,63% com crédito alimentação, o que revela um grau razoável de cobertura dessa política”. (idem: 13).

Essa mesma pesquisa constatou uma dificuldade de acesso a esses créditos, que também ocorreu em vários assentamentos acompanhados pelo Projeto Lumiar na Paraíba:

“... Se considerarmos a data de criação oficial do projeto (de assentamento), os créditos-fomento e alimentação levaram em média 9 meses para ser recebidos,

enquanto o crédito habitação levou mais de dois anos (28 meses em média), tornando mais penosa a fase inicial e comprometendo a capacidade posterior das famílias no desenvolvimento de suas atividades”. (idem: 13).

No caso dos assentamentos acompanhados pelo Projeto Lumiar na Paraíba, esses prazos foram menores, pela intermediação que os técnicos do Projeto faziam entre os assentados e o INCRA/PB, apressando a atuação desse órgão. Mesmo assim, essa dificuldade e suas conseqüências também foram experimentadas nesses assentamentos.

Um outro aspecto ressaltado por essa pesquisa também se verificou nos assentamentos da Paraíba acompanhados pelo Lumiar, relacionado ao fato de que a liberação desses créditos e a melhora dos padrões de moradia das famílias assentadas provocaram uma dinamização do comércio local, pela demanda de materiais e no mercado de trabalho, no ramo da construção civil.

Conforme o Relatório da COAGEP, já citado, o acompanhamento da utilização dos recursos do crédito instalação, principalmente o de habitação, por parte dos técnicos do Lumiar, permitiu discutir e exercitar com os assentados as seguintes questões: a responsabilidade dos assentados e de suas associações na utilização e administração de recursos públicos; a forma mais eficiente de utilizar os recursos recebidos; mecanismos de discussão e de decisão, quando surgem propostas diferentes entre os assentados sobre a utilização de recursos de uso coletivo; elaborar, executar e avaliar um planejamento de trabalho coletivo; exercício de registro e de contabilidade dos recursos recebidos e dos pagamentos efetuados; exercício de prestação de contas ao assentamento por parte dos que ficaram responsáveis pela administração dos recursos; papel e responsabilidade das associações em relação às atividades de interesse comum ao assentamento.

Nos assentamentos em que a concessão do crédito de fomento e alimentação foi acompanhada pelos técnicos do Lumiar, havia sempre uma reunião com os assentados para esclarecer as finalidades desse crédito, a origem dos recursos, a forma de pagamento e os mecanismos de concessão, através do Banco do Nordeste.

Em alguns assentamentos, houve uma discussão sobre a melhor forma de utilização desses recursos. O valor do crédito era, por parte dos assentados, considerado muito pequeno para as finalidades a que se destinavam. Dessa forma, foi possível discutir como utilizar esses recursos financeiros de forma mais eficiente. Na maioria dos assentamentos, a opção foi pelo recebimento desse crédito de forma individual, uma vez que os assentados consideravam que cada família tinha necessidades diferentes, o que

implicava formas distintas de utilização do dinheiro correspondente ao valor do crédito. Nas reuniões onde foram feitas essas discussões, foi possível registrar a formulação de vários usos distintos para esses recursos, por parte de diferentes assentados, como, por exemplo: comprar comida; comprar ferramentas de trabalho; comprar medicamentos; comprar bicicleta ou cavalo para facilitar o deslocamento de jovens para estudar fora do assentamento ou para deslocamento da família; comprar algum móvel para uso familiar (principalmente fogão a gás e cama); abrir algum pequeno comércio ou serviço no assentamento para ajudar na manutenção da família ou investir na compra de uma ou mais novilha para revendê-la por um preço maior mais à frente, quando estiver adulta, de preferência com bezerro novo.

No entanto, algumas iniciativas de uso coletivo do crédito alimentação e fomento foram implantadas. No assentamento Nossa Senhora das Graças, no município de Bananeiras, as 67 famílias assentadas decidiram, em reunião geral do assentamento, utilizar os recursos desse crédito na compra de gado bovino, como forma de investimento. Foi formada uma Comissão de assentados que, juntamente com um técnico do Lumiar, fez um levantamento de possíveis fornecedores e do preço de gado na região. Essa Comissão intermediou a compra do gado pelos assentados, conforme a quantidade e o tipo de animal que cada assentado se dispôs comprar. Alguns assentados utilizaram nessa compra todo ou parte dos recursos do crédito alimentação e fomento e outras famílias, além desses recursos, utilizaram também alguma poupança própria. Segundo relatório da Equipe Técnica que acompanhou esse assentamento, na média, cada família adquiriu dois animais.

Em quatro assentamentos da Zona da Mata, a discussão sobre a utilização do crédito alimentação e fomento permitiu que os assentados comprassem, de forma coletiva, ferramentas de trabalho para uso individual de cada família e cestas básicas para as 62 famílias do assentamento, com preços negociados no comércio local. Nesses assentamentos, com a organização das mulheres, foi possível utilizar também parte dos recursos do crédito alimentação para compra de filtros, medicamentos e material escolar, conforme a necessidade de cada família.

Dessa forma, comparando os resultados obtidos nos assentamentos em que a houve a gestão coletiva e pública dos recursos do crédito instalação, com a utilização individual e sem controle coletivo do uso desses recursos, os próprios assentados puderam avaliar as vantagens do primeiro procedimento. A presença da Equipe Técnica propondo e auxiliando na gestão coletiva dos recursos, foi destacada, pelos assentados

desses quatro assentamentos, como fator importante na administração eficiente do crédito instalação.

No entanto, o que foi mais valorizado pelos assentados e também destacado pela Equipe Técnica, no seu relatório, além da possibilidade dos próprios assentados exercitarem a capacidade de administrarem coletivamente os recursos, atendendo as necessidades da maioria, foi a capacidade de enfrentarem as divergências internas sobre a utilização desses recursos, sem instalar um “racha” entre eles.

No assentamento Imbiras, no município de Massaranduba, na região do Brejo, logo no início do Projeto Lumiar, em 1997, toda a região sofreu uma forte e longa estiagem.³⁰ Nessas condições, o crédito de fomento e alimentação mostrou-se absolutamente insuficiente para a sobrevivência das famílias enquanto durasse a estiagem. Por esse motivo, a Equipe Técnica, juntamente com a diretoria da associação do assentamento e funcionários do INCRA, elaboraram, a partir de discussão com o conjunto dos assentados, uma proposta para um crédito de implantação emergencial, visando à recuperação dos reservatórios de água e das estradas locais, assim como a construção, no assentamento, de um Centro Comunitário e uma cisterna. Os assentados trabalhariam na construção desses equipamentos e receberiam um salário, enquanto durassem as obras, esperando o fim da estiagem.

No entanto, o INCRA/PB, nesse momento, não conseguiu recursos financeiros, de forma imediata, para custear essa proposta. Dessa forma, a Equipe Técnica e a diretoria da associação dos assentados, com apoio de técnicos do INCRA e da EMATER local, conseguiram, junto à Prefeitura Municipal, 60 vagas para as 82 famílias assentadas nas frentes de emergência existentes no município. A seleção dessas famílias foi feita pelo conjunto dos assentados, escolhendo aquelas que não tinham nenhuma fonte de renda alternativa.

Porém, em 1998, para o assentamento Chã do Bálamo, no município de Matinhas, e nos assentamentos Caiana e Sapé de Alagoa Grande, no município de Alagoa Grande, todos na região do Brejo³¹ e que, portanto, sofriam o mesmo processo de estiagem, o INCRA/PB conseguiu recursos para financiar a proposta de um crédito de instalação emergencial, uma vez que os assentados foram excluídos das frentes de emergência desses municípios. O argumento dos prefeitos municipais, para eximirem-se

³⁰ Veja OLIVEIRA (2003).

³¹ Veja OLIVEIRA (2003).

de responsabilidade com as famílias assentadas, era de que os assentamentos eram áreas de responsabilidade exclusiva do INCRA.

Cada família, de agosto de 1998 a janeiro de 1999, recebeu R\$ 130,00 por mês, pela prestação de serviços durante três dias por semana, na recuperação de estradas locais, recuperação de barreiros e construção de um Centro Comunitário em cada um desses assentamentos.

No processo de negociação entre os assentados, funcionários do INCRA e os técnicos do Lumiar, para elaboração dos custos do Projeto, foi acordado que cada família contribuiria com R\$ 220,00 dos R\$ 1.000,00 destinados a cada uma delas, para a compra de material necessário à construção do Centro Comunitário. O restante dos R\$ 780,00 foi dividido por 06 meses, período de duração do Projeto, correspondendo ao valor de R\$ 130,00 por mês, destinado a cada assentado, como remuneração do serviço prestado. Os recursos foram “a fundo perdido”, sendo que cerca de 80% foram gastos com remuneração das famílias e o restante na compra de ferramentas e material de construção.

Conforme avaliação dos próprios assentados, nesses três assentamentos, essa experiência, além de ajudar na sobrevivência de suas famílias durante o período de estiagem e de realizar benfeitorias de uso coletivo nos assentamentos, contribuiu, sobretudo, também neste caso, para uma experiência difícil, mas inédita para eles, de participação no planejamento e execução de um trabalho coletivo. Segundo a Equipe Técnica que acompanhou esse trabalho, essa avaliação dos assentados é bastante significativa se comparada com o início desse processo, quando os assentados, em situação de extrema penúria, não acreditavam na proposta, não tinham disposição para discuti-la e apenas lamentavam a exclusão das frentes de trabalho organizadas pelas Prefeituras Municipais. O contato individualizado com os assentados e suas famílias, por parte dos técnicos do Lumiar, o apoio do INCRA e da EMATER contribuíram para convencer os assentados a aceitarem discutir coletivamente a proposta.

Neste caso, o empenho do INCRA/PB, como instituição, para conseguir os recursos financeiros para esses Projetos e a persistência, quase diária, dos técnicos do Projeto Lumiar no contato e discussão com os assentados permitiu que uma situação limite de sobrevivência se transformasse numa oportunidade de resgatar para os assentados a capacidade de agir e de aprender coletivamente, a partir da própria experiência, a assumir responsabilidades na gestão de seus próprios interesses e oportunidades. Evidentemente, as condições de sobrevivência desses assentados

continuaram difíceis, no entanto, o processo de descoberta de novas possibilidades, além do “cada um por si”, havia iniciado, como avaliou um assentado de Caiana ao falar dessa experiência.

Nessas experiências, a produção de espaços coletivos de discussão, decisão e, principalmente, de trabalho deu-se por razões de ordem prática, uma vez que, tanto os técnicos como os assentados, não conseguiram visualizar uma saída para a sobrevivência das famílias, durante o período de seca, centrada no trabalho isolado de cada família, como é comum na agricultura familiar da região. No entanto, a busca coletiva de uma solução para um problema comum e a eficácia da solução encontrada indicou, conforme avaliação dos próprios assentados, que a organização e o planejamento das comunidades, realizados através de discussões e decisões coletivas, foi fundamental para criar força política para suas reivindicações e viabilizar condições novas para a sobrevivência familiar, diferentes das situações vividas, anteriormente, em que até a troca de favores e apoio mútuo entre as famílias, comum à lógica camponesa, ficava comprometida, nesse período de seca, pela precariedade das condições de vida de todas elas. Essa avaliação foi resumida pelas palavras de um assentado de Chã do Balsamo: “*A gente aprendeu a força da união quando a gente planeja junto o que cada um vai fazer*”.

2. Crédito Habitação

Em relação ao *crédito habitação*, as equipes técnicas do Lumiar encontraram três situações distintas, quando do início dos trabalhos nos assentamentos: assentamentos em que esse crédito já havia sido liberado e as casas já haviam sido construídas e, portanto, as equipes não tiveram nenhum envolvimento com esse assunto; assentamentos onde o crédito já havia sido liberado e as casas ainda estavam sendo construídas e, portanto, as equipes passaram a acompanhar um processo já iniciado; e assentamentos onde ainda não havia sido liberado o crédito habitação e, quando isso ocorreu, as equipes técnicas acompanharam todo o processo de liberação dos recursos e de organização dos assentados para construção das casas.

Nos assentamentos onde o crédito habitação já havia sido liberado antes da chegada das equipes do Lumiar e as casas estavam sendo construídas, o trabalho dos técnicos foi o de acompanhar, junto às associações dos assentados, a contabilidade e a prestação de contas sobre a utilização dos recursos. Os técnicos, recém-chegados nesses

assentamentos, ainda não tinham a confiança dos assentados e, muitas vezes, nem das diretorias das associações. Nessas condições, o trabalho dos técnicos no acompanhamento da utilização dos recursos financeiros do crédito habitação foi bastante dificultado pelos próprios assentados. Além disso, nesses assentamentos, havia sempre dúvidas, desconfiança ou acusação explícita de alguns assentados sobre a forma como esses recursos estavam sendo administrados pelas associações. Acusações de má administração ou de desvio dos recursos eram comuns nesses assentamentos, mesmo que sendo feita por alguns poucos assentados. Os técnicos, por não acompanharem esses processos desde o início e pela relação ainda formal com os assentados, tinham dificuldade de esclarecer essas situações.

Este fato produziu, por exemplo, no assentamento Padre Gino, no município de Sapé, uma forte tensão inicial entre a diretoria da associação, os assentados e os técnicos do Lumiar. Vários assentados faziam acusações sobre má administração dos recursos do crédito habitação por parte dessa diretoria e de falta de prestação de contas. Alguns assentados afirmavam que as casas construídas e destinadas às suas famílias tinham custado, cada uma, um valor menor do que os R\$ 2.000,00 a que tinham direito. Outros assentados exigiam ter a possibilidade de eles próprios administrarem os recursos para construção de suas casas, como ocorria no assentamento vizinho, 21 de Abril.

Até que a Equipe conseguisse ser aceita para ajudar a associação a fazer a contabilidade do uso dos recursos e prestar conta ao assentamento, os técnicos do Lumiar eram acusados, por parte dos assentados, de complacência com a diretoria da associação e, por outro lado, acusados, por parte da diretoria, de quererem intervir na associação “fazendo o jogo” de alguns assentados que queriam apenas pegar o dinheiro do crédito e abandonar o assentamento.

De fato, no assentamento 21 de Abril, seis assentados receberam o dinheiro do crédito habitação e abandonaram o assentamento, fugindo com o dinheiro.

Nesses dois assentamentos, quando a Equipe Técnica conseguiu colaborar na confecção da contabilidade e na prestação de contas do uso do dinheiro, a credibilidade da equipe junto ao conjunto dos assentados aumentou muito, pois, com a prestação de contas detalhada, foi possível esclarecer as dúvidas, avaliar os erros cometidos, avaliar criticamente as acusações, o que permitiu uma diminuição dos atritos e das tensões existentes nos dois assentamentos, restabelecendo a possibilidade de uma convivência menos conflituosa entre os assentados. Numa reunião de avaliação do trabalho da

Equipe Técnica, um assentado de 21 de Abril afirmou: “*O trabalho dos meninos ajudando a gente a prestar contas do dinheiro das casas, ajudou a gente a acreditar na honestidade do povo daqui. A gente errou, mas não roubou.*”³²

Nos assentamentos em que os técnicos pegaram o processo de construção das casas já iniciado, o esforço era conseguir colaborar na elaboração da contabilidade e da prestação de contas a ser entregue ao INCRA, mas, sobretudo para tentar esclarecer as dúvidas e desconfianças entre os assentados. No entanto, para atualização ou correção dessa contabilidade, os técnicos também encontravam forte resistência de alguns comerciantes, fornecedores de material de construção para os assentamentos, para passarem informações sobre preço e quantidade de material adquirido pelas associações, ou por assentados, individualmente. Esse fato pode se explicar pelo receio desses comerciantes de que a solicitação dos técnicos poderia significar algum tipo de fiscalização de algum órgão da receita federal ou estadual, mas também poderia significar algum tipo de acordo entre eles e alguns assentados para o desvio dos recursos.

A partir dessas experiências, foi possível verificar que fazer a contabilidade e a prestação de contas coletiva do uso dos recursos do crédito instalação foi mais do que um cuidado com a eficiência no uso desses recursos e de cumprimento dos procedimentos formais exigidos pelas instituições públicas. Essas atividades possibilitaram aos assentados experimentar a possibilidade de discutirem entre si sobre o que fazer com esses recursos, trabalharem suas diferenças e enfrentarem as dificuldades do trabalho coletivo. Os resultados físicos alcançados, como a melhoria da infra-estrutura nos assentamentos, compra de ferramentas de trabalho, construção das casas, além da melhoria da vida concreta, atestavam, para os próprios assentados, a capacidade deles de resolverem satisfatoriamente seus problemas, mesmo que a partir de benefícios limitados como o crédito instalação. Como este crédito era liberado no início da instalação formal dos assentamentos, a produção desse sentimento era uma conquista importante. A contabilidade e a prestação de contas coletiva mostraram-se ferramentas eficazes para indicar o que estava acontecendo e oportunidade de avaliar, criticamente, o desempenho individual e coletivo. Tornaram-se ferramentas de

³² As falas dos assentados ou dos técnicos reproduzidas neste trabalho foram anotadas pelo autor, quando de sua participação na Equipe de Supervisão do Projeto Lumiar da Paraíba. Essas anotações foram realizadas no momento em que as falas aconteceram ou registradas em um momento posterior. Portanto, apesar de se tentar registrar conforme foram ditas, a reprodução dessas falas representam o que o autor conseguiu anotar. Quando a reprodução dessas falas vem de outras fontes, elas são explicitamente citadas.

construção política no interior dos assentamentos, pois possibilitavam discutir e decidir não só sobre os destinos dos recursos, mas também sobre a forma de se organizar para viabilizar benfeitorias que esses recursos possibilitavam.

2.1. As agrovilas

A discussão coletiva sobre a utilização do crédito habitação possibilitou, nos assentamentos onde ocorreu, um outro debate polêmico e emblemático. Tratava-se de se discutir e de decidir se as casas seriam construídas nos lotes ou se seria construído uma agrovila.³³ Essa discussão, em muitos assentamentos, era condicionada pela necessidade emergencial dos assentados terem uma casa para morar, pois, muitos deles viviam nas barracas de lona construídas durante o processo de luta pela terra, ou, no caso de antigos moradores da propriedade, morarem em casas em condições precárias de habitação. Nos assentamentos onde o INCRA não havia feito a divisão das parcelas de terra que seriam destinadas a cada família, essa necessidade emergencial condicionava a decisão dos assentados de construírem as casas na forma de agrovilas.

No entanto, mesmo assim, havia sempre uma acirrada discussão sobre onde morar, se nas agrovilas de formato e características urbanas ou se nas parcelas, reproduzindo a forma clássica de moradia no meio rural. Essa discussão, na maioria dos assentamentos onde ocorreu, era encarada pelos assentados como uma discussão sobre “morar na rua” ou “morar na roça”³⁴.

Os que defendiam o “morar na rua”, com a construção de agrovila no assentamento, argumentavam sobre a facilidade de contato entre as famílias e, principalmente, a facilidade e barateamento no acesso à energia elétrica, água encanada, saneamento, escola, transporte, centro comunitário, igreja. Enfim, era possível ter acesso a “*benefícios que facilitam a vida de todo mundo*”. Argumentavam que morar na cidade era mais vantajoso do que morar na roça. Uma assentada de Santa Lúcia, no município de Araçagi, disse:

“Eu quero trabalhar na terra, mas não quero que minha família fique isolada do mundo. Na agrovila é como na cidade. Quando alguém tem alguma precisão, tem muita gente perto para acudir”.

³³ Sobre essa discussão em assentamentos do Cariri paraibano ver Caniello e Duqué (2004).

³⁴ Sobre esse assunto ver: Martins (2003) e Wanderley (2003).

No assentamento Santa Terezinha, no município de Pedras de Fogo, um assentado comentou:

“Quando se mora no campo, a gente só controla o tempo pelo sol e pela Lua. Morar na agrovila é como morar na cidade. Nós organizamos melhor o tempo da gente porque está mais perto do progresso. A gente fica com outras responsabilidades além do roçado, troca mais idéias com os companheiros e isso ajuda a melhorar nosso trabalho no roçado. Quando a gente mora no campo, a gente trabalha o tempo todo. Não sobra tempo para mais nada. Se a gente morar na agrovila, a gente tem que controlar o tempo de trabalho para voltar para casa, para encontrar os companheiros, para fazer alguma outra coisa fora do trabalho no roçado. Mesmo que seja outro trabalho. Mas é outro tipo de trabalho, areja a cabeça da gente”.

Já os que preferiam construir a casa na própria parcela, “morar na roça”, argumentavam que morar perto do roçado facilitava o trabalho, principalmente para o cuidado com os animais e criações, assim como para vigiar os pertences durante a noite. Além disso, argumentavam também que, quando se mora perto do local de trabalho, quando se quer parar de trabalhar para “ir em casa”, fica mais fácil. Um assentado de Capim de Cheiro, no município de Caaporã, comentou:

“Quando me dá vontade de dar um cheiro na mulher e ver os filhos, é só encostar a enxada num pé de pau e ir até em casa. Quando dá vontade de tomar um café, fazer um cigarro é só chegar em casa. Se a casa é perto, a gente vai, resolve o que tem de resolver e volta para o trabalho. Se a gente mora na rua, distante do roçado, não tem esse conforto”.

A preocupação de um assentado de Dona Helena, no município de Cruz do Espírito Santo, era com a família:

“Eu prefiro fazer minha casa na parcela. Morar em agrovila é como morar na cidade. No campo a gente se une mais com a família. Se a gente faz a casa na agrovila, a gente passa o dia no roçado, distante de casa, sem saber o que está acontecendo em casa e com os filhos. Os filhos ficam largados. Se a gente mora na parcela, perto do roçado, a gente sabe o que está acontecendo na casa da gente e toma conta dos filhos”.

No mesmo assentamento, um outro assentado analisou:

“Na agrovila, com as casas uma perto da outra, a confusão é grande. Minha mulher gosta de criar umas galinhas solta no terreiro de casa. A mulher do vizinho gosta de plantar flores ou planta para remédio. Daí, as galinhas da minha mulher vão

comer as plantas da vizinha. Olha a confusão feita. Meu menino sobe no pé de goiaba para pegar uma fruta para comer. Mas o pé de goiaba está no terreiro do vizinho. Já é outra confusão. Eu tenho uma filha moça. O vizinho tem um filho rapaz. Da casa dele, o rapaz fica brechando a minha filha. Eu não vou gostar e vou reclamar. Já é outra confusão com o vizinho e dentro da minha casa. Não é isso que acontece nas beira de rua? Se cada um mora na sua parcela, não acontece essas coisas. Cada um é responsável pelo que é seu. Quando a gente se encontrar, a gente se encontra com prazer, sem confusão, sem desgosto de um com o outro”.

No mesmo assentamento, outro assentado relatou o seu sonho:

*“O meu sonho era ter a terra e eu já consegui. Mas o meu sonho maior é construir uma casa no meu lote, toda arrodada de terraço para receber os meus amigos. A casa arrodada de varanda, com muito armador de rede. Eu sei que o dinheiro para nós construir a casa já está chegando e não vai dá para tudo isso. Mas eu já estou me preparando. Eu vendo um bode, um cabrito que eu tenho e faço. A varanda quem vai patrocinar sou eu mesmo. Eu quero ter uma produção boa para eu poder chamar os amigos e dizer ‘Vamos comer um bode hoje, vamos comer uma buchada?’ Eu tenho certeza que isso dá um ar diferente para a vida de qualquer um”.*³⁵

No assentamento Santa Lúcia, no município de Araçagi, um assentado tentando resumir a discussão sobre construir as casas nas parcelas ou construir uma agrovila no assentamento afirmou que a primeira opção daria mais liberdade e segurança de “*lidar com coisas que a gente já está acostumado*” e a segunda opção daria possibilidade de se estar mais perto do progresso, de coisas modernas, de novidades, de movimento. A opção da maioria dos assentados de Santa Lúcia foi pela construção da agrovila. No entanto, o debate entre os assentados sobre as vantagens de se ficar com o que já é “tradicional” ou de se comprometer com o “progresso”, repetia a discussão e o dilema sobre a modernidade.

Talvez esse dilema formulado pelos assentados, com seus argumentos de ordem concreta e objetiva, indicasse uma sintonia com o dilema da modernidade formulado por Berman (1986): “*Ser moderno é encontrar-se em um ambiente que promete aventura, poder, alegria, crescimento, autotransformação e transformação das coisas ao redor – mas ao mesmo tempo ameaça destruir o que temos, tudo o que sabemos, tudo o que somos*”. (Berman, 1986: 15). Talvez essa sintonia possa sugerir,

³⁵ Esta fala foi retirada das gravações feitas pela pesquisa “Qualidade de Vida e Reforma Agrária na Paraíba” (Ieno Neto e Bamat, 1998).

por sua vez, que os desafios enfrentados pelos assentados, mesmo que vividos como algo singular e localizado, não deixavam de estar conectados com os grandes temas da contemporaneidade. Os camponeses e os assentados são sujeitos sociais da modernidade.

O campo de luta sobre a modernidade e a pós-modernidade está na raiz do campo de disputa sobre a Reforma Agrária. O debate sobre “morar na rua” ou “morar na roça” apenas ilustra como esse campo de disputa aparece também no cotidiano da vida dos assentados. É essa sintonia que revela a importância política e existencial do que está sendo experienciado nos assentamentos, reforçada pelo caráter múltiplo dessas experiências.

Por exemplo, diferentemente do que foi decidido no assentamento Santa Lúcia, no assentamento Dona Helena, os assentados decidiram fazer o parcelamento da terra por conta própria, para poderem construir suas casas nas parcelas. Durante o processo de luta pela terra, através da ocupação da área, os trabalhadores sem terra armaram as tradicionais barracas de plástico preto num local específico da propriedade. Com a desapropriação do imóvel, esses trabalhadores passaram a reivindicar a construção imediata das casas, através do crédito habitação, pois suas condições de moradia no acampamento eram extremamente precárias. No entanto, a grande maioria dos assentados decidiu que a construção das casas seria nas parcelas de cada família e rejeitou a construção de uma agrovila no assentamento. Os argumentos para essa decisão estão exemplificados nas falas citadas acima.

Como o INCRA não tomou a iniciativa de realizar o parcelamento da terra, os próprios assentados, por conta própria, fizeram esse parcelamento. Com máquinas da Prefeitura Municipal construíram uma estrada que cortava no meio e de forma longitudinal todo o assentamento. As parcelas foram definidas, todas elas, de forma perpendicular e de um lado e de outro da estrada. Os assentados definiram que as casas deveriam ser construídas nas parcelas e próximas à beira da estrada, o que, posteriormente, facilitou o acesso das casas à rede elétrica que foi estendida ao longo dessa mesma estrada. Da mesma forma, segundo o planejamento dos assentados, no futuro, facilitaria também o acesso a um sistema de saneamento. Depois que os assentados fizeram o parcelamento da terra e construíram as casas, o INCRA oficializou o trabalho realizado, pois se enquadrava dentro das normas técnicas da instituição.

Nos seis assentamentos acompanhados pelo MST, foram construídas agrovilas, pois essa era a orientação do movimento, com o argumento de que, dessa

forma, facilitava a organização dos assentados, pois tornava mais fácil e imediata a arregimentação do assentamento como um todo, uma vez que as famílias moravam todas em um mesmo espaço.

Além disso, as lideranças do movimento argumentavam também, como o INCRA, que a construção das agrovilas tornava mais eficiente a construção e o uso dos equipamentos sociais necessários ao bom funcionamento dos assentamentos. Nesses seis assentamentos, várias famílias construíram pequenas choupanas nas suas parcelas de terra para facilitar o trabalho no roçado e, alguns assentados, preferiam passar toda a semana em suas parcelas, dormindo nessas choupanas. Em alguns casos, essas choupanas foram gradativamente sendo melhoradas e outros membros da família, principalmente a esposa, passaram também a permanecer nesse local durante toda a semana. No final de semana iam para a agroviola ficar com a família e se inteirar da vida social e política do assentamento. Quando tinham algum motivo particular ou eram convocados pela associação do assentamento para alguma atividade de interesse coletivo, esses assentados ficavam dias da semana na casa da agroviola. Esse fato era comum acontecer na maioria dos assentamentos onde foram construídas agrovilas.

O que o conjunto desses relatos indica é que a decisão de morar nas agrovilas ou nas parcelas de terra significa mais do que os argumentos de ordem objetiva falam sobre a eficiência de uma ou outra opção, em relação à vida produtiva e social dos assentamentos. Como hipótese a ser melhor estudada, parece que significam expectativas de forma de viver diferenciadas em relação ao urbano e ao rural, o que pode significar também expectativas diferentes sobre o que se espera da vida no assentamento. Valorizar a dimensão urbana da vida nas agrovilas ou priorizar a tentativa de reprodução da forma de viver tradicional da agricultura familiar pode significar concepções de vida distintas entre si, o que pode levar, isto sim, a escolhas diferenciadas na atividade produtiva e no engajamento social e político.

Um outro aspecto que merece ser assinalado é o fato de que, a casa está intimamente articulada com a experiência de vida familiar. A luta pela casa é a luta por um espaço de liberdade e de privacidade, como condição de garantia de preservação da identidade do indivíduo e de sua família. A luta pela terra e por uma moradia é também uma luta pela possibilidade de escolha, pela liberdade de ir e vir conforme os próprios interesses, pela autonomia individual e familiar. A casa é o espaço primeiro de afirmação dessa possibilidade, tanto no meio rural, como no meio urbano. É o espaço privilegiado onde se constrói a vida familiar.

Por outro lado, é na dinâmica da vida familiar que se produzem referências fortes para a elaboração das estratégias de sobrevivência para o presente e de projetos para o futuro. A família é, ao mesmo tempo, um núcleo onde se vive experiências de solidariedade frente aos desafios da vida exterior, mas é também um núcleo de tensões e conflitos sobre como agir frente a esses desafios. O vivido no interior ou através da família marca a maneira de se pensar o passado, o presente e o futuro. É o epicentro de onde se estabelecem relações com os parentes, vizinhos, com a comunidade e com a sociedade de um modo geral. A família cumpre uma função mediadora, não exclusiva, mas de forte peso emocional, entre o que há de singular, específico, próprio da luta de produção e viabilização dos projetos individuais e a luta coletiva por interesses e aspirações comuns a grupos e comunidades, seja para reafirmar e reproduzir saber, hábitos, costumes, valores já dados, seja para questioná-los e ultrapassá-los.

A pesquisa sobre os impactos regionais da reforma agrária (Heredia e outros, 2002) constatou que os assentamentos vêm se tornando um mecanismo de recomposição das famílias, *“contribuindo seja para a reconstituição de laços familiares (antes desfeitos ou ameaçados pela necessidade de deslocamento de pessoas – como filhos, pais, irmãos – em busca de alternativas de sobrevivência), seja se constituindo numa forma temporária de amparo para familiares”*. (idem: 10).

Essa constatação baseia-se no fato, também observado nos assentamentos acompanhados pelo Projeto Lumiar na Paraíba, de que:

“As pessoas que passam a morar nos projetos de assentamentos não vêm sozinhas: a maior parte dos/as responsáveis pelos lotes deslocam-se para o assentamento com a família. Em termos gerais, os lotes dos assentamentos estudados seguem, em sua composição, o padrão comum à agricultura familiar, sendo habitados por uma família nuclear (pais, mães e filhos), que passa a ter no local uma importante fonte de trabalho e reprodução social e econômica”. (idem: 9).

Além disso, essa pesquisa registrou também que em 24% dos lotes, além da família nuclear, são incorporados parentes como pais/sogros, genros/noras, irmãos/cunhados, netos, etc. *“Estes outros parentes foram em geral incorporados ao núcleo doméstico após a vinda para o assentamento, ou seja, não viviam junto com a família nuclear antes do assentamento, sendo que boa parte deles vivia antes em áreas urbanas”*. (idem: 9-10).

Portanto, a construção das casas e a forma de construí-las diz respeito a dimensões da vida dos assentamentos que vão além da dimensão estritamente física e

operacional da vida familiar e comunitária. Diz respeito ao adjetivo “familiar” que qualifica a atividade econômica, social e cultural dos assentados e, para a maioria deles, ao que é fundamental na luta pela terra: a sobrevivência e a melhoria de vida da família, ou, a partir dela, a construção de uma condição de vida mais integrada para todos seus membros. Casa, família, terra e trabalho são dimensões da vida dos assentados que estão fortemente conectadas, que, como na forma camponesa de vida, não podem ser pensadas isoladamente. (Wanderley, 2003).

Por isso, nos assentamentos onde todo o processo de construção das casas pode ser discutido e polemizado coletivamente, foi possível verificar que essa discussão suscitava um debate mais geral sobre o sentido da condição de “ser assentado”, com desdobramentos sobre a dimensão organizativa e produtiva dos assentamentos.

A experiência de se organizar para a gestão coletiva dos recursos do crédito habitação, pelas discussões e aprendizado que produziu e pela importância de seu significado, serviu de referência para a discussão e organização coletiva sobre várias dimensões da vida nos assentamentos, principalmente a discussão sobre a utilização dos recursos do crédito de custeio, este ligado diretamente à questão da produção.

A elaboração dos projetos produtivos dos assentados referentes ao crédito de custeio ocorreu logo em seguida ou de forma simultânea à construção das casas. Porém, a decisão sobre o que plantar com os recursos do crédito de custeio era uma decisão de cada família, enquanto a construção das casas exigia uma decisão de ordem coletiva, pelo menos em termos de onde e como construir as casas. Foi nessa medida que a experiência da gestão coletiva e pública do crédito habitação, onde ocorreu, serviu de referência para a discussão coletiva sobre o crédito de custeio, tentando, a partir das decisões individuais de cada família, articular a construção de um projeto minimamente integrado sobre a vida produtiva em cada assentamento.

CAPÍTULO 6

CRÉDITO DE CUSTEIO: o exercício cotidiano da vida produtiva

A constituição dos assentados como pequenos produtores integrava uma rede de relações em que se destacavam, além dos próprios assentados e das condições físicas e ambientais dos assentamentos, as ações de governo, da assistência técnica, dos movimentos sociais e entidades com quem os assentados interagem. A tentativa deste capítulo é, a partir das atividades relacionadas ao crédito de custeio, apresentar como essa rede de relações emerge no cotidiano da vida produtiva dos assentamentos, mesmo que em ações pontuais, sem, necessariamente, manter uma organicidade entre si, mas que interferiam nas decisões individuais e coletivas dos assentados sobre a vida produtiva, durante a vigência do Projeto Lumiar na Paraíba.

A apresentação de dados referentes à quantidade de áreas plantadas com cada lavoura, número de famílias envolvidas nas atividades produtivas e quantidade de recursos financiados, tem por objetivo apenas caracterizar as experimentações realizadas pelos assentados e acompanhadas pelos técnicos, no período estudado.

Por isso, não se pretende aqui fazer um estudo do impacto dessas atividades para além do significado que elas tiveram para cada um dos assentamentos envolvidos: exercitar possibilidades produtivas, no estreito limite que as condições objetivas desses assentamentos ofereciam, num período ainda de implantação da maioria deles, com infra-estruturas precárias ou recentemente instaladas. Além disso, o exercício organizativo desses assentamentos também se caracterizava por experimentações iniciais, em que as diferenças entre os assentados emergiam de forma intensa.

A tentativa será de descrever e comentar como esses assentamentos e os técnicos que os acompanhavam lidaram com esse processo de construção da vida produtiva nessas condições, a partir das redes de relações que os foram constituindo.

Vale destacar que pesquisa recente sobre os impactos regionais dos assentamentos de reforma agrária em algumas regiões do Brasil (Heredia e outros, 2002) chama atenção para um aspecto relevante:

“Em um sentido mais geral, discutir os ‘impactos’ dos assentamentos significa atentar para uma multiplicidade de relações, onde trajetórias diferenciadas implicam em resultados diversos, impedindo qualquer procedimento apressado de generalização”. (idem: 3).

Essa observação é feita para uma pesquisa que trabalhou com assentamentos implantados pelo INCRA, no período entre 1985 e 1997, uma vez que *“é necessário um tempo mínimo de existência dos projetos de assentamento para que se possa observar os impactos gerados por eles”.* (idem: 4). A coleta de dados para essa pesquisa foi feita

entre janeiro de 2000 e dezembro de 2001, portanto, com a “idade” dos assentamentos variando, aproximadamente, entre 3 a 16 anos, contados a partir da implantação efetiva deles.

Para este estudo, que trabalhou com assentamentos onde 98,2% deles tinham até quatro anos, contados da data de desapropriação do imóvel, a observação sobre os cuidados com a avaliação dos resultados produtivos deles se faz ainda mais necessária. Aqui, neste capítulo, o que se quer destacar é como se deu o processo de construção inicial da vida produtiva dos assentamentos, a partir das relações entre assentados, técnicos do Lumiar e outros agentes sociais, mais do que o “impacto” dos dados quantitativos.

O crédito de custeio, como uma das modalidades de financiamento do PROCERA, era liberado a cada família assentada, uma vez por ano, através da apresentação de um projeto produtivo para lavouras de colheita anual. No início do Projeto Lumiar, em 1997, o valor desse crédito era de R\$ 1.000,00, por família/ano, e era liberado pelo Banco do Nordeste, a partir do aval da Comissão Estadual do PROCERA/LUMIAR, a qual competia analisar os projetos elaborados pelos técnicos, para cada família. O prazo de pagamento era de um ano, com juros de 12% ao ano, mas com possibilidade da dívida ter um desconto (“*rebate*”) de 50%, se paga dentro do prazo estabelecido pelo Banco. O valor do crédito era liberado em duas parcelas, sendo que a autorização para a segunda liberação dependia de um laudo, elaborado pelos técnicos do Lumiar, sobre a adequada utilização dos recursos da primeira parcela, para cada família, conforme normas estabelecidas pelo PROCERA e pelo Banco do Nordeste.

O valor do crédito de custeio, para cada família, variou durante o período de vigência do Projeto Lumiar, conforme o quadro abaixo:

ANOS	VALOR (R\$)
1997	1.000,00
1998	2.000,00
1999	1.300,00
2000	2.000,00

Os procedimentos das Equipes Técnicas para discussão com os assentados e elaboração dos projetos para obtenção do crédito de custeio variavam, dependendo de

alguns fatores, entre os quais se destacavam: a experiência da Equipe Técnica e dos assentados no trato com as normas e procedimentos do Banco do Nordeste e do PROCERA/PRONAF; as alterações dessas normas e procedimentos; o valor do crédito; o período de liberação dos recursos; a instabilidade climática no que se refere à predominância de chuvas ou de estiagem em cada ciclo produtivo; a diferenciação entre os assentados em relação ao que e como produzir; as especificidades e as dinâmicas diferenciadas em cada assentamento, que produziam formas distintas de relacionamento entre técnicos e assentados.

Os procedimentos das Equipes Técnicas e as modificações ocorridas podem ser ilustrados, por exemplo, na experiência da Equipe que trabalhou nos assentamentos dos municípios de Alagoa Grande, Matinhas e Massaranduba, na região do Brejo Paraibano. No assentamento de Imbiras, no final de 1997 e início de 1998, foram elaborados os projetos para o crédito de custeio. Essa foi a primeira experiência de elaboração desses projetos, tanto para os assentados como para a Equipe Técnica. Até a confecção final dos projetos, essa experiência demandou mais de dois meses de trabalho da Equipe. Com apoio de técnicos da EMATER local e da diretoria do Sindicato dos Trabalhadores Rurais do município, os técnicos do Lumiar iniciaram o trabalho fazendo reuniões com os assentados para esclarecimento a respeito do crédito de custeio, que a maioria dos assentados percebia como direito: a que se destina; origem dos recursos; valores; formas e prazos de pagamento; juros e o rebate de 50%; responsabilidades dos assentados, da Associação e dos técnicos.

O trabalho seguinte foi fazer um levantamento sobre cada família do assentamento em relação à força de trabalho e a área de terra disponível para o trabalho agrícola, como informações básicas para se poder avaliar, junto com os assentados, o potencial produtivo de cada família. Ao mesmo tempo, foram coletados os documentos de cada chefe de família e da Associação local exigidos pelas normas do PROCERA/BNB.

Simultaneamente, iniciaram-se reuniões com os assentados para se discutir as propostas produtivas de cada família: o que e quanto planejavam plantar. Essas eram reuniões polêmicas, tanto no assentamento Imbiras, como em todos os assentamentos acompanhados pelo Lumiar, onde essa discussão era feita coletivamente. A decisão sobre o que e quanto plantar estava condicionada às normas e exigências bancárias e ao valor do crédito, o que, muitas vezes, confrontava-se com o que os assentados tinham expectativa. Além disso, caracteriza-se, para alguns assentados, uma ingerência do

Banco, do INCRA e dos técnicos em uma decisão a que estavam acostumados, ou tinham expectativa, de ser tomada exclusivamente pelo dono da parcela, ou, no máximo, no âmbito de sua família. Comentários do tipo “*deixamos de ser cativos dos proprietários de terra, para sermos cativos do Banco*” eram comuns de serem ouvidos nessas reuniões, principalmente, nas primeiras vezes em que se faziam transações com créditos bancários.

Esse posicionamento dos assentados criou, principalmente no início dos trabalhos das Equipes Técnicas, uma tensão entre os assentados e os técnicos. As explicações destes últimos sobre as normas e exigências bancárias para acesso ao crédito de custeio eram vistas, por muitos assentados, como uma postura dos técnicos favorável ao Banco, um posicionamento que pretendia subordinar a prática produtiva dos assentamentos à lógica das exigências bancárias.

No início da atuação do Projeto Lumiar, essa percepção dos assentados era correta, pois os técnicos consideravam que as normas bancárias eram para ser cumpridas, sem questionamento. Foi a resistência e os questionamentos dos assentados que permitiram aos técnicos verificarem, na prática da assistência técnica, a inadequação dessas normas ao concreto da vida produtiva e às expectativas dos assentados. Essa constatação possibilitou aos técnicos elaborarem um posicionamento crítico sobre, não só a essas normas e procedimentos bancários, como em relação à própria política de crédito promovida pelo PROCERA/PRONAF, conforme será visto no desenvolvimento deste capítulo.

Essa compreensão crítica sobre as políticas governamentais de crédito e à lógica bancária, elaborada por assentados e técnicos a partir do cotidiano da vida produtiva, consubstanciou mais um campo de disputa no interior da relação entre assentados, técnicos do Lumiar, funcionários do INCRA e do Banco do Nordeste. Como poderá ser visto nos relatos de experiências concretas sobre a implantação dos projetos de crédito, durante a vigência do Lumiar na Paraíba, esse campo de disputa expressou-se na busca de alternativas, caso a caso, que viabilizasse o crédito, visto pela maioria dos assentados como direito a que tinham acesso. A experimentação dessas alternativas foi resultado da correlação de forças que cada assentamento conseguiu estabelecer nas suas relações com os técnicos e funcionários do INCRA e do Banco. Porém, esse campo de disputa manifestou-se também, como será analisado adiante, através do debate, entre os assentados, sobre as vantagens e desvantagens de acessar o crédito bancário, uma vez que parte deles rejeitavam inteiramente essa possibilidade.

A própria decisão sobre o que plantar com o crédito de custeio também era polemizada. Tanto pelo fato de que os assentados tinham de escolher as lavouras a serem plantadas dentro das opções que o crédito financiava, como pelo fato de existir avaliações diferenciadas entre os assentados sobre o que era mais conveniente, em termos da produtividade a ser obtida na terra do assentamento (“esta terra não é boa para tal produto, mas é boa para outro”) e em termos de mercado.

Outros aspectos que serão comentados mais adiante, também faziam parte das polêmicas produzidas nesse contexto, se não em todos, mas em vários assentamentos: a dimensão política da opção entre produzir através do trabalho individual das famílias nas parcelas de terra ou produzir através do trabalho coletivo do assentamento e a dimensão ética sobre pagar ou não pagar o empréstimo do crédito feito através de recursos públicos. Dessa forma, entendimentos diferenciados sobre o acesso ao crédito bancário se confrontavam nos assentamentos: o crédito como direito de cada família, o crédito como oportunidade para o exercício de gestão coletiva do trabalho, o crédito como recurso do Estado que não precisa ser devolvido, o crédito como dívida que precisa ser paga, o crédito como dívida que ameaça a sobrevivência e a autonomia da família.

Essa multiplicidade de aspectos polêmicos que emergiam nas discussões sobre os projetos para financiamento, através do crédito de custeio ofertado pelo PROCERA/PRONAF, exigia, para a maioria dos assentamentos que as realizavam pela primeira vez, várias reuniões seguidas, de tal forma que o debate pudesse fluir, até ser possível encontrar, para as famílias que tivessem interesse de ter acesso ao crédito, uma solução que contemplasse os interesses distintos sobre o que e como produzir.

No caso do crédito de custeio, era comum chegar-se a uma definição sobre o que cada família iria plantar, depois de várias reuniões com o assentamento como um todo, com os técnicos anotando a opção de cada uma delas e, na semana seguinte, quando os técnicos apresentavam os projetos e liam o que tinham elaborado, conforme a definição da semana anterior, vários assentados diziam que, pensando melhor a partir de conversas na família ou com outros assentados, tinham resolvido modificar o tipo de lavoura que iriam plantar com os recursos do crédito de custeio. Os técnicos tinham que recolher essas modificações, fazer novos cálculos e digitar novo projeto para o assentamento.

No assentamento Imbiras³⁶, no município de Massaranduba, tomado aqui como exemplo, para o crédito de custeio de 1997/1998, a Equipe Técnica que acompanhava esse assentamento planejou visitas aos lotes de terra para avaliar, com cada assentado, onde e como fazer o plantio das lavouras constantes do projeto financiado, antes da liberação da primeira parcela do crédito. O valor do crédito para cada assentado foi de R\$ 2.000,00 para plantação de um consórcio entre mandioca, milho e feijão, conforme decisão dos assentados, depois das inúmeras reuniões realizadas sobre esse assunto.

Como estava havendo um longo período de estiagem, houve uma negociação entre a agência do Banco do Nordeste da região, os assentados, o INCRA e a Equipe Técnica para que esse crédito fosse liberado em três parcelas. Essa liberação gradativa do crédito foi a forma encontrada para que o Banco fizesse essa liberação nesse período de estiagem, ao mesmo tempo em que se avaliava a possibilidade da lavoura plantada se viabilizar e a produção poder garantir o pagamento do empréstimo pelos assentados. Se a estiagem inviabilizasse a produção das lavouras plantadas, as parcelas restantes não seriam liberadas e, dessa forma, o débito dos assentados com o Banco seria menor. O Banco liberou, na primeira parcela, apenas 40% do valor do crédito contratado para cada assentado.

No entanto, esse processo de negociação entre INCRA, Comissão Estadual do PROCERA/Lumiar, Banco do Nordeste e assentados demorou mais de três meses, até que a decisão chegasse à agência local do Banco, na cidade de Campina Grande, para liberar os recursos aos assentados.

A demora na liberação dos recursos e a estiagem comprometeram toda a produção dos assentados. No mês de abril de 1998, a Equipe Técnica e a Associação do assentamento constatando essa perda, decidiram em reunião com os assentados não retirar as duas parcelas seguintes do crédito. A primeira parcela foi utilizada para pagamento dos insumos utilizados pelos assentados para o plantio da lavoura que se perdeu. A Equipe Técnica fez um laudo sobre a situação e conseguiu, junto ao Banco, a prorrogação das operações contratadas por dois anos. Esse fato permitiu aos assentados não serem considerados inadimplentes pelo Banco, o que lhes deu condições de terem acesso ao crédito custeio de 1999.

³⁶ Veja OLIVEIRA (2003).

Tendo em vista a demora na liberação dos recursos ocorrida com o crédito de custeio de 1998, a Equipe Técnica iniciou, com os assentados, a discussão desse crédito para 1999 no mês de novembro de 1998. Inicialmente, foi feita uma avaliação dos débitos do ano anterior e a capacidade de pagamento de cada família. Para o ano de 1999, o valor do crédito de custeio diminuiu de R\$ 2.000,00 para R\$ 1.300,00 por família, o que, em Imbiras, permitiu a implantação de apenas 1,3 hectares do consórcio mandioca, milho e feijão, por família. Nesse ano, o Banco liberou esse crédito em duas parcelas, uma no início do plantio no valor de 50% do crédito e os outros 50% no final do ano.

Apesar do empenho da Equipe Técnica e dos assentados, a liberação da primeira parcela, ocorreu apenas em maio de 1999, quando o período das chuvas já tinha passado. A segunda parcela foi paga em novembro de 1999. A opção dos assentados, decidida em assembléia do assentamento, foi pagar o que estavam devendo do custeio de 1998 com os recursos do custeio de 1999, aproveitando a possibilidade do desconto de 50% dessa dívida, o que equivalia a R\$ 400,00 por assentado. Mesmo assim, nesse ano, 75 famílias do assentamento plantaram, de forma consorciada, 97,5 hectares de mandioca, milho e feijão. Durante o ano de 2000, todas essas famílias pagaram o crédito de custeio de 1999 ao Banco, com o rebate de 50% do valor emprestado.

Para o ano de 2000, havia previsão, por parte dos órgãos de meteorologia, de chuvas regulares, o que, de fato, efetivou-se. Com a criação do PRONAF em substituição ao PROCERA, o valor do crédito de custeio voltou a ser de R\$ 2.000,00 por família e o rebate da dívida, quando paga em dia, caiu para 40% do valor emprestado.

Em dezembro de 1999, a Equipe Técnica iniciou com os assentados de Imbiras a discussão sobre os projetos de custeio para o ano seguinte. Foram realizadas seis reuniões com os assentados, com a participação da Associação local para elaboração desses projetos. No ano de 2000, o Banco do Nordeste conseguiu cumprir o cronograma de liberação do crédito nos prazos previstos, o que permitiu aos assentados receberem a primeira parcela a tempo de implantarem as lavouras no período das chuvas. Estava previsto que o crédito de custeio de 2000 seria todo pago, com o rebate de 50%, em dezembro de 2001. Com a finalização do Projeto Lumiar em junho de 2000, não foi possível acompanhar essa previsão. No entanto, até essa data, apesar de todas as

dificuldades, os assentados de Imbiras não estavam devendo nada do crédito de custeio ao Banco do Nordeste.

Durante esses três anos (maio de 1997 a junho de 2000), a Equipe Técnica visitava todos os lotes do assentamento para avaliar com as famílias o desenvolvimento da produção e as dificuldades encontradas. Fazia reuniões com grupos de assentados para troca de experiência e discussão de propostas sobre o desenvolvimento do trabalho produtivo, sobre a relação com o Banco e com o INCRA e outros temas ligados à atividade produtiva no assentamento, entre eles a questão da comercialização do que estava sendo produzido ou do excedente. As avaliações e propostas feitas nessas reuniões com pequenos grupos eram levadas para a assembléia mensal do assentamento, visando uma tomada de decisão conjunta. As pautas dessas assembléias eram preparadas pela Associação com o auxílio da Equipe Técnica, para o que se reuniam quinzenalmente.

O acompanhamento individualizado de cada família, nos roçados, sobre a produção financiada pelo crédito de custeio permitia também à Equipe Técnica discutir, com cada uma delas, outras alternativas de produção, não financiadas pelo Banco. Em Imbiras, os assentados plantavam também fava e, gradativamente, alguns assentados começaram a se interessar e a implantar frutíferas, como alternativa de produção.

Apesar da diminuição significativa da capacidade produtiva dos assentados em períodos de estiagem, chegando em algumas áreas a inviabilizar, totalmente, a produção, em alguns assentamentos, grupos de assentados, pela experiência acumulada de convivência com a seca e dependendo da lavoura plantada, conseguiam potencializar o máximo as poucas chuvas caídas, quando estas ocorriam. Por exemplo, no assentamento Estrela Dalva, no município de São Sebastião do Umbuzeiro, no Sertão paraibano, em 1999, 45 famílias tiveram um valor total financiado pelo crédito de custeio correspondente a R\$ 54.290,50 para plantação de 141,5 hectares de milho e feijão. Apesar da forte estiagem, conseguiram colher aproximadamente quatro toneladas desses produtos, alcançando uma receita de R\$ 56.440,00. Alguns agricultores desse assentamento chegaram a colher, nesse ano, 40 sacas de milho. Baseados nesse fato, os técnicos que acompanhavam esse assentamento comentaram no relatório sobre o crédito de custeio: *“Estes dados vem nos comprovar que a má distribuição das chuvas é fator de limitação da produção, no entanto, não deve ser interpretada como inviabilidade produtiva a ponto de se negar ao pequeno produtor o direito ao crédito”*, como foi

esboçado pelo Banco do Nordeste, o qual, nos períodos de forte estiagem, recomendava a não liberação do crédito de custeio para os assentamentos da região semi-árida.

A elaboração dos Projetos de custeio nos demais assentamentos obedecia, de maneira geral, os mesmos procedimentos descritos para o assentamento Imbiras. A Equipe Técnica que trabalhava nos assentamentos Padre Gino, 21 de Abril e João Pedro Teixeira, no município de Sapé, e no assentamento Santa Terezinha, no município de Pedras de Fogo, descreve, em seu relatório sobre o trabalho de elaboração dos Projetos de Custeio, a respeito das reuniões para levantamento das propostas produtivas dos assentados a serem financiadas por esse crédito:

“Estas reuniões eram realizadas com a finalidade de discutir com os agricultores todos os fatores inerentes às culturas por eles propostas. Elas não ocorriam de forma isolada, pois a equipe, sempre que possível, inseria o assunto da produção, mesmo em reuniões destinadas a outros fins. Eram discutidos, junto com os agricultores, os sistemas tradicionais de produção e os desenvolvidos por órgãos de pesquisa, custos de implantação comparando o orçamento do projeto com o orçamento levantado por eles, produção real, produção necessária para pagamento do crédito, aumento de produtividade, introdução de novas tecnologias, comercialização, entre outros assuntos”.

Sobre a elaboração formal do projeto escrito essa Equipe comenta:

“A elaboração do projeto era uma atividade realizada basicamente em escritório, contando com a participação de toda a equipe. O objetivo era tentar realizar o nivelamento de todos os técnicos quanto ao conhecimento do projeto (não só da confecção, mas das particularidades de cada área). Era realizada com uma certa dificuldade devido à falta de infra-estrutura básica, principalmente computadores e material de expediente. Após a confecção do projeto, o mesmo era apresentado às comunidades para conhecimento, correções e aprovação, para posterior entrega à Comissão Estadual do PROCERA”.

A Equipe também acompanhava o processo de análise dos projetos por essa Comissão e o processo de elaboração da documentação exigida pelo Banco do Nordeste para liberação do crédito, para cada família:

“Era efetuado pela Equipe Técnica o acompanhamento de todo o processo de análise dos projetos enviados, com a finalidade de esclarecer quaisquer dúvidas que viessem a existir. Durante a confecção das cédulas do INCRA (documento exigido pelo Banco para liberação do crédito), foi necessária a presença de técnicos da Equipe para

resolver pendências junto ao cadastro de alguns assentados. Este procedimento foi realizado em conjunto com funcionários do INCRA devido à necessidade de localizar e consultar o processo de cada assentado. Com o envio das cédulas já confeccionadas às agências do Banco do Nordeste, a Equipe firmou um acordo com o Gerente de Crédito do Banco para que pudesse realizar alguns procedimentos que culminariam em uma maior agilidade para liberação da primeira parcela para o plantio. (...) Paralelo a isso, eram dadas aos agricultores orientações quanto à organização dos mesmos para o recebimento da primeira parcela”.

Essas orientações referiam-se, principalmente, à: confecção das procurações e seleção dos devidos procuradores, quando fosse o caso; cuidados para receber o crédito na agência bancária; normas de funcionamento da agência bancária. Em cada assentamento, com a presença de um funcionário do Banco do Nordeste, em reunião marcada para esse fim, fazia-se a assinatura das cédulas definitivas relativas ao crédito de custeio para cada família.

Sobre o acompanhamento aos assentados, após a liberação da primeira parcela do crédito, o relatório da Equipe relata:

“Após a liberação dos recursos, dava-se o início do acompanhamento da fase de implantação das lavouras objetos do financiamento. (...) Apesar das dificuldades (excessivo número de famílias a serem acompanhadas), todos os roçados eram visitados e feitas anotações. Os resultados dessas visitas eram expostos e discutidos com a comunidade. Os agricultores que encontravam-se em situação irregular com a aplicação dos recursos eram chamados para resolver o problema e posteriormente liberava-se ou não a parcela seguinte do crédito, conforme decisão coletiva do assentamento. Esta prática de dialogar com os agricultores sempre surtiu efeito, fato este comprovado pelo baixo índice de pessoas em situação irregular perante a instituição financeira (inadimplência). (...) Um ponto de extrema relevância era a discussão sobre a compra de insumos de forma coletiva, principalmente os mais caros, como por exemplo, os adubos químicos. Esta atividade ocorreu primeiramente no assentamento Santa Terezinha e posteriormente nos demais assentamentos acompanhados pela Equipe. Uma das razões para convencimento dos agricultores em utilizar esta prática era a de redução significativa dos custos”.

Este último tipo de prática é citado pela maioria das Equipes Técnicas em seus relatórios sobre o trabalho de acompanhamento da utilização dos recursos do crédito de custeio, principalmente nos anos de 1999 e 2000.

Quanto às visitas aos roçados de cada família, a Equipe Técnica que acompanhou os assentamentos Dona Helena, Santana II e Campo de Sementes e Mudas, todos no município de Cruz do Espírito Santo, e o assentamento Nova Vivência, no município de Sobrado, comenta:

“A Equipe se dividia de acordo com o número de assentados para cada técnico da área agrônômica, ou seja, cada técnico da Equipe ficava responsável de fazer visitas periódicas a um número determinado de famílias, as quais eram feitas de forma sistemática para orientação e vistoria da área de plantio. (...) Com este procedimento, 100% dos lotes eram visitados pela Equipe. Vale salientar que periodicamente trocava-se o grupo a ser visitado, passando para outro técnico da Equipe, objetivando fazer um revezamento de maneira que cada técnico tivesse contato com todas as famílias e vice-versa. (...) As visitas periódicas e acompanhamento individual de cada família facilitava o seqüenciamento dos tratos culturais, possibilitando, assim, a liberação das parcelas do crédito de custeio a tempo hábil, conforme as necessidades e ritmo de trabalho de cada família. Essas visitas permitiam um processo de capacitação dos assentados de forma contínua e de acordo com as demandas de cada produtor”.

Essa prática do revezamento dos técnicos nas visitas aos lotes e a cada família, apesar de ser uma prática comum à maioria das equipes, assim como o destaque sobre o caráter de capacitação continuada que essas visitas possibilitavam, aparecem, apenas, nos relatórios de mais duas outras equipes técnicas.

A Equipe Técnica que trabalhou nos assentamentos dos municípios de Alagoa Grande, Matinhas e Massaranduba³⁷, todos da região do Brejo, descreve o trabalho realizado para o acompanhamento do desembolso dos recursos do crédito de custeio do ano 2000, informando sobre a discussão coletiva realizada sobre as informações colhidas nas visitas a cada lote, antes de comporem os laudos técnicos enviados ao Banco, exigidos para liberação das parcelas do crédito:

“Para o acompanhamento do desembolso do crédito de custeio do ano 2000 foi feito um planejamento que permitiu a presença da Equipe, desde a definição e organização do calendário de desembolso até a liberação das parcelas do crédito, na intermediação entre os assentados e a agência do Banco do Nordeste em Alagoa Grande. A primeira parcela foi liberada em fevereiro de 2000. Sempre às vésperas

³⁷ Veja OLIVEIRA (2003).

desse tipo de liberação, a Equipe apresentava e discutia com os assentados as observações feitas durante a inspeção técnica em cada lote e a finalidade a que se destinava cada parcela do crédito de custeio. Este procedimento facilitou a compreensão e responsabilização dos assentados quanto aos contratos, influenciou a aplicação racional dos recursos e a melhoria das condições de cultivo de cada cultura. (...) O trabalho de inspeção técnica concentrou-se no primeiro semestre e irá estender-se até a colheita do milho seco, da fava, do feijão carioca e do algodão. Estão sendo visitados, sistematicamente, todos os lotes. As informações colhidas estão sendo discutidas com as famílias, nos seus respectivos roçados e nas assembleias dos assentamentos. Depois de discutidas, reformuladas e aprovadas coletivamente, essas informações são enviadas ao Banco do Nordeste. Os problemas técnicos e operacionais vêm sendo discutidos com as associações dos assentamentos e com a participação massiva dos assentados”.

Este tipo de prática, em relação ao crédito de custeio de 2000, foi comum às demais equipes técnicas, conforme pode ser observado nos relatórios sobre essa atividade.

No assentamento Tubarão, no município de São José do Bonfim, no Sertão, o primeiro crédito de custeio dos assentados, em 1999, não foi liberado, segundo a Equipe Técnica que acompanhava esse assentamento, devido ao atraso no envio do projeto à agência do Banco do Nordeste de Patos, por parte da Comissão Estadual do PROCERA. As 67 famílias desse assentamento tinham feito projetos para plantação de 110 hectares de milho, feijão, algodão, gergelim e arroz, com um valor a ser financiado de R\$ 43.943,70.

O mesmo fato ocorreu no assentamento Campo Comprido, no município de Patos, também no Sertão, e acompanhado pela mesma Equipe. Nesse assentamento, o projeto de custeio previa a plantação de 220 hectares das mesmas lavouras do assentamento Tubarão e somava um valor total de R\$ 109.981,95. A forte estiagem ocorrida na região pode ter influenciado, tanto a Comissão Estadual do PROCERA, como o Banco do Nordeste, a não liberar o crédito. No entanto, nenhuma informação a esse respeito foi repassada aos técnicos do Lumiar e nem aos assentados.

A hipótese de falha no encaminhamento da Comissão Estadual do PROCERA ao não encaminhar o projeto de custeio desses assentamentos se sustenta pelo fato do assentamento Fortuna, no município de Jericó, acompanhado pela mesma Equipe Técnica, na mesma região, e no mesmo ano, ter recebido o crédito, apesar de ter

sido liberado com atraso. Neste último assentamento, das 73 famílias que o integravam, 66 delas fizeram o crédito de custeio, em 1999, para plantarem 205 hectares das mesmas lavouras que constavam dos projetos dos outros dois assentamentos, correspondendo a um valor financiado de R\$ 30.085,30.

A não liberação do projeto de custeio de 1999 para os dois assentamentos citados teve desdobramentos diferentes em cada um deles. No assentamento Campo Comprido, no ano de 2000, mesmo com previsão de estiagem, de suas 86 famílias, 83 delas fizeram o projeto e foram contempladas com o crédito de custeio para as mesmas lavouras previstas de serem financiadas no ano anterior. Apenas diminuiu a área plantada, passando dos 220 hectares de 1999 para 185 hectares em 2000, correspondendo a um valor financiado de R\$ 91.307,70, inferior ao que foi solicitado em 1999. Já no assentamento Tubarão, de suas 67 famílias, apenas 31 aceitaram fazer o projeto de custeio para o ano 2000, assim mesmo para plantar apenas 42,4 hectares de algodão, num valor a ser financiado de R\$ 25.016,00. No entanto, com o atraso na liberação dos recursos solicitados, apenas 15 famílias aceitaram receber o crédito. De um lado, havia o receio dos assentados de não conseguirem pagar ao Banco e, de outro, mesmo sem o financiamento, os assentados conseguiam, com seus próprios recursos, manter a subsistência de suas famílias, nos padrões de subsistência comuns às famílias de pequenos produtores sertanejos em períodos de seca.

No entanto, não deixa de ser significativo o fato dos dois assentamentos, de uma mesma região, com histórias semelhantes, reagirem de formas distintas a uma situação comum. Este é mais um fato que reforça o que tem sido destacado neste trabalho sobre a complexidade e multiplicidade de reações entre os assentados, indicando que, nos assentamentos, os processos sociais, mesmo aqueles ligados à vida produtiva, são suficientemente heterogêneos para se enquadrarem numa análise que se pretenda única e homogeneizadora, a qual corre o risco previsto por Carvalho (2003): *“A expressão usual ‘assentamento de reforma agrária’ pode induzir, seja por desconhecimento seja por simplificação, a uma tendência de homogeneizar um universo altamente diversificado e heterogêneo”* (p. 15).

1. Crédito de Custeio: o financiamento das lavouras

As informações sobre as culturas implantadas, área plantada, número de famílias beneficiadas e os valores financiados através do crédito de custeio para os

assentamentos acompanhados pelo Projeto Lumiar na Paraíba, durante os anos de 1997 a 2000, em cada mesorregião do estado, estão sistematizadas nas Tabelas 10 a 15*. Como não foi possível conseguir as informações sobre os projetos para o crédito de custeio dos seis assentamentos acompanhados pelos técnicos da COOPERVIDA/MST, os dados dessas tabelas referem-se aos 50 assentamentos acompanhados pelos técnicos da COAGEP, considerando-se que, em 20 deles, o Projeto Lumiar iniciou em maio de 1997 e, nos outros 30, iniciou em outubro de 1998. Portanto, os projetos para o crédito de custeio de 1998 referem-se a esses 20 assentamentos iniciais e dos anos de 1999 e 2000 referem-se ao conjunto dos 50 assentamentos.

Quando os técnicos do Lumiar iniciaram o trabalho nos 06 assentamentos acompanhados pelo MST e nos 20 assentamentos que passaram a ser acompanhados pela COAGEP, em 07 deles, o crédito de custeio de 1997 já havia sido elaborado, na maioria dos casos por técnicos da EMATER, portanto, fora do âmbito do Projeto Lumiar e, em relação aos quais, não foi possível obter informações sistematizadas que permitissem ser comparadas com os dados organizados pelas Equipes Técnicas do Lumiar, para os anos de 1997 a 2000. O mesmo fato ocorreu em 04 dos 30 assentamentos que começaram a receber a assistência técnica do Lumiar em outubro de 1998, em relação ao crédito de custeio de 1998 e, portanto, não foram considerados na elaboração das Tabelas.

As Tabelas 10, 12 e 14 apresentam os dados referentes ao crédito de custeio dos assentamentos acompanhados pelo Projeto Lumiar, através da COAGEP, nos anos de 1998 a 2000, para as regiões Zona da Mata, Brejo e Sertão, respectivamente. Esses dados dizem respeito às lavouras implantadas, à área plantada (em hectares) e aos valores financiados para cada lavoura (em R\$ 1.000,00).

Inicialmente, como já foi assinalado, é interessante observar que, em 1998, dos 26 assentamentos acompanhados pelo Projeto Lumiar na Paraíba, 19 deles (73,1%) tiveram acesso ao crédito de custeio pela primeira vez. Em 1999, dos 30 novos assentamentos que passaram a ser acompanhados pelo Projeto, a partir de outubro de 1998, 26 deles (86,7%) também elaboraram seus projetos para o crédito de custeio pela primeira vez.

Este fato junta-se a outros fatores para indicar que os dados das tabelas relativas ao crédito de custeio referem-se a um período de instabilidade em relação às

* As tabelas encontram-se no final do capítulo.

atividades produtivas desses assentamentos, um período caracterizado muito mais como de experimentação. Portanto, qualquer tendência que se possa verificar através desses dados é apenas mero indicativo. Seria necessária uma observação de mais longo prazo para se buscar, com mais consistência, as tendências produtivas desses assentamentos e a postura dos assentados frente às políticas de crédito para a agricultura familiar.

Além do fato, para a maioria dos assentamentos, de ser a primeira experiência com o crédito de custeio, outros fatores se destacaram na produção da instabilidade das condições em que esse crédito ocorreu durante a vigência do Projeto Lumiar. Um desses fatores diz respeito à estiagem que atingiu, de forma diferenciada, nos anos de 1998 e 1999, as várias regiões do estado, inviabilizando, em vários assentamentos, tanto a colheita das lavouras plantadas, como a própria liberação do crédito de custeio, como já foi exemplificado no relato sobre a forma de trabalho das Equipes Técnicas em relação à elaboração dos projetos de custeio dos assentamentos.

Um outro fator diz respeito às constantes mudanças, feitas pela Comissão Estadual do PROCERA/PRONAF e do Banco do Nordeste, em relação aos procedimentos bancários e formais exigidos para a elaboração dos projetos, dos critérios para a liberação dos recursos, dos valores financiados, das planilhas para cálculo do financiamento para cada lavoura. A relação das diversas agências do Banco do Nordeste com os assentados e com os técnicos também se diferenciava de uma para outra e, às vezes, de um funcionário para outro, dentro da mesma agência, tanto em relação às informações e exigências operacionais, como em relação ao atendimento aos assentados, variando da frieza burocrática ao acolhimento cordial.

O fato de se ter uma quantidade numerosa de pequenos agricultores freqüentando as agências do Banco do Nordeste era uma novidade tanto para os agricultores como para os funcionários dessas agências. Por isso, as dificuldades de comunicação eram comuns e produziam avaliações diferenciadas entre os assentados, os técnicos do Lumiar e os funcionários do Banco sobre as operações bancárias referentes ao crédito de custeio.

Considerando os fatores de instabilidade e o caráter de experimentação relativo às atividades produtivas dos assentamentos estudados, é possível, no entanto, destacar alguns aspectos relacionados à produção desses assentamentos no âmbito do crédito de custeio. Vale ressaltar que o que se está analisando aqui são as atividades agrícolas financiadas pelo Crédito de Custeio do PROCERA/PRONAF no período estudado. Em relação a outras lavouras produzidas pelos assentados e que não foram

financiadas por esse crédito não estarão sendo analisadas por falta de dados. No entanto, os dados disponíveis, que cobriam as principais atividades agrícolas dos assentamentos, permitem a formulação, dentro das características do período estudado, de alguns indicativos.

Na Zona da Mata, conforme os dados da Tabela 10, é possível verificar que a plantação do inhame, da mandioca e do abacaxi são as atividades agrícolas financiadas pelo crédito de custeio que se destacaram nessa região durante 1998 a 2000, tanto em relação ao número de famílias que as desenvolveram, como em relação à área plantada e ao valor financiado. Vale destacar que o inhame e o abacaxi são produtos destinados, fundamentalmente, à comercialização e a mandioca, pela área total plantada, também tem uma parte dela destinada à comercialização da raiz ou transformada em farinha, também para auto-consumo e venda.

Portanto, nessa região, as principais atividades agrícolas estiveram, nesse período, mesmo que parte delas destinadas para o auto-consumo familiar, voltadas, significativamente, para a comercialização. Este fato foi observado, também, na pesquisa sobre os impactos regionais da reforma agrária, nas várias regiões do país pesquisadas (Heredia e outros, 2002: 18 e 19). Vale destacar que, conforme o Censo Agropecuário de 1995/96, na Paraíba, a presença da produção dos pequenos estabelecimentos agrícolas é fundamental nas lavouras de inhame (participação em 99,3% da produção do estado), da mandioca (83,9%) e do abacaxi (50,5%). Portanto, o destaque da produção dessas lavouras nos assentamentos estudados, enquadra-se e reflete o que já vinha ocorrendo no estado em relação à importância da agricultura familiar na participação dessa produção.

“Esses dados mostram que a produção de lavouras alimentares tradicionais no Estado passa pela pequena propriedade. A explicação para isso certamente está nos baixos preços destes produtos que não são atrativos nem viáveis para as unidades de produção que estão organizadas sob a influência da lei do lucro. Como são atividades fortes absorvedoras de mão-de-obra, elas encontram guarida na pequena produção que se organiza com base no trabalho familiar, onde a estratégia fundamental da organização não é o lucro, mas a sobrevivência da unidade familiar que é ao mesmo tempo unidade de produção e de consumo”. (Targino e Moreira, 2004: 23-24).

Da mesma forma, os dados relativos à produção nos assentamentos acompanhados pelo Lumiar, na Paraíba, indicam, como em assentamentos de outras regiões do país, a prevalência de uma concepção de vida *“cuja proposta é ir além da*

subsistência, alargar as possibilidades da economia familiar sem dela fazer uma economia empresarial ou patronal". (Martins, 2003: 21).

"Dessa forma, o autoconsumo e a comercialização não são objetivos antagônicos, como alguns estudos precipitados pretendem sugerir, mas funcionam aqui como estratégias complementares e articuladas, que visam a reprodução da família durante todo o ano". (Wanderley, 2003: 220).

São essas perspectivas que dão sentido às experimentações sobre o que é melhor produzir. Por isso, é possível verificar que algumas lavouras, na Zona da Mata, como nas outras regiões do estado, foram experimentadas e, posteriormente abandonadas, como, por exemplo, a melancia plantada por 05 famílias em 1998, sendo 03 delas, no assentamento Gurugi II, e uma, no assentamento Barra do Gramame, no município do Conde, e uma outra no assentamento 21 de Abril, no município de Sapé. Nos anos seguintes, a melancia não foi mais plantada, pelo menos, como lavoura financiada pelo crédito de custeio. Sobre o plantio da melancia, o relatório da Equipe Técnica que trabalhou nos assentamentos Gurugi II e Barra do Gramame comenta:

"Com a cultura da melancia, no momento da frutificação, ocorreu uma estiagem prolongada, a qual promoveu uma elevada incidência de frutos com podridão apical causada por deficiência hídrica. Em seguida ocorreram algumas precipitações ocasionais que, encontrando os frutos murchos, provocaram uma absorção demasiada de água, o que produziu rachaduras e o apodrecimento desses frutos ainda verdes, inviabilizando a colheita".

A irregularidade das chuvas também prejudicou, em 1998/99, outras lavouras, como a batata-doce e o amendoim.

O consórcio mandioca/milho aparece também, apenas em 1999, plantado por 04 famílias, sendo 5,10 hectares plantados por 03 famílias do assentamento Vida Nova e 1,87 hectares plantados por uma família do assentamento Santa Helena I, no município de Sapé.

Por outro lado, algumas lavouras foram plantadas, inicialmente, por poucas famílias e, gradativamente, nos anos subseqüentes, tiveram aumentado o número de famílias que passaram a produzi-las e a área plantada. Este é o caso do algodão, que, em 1998, é plantado apenas por uma família em 1,59 hectares no assentamento 21 de Abril, no município de Sapé; em 1999, é plantado por 04 famílias em 5,40 hectares no mesmo assentamento e, em 2000, passa a ser plantado por 38 famílias em 50,15 hectares, em 5 assentamentos diferentes, nos municípios de Sapé e Cruz do Espírito Santo. A

observação *in loco* e o contato com os assentados permitiu constatar, como os números da Tabela 10 indicam, o aumento do algodão como lavoura que passou a interessar, gradativamente, um maior número de assentados desses municípios, pelo menos durante o tempo de atuação do Lumiar.

O mesmo processo ocorre com o feijão que, em 1998, foi plantado, em consócio com o milho, por apenas uma família no assentamento Padre Gino, no município de Sapé. A estiagem ocorrida na região, nesse ano, explica a ausência do feijão como lavoura financiada pelo crédito de custeio. Em 1999, com uma estiagem menos extensiva na região, a área plantada com feijão sobe para 381,38 hectares, sendo 93,39 hectares plantados com feijão isolado, 16,84 hectares plantados em consócio com a mandioca e 271,15 hectares em consócio com o milho. Nesse ano, na Zona da Mata, 230 famílias plantaram feijão com financiamento do crédito de custeio, nos assentamentos acompanhados pelo Lumiar. Já no ano 2000, a área total plantada com feijão nesses assentamentos cai para 166,02 hectares, sendo plantado apenas de forma isolada, abandonando-se a técnica do plantio em consócio. De 1999 para 2000, a área de plantio isolado do feijão sobe de 93,39 para 166,02 hectares, assim como, nesse mesmo período, a área de plantação do milho isolado sobe de 14,94 para 98,82 hectares e os 423,96 hectares plantados com mandioca se dá também de forma isolada, confirmando o abandono do plantio consorciado pelos assentados, pelo menos no ano de 2000.

Neste ano, nos assentamentos da Zona da Mata, aparece o gergelim plantado pela primeira vez por 12 famílias em 14,40 hectares, em 04 assentamentos: 06 famílias no assentamento Vida Nova; 04 no assentamento Padre Gino; 01 no assentamento 21 de Abril e 01 no assentamento João Pedro Teixeira, todos no município de Sapé. A experimentação do gergelim como lavoura plantada nesses assentamentos foi fruto do trabalho das equipes técnicas que acompanhavam esses assentamentos, iniciando-se com campos de experimentação, nessas áreas, e colocando os assentados interessados no plantio dessa lavoura em contato direto com compradores do produto. Na pesquisa coordenada por Heredia e outros (2002), o gergelim aparece como uma das lavouras introduzidas pelos assentamentos da Zona Canavieira nordestina.

A pesquisa sobre os impactos regionais da reforma agrária (Heredia e outros, 2002) constatou que, na safra de 1998/1999, os principais produtos plantados nos assentamentos da Zona Canavieira do Nordeste, onde se inclui a Zona da Mata paraibana, pela ordem de importância foram: mandioca, feijão, milho, inhame e banana.

As culturas do algodão e do abacaxi plantadas nos assentamentos dessa região, na Paraíba, e acompanhados pelo Lumiar, também aparecem, com certo destaque, nessa pesquisa, para a região canavieira do Nordeste. Apenas a banana, que aparece com destaque nessa mesma região de outros estados, aparece apenas, com relativo destaque, nos assentamentos do Brejo paraibano acompanhados pelo Lumiar.

Em relação à área total plantada na Zona da Mata, com os recursos do crédito de custeio, nos assentamentos acompanhados pelo Lumiar, verifica-se, pela Tabela 10, que, em 1998, essa área correspondia a um total de 830,26 hectares para 14 assentamentos, o que, na média, equivale a uma área plantada de 59,30 hectares por assentamento, número que tem a única função de servir de comparativo com os dois anos subsequentes. Em 1999, essa área sobe para 1.826,13 hectares para 19 assentamentos que, na média, corresponde a 96,11 hectares por assentamento. Em 2000, a área plantada corresponde a 1.813,81 hectares, correspondendo a uma média de 95,46 hectares por assentamento. Portanto, a média de hectares plantados por assentamento indica um aumento significativo de 1998 para 1999 e uma estabilidade entre 1999 e 2000.

Essa mesma evolução pode ser observada, comparando-se os dados da Tabela 10 em relação à área plantada, com os dados da Tabela 16 referentes ao número de famílias que retiraram o crédito de custeio na Zona da Mata. Em 1998, este número foi de 955 famílias, com uma média de 0,87 hectare plantado por família. Em 1999, o número de famílias que retiraram o crédito de custeio foi de 1.386, com uma média de 1,32 hectare plantado por família e, em 2000, foram 1.389 famílias, com uma média de 1,31 hectare plantado por família, praticamente a mesma do ano anterior.

Portanto, há também um aumento da área plantada por família de 1998 para 1999 e uma estabilidade entre 1999 e 2000, o que não pode ser considerado uma tendência, pois os dados referem-se a uma comparação entre uma seqüência de apenas três anos. Talvez, no máximo, esses dados possam sugerir o início de uma estabilidade na relação entre os técnicos do Projeto Lumiar com os assentados, no que se refere aos procedimentos relativos ao crédito de custeio. A interrupção prematura do Lumiar pode ter frustrado um processo que começava a ultrapassar as dificuldades iniciais.

Em relação aos valores dos recursos financiados aos assentados através do crédito de custeio, pode-se observar, pela Tabela 10, que, na Zona da Mata, eles evoluíram de R\$ 1.681.850,00 (em 1998) para R\$ 1.928.620,00 (em 1999) e para R\$ 2.694.130,00 (em 2000).

Pela Tabela 11, é possível verificar-se a distribuição desses recursos pelos municípios da Zona da Mata, onde esses assentamentos se situam. O fato de, no município de Sapé, se localizarem 07 dos 19 assentamentos dessa região, acompanhados pelo Lumiar a partir de outubro de 1998, absorvendo 36,2% das famílias desses assentamentos, explica o volume maior de recursos do crédito de custeio alocados nesse município, atingindo, nos três anos de vigência do Projeto, a soma de R\$ 1.602.810,00.

Vale destacar que esses valores correspondem apenas aos recursos do crédito de custeio e dos assentamentos acompanhados pelo Lumiar. Nesses municípios, existem outros assentamentos que também recebem esse e outros créditos, além do que produzem de renda monetária com a comercialização do conjunto da produção.

No entanto, os dados da Tabela 11 servem para dar uma idéia do volume de recursos que circulam nos municípios, neste caso, da Zona da Mata, onde existem assentamentos de reforma agrária. Como o crédito de custeio é liberado anualmente, os dados indicam que o volume dos recursos que circulam nos municípios, através desse crédito aos assentamentos, representa um valor significativo na dinamização da economia desses municípios.

Sobre esse aspecto, a pesquisa sobre os impactos regionais da reforma agrária (Heredia e outros, 2002) afirma:

“Vários depoimentos apontam que o crédito concedido aos assentamentos repercute diretamente na dinâmica do comércio local dos municípios próximos, onde boa parte dos assentados faz suas compras. Uma estimativa do valor total do crédito emprestado aos assentados nos municípios pesquisados (safra 98/99), mostra que eles representam 12,5% do total do crédito rural movimentado nesses municípios, (...) chegando a 80% no caso da Zona Canavieira Nordestina”. (idem: 23-24).

A Tabela 12 sistematiza os dados do crédito de custeio referentes aos assentamentos da região do Brejo acompanhados pelo Projeto Lumiar/PB, a respeito das culturas implantadas, área plantada e valor dos financiamentos, durante os três anos de vigência do Projeto.

Por essa Tabela, é possível verificar que as lavouras que mais se destacaram nesses assentamentos e nesse período foram o feijão, o milho e a mandioca, plantados isoladamente ou em consórcio entre si e, em algumas áreas, em consórcio com a fava. Pelas Tabelas 12 e 17, é possível observar que, nos assentamentos do Brejo, o feijão, em 1998, foi plantado em apenas 136,50 hectares, por 256 famílias, com uma média de 0,53

hectare por família. Em 2000, o feijão passou a ser plantado em 1.019,21 hectares, por 702 famílias, com uma média de 1,45 hectare por família. Esse fato se deve ao aumento do número de assentamentos que passaram a ser trabalhados pelo Lumiar na região do Brejo (de 06 assentamentos, em maio de 1997, para 16, em outubro de 1998) e pela forte estiagem ocorrida nessa região entre 1998 e 1999. Além disso, em todos os 22 assentamentos do Brejo acompanhados pelo Lumiar, esses foram os primeiros projetos de custeio a que tiveram acesso, o que justifica um processo gradativo de adaptação dos assentados em relação à experiência de captar financiamento através de crédito bancário.

Processo semelhante ao feijão ocorreu com o milho e a mandioca. Com o financiamento do crédito de custeio, o milho, em 1998, foi plantado por 277 famílias em 190,90 hectares, com uma média de 0,69 hectare por família. Em 2000, o milho foi plantado por 662 famílias em 1.003,43 hectares, com uma média de 1,52 hectare por família. A mandioca, em 1998, foi plantada por 339 famílias em 216,30 hectares, com uma média de 0,64 hectare por família, enquanto que, em 2000, foi plantada por 733 famílias em 973,14 hectares, com uma média de 1,33 hectare por família.

Diferentemente da Zona da Mata, no Brejo, os assentados continuaram utilizando a técnica, tradicional na região, do plantio em consórcio para as culturas da fava, feijão, mandioca e milho. No entanto, os números diferentes em relação à área plantada, em cada um dos três anos analisados, para cada uma dessas lavouras, isoladamente ou em consórcio, indica que, mesmo para essas lavouras tradicionais, muitos assentados ainda experimentavam qual a forma de plantio mais adequada. Portanto, o caráter de experimentação também estava presente nos assentamentos do Brejo, como nos da Zona da Mata.

Essa experimentação pode ser identificada também em relação à cultura do abacaxi, do inhame e do algodão. O abacaxi foi plantado por 11 famílias, em 1999, em 4,11 hectares no assentamento Santa Lúcia, no município de Araçagi e, em 2000, plantada por apenas 8 famílias em pouco mais de 2,0 hectares, no mesmo assentamento.

Da mesma forma, o inhame, principal produto financiado pelo crédito de custeio nos assentamentos da Zona da Mata, tem nos assentamentos do Brejo, acompanhados pelo Lumiar, uma importância limitada e decrescente nos três anos analisados. Em 1998, 98 famílias plantaram o inhame em 34,0 hectares; em 1999, foram 99 famílias em 25,97 hectares; em 2000, o inhame foi plantado por apenas 14 famílias em 2,20 hectares.

Se, durante os três anos analisados, houve uma diminuição na plantação do abacaxi e do inhame, com o algodão foi o contrário. Em 1998, o algodão não foi plantado, com o crédito de custeio, em nenhum assentamento do Brejo acompanhado pelo Lumiar, mas, em 1999, foi plantado por 59 famílias em 66,29 hectares de 04 assentamentos diferentes, enquanto no ano de 2000, foi plantado por 176 famílias em 182,46 hectares de 07 assentamentos do Brejo.

Na Tabela 12, verifica-se que, em 1998, houve a destinação para 57 famílias do *crédito pecuário* no valor total de R\$ 28.850,00. Este fato ocorreu no assentamento Santa Lúcia e os recursos foram utilizados para a compra de ração para o gado existente no assentamento. Nesse ano, a forte estiagem da região comprometeu o pasto e o acesso à ração verde para o gado, o que levou a Equipe Técnica e a diretoria da associação do assentamento a negociar com a Comissão Estadual do PROCERA a liberação emergencial desse crédito para a compra de ração industrial, visando a alimentação do gado, evitando a perda ou a venda dos animais por parte dessas famílias.

A Tabela 13 mostra a distribuição dos recursos do crédito de custeio dos assentamentos do Brejo, acompanhados pelo Lumiar, pelos municípios onde esses assentamentos estão instalados. Esta Tabela tem um caráter meramente indicativo sobre o volume dos recursos desse crédito por cada município, para que se possa ter uma idéia de como a presença dos assentamentos pode dinamizar a vida econômica local, como foi sugerido para os assentamentos da Zona da Mata.

A Tabela 14 apresenta os dados do crédito de custeio para os assentamentos do Sertão paraibano, relativos às culturas implantadas, à área plantada e o valor financiado para cada lavoura, durante os anos de 1999 a 2000, quando da presença do Projeto Lumiar nesses assentamentos.

Pela Tabela 14, é possível verificar que nos assentamentos a que ela se refere e no período estudado, o algodão, o milho e o feijão foram as lavouras mais plantadas, conforme a tradição da agricultura familiar na região. A pesquisa sobre os impactos regionais da reforma agrária (Heredia e outros, 2002) verificou que, no Sertão do Ceará, região pesquisada que mais se aproxima do Sertão paraibano, para a safra de 1998/1999, esses mesmos três produtos também foram os mais plantados.

Em 2000, houve um aumento do número de famílias e da área plantada relacionados ao algodão e um decréscimo em relação ao milho e feijão. Segundo depoimentos dos técnicos que trabalharam nesses assentamentos, esse decréscimo correspondeu a um aumento do plantio do gergelim. Incentivados pelas Equipes

Técnicas, em 1999, 23 famílias do assentamento Acauã, no município de Aparecida, plantaram 16,0 hectares de gergelim financiado pelo crédito de custeio e 06 famílias do assentamento São Francisco II, no município de Cachoeira dos Índios, plantaram 2,3 hectares. Baseados no bom resultado da produtividade e da venda do gergelim obtido por essas famílias, em 1999, principalmente em Acauã, em 2000, 93 famílias de 4 assentamentos diferentes plantaram 64,65 hectares de gergelim.

Dentro do quadro de experimentações que caracterizou a vida produtiva dos assentamentos durante o período de vigência do Projeto Lumiar, o gergelim, tanto no Sertão, como na Zona da Mata, começou a despontar como uma possível lavoura alternativa às culturas tradicionais nos assentamentos acompanhados pelo Projeto, fato também observado em outros assentamentos da Zona Canavieira Nordestina. (Heredia e outros, 2002: 21).

A plantação do arroz de sequeiro, apesar de ser cultura tradicional no Sertão, também, nos assentamentos acompanhados pelo Lumiar, nessa região, enquadra-se dentro desse processo de experimentação. Em 1999, 02 entre as 120 famílias do assentamento Acauã, 10 entre as 21 famílias do assentamento São Francisco II e 20 entre as 32 famílias do assentamento Santo Antônio, plantaram 35,65 hectares de arroz, com uma média de 1,11 hectare por família. No entanto, em 2000, 12 famílias, apenas do assentamento Acauã, plantaram 9,4 hectares de arroz, com uma média de apenas 0,78 hectare por família.

O aumento do número de famílias de Acauã que plantaram arroz, numa área menor, comparando-se 2000 com 1999 e a desistência de plantar essa lavoura, por parte das famílias dos outros assentamentos, indica esse caráter de experimentação. Os motivos para continuar plantando, passar ou deixar de plantar arroz, segundo depoimentos dos técnicos, eram variados para cada família, dependendo da destinação do produto, se para auto-consumo ou comercialização, a estiagem de 1999, a quantidade de trabalho necessária aos cuidados com a lavoura e a experiência anterior com esse plantio. Por serem vários os motivos, segundo os técnicos, ficava difícil prever o desempenho dos assentados em relação ao cultivo dessa lavoura nos anos subsequentes.

A Tabela 15 mostra os valores dos recursos do crédito de custeio para os assentamentos do Sertão, acompanhados pelo Projeto Lumiar, distribuídos pelos municípios onde esses assentamentos estão instalados, para os dois anos de vigência do Projeto nessa região. O valor maior de R\$ 310.040.000,00 desses recursos, durante 1999 e 2000, localizados no município de Aparecida justifica-se pelo fato de estar instalado

nesse município um dos maiores assentamentos da região, o assentamento Acauã com 120 famílias. No entanto, no município de Monteiro, onde está instalado o assentamento de Santa Catarina, também com 120 famílias, agregou no ano de 2000, R\$ 72.670.000,00 – uma vez que, em 1999, esse assentamento não foi contemplado com o crédito de custeio, conforme já foi assinalado – metade do valor recebido pelo assentamento Acauã no mesmo ano. Esses números indicam a diferença de desempenho entre os assentamentos de uma mesma região, mas também sugerem o desempenho diferenciado entre as Equipes Técnicas que atuaram nesses dois assentamentos.

A Tabela 16 apresenta os dados referentes ao número de famílias que efetivamente retiraram o crédito de custeio, comparado ao número de famílias que tinham possibilidade de ter acesso a esse crédito, para cada região e por ano de vigência do Projeto. Esse segundo número diz respeito apenas às famílias instaladas nos assentamentos que tiveram acesso ao crédito de custeio em cada ano de atuação do projeto. Para cada um desses anos, os números de famílias dos assentamentos que não tiveram acesso ao crédito de custeio não foram computados.

A comparação entre esses dados apresentados pela Tabela 16 permite perceber a porcentagem das famílias dos assentamentos de cada região que aceitaram receber o crédito de custeio, portanto, que aderiram ao financiamento bancário para custear a produção. Por consequência, é possível saber o contrário, ou seja, a porcentagem das famílias dos assentamentos acompanhados pelo Lumiar, em cada região, que não aceitaram receber esse crédito, apesar da disponibilidade concreta da oferta do crédito, ou seja, que deliberadamente não aderiram ao financiamento bancário da produção.

Na Zona da Mata, durante os três anos de atuação do Projeto Lumiar, a porcentagem de famílias que aderiram ao crédito de custeio manteve-se praticamente a mesma: 88,8%, em 1998; 88,4%, em 1999 e 88,6%, em 2000. Uma porcentagem bastante próxima se repete para a região do Brejo: 88,8%, em 1998; 83,6%, em 1999 e 86,6%, em 2000. Para os assentamentos do Sertão, essas porcentagens são um pouco menores: 76,3%, em 1999 e 71,3%, em 2000. Para o conjunto dos assentamentos acompanhados pelo Lumiar na Paraíba, a porcentagem das famílias que aderiram ao crédito de custeio, durante os três anos de atuação do Projeto, mantém-se praticamente a mesma: 88,8%, em 1998; 84,8%, em 1999 e 84,2%, em 2000.

Esses dados são maiores do que os dados encontrados pela pesquisa sobre os impactos regionais da reforma agrária (Heredia e outros, 2002), quando afirma que 66%

das famílias pesquisadas tiveram acesso ao crédito de custeio, apesar de que essa porcentagem chega a 83% no Sertão do Ceará (p: 23). Um fator que pode explicar a porcentagem maior de famílias dos assentamentos acompanhados pelo Lumiar na Paraíba que tomaram crédito para o custeio, em relação à porcentagem encontrada pela pesquisa citada, talvez seja a contribuição da assistência técnica sistemática proporcionada pelo Projeto Lumiar.

A constância das porcentagens de famílias que acessaram o crédito de custeio nos assentamentos das três regiões do estado e durante os três anos de vigência do Lumiar indica, em primeiro lugar, que há, entre as famílias assentadas, como foi comentado na introdução deste capítulo, posicionamentos divergentes sobre as vantagens e desvantagens de se tomar empréstimos bancários para financiar a produção. Dos dados levantados por este estudo sobre o crédito de custeio nos assentamentos acompanhados pelo Projeto Lumiar na Paraíba, estes, sobre a adesão dos assentados em relação ao financiamento bancário, parecem ser os únicos que mantêm uma constância significativa para o conjunto das famílias assentadas, durante o período estudado.

Os dados da Tabela 16 indicam, portanto, que entre o conjunto das famílias assentadas, em todas as três regiões do estado e durante os três anos do Lumiar, há uma porcentagem que varia entre 15,8%, em 1998 a 11,2%, no ano 2000 que, apesar de ter a possibilidade de receberem o crédito de custeio, não aderiram a essa possibilidade. Essa porcentagem é maior para a região do Sertão, onde varia entre 23,7%, em 1999, a 28,7%, em 2000, e é menor, mas mais consistente, na Zona da Mata, onde varia entre 11,2%, em 1998 a 11,6%, em 1999.

A pouca variação no tempo, durante os três anos em estudo, em cada uma das regiões, das porcentagens das famílias assentadas que aderem e das que rejeitam a possibilidade de financiamento bancário para a produção, pelo menos em termos do crédito de custeio do PROCERA/PRONAF, parece indicar que esse foi um fator que não sofreu mudança significativa durante esse tempo de atuação de trabalho dos técnicos do Projeto Lumiar. Sobre esse assunto, parece que as famílias têm uma posição mais definida. No entanto, esta afirmação, assim como a relação entre as características dessas famílias e seus motivos para tomar uma ou outra posição é um tema para ser melhor pesquisado.

A Tabela 17 faz um resumo dos dados sobre a área plantada, em hectares, nos assentamentos acompanhados pela COAGEP, por lavoura financiada pelo crédito de custeio, por região e por ano de vigência do Projeto. Nessa Tabela, os números

relativos à área plantada para cada lavoura referem-se à soma do que foi plantado de forma isolada e o que foi plantado em consórcio. Portanto, para as culturas da fava, feijão, mandioca e milho, os dados referentes à área plantada referem-se a essa soma.

Pela Tabela 17, é possível observar que a área total plantada com lavouras e com financiamento do crédito de custeio, nos assentamentos acompanhados pelo Lumiar, na Zona da Mata, para o mesmo número de assentamentos, diminuiu em 2000 em relação ao ano anterior, subiu significativamente na região do Brejo e subiu ligeiramente nos assentamentos do Sertão.

As únicas lavouras plantadas em todos os anos e em todas as regiões, onde houve atuação do Projeto Lumiar, foram o feijão e o milho. A mandioca foi plantada, de forma significativa, mas apenas na Zona da Mata e no Brejo. O abacaxi, o amendoim, a batata-doce e o inhame só foram plantados ou plantados de forma mais significativa na Zona da Mata, única região onde houve uma experimentação com a melancia e o pimentão. A banana e a fava só foram plantadas no Brejo. O arroz só foi plantado no Sertão, região onde o algodão foi plantado de forma mais significativa. O gergelim foi experimentado na Zona da Mata e no Sertão.

Os números sobre a área plantada para cada lavoura, nesta e nas outras tabelas, referem-se ao que foi financiado pelo crédito de custeio, porém não correspondem, necessariamente, à área de lavoura colhida, uma vez que a estiagem comprometeu parte dessa produção, assim como, em alguns dos assentamentos do Brejo, no ano de 1999, parte da produção foi comprometida pela ação de lagartas. As Equipes Técnicas não conseguiram registrar o que foi efetivamente colhido daquilo que foi plantado, nem o que foi utilizado para o consumo familiar e o que foi comercializado daquilo que foi colhido.

2. Crédito de Custeio: as “dificuldades” como expressão de um campo de disputa

Todas as atividades desenvolvidas por assentados e técnicos a partir e em torno do acesso ao crédito de custeio também expressavam a existência de concepções e expectativas distintas sobre o significado dessas atividades e, portanto, sobre o significado da vida produtiva nos assentamentos, assim como sobre a própria assistência técnica.

A existência de divergências entre os próprios assentados e na relação que estabeleciam com os técnicos do Lumiar, funcionários do INCRA e do Banco do Nordeste a respeito do crédito de custeio expressava-se, sobretudo, nas reuniões entre esses atores sociais, onde esse tema era tratado, assim como nas práticas desenvolvidas para viabilizar o acesso e uso do crédito. As concepções e expectativas divergentes sobre como proceder em relação às normas e exigências formais para o acesso e uso desse crédito confrontavam-se umas em relação às outras, configurando um campo de disputa entre elas, o que era chamado pelos vários atores envolvidos nesse processo como “dificuldades”.

São essas “dificuldades” a respeito da implantação do crédito de custeio nos assentamentos acompanhados pelo Lumiar na Paraíba, ou pelo menos as principais delas, que serão apresentadas e comentadas a seguir.

Uma das dificuldades, relatada pelos técnicos do Projeto, para elaboração do crédito de custeio dizia respeito aos recursos para cobrirem os gastos operacionais que as Equipes Técnicas tinham com esse trabalho. Os recursos necessários para elaboração dos projetos de custeio (computador, papel, xerox, etc) eram fornecidos e custeados pela COAGEP ou pela COOPERVIDA e, em alguns casos, pelos próprios técnicos. Poucas equipes técnicas esclareciam os assentados a respeito da origem desses recursos e do trabalho realizado para elaboração dos projetos. Na maioria dos casos, as equipes técnicas, depois de todas as discussões e acertos realizados, apresentavam aos assentamentos os projetos prontos e a papelada encadernada, sem informar sobre os recursos financeiros e sobre a quantidade de trabalho despendida para produção desses documentos.

Nas reuniões de avaliação dessa atividade com os assentados, que o autor acompanhou, quando esse assunto não era informado pela Equipe Técnica, os assentados não perguntavam a respeito. Numa dessas ocasiões, no assentamento 21 de Abril, no município de Sapé, quando a Equipe Técnica informou os custos e o trabalho realizado para elaboração do primeiro projeto de custeio do assentamento, um assentado disse que esse não era um problema dos assentados, pois o que eles queriam era a liberação do dinheiro para poderem trabalhar. Um outro assentado contra-argumentou, dizendo que, se estavam fazendo uma avaliação, era necessário que se soubesse do trabalho de todos, para se fazer uma avaliação bem feita.

Debater ou ignorar concepções distintas sobre detalhes da prática social, com certeza não é determinante, mas pode contribuir para se produzir sentidos diferentes

sobre a que essa prática se destina. Informar os assentados sobre o trabalho de confecção dos projetos de custeio feito pelos técnicos e que diz respeito a um interesse fundamental deles, ou, ao contrário, permitir que os assentados possam ter uma percepção mágica sobre essa confecção (não sabem como foi feito e não se perguntam a respeito), pode ser um desses casos.

Passar essa informação aos assentados permitia uma avaliação pública mais completa a respeito da contribuição e da responsabilidade de cada um e de todos os atores sociais envolvidos na realização do trabalho de interesse coletivo. Ignorar esse detalhe poderia estar contribuindo para a manutenção da percepção paternalista e provedora do Estado: a população reivindica e o Estado prove ou não, uma vez que o resto é detalhe sem importância, conforme a lógica voluntarista de muitas práticas sociais.

Esta lógica estava presente no raciocínio de muitos assentados: cabia a eles reivindicar e ao Estado atendê-los através do INCRA ou do Projeto Lumiar. O problema dessa lógica é que escamoteava a parte de responsabilidade que cabia aos assentados nos problemas e dificuldades a serem enfrentadas, assim como tratava o Estado como um bloco homogêneo, onde as disputas internas não eram visualizadas.

Essa forma de raciocinar comprometia a capacidade de análise desses assentados e, portanto, a própria capacidade deles de tomar iniciativa para formular propostas alternativas às políticas públicas desenvolvidas pelo Estado, através do INCRA e da Equipe do Lumiar e de pensar formas alternativas de organização e de luta.

Uma outra dificuldade ligada à estrutura de funcionamento do Projeto Lumiar dizia respeito ao valor dos recursos repassados, mensalmente, às equipes técnicas relativos às despesas com transporte. Esse valor, apesar de ser reconhecidamente insuficiente, tanto pela Comissão Estadual do PROCERA, pela Equipe de Supervisão e por representantes da Comissão Nacional do PROCERA/LUMIAR que estiveram na Paraíba, em várias oportunidades, nunca foi atualizado. Além disso, em alguns meses, houve demora no repasse desses recursos às equipes por conta do atraso no envio desses valores ao Banco do Nordeste por parte do INCRA nacional. Nessas ocasiões, a COAGEP repassava recursos próprios da entidade aos técnicos, os quais, em algumas oportunidades, pagavam, com seus próprios recursos, as despesas com gasolina, passagens de ônibus, táxi, moto-táxi e manutenção de seus veículos utilizados no trabalho de assistência técnica.

Em muitas dessas oportunidades, os assentados, quando eram informados pelos técnicos sobre essa dificuldade, providenciavam algum tipo de transporte para a Equipe, tanto da sede do município para o assentamento, como para deslocamento dentro do assentamento: carro ou moto de propriedade de algum assentado, trator da associação, bicicleta ou cavalo. No entanto, a remuneração das despesas de deslocamento dos técnicos sempre foi um problema crítico nos três anos de duração do Projeto Lumiar na Paraíba.

Porém, neste caso, os técnicos informavam aos assentados suas dificuldades de deslocamento, para que qualquer eventual atraso da presença da Equipe em atividades programadas no assentamento pudesse ser justificado de antemão. Ao serem informados, os assentados tomavam alguma iniciativa para amenizar a dificuldade de deslocamento dos técnicos, demonstrando solidariedade e reconhecimento pelo trabalho das equipes técnicas, mas, ao mesmo tempo, cobrando sua presença, como a frase de um agricultor do assentamento Padre Gino: *“Não é porque o governo não paga vocês que vocês vão deixar de cumprir com as obrigações aqui no assentamento. A gente dá um jeito para vocês chegarem até aqui”*.

Essas iniciativas dos assentados indicavam que, ao terem oportunidade de conhecerem os limites institucionais do Projeto e da política governamental que o sustentava, eles se posicionavam, mesmo que de forma simples e objetiva, mas que dava um conteúdo político a essas iniciativas, ao viabilizarem o prosseguimento da assistência técnica frente ao descaso do Estado.

Um outro tipo de dificuldade relatada pelos técnicos e que fazia parte da pauta de discussão de suas reuniões com a Equipe de Supervisão do Projeto Lumiar, durante os três anos de vigência do Projeto e constam de todos os relatórios das Equipes Técnicas sobre o crédito de custeio nos assentamentos acompanhados pelo Projeto, refere-se à relação com a Comissão Estadual do PROCERA/PRONAF e com o Banco do Nordeste. Essas dificuldades indicam a inadequação das políticas oficiais de crédito aos assentamentos, particularmente, em relação à prevalência da lógica burocrática que predomina nessas instituições sobre a viabilização do crédito como instrumento eficaz de apoio às necessidades produtivas dos assentados. Além das razões da burocracia, prevalecia também a lógica do capital financeiro expressa na frase, reiteradamente, repetida por funcionários do Banco aos assentados e técnicos *“o Banco não pode ter prejuízo”*, que, muitas vezes, era traduzida por *“o Banco empresta dinheiro para ter lucro”* ou ainda *“dinheiro é uma mercadoria como outra qualquer”*. Ou seja, por essa

visão, os assentados eram uma clientela de risco aos interesses do Banco, o que explica a relação sempre tensa e, muitas vezes, conflituosa, entre os assentados e o Banco em torno do acesso aos créditos do PROCERA/PRONAF. Os relatos a seguir indicam como os técnicos do Lumiar se posicionavam frente a essa tensão, no que se refere ao crédito de custeio.

Uma das principais dificuldades relatadas pelos técnicos referem-se aos atrasos na liberação do crédito, principalmente em 1998 e 1999, seja pela demora da Comissão Estadual do PROCERA emitir o parecer sobre os projetos para financiamento do crédito de custeio dos assentamentos, seja na demora do Banco do Nordeste em liberar os recursos. A pesquisa coordenada por Heredia e outros (2002) verificou que 59% dos assentados entrevistados indicaram dificuldades no acesso ao crédito de custeio, sendo que a principal queixa dos assentados (78% do total de reclamações) dizia respeito ao atraso na liberação dos recursos (idem: 23).

Uma outra dificuldade refere-se às constantes mudanças das normas operacionais e burocráticas sobre os critérios de financiamento, valor do crédito, culturas prioritárias para o financiamento, juros cobrados, cronograma de liberação das parcelas do crédito, entre outras.

Sobre essas dificuldades, o relatório da Equipe Técnica que elaborou os projetos para o crédito de custeio dos assentamentos Chã do Bálamo, no município de Matinhas, Imbiras, no município de Massaranduba e Maria da Penha I, em Alagoa Grande, em 1999, afirma:

“Pela falta de recursos alegada pelo governo federal, apesar dos projetos de custeio dos assentados já terem sido aprovados pela Comissão Estadual do PROCERA, houve um desencontro de informações entre essa Comissão, o Banco e a COAGEP, atrasando a contratação e a liberação dos recursos, os quais só foram repassados aos assentados depois que o período das chuvas já havia passado, havendo, por isso, atraso na implantação das lavouras, uma vez que esses assentados não dispunham de sementes para o plantio, em consequência da estiagem de 1998. O atraso na liberação do crédito e sua distribuição em quatro parcelas prejudicou o manejo das culturas e a aplicação dos recursos, pois já havia um acúmulo de débitos com o preparo do solo e a compra de insumos”.

Sobre a demora na liberação dos recursos do crédito de custeio de 1999, a Equipe que trabalhou no assentamento Padre Luís Pescarmona, no município de Alagoa Grande, comenta:

“Com a demora na liberação do crédito de custeio, quando os assentados tiveram acesso à primeira parcela desse crédito já não havia mais sementes de algodão no mercado da região e isso causou atraso na implantação dessa cultura. Os assentados tiveram que comprar essas sementes no Sertão, a um preço mais elevado, onerando os custos e causando prejuízos para eles”.

Sobre esse mesmo tipo de dificuldade, a Equipe Técnica que trabalhou nos assentamentos Dona Helena, Santana II, Campo de Sementes e Mudanças, no município de Cruz de Espírito Santo e Nova Vivência, no município de Sobrado, relata:

“De uma forma geral, as maiores dificuldades encontradas com o crédito de custeio foram as constantes mudanças nas normas e linha de crédito, além de atrasos na liberação de parcelas e falta de recursos no momento da contratação, o que levou a Equipe a ter de elaborar mais de uma vez os mesmos projetos. Outra dificuldade encontrada foi o fato dos agricultores não terem uma fonte de renda ou recursos que lhes garanta a manutenção familiar, o que os obriga à utilização deste crédito para esse fim, fato que prejudica em parte seus desempenhos produtivos”.

Uma outra dificuldade diz respeito às exigências diferenciadas feitas por cada uma das agências do Banco do Nordeste, em relação aos procedimentos formais para a liberação dos recursos do crédito de custeio. Esse fato criava desentendimentos entre os assentados e entre os técnicos, uma vez que o que era exigido para um grupo de assentamentos por uma determinada agência do Banco era diferente para outra agência que trabalhava com assentamentos de municípios vizinhos. Sobre esse fato, o relatório da Equipe Técnica que trabalhou com assentamentos dos municípios de Areia, Pilões e Serraria afirma:

“A Equipe trabalhou com três diferentes agências do Banco do Nordeste, as agências de Alagoa Grande, de Solânea e de Guarabira. Cada uma dessas agências tinha um procedimento gerencial diferente para o mesmo tipo de crédito, o crédito de custeio. Além disso, essas agências estavam em três municípios diferentes daqueles onde estavam localizados os assentamentos, o que tornava mais demorado e custoso os inúmeros deslocamentos da Equipe e dos assentados para cumprir com as exigências da burocracia do Banco”.

Sobre essa mesma dificuldade, a Equipe que trabalhou no assentamento Dona Antônia, no município do Conde, atendido pela agência do Banco do Nordeste de João Pessoa e nos assentamentos Apasa, no município de Pitimbu, e Capim de Cheiro,

no município de Caaporã, atendidos pela agência do Banco do Nordeste da cidade de Goiana (Pe), comenta:

“A agência do Banco do Nordeste de João Pessoa, ao contrário da agência de Goiana (Pe), é muito burocrática no atendimento aos agricultores. Essa agência apresentou, no período de 1997 a 2000, uma rotatividade acentuada em relação aos gerentes responsáveis pela carteira agrícola, prejudicando a continuidade do trabalho. O que havia sido combinado com um gerente não valia mais para o outro que vinha em seguida.”

Essa mesma Equipe comenta sobre as constantes mudanças das normas e procedimentos para o acesso ao crédito de custeio, listando as principais dificuldades para elaboração dos projetos de financiamento para o crédito de custeio: *“indefinição, por parte do PROCERA, do valor a ser financiado para cada família, impedindo o cálculo dos recursos necessários para os projetos de custeio e atrasando a aprovação dos mesmos pela Comissão Estadual; exigências de alteração de aspectos formais e secundários dos projetos, por parte da Comissão Estadual do PROCERA, que não alterariam o fundamental dos recursos a serem financiados, o que produzia perda de tempo, gastos desnecessários e atrasando ainda mais a aprovação dos mesmos; grande processo de desgaste gerado pelo excesso de portarias e normativos, causando interpretações diferentes entre as instituições envolvidas; dificuldades operacionais provocadas pelo atraso dos recursos, dificultando e quebrando a continuidade das atividades.”*

As três Equipes Técnicas que trabalharam com os assentamentos do Sertão, além de relatarem essas mesmas dificuldades, também avaliaram os valores financiados pelo crédito de custeio, para cada família, como insuficientes para as necessidades do plantio anual dos assentados dessa região, fato que exigiu que os mesmos diminuíssem o tamanho das áreas plantadas, em relação ao que planejavam inicialmente, para que os valores de seus projetos se enquadrassem nos limites de recursos definidos pelo programa oficial de crédito.

Uma outra dificuldade na relação com o Banco do Nordeste, quando da primeira vez em que os assentados iam pleitear o crédito de custeio, refere-se à falta de documentação das associações dos assentamentos e dos próprios assentados. Essa dificuldade foi relatada por uma das Equipes Técnicas da seguinte forma:

“O trabalho se deu com associações recém formadas e projetos de assentamentos recém constituídos, sendo a primeira vez que essas associações tiveram

acesso ao crédito de custeio, o que exigiu um trabalho intenso da Equipe para regularizar e credenciar as associações junto às agências do Banco do Nordeste, bem como a regularização cadastral de cada um de seus membros, os quais, na grande maioria, não possuíam documentação como carteira de identidade e CPF, dentre outros”.

Essa mesma Equipe refere-se também ao número elevado de assentamentos com os quais tinha que trabalhar (seis assentamentos em três municípios diferentes), tendo em vista o volume de trabalho relativo ao crédito de custeio, além de todas as outras atividades que desenvolviam dentro e fora dos assentamentos. O mesmo comentário foi feito por outras duas equipes que acompanharam assentamentos do Brejo: uma Equipe acompanhou também seis assentamentos em dois municípios diferentes e outra acompanhou sete assentamentos em três municípios diferentes.

No entanto, havia outras “dificuldades” que diziam respeito ao relacionamento entre os técnicos e os assentados e que foram citadas nos relatórios de duas das equipes do Lumiar. Essas “dificuldades” diziam respeito à resistência dos assentados à incorporação das orientações técnicas formuladas por essas equipes. Aqui se verificava não só um confronto entre saberes distintos, mas também revelavam objetivos diferenciados em relação à vida produtiva dos assentamentos. A resistência dos assentados a essa orientação técnica visava preservar a autonomia familiar nas decisões sobre o que e como produzir, assim como sobre o destino prioritário da produção, se para o consumo familiar ou para o mercado.

A Equipe Técnica que trabalhou nos assentamentos Valdeci Santiago e Santo Antônio, no município de Cajazeiras, no Sertão, relata que os assentados não seguiram as orientações técnicas em relação ao controle da praga do bicudo na cultura do algodão. No entanto, a Equipe não relata nenhuma avaliação crítica de sua atuação a esse respeito, o que indica que os técnicos culpabilizavam os assentados por não se interessarem por uma tecnologia mais adequada do ponto de vista da Equipe. Essa postura revela uma concepção clássica de extensão rural, onde o saber técnico deve prevalecer sobre as razões dos próprios produtores.

Dificuldade semelhante foi apontada pela Equipe que acompanhou os assentamentos Dona Antônia, no município do Conde; Capim de Cheiro, no município de Caaporã e Apasa, no município de Pitimbu. A Equipe relata que alguns assentados apresentavam resistência à mudança na forma de plantar as lavouras e a inovações técnicas. Para enfrentar essa dificuldade, os técnicos desenvolveram reuniões para troca

de experiências entre os assentados do mesmo assentamento e de assentamentos diferentes; organizaram visitas a experiências de produtores da região que conseguiam uma boa produtividade para as lavouras plantadas por esses assentados; organizaram atividades de capacitação utilizando vídeos produzidos e dirigidos a pequenos produtores; procederam, junto com os assentados de cada assentamento, à coleta de amostras do solo para análise; fizeram reuniões em cada assentamento para interpretação dos resultados da análise do solo, definindo os tipos de substâncias e nutrientes necessários a cada solo; visitas com grupos de assentados aos lotes onde houve substituição do uso de agrotóxicos, como o Folidol, por produtos menos tóxicos e por receitas naturais como a calda de fumo e o enxofre para se verificar o andamento das lavouras.

A postura dessa Equipe confronta-se com a Equipe do Sertão, pois procurou estabelecer uma nova interlocução para os assentados: não mais confrontar o saber dos técnicos com o dos assentados, mas criar possibilidades de troca de experiências entre os próprios assentados. Essa Equipe relatou à Equipe de Supervisão que, a partir dessa experiência, passou a entender que cabia aos técnicos possibilitar aos agricultores o acesso a informações e experiências alternativas ao modo usual de trabalhar e propor mecanismos de avaliação sobre as formas produtivas distintas desenvolvidas pelos agricultores, mas a decisão sobre o que e como produzir cabia aos próprios assentados.

Essas posturas diferentes entre equipes do Lumiar ilustram, que, além das divergências entre técnicos da área agrônômica e técnicos da área social, comentadas no capítulo anterior, existiam entre os primeiros concepções distintas sobre a assistência técnica, o que tornava mais diversificado os temas do campo de disputa entre eles, mas, sobretudo, ampliava a diversidade do tipo de relações que técnicos e assentados estabeleciam entre si. As reuniões mensais do conjunto de todos os técnicos do Lumiar com a Equipe de Supervisão procuravam explicitar essas divergências e analisá-las, criticamente, no sentido da construção de um referencial comum sobre os objetivos da assistência técnica, que, como resultado dessas análises, foi sendo formulado como a construção da autonomia dos assentados. Essa formulação, no entanto, era a predominante entre a maioria dos técnicos, porém não era consensual e nem era entendida da mesma forma por todos, como o relato e o estudo das práticas da relação entre técnicos e assentados sugere.

3. Crédito de Custeio: as dívidas dos assentados e o pagamento do crédito

O problema da falta de chuvas, principalmente nos anos de 1998 e 1999, foi citado por todas as Equipes Técnicas como uma das grandes dificuldades para o desenvolvimento das lavouras, o que foi responsável pela perda ou comprometimento da produção e que trouxe, como consequência, a dificuldade de pagamento do financiamento para boa parte dos assentados. O atrelamento aos atravessadores, o baixo preço dos produtos, mas, principalmente, a seca foram as principais razões alegadas pelas Equipes Técnicas para o endividamento dos assentados em relação ao crédito de custeio de 1998 e 1999.

Na Zona da Mata, vários assentados da maioria dos assentamentos acompanhados pelo Lumiar tiveram que prorrogar o pagamento da dívida do crédito de custeio, principalmente de 1998, com o Banco do Nordeste, devido ao comprometimento da produção por causa da estiagem verificada nesse ano. Pelo que se pode observar pelos relatórios das Equipes Técnicas e pelo acompanhamento feito pela Equipe de Supervisão, a maior parte dessa dívida foi paga, quando da liberação do crédito de custeio do ano seguinte ou pela venda de animais de propriedade do assentado, que, com os recursos obtidos com essa venda, saldava o débito junto ao Banco, comprometendo, para isso, seu patrimônio.

Por exemplo, o relatório da Equipe Técnica que acompanhou os assentamentos Gurugi II, no município do Conde e Itabatinga, no município de Pedras de Fogo, afirma, em relação ao crédito de custeio de 1998:

“Devido à ocorrência de estiagem em 1998, houve uma frustração na safra da cultura do abacaxi da ordem de 50%, mesmo assim muitos assentados, com lotes de melhor localização e com muito empenho no trato da lavoura, conseguiram amortizar total ou parcialmente as dívidas contraídas nesse ano. Para a cultura da batata-doce a perda foi total. Houve diminuição considerável na produção do inhame, impossibilitando os produtores de saldarem os débitos contraídos. Os que investiram no plantio da mandioca tiveram produção satisfatória e obtiveram renda suficiente para a manutenção familiar e para o pagamento do empréstimo. Existe um número considerável de assentados que, por impossibilidade de pagarem o custeio desse ano, tiveram suas dívidas prorrogadas junto ao Banco. No ano de 1999, como houve atraso na contratação e liberação dos recursos, principalmente para as culturas do abacaxi e da mandioca, assim como para as demais culturas, a expectativa é de uma colheita ainda abaixo da faixa de regularidade, porém superior à ocorrida no ano anterior, o

que deverá proporcionar aos assentados renda necessária à subsistência e ao cumprimento com os compromissos assumidos com a entidade financiadora”.

O mesmo foi observado para o assentamento Engenho Santana, no município de Cruz de Espírito Santo. Nos assentamentos acompanhados por essa Equipe, observa-se que as lavouras plantadas com o crédito de custeio de 2000 tinham um desenvolvimento mais favorável:

“Em 2000, dentro do novo programa de crédito, o PRONAF, como os recursos foram liberados de acordo com o cronograma planejado com os assentados e o regime de chuvas foi regular, conforme o previsto, as culturas implantadas apresentam um bom desenvolvimento vegetativo, estão livres do ataque de pragas e doenças e os tratos culturais ocorrem com normalidade, as expectativas são de uma boa colheita, o que deverá permitir aos assentados pagarem parte ou o total de suas dívidas relacionadas ao crédito de custeio do ano de 1998”.

A Equipe que acompanhou os assentamentos Padre Gino, 21 de Abril e João Pedro Teixeira, no município de Sapé e o assentamento Santa Terezinha, no município de Pedras de Fogo, afirma que cerca de 95% das famílias desses assentamentos estavam inadimplentes com o Banco do Nordeste, até junho de 2000, por não terem conseguido pagar os créditos de custeio de 1998/1999, por causa da estiagem e terem, por isso, prorrogado o pagamento da dívida.

A mesma situação verificava-se nos assentamentos APASA, no município de Pitimbu; Capim de Cheiro, em Caaporã e Dona Antônia, no Conde, também provocada pela estiagem. O pagamento do crédito de custeio de 1998 foi prorrogado para ser pago em fevereiro de 2001 e o do ano de 1999, em fevereiro de 2002. Desses três assentamentos, o de Dona Antônia é o que apresentava maior índice de inadimplência e a Equipe estava, até junho de 2000, intermediando uma negociação entre os assentados e o Banco do Nordeste, no sentido de se encontrar uma alternativa para a situação, sem que os assentados perdessem o direito a novos créditos. Em Capim de Cheiro, o crédito de custeio de 1998, em junho de 2000, já havia sido pago por 75% dos assentados.

Nos assentamentos Vida Nova e Santa Helena I, II e III, no município de Sapé, em 1999, os assentados tiveram perda total ou parcial das lavouras por causa da estiagem. Além disso, os que plantaram e conseguiram uma boa safra na colheita da mandioca tiveram prejuízo por causa da queda do preço, em relação à média do preço de comercialização desse produto nos anos anteriores: de R\$ 80,00 por tonelada caiu

para até R\$ 40,00. O pagamento do crédito de custeio de 1999, por esses motivos, foram prorrogados para serem pagos em 2002.

Nos demais assentamentos da Zona da Mata, acompanhados pelo Lumiar, não houve relatos ou depoimentos sobre dívidas dos assentados em relação ao crédito de custeio, nem por parte dos técnicos, nem dos assentados.

Na região do Brejo, diferentemente da Zona da Mata, o índice de inadimplência é pequeno no que se refere ao pagamento do crédito de custeio nos assentamentos acompanhados pelo Projeto Lumiar, até junho de 2000, quando o Projeto foi encerrado.

Nos assentamentos dos municípios de Areia, Pilões e Serraria cerca de 85% dos assentados do assentamento Redenção, 90% do assentamento Esperança, 92% do assentamento União e do assentamento Campo Verde, 97% do assentamento Cajazeiras e 98% dos assentados de São Francisco II pagaram o crédito de custeio de 1999, antes do vencimento do prazo contratado com o Banco, utilizando o direito de rebate de 50% da dívida.

Nesses assentamentos, sobre a capacidade de pagamento do crédito de custeio de 2000, por parte dos assentados, a Equipe comenta:

“A exemplo do ocorrido no custeio agrícola do ano passado, onde mesmo em situação de adversidade climática, grande parte dos assentados já saudou suas dívidas, antes mesmo do prazo de vencimento, ou estão em vias de saudá-las, neste ano o mesmo processo tem todas as possibilidades de se repetir, tanto pela produtividade alcançada, como por decisão já anunciada dos assentados. Além disso, a grande maioria das famílias possui animais em engorda, o que lhes dá mais segurança sobre suas possibilidades de saudarem seus compromissos”.

Situação ainda mais favorável em relação à capacidade de pagamento do crédito de custeio de 1998 e 1999, por parte dos assentados, é constatada nos assentamentos dos municípios de Alagoa Grande, Matinhas e Massaranduba. Dos sete assentamentos acompanhados pela Equipe do Lumiar nesses municípios, em quatro deles (Imbiras, Caiana, Padre Luís Pescarmona e Alagoa Nova), todos os assentados pagaram as dívidas relacionadas ao crédito de custeio desses dois anos. Até o encerramento do Projeto Lumiar, em junho de 2000, nos assentamentos Chã do Bálamo e Sapé de Alagoa Grande, apenas 10% dos assentados não havia pago o crédito de custeio de 1998, no entanto, o vencimento da dívida foi prorrogado para dezembro de 2001. No assentamento Maria da Penha I, 35% dos assentados não havia

pago o crédito de custeio de 1999, com vencimento da dívida também para dezembro de 1991.

Nesses assentamentos, a Equipe e as associações de cada um deles, preocupados com a possibilidade de endividamento dos assentados, tendo em vista as condições de pobreza das famílias e a irregularidade das chuvas, após várias discussões com os assentados, decidiram pela criação de um “*fundo de reserva*” para pagamento das dívidas com o crédito de custeio. Para cada parcela recebida do crédito, uma parte dela, até 40%, era depositada em poupança em nome do assentado. Esse fundo de reserva permitiu um índice de inadimplência muito pequeno nesses assentamentos, como foi relatado acima.

No assentamento Sapé de Alagoa Grande, a Equipe relata a situação relativa ao crédito de custeio:

“Quando a Equipe iniciou os trabalhos em maio de 1997, 25 famílias assentadas haviam recebido R\$ 1.000,00 para cada uma, com a finalidade de manutenção dos bananais. A baixa incidência de chuvas naquele ano e a estiagem de 1998 dizimaram todos os pomares, impossibilitando o pagamento do crédito no prazo previsto em contrato. Em 1998 foi liberado R\$ 1.400,00 por família, com previsão de pagamento para 1999. Muitos assentados, apesar das dificuldades financeiras, reservaram uma parte desse dinheiro para quitarem os débitos contraídos em 1997. Agindo dessa forma, com os créditos de custeio de 1998 e 1999 todas dívidas contraídas em 1997 foram quitadas. Dos contratos de 1998, renegociados com o Banco para serem pagos em 2001, cerca de 90% dos assentados já pagaram suas dívidas”.

Na região do Sertão, para o crédito de custeio de 1999, por causa da seca, no assentamento Santo Antônio, no município de Cajazeiras, houve perda de cerca de 80% da produção e em Acauã, no município de Aparecida, houve a perda total da produção. Os débitos dos assentados desses dois assentamentos foram cobertos pelo PROAGRO. No assentamento São Francisco II, no município de Cachoeira dos Índios, segundo relato da Equipe Técnica, todos os assentados pagaram suas dívidas com o crédito de custeio de 1999, seja porque conseguiram colher a maior parte da produção, seja porque dispunham de recursos próprios, através da venda de animais, para cobrir a dívida.

Nos assentamentos Novo Mundo, no município de Camalaú, os recursos do crédito de custeio de 1999 e 2000 e em Santa Catarina, no município de Monteiro, os recursos do crédito de custeio de 2000, os assentados os utilizaram para o incremento da caprinocultura de corte. Esse encaminhamento foi negociado com o Banco do Nordeste

e a compra dos animais foi feita na exposição de caprinos de Monteiro, o que permitiu o aumento e a melhoria do rebanho caprino dos assentados. No assentamento Novo Mundo, o crédito de custeio de 1999 foi pago por todos os assentados, com os recursos obtidos com a venda de animais. A estimativa da Equipe é que o custeio de 2000, nos dois assentamentos, seria pago integralmente, da mesma forma.

Porém, no assentamento Fortuna, no município de Jericó, em 1999, toda a produção foi perdida por causa da seca, o que deixou os assentados sem condições de pagar as dívidas referentes ao crédito de custeio, uma vez que a Equipe do Lumiar não solicitou a cobertura do PROAGRO para os assentados, os quais, dessa forma, tornaram-se inadimplentes junto ao Banco. Em 2000, os recursos desse crédito foram liberados com atraso para a plantação de milho, feijão, algodão, gergelim e arroz. Além disso, a questão da dívida relativa ao custeio do ano anterior não estava resolvida até junho de 2000.

O significado das dívidas dos assentados e o esforço de pagamento do crédito de custeio constituíam também um campo de divergências e disputas entre os assentados e destes com os órgãos públicos responsáveis pela administração do PROCERA/PRONAF, como será comentado no próximo item.

4. Crédito de Custeio: um campo de experimentação e de luta no cotidiano da vida produtiva

O resumo das conclusões sobre o acesso ao crédito de custeio elaborado pela pesquisa sobre os impactos regionais da reforma agrária (Heredia e outros, 2002) reforça alguns dos aspectos apresentados neste Capítulo sobre o mesmo tema:

“Em relação ao crédito de custeio da produção, constata-se que é apenas a partir da condição de assentados que este segmento específico de trabalhadores rurais passou a ter acesso aos mecanismos de crédito rural, ainda que esse processo esteja pontuado por enormes dificuldades: 93% das famílias entrevistadas nunca tinham tido acesso a crédito antes do assentamento. Além disso, na medida em que os recursos mobilizados para o crédito impulsionam um conjunto de atividades locais, aumentam a circulação monetária no município e estabelecem um diálogo direto e particular com o Estado, por meio de suas políticas públicas, e com os agentes financeiros e intermediadores de crédito”. (idem: 23).

A elaboração dos projetos do crédito de custeio de cada família envolvia atividades que requeriam das Equipes Técnicas contatos individuais com cada uma delas e decisões coletivas do assentamento. Os contatos com cada família tratavam sobre a decisão de cada uma delas sobre o que e como plantar com os recursos desse crédito, acompanhamento da aplicação desses recursos por parte de cada família e as dificuldades com o trabalho produtivo – o que exigia visitas aos lotes e roçados de cada uma – assim como o acompanhamento da colheita e da comercialização. No coletivo de cada assentamento, tratava-se de informar e discutir as normas e exigências bancárias; discutir e avaliar os projetos individuais de cada família no sentido de se ir construindo um projeto produtivo integrado para cada assentamento; informar, discutir, avaliar e decidir sobre os encaminhamentos relativos à aplicação dos recursos do crédito por cada família, assim como das dificuldades com a produção e a comercialização dos produtos; avaliar e decidir sobre encaminhamentos relativos à relação com o Banco do Nordeste e a Comissão Estadual do PROCERA/PRONAF.

Esse conjunto de atividades era desenvolvido a cada ano, durante o prazo de vigência do crédito de custeio. Portanto, eram atividades que envolviam os assentados e os técnicos durante todo o ano e no cotidiano das relações de uns com os outros, durante toda a vigência do Projeto Lumiar. Por isso, em torno das atividades requeridas pelo crédito de custeio emergiam ou se expressavam as principais questões relacionadas à vida produtiva e social dos assentamentos.

Assim, o caráter de experimentação que caracterizou o conjunto da vida produtiva e social dessas comunidades durante a experiência do Projeto Lumiar e a heterogeneidade que as caracterizavam marcaram a dinâmica das relações entre os assentados e os técnicos do Lumiar em torno e a partir do crédito de custeio.

Cientes dessa complexidade, pelo menos duas Equipes Técnicas, orientadas pelos membros da Equipe de Supervisão que as acompanhavam e suscitadas pelas questões trazidas pelos técnicos da área social, desenvolveram uma metodologia de trabalho que tentava criar condições para que os contatos individuais dos técnicos e, principalmente, os técnicos da área agrônômica, com as famílias não ficassem apenas em torno das questões técnicas da produção e da visão do chefe da família sobre elas.

Nos assentamentos, os contatos com as famílias davam-se, inicialmente, em dois espaços: o espaço público e coletivo das reuniões e um espaço mais individualizado que era o roçado. No entanto, nos roçados, as conversas entre os técnicos e os assentados resumiam-se às questões operacionais da produção.

A partir do que os técnicos da área social ouviam e observavam nas visitas que faziam às residências das famílias assentadas, os técnicos da área agrônômica passaram também a fazer essas visitas às residenciais, para que pudessem incorporar às informações que possuíam sobre a vida produtiva dos assentados os comentários, sugestões e idéias surgidas nas conversas com a família, nas residências.

No entanto, observou-se, também, que as conversas nas salas das casas ainda eram dominadas pelo chefe da família, mesmo que contassem com a presença da esposa e dos filhos. O homem da casa falava e comandava a conversa e aos outros sobrava apenas a possibilidade de fazer um ou outro comentário. A sala ainda era um espaço formal de contato com os de fora da família.

Foi, a partir dessa constatação, que se avaliou que essas visitas, depois dos primeiros contatos realizados nos roçados e, posteriormente, nas salas das casas, poderiam viabilizar-se em outro espaço. Na ocasião das visitas, em vez de se chamar o dono da casa na porta da frente que dá acesso à sala, procurou-se chamar o dono ou sua esposa pela porta de trás da casa que dá acesso à cozinha, procedimento comum no meio rural nordestino. As conversas na cozinha, quando ocorriam, ou mesmo no quintal da casa, eram muito mais informais e se davam em um espaço, onde as mulheres e também os filhos e as filhas falavam e expressavam suas opiniões com muito mais facilidade do que na sala. Criava-se um clima de mais intimidade, confiança e, portanto, de compromisso entre todos.

Uma das lições que ficou dessa experiência, principalmente para os técnicos da área agrônômica, é que os espaços físicos não são neutros, eles já estão demarcados por relações de poder que perpassam os grupos e pela hierarquia que os definem. Portanto, esses espaços condicionam o que é dito e por quem³⁸.

Nessa mesma direção, observou-se também que a escola do assentamento ou a casa de farinha são dois espaços diferentes para se fazer reuniões, onde as relações de poder se diferenciam. Na escola, o comando das reuniões e das falas ficava mais centralizado na diretoria das associações e nos técnicos, sentados atrás da mesa, como professores, e os assentados nas cadeiras, como alunos. A escola era um lugar onde uns ensinavam e os outros aprendiam. Na casa de farinha, o costume de todos falarem sem muita hierarquia, um lugar onde todos trabalhavam por um mesmo objetivo, mesmo com divisão de tarefas, facilitava, nas reuniões, uma maior participação de todos os

³⁸ Sobre a relação entre espaços onde a vida cotidiana se expressa e as formas de resistência camponesa ver Scott (2002) e Menezes (2002).

presentes, mesmo que o peso das informações que cada um trazia fosse distinto, mas todos se sentiam à vontade para avaliá-las e expressar a opinião sobre o que fazer.

Em grupos heterogêneos como o dos assentados e pouco acostumados à participação democrática e livre, encontrar espaços onde, tanto nos contatos individuais como no coletivo, as pessoas sintam-se mais à vontade de falar e ouvir uns aos outros, para tomarem decisões sobre o que fazer a respeito de dimensões importantes da vida, é fundamental, se o objetivo é criar condições para que essas pessoas possam assumir suas responsabilidades com autonomia.

Nas visitas às famílias, nos roçados, nas salas ou cozinhas de suas casas, discutia-se também, entre os técnicos, a importância da fala dos assentados. Deixar essas pessoas falarem era muito importante, pois, nessas conversas informais, elas não estavam falando apenas para os técnicos, mas estavam também falando para elas próprias, organizando e sistematizando suas opiniões durante o próprio ato de falar. A informalidade dessas situações, não estruturadas previamente, permitia que os próprios assentados sistematizassem suas opiniões no ato mesmo de expressá-las aos técnicos. Era comum, depois de algumas dessas conversas informais, o assentado expressar sua idéia, conversada nesses contatos mais individualizados com os técnicos, nas reuniões da comunidade. Idéia que, algumas vezes, era conversada como se fosse uma confidência e que depois era expressa no espaço público e coletivo das reuniões, por iniciativa do próprio assentado. Era comum, também, as mulheres, na cozinha da sua casa, falarem sobre algum assunto ligado à vida produtiva da família ou do assentamento e, depois, expressar a sua opinião ou sugestão nas reuniões do assentamento.

Com os jovens, alguns técnicos da área social descobriram que os caminhos percorridos por eles na volta da escola para casa eram locais, onde era possível uma conversa informal, isoladamente ou em pequenos grupos, sobre a vida pessoal e o que ocorria na família e no assentamento. Para alguns jovens, a escola e mesmo a casa da família não eram lugares para algumas confidências. Da mesma forma que para os adultos, criar condições de interlocução com os jovens foi condição para que os técnicos da área social os motivassem a formar grupos para falarem, discutirem e elaborarem propostas para temas e situações que lhes interessavam como membros ativos da vida dos assentamentos.

No entanto, a Equipe de Supervisão chamava a atenção dos técnicos sobre o cuidado para que o conteúdo das conversas informais nas casas, nos roçados ou nos

caminhos do assentamento ficasse restrito às pessoas envolvidas em cada uma dessas conversas. A decisão de tornar público esse conteúdo deveria ficar com essas pessoas, não só para que a confiança criada nesse ambiente informal não fosse comprometida, mas também para que as pessoas exercitassem a possibilidade de superar o medo, o receio ou a timidez de expressar suas próprias opiniões e assumir, no coletivo, a responsabilidade pela autoria delas. Esta também foi uma experimentação importante que técnicos e assentados vivenciaram.

Essas descobertas de ordem metodológica foram possíveis pelas exigências que o acompanhamento das atividades decorrentes do crédito de custeio requeriam dos técnicos em suas relações cotidianas com as famílias dos assentados, das quais vinham as informações que alimentavam as reuniões dos assentados, em que se discutiam e decidiam encaminhamentos coletivos sobre essas atividades.

Vale destacar que as discussões e decisões relacionadas à elaboração dos projetos para outros tipos de crédito, como por exemplo o crédito de investimento, exigiam atividades diferenciadas entre técnicos e assentados, daquelas vivenciadas no caso do crédito de custeio, pois envolviam informações, discussões e decisões sobre outras dimensões da vida produtiva, tanto pela diferença de atividade a ser financiada, pelas exigências técnicas mais sofisticadas requeridas para a elaboração dos projetos de investimento, como pela necessidade de um planejamento que descortinasse um futuro mais a longo prazo do que aquele em torno de um ano requerido no caso do custeio. Portanto, a discussão sobre a metodologia vivenciada na elaboração e implementação de cada tipo de crédito deve se dar a partir das atividades e conteúdos próprios de cada um deles, mesmo que o princípio da participação democrática dos assentados nessas atividades tenha sido comum. Esse é um dos motivos que justifica a opção deste trabalho, ao discutir as relações entre técnicos e assentados, relativas às práticas produtivas dos assentamentos, ter escolhido as atividades vivenciadas em torno de cada um dos principais tipos de crédito, como eixos organizadores dessa discussão. O outro motivo, mais significativo, porque diz respeito aos projetos de vida dos assentados, foi apontado na introdução deste capítulo.

Porém, as relações entre técnicos e assentados em torno dos créditos de habitação e de custeio diziam respeito ao que é fundamental no cotidiano da vida dos assentados e suas famílias: morar e trabalhar em terra própria. (Wanderley, 2003). Esses créditos, apesar de tudo, nas condições de precariedade das famílias e dos assentamentos, viabilizavam condições concretas de realização do ideal camponês.

“Dessa forma, a presença dos técnicos do Lumiar nos assentamentos se transforma numa relação de proximidade ímpar, pode-se mesmo dizer intimidade. Esta circunstância implica em um grande envolvimento dos técnicos do projeto com os assentados, ainda que cada equipe trabalhe com mais de um assentamento, atingindo a mais de 300 famílias de assentados”. (Oliveira, 2003: 37).

No entanto, essas relações dos técnicos com os assentados não diziam respeito apenas ao que ocorria no interior das famílias e dos assentamentos relativo ao financiamento da produção e aos confrontos internos que verificavam-se nesses espaços. A forma como essas relações se processavam, particularmente nas atividades cotidianas relacionadas ao custeio, era influenciada também pela maneira como esses dois grupos interagiam com o que ocorria para além dos assentamentos, particularmente, as relações que estabeleciam com o INCRA, com o Banco do Nordeste e com a CPT e o MST.

Como foi visto no Capítulo 4, os assentamentos acompanhados pelo Projeto Lumiar, na sua grande maioria, eram assentamentos recém-constituídos e, como foi visto no Capítulo 1, eram marcados por um processo forte de transição entre as condições em que as famílias viviam antes, como trabalhadores sem terra ou com pouca terra e, a partir daquele momento, na condição de “famílias assentadas”. As condições de vida e de expectativa de tipo de vida que passavam a ter como assentados, a novidade que essa nova condição representava, a heterogeneidade existente entre eles, justificavam plenamente o caráter de experimentação que as atividades relacionadas ao crédito de custeio possuíam, assim como as demais atividades da qual participavam, dentro e fora dos assentamentos.

No entanto, essa experimentação revelava as diferenças entre os assentados e os assentamentos. A forma, o conteúdo e o significado dessa experimentação revelavam os sentidos diferentes que os assentados elaboravam para essa nova condição que passavam a viver e a construir. Como experimentação, os assentados apresentavam idéias, expectativas, comportamentos, práticas e desempenhos divergentes e que se confrontavam no cotidiano dos assentamentos, seja nas relações que estabeleciam entre si, seja na relação com os técnicos, seja na relação com instâncias sociais com quem interagiam como decorrência dessa nova condição.

Algumas dessas divergências e embates, que emergiam a partir das atividades relacionadas ao crédito de custeio, diziam respeito a dimensões da vida dos assentados que iam muito mais além do que a simples utilização dos recursos

financeiros desse crédito. Por exemplo, as divergências sobre pagar ou não pagar as dívidas assumidas junto ao Banco do Nordeste, através do crédito de custeio, e se cada família deveria trabalhar individualmente, ou se a atividade produtiva no assentamento deveria ser, fundamentalmente, coletiva, sugerem que esse caráter de experimentação não dizia respeito, apenas, a questões de ordem operacional da atividade produtiva, mas relacionava-se a projetos de vida baseados em formas distintas de avaliar e projetar a vida individual e coletiva. A forma como o INCRA, a CPT e o MST tratavam essas divergências e embates também revelam as concepções políticas que orientavam essas entidades na relação com esses assentamentos.

Alguns assentados levantaram a possibilidade do não pagamento das dívidas relativas ao crédito de custeio, particularmente nos assentamentos da Zona da Mata e do Brejo, relacionadas às safras de 1998 e 1999, quando a produção desses assentamentos foi prejudicada pela estiagem e, portanto, comprometeu a capacidade dos assentados pagarem essa dívida junto ao Banco do Nordeste.

O argumento principal desses assentados para o não pagamento do crédito de custeio, nessas condições, era de que como o governo não cobrava a dívida dos usineiros e dos grandes proprietários, então, eles, pequenos produtores afetados pela estiagem, também não deveriam ser cobrados e, se fossem cobrados, não deveriam pagá-la. *“Se os grandes dão calote no governo, porque nós também não fazemos a mesma coisa”*, sugeriam. Esses assentados tinham conhecimento da dívida dos usineiros paraibanos com o governo federal, comentada no capítulo 2.

No entanto, outros assentados divergiam dessa lógica, com três tipos básicos de argumentos: argumentos baseados numa visão pragmática de que *“o governo perdoa a dívida dos grandes, mas não perdoa a dos pequenos”*; argumentos com uma formulação mais teleológica do tipo *“nós lutamos pela terra para mudar esse Brasil que está aí”*; argumentos que revelam uma preocupação ética *“o dinheiro do governo é dinheiro do povo e deve servir para o bem comum e não para beneficiar uns poucos”* ou *“se eu pego alguma coisa sabendo que é emprestada, minha obrigação é pagar”*.

Como foi assinalado, no Capítulo 2, a questão do crédito tem, para os assentados, forte referência histórica, seja no medo de que o crédito signifique submissão ao Estado, pois foi uma forma de submissão e humilhação aos proprietários das terras, ou, então, seja uma forma de cooptação a uma lógica baseada na esperteza dos dominantes, a qual alguns assentados podem ter como modelo, mas que outros

rejeitam por todo o significado histórico e concreto que essa esperteza tem para os trabalhadores.

Dever e não pagar, para a maioria dos assentados é uma lógica a qual não aderem, seja porque se sustentam numa ética camponesa e que tem suas razões históricas ou porque se sustentam em razões mais conjunturais. Mas, certamente, a polêmica nos assentamentos sobre pagar ou não pagar o crédito de custeio revelava formas distintas de avaliar e de formular perspectivas para a condição de assentado.

Para alguns assentados, não pagar a dívida com o Banco era a forma mais imediata e mais fácil para enfrentar as dificuldades desse pagamento, nas condições de precariedade a que a seca lhes impunha. Nessas condições, sem visualizar alternativas, as razões éticas eram secundarizadas. No entanto, quando essas alternativas apareciam, eles aderiam a elas e retomavam os argumentos éticos sobre o “*dever de pagar o que se deve*”.

Nos assentamentos acompanhados pelo MST, a orientação do movimento era a de que os assentados deveriam pagar suas dívidas, mesmo que, para isso, fosse necessário negociar e pressionar o Banco para a obtenção de condições mais favoráveis para esse pagamento.

Um dos aspectos que se discutia nos assentamentos sobre essa questão do pagamento do crédito de custeio era a necessidade real do empréstimo, uma vez que uma parcela significativa dos assentados não o utilizava: cerca de 11,0% dos assentados, em 1998, a 16% dos assentados, em 2000, no conjunto dos assentamentos acompanhados pelo Lumiar, não retiraram o crédito de custeio a que tinham direito, como já foi assinalado. Mas, mesmo assim, desenvolviam suas atividades produtivas, sem nenhuma relação de dependência financeira ao Banco ou a outro órgão público ou privado. Alguns assentados argumentavam que, se tivessem condições, também não retirariam o empréstimo. Outros assentados argumentavam que era obrigação do governo criar mecanismos de crédito que pudessem auxiliar, de fato, o desenvolvimento dos assentamentos, uma vez que a pequena produção agrícola era fundamental para um desenvolvimento do país que diminuísse as desigualdades sociais.

Uma vez que o direito de acesso ao crédito era uma reivindicação da maioria dos assentados, assim como do MST, CPT e CONTAG, a posição dos técnicos do Lumiar era a de que, uma vez retirado o empréstimo, havia o compromisso formal e público do seu pagamento. Discutia-se que o não pagamento do empréstimo significava aderir a uma concepção que, além de incentivar a irresponsabilidade social dos

assentados, que poderia se expandir para outras dimensões da vida social, incentivava também uma relação de pura dependência dos assentados em relação ao Estado, alimentando o paternalismo, comprometendo o esforço de experimentar com os assentados possibilidades de autonomia frente às tradicionais relações de dependência e submissão a que estavam historicamente submetidos.

As práticas descritas sobre a implantação do crédito de custeio nos assentamentos acompanhados pelo Projeto Lumiar e as tentativas de superação das dificuldades encontradas, mesmo que tenham sido limitadas no tempo, indicaram que o esforço de construir, com os assentados, alternativas para se pagar os empréstimos bancários incentivou a capacidade criativa de todos os envolvidos nessas situações, mesmo nas condições precárias e de instabilidade produzidas pela seca, pelas políticas oficiais de crédito e pela novidade da condição de assentado. Não só para os assentados que descobriram a capacidade que tinham de pensar e enfrentar situações aparentemente desastrosas, mas para os técnicos, órgãos públicos e movimentos sociais que, ao negociarem essas alternativas, passavam a relativizar as normas burocráticas tidas, antes, como definitivas e a acreditar na capacidade dos assentados de superarem as adversidades, desde que contassem com um apoio minimamente favorável.

Os processos de negociação entre assentados, técnicos, movimentos sociais e órgãos públicos na busca de alternativas concretas que superassem a dificuldade de pagamento do crédito de custeio e, também do crédito de investimento, por parte dos assentados, sugeriram, por si só, a necessidade e a possibilidade de mudanças nas políticas oficiais de crédito à agricultura familiar: desde o tipo de seguro agrícola disponibilizado para os assentados até o valor e mecanismos de contratação e liberação dos créditos.

Este estudo, pelos dados de que dispõe, não tem os elementos necessários para fazer aqui uma proposta de qual deveriam ser essas mudanças sugeridas pela experiência do Projeto Lumiar na Paraíba. No entanto, o que essa experiência comprovou, pelos exemplos relatados, é da possibilidade real de que as políticas oficiais de crédito, assim como as demais políticas públicas para os assentamentos, podem e necessitam estar em constante processo de avaliação junto aos assentados, pois esse seria o mecanismo básico para que a complexidade das dinâmicas sociais existentes nessas áreas pudesse estar permanentemente informando qual a forma e mecanismos mais favoráveis de apoio ao desenvolvimento da autonomia, da responsabilidade e da capacidade produtiva dos assentamentos.

Uma política pública de crédito, única e fechada, baseada, exclusivamente, na lógica do capital financeiro, que ignora a heterogeneidade e multiplicidade de possibilidades existentes nos assentamentos, contribui ou serve de argumento para concepções que reduzem os assentamentos aos seus limites e dificuldades e, de outro lado, alimenta, ainda mais, a afirmação de que, dentro do atual quadro de institucionalidade do país, não há alternativas para um desenvolvimento que inclua, de forma substantivamente digna, os setores historicamente marginalizados e explorados da sociedade brasileira. Neste caso, ainda restaria a possibilidade da organização dos assentados visando à criação de entidades próprias e autônomas de crédito, ainda, até este momento, não exercitada na Paraíba. No entanto, a perspectiva dessa possibilidade vir a se tornar uma alternativa de longo prazo ainda está para ser comprovada.

No tempo de duração do Projeto Lumiar, a principal alternativa encontrada para viabilizar condições reais de pagamento do crédito de custeio, quando as condições climáticas e de mercado inviabilizavam esse pagamento e quando a família não tinha ou não queria dispor de nenhum patrimônio para vender e pagar o Banco, era a pressão e a negociação dos assentados junto à Comissão Estadual do PROCERA/PRONAF e ao Banco do Nordeste, intermediados pelos técnicos do Lumiar e apoiados pela CPT e MST. A ocupação do prédio do INCRA, em João Pessoa, foi uma das formas de pressão utilizada pelos assentados. Esse tipo de pressão dos assentados incomodava a Superintendência Estadual do INCRA e a participação dos técnicos do Lumiar junto com os assentados, nessas ocasiões, os colocava em confronto com a direção dessa instituição.

Um outro aspecto polêmico que, em alguns assentamentos, principalmente na Zona da Mata, emergia das discussões sobre o parcelamento do assentamento em lotes individuais para cada família, mas que também era retomada nas discussões sobre o que e como plantar com o crédito de custeio, dizia respeito à proposta feita por alguns assentados sobre as vantagens da produção coletiva em relação à produção individual e isolada de cada família.

Na pesquisa sobre “Qualidade de Vida e Reforma Agrária na Paraíba” (Ieno Neto e Bamat, 1998), foi possível verificar, através de respostas individuais a um questionário, que cerca de 80,0% dos assentados pesquisados responderam que a decisão sobre o que plantar deveria ser individual, enquanto 20,0% afirmavam que deveria ser coletiva. Da mesma forma, a maioria achava que deveria se dar de forma individual as seguintes atividades produtivas: o plantio (81,9%), a colheita (79,2%), a

venda da produção (74,9%), o preparo do solo (67,2%) e a compra de sementes e insumos (67,0%). O que a maioria achava que deveria ser coletivo era a compra de veículos, tratores e máquinas (82,5%).

A discussão sobre o trabalho coletivo em oposição à produção familiar individual ocorria, principalmente, nos assentamentos do MST, mas também aparecia em vários assentamentos acompanhados pela CPT. Nos assentamentos do MST, a discussão sobre as vantagens do trabalho coletivo era proposta pelas lideranças do Movimento e, como no resto do país, era motivo de muita polêmica e conflito entre os assentados e, principalmente, entre aqueles que eram a favor da produção individual das famílias e os militantes do Movimento que defendiam a produção coletiva. Nos assentamentos do MST na Paraíba, repetiam-se os mesmos conflitos que ocorriam em outras áreas do país, já relatados e analisados por outros estudos: Caume (2002), Feix (2001), Souza (1999), Bonavigo (1998), Duarte (1998), Gaiger (1994) e Andrade (1990), entre outros.

Nos assentamentos acompanhados pela CPT, a discussão aparecia proposta por pequenos grupos entre os próprios assentados, a maioria dos quais sem vínculos orgânicos com a entidade. Por exemplo, no assentamento APASA, no município de Pitimbu, essa discussão ocorreu, de forma intensa, e em várias ocasiões. Vale ressaltar que esse assentamento era vizinho dos assentamentos acompanhados pelo MST, no mesmo município: Nova Vida, Primeiro de Março e Teixeira. Havia um pequeno grupo de assentados, cerca de 5 pessoas, no conjunto de 150 famílias desse assentamento, que se pronunciava nas reuniões, defendendo as vantagens do trabalho coletivo. Esses assentados tinham entre 20 e 25 anos, todos homens, casados, eram de famílias de pequenos produtores, as quais moravam e trabalhavam nas fazendas e usinas da região.

Apesar de poucos, eles conseguiam produzir um intenso debate no assentamento sobre a relação entre trabalho individual e trabalho coletivo. Uma dessas discussões foi gravada durante a realização da pesquisa sobre “Qualidade de Vida e Reforma Agrária na Paraíba” (Ieno Neto e Bamat, 1998), em um momento em que acontecia no assentamento o parcelamento dos lotes individuais, realizado pelo INCRA, assim como a discussão para a elaboração dos projetos individuais de cada família para o crédito de custeio, coordenado pelos técnicos do Projeto Lumiar.

A transcrição, aqui, desse debate, em forma de diálogo, entre os assentados de APASA, visa ilustrar as discussões que ocorriam em outros assentamentos sobre o

tema da relação entre trabalho individual e trabalho coletivo, em que se repetiam, mais ou menos, os mesmos argumentos³⁹.

– ... *Do meu ponto de vista, não há diferença entre ser grande ou pequeno proprietário. Existe solução sem que cada um queira ser dono de um pedaço de terra, sem retalhar a terra em pedacinho para cada um. Eu vejo que não deve ser assim. Porque dessa forma, cada um vai se tornar um proprietário igual aos outros. Se as pessoas se conscientizassem e observassem, pensassem e raciocinassem um pouco, o que vem acontecendo no decorrer do tempo e o que pode acontecer com cada uma pessoa dessa luta por um pedaço individual de terra, não pensaria em ser dono do seu pedaço. Cada um poderia entrar num sistema de cooperativismo e aí haveria solução para todo mundo. Agora, muitos trabalhadores assentados não querem fazer isso. Por que? Porque cooperativismo aqui não vai dar certo. Essa é a opinião de todos eles. Agora, eu fico olhando. Porque não pode dar certo aqui?*

– *Mas você não está vendo que não está dando certo em lugar nenhum?*

– *Em vários lugares não tem dado certo?*

– *Onde, pelo amor de Deus?*

– *Você tem acompanhado o Globo Rural? Em vários lugares tem dado certo. Por que não pode dar certo aqui também? Mas, aqui todos ficam dizendo que só dá certo se cada um for dono do seu pedaço. Eu acho que isso é um puro egoísmo. Porque a própria pessoa não parou para raciocinar no que pode ser futuramente. Para mim a solução para todos nós aqui é o sistema de cooperativismo, num sistema coletivo de produção.*

– *Mas, isso de produzir no coletivo a comunidade aqui já tem essa experiência e é por isso que ninguém quer o cooperativismo. A gente já tem uma experiência de trabalhar coletivamente e não deu certo. A gente já teve um roçado comunitário e não deu certo. A gente já apanhou no passado e não quer apanhar novamente.*

– *Tem muitos aqui que trabalha para progredir e outros não querem ajudar. Enquanto uns trabalham, outros ficam de folga. Então, isso não dá certo. Cada um tem que trabalhar tomando conta do que é seu.*

³⁹ Vale destacar que o assentamento APASA era acompanhado pela CPT, sendo vizinho de outro assentamento acompanhado pelo MST. No entanto, as pessoas que participaram desse debate, cujas falas estão transcritas, eram todas assentadas, não estando presente nessa reunião nenhum militante do MST ou membro da equipe da CPT.

– Nós já sofremos nas pontas de rua, trabalhando para os outros. Hoje, a gente está sendo beneficiado por uma luta que foi nossa. Nós queremos a Reforma Agrária porque nós lutamos por ela. O pedacinho de terra que nós temos é para mostrar que nós precisava da terra para produzir nela. Cada um sendo responsável para fazer seu pedaço de terra produzir e mostrar que nós lutamos juntos para fazer a terra produzir para nós e para todos.

– É exatamente por isso que não deu certo a experiência que o companheiro falou. É por causa do egoísmo de cada um querer fazer a sua parte sozinho. Uma abelha sozinha não constrói um enxame. O camarada só, só ele, ele não progride. E tão pouco vai a lugar nenhum.

– Essa sua opinião que não existe diferença entre o grande proprietário e o pequeno proprietário eu não concordo com ela. O proprietário desta fazenda não produzia nada. Quem está começando fazer a terra produzir somos nós, hoje. Cada um querendo o seu lote, ele vai ter a chance de produzir. E vai ter a diversidade de culturas e de criação. O grande proprietário quando ele planta, ele planta uma coisa só.

– O pequeno pode plantar diversas culturas diferentes. O nosso problema é se nós não entender que precisamos diversificar a nossa produção. Não é o egoísmo como você falou. É o desejo que a gente tem de ver o nosso lote produzindo o tipo de coisa que você quiser, que você planejou com a sua própria vontade. Com a certeza de que aquilo ali você vai cuidar dele, vai ser de seu domínio. Agora, a incerteza que nós enfrenta hoje é a política agrícola do governo, a falta de infra-estrutura no assentamento e a conclusão da demarcação de nossos lotes.

– Esse aí é o seu lado como proprietário. Você quer fazer do seu lote o que você quiser, o que você bem entender. Agora, você já falou que todo mundo aqui quer o parcelamento. Cada um quer trabalhar na sua área. Agora, vamos ver quanto vai render de lote de terra para cada pessoa. Daí você vai fazer do seu lote o que você quiser. Mas, se você for plantar vários tipos diferentes de agricultura, for criar umas poucas cabeças de gado e de animais, você vai ficar privado. Porque futuramente se você quiser plantar mais, você vai ficar limitado. Dali você não pode sair mais porque aquele é o tamanho da sua propriedade. Mas, se nós entrar no sistema de cooperativismo, todo mundo ia ter muita terra para plantar, todos coletivamente e ia render muito mais. Você não fica preso no seu lote. Esse é o meu ponto de vista.

– Agora, veja bem. Os funcionários de uma usina de Pernambuco que faliu, eles próprios assumiram a responsabilidade da usina produzir e todos eles se deu bem.

Os funcionários todos estão administrando a usina e estão dando conta. Todos estão se dando bem. Eu também acho que o sistema de cooperativismo traz muitas vantagens.

– Você deu exemplo de uma colméia. Todos trabalham em torno de uma só que é a abelha rainha. Todas as abelhas são iguais. Mas, aqui no assentamento não somos iguais. Tem uns que tem alguma coisa, já tem seu grande roçado porque já vivia aqui antes da desapropriação da terra. Esse homem que já está levando a sua vida, ele vai querer voltar ao que era, para ficar igual aos outros que ainda não tem nada? Tem cerca de trinta pessoas nessa situação. Eles vão querer trabalhar nesse sistema coletivo? Eles não vão querer. A gente tem que pensar nisso também.

– Mas existe solução para isso.

– Como? Tirar eles fora do assentamento?

– Não. Não é isso. Porque vamos supor que eu já era fundador aqui e vocês querem entrar num sistema coletivo. Eu não vou simplesmente revidar porque eu já tenho alguma coisa. Aquela parte que me pertence eu não preciso me desfazer dela. Vamos juntos analisar o que deve ser feito. Porque você não acha diferença entre um patrão grande e um patrão pequeno?

– Entre patrão não tem diferença de tamanho. É tudo patrão.

– Mas a pergunta não é essa. É a diferença entre grande proprietário e o pequeno proprietário.

– Para tudo tem saída. Só não tem saída quando a pessoa morre. Aqui existiu e existe três tipos de pessoas que não se pode comparar como igual. Primeiro, pessoas que tinha casa em outros lugares fora daqui ou que não tinham nada do que viver, desamparados e com a luta pela terra se uniram a nós nessa luta; pessoas que eram reдеiros aqui antigamente e que plantavam na terra da fazenda e pessoas que era reдеiro mas só tinha o barraco aqui dentro para morar e trabalhavam fora daqui, em outras fazendas. Então existe essas classes de pessoas aqui. Existe diferença que não se pode comparar igual. É por isso que quando chega nesse assunto de cooperativismo fica difícil. Nós já avaliamos esse assunto aqui várias vezes. Já avaliamos sim. Então, o que é que a gente acha? Está cedo demais ainda. Vamos dar um tempo que a gente vai cuidar do lote da gente esperando que o INCRA venha terminar essa situação. A gente pode ir estudando isso. Mas a gente acha que esse assunto ainda está muito em cima. A gente ainda não amadureceu o estudo desse assunto.

– *Eu não discordo de você que existe egoísmo. Existe. Em um grupo de 150 famílias não vai existir egoísmo? Vai sim. Eu não vou dizer que não existe. Existe. Porque com essa diferença entre as pessoas daqui, eles dão importância para coisas diferentes. Existe quem queira só defender o seu.*

– *A gente precisa aprender, descobrir um jeito, de aceitar essas diferenças e não se dividir e não ficar agoniado porque um pensa diferente do outro. Quem não tem casa está preocupado em ter sua casa. Quem já tem casa e roçado quer ir mais para frente. A gente não precisa se dividir por isso.*

– *Se a gente forma uma cooperativa, existe uma diferença de uma associação. Para a gente fazer uma cooperativa, a gente tem que esperar o INCRA terminar o parcelamento da terra. Cada um trabalhando no seu lote, sabendo que aquela é sua parcela de terra e produzindo o que você puder. Na minha opinião, a solução seria, quando a gente formar uma cooperativa, a gente tem que ter o lote demarcado. Mas, antes disso, a gente deve estudar bem para deixar uma grande área comunitária para uma plantação e uma criação coletiva. Mas, agora, não dá para a gente ter uma solução de imediato na situação que a gente está. Por que não dá? Porque a gente tem que lutar para o INCRA terminar a demarcação dos lotes, deixando uma área coletiva de uns 20 ou 30 hectares de terra, conforme for aprovado pela gente. Solução para o plantio coletivo tem sim.*

– *O coletivo que a gente vai trabalhar é o que? Nós vamos adquirir um trator, um caminhão. Já tem um carro da associação que é coletivo. É por aí que nós vamos começando. Agora, no individual nós queremos a nossa parcela, mas nós temos também o nosso projeto coletivo. A gente vai começando devagar para a gente não se perder no meio do caminho.*

– *Simplesmente é o seguinte. Eu estou sabendo que cada pessoa, como a gente aqui, somos todos de maior, tem inteligência, pode raciocinar, discutir vários assuntos para chegar no ponto xis. Então, o que eu queria é que as pessoas antes de tomarem uma decisão, examinassem, analisassem as conseqüências que ela poderia trazer, as vantagens e as desvantagens, para que ninguém tomasse uma decisão errada. As vezes eu quero dar uma opinião para isso, para que as pessoas se conscientizem do que vão fazer. Para que a decisão que a gente for tomar tenha a participação de todos, cada um dando a sua idéia e o coletivo analisando qual delas é a mais importante, para que depois ninguém se arrependa.*

– *Tendo o parcelamento aqui dentro, não impede de ser criada uma cooperativa para a gente ganhar mais um poder de venda e comercialização. Essa é a vantagem da cooperativa. Não impede que haja o individual e o coletivo. Cada um plantando individual no seu lote e vendendo a produção no coletivo com a cooperativa.*”

A transcrição desse diálogo ocorrido no assentamento Apasa, em meados de 1997, reproduziu a seqüência e o conteúdo das falas dos assentados que participaram dela, procurando-se, apenas, adaptar a linguagem falada para a linguagem escrita, tentando-se respeitar a concordância verbal das falas, para que a transcrição delas não ficasse muito artificial.

Mas, o importante são os argumentos apresentados e a forma como a conversa evoluiu. Inicialmente, o trabalho individual de cada família, no seu lote de terra, é identificado com “ser proprietário de terra”; que não há diferença entre ser pequeno ou grande proprietário e é por egoísmo que cada um quer o seu próprio pedaço de terra. A relação entre ser proprietário de terra e ser patrão é polemizada, mesmo que de forma pontual, sem aprofundamento.

O trabalho coletivo é identificado, por sua vez, com “cooperativismo”, “sistema coletivo de produção”, e seria a única forma para que os assentados pudessem superar os limites que a propriedade individual estabelece para o pequeno produtor.

O contraponto à defesa do trabalho coletivo baseia-se no fato de que esse sistema não dá certo em nenhum lugar, inclusive na experiência de roçado comunitário tentado no assentamento, vivida por eles próprios. Os que defendem o trabalho coletivo apresentam experiências que deram certo noticiadas pela televisão, através do programa Globo Rural e da notícia sobre uma usina de açúcar de Pernambuco administrada pelos trabalhadores, ou seja, experiências distantes, de fora da região e, portanto, difíceis de serem avaliadas de forma mais concreta por eles.

Além disso, a diferença entre os assentados é levantada, também, como argumento sobre as dificuldades do trabalho coletivo, ou seja, como construir um sistema produtivo baseado na igualdade de todos, sem levar em consideração as diferenças individuais.

Por outro lado, o que alguns assentados chamam de egoísmo, outros dizem, nas palavras de um deles, que é “*o desejo que a gente tem de ver o nosso lote produzindo o tipo de coisa que você quiser, que você planejou com a sua própria vontade*”. Ou seja, na polêmica sobre o individual e o coletivo, os assentados recorrem a

dimensões que vão além do concreto e objetivo, uma vez que *egoísmo*, *desejo* e *vontade* referem-se a dimensões de ordem subjetiva, o que sugere que, para esses assentados, não há separação entre essas duas dimensões.

Este fato indica que, tanto no trabalho de assistência técnica ligado às questões objetivas da atividade produtiva, como no debate político sobre as alternativas de formas de se organizar e gerir a produção, a dimensão subjetiva emerge, apresentando elementos fortes que embasam as análises e as opções de cada uma das concepções que os assentados apresentam como possibilidades distintas.

Portanto, os argumentos objetivos, de origem técnica e científica, não são suficientes para convencer os assentados sobre as “melhores opções” no campo produtivo, pois, mesmo estas, estão carregadas de sentimentos como “egoísmo”, “desejo”, “vontade”.

Mas, os próprios assentados sugerem algumas possibilidades para se lidar com a relação entre as situações concretas que têm de enfrentar e os sentimentos que elas produzem. Em primeiro lugar, lembram que têm que aprender a lidar com suas diferenças, com os sentimentos diferentes existentes entre eles sobre o que fazer frente a uma realidade objetiva comum: *“a gente precisa aprender, descobrir um jeito, de aceitar essas diferenças e não se dividir e não ficar agoniado porque um pensa diferente do outro”*. Em segundo lugar, lembram também que o individual e o coletivo fazem parte de seus projetos de vida: *“no individual nós queremos a nossa parcela, mas nós temos também o nosso projeto coletivo”*. Em terceiro lugar, sugerem que a forma de superar os possíveis equívocos produzidos pelas subjetividades individuais é a construção de condições para que *“a decisão que a gente for tomar tenha a participação de todos, cada um dando a sua idéia e o coletivo analisando qual delas é a mais importante”*, uma vez que cada um *“tem inteligência, pode raciocinar, discutir vários assuntos”*. E, em quarto lugar, definem o ritmo possível: *“a gente tem que ir devagar para a gente não se perder no meio do caminho”*.

Em outros assentamentos, o debate sobre produção individual ou coletiva também produzia muita polêmica. Os argumentos a favor do trabalho coletivo aproximavam-se do que foi expresso nessa reunião de APASA. A favor do trabalho individual de cada família no seu lote de terra, além dos que foram expressos na conversa transcrita, apareciam outros tipos de argumentos. Entre eles, foi possível registrar: ter a liberdade, que nunca conheceu, de poder trabalhar sem sujeição a ninguém; poder escolher o que e como produzir, conforme o que sabe fazer melhor e o

que gosta de fazer; querer progredir na vida, enquanto outros só querem produzir para a família não morrer de fome; a família é o mais importante e a comunidade serve para ajudar a cada um cuidar da própria família; o coletivo esconde quem não trabalha; o coletivo só dá confusão e briga; o coletivo tira a liberdade e a responsabilidade de cada um.

Um outro aspecto que é possível perceber, através da transcrição do debate entre os assentados de APASA, é que, no início da discussão, cada uma das posições estava em nítido confronto com a outra. No entanto, o debate foi evoluindo na direção de se encontrar uma formulação comum ao grupo, que relativizasse cada uma das formulações iniciais e fosse possível se construir um consenso possível naquele momento. Nos assentamentos, durante a vigência do Projeto Lumiar, foi possível verificar, muitas vezes, esse mesmo esforço.

Apesar das diferenças entre si, a maioria dos assentados, nos espaços coletivos, sempre tentava construir algum tipo de consenso possível em cada um dos momentos de confronto. Nem sempre conseguiam esse objetivo e nem sempre o consenso era duradouro, no entanto, havia claramente esse esforço. Por isso, como já foi assinalado, no título deste trabalho, fala-se em busca de sentido, no singular. Não se tratava apenas de cada família buscar, de forma isolada, sentido para a nova condição de vida nos assentamentos, mas havia, também, um grande empenho de construir-se um sentido que pudesse ser comum ao assentamento e esse, sim, era o grande desafio do coletivo.

Por isso, o debate sobre trabalho individual e trabalho coletivo nos assentamentos, mesmo provocado por grupos extremamente minoritários em cada um deles, produzia tanta polêmica. Mesmo optando pelo parcelamento da terra em lotes individuais para cada família, para a maioria dos assentados, a questão de uma referência coletiva, comunitária, tinha bastante significado. As raízes camponesas e a luta coletiva pela terra colocavam a questão da “união”, da “comunidade”, do “coletivo” como um dos critérios mais citados nos momentos de avaliação da satisfação dos assentados com a nova condição de vida. Apesar da existência de vários fatores objetivos que tornavam precárias as condições de vida nos assentamentos, a “*desunião do povo daqui*” era um dos fatores mais citados, na grande maioria dos assentamentos, entre os que causavam mais insatisfação entre os assentados.

Um outro campo de polêmica e de disputa vivenciado pelo Projeto Lumiar era produzido, de um lado, pelas dificuldades de implantação e acompanhamento do

crédito de custeio, no cotidiano da relação entre assentados, técnicos e órgãos públicos e, de outro lado, pela lógica que estava presente no raciocínio de muitos assentados e que presidia muitas das ações do MST e da CPT, de que cabia aos trabalhadores reivindicar e ao Estado atendê-los através do INCRA e do Projeto Lumiar.

O Projeto Lumiar, por esse raciocínio, era apenas produto da política do governo FHC e, por isso, para a CPT e para o MST, o esforço de construir com os assentados uma análise crítica sobre essa política, a partir das dificuldades que os técnicos e os assentados enfrentavam não era reconhecido, nem mesmo visualizado.

No caso da CPT, apenas os equívocos dos técnicos e as dificuldades para se viabilizar o trabalho de assistência técnica eram destacados e suficientes para comprovar a tese de que o Lumiar era um projeto do governo federal e que, portanto, não merecia o acompanhamento da entidade, uma vez que a avaliação do compromisso político do Projeto com um governo contra os trabalhadores estava óbvia e, portanto, não se tinha muito o que discutir.

Para o MST, os técnicos do Lumiar deveriam ser apenas militantes do Movimento, cumprindo as determinações de sua coordenação política. Para o MST, as dificuldades e os impasses vividos no cotidiano da prática de assistência técnica eram decorrentes da falta de consciência e compromisso político dos técnicos e dos assentados, que insistiam em tentar viabilizar um projeto no interior de um governo neo-liberal, o que sugeria que a participação de um representante do MST na Equipe de Supervisão do Lumiar, nos termos utilizados pela sua Direção Estadual, era “tática” e não “estratégica”.

Tanto a CPT como o MST na Paraíba, no início do Projeto Lumiar, não aceitavam discutir com os técnicos do Projeto Lumiar o cotidiano da vida nos assentamentos, particularmente com os técnicos da COAGEP, apesar da insistência dessa entidade e de tentativas nessa direção feita pela Equipe de Supervisão do Projeto. Os técnicos da COAGEP tentaram, mas não tiveram receptividade, avaliar com a CPT as dificuldades em relação à liberação do crédito de custeio por parte da burocracia da Comissão Estadual do PROCERA e das agências do Banco do Nordeste. Da mesma forma, tentaram também discutir com a CPT os conflitos internos nos assentamentos e os enfrentamentos dos assentados com o poder local, no âmbito dos municípios.

No entanto, foi apenas após a mudança do Superintendente do INCRA/PB, já comentada, o qual passou a utilizar essa condição para proselitismo político partidário e eleitoral junto aos assentados, já que era candidato a deputado federal no esquema

político do então governador do estado, é que a CPT e o MST aproximaram-se da COAGEP. Essa aproximação deu-se pelo fato da maioria dos técnicos dessa entidade e de toda a sua direção estarem se contrapondo às pressões do Superintendente para que “vestissem a camisa do governo federal” no apoio e convencimento dos assentados em relação ao Programa “Novo Mundo Rural”. Os técnicos da COAGEP continuaram fazendo um trabalho de análise crítica da ação governamental, através da repercussão de seus programas e projetos na vida cotidiana dos assentamentos, o que os colocou em atrito com o Superintendente do INCRA e os valorizou frente à CPT e MST.

No entanto, não foram as disputas políticas que emergiam da vida cotidiana dos assentamentos, mas a repercussão do posicionamento da maioria dos técnicos frente a uma disputa política que ocorria no âmbito mais geral da sociedade, com desdobramentos a nível estadual e local, é que deu visibilidade ao que estava acontecendo nos assentamentos, pelo menos em relação ao que dizia respeito a essa disputa. Foi a repercussão da ação dos técnicos, e não a opinião dos assentados sobre o que estavam vivenciando, que foi o destaque na irritação do Superintendente ou na valorização da CPT e MST. Pelo menos neste caso, a ênfase foi dada aos *mediadores* ou a pretensa capacidade manipulatória deles.

Como se estivesse olhando num espelho, o Superintendente do INCRA avaliava que a relação entre assentados e técnicos possuía mão única, destes sobre aqueles. Por outro lado, as coordenações da CPT e do MST não conseguiam perceber a dimensão política das disputas que ocorriam no interior dos assentamentos e no interior das relações entre técnicos e assentados, ao enfrentarem coletivamente os desafios concretos colocados por um campo de disputa mais estrutural na sociedade. Não conseguiam perceber a importância desses enfrentamentos cotidianos na formação política dos assentados e dos técnicos, muito mais fortes do que qualquer pacote de formação programado pelas “vanguardas políticas”. Não conseguiam observar que os técnicos estavam, como os assentados, num processo de formação profissional e política por estarem no interior de um campo de disputa.

Refletir com eles, técnicos e assentados, todos juntos, o concreto do que estava sendo vivido era a forma mais eficiente de contribuir para que pudessem fazer suas escolhas políticas com consistência. Mas, para isso, era necessário acreditar na capacidade deles todos pensarem criticamente o vivido, com cada um trazendo o que a história lhes proporcionou, o que o presente lhes suscita e o que o futuro lhes projeta.

Tabela 10 – Projeto Lumiar/PB – Crédito de Custeio para os assentamentos da Zona da Mata acompanhados pelo Projeto, através da COAGEP: culturas implantadas, número de famílias beneficiadas, área plantada e valor financiado, por ano de vigência do Projeto.

	CULTURAS IMPLANTADAS POR ANO	Nº DE FAMÍLIAS BENEFICIADAS			ÁREA PLANTADA – ha			VALOR FINANCIADO/R\$ 1.000,00		
		1998	1999	2000	1998	1999	2000	1998	1999	2000
Z O N A	Abacaxi	145	159	240	91,84	65,36	150,42	287,00	204,24	470,06
	Algodão	1	4	38	1,59	5,40	50,15	1,00	3,02	28,08
	Amendoim	18	17	31	25,45	18,14	43,19	16,21	11,54	31,50
	Batata-doce	8	20	8	11,52	13,61	9,30	8,11	9,58	6,55
	Feijão	-	78	134	-	93,39	166,02	-	46,69	83,01
	Gergelim	-	-	12	-	-	14,40	-	-	4,37
	Inhame	632	771	759	272,31	301,40	438,18	1.089,24	940,08	1.438,63
	Mandioca	37	399	244	54,42	529,93	423,96	37,53	366,97	292,38
	Melancia	5	-	-	6,84	-	-	9,00	-	-
	Milho	-	12	92	-	14,94	98,82	-	4,50	29,74
	Pimentão	-	-	7	-	-	5,29	-	-	6,98

D A M A T A	Consórcio Feijão/Mandioca	-	10	-	-	16,84	-	-	12,07	-
	Consórcio Feijão/Milho	1	142	-	1,00	271,15	-	0,49	113,48	-
	Consórcio Mandioca/Milho	-	4	-	-	6,97	-	-	4,84	-
	1998: Abacaxi, algodão, inhame, mandioca e milho/feijão. 1999: idem + amendoim e batata-doce 2000: idem + pimentão (Assentamento Dona Helena)*	91	104	104	327,48	407,76	318,27	193,34	153,20	204,86
1998: Algodão, batata-doce, inhame, mandioca e milho/feijão. 1999: idem+ amendoim. 2000: idem. (Assen/to Santana II)*	44	45	49	37,81	81,24	95,81	39,93	58,41	97,97	
TOTAL	**	**	**	830,26	1.826,13	1.813,81	1.681,85	1.928,62	2.694,13	

Fonte: Relatórios das Equipes Técnicas da COAGEP.

* O relatório da Equipe Técnica que trabalhou nesses dois assentamentos não discriminou as informações sobre o crédito de custeio para cada tipo de lavoura.

** O total de famílias não é calculado, uma vez que várias famílias plantavam mais de uma lavoura, conforme os projetos que elaboravam para o crédito de custeio, em cada ano.

Tabela 11 – Valor dos recursos do crédito de custeio para os assentamentos acompanhados pelo Projeto Lumiar/PB, através da COAGEP, conforme os municípios da Zona da Mata onde se situam esses assentamentos.

MUNICÍPIOS Zona da Mata	Recursos do Crédito de Custeio em R\$ 1.000,00 acompanhados pelo Projeto Lumiar/PB			
	1998	1999	2000	TOTAL
Caaporã	214,00	206,00	206,00	626,00
Conde	406,00	256,10	408,00	1.070,10
Cruz do Espírito Santo	361,27	310,41	491,81	1.163,49
Pedras de Fogo	297,80	206,00	316,00	819,80
Pitimbu	288,00	290,00	286,00	864,00
Sapé	114,78	597,71	890,32	1.602,81
Sobrado	-	62,40	96,00	158,40
TOTAL	1.681,85	1.928,62	2.694,13	6.304,60

Fonte: relatórios das Equipes Técnicas da COAGEP.

Tabela 12 – Projeto Lumiar/PB – Crédito de Custeio para os assentamentos da Região do Brejo acompanhados pelo Projeto, através da COAGEP: culturas implantadas, número de famílias beneficiadas, área plantada e valor financiado, por ano de vigência do Projeto.

	CULTURAS IMPLANTADAS POR ANO	Nº DE FAMÍLIAS BENEFICIADAS			ÁREA PLANTADA – ha			VALOR FINANCIADO/R\$ 1.000,00		
		1998	1999	2000	1998	1999	2000	1998	1999	2000
B R E J O	Abacaxi	-	11	8	-	4,11	2,24	-	12,84	7,00
	Algodão	-	59	176	-	66,29	182,46	-	42,66	114,41
	Banana	-	33	33	-	28,90	24,70	-	28,90	17,50
	Feijão	46	211	150	36,50	245,60	161,31	18,25	122,80	80,65
	Inhame	98	99	14	34,00	25,97	2,20	136,04	103,88	8,80
	Mandioca	169	91	363	126,30	90,57	386,34	134,73	62,47	295,94
	Milho	67	162	110	90,90	221,08	145,53	27,35	66,54	43,79
	Consórcio Fava/Feijão/Milho	40	102	90	10,00	110,60	127,00	16,00	132,60	167,00
	Consórcio Feijão/Mandioca/Milho	170	393	370	90,00	417,44	586,80	90,00	404,72	562,72
	Consórcio Feijão/Mandioca	-	12	-	-	19,50	-	-	14,06	-
	Consórcio Feijão/Milho	-	60	92	-	69,50	144,10	-	42,36	91,23
	Consórcio Mandioca/Milho	-	39	-	-	59,92	-	-	30,77	-
	Custeio Pecuário	57	-	-	-	-	-	28,85	-	-
	TOTAL	*	*	*	387,70	1.359,48	1.762,68	451,22	1.064,60	1.389,04

Fonte: Relatórios das Equipes Técnicas da COAGEP.

* O total de famílias não é calculado uma vez que várias famílias plantavam mais de uma lavoura, conforme os projetos que elaboravam para o crédito de custeio, em cada ano.

Tabela 13 – Valor dos recursos do crédito de custeio para os assentamentos acompanhados pelo Projeto Lumiar/PB, através da COAGEP, conforme os municípios do Brejo paraibano onde se situam esses assentamentos.

MUNICÍPIOS Brejo	Recursos do Crédito de Custeio em R\$ 1.000,00 acompanhados pelo Projeto Lumiar/PB			
	1998	1999	2000	TOTAL
Alagoa Grande	134,00	333,60	424,69	892,29
Alagoinha	-	118,93	64,80	183,73
Araçagi	225,22	196,84	246,02	668,08
Areia	-	74,00	134,86	208,86
Bananeiras	-	105,36	169,34	274,70
Massaranduba	56,00	97,50	140,00	293,50
Matinhas	36,00	52,00	80,00	168,00
Pilões	-	46,73	64,44	111,17
Serraria	-	39,64	64,89	104,53
TOTAL	451,22	1.064,60	1.389,04	2.904,86

Fonte: relatórios das Equipes Técnicas da COAGEP.

Tabela 14 – Projeto Lumiar/PB – Crédito de Custeio para os assentamentos da Região do Sertão acompanhados pelo Projeto, através da COAGEP: culturas implantadas, número de famílias beneficiadas, área plantada e valor financiado, por ano de vigência do Projeto.

S E R T Ã O	CULTURAS IMPLANTADAS POR ANO	Nº DE FAMÍLIAS BENEFICIADAS		ÁREA PLANTADA ha		VALOR FINANCIADO em 1.000,00 R\$	
		1999	2000	1999	2000	1999	2000
		Algodão	134	319	252,37	370,31	148,90
Arroz de sequeiro	32	12	35,65	9,40	14,00	4,65	
Feijão	30	24	27,30	17,60	9,24	6,80	
Gergelim	29	93	18,30	64,65	5,54	20,12	
Milho	39	21	33,85	24,95	8,08	5,75	
Consórcio Feijão/Milho	151	293	348,00	287,60	131,74	166,93	
Algodão, Arroz, Feijão, Gergelim e Milho (Assentamento Fortuna)*	66	65	205,00	145,20	30,08	65,80	
Idem (Assentamento Campo Comprido)*	-	83	-	185	-	91,31	
TOTAL	**	**	920,47	1.104,71	347,58	582,92	

Fonte: Relatórios das Equipes Técnicas da COAGEP.

* O relatório da Equipe Técnica que trabalhou nesses dois assentamentos não discriminou as informações sobre o crédito de custeio para cada tipo de lavoura.

** O total de famílias não é calculado, uma vez que várias famílias plantavam mais de uma lavoura, conforme os projetos que elaboravam para o crédito de custeio, em cada ano.

Tabela 15 – Valor dos recursos do crédito de custeio para os assentamentos acompanhados pelo Projeto Lumiar/PB, através da COAGEP, conforme os municípios do Sertão paraibano onde se situam esses assentamentos.

MUNICÍPIOS Sertão	Recursos do Crédito de Custeio em R\$ 1.000,00 acompanhados pelo Projeto Lumiar/PB			
	1998	1999	2000	TOTAL
Aparecida	-	167,47	142,57	310,04
Cachoeira dos Índios	-	19,97	17,56	37,53
Cajazeiras	-	21,50	46,28	67,78
Camalaú	-	54,29	72,67	126,96
Jericó	-	30,08	65,80	95,88
Monteiro	-	-	72,67	72,67
Patos	-	-	91,31	91,31
São José do Bonfim	-	-	25,01	25,01
São Sebastião de Umbuzeiro	-	54,27	49,05	103,32
TOTAL	-	347,58	582,92	930,50

Fonte: relatórios das Equipes Técnicas da COAGEP.

Tabela 16 – Número de *famílias assentadas* atendidas pelo Projeto Lumiar na Paraíba, através da COAGEP, com possibilidades de acesso ao crédito de custeio (F.A.), número dessas *famílias que efetivamente retiraram o crédito* (F.C.C.), por região e por ano de vigência do Projeto.

REGIÕES	NÚMERO DE FAMÍLIAS								
	1998			1999			2000		
	F. A.	F.C.C.	%	F.A.	F.C.C.	%	F.A.	F.C.C.	%
Zona da Mata	1.075	955	88,8	1.568	1.386	88,4	1.568	1.389	88,6
Brejo	349	310	88,8	1.011	836	82,7	1.111	962	86,6
Sertão	-	-	-	410	313	76,3	747	533	71,3
TOTAL	1.424	1.265	88,8	2.989	2.535	84,8	3.426	2.884	84,2

Fonte: Relatórios das Equipes Técnicas da COAGEP.

Tabela 17 – Projeto Lumiar/PB – Área plantada, em hectares, nos assentamentos acompanhados pela COAGEP, por lavoura, por região e por ano de vigência do Projeto.

LAVOURAS	ZONA DA MATA - ha			BREJO - ha			SERTÃO - ha		
	1998	1999	2000	1998	1999	2000	1998	1999	2000
Abacaxi	91,84	65,36	150,42	-	4,11	2,24	-	-	-
Algodão	1,59	5,40	50,15	-	66,29	182,46	-	252,37	370,31
Amendoim	25,45	18,14	43,19	-	-	-	-	-	-
Arroz de sequeiro	-	-	-	-	-	-	-	35,65	9,40
Banana	-	-	-	-	28,90	24,70	-	-	-
Batata-doce	11,52	13,61	9,30	-	-	-	-	-	-
Fava	-	-	-	10,00	110,60	127,00	-	-	-

Feijão	1,00	381,38	166,02	136,50	862,64	1.019,21	-	375,30	305,20
Gergelim	-	-	14,40	-	-	-	-	18,30	64,65
Inhame	272,31	301,40	438,18	34,00	25,97	2,20	-	-	-
Mandioca	54,42	553,74	423,96	216,30	587,43	973,14	-	-	-
Melancia	6,84	-	-	-	-	-	-	-	-
Milho	1,00	293,06	98,82	190,90	878,54	1.003,43	-	381,85	312,55
Pimentão	-	-	5,29	-	-	-	-	-	-
Assentamento Da. Helena*	327,48	407,76	318,27	-	-	-	-	-	-
Assentamento Santana II*	37,81	81,24	95,81	-	-	-	-	-	-
Assentamento Fortuna*	-	-	-	-	-	-	-	205,00	145,20
Assent. Campo Comprido*	-	-	-	-	-	-	-	-	185,00
TOTAL	831,26	2.121,09	1.813,81	587,70	2.564,48	3.334,38	-	1.268,47	1.392,31

Fonte: Relatórios das Equipes Técnicas da COAGEP.

* Os relatórios das Equipes Técnicas que trabalharam nesses assentamentos não discriminaram as informações sobre o crédito de custeio referentes à área plantada para cada tipo de lavoura, informando apenas, em cada ano, o total da área plantada, em cada um desses assentamentos, para o conjunto das lavouras plantadas, as quais estão citadas nas Tabelas 10 e 12.

CAPÍTULO 7

O planejamento da vida produtiva e os exercícios de autonomia

Neste capítulo, se comentará a elaboração e as tentativas de implantação dos projetos produtivos financiados pelo crédito de investimento, a confecção dos planos de desenvolvimento dos assentamentos, além de atividades produtivas como a pecuária e as desenvolvidas através de projetos financiados por outras fontes de recursos diferentes

do PROCERA/PRONAF, assim como as questões ligadas ao meio ambiente e à comercialização.

O crédito de custeio, como foi visto no capítulo anterior, dizia respeito à implantação de lavouras de ciclo produtivo anual, que permitia, portanto, uma grande diversidade de iniciativas produtivas por parte dos assentados, mesmo com os limites impostos pelo Banco do Nordeste sobre que lavouras eram passíveis de financiamento. O crédito de custeio, portanto, ao possibilitar uma experimentação diversificada, tanto em relação ao tipo de lavoura plantada, como em relação à tecnologia adotada para a sua implantação, permitia uma razoável flexibilidade para a vida produtiva, permitindo, em um mesmo assentamento, iniciativas produtivas distintas entre si, produzindo conjunturas diferenciadas a cada ano.

Diferentemente disso, as atividades analisadas neste capítulo caminhavam na direção de tentar organizar a vida produtiva nos assentamentos em torno de iniciativas de caráter mais permanente, portanto, com uma perspectiva mais estruturante. De um modo geral, em cada assentamento, essas iniciativas requeriam não mais decisões de cada família, mas decisões que implicavam o conjunto dos assentados, mesmo para projetos que interessassem a uma parte deles, uma vez que tinham desdobramentos sobre a organização do espaço físico do assentamento e da comunidade como um todo.

As atividades em torno dos créditos de instalação (fomento e habitação) e de custeio, além da importância que tinham em si mesmo, serviram como exercícios de capacitação para que os assentados, ou pelo menos parte deles, pudessem desdobrá-los em exercícios de autonomia familiar relacionados à vida produtiva. Contudo, os créditos de investimento e as atividades que apresentavam ter um caráter de mais longo prazo em relação às decisões sobre a vida produtiva da família e da comunidade exigiam um processo mais intenso e sistemático de discussão entre os assentados e os técnicos do Lumiar.

O confronto, comentado no capítulo anterior, entre, de um lado, as lógicas dos assentados para tomar decisões a respeito do que e como plantar baseadas no saber acumulado pela experiência vivida e pela ética da subsistência (Menezes, 2005) e, por outro lado, as lógicas da burocracia estatal do INCRA e do Banco do Nordeste tornavam as decisões sobre os investimentos nos assentamentos mais um campo de disputa. A situação de instabilidade e precariedade existentes nos assentamentos e o endividamento provocado por projetos de investimento, feitos, antes da atuação do Lumiar, sem uma discussão aprofundada com os assentados, contribuíram, também,

para tornar mais polêmicas as discussões e decisões sobre atividades que visavam planejar a vida produtiva nos assentamentos a médio e longo prazo.

Dessa forma, várias Equipes Técnicas do Lumiar procuraram algumas alternativas para projetos de investimento nos assentamentos que escapassem da burocratização excessiva do PROCERA/PRONAF estabelecida pela lógica do capital financeiro: a procura de fontes de financiamento para projetos produtivos elaborados a partir de demandas formuladas por uma ou mais famílias, desde que as exigências para o financiamento fossem menos burocratizadas e, principalmente, mais acessíveis para o entendimento dos assentados. Dessa maneira, a participação destes em todo processo de elaboração do projeto a ser financiado e do planejamento do cumprimento das exigências da fonte financiadora puderam cumprir uma função educativa, como será analisado mais adiante.

Além disso, nessa mesma perspectiva, para trabalhar com os assentados um processo de construção gradativa do planejamento a médio prazo da vida produtiva, outras iniciativas se mostraram importantes: o planejamento dos cuidados com o rebanho; a questão do manejo do meio ambiente; a busca de alternativas aos atravessadores para a comercialização da produção. Esse conjunto de atividades, nos assentamentos em que ocorreram, prepararam os assentados para a discussão do Plano de Desenvolvimento do Assentamento (PDA) e os capacitaram para, mais uma vez, se confrontarem com a lógica da burocracia estatal e a postura autoritária de setores dos movimentos sociais.

1. O crédito de investimento

O crédito de investimento era uma das modalidades de financiamento do PROCERA e, posteriormente do PRONAF, que tinha como objetivo viabilizar a estruturação dos assentamentos, com a implantação de infra-estrutura produtiva das famílias e subsidiar a organização e a gestão produtiva.

Cada família tinha direito de financiar até R\$ 7.500,00 para projetos de infra-estrutura produtiva de longo prazo, descontando desse valor as eventuais dívidas com o crédito de custeio, com juros de 12% ao ano. Esse crédito poderia ser também concedido a cooperativas e associações para projetos de investimento coletivo, caso em que o valor do financiamento poderia chegar ao dobro do concedido a cada família isoladamente. O prazo de pagamento era de sete anos com dois anos de carência.

A elaboração dos projetos para o crédito de investimento requer que os assentados já tenham minimamente formuladas suas pretensões produtivas. Pelo fato da maioria dos assentamentos acompanhados pelo Projeto Lumiar na Paraíba serem novos, essa formulação, por parte dos assentados, era ainda muito incipiente. Ao mesmo tempo, em vários desses assentamentos, o parcelamento dos lotes ainda não havia sido realizado pelo INCRA, ou estava em fase de implantação, o que dificultava para os assentados a formulação de seus projetos produtivos. Além disso, a estiagem de 1998 e 1999, que comprometeu a produção em vários assentamentos e dificultou o pagamento do crédito de custeio, tornam vários assentados devedores do Banco do Nordeste, o que diminuía o valor disponibilizado para o crédito de investimento. Este fato tornava esses valores insuficientes para o financiamento de projetos de infra-estrutura que pudessem ter uma consistência mínima em termos de viabilidade econômica, além de deixar os assentados inseguros sobre as vantagens de se endividarem ainda mais com o Banco.

Por esses motivos, em apenas 11 assentamentos, dos 56 acompanhados pelo Lumiar, os projetos para o crédito de investimento foram elaborados, aprovados e tiveram os recursos liberados para os assentados, sendo seis assentamentos acompanhados pela COOPERVIDA/MST e cinco acompanhados pela COAGEP.

Duas situações opostas foram experimentadas pelos assentamentos acompanhados pelo Lumiar na Paraíba, no que se refere ao crédito de investimento: a) o insucesso dos projetos produtivos financiados, com o conseqüente endividamento dos assentados produzido pela falta de participação deles na elaboração desses projetos, o que ocorreu na grande maioria dos casos; e b) a implantação do projeto financiado com o crédito de investimento, elaborado com a participação efetiva dos assentados, melhorou substancialmente a capacidade produtiva do assentamento.

No primeiro caso, a obtenção do crédito trouxe mais dificuldades do que incentivo à produção, principalmente pela forma precipitada como esses projetos foram elaborados, sem um amadurecimento por parte dos assentados sobre a conveniência e viabilidade do projeto, o que teve como conseqüência um forte endividamento junto ao Banco do Nordeste, tanto da cooperativa ou das associações, no caso dos assentamentos do MST, como dos próprios assentados, individualmente.

Um exemplo dessa situação ocorreu no assentamento APASA, no município de Pitimbu, na Zona da Mata, onde o projeto para o crédito de investimento foi elaborado e implementado pela empresa privada de assistência técnica GAPE, contratada pelo INCRA, em 1996, antes do início do Projeto Lumiar. O valor financiado

para as 150 famílias do assentamento foi de R\$ 1.047.043,00 para a aquisição de 123 vacas matrizes e 04 reprodutores e a implantação de 30,75 hectares de capim elefante para ração para o gado, 171,27 hectares de mamão, 57,48 hectares de maracujá, 25,49 hectares de banana, 15,21 hectares de graviola e 2,00 hectares de acerola.

Quando da elaboração e implementação do projeto de investimento não havia ainda sido feito o parcelamento dos lotes nesse assentamento e como pode ser observado pela transcrição da reunião ocorrida nesse assentamento, quando se discutiu o tema da relação entre trabalho individual e trabalho coletivo, os assentados de APASA ainda estavam discutindo entre si aspectos básicos de como se organizar para desenvolver a vida produtiva no assentamento, um ano depois do projeto de investimento já ter sido implantado.

Segundo relato dos assentados de APASA, a empresa que elaborou o projeto de investimento veio para o assentamento com uma proposta pronta sobre o que poderia ser financiado. Frente à possibilidade de terem acesso a recursos que poderiam viabilizar a instalação e a ampliação da atividade produtiva, os assentados aderiram a proposta da empresa, sem uma discussão mais aprofundada sobre as exigências dos cuidados e tratos culturais necessários à viabilização econômica do que estava sendo proposto. Os animais adquiridos, por serem de uma raça que exigia cuidados especiais no trato e na alimentação, rapidamente foram definhando, muitos morreram e os outros foram vendidos para evitar a perda total do rebanho adquirido com os recursos do crédito de investimento. A maioria dos assentados não tinha experiência sobre os tratos necessários para as culturas de maracujá, acerola e graviola. Sem assistência técnica, antes do início do Projeto Lumiar, os assentados tiveram apenas uma orientação inicial, por parte da GAPE, sobre como plantar essas culturas, as quais, por falta de orientação, sofreram os impactos de tratos inadequados durante o período inicial de crescimento e muitas mudas se perderam. No assentamento, também não havia infra-estrutura instalada para irrigação, o que, com a estiagem ocorrida nesse período, prejudicou ainda mais o desenvolvimento das lavouras.

Vale assinalar que a remuneração dessas empresas privadas, que elaboravam os projetos de investimento para os assentamentos, correspondia a uma porcentagem sobre o valor total financiado. Portanto, quanto maior o valor financiado, maior seria a remuneração da empresa, o que proporcionava o risco de uma determinada empresa elaborar os projetos de investimento baseadas nesse critério e não na viabilidade

econômica e técnica do mesmo, ou na capacidade dos assentados de manejarem adequadamente o que era implementado pelos recursos do projeto.

Em APASA, quando a Equipe Técnica do Lumiar iniciou o acompanhamento dos assentados, em maio de 1997, as condições do rebanho e das lavouras implantadas com os recursos do crédito de investimento já estavam bastante comprometidas. Depois de inúmeras reuniões com os assentados sobre esse assunto, que produziram várias tentativas de contatos com órgãos públicos na busca de se encontrar apoio técnico e financeiro para a implantação de alternativas produtivas para esses assentados, com o objetivo de dar-lhes condições de sustentação econômica e pagamento da dívida, a Equipe do Lumiar conseguiu intermediar uma negociação entre os assentados e o Banco do Nordeste. Essa negociação conseguiu estender o pagamento da dívida por dez anos, com três anos de carência, prazo para que os assentados pudessem desenvolver suas atividades produtivas, com condições de se prepararem e se capacitarem para obterem resultados mais satisfatórios.

Nos assentamentos do Sertão, situações semelhantes foram vivenciadas. Nessa região, quando da desativação do Projeto Lumiar, tinham sido elaborados projetos para o crédito de investimento para três assentamentos. Em dois deles, assentamentos Acauã, no município de Aparecida e Santa Catarina, em Monteiro, os projetos já tinham sido elaborados pela EMATER, antes do Lumiar iniciar o acompanhamento a esses assentamentos. Em Acauã, o total dos recursos somava R\$ 181.700,00 e destinava-se ao desenvolvimento da caprinocultura por 79 das 120 famílias do assentamento. Nos dois assentamentos, a EMATER elaborou os projetos e não deu continuidade à assistência técnica aos assentados, o que foi retomado quando da presença dos técnicos do Lumiar. No entanto, poucas famílias assentadas ainda desenvolviam as atividades previstas nos projetos de investimento.

No assentamento Santa Catarina, quando os técnicos iniciaram o trabalho de assistência técnica, muitos assentados não possuíam mais os bens financiados, particularmente o rebanho caprino, na maior parte das vezes, vendido para cobrir as necessidades de subsistência das famílias. A Equipe, com a participação dos assentados, fez um levantamento das dívidas individuais e coletivas na tentativa de discutir possibilidades alternativas de financiamento, com a utilização das sobras de recursos disponíveis para esse assentamento. Para isso, foi formada uma comissão para analisar a situação dos assentados, com a participação de instituições locais e de representantes dos assentados.

No assentamento Estrela D'Alva, no município de São Sebastião do Umbuzeiro, o projeto de investimento foi elaborado pela Equipe Técnica do Lumiar e envolvia um total de recursos no valor de R\$ 431.000,00, envolvendo 51 das 77 famílias do assentamento. O projeto foi aprovado, os recursos foram liberados para os assentados e previa o desenvolvimento da caprinocultura, com a aquisição de rebanho e o desenvolvimento da apicultura, com a construção da “casa do mel”. Previa também a construção de 05 barragens subterrâneas, 51 apriscos e 4.800 metros de cerca, a aquisição de 02 eletroforrageiras, 05 silos e equipamentos de apicultura e a implantação de 102 hectares de palma forrageira.

No entanto, várias dificuldades surgiram para a implantação e utilização dos recursos do projeto: desativação do Lumiar, com a conseqüente interrupção da assistência técnica; o INCRA não havia ainda feito o parcelamento da área, o que impedia a efetivação das construções das barragens, apriscos e cercas; conflitos entre os assentados e a diretoria da associação local sobre a utilização dos recursos; falta de acompanhamento e apoio da Equipe de Supervisão à Equipe Local; além da dificuldade de assessoria técnica de um especialista na elaboração de projetos, requisitada pela Equipe, o que acabou ocorrendo através de recursos da própria COAGEP. Por essas dificuldades, até junho de 2000, quando o Lumiar foi oficialmente desativado, os assentados não tinham tido acesso aos recursos do crédito de investimento, apesar de já estarem aprovados e liberados.

O outro tipo de situação foi vivenciada, por exemplo, no assentamento Itabatinga, no município Pedras de Fogo, na Zona da Mata. Nesse assentamento, durante os anos de 1998 e 1999, foi discutido, elaborado e aprovado o projeto de investimento e liberado os recursos no valor total de R\$ 253.044,22, envolvendo as 107 famílias do assentamento. Esses recursos foram destinados para: implantação de 18,85 hectares de coco anão irrigado; aquisição de três conjuntos de equipamentos de irrigação, incluindo estações de bombeamento e estrutura de proteção; perfuração de dois poços amazonas; compra de um trator equipado, com seguro por três anos; compra de um caminhão F-4000, incluindo o seguro e o primeiro emplacamento; construção de um galpão comunitário.

Os processos de discussão, elaboração e acompanhamento do projeto de investimento, nesse assentamento, ocorreram de forma completamente diferente de como se deu, por exemplo, no assentamento APASA. Em Itabatinga, em todos os momentos do processo houve a participação efetiva do conjunto dos assentados ou da

diretoria da associação local, o que não ocorreu em APASA. Até o valor do projeto de investimento foi diferenciado: enquanto em APASA esse valor correspondeu a uma dívida média por família de cerca de R\$ 7.000,00, em Itabatinga, esse valor foi de R\$ 2.400,00 por família. Sobre a elaboração do projeto para o crédito de investimento em Itabatinga, a Equipe Técnica relata:

“A participação de toda a equipe desde os momentos iniciais nas discussões com os assentados sobre a estruturação do projeto e a viabilidade das culturas a serem implantadas, constituiu-se numa forma de capacitação para ambas as partes. A experiência inicial dos técnicos, somada ao conhecimento dos assentados, sobre o potencial da área, contribuiu de forma decisiva para a discussão e definição do projeto. O trabalho da equipe contou com o apoio da supervisão na busca de um especialista em irrigação, o qual orientou o levantamento das informações iniciais básicas para a análise das características das áreas onde o investimento seria implantado, como o conhecimento das fontes de água, cálculo da vazão, coleta de amostras de solo e água, levantamento da declividade do terreno, encaminhamento para análise do material coletado, bem como na interpretação dos resultados, o que deu suporte para a elaboração do projeto e sua implantação. A Equipe, sempre acompanhada por um grupo de assentados, esteve presente em todos os momentos de discussão, avaliação e aprovação do projeto pela Comissão Estadual do PROCERA. Houve ampla discussão com a diretoria da associação e com a assembléia geral dos assentados sobre a viabilidade do investimento coletivo (caminhão, trator e galpão). A Equipe trabalhou em conjunto com a diretoria da associação na pesquisa e cotação de preços dos bens, equipamentos, materiais e insumos, de forma a se conseguir qualidade e preço. A equipe tem acompanhado, sempre junto com grupos de assentados, todas as fases de aplicação dos recursos, quais sejam a perfuração dos poços amazonas, instalação dos sistemas de irrigação e todas as fases de implantação das culturas financiadas”.

Quando da desativação do Lumiar, esse processo de acompanhamento estava em andamento, não tendo sido possível fazer uma avaliação dos desdobramentos dessa experiência após esse período, por estar fora do âmbito deste estudo. Porém, pela participação dos assentados em todas as fases do desenvolvimento da experiência é possível supor que eles tenham tido condições de dar continuidade a implantação e gestão do projeto, mesmo com a ausência dos técnicos.

Os demais assentamentos atendidos pelo Lumiar, não tiveram seus projetos para o crédito de investimento elaborados, porque viviam uma ou mais das seguintes

situações: falta de parcelamento dos lotes, endividamento de vários assentados com o crédito de custeio e, principalmente, dúvidas entre os técnicos e assentados sobre que tipo de projeto produtivo financiar, produzida pela indefinição sobre o melhor momento para se buscar esse tipo de financiamento, uma vez que consideravam ser necessário acumular mais experiências na área produtiva e na comercialização dos produtos, para que pudessem elaborar projetos a serem financiados que tivessem um mínimo de segurança sobre suas viabilidades econômicas.

Portanto, era possível observar avaliações distintas entre técnicos e assentados sobre a pertinência do crédito de investimento, o que revelava estratégias diferenciadas sobre o desenvolvimento da vida produtiva.

2. Outros projetos produtivos

As dificuldades de acesso aos financiamentos ofertados pela política pública do governo federal de crédito para os assentamentos, implementada pelo PROCERA e Banco do Nordeste e o endividamento dos assentados, mesmo que não estivessem inadimplentes, junto ao Banco, incentivou assentados e técnicos do Lumiar a procurar outras instituições e entidades que pudessem contribuir e apoiar a busca e a viabilização de projetos produtivos que abrissem perspectivas de desenvolvimento para os assentamentos. Por outro lado, os avanços que os assentamentos conseguiram na implementação de sua capacidade produtiva através dos créditos oficiais, também incentivavam os assentados a procurarem novas fontes de apoio para levarem adiante esses avanços.

Assim, foram estabelecidas inúmeras parcerias com órgãos públicos, entidades da sociedade civil e ONGs para a viabilização de apoio técnico ou financeiro para projetos produtivos dos assentamentos acompanhados pelo Lumiar. As iniciativas para esses contatos partiram tanto dos assentados como dos técnicos, mas, com desdobramentos que integravam a participação e o envolvimento de uns e outros.

Entre os órgãos e entidades que participaram dessas parcerias, de forma mais freqüente, é possível citar: EMATER/PB, IBAMA, EMEPA, SUDEMA, SINE, SEBRAE, UFPB, Universidade Estadual da Paraíba, Caixa Econômica Federal, Prefeituras Municipais, Secretaria Estadual de Agricultura/Projeto COOPERAR, FETAG, Sindicatos de Trabalhadores Rurais, CÁRITAS Brasileira, Pastorais da Igreja Católica, ASSOCENE e ONGs locais, tais como, SEDUP, CEFEP, ASP-TA, GETEC.

As principais atividades de apoio que essas parcerias proporcionaram aos assentamentos foram:

- assessoria técnica especializada sobre aspectos específicos da agropecuária: EMATER/PB;
- assessoria técnica em educação ambiental e recuperação de nascentes, encostas e margens de rios: IBAMA, EMEPA, SUDEMA;
- financiamento para cursos de capacitação, estágios e visitas técnicas para os assentados: SINE, SEBRAE;
- assessoria técnica especializada e estágios para os assentados: UFPB, UEPB;
- eletrificação de agrovilas: Projeto Cooperar;
- eletrificação para áreas de irrigação: UFPB, IBAMA, Caixa Econômica Federal e Prefeituras Municipais;
- recuperação de sistemas de abastecimento de água: prefeituras municipais;
- construção de açudes comunitários: UFPB, IBAMA, Prefeituras Municipais e Caixa Econômica Federal;
- perfuração de poços: prefeituras municipais;
- projetos de irrigação: Projeto Cooperar;
- construção de cisternas de placas: Cáritas, UFPB;
- sistema de abastecimento de água potável: Cáritas;
- construção e ampliação de casas de farinha: Projeto Cooperar;
- projetos de avicultura caipira: UFPB;
- melhoramento genético de caprinos e ovinos: UFPB, Igreja Católica, Cáritas;
- piscicultura: UFPB;
- apicultura: Cáritas.

Como exemplos desses projetos, para assentamentos de cada uma das regiões do estado, é possível citar alguns deles.

Na Zona da Mata, no assentamento Barra do Gramame, no município do Conde, com acompanhamento dos técnicos do Lumiar, além do projeto de eletrificação domiciliar financiado pelo Projeto Cooperar, do governo do estado, e a perfuração de dois poços tubulares, com a construção de uma caixa d'água para abastecimento domiciliar, financiado pelo INCRA, houve também a implantação, por parte de 26

famílias, de uma horta de plantas medicinais, tanto para uso das famílias locais, como para fornecimento e venda de mudas e medicamentos fitoterápicos para a população da região. A produção desses medicamentos contou com a assessoria de especialista da UFPB nessa área.

No assentamento Santa Helena III, no município de Cruz do Espírito Santo, foi desenvolvido um projeto de piscicultura, no valor de R\$ 10.000,00 financiado, parte pelo INCRA e parte pela Prefeitura Municipal, cujo prefeito era um assentado do assentamento Dona Helena. Esse projeto contou com assessoria de uma especialista da UFPB, campus de Campina Grande, tanto na sua elaboração, como na sua implementação e acompanhamento. A idéia do Projeto surgiu a partir de um estágio feito, por membros da diretoria da associação, no campus da UFPB de Bananeiras, onde receberam treinamento prático sobre piscicultura. Esse estágio foi articulado pela Equipe Técnica do Lumiar. O projeto foi assumido por 25 famílias do assentamento, coordenadas pela diretoria da associação. Essas famílias, em rodízio de dois assentados por dia, trabalhavam na alimentação dos peixes, colocados em viveiros no açude do assentamento. As discussões sobre a pertinência e viabilização técnica do projeto, a decisão sobre quais famílias tinham interesse nele, assim como sua gestão pelas 25 famílias que aceitaram participar, demandaram inúmeras reuniões, tanto com o conjunto das famílias do assentamento, como, posteriormente, com as 25 famílias.

Por outro lado, no assentamento Dona Helena, no mesmo município de Cruz do Espírito Santo, houve uma experiência de criação de caprinos. Um assentado assistiu na televisão uma reportagem sobre esse tipo de criação, financiada pela Cáritas. Falou dessa experiência na reunião geral do assentamento e seis famílias se interessaram por essa possibilidade produtiva. Com ajuda da Equipe Técnica fizeram contato com a representação da Cáritas na Paraíba e apresentaram um projeto a essa entidade no valor de R\$ 6.000,00 para construção de cercas e instalações necessárias a esse tipo de criação e compra de 20 matrizes e um reprodutor. O projeto foi aprovado e implementado. No período entre a apresentação do projeto e a liberação dos recursos, a Equipe Técnica realizou, no assentamento, um curso sobre caprinocultura, para capacitação técnica das famílias interessadas. A utilização dos recursos e dos equipamentos, a administração da área reservada para criação e todo o trabalho de cuidado e tratamento do rebanho eram feitos de forma coletiva por essas seis famílias, com a assistência técnica do Lumiar. Essa forma de trabalhar foi decidida pelo próprio grupo, desde o início das discussões sobre a elaboração do projeto. A presença da Equipe Técnica só era requisitada na

eventualidade de algum tipo de problema com os animais, em relação ao qual os assentados tivessem dúvidas de como solucioná-lo. O fato de ser um grupo pequeno, seis famílias, também foi um fator que facilitou o desenvolvimento da experiência.

No mesmo município, no assentamento Campo de Sementes e Mudas, havia necessidade de desassoreamento de uma lagoa existente no local para aumento do potencial hídrico, necessário para os projetos de cultura irrigada desenvolvidos pelos assentados. Os custos de dragagem dessa lagoa eram muito altos e não só não foram encontradas fontes de financiamento para custear essa despesa, como não compensava, economicamente, os assentados assumirem uma dívida alta para a realização desse serviço. Os contatos com órgãos públicos para a realização do serviço de dragagem também não deram resultado.

A alternativa encontrada foi a realização de um contrato com uma empresa privada, que fez o serviço de dragagem em troca da areia retirada da lagoa. O assentamento formou uma comissão que, junto com a Equipe Técnica, fez os contatos com a empresa, discutiu e elaborou o contrato, acompanhou e controlou o serviço realizado pela empresa, assim como fez contatos com o INCRA e com os órgãos públicos do meio ambiente para obter autorização para esse serviço, assim como receber orientação técnica e jurídica nesse campo.

No Brejo, os assentamentos do município de Bananeiras e de Solânea, desenvolveram, a partir de 1999, projetos de melhoramento genético de caprinos, com apoio financeiro da paróquia do município para despesas operacionais com o trato dos reprodutores e apoio técnico do campus da UFPB existente na cidade, que também forneceu, por empréstimo, reprodutores selecionados. Também com apoio da UFPB, foram desenvolvidos, nesses assentamentos, projetos de avicultura caipira, com aves de uma raça com aptidão para postura. Estes últimos foram desenvolvidos com grupos de mulheres, em que cada família recebia 10 aves, doadas pela UFPB, com o compromisso de participar de reuniões com a Equipe do Lumiar para planejamento e avaliação técnica do desenvolvimento da criação e de construir um galinheiro rústico, utilizando uma tecnologia simplificada desenvolvida na UFPB, com materiais disponíveis na região.

No Sertão, no assentamento São Francisco II, em Cachoeira dos Índios, três famílias desenvolveram, de forma coletiva, um projeto de apicultura. O mesmo tipo de projeto também foi desenvolvido por oito famílias, no assentamento Alto Alegre, e por

nove famílias, no assentamento Fortuna, no município de Jericó. Os recursos para esses projetos também foram obtidos junto a Cáritas.

3. Os cuidados com o rebanho

A pecuária e a avicultura foram atividades produtivas importantes nos assentamentos acompanhados pelo Projeto Lumiar na Paraíba. Nos períodos de crise, provocados pela estiagem ou pela queda dos preços agrícolas, a criação de animais tornava-se uma alternativa concreta, tanto para o consumo das famílias, como para a venda de animais vivos, da carne ou de seus sub-produtos como leite e ovos, o que permitia uma renda monetária para a subsistência familiar, como também para o pagamento de dívidas contraídas junto ao Banco do Nordeste e ao comércio local.

Além disso, na maioria dos casos, a pecuária e a avicultura foram desenvolvidas com recursos dos próprios assentados ou com financiamentos a fundo perdido, fornecidos, principalmente, por entidades da Igreja Católica, ou, então, por órgãos públicos, como a UFPB, que forneciam animais para que os assentados iniciassem o rebanho e, posteriormente, com seu desenvolvimento, devolveriam o mesmo número de cabeças recebidas inicialmente. Dessa forma, a criação de animais se constituiu numa atividade produtiva que não criava, na maioria das vezes, endividamento dos assentados junto a entidades financiadoras, o que suscitava um sentimento de autonomia entre os assentados. O rebanho que possuíam, mesmo que pequeno, era um patrimônio valioso.

Ao mesmo tempo, as Equipes Técnicas do Lumiar desenvolveram um trabalho intensivo de capacitação e treinamento dos assentados na aplicação de técnicas de manejo alimentar, sanitário e reprodutivo, o que possibilitou a incorporação, pelos assentados, de um conhecimento prático e eficiente para a melhora de seus rebanhos. Este fato contribuiu também para que a criação de animais se tornasse, ainda mais, uma atividade produtiva em que os assentados exercitavam uma autonomia efetiva.

No Relatório Final da COAGEP sobre suas atividades no Projeto Lumiar, está quantificado o número de assentamentos onde as principais atividades de cuidados com o rebanho foram desenvolvidas, por espécie de animais. A Tabela 18* sistematiza esses dados.

* A Tabela 18 encontra-se no final deste capítulo.

Essas atividades eram momentos práticos de capacitação e treinamento dos assentados no manejo das técnicas necessárias à efetivação desses cuidados. Nas primeiras vezes, os procedimentos eram realizados pelos técnicos e os assentados ficavam observando; nas vezes seguintes, se dava o contrário, com os técnicos fazendo a supervisão. Os equipamentos para realização dessas atividades eram fornecidos, ou conseguidos por empréstimo junto a órgãos públicos, pela COAGEP ou pelos técnicos e os medicamentos e outros materiais eram adquiridos pelos assentados ou pela associação ou eram doados por órgãos públicos.

Os momentos de realização dessas atividades eram também oportunidade de integração dos técnicos com os assentados, pois, normalmente, depois do término das tarefas havia um almoço coletivo, oferecido, costumeiramente, pela família do lote onde a atividade era realizada, adquirindo toda a situação um caráter festivo. Além disso, eram oportunidades para os técnicos mostrarem suas habilidades práticas na realização dos manejos, como, por exemplo, na contenção dos animais ou em qualquer outra atividade prática, o que os colocavam com a “mão na massa” junto com os assentados, o que dava para os técnicos a legitimação do “saber fazer” e do “fazer junto”, valorizada pelos assentados.

Na Zona da Mata, nos assentamentos Dona Helena, Santana II e Campo de Sementes e Mudas, no município de Cruz de Espírito Santo e Nova Vivência, no município de Sobrado, tomados como exemplo, durante os três anos de vigência do Lumiar, foram tratados cerca de 590 bovinos, 130 caprinos e 19 eqüinos com vacinação, castração e manejo alimentar adequado, além da vacinação das galinhas. Segundo depoimentos dos técnicos e dos assentados, ouvidos numa reunião de avaliação do trabalho de assistência técnica realizada no assentamento Dona Helena, em janeiro de 2000, havia acabado a exploração dos vacinadores profissionais da região que chegavam a cobrar R\$ 10,00 por uma dose de vacina contra a febre aftosa, quando a mesma custava, apenas, R\$ 0,80 se fosse comprada nas farmácias veterinárias em João Pessoa. Os animais vermifugados, obedecendo a periodicidade recomendada, tecnicamente, e recebendo uma alimentação suplementada com vitaminas e sais minerais, apresentavam, segundo esses depoimentos, maior rendimento produtivo, fato que despertou o interesse dos assentados na adoção dessas medidas. Nesses quatro assentamentos, 118 assentados, incluindo jovens, capacitaram-se para a realização dessas atividades e vários deles passaram a atender demandas vindas de outros criadores da região.

No Brejo, nos assentamentos dos municípios de Areia, Pilões e Serraria foi montado pela Equipe Técnica, juntamente com os assentados, um calendário de vacinação e vermifugação para os rebanhos bovino, caprino e muar, assim como para o controle das doenças das aves. Foram realizados, também, tratamentos de mamite bovina e orientação na seleção de reprodutores, evitando consangüinidade. Nesses assentamentos, foram tratados cerca de 60 animais, em média, em cada um deles, e foram treinados de 15 a 20 pessoas em cada assentamento.

Nos assentamentos dos municípios de Bananeiras e Solânea, praticamente todas as famílias tinham algum tipo de animal e o consumo de leite de vaca ou de cabra era bastante disseminado entre as famílias desses assentamentos, principalmente entre as crianças. Este fato foi comprovado por uma pesquisa realizada pela Universidade Federal da Bahia, em parceria com a EMEPA, que constatou que, em março de 2000, as crianças de dois desses assentamentos (São Domingos e Nossa Senhora das Graças), que fizeram parte da amostra da pesquisa, estavam com um nível nutricional acima da média nacional, conforme os pesquisadores informaram aos técnicos do Lumiar. Nesses assentamentos, foram tratados cerca de 825 animais, entre bovinos, eqüinos, caprinos, ovinos e aves, com o controle zootécnico (vacinação, vermifugação e castração). Um dos resultados mais comentados entre os assentados era o melhoramento genético dos caprinos, com o desenvolvimento de cabras com uma produção leiteira maior, em relação as que possuíam anteriormente.

No Sertão, em cinco assentamentos dos municípios de Jericó, São José do Bonfim, Patos e Cachoeira dos Índios, foram vacinados cerca de 1.008 bovinos contra febre aftosa e raiva. A criação de caprinos era bastante disseminada na região, no entanto, apenas 25 caprinos, de um único assentado, foram vacinados, no assentamento Tubarão. Os demais criadores de caprinos ou já vacinavam seus rebanhos por conta própria ou consideravam desnecessária a vacinação, uma vez que estavam acostumados a criar caprinos sem esse tipo de cuidado e diziam que nunca tiveram prejuízo.

Já nos assentamentos Estrela D'Alva, no município de São Sebastião do Umbuzeiro e Novo Mundo, em Camalaú, a Equipe Técnica, a partir do trabalho de acompanhamento permanente dos cuidados sanitários com os rebanhos dos assentados pôde registrar a evolução da produção animal, nesses assentamentos, com números aproximados, conforme os quadros a seguir:

Assentamento Estrela D'Alva

REBANHO	Nº DE ANIMAIS		
	1998	1999	2000

Caprinos	120	200	1.500
Ovinos	-	-	30
Bovinos	40	60	74
Galinha Caipira	50	60	100

Fonte: Relatório da Equipe Técnica.

Assentamento Novo Mundo

REBANHO	Nº DE ANIMAIS		
	1998	1999	2000
Caprinos	350	700	1.800
Ovinos	50	85	140
Bovinos	40	70	125
Galinha Caipira	50	120	300

Fonte: Relatório da Equipe Técnica.

Esses dados, mesmo que aproximados, confirmam a constatação que a pecuária e a avicultura são atividades produtivas importantes, principalmente para os assentamentos do Sertão, mas também para os de outras regiões do estado, mesmo que essas duas atividades tenham pesos diferenciados em cada uma dessas regiões, seja por razões históricas e culturais, como no caso do Sertão, seja por razões conjunturais ou operacionais, como foi exposto no início deste item.

Na pesquisa sobre os impactos regionais da reforma agrária (Heredia e outros, 2002), na Zona Canavieira do Nordeste, que inclui a Zona da Mata paraibana, 30% dos assentados pesquisados disseram que criavam bovino de corte, 12% criava bovino de leite, 64% criava aves, 19% criava caprinos/ovinos e 3% criava suínos. Na região do Sertão do Ceará, região pesquisada mais semelhante à região do Sertão paraibano, 29% criava bovino de corte, 76% bovino de leite, 88% aves, 74% caprinos e ovinos e 44% suínos.

Portanto, a pecuária nos assentamentos dessas regiões tem um peso significativo como atividade produtiva. Pelos dados dessa pesquisa verifica-se que entre os assentados dessas duas regiões que disseram criar animais, uma porcentagem pequena deles afirmou que vendiam essa produção. Este fato pode indicar que parte da produção pecuária é destinada para o consumo familiar e, como foi observado nos assentamentos acompanhados pelo Lumiar na Paraíba, outra parte é reservada como um tipo de poupança.

4. A questão do meio ambiente

O tema da preservação do meio ambiente também apareceu como preocupação forte entre algumas Equipes Técnicas e que tiveram apoio de muitos

assentados. No entanto, não foi uma preocupação que produziu ações concretas no conjunto do trabalho de assistência técnica realizado durante a vigência do Projeto Lumiar na Paraíba.

O Relatório Final da COAGEP, já citado, avalia esse aspecto, sob o título “Práticas Conservacionistas”:

“Foram introduzidas práticas conservacionistas do solo e do meio ambiente, tais como: curva de nível; confecção de ‘pé de galinha’; reflorestamento de mata ciliar; proteção de margens de rios, nascentes e encostas; rotação de culturas; orientação e controle do uso de agrotóxicos, como forma de evitar contaminação humana e do meio ambiente; orientação para redução das queimadas; uso de animais no preparo de determinados tipos de solo e tratos culturais, visando a redução da degradação do solo; controle alternativo de pragas e doenças, através do uso de receitas naturais”.

No entanto, analisando-se os relatórios das Equipes Técnicas, verifica-se que essas atividades foram desenvolvidas apenas em alguns assentamentos, mesmo que abrangendo as três mesorregiões do estado. Este fato indica que o tema da preservação do meio ambiente não fazia parte prioritária das concepções e estratégias de assistência técnica implementadas pelo Projeto Lumiar na Paraíba. Esse tema ficava secundarizado pelas necessidades de dar encaminhamento às questões mais emergenciais priorizadas pelos assentados e também pela lógica da centralidade de melhoria da renda dos assentados como objetivo principal, mesmo que o discurso da preocupação com o tema estivesse presente nas falas do conjunto dos técnicos e nas práticas de alguns deles.

Na Zona da Mata, a preocupação concreta com esse tema aparece nos assentamentos Capim de Cheiro, APASA e Dona Antônia, com um trabalho realizado em parceria com o IBAMA de preservação das nascentes, encostas e margens dos rios, como condição para recuperar os recursos hídricos do assentamento Capim de Cheiro e plantação de árvores nas agrovilas dos outros dois assentamentos, o que proporcionou a discussão sobre a destinação do lixo e, ao mesmo tempo, a introdução do tema da preservação do meio ambiente nas escolas desses assentamentos.

Também em Capim de Cheiro, os assentados foram treinados na produção e uso do equipamento chamado “pé de galinha”, produzido com material do local e que permite traçar curvas de nível para plantios efetuados em terrenos em declive. Também foi realizada uma unidade demonstrativa de preparo de compostagem, aproveitando material orgânico local, no lote de um dos assentados. Um grupo de 10 agricultores foi treinado na aplicação de técnicas para preparação das caixas de decomposição, onde

foram utilizadas camadas de esterco e material orgânico, como o resto das lavouras que sobra depois da colheita.

No Brejo, a Equipe Técnica que acompanhou os assentamentos dos municípios de Alagoa Grande, Matinhas e Massaranduba, faz o seguinte relato:

“O assentamento Imbiras, em Massaranduba, tem oitenta e duas famílias, antigos moradores foreiros dessa propriedade, distribuídos em pequenos lotes, com uma média de 6,0 hectares. O relevo é bastante acidentado e as famílias vêm explorando intensivamente essas terras há muitos anos, com o cultivo do milho, feijão, fava e mandioca e pequenos sítios de manga, caju e banana. A limitação do tamanho das áreas de cultivo impossibilita práticas conservacionistas como a rotação de culturas e o pousio das terras. Assim, é comum o cultivo das mesmas lavouras na mesma área, ano após ano. Registra-se ainda dois fatos que comprometem a fertilidade daqueles solos: a pouca utilização de adubos orgânicos e o cultivo ‘morro abaixo’. Em novembro de 1998 a Equipe elaborou um plano de coleta do solo, apresentou à associação e, com a participação dos assentados, coletou amostras de todos os lotes, classificou e enviou para análise. O resultado foi interpretado pela Equipe e foi repassado para a associação e aos assentados e foi utilizado para subsidiar a elaboração do projeto de investimento e a estruturação dos lotes”.

Nesse assentamento, foram coletadas 70 amostras de solo e o custo com a análise dessas amostras ficou em R\$ 250,00 e foi financiado pelo INCRA. Nesse mesmo assentamento, 30 assentados foram treinados na construção de cisternas de placa de concreto, através de curso oferecido em parceria com a UFPB/PEASA, Conselho Municipal de Desenvolvimento do PRONAF e Prefeitura Municipal. Como resultado desse curso, foram construídas quatro cisternas, com capacidade para armazenar 18 mil litros de água cada uma.

Nos demais assentamentos acompanhados por essa Equipe, também foram realizadas as análises de solo, que serviram para subsidiar os projetos de investimento dos assentados e o planejamento e organização da vida produtiva em cada lote.

A preocupação dessa Equipe com a questão do meio ambiente teve outros desdobramentos como a elaboração de um projeto de implantação de reservas ambientais e de educação ambiental nos assentamentos que acompanhava. Esse projeto foi elaborado em parceria com o Centro de Ciências Agrárias da UFPB, em Areia, na mesma micro-região desses assentamentos, e foi enviado para financiamento ao Fundo Nacional do Ministério do Meio Ambiente (FNMA). O projeto foi proposto e discutido

em todos os assentamentos e incluía atividades práticas como coleta de sementes de plantas nativas, produção de mudas, implantação e manejo de áreas de reserva florestal. Em junho de 2000, o projeto estava esperando resposta do FNMA sobre o financiamento solicitado.

No Sertão, no assentamento Novo Mundo, no município de Camalaú, foi desenvolvida uma experiência de cultivo do mandacaru sem espinho. Segundo a Equipe Técnica que acompanhou essa comunidade, a idéia de se fazer essa experimentação surgiu no processo de elaboração do Plano de Desenvolvimento do assentamento, quando se discutia o tema do meio ambiente e se constatava o consumo intensivo do “mandacaru com espinho” para ração animal, principalmente nos períodos de seca, sem a preocupação de replantio. Como alternativa, a partir de outubro de 1999, depois de discussão com os assentados, a Equipe trouxe mudas do mandacaru sem espinho do agreste paraibano para serem plantadas no assentamento, como tentativa de produção de uma forrageira mais adequada para alimentação animal, assim como desenvolver um cultivo sistemático, em substituição ao mandacaru com espinho, que estava se tornando escasso na região. O mandacaru sem espinho, apesar de ser uma cultura não muito resistente às adversidades climáticas do Cariri, se cultivado de forma racional, segundo a Equipe Técnica, poderá contribuir na formação do quadro de forrageiras dessa região. Um grupo de 10 assentados aceitou participar da experiência, implantada na área comunitária do assentamento, que, até junho de 2000, apresentava um bom desenvolvimento de massa forrageira, indicando uma boa tolerância da planta ao novo habitat.

Em três assentamentos do Sertão, foi desenvolvida a produção sistemática de mudas de plantas nativas, que se encontram em extinção, como o Juazeiro, Umbuzeiro, Jurema Branca, Baraúna, entre outras. Essa produção foi realizada nos quintais das casas, com cada família escolhendo o tipo de planta, cujas mudas iria plantar, para posterior disseminação na área do assentamento. As mudas foram obtidas pela Equipe Técnica, junto a órgãos públicos da região.

Quinze assentados, desses três assentamentos, também fizeram uma visita, em dezembro de 1999, custeada pelo INCRA, durante cinco dias, à Fazenda Carotá, no município de Afogados da Ingazeira (Pe) para aprenderem a construir barramentos de pedra solta, visando a conservação do solo. Esses assentados, depois dessa visita, iniciaram a construção desses barramentos em seus lotes, mesmo que em pequenas dimensões, por falta de recursos financeiros para custear essas construções.

5. A comercialização

O problema da comercialização da produção, no início do Lumiar na Paraíba, não se apresentava como uma questão que preocupasse os técnicos e os assentados. Tanto uns como os outros estavam ocupados com os problemas da infraestrutura dos assentamentos, dos créditos de instalação e de organizar o trabalho de uma forma minimamente sistemática. Na medida em que os assentados passaram a ter acesso aos vários tipos de crédito, tanto os do PROCERA/PRONAF como os vindos de outras instituições, e a capacidade produtiva dos assentados diversificou-se, é que o problema da comercialização começou a fazer parte das preocupações dos assentados e, por consequência, dos técnicos.

A comercialização da produção é, reconhecidamente, um dos principais problemas enfrentados pela agricultura familiar. A venda da produção para os atravessadores tem sido a forma mais usual dessa comercialização e considerada prejudicial à obtenção de melhores preços para os produtos comercializados, pela dependência dos produtores a essa forma de venda da produção, gerada pela ausência de formas alternativas de comercialização. No entanto, a criação dessas formas alternativas depende também da capacidade produtiva dos pequenos produtores relacionadas à qualidade, quantidade e tipo dos produtos ofertados, assim como da estabilidade nessa oferta. Esta última exigência requer um processo produtivo que consiga superar a dependência absoluta aos fatores climáticos, o que para muitos assentados e para os técnicos, durante a experiência do Projeto Lumiar na Paraíba, significava desenvolver uma agricultura irrigada.

Pelo 1º Censo da Reforma Agrária no Brasil, de 1997, coordenado pelo INCRA, nos assentamentos da Paraíba, a comercialização da parte da produção que se destinava ao mercado era feita, preferencialmente, pela intermediação dos atravessadores para 71,3% dos assentados entrevistados. Para 22,0% deles, a venda da produção era feita, principalmente, para comerciantes varejistas e atacadistas. Essa mesma situação caracterizava os assentamentos acompanhados pelo Projeto Lumiar. Pelo Censo, a venda da produção realizada diretamente aos consumidores, à indústria ou a empresas de exportação, pelos assentados, era muito pequena, restringindo-se, basicamente, ao inhame e à produção de hortifrutigranjeiros.

No entanto, a dependência aos atravessadores sempre foi, durante a vigência do Projeto Lumiar, um assunto bastante discutido entre os técnicos e os assentados, os quais falavam do grau de exploração a que estavam subordinados nesse tipo de comercialização, ao compararem os preços pagos pelos atravessadores e os preços vigentes nos mercados, que mesmo baixos, eram maiores do que os oferecidos pelos atravessadores.

Porém, a venda aos atravessadores era a única forma de comercialização estruturada existente, uma vez que outras formas de venda da produção trazia uma série de dificuldades: despesas com o transporte das mercadorias para outros pontos de venda, como a CEASA, o que elevava os custos da comercialização, reduzindo a renda obtida; pagamento de impostos sobre a mercadoria nos postos fiscais localizados no caminho entre o assentamento e o local de venda; nem sempre conseguiam vender toda a produção levada para comercialização, o que obrigava retornar ao assentamento com parte dela; comerciantes das feiras livres que não pagavam a produção recebida dos assentados, ou pagavam com atraso; comerciantes varejistas ou atacadistas, que exigiam dos assentados uma regularidade na entrega dos produtos e numa quantidade determinada, o que os assentados não conseguiam cumprir; inexistência de pontos de venda nas feiras livres locais onde os assentados pudessem armazenar seus produtos para a comercialização direta aos consumidores; sobrecarga de trabalho para a família na operacionalização das atividades de comercialização fora do assentamento, entre outras.

O problema da comercialização, durante a vigência do Projeto Lumiar, passou a ocupar, gradativamente, os espaços de discussão coletiva no interior dos assentamentos, assim como de alguns fóruns regionais dos assentados, como no Litoral Sul do estado, nas regiões de Alagoa Grande no Brejo paraibano, Sapé e Cruz do Espírito Santo na Várzea. Esses debates e ação organizada dos assentados conseguiram esboçar algumas alternativas de comercialização, seja através de iniciativas autônomas de grupos de famílias, seja através do compromisso de órgãos públicos de criar mecanismos concretos de apoio a essa comercialização.

Na Zona da Mata, na região do Litoral Sul do estado, através da CPT, foi organizado um espaço para reuniões mensais, visando a articulação entre os assentamentos dessa micro-região, incluindo os assentamentos acompanhados pelo MST. No ano de 1998, o tema eleito como prioridade entre esses assentamentos para ser tratado nessas reuniões foi o da comercialização. A partir dessa articulação, foram feitas

várias reuniões com representantes de órgãos públicos, como prefeituras municipais da região, INCRA, Secretaria Estadual de Agricultura, EMATER, SEBRAE, Secretaria da Indústria e Comércio, CEASA, Secretaria Estadual da Receita, UFPB e COAGEP.

O objetivo era discutir alternativas para a comercialização da produção dos assentamentos, incluindo, desde a criação de pontos de apoio a essa comercialização nas feiras livres dos municípios da região e de João Pessoa, assessoria da CEASA referente aos preços vigentes no mercado para os produtos dos assentados e indicação de demandas do mercado que poderiam ser atendidas pelos assentados, até a liberação ou diminuição dos impostos cobrados pela Receita Estadual sobre o inhame, principal produto de comercialização desses assentamentos, cobrados pelos Postos Fiscais da Receita Estadual no caminho entre os municípios da região e João Pessoa ou Recife, quando do transporte desse produto para os mercados dessas duas cidades.

Dessas reuniões, surgiram várias propostas sobre mecanismos alternativos de comercialização, podendo ser citados, entre outros: criação de pontos de venda dos produtos dos assentados nos municípios, com apoio das prefeituras municipais locais e acompanhados pelos técnicos do Lumiar; acesso dos assentados a um número de telefone criado pela CEASA para informar os preços dos produtos vigentes nos momentos de comercialização da produção dos assentamentos, de forma que os assentados pudessem conhecer o valor desses preços e, assim, pudessem negociá-los em melhores condições com os atravessadores; criação de um ponto de venda dos produtos dos assentados no mercado público de Mangabeira, bairro populoso da cidade de João Pessoa, com apoio da EMATER; criação de um ponto de venda desses produtos no campus da Universidade Federal da Paraíba, em João Pessoa, com apoio do INCRA, EMATER, SEBRAE, CPT, UFPB e COAGEP; estudos realizados por uma comissão de assentados e representantes da EMATER, SEBRAE, UFPB e CEASA para verificar a conveniência e a possibilidade da criação de um ponto de comercialização atacadista dos produtos dos assentamentos da região na localidade de Mata Redonda, no município de Alhandra, às margens da BR-101 que liga João Pessoa a Recife; contatos e reuniões com um representante da Bolsa de Mercadorias de Pernambuco para informar aos assentados as possibilidades de comercialização através dessa entidade.

Algumas dessas iniciativas prosperaram e outras se inviabilizaram, por vários motivos, cuja análise não é objeto deste estudo. No entanto, a iniciativa dos assentados dessa região de negociar alternativas viáveis de comercialização junto a órgãos públicos que pudessem apoiá-las e, a partir daí, criar políticas públicas nessa

direção estava tomada e esse processo teve continuidade, com todas as intercorrências costumeiras nas relações entre órgãos públicos e organizações populares.

Como desdobramentos dessa iniciativa, dois desses fóruns de negociação entre assentados e pequenos produtores e órgãos públicos foram criados na região, através da estruturação dos Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural, articulados pelo PRONAF, nos municípios da região e através do Programa “Farol do Desenvolvimento” do Banco do Nordeste.

Um outro desdobramento dessa iniciativa, do ponto de vista da organização interna dos assentados, foi a criação, depois de inúmeras discussões, de uma cooperativa de apoio à comercialização dos assentamentos do Litoral Sul, com apoio da CPT, COAGEP, EMATER, SEBRAE e Banco do Nordeste. Inicialmente, houve muita resistência por parte da maioria dos assentados em relação à criação dessa cooperativa, proposta por um grupo pequeno deles e apoiados pela CPT e técnicos do Lumiar, pois muitos argumentavam que era uma iniciativa precipitada. Os desdobramentos dos debates e dificuldades na implantação das alternativas de comercialização propostas, a partir das reuniões mensais dos assentados da região com representantes dos órgãos públicos, acabaram convencendo muitos desses assentados sobre a conveniência da criação da cooperativa, o que ocorreu durante o ano 2000.

No entanto, a venda da produção aos atravessadores e de alguns produtos, principalmente as frutas, diretamente, nas feiras livres da região, continuaram sendo a forma mais freqüente de comercialização, uma vez que essas iniciativas de criação de mecanismos alternativos de comercialização estavam apenas iniciando e sendo experimentados por uma parte minoritária dos assentados, principalmente aqueles que participavam mais ativamente das iniciativas descritas acima.

Processo semelhante ao do Litoral Sul, ocorreu também com os assentamentos dos municípios de Sapé, Cruz do Espírito Santo e Sobrado na micro-região da Várzea. Representantes desses assentamentos participavam das reuniões mensais, articuladas também pela CPT, dos pequenos produtores da região, realizadas no assentamento João Pedro Teixeira. Em novembro de 1999, essa articulação dos pequenos produtores da região da Várzea organizou audiências públicas com representantes dos órgãos públicos que participaram das reuniões do Litoral Sul, também para discutirem a questão da comercialização.

Como no Litoral Sul, das várias propostas discutidas, algumas foram implementadas, como a criação de pontos de venda nas feiras livres dos municípios e

em outros locais, como nas beiras de estradas, com apoio operacional das prefeituras municipais e da EMATER, e acompanhamento dos técnicos do Lumiar para venda dos produtos dos assentamentos. Esta última iniciativa foi consolidada para o assentamento Nova Vivência, com apoio da prefeitura do município de Sobrado, com a construção de vários Box de venda dos produtos dos assentados, na beira da estrada que passa junto do assentamento e liga a cidade de Sapé à BR-230.

Através da articulação dos assentamentos da Várzea, também, como no Litoral Sul, foi conseguido um contato com a Bolsa de Mercadorias de Pernambuco para, neste caso, viabilizar-se a comercialização do abacaxi, produzido nos assentamentos e por pequenos produtores da região, através dessa instituição, o que, como experiência inicial, começou a ocorrer com a safra de 2000.

No entanto, o desdobramento mais consistente da articulação desses assentamentos foi, também, a participação organizada de representantes deles nos Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural do PRONAF e no Programa “Farol do Desenvolvimento” do Banco do Nordeste, o que dava condições dos assentados acompanharem e participarem, de forma mais permanente e oficial, das decisões encaminhadas pelos órgãos públicos, relativas às questões da comercialização.

No assentamento Dona Helena, em Cruz do Espírito Santo, 22 assentados, entre as 105 famílias existentes, criaram também, em 2000, depois de um longo tempo de discussões, uma cooperativa para comercialização de seus produtos, com a supervisão dos técnicos do Lumiar. Os demais continuaram vendendo seus produtos a atravessadores, a comerciantes das feiras livres dos municípios de Santa Rita, Sapé e João Pessoa, ou em pontos de venda próprios nessas feiras. Esta forma de comercialização era a predominante entre os assentados dos demais assentamentos do município.

Na região do Brejo paraibano, houve uma experiência semelhante a dos assentamentos do Litoral Sul e da Várzea, com a criação do Fórum dos Assentamentos de Alagoa Grande, que objetivava articular e organizar os assentados para que pudessem discutir seus problemas e possíveis encaminhamentos com representantes de órgãos públicos locais e estaduais. Esse Fórum contava com o apoio da Paróquia local, da EMATER e dos técnicos do Lumiar.

Nos demais assentamentos da região do Brejo, a comercialização era feita da forma tradicional, com a venda da produção aos atravessadores, aos comerciantes locais ou diretamente nas feiras livres ou mercados públicos. Nessa região, devido à estiagem

de 1997 e 1998, as Equipes Técnicas do Lumiar não conseguiram exercitar com os assentados, formas alternativas de comercialização, uma vez que a prioridade foi conseguir uma produção que garantisse, pelo menos, a subsistência das famílias assentadas e a instabilidade da produção de excedente dificultou e não estimulou a busca dos assentados de formas de comercialização diferentes das já estruturadas na região.

No Sertão, a situação da comercialização dos produtos dos assentamentos acompanhados pelo Lumiar era a mesma da região do Brejo. Apenas no assentamento Estrela D'Alva, no município de São Sebastião do Umbuzeiro, com o aumento do rebanho de bovinos, caprinos e ovinos, foi organizada, pelos assentados, uma feira dentro do assentamento, onde se realizava a comercialização dos animais a cada 15 dias.

Sobre o tema da comercialização, a pesquisa sobre os impactos regionais da reforma agrária (Heredia e outros, 2002) fez constatações semelhantes a deste estudo:

“Com relação à comercialização dos produtos agropecuários dos assentamentos, a pesquisa revelou que os assentamentos tanto podem reproduzir situações locais preexistentes (sem inovar os canais de comercialização), quanto também podem criar novas possibilidades ou alterar o alcance de antigos canais. (...) Formas associativas de comercialização (e de beneficiamento de produtos) também vêm sendo experimentadas em vários assentamentos, com a criação de pontos de venda próprios (feiras de produtores ou espaços alternativos ao longo das rodovias (...)). Essas iniciativas associativas, em alguns casos, tem um peso importante na comercialização dos produtos e, para além do seu significado econômico, têm também a função de transformar a comercialização num momento de afirmação social e política da identidade de assentados e do sucesso da experiência dos assentamentos”. (idem: 24).

Mesmo que as iniciativas de se enfrentar o problema da comercialização do que estava sendo produzido nos assentamentos – seja o excedente do consumo familiar ou a produção destinada prioritariamente ao mercado – tenham sido iniciais e insuficientes, durante a vigência do Projeto Lumiar, mas indicavam uma disposição, pelo menos de uma parte dos assentados e dos técnicos, de enfrentar um problema reconhecidamente difícil de ser equacionado, pela multiplicidade de fatores que o compõem.

Porém, a introdução da lógica do mercado, como elemento referencial para que os assentados pudessem planejar a vida produtiva, não era consensual entre eles,

como todas as demais decisões coletivas a que os assentados eram impelidos a tomar. A resistência de trabalhar com financiamento bancário, mesmo os do PROCERA/PRONAF, o debate sobre o que produzir e a forma de gestão da produção e o apego às formas tradicionais de comercialização indicavam que as perguntas sobre “como produzir” e “para quem” tinham respostas diferenciadas. A comercialização também era, portanto, um tema que se situava num campo de disputa entre os assentados, técnicos, entidades públicas e privadas que interagem no contexto produtivo dos assentamentos.

6. Os Planos de Desenvolvimento dos assentamentos

Nas diretrizes gerais do Projeto Lumiar, expressas no documento oficial do INCRA que define os objetivos, estrutura de atuação e metodologia de trabalho do serviço de assistência técnica ofertado pelo Projeto, está prevista a elaboração de um plano de desenvolvimento para cada assentamento, que defina um planejamento estratégico, visando, segundo a formulação do documento, racionalizar, em cada momento, as decisões mais determinantes para o futuro do assentamento e dos assentados.

O documento afirma:

*“As definições **estratégicas** compreendem decisões sobre o que produzir, quanto produzir, qual o destino da produção, que recursos serão mobilizados para a produção e comercialização, e qual a forma de organização para a produção e comercialização (individual, coletiva, mista)”*. (INCRA, 1997: 40, o grifo é do documento).

O documento lembra que um plano estratégico tem diversos níveis de aprofundamento: *“No primeiro momento, de organização do assentamento, as decisões poderão ser tomadas numa perspectiva de curto prazo (1 ou 2 anos) com informações que se dispõe no diagnóstico inicial. Neste momento, um documento síntese, se for necessário, deve conter apenas as decisões fundamentais, representando um acordo coletivo a ser respeitado pelo conjunto dos assentados que o decidiram”*. (idem: 40).

Na medida em que essa estratégia de curto prazo está sendo aplicada, com mais tempo, deve-se *“aprofundar o diagnóstico para fundamentar decisões de mais longo prazo, definindo a vocação do assentamento, seus mercados, sua organização definitiva”*. (idem: 41).

Após um diagnóstico inicial e as definições estratégicas, o assentamento precisaria, conforme a formulação metodológica do Projeto Lumiar, definir um plano de ações que viabilizasse, na prática, o seu desenvolvimento. Para cada uma das ações, as metas deveriam estar claramente definidas e os planos deveriam explicitar os seguintes itens: os objetivos e as metas a serem atingidas; o que fazer; os meios necessários; um cronograma de atividades; os responsáveis pela coordenação e pela execução; indicadores de desempenho e metas esperadas para esses indicadores e os dispositivos de acompanhamento. (idem: 41).

Sobre a elaboração dos planos de desenvolvimento dos assentamentos, o documento oficial que define as diretrizes do Projeto Lumiar, afirma ainda:

“Como no caso das definições estratégicas, o nível do plano de desenvolvimento deverá ser aperfeiçoado gradualmente à medida que sejam sistematizadas as informações e análises das condições de viabilidade e potencialidade do assentamento” (idem: 41).

“Algumas das ações do plano de desenvolvimento podem exigir a elaboração de projetos específicos, com estudos de maior profundidade sobre a viabilidade dos empreendimentos, que podem ser desenvolvidos conforme os modelos mais diversos de elaboração e análise de projetos disponíveis”. (idem: 42).

A assistência técnica deveria ainda apoiar o assentamento na montagem de um sistema de informações que registrasse a realização das ações e dos projetos planejados pela comunidade. A partir dessas informações, deveriam ser realizadas avaliações periódicas para uma revisão das ações, tanto em relação aos resultados obtidos, como dos processos que os produziram, assim como o próprio trabalho da assistência técnica.

Ainda a respeito da versão oficial do INCRA sobre a elaboração dos planos de desenvolvimento dos assentamentos, encontra-se em um documento da Diretoria de Assentamento intitulado *“Projeto Lumiar – Avaliação Exploratória”*, publicado em 1999, portanto, após dois anos de experiência com o Projeto, a seguinte constatação:

“Tanto os diagnósticos como os PDA’s devem ser vistos como uma atividade contínua – pois, como já foi dito, a realidade deve ser abordada de maneira dinâmica e em constante transformação – em que os sujeitos de sua elaboração devem ser os diretamente interessados pelo desenvolvimento, no caso os assentados. O papel dos técnicos é de assessora-los. (...) Como implantar as ações definidas nos PDA’s? Logicamente que a discussão metodológica não se resume à elaboração de

diagnósticos e de planos, vai além disso: é fundamental as formulações metodológicas acerca da implementação do diagnosticado e do planejado, e mesmo – ou sobretudo – da assistência técnica em si”. (INCRA, 1999: 22 e 23).

No entanto, não se trata apenas de se discutir como implementar o que foi planejado, mas também do próprio processo de planejamento. A esse respeito, o Relatório Final da COAGEP sobre suas atividades de prestadora de serviços ao Lumiar, afirma:

“A utilização de técnicas e instrumentos para elaboração dos diagnósticos e do Plano de Desenvolvimento propriamente dito não se constituiu na maior dificuldade. (...) A dificuldade maior, do ponto de vista da metodologia participativa (para ganhar a adesão e, portanto, a possibilidade do PDA ser de fato efetivado pelos assentados), é a clareza para escolher o momento mais adequado de iniciar a discussão e a elaboração do PDA junto aos assentados e a forma de desencadear essa discussão. As razões de ordem burocrática e administrativa, muitas vezes, não correspondem às razões de ordem técnica e educativa, definidas pela dinâmica da relação entre técnicos e assentados”.

Esta última afirmação do Relatório da COAGEP justifica-se pelo fato do INCRA nacional ter determinado um prazo máximo de seis meses para que os planos de desenvolvimento dos assentamentos atendidos pelo Lumiar estivessem elaborados e escritos em documento formal, que deveriam ser entregues às Superintendências Regionais ou às Comissões Estaduais do PROCERA/LUMIAR, a fim de que fossem enviados a Brasília.

A partir dessa determinação, a Superintendência do INCRA/PB passou a cobrar e exigir das Equipes Técnicas os documentos escritos com os planos de desenvolvimento dos assentamentos, afirmando que a não elaboração dos PDA's era prova de incompetência técnica das Equipes e da Equipe de Supervisão, desqualificando qualquer discussão a esse respeito.

Foram feitas reuniões do Superintendente do INCRA e do Chefe do Setor de Assentamentos com a Equipe de Supervisão e com os técnicos, para se fazer essas cobranças e ameaças de punição das Equipes Técnicas que não entregassem esses documentos. Esses funcionários do INCRA afirmavam que quando iam a reuniões do INCRA em Brasília, para tratar de assuntos relativos ao Projeto Lumiar, funcionários da instituição, de outras superintendências, levavam um número grande de volumes com os planos de desenvolvimento dos assentamentos de seus respectivos estados. Eles, da

Paraíba, não tinham o que apresentar e diziam que eram cobrados por isso. No entanto, quando se perguntava sobre a destinação desses PDA's que eram entregues à Diretoria de Assentamentos do INCRA nacional, eles não sabiam responder, afirmando apenas que era uma determinação que deveria ser cumprida, uma vez que o PDA era condição para se poder avaliar os resultados do trabalho de assistência técnica, comparando-se o que foi realizado com o que foi planejado, em cada assentamento. Afirmavam que não entregar os documentos escritos com os PDA's era fugir da avaliação do que estava sendo feito como trabalho de assistência técnica.

No entanto, o próprio documento do INCRA (1999) de avaliação do início do Projeto Lumiar, em várias regiões do país, avaliava criticamente essa exigência, como uma das três maiores dificuldades encontradas para elaboração dos PDA's:

“A elaboração dos primeiros diagnósticos e PDA's esbarraram em três pontos fundamentais: 1) em muitos lugares coincidiu com o mesmo período de elaboração dos projetos de financiamento do PROCERA, provocando uma certa confusão entre os assentados, reduzindo sua percepção desses processos às simples atividades de elaboração de uma demanda de crédito; 2) como não houve um período inicial de 'animação', os assentados não estavam devidamente esclarecidos com relação aos diagnósticos e PDA's – não eram atividades deles, mas sim de outros – levando-os a priorizar as atividades de resultados imediatos (o problema do roçado, o dinheiro, a moradia, etc), criando um sentimento de que o Plano era algo 'bonito no papel', mas um pouco distante de sua realidade; 3) finalmente, a determinação de um prazo de sessenta dias para realizá-lo provocou uma situação de obrigatoriedade no cumprimento dessa meta, independentemente das condições encontradas e da qualidade almejada, além de induzir os técnicos a raciocinarem sobre o diagnóstico a partir de uma data terminal, dificultando sua compreensão numa perspectiva de um processo contínuo”. (INCRA, 1999: 23).

Essas situações também ocorreram na Paraíba. No entanto, o conjunto de atividades desenvolvidas pelos técnicos do Lumiar junto com os assentados, inclusive a elaboração dos projetos para financiamento, em particular para o crédito de custeio e de investimento, envolviam os assentados e os técnicos em discussões que, necessariamente, iam além da conjuntura imediata do assentamento, alargando o debate para perspectivas futuras, tanto em relação ao que produzir, em relação à gestão e comercialização da produção, como em relação ao tema da preservação do meio ambiente, quando esse tema foi abordado.

Por sua vez, a elaboração dos PDA's propiciava uma sistematização da experiência vivida nos assentamentos em relação ao desempenho produtivo até então experimentado. As dificuldades e os fatores que facilitavam esse desempenho eram avaliados e eram esses elementos que serviam de base para o planejamento do que os assentados consideravam que fosse prioritário fazer e de como se organizar para consegui-lo. Sem um acúmulo mínimo dessa experiência, elaborar um plano para orientar a vida produtiva dos assentamentos tornava-se, para os assentados, uma atividade abstrata. Nestes casos, quando ocorreram, os assentados falavam do que gostariam que acontecesse, refletindo muito mais uma situação idealizada do que um exercício de se pensar o real.

Por isso, a elaboração dos planos de desenvolvimento tornaram-se uma ferramenta importante para a formação e organização dos assentados, quando ocorriam em um momento em que essa elaboração permitia um salto de qualidade na sistematização de tudo o que já vinha sendo vivido no assentamento e a partir dele.

Dessa forma, a elaboração dos PDA's não iniciava, apenas, quando os assentados se reuniam, tendo como pauta essa atividade. O conjunto de atividades e experiências vividas, desde a realização do parcelamento dos lotes, a decisão de reservar ou não uma área de terra para trabalho coletivo, a construção das moradias nos lotes ou em agrovilas, a decisão de como utilizar o crédito de instalação, a elaboração dos projetos para os créditos de custeio e de investimento, as negociações sobre o endividamento, a gestão de equipamentos coletivos, as discussões sobre como lidar com a questão do meio ambiente, entre outras, eram exercícios efetivos de planejamento e de tomadas de decisão que condicionavam o futuro produtivo do assentamento e, mais do que isso, davam sentido à condição de "ser assentado".

Para uma população acostumada, na sua maioria, a raciocinar a partir do imediato e do concreto, planejar a vida, mesmo que a médio prazo, era alguma coisa para a qual precisava ter tempo para aprender a fazer, como a elaboração dos projetos para o crédito de custeio demonstraram. Além disso, esse aprendizado tinha que ter o concreto do já vivido como referência, pois, senão, tornava-se mero exercício especulativo, em que responsabilizar-se pelo que foi planejado não tinha sentido, pois planejar seria, sem uma experiência suficientemente acumulada, um mero exercício retórico para atender uma solicitação pontual dos técnicos e cumprir mais uma exigência formal do INCRA.

No entanto, desse debate a Superintendência do INCRA/PB não aceitava participar, exigindo que os documentos escritos com os PDA's fossem entregues no prazo estipulado, o que originou mais uma fonte de atrito entre os funcionários do INCRA encarregados dessa cobrança, a Equipe de Supervisão, as Equipes Técnicas e os assentados que acompanhavam mais de perto esse enfrentamento.

Os PDA's dos seis assentamentos acompanhados pelo MST foram todos entregues à Comissão Estadual PRONAF/LUMIAR, uma vez que era orientação do Movimento que essa atividade fosse realizada, pois a elaboração desses planos ajudaria no processo de organizar os projetos de financiamento para os créditos de investimento coletivo desses assentamentos, articulados pela COOPERVIDA. No entanto, a elaboração desses PDA's foi muito conflituosa no interior desses assentamentos, uma vez que nem todos os assentados concordavam com a destinação coletiva dos empreendimentos financiados por esse tipo de crédito. Os técnicos do Lumiar que acompanhavam esses assentamentos elaboraram os PDA's a partir das decisões majoritárias dos assentamentos, sempre discutindo os encaminhamentos com a direção estadual do Movimento.

Nos 50 assentamentos acompanhados pelos técnicos vinculados a COAGEP, em Junho de 2000, quando da desativação do Projeto Lumiar, já haviam sido elaborados os PDA's de 15 assentamentos, em 31 deles, estava em fase de elaboração e em 4, não havia sido iniciada a discussão com os assentados.

Dos 15 assentamentos que tiveram seus PDA's elaborados e entregues ao INCRA e à Comissão Estadual do PRONAF/LUMIAR, em 7 deles o trabalho de assistência técnica, através do Lumiar, tinha iniciado em maio de 1997. Nos outros 8 assentamentos, o Lumiar tinha iniciado em outubro de 1998 e estavam todos localizados no Sertão.

Pelo prazo de apenas um ano e oito meses que as Equipes do Sertão tiveram para trabalhar nos assentamentos, pelas dificuldades que os técnicos tiveram de se deslocar na região, relatadas por eles próprios, por falta de recursos e pelo excesso de chuva em 2000, pelas dificuldades dos assentados dessa região na utilização dos créditos de custeio e de investimento, a elaboração dos PDA's desses assentamentos, nessas condições, sugere que se deu de forma que a participação dos assentados no aprofundamento das discussões sobre o conteúdo desses planos foi limitada. Por isso, a eficácia prática da elaboração desses PDA's ficou comprometida, principalmente em assentamentos de uma região onde as dificuldades para o desenvolvimento da

agropecuária são conhecidas. As exigências do INCRA para elaboração dos PDA's foram atendidas, no entanto, para os assentados, a validade do cumprimento dessa tarefa por parte dos técnicos é duvidosa, pela subordinação dos assentados aos técnicos, tendo em vista que os interesses e perspectivas das famílias assentadas não tiveram oportunidade de se expressar de forma crítica e autônoma.

Além disso, dos 8 assentamentos do Sertão que tiveram seus PDA's elaborados em 1999 e entregues em 2000, sete deles tinham pouco mais de um ano de existência como assentamento quando se começou discutir os PDA's e um tinha pouco mais de dois anos. Ou seja, os assentamentos tinham muito pouco tempo de existência, o que contribuía para que a elaboração de seus planos de desenvolvimento fosse prematura.

Por outro lado, dos dois assentamentos do Brejo, que tiveram o início das discussões para elaboração dos PDA's também em 1999, um tinha cerca de quatro anos de existência e o outro, cerca de três anos. Na Zona da Mata, dos 5 assentamentos que iniciaram a elaboração formal de seus PDA's em 1999, um tinha cerca de seis anos de existência; outro, cinco anos; outro, quatro anos e dois tinham três anos de existência como assentamento.

Sobre a elaboração dos PDA's nesses assentamentos onde os assentados já tinham um certo acúmulo de experiências de discussão e avaliação de seus problemas, o Relatório Final da COAGEP sobre suas atividades no Lumiar, afirma:

“A elaboração dos PDA's tem resultado numa percepção crítica/propositiva da comunidade em relação à sua realidade vivida. Começa a haver uma maior organização das iniciativas para o desenvolvimento e uma transformação das insatisfações existentes em propostas. Isto é, gradativamente, os assentados vão ultrapassando uma postura estritamente reivindicatória, para uma postura crítica, mas propositiva, ou seja, ultrapassando a dependência absoluta do Estado no atendimento de suas necessidades, para assumirem as responsabilidades que lhes cabem como cidadãos, inclusive participando da proposição de políticas públicas exequíveis e alternativas às existentes”.

No entanto, essa análise é insuficiente pela forma homogeneizadora como trata os assentamentos. Apesar das orientações contidas nas diretrizes gerais do Projeto Lumiar enfatizarem que o processo de planejamento deveria ser processual e de complexidade gradativa, postura incorporada pelos técnicos do Projeto na Paraíba, elas sugerem que o PDA de cada assentamento deveria representar *“um acordo coletivo a*

ser respeitado pelo conjunto dos assentados que o decidiram” (p.40). Ou seja, cada assentamento deveria produzir um único plano de desenvolvimento contendo o que fosse consensual. A análise da prática do Projeto Lumiar na Paraíba indica que essa formulação foi problemática, considerando a heterogeneidade de perspectivas e de concepções de vida produtiva existentes entre os assentados. Mesmo quando o PDA foi elaborado e decidido de forma participativa e democrática pelas famílias assentadas, a existência de propostas produtivas e organizativas não contempladas pelo consenso do assentamento produzia um sentimento de cerceamento de oportunidades para os que defendiam essas propostas, como pode ser observado pelo autor quando de sua participação na Equipe de Supervisão do Projeto.

Esse sentimento tornava-se mais agudo quando, conforme ocorreu em muitos casos, os PDAs foram elaborados apenas para referendarem formalmente os projetos para o crédito de investimento, conforme exigência das normas do PROCERA/PRONAF. Como foi visto, a maioria desses projetos de investimento foi elaborada sem uma participação efetiva dos assentados, trazendo, além do endividamento das famílias, uma constatação de que o planejamento realizado como exigência governamental e bancária era uma armadilha.

Por outro lado, tanto nesses casos, como naqueles em que essa participação ocorreu, a busca de consenso não resolvia, por si só, as divergências entre os assentados sobre o que, como e para quem produzir. Dessa forma, conforme a análise do Projeto Lumiar na Paraíba sugere, mais importante do que a elaboração formal dos PDAs foi a perspectiva, que acabou prevalecendo na prática de várias Equipes Técnicas, de que o desenvolvimento dos assentamentos deveria ser implementado através das experimentações concretas exercitadas pelos assentados, a partir de suas próprias propostas e das avaliações que conseguiam produzir sobre elas, tanto no âmbito produtivo, como organizativo e de gestão da vida social.

Nos capítulos 5 a 7 procurou-se descrever e comentar um conjunto de atividades relacionadas com a vida produtiva dos assentamentos acompanhados pelo Projeto Lumiar na Paraíba. Fundamentalmente, se essas atividades indicam a fragilidade e a heterogeneidade dos assentamentos, a maioria deles numa fase inicial de instalação e organização, por outro lado, indicam também que, no cotidiano do enfrentamento das inúmeras dificuldades a que os assentamentos estavam expostos, existiu sempre, mesmo

que de forma localizada e pontual, inúmeras tentativas de enfrentamento dessas dificuldades, o que revela um esforço permanente dos assentados, com estratégias distintas, valorizando aspectos e dimensões diferentes da vida produtiva, em viabilizar uma condição minimamente digna de sustentação da família e, para vários deles, também do coletivo.

Além disso, a pesquisa sobre os impactos regionais da reforma agrária (Heredia e outros, 2002) comenta também:

“... um dos aspectos a ser destacado, quando refletimos sobre as mudanças trazidas pelos assentamentos na atividade produtiva, é a grande diversidade de produtos em áreas antes monocultoras ou de pecuária extensiva, significando uma espécie de reconversão produtiva em regiões de crise da agricultura patronal, em alguns casos contribuindo para uma reorganização dos sistemas de uso dos solos da produção familiar no contexto mais geral. Essa diversificação tem influência não só sobre a qualidade de vida como também sobre os aspectos ambientais”. (p 21).

Nesse sentido, como verificaram a experiência do Projeto Lumiar na Paraíba e a pesquisa citada acima, mesmo com as precariedades com as quais os assentamentos têm que lidar, *“a condição de assentado abre uma janela para o acesso a novas possibilidades produtivas”.* (idem: 22).

A ação das Equipes Técnicas nesse processo, mesmo com os limites que a própria estruturação do Projeto Lumiar produziu e com os equívocos nos encaminhamentos formais, técnicos e metodológicos dessas Equipes, revelou que a assistência técnica é uma contrapartida fundamental das políticas públicas no apoio ao esforço dos assentados em viabilizar e desenvolver a vida produtiva nos assentamentos, como também foi constatado por Heredia e outros (2002: 21). Os limites e os equívocos podem ser superados por um processo permanente de avaliação da assistência técnica feita com a participação preferencial dos assentados.

O desenvolvimento das atividades relacionadas à dimensão da vida produtiva dos assentamentos, comentadas nesses capítulos, não permite fazer uma separação do que foi a ação dos técnicos em separado da ação dos assentados. As observações de campo permitem afirmar que muitas dessas ações eram resultado do processo de interação dos assentados entre si e destes com personagens e instituições de fora dos assentamentos, com os quais os técnicos também interagiam. Na medida em que estes traziam informações, faziam comentários e sugestões, auxiliavam em determinadas ações práticas, eles interferiam na forma como as relações entre os

assentados e agentes externos se processavam. No entanto, os desdobramentos dessas inter-relações mudavam a percepção que os próprios técnicos tinham sobre o papel que desempenhavam e as estratégias metodológicas que tinham de desenvolver no trabalho de assistência técnica. Portanto, técnicos e assentados eram mediadores entre si e com o que vinha de fora dessa relação, influenciando-se mutuamente.

Nesse sentido, vale a citação de um comentário de Leite (1997) sobre a condição sociológica dos assentados: “... *de um ponto de vista mais estritamente sociológico, identificá-los por suas características formais, à pequena produção, implica em perder de vista os processos de conflito, geração de utopias, peculiaridades da ação governamental, etc, que os caracterizam*”. (Leite, 1997: 164).

Desse modo, a própria relação dos assentados com a assistência técnica que lhes é ofertada integra a caracterização sociológica dos assentamentos. Portanto, como foi feito neste trabalho, discutir a vida produtiva dos assentados a partir do que foi vivenciado por eles em torno do Projeto Lumiar é discutir dimensões do próprio processo de constituição deles como pequenos produtores, com seus conflitos, decorrentes de capacidades e interesses diferenciados, em que limites e potencialidades alternam-se a todo momento.

A eventual ênfase que se procurou dar às ações que foram tentadas por assentados e técnicos no enfrentamento das dificuldades de toda ordem com que se depararam, em detrimento da análise dos limites dessas ações, tem por objetivo indicar que, apesar dessas dificuldades e limites que a própria estrutura da sociedade brasileira e a história da Paraíba impõem à viabilização dos assentados como pequenos produtores, a maioria deles, pelo que se pode observar durante a vigência do Projeto Lumiar, acreditava na possibilidade de se constituírem como pequenos produtores, mesmo com todas as nuances que isso pudesse representar.

Afinal,

“*Estamos, portanto, falando em populações que lutam por um projeto de vida e não de populações que apenas lutam por sobrevivência*”. (Martins, 2001 em Wanderley, 2003: 204).

Esse ato de vontade dos assentados aponta que a luta pela terra não se esgota nela mesma, mas se desdobra para a construção de formas de viver e produzir que dê sentido a essa luta. Porém, essa construção se transforma, ela mesma, em um novo campo de luta e de disputa, onde qualquer visão homogeneizadora castra a riqueza de

possibilidades que esse confronto pode produzir. É essa riqueza que se tentou destacar, mesmo numa experiência localizada e limitada como o Projeto Lumiar na Paraíba.

Tabela 18: Projeto Lumiar/PB – Número de assentamentos onde foram realizadas atividades de cuidados com o rebanho para capacitação dos assentados, conforme as espécies de animais.

ATIVIDADES	ESPÉCIE DE ANIMAIS	Nº DE ASSENTAMENTOS
	Aves	15

Vacinação	Bovinos	44
	Caprinos	38
	Eqüinos	17
	Ovinos	18
	Suínos	05
Vermifugação	Aves	06
	Bovinos	34
	Caprinos	28
	Eqüinos	16
	Ovinos	10
	Suínos	07
Suplementação Vitamínica e Mineral	Bovinos	22
	Caprinos	13
	Eqüinos	08
	Ovinos	05
Castração	Bovinos	18
	Caprinos	13
	Eqüinos	17
	Ovinos	07
	Suínos	04

Fonte: COAGEP.

CAPÍTULO 8

O PROJETO LUMIAR NA PARAÍBA: **A dimensão organizativa dos assentamentos**

O objetivo principal deste capítulo é analisar os processos organizativos dos assentamentos acompanhados pelo Projeto Lumiar na Paraíba que tiveram articulação com as práticas de assistência técnica desenvolvidas pelo Projeto. Não serão analisadas as experiências organizativas que se deram no âmbito interno das relações dos assentados com movimentos e entidades de apoio, como o MST, a CPT e o movimento sindical e com propostas organizativas de órgãos públicos das quais os assentados participaram durante a vigência do Lumiar, como os Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural do PRONAF, o “Farol do Desenvolvimento” do Banco do Nordeste e outros projetos governamentais.

Neste capítulo, pretende-se analisar as experiências organizativas dos assentados em torno das associações dos assentamentos e de outros espaços não formais de organização, como os grupos de interesse e as tentativas de organização das mulheres e jovens.

O raciocínio que vai predominar nesta análise é o de pensar essas experiências como *exercícios organizativos* e não como a criação de estruturas organizativas. Prefere-se o termo “exercícios organizativos” em vez de “estruturas organizativas” para tentar ser coerente com a opção teórica explicitada no capítulo 1, que se inspirou na experiência prática junto aos assentamentos, a qual mostra a riqueza das dinâmicas sociais que se produzem em formas organizativas que se configuram como exercícios, que se justificam por uma conjuntura situada em um tempo e espaço determinado e que, mudada essa conjuntura, essa forma organizativa deixa de fazer sentido e se desfaz. Novas conjunturas irão requerer novas formas organizativas, também para dar resposta a uma situação determinada. Os grupos de interesse são exemplos desses exercícios organizativos. A crítica feita às associações dos assentamentos exemplifica os riscos impostos por estruturas organizativas hierarquizadas, como sindicato e partido, ao serem utilizados como instrumentos de centralização de poder, de manipulação política, de manutenção de privilégios e de corrupção. As formas de exercício organizativo conjuntural não eliminam os jogos de poder, mas, exatamente por terem uma existência determinada, não conseguem manter uma estruturação de poder que se estende para além do tempo de existência do grupo que se reúne para uma ação específica. Os que pretendem estabelecer mecanismos de controle político dentro dos assentamentos (seja qual for suas origens: Estado, entidades de apoio e movimentos sociais), na maior parte dos casos, não se interessam e desqualificam esses exercícios organizativos conjunturais, preferem as estruturas

organizativas pelo caráter de representação formalmente instituída dos assentados, estruturas que são apresentadas com pretensões de que sejam definitivas.

Se no capítulo anterior a ênfase foi dada à dimensão produtiva, neste capítulo a ênfase recairá sobre as relações de poder, expressas nas interações sociais cotidianas⁴⁰, vivenciadas no interior dos assentamentos, onde atuam não só os assentados entre si, mas também outros atores externos, principalmente, os técnicos do Lumiar, os funcionários do INCRA e de outros órgãos públicos e representantes do MST e da CPT.

O tema da organização dos assentamentos de reforma agrária tem sido estudado por vários autores, entre eles, pode-se destacar o já clássico estudo intitulado “*Assentamentos Rurais: uma visão multidisciplinar*” (Medeiros e outros, 1994), que dedica uma parte do livro aos processos de organização no interior dos assentamentos; D’Incao e Roy (1995), que relatam e analisam uma experiência de organização interna de um assentamento em São Paulo, assim como estudos mais recentes, entre outros, como os organizados por Martins (2003); Bergamasco e Norder (2003); Bergamasco, Aubrée e Ferrante (2003); Leite e outros (2004). Entre os estudos mais recentes sobre experiências organizativas de assentamentos rurais na Paraíba, pode-se destacar o trabalho de Lazzaretti (2003).

Um dos aspectos que emerge desses estudos, que também foi observado na experiência do Lumiar na Paraíba, é o fato dos assentamentos constituírem um espaço social muito dinâmico e heterogêneo, em que as interações sociais entre os diversos atores estão sendo permanentemente negociadas, questionadas, redefinidas.

Conforme os estudos sobre assentamentos rurais desenvolvidos por Romano (1994) e Caume (2002), a heterogeneidade existente aponta para a compreensão dos assentamentos como um *campo de disputas*, produzido por trajetórias, conjunturas locais e expectativas diferenciadas entre os assentados e entre os atores externos com quem interagem.

⁴⁰ Uma análise sobre como as relações de poder se expressam através das interações sociais cotidianas pode ser encontrada no estudo de James C. Scott (2002) a respeito das formas cotidianas de resistência camponesa e no artigo de Menezes (2002) que comenta a obra de Scott. Menezes afirma: “A epistemologia de Scott é marcada tanto pela importância dos condicionantes da estrutura social, especialmente os da estratificação social no comportamento dos indivíduos, quanto pelas interações sociais cotidianas.” (p. 36). Segundo Menezes, Scott contribui para a superação da concepção de classe social e consciência de classe como derivadas essencialmente das condições materiais de existência, abrindo perspectivas de compreensão das políticas dos grupos subalternos para além das noções de hegemonia, conformismo e passividade. Porém, lembra o risco da análise de Scott esquecer-se das ambigüidades contidas nas interações sociais cotidianas as quais podem contribuir para transformar as práticas de resistência em práticas de reprodução de relações de dominação.

“Enfocar o assentamento enquanto campo permite positivamente visualizar o ‘conflito’ – e não o ‘equilíbrio’ – como o estado ‘natural’ das relações sociais nos assentamentos. O ‘equilíbrio’, a ausência de conflitos pode vir a ser uma característica de um estado almejado, mas na concretude da trajetória dos assentamentos, seria um resultado particular, restrito e conjuntural”. (Romano, 1994: 252).

Segundo este autor, considerar o conflito como constituinte dos assentamentos requer uma reviravolta não só na forma de avaliar as experiências organizativas dos assentados, mas, também, na forma de compreender-se o próprio planejamento do desenvolvimento dessas áreas. Há a possibilidade de considerar-se os conflitos como um fator positivo, na medida em que produzem um constante movimento de avaliação crítica da organização social, econômica e política dos assentamentos pelos próprios atores que compõem a rede de relações sociais que os constituem. O autor questiona a forma de avaliar as experiências organizativas dos assentamentos pelo critério do “equilíbrio”, do consenso permanente como destino da comunidade dos excluídos, que interpreta os conflitos como decorrentes de um caráter meramente conjuntural, ocasional e responsável pelo “atraso” e desorganização dos assentamentos.

“Independentemente das dificuldades e limites que essa perspectiva coloca para a elaboração técnica e a implementação política do assentamento, com certeza um planejamento fundado no reconhecimento da predominância do conflito – interno e externo – ganhará viabilidade maior que os exercícios burocráticos ou de vontade política marcados pelo equilíbrio”. (idem: 252-253).

As experiências organizativas dos assentamentos, portanto, podem ser consideradas como expressão desses conflitos, indicando, em cada momento da história do assentamento, em suas relações internas e com atores e entidades externas, opções e estratégias distintas sobre o que fazer, assim como revelam avaliações diferentes sobre o passado e expectativas divergentes sobre o futuro. Elas se orientam por trajetórias sociais diversas, mas também incorporam os desafios frente às condições objetivas de cada conjuntura social vivida no presente.

“Há condições objetivas para que um ator tenha a possibilidade de aprender uma nova forma de trabalho, incorporar e assumir como valor a importância e a necessidade do trabalho cooperativo, associativo, isto é, para que mude suas disposições econômicas”. (idem: 254).

Além disso, as experiências organizativas e as expectativas sobre modos de vida nos assentamentos interconectam-se e incorporam dimensões de ordem subjetiva, produzidas pelas relações interpessoais entre indivíduos, famílias, subgrupos e conjunturas específicas.

Portanto, as experiências analisadas no capítulo anterior sobre as práticas produtivas nos assentamentos são expressões organizativas dos assentados na medida em que se referem à organização do trabalho familiar, às formas de gestão individual e coletiva do espaço agropecuário do assentamento, às formas de comercialização, às decisões sobre como lidar com as políticas de crédito e com a assistência técnica disponibilizada pelo Projeto Lumiar.

Os técnicos do Lumiar, mais do que simples *mediadores* entre os assentados e instituições governamentais foram protagonistas da complexidade das relações sociais produzidas nos assentamentos, sendo atingidos pela dissonância entre, de um lado, o papel tradicional do “extensionista” que repassa conhecimentos técnicos e normas institucionais e, de outro lado, o desafio de discutir com os assentados formas de organização para buscar alternativas aos problemas concretos existentes nos assentamentos, para os quais não se tinha uma resposta única ou predefinida.

A perplexidade dos técnicos sobre o seu papel profissional nos assentamentos, no contexto do Projeto Lumiar, em que não tinham claro a quem, de fato, em última instância, deveriam prestar contas e a relação diária com os assentados, contribuíram para que os técnicos, na maioria dos casos, se tornassem agentes de avaliação crítica sobre o que estava acontecendo nas comunidades, tanto nas suas relações com os assentados, como com o INCRA e demais órgãos públicos, e com o MST e a CPT.

As ambigüidades, incertezas e os dilemas sobre o papel profissional a desempenhar, por paradoxal que possa ser, contribuíram para que os técnicos pudessem pensar suas práticas a partir de uma permanente avaliação crítica sobre o que acontecia nos assentamentos, inclusive avaliando os condicionantes e os limites de sua formação profissional. As observações dos técnicos nem sempre eram consideradas ou levadas em conta pelos assentados ou outros atores sociais. No entanto, eles traziam diversas questões para o debate coletivo nos espaços públicos de reunião, que, se não fosse isso, algumas delas poderiam submergir para os bastidores e passarem a ser tratadas de forma dissimulada ou nem sequer serem consideradas, conforme os interesses dos grupos que, em cada situação, exerciam alguma forma de controle sobre os assuntos que podiam ou

não ser tratados publicamente. Um exemplo de uma das questões que os técnicos propunham para o debate coletivo, era a necessidade da prestação de contas, por parte das diretorias das associações ou por funcionários do INCRA, sobre o uso e o destino de recursos físicos e financeiros destinados à comunidade.

Na ausência, ou pelo menos na falta de identificação clara da existência de um projeto político, definido pelo Estado ou por entidades vinculadas aos trabalhadores, que norteasse a organização social e produtiva dos assentados, os técnicos acabaram levando para os assentamentos a idéia da participação democrática, com responsabilidades nomeadas, como um princípio organizativo, conforme as diretrizes do Projeto Lumiar reiteradamente afirmava em vários momentos.

A incorporação desse princípio nas práticas de assistência técnica do Projeto Lumiar na Paraíba foi ocorrendo, processualmente, a partir das avaliações mensais que os técnicos realizavam junto com os assentados, no interior dos assentamentos; como nas reuniões de discussão entre técnicos e Equipe de Supervisão, sobre as diretrizes do Projeto e as dificuldades encontradas para implementá-las.

Esse princípio de ordem metodológica foi mais facilmente incorporado pelos técnicos vinculados a COAGEP, que acompanharam 50 dos 56 assentamentos atendidos pelo Lumiar, principalmente pela contribuição de vários técnicos da área social que tinham experiência de trabalho baseada nos princípios metodológicos da “Educação Popular”. Essa metodologia propugnava que os exercícios de organização dos grupos populares deveriam estar sustentados por práticas e mecanismos de participação democrática nas discussões e decisões, assim como nas relações entre saber e poder. Nessa proposta, as idéias de autonomia dos grupos populares e de constituição de sujeitos sociais são básicas.⁴¹

Os técnicos vinculados à COOPERVIDA, que trabalharam em seis assentamentos ligados ao MST, tiveram mais dificuldades, pois, mesmo como técnicos do Lumiar, tinham que considerar as definições políticas do movimento, que, muitas vezes, contrariavam parte dos assentados, como por exemplo: as determinações de priorizar o trabalho coletivo; a exigência de projetos coletivos de investimento para obtenção de financiamentos do PROCERA; a construção de agrovilas em oposição às

⁴¹ Sobre as propostas metodológicas da Educação Popular, entre outros, é possível citar Brandão (1983 e 1984), Blass e outros (1986), Pontual e outros (1988), Costa (1998) e sobre Educação Popular no meio rural, Kisnerman (1975) e Gajardo (1981). Sobre os conceitos de “autonomia” e “sujeito social” ver o capítulo 1 do livro, “Quando novos personagens entraram em cena”, de Eder Sader (Sader, 1988).

casas nos lotes. Nessas situações, os técnicos eram tidos como militantes do MST e a possibilidade de autonomia dos assentados era comprometida, pois a concepção de cumprir as determinações da “direção do movimento” conflituava com a idéia de construção de relações democráticas que absorvesse os que eram contra essas determinações. No entanto, vários técnicos questionavam essa situação, no interior do próprio movimento.

Apesar dessa especificidade dos técnicos do MST, tanto eles como os da COAGEP, desenvolviam práticas que envolviam relações de poder dentro dos assentamentos, como por exemplo, a insistência sobre a necessidade de elaboração da contabilidade e prestação de contas ao coletivo do assentamento sobre o uso dos recursos financeiros administrados pelas associações, na perspectiva de democratizar a avaliação sobre o uso desses recursos. Nos casos de centralização de informações e decisões na diretoria da associação, incentivava-se a organização de grupos de interesse comum dentro dos assentamentos, de grupos de mulheres e de jovens, na busca de espaços mais facilitadores para a participação democrática e que pudessem viabilizar atividades de interesse desses grupos que eram boicotadas por essas diretorias.

O princípio da participação democrática, por certo, não dava conta, por si só, da complexidade dos desafios que os assentados vivenciavam, mas foi ele que orientou as práticas dos técnicos do Lumiar, principalmente os ligados à COAGEP, em torno das questões organizativas dos assentamentos.

A criação de espaços democráticos de participação foi, porém, um mecanismo importante para que a heterogeneidade e os conflitos nos assentamentos (internos e externos) pudessem se expressar, fluir e esboçar possibilidades para que os assentados exercitassem procedimentos de como lidar com eles. O debate sobre trabalho individual e trabalho coletivo, ocorrido no assentamento APASA e descrito no capítulo 5, é um exemplo disso, assim como os debates sobre morar na agrovila ou nos lotes, sobre o que plantar com o crédito de custeio, sobre os projetos de investimento, os confrontos sobre pagar ou não pagar as dívidas bancárias e entre tantos outros temas polêmicos.

Foi, também, esse mesmo princípio que norteou as avaliações sobre o papel e o desempenho das associações. O reconhecimento, pelos assentados, dos limites das associações, como instância organizativa dos assentamentos, permitiu que surgissem as propostas da organização de grupos de interesse comum, entre eles os grupos de

mulheres, de jovens, da escola, da saúde, além dos grupos de interesse vinculados a atividades produtivas.

No entanto, os próprios assentados tinham suas experiências de organização, construídas durante suas histórias, fossem as mais distantes ou as mais recentes. Além dos desdobramentos históricos já comentados no capítulo 2 e que referenciavam, mesmo que de forma distante e diferenciada, a vida dos assentados, outras dimensões, que faziam parte das formas camponesas de organizar a vida social, eram retomadas, pelo menos no âmbito das famílias, como: os mutirões; a busca de autonomia familiar na implementação da vida produtiva; as relações de parentesco e vizinhança como núcleo base a partir do qual a sociabilidade mais ampla se constrói (Wanderley, 2003).

Esse acervo de experiências históricas vividas de formas diferenciadas pelos assentados, as experiências mais recentes de luta pela terra, as condições objetivas do presente e as expectativas que se tem de futuro compõem o quadro de elementos que se confrontam, entre os assentados, no exercício e avaliação das formas organizativas construídas no interior da vida nos assentamentos.

De um modo geral, a luta pela desapropriação das terras que hoje compõem os assentamentos, na Paraíba, tem, historicamente, obedecido a três dinâmicas distintas, as quais produzem desdobramentos posteriores nesses assentamentos:

a) os conflitos resultantes das ameaças de expulsão dos antigos moradores, foreiros, meeiros e posseiros, pelos proprietários das terras (na maioria dos casos tratava-se de novos proprietários). Vários desses conflitos tiveram uma longa duração, com situações de confronto aberto, envolvendo tentativas de cooptação de algumas lideranças dos trabalhadores por parte dos proprietários, intimidações, intervenção da polícia, pressão de capangas, ameaças de morte, destruição de lavouras, casas, centros comunitários, perseguição armada, espancamentos e assassinatos de trabalhadores;

b) ocupação de terras por grupos organizados de trabalhadores, arregimentados, principalmente, nas periferias urbanas, pelo MST e pela CPT. Em alguns casos, esses grupos associaram-se à luta de posseiros que já residiam nas propriedades. Nestes casos havia também um forte conflito entre trabalhadores sem terra e proprietários;

c) desapropriações sem conflito, envolvendo um número pequeno de casos, seja porque a área de terra já era uma propriedade do governo, como no caso do assentamento Campo de Sementes e Mudas, no município de Cruz do Espírito Santo, na região da Zona da Mata, seja porque estava sub-explorada e a venda da terra ao INCRA

interessava ao proprietário, ou porque este tinha interesse de resolver preventivamente o iminente conflito e, com isso, preservar sua parcela de terra. Nesses casos, a desapropriação ocorria como consequência de negociação direta entre proprietários e o INCRA, sem que houvesse um conflito aberto entre trabalhadores e proprietários.

Nas áreas onde houve conflito, para os trabalhadores, foi necessário desenvolver estratégias e formas de organização, apoiados pelo MST ou CPT, a fim de poderem enfrentar o agente agressor externo ao grupo. Colocados em uma situação de confronto declarado, em que os oponentes eram os detentores do poder econômico, que possuíam respaldo do poder político, judiciário e policial, os trabalhadores tiveram que construir um processo organizativo que garantisse a unidade do grupo e sua capacidade de resistência. O sentido da palavra “*união*” era fundamental e as diferenças internas tinham que ser postergadas para garantir a coesão do grupo.

Como em todo grupo social, frente a uma ameaça externa, a coesão do grupo que luta pela desapropriação de terra aumenta, proporcionalmente, à força dessa ameaça. A idéia de que esse grupo forma uma “*comunidade*”, em que “*todos são iguais*” e “*todos falam por uma boca só*” prevalece como condição de garantia da coesão interna, fundamental para as estratégias de resistência.

Nessas condições, as divergências são compreendidas como algo que coloca em perigo essa coesão, uma vez que a mobilização de todos os membros do grupo, ou de sua grande maioria, é condição básica do processo de organização interna. Nas áreas de conflito de terra, essa mobilização garantia a força política necessária para os enfrentamentos físicos com a polícia ou com os capangas armados pelos proprietários, assim como nas estratégias de pressão e negociação junto ao INCRA e outros órgãos públicos pela desapropriação das terras. Por outro lado, essa mobilização de todos requeria também um sentimento de “disciplina” no interior e nas atividades do grupo, o que incluía, às vezes, a hierarquização de funções, em que alguns decidiam e os outros cumpriam essas decisões, em nome dessa “disciplina”, com a consequente centralização de informações.

No entanto, por outro lado, uma estratégia bastante freqüente, nas áreas de conflito de terra, era a organização de comissões de trabalhadores para o encaminhamento de diferentes problemas. O funcionamento de várias comissões ao mesmo tempo permitia uma participação concreta dos membros do grupo em atividades diversas, relativizando a centralização do poder de decisão em um pequeno grupo, formado por aqueles trabalhadores que vários agentes externos chamavam de

“lideranças”⁴². O funcionamento das comissões, ao requerer o envolvimento direto dos trabalhadores, era uma oportunidade efetiva de participação política, pois propiciava um exercício real de distribuição de responsabilidades entre todos e, portanto, de distribuição de poder no interior do grupo.

Além disso, no processo de luta, eram comuns as tentativas de explorar a tradição do trabalho em mutirão, pelo qual o camponês se dispõe a prestar dias de serviço no roçado de um vizinho quando se faz necessário. O mutirão, nas áreas de conflito, entre os moradores que lutavam contra a expulsão da terra tinha por objetivo, além de aumentar a coesão do grupo, aumentar as áreas de roçado de cada família, pois isso significava ampliar as benfeitorias dessas famílias, aumentando o valor da indenização a que o proprietário teria de pagar, se quisesse expulsá-las da propriedade, tornando a venda (ou a compra) da terra e a expulsão dos moradores, senão inviável, pelo menos, muito dispendiosa do ponto de vista financeiro, para esses proprietários. Nessas ocasiões era comum ouvir dos moradores a afirmação de que “*se o proprietário é dono da terra, nós somos donos das benfeitorias; somos nós que fazemos a terra produzir, por isso, pela lei, temos direito de ficar na terra*”. Esse raciocínio servia como argumento para justificar a luta de resistência contra a expulsão da terra, tanto entre os próprios moradores, como nos contatos com as autoridades, com a imprensa e com a população circunvizinha.

Da mesma forma, nas áreas de ocupação de terra, o mutirão em roçados comunitários, além de buscar a sobrevivência das famílias, de produzir uma renda para as despesas da luta e de reforçar a coesão do grupo, servia também para demonstrar, interna e externamente, que a intenção da luta era conseguir a terra para trabalhar e produzir.

Vale destacar que esse processo de mobilização e organização na luta pela terra, no contexto de uma situação fortemente conflitiva, coloca novos desafios tanto

⁴² Muitas vezes as práticas de implantação das políticas públicas por parte do Estado e, outras vezes, as práticas de entidades ligadas aos movimentos sociais priorizam o trabalho de organização de grupos populares centrados no que chamam de “*trabalho com as lideranças*”. Nesses casos, são chamados de *lideranças* aqueles indivíduos que são considerados como portadores de qualidades e capacidade pessoal para manter a organização coletiva funcionando. Essa concepção além de centralizar informação e poder de decisão nesses indivíduos, desqualificam a capacidade dos demais membros do grupo. As práticas de controle social e político sobre iniciativas de autonomia dos grupos populares, usualmente, utilizam estratégias diversas de cooptação dessas *lideranças*, com a pretensão de desarticular essas iniciativas.

para a convivência familiar, com destaque para a participação das mulheres, como na convivência comunitária.⁴³

O que vai ocorrer nos assentamentos, como desdobramento dessas dinâmicas, tem uma relação muito próxima com a forma como esses desafios foram vividos. A avaliação que os assentados fazem de suas experiências organizativas durante o processo de luta pela terra é, também, uma das referências para se organizarem nos assentamentos.

Por exemplo, os trabalhadores que tiveram acesso a terra através do processo de ocupação vivenciaram experiências diferentes daqueles que reagiram à expulsão da terra onde já moravam, na maioria dos casos, há várias gerações. A história das ocupações é marcada pela experiência dos acampamentos, vivida em condições precárias, “*debaixo das lonas*” das barracas transformadas em moradias provisórias e em constante tensão pelo risco iminente de repressão violenta por parte dos proprietários e da polícia. Essa situação vai requerer uma adesão às formas organizativas dos movimentos e entidades, o MST e a CPT, no caso da Paraíba, que articulam e apóiam essa luta.

Os trabalhadores que participaram de ocupações procediam, na maioria deles, das periferias urbanas e do trabalho sazonal na agricultura, tendo histórias de vida e perspectivas diferenciadas entre si. (Targino, 2000 e 2001). Se por um lado, esse fato trazia uma diversidade de experiências e informações que podiam, nas situações de conflito, ajudar no processo organizativo, trazia também a necessidade de que essas diferenças não comprometessem a unidade organizativa e a disciplina necessária para que as ações não se enfraquecessem com possíveis dissensões no interior do grupo. Se, durante as ocupações, o enfrentamento dessas diferenças era postergado, elas emergiam nos assentamentos, quando a ameaça externa era diluída com o desaparecimento da figura do patrão, do proprietário e da polícia.

Portanto, as dinâmicas diferenciadas de acesso à terra referenciavam os assentados em suas experiências organizativas, seja através dos conflitos resultantes da resistência à expulsão das propriedades onde já se vivia há muito tempo e das ocupações de terra, ou através de processos não conflitivos (Oliveira e Ieno Neto, 1999). A história

⁴³ Sobre as dinâmicas sociais produzidas no interior dos processos de luta pela terra, ver, entre outros, Bonavigo (1998), Caume (2002), Duarte (1998), Moreira (1998), Silva (2003), Wanderley (2003), Whitaker (1995). Sobre a participação das mulheres nesse processo, no contexto paraibano, ver Miele e Guimarães (1998).

secular das lutas pela terra na Paraíba, analisada no capítulo 2, e a mais recente, particularmente, a partir da segunda metade da década de 1970, compunham o pano de fundo de onde os assentados olhavam o presente e o futuro.

Nos assentamentos, após a conquista da terra, cessava a iminência do perigo externo a que os trabalhadores estavam submetidos durante os conflitos que deram origem a essa nova condição e que desempenhava um papel fundamental na produção da coesão interna do grupo. Essa nova situação propiciava que as diferenças postergadas emergissem, o que exigia que o grupo desenvolvesse uma capacidade muito maior de articulação interna para conviver com propostas divergentes sobre formas de organizar a vida produtiva e social.

Além disso, a organização interna dos assentados era perpassada pela relação tensa com os órgãos governamentais, gestores das políticas fundiária e agrícola. O papel fundamental desempenhado pelas assessorias da Igreja e de outras instituições não governamentais que acompanharam e apoiaram os trabalhadores na luta pela conquista da terra, diminuía significativamente depois das desapropriações. A CPT que acompanhava a grande maioria das áreas de conflito de terra na Paraíba, por priorizar o apoio a essas áreas, diminuía sua presença nos assentamentos. Dos 56 assentamentos que passaram a ser acompanhados pelo Projeto Lumiar na Paraíba, 50 deles foram acompanhados e apoiados pela CPT durante os conflitos e as negociações para a desapropriação das terras. Apenas 6 desses assentamentos foram acompanhados pelo MST, o qual, diferentemente da CPT, continuou a acompanhar a organização desses assentamentos, tentando viabilizar suas concepções políticas de organização, reproduzindo situações analisadas em estudos já citados, ocorridas em assentamentos de outras regiões do país.

1. As associações dos assentamentos e as cooperativas

A atuação dos órgãos governamentais nas áreas desapropriadas exige a criação de uma associação em cada assentamento, como condição necessária para que os assentados tenham acesso aos benefícios dos programas assistenciais e creditícios dirigidos pelos órgãos públicos gestores das políticas agrária e agrícola. Essas associações surgem, portanto, na grande maioria dos casos, como uma imposição externa, mas passa a fazer parte da constituição dos assentamentos enquanto tal.

A esse respeito, a pesquisa “Impactos dos Assentamentos” (Leite, Heredia e outros; 2004) constatou:

“Após a criação dos assentamentos, assumem importância também diversos organismos internos de representação nos assentamentos, localizados em pelo menos 96% dos projetos pesquisados. As associações são a forma predominante, pelo simples fato de que são uma espécie de ‘exigência’ do Estado: elas são a ‘personalidade jurídica’ do assentamento e sua presença é quase que obrigatória para o repasse de créditos. (...). As associações, direta ou indiretamente, são suportes fundamentais nas relações dos assentados com outras entidades e/ou atores externos aos assentamentos. Enquanto algumas têm existência puramente formal, outras envolvem-se nos mais diferentes aspectos da vida do assentamento, seja na interlocução ‘para fora’, com os diferentes agentes e instâncias governamentais (na cobrança de escolas, postos de saúde, estradas, transportes, crédito), seja para ‘dentro’ (organização da produção, da comercialização, etc)”. (idem: 112-113).

Nos assentamentos acompanhados pelo Lumiar na Paraíba, as associações cumpriam esse papel de interlocução formal, tanto entre os assentados, como na relação destes com o Estado. No entanto, essa interlocução era fortemente marcada pelas disputas internas entre os assentados, na medida em que ela dizia respeito a interesses e propostas distintas sobre a vida produtiva e social das famílias e da comunidade.

Sobre esse aspecto, Caume (2002), ao analisar os processos organizativos de assentamentos do Rio Grande do Sul e de Goiás, destaca os condicionantes políticos decorrentes do tipo de gestão da relação entre assentados e Estado, que se inicia com o próprio significado do termo “assentar” (*colocar as coisas no seu devido lugar; conferir normalidade, regularidade, ajustamento ao corpo social*) e se desdobra através das associações:

“Se na lógica estatal a criação da ‘associação’ aparece simplesmente como um mecanismo de racionalização da aplicação das políticas públicas direcionadas aos assentamentos, buscando maximizar o uso de recursos escassos, numa dimensão sociológica, devemos interpretar sua produção enquanto inserida no jogo de forças em disputa no interior daquele espaço social, pois, na sua criação, emergem ou se reafirmam os interesses e desejos conflitantes que perpassam as relações sociais que se estabelecem entre os assentados”. (Caume, 2002: 550).

Esses conflitos acirram-se, uma vez que a estrutura organizativa das associações facilita a concentração de informações e de poder em suas diretorias. A

criação e organização dessas associações, de forma geral, baseia-se em estatutos que obedecem a uma mesma estruturação e hierarquização de cargos e funções gerenciais e administrativas, baseadas na concepção presidencialista de gestão. Existe no INCRA, na EMATER e nas prefeituras municipais um modelo único de estatutos e regimentos internos, bastando apenas mudar o nome da associação, endereço, datas, nomes dos responsáveis pelos cargos da diretoria. Basta preencher esse modelo, anexar os documentos exigidos e dar entrada ao processo formal de registro.

Nesse modelo organizativo, surge a figura do presidente da associação que passa a deter um poder e que, no período de luta pela terra, era distribuído pelas diferentes comissões, dando margem e alimentando tendências de centralização de informações e de decisão, concentradas na figura do presidente ou entre os principais cargos da diretoria (presidente, secretário e tesoureiro). Ao mesmo tempo, há uma exclusão, pelo menos no início de organização dos assentamentos, da participação das mulheres, jovens e crianças, uma vez que é permitido que apenas o chefe da família se associe e tenha direito a voto nas principais decisões dos assentamentos, coordenadas pela diretoria da associação.

Essa concentração de poder e a conseqüente dependência que tende a se criar dos assentados em relação à diretoria das associações tenta reproduzir os mecanismos de submissão com os quais essa população vem convivendo há muito tempo, como foi visto no capítulo 2 sobre a história da formação do espaço agrário paraibano.

Em alguns assentamentos, o fortalecimento da figura do presidente da associação leva ao abandono da prática de discussão coletiva dos problemas e dos encaminhamentos necessários ao enfrentamento deles, uma vez que o presidente se encarrega de resolvê-los, a partir de seus contatos pessoais com os órgãos públicos. Cada assentado ou cada família resolve ou encaminha suas dificuldades através da figura do presidente. As divergências existentes entre os assentados não têm canal coletivo de expressão, o que acaba criando nos assentamentos uma oposição, explícita ou não, às ações do presidente, às vezes, com repercussões no interior da diretoria da associação.

Essas situações têm vários desdobramentos possíveis, desde uma divisão interna no assentamento, com a criação de uma nova associação que agrega os opositores da outra, até uma postura clientelista do presidente e/ou da diretoria que consegue neutralizar as divergências e se manter no cargo de forma contínua, sendo as eleições para diretoria da associação mera formalidade. Há casos em que uma oposição

à diretoria do assentamento se fortalece e consegue eleger uma nova diretoria com posturas diferenciadas da anterior. Entre uma situação e outra, há uma diversidade de arranjos, negociações e práticas de resistência dissimulada que configuram possibilidades diversas e conjunturais de lidar com as divergências.

Apesar de estatutos que condicionam a organização das associações de forma hierarquizada e concentradora de poder, verifica-se nos assentamentos diferentes mecanismos e dinâmicas de funcionamento da relação entre as suas diretorias e os assentados. Há assentamentos em que, embora seja adotada a estrutura formal das associações, com todos os seus cargos, a organização real do assentamento não está a ela subordinada, uma vez que é mantido o princípio da participação comunitária construído durante a luta pela terra. A experiência da organização de comissões, grupos de trabalho, grupos de interesse se mantém como forma básica de organização. Nesses casos, há um rodízio de pessoas que ocupam os cargos da diretoria da associação, as assembleias do assentamento são coordenadas por membros da comunidade, não necessariamente pelo presidente da associação, dependendo dos assuntos a serem discutidos. Nesses casos, as divergências existentes se expressam e são criados mecanismos que contemplem propostas divergentes, como, por exemplo, a formação de grupos de interesse que implementam no assentamento alternativas diferenciadas de organização e gestão da produção e da vida comunitária.

Contudo, nem sempre essa forma de organização consegue dar conta de todas as divergências existentes, ocorrendo, em alguns casos, um esvaziamento dos espaços coletivos de decisão, considerados por muitos assentados como um espaço conflitivo e tenso e que produz divisões e atritos internos, com os quais não conseguem conviver. Neste caso, o rodízio na ocupação dos cargos da associação se caracteriza pela desmotivação de seus membros e a associação é mantida pela necessidade do assentamento ter uma interlocução oficial com os órgãos públicos e seu funcionamento cumpre apenas o que é estritamente formal para garantir essa interlocução.

Essas dinâmicas diferenciadas na organização e funcionamento das associações foram observadas *in loco* durante o trabalho de acompanhamento de assentamentos paraibanos de que o autor participou, através de assessorias pontuais solicitadas pela CPT e MST, desenvolvidas como trabalho de extensão universitária. Esse trabalho, e as análises que permitiu, ocorreu no período de 1985 a 1995, portanto, em um período onde não havia uma assistência técnica ou um acompanhamento

sistemático junto às associações, nem por parte de políticas públicas, nem por parte dos movimentos sociais.

Porém, na experiência do Projeto Lumiar, essas dinâmicas de funcionamento das associações mostraram-se como tendências, já que a presença dos técnicos criava espaços de avaliação periódica do desempenho das diretorias das associações, o que introduzia um elemento crítico que possibilitava reverter, ou, pelo menos, colocar em discussão, as práticas de centralização de poder ou a falta de interesse dos assentados na participação do gerenciamento coletivo do assentamento.

Um dos aspectos básicos trabalhados pelos técnicos do Lumiar junto aos assentados e, particularmente, junto às diretorias das associações, e que é um exemplo do peso das políticas públicas na configuração das relações entre técnicos e assentados, era a necessidade de organizar a contabilidade e a prestação de contas relativas ao uso de recursos financeiros administrados pelas associações, particularmente os créditos de instalação e de investimento, conforme já foi comentado nos capítulos anteriores.

Com essa preocupação, a maioria das Equipes Técnicas do Lumiar procurou implementar uma sistemática de acompanhamento e gerenciamento financeiro das associações, com ênfase no acompanhamento do uso dos bens coletivos existentes nos assentamentos, com vistas à prestação de contas ao conjunto do assentamento. Para isso, criou-se um formulário simplificado da movimentação financeira, dia a dia, de modo que, ao final do mês, era possível obter o balanço mensal resultante da utilização do caminhão, do trator, da casa de farinha, etc. Esse procedimento permitia uma avaliação pública e coletiva sobre as formas de gerenciamento desses bens, na grande maioria dos casos, sob a responsabilidade das diretorias das associações. As mudanças avaliadas como necessárias pela maioria dos assentados nesse gerenciamento eram, então, decididas e planejadas.

Nos assentamentos onde esse procedimento não era utilizado, era comum acusações de alguns assentados sobre a ocorrência de roubos e desvios de dinheiro das associações ou uso pessoal de bens coletivos por parte de membros das diretorias das associações, como, por exemplo, no assentamento João Pedro Teixeira, no município de Sapé. A contabilidade e a prestação de contas ao conjunto do assentamento esclareciam essas acusações, fosse comprovando o desvio dos recursos como ocorreu nesse assentamento, fosse comprovando apenas a necessidade de um melhor planejamento do seu uso, como ocorreu em vários assentamentos, não só com os créditos do PROCERA,

mas também em relação ao uso de várias benfeitorias, instalações e equipamentos coletivos.

No entanto, esse procedimento não evitava o confronto de propostas e avaliações distintas entre os assentados sobre a destinação e o uso dos recursos coletivos, como foi analisado, por exemplo, no caso dos créditos de fomento e habitação. A contabilidade e a prestação de contas evitavam que a desconfiança contaminasse a vida comunitária, porém, não produziam, por si só, consenso sobre o uso desses recursos, uma vez que eles poderiam propiciar a viabilização de propostas distintas de organização da vida produtiva e social, conforme foi analisado nos capítulos 5 a 7. De qualquer forma, a contabilidade e a prestação pública e coletiva do uso dos recursos comuns aos assentados, gerenciados pelas diretorias das associações, tornaram-se, onde ocorreram, tentativas de democratização de uma estrutura organizativa verticalizada e, portanto, indutora de concentração de informação e de decisão, facilitando, portanto, práticas autoritárias e de corrupção.

Um outro mecanismo de acompanhamento e avaliação crítica do desempenho das associações era a realização de reuniões periódicas das diretorias das associações dos vários assentamentos de uma mesma região. Essas reuniões ocorriam como desdobramentos de reuniões que ocorriam no período de luta pela terra, em que, representantes dos trabalhadores sem terra reuniam-se, com o apoio da CPT ou do MST, para avaliarem suas estratégias de luta.

Uma vez conquistada a terra, alguns assentados, membros ou não de diretorias de associações, continuavam se reunindo para colocar em comum o trabalho desenvolvido e as dificuldades encontradas. Entre vários assuntos tratados, essas reuniões eram oportunidades de avaliação crítica das práticas das diretorias das associações. As avaliações não garantiam, por si só, uma mudança nessas práticas, mas eram oportunidades de debater-se o papel dessas associações como mediadoras entre os assentados e os órgãos públicos. Essas discussões possibilitavam o debate sobre concepções distintas a respeito da representação política dos assentados pelas associações, das responsabilidades e dos limites da autonomia das diretorias na hora de tomar decisões, da participação dos assentados nas decisões de interesse coletivo do assentamento, das formas de lidar com as divergências internas, das críticas e cobranças que recebiam dos assentados.

As periodicidades dessas reuniões variavam conforme cada região. Por exemplo, na região de Sapé, na micro-região da Várzea paraibana, essas reuniões

ocorriam a cada seis meses, organizadas pelas Equipes Técnicas do Lumiar que trabalhavam nos assentamentos da região, em conjunto com a CPT local, e tinham como pauta exclusiva as práticas das diretorias das associações. Na região do Litoral Sul, essas reuniões ocorriam mensalmente, organizadas pela CPT e, durante a vigência do Projeto Lumiar, contavam com a participação de representantes das Equipes Técnicas do Projeto, quando se discutiam os problemas e reivindicações dos assentamentos e o papel e desempenho das associações eram analisados. Na região de Alagoa Grande, no Brejo paraibano, as associações participavam das reuniões mensais do “Fórum dos Assentamentos de Alagoa Grande”, organizado conjuntamente pelos técnicos do Lumiar e pela CPT, que, ao discutir os problemas e reivindicações dos assentados, discutia o papel das associações nos encaminhamentos dessas reivindicações e no repasse de informações e levantamento da opinião dos assentados sobre os temas tratados no Fórum.

Outro mecanismo utilizado por algumas Equipes Técnicas do Lumiar para integrar as diretorias das associações com o conjunto dos assentados era a realização de atividades festivas nos assentamentos, relacionadas a algumas datas comemorativas ou a assuntos de interesse coletivo dos assentados, como, por exemplo, um mutirão para plantio de árvores nas ruas da agrovila. A realização dessas atividades exigia um esforço organizativo dos assentados, da diretoria das associações e dos técnicos, com tarefas concretas a serem realizadas, em um ambiente informal e descontraído. Nessas oportunidades, as tensões e divergências mais agudas existentes nos assentamentos diluíam-se e permitia o exercício da realização de um esforço comum para a viabilização da atividade, com a participação e colaboração de várias pessoas, que, em outros momentos, estiveram em confronto. Essas atividades não resolviam os conflitos nos assentamentos, mas permitia situações de entrosamento coletivo que, nos momentos seguintes, favorecia tratar esses conflitos de forma menos tensionada e, portanto, criando condições para que o diálogo pudesse ser retomado, transformando situações de confronto em possibilidades de negociação.

Essas atividades, portanto, permitiam aos assentados, para além das intenções metodológicas das Equipes Técnicas, reconstruírem práticas comuns da cultura camponesa, como o mutirão, em que o trabalho, a festa, a vizinhança e a família integravam-se como uma *comunidade*.

A esse respeito, a pesquisa “Impactos dos Assentamentos” constatou:

“No cotidiano a integração no interior dos assentamentos tem lugar na troca de informações e de favores, nas formas de ajuda mútua, isto é, nas formas de interação comuns a esse tipo de comunidades. No entanto, nos dias festivos, religiosos e esportivos, os espaços coletivos do assentamento constituem-se nos centros de atividades de lazer, onde se reúnem os seus membros”. (Leite, Heredia e outros; 2004: 118).

Nessa perspectiva, entre as datas comemorativas festejadas nos assentamentos podem-se destacar: Dia Internacional da Mulher, Dia das Mães, Dia do Trabalhador, festas juninas, Dia das Crianças, Natal. No assentamento Santa Lúcia, no município de Araçagi, no Brejo paraibano, também foram festejados o dia de aniversário do assentamento e o dia da Padroeira do assentamento. No assentamento Novo Mundo, no município de Camalaú, no Sertão, eram realizadas vaquejadas e a brincadeira tradicional da região de “pega do boi no mato”.

Em vários assentamentos da Zona da Mata, foram encenadas peças de teatro, com a participação de assentados, sobre a história do assentamento e foi passado um filme sobre a qualidade de vida nos assentamentos, baseado na pesquisa do mesmo nome (Ieno e Bamat, 1998), produzido pelo Centro de Educação Popular (CEDOP, ONG paraibana). A organização dessas peças de teatro requeria várias reuniões de grupos de assentados, da diretoria das associações e dos técnicos para sua elaboração e viabilização. A montagem e a exibição da retrospectiva da luta pela terra e da constituição dos assentamentos, em forma de teatro, era sempre valorizada muito positivamente pelo conjunto dos assentados. O teatro e o filme permitiam um debate descontraído sobre a vida nos assentamentos, uma vez que não era necessário, naquelas ocasiões, tomar nenhuma decisão. As várias versões das histórias dos assentamentos fluíam espontaneamente, com as pessoas lembrando as mais diversas situações ocorridas nesse percurso coletivo, marcado por uma memória pessoal e familiar. Frente a uma história, problemas, dificuldades e desafios comuns, era inevitável que os assentados comentassem, como de fato ocorria nessas oportunidades, sobre a necessidade da “união”, da solidariedade, da participação de todos e da necessidade de aprenderem a lidar com suas diferenças. O sonho da vida comunitária emergia novamente, produzindo elementos de avaliação crítica sobre como a organização da vida nos assentamentos vinha se desenvolvendo e, em que medida as associações facilitavam ou dificultavam a concretização desse sonho.

Esse conjunto de atividades era desenvolvido em torno da questão organizativa dos assentamentos, particularmente, como uma tentativa de relativizar os limites que as associações representavam para a participação dos assentados na vida comunitária, em função de suas estruturas verticalizadas, concentradoras de poder em suas diretorias. Essa preocupação existia em algumas Equipes Técnicas, principalmente entre os técnicos da área social. Para as outras Equipes, tratava-se apenas de assessorar as diretorias das associações no cumprimento de suas atividades formais, conforme as exigências dos órgãos públicos com quem essas diretorias interagem. Para estas Equipes, mesmo reconhecendo a concentração de poder nas diretorias das associações como problema, elas acabavam, por omissão, referendando essa situação. Por exemplo, entre as dificuldades mais comentadas por esses técnicos na relação com as associações, além dos problemas relacionados com o que consideravam “desorganização administrativa”, era o analfabetismo da maioria dos assentados, o que dificultava a participação nas associações, principalmente na relação com órgãos públicos e na elaboração e avaliação das prestações de conta. Essa argumentação procurava justificar o fato dos assentados analfabetos delegarem decisões, contatos e informações, principalmente quando se tratava da relação com a burocracia estatal, aos membros alfabetizados das diretorias das associações, tidos como representantes formais dos assentados. Esses técnicos *naturalizavam* a dependência dos assentados em relação às diretorias das associações e, isso, evidentemente, significava um posicionamento político desses técnicos no interior da vida social dos assentamentos.

Por outro lado, no caso das Equipes Técnicas que tinham a preocupação de relativizar a concentração de poder nas diretorias das associações, incentivando mecanismos de democratização, como os comentadas anteriormente, o confronto com as práticas autoritárias e manipuladoras das diretorias que as exerciam energia e se viabilizava pelo campo de disputa produzido pelos próprios assentados. Portanto, na medida em que os técnicos incentivavam procedimentos de democratização das decisões, isso significava, na prática, uma tomada de posição no confronto entre as posturas autoritárias das diretorias e os assentados que as questionavam.

Uma dificuldade relatada por esses técnicos e que exemplifica esse confronto eram as tentativas de cooptação de membros das diretorias das associações por parte do poder local, seja por interesses políticos partidários e eleitorais, fossem por interesses de comerciantes locais de “negociar” a venda ou a compra de equipamentos e produtos de interesse dos assentados, principalmente com os recursos dos créditos a que eles tinham

direito. Algumas diretorias eram assediadas por essas figuras no sentido de estabelecer acordos sem que isso fosse tratado nos espaços públicos de discussão dentro dos assentamentos. Alguns membros dessas diretorias diziam ser “natural” esses acordos, pois tinham delegação dos assentados, como diretoria eleita, para resolver os problemas do assentamento e essa era a forma usual de representantes eleitos administrarem os recursos que tinham a responsabilidade de gerenciar, assim como de conseguir das autoridades locais benefícios para o assentamento.

Nesses casos, como os técnicos participavam de reuniões sistemáticas com as diretorias das associações para discutir, avaliar, planejar e encaminhar atividades relacionadas aos problemas dos assentamentos, à organização interna das associações, assim como tratar das questões relativas à própria assistência técnica, o relacionamento das equipes técnicas que questionavam esses acordos com essas diretorias que os aceitavam era sempre muito tenso.

No entanto, essa tensão era reflexo dos confrontos existentes no interior dos assentamentos de onde essas diretorias faziam parte, o que podia ser percebido nas assembleias gerais desses assentamentos, das quais os técnicos participavam como procedimento usual da assistência técnica, ocasiões em que essas diretorias, na grande maioria dos casos, eram fortemente questionadas por parte dos assentados sobre os acordos que faziam sem passar por decisão coletiva. Nesses espaços de confronto, o desafio para esses técnicos era atuar de forma a propor que as várias opiniões pudessem ser expressas, o que, nessas situações, não tinha nada de neutralidade, pois significava chamar atenção para falas que o poder das diretorias das associações tentava silenciar.

No contexto dos assentamentos – onde a heterogeneidade entre os assentados e a multiplicidade de assuntos tratados nas reuniões e assembleias produziam acirrados debates e divergências entre eles – a forma hierarquizada de organização das associações, muitas vezes, tolhia a livre manifestação das divergências, sob os mais diversos argumentos. Uma das formas mais usadas, por essas diretorias, para impedir que o debate sobre propostas divergentes se aprofundasse, era colocá-las prematuramente em votação, sem que os argumentos que as sustentavam pudessem ser suficientemente apresentados e discutidos, principalmente quando as propostas da diretoria estavam sendo confrontadas. Esse mecanismo pode ser observado, por exemplo, no assentamento Dona Helena, em situação em que alguns assentados questionavam, em assembleia geral do assentamento, a proposta formulada pela diretoria da associação sobre o uso dos recursos financeiros obtidos com a venda da

cana-de-açúcar, plantada em área comunitária. A diretoria propôs o uso desses recursos para a compra de equipamentos de uso coletivo, enquanto alguns assentados propuseram que os recursos fossem utilizados para o pagamento da mão de obra dos próprios assentados no trabalho de tratamentos culturais necessários à manutenção dessa benfeitoria. A proposta da diretoria foi apresentada e a outra foi considerada apenas como uma opinião diferente, sem espaço para maiores discussões. A votação foi realizada rapidamente e a proposta da diretoria foi aceita pela maioria, mesmo que sob o protesto dos que tinham opinião diferente.

Muitas vezes, nessas ocasiões, o debate continuava, depois de encerradas as reuniões ou assembléias, nos espaços não institucionalizados de conversa dentro dos assentamentos. Nesses espaços, subgrupos não só conversavam, como tomavam decisões, às vezes, à revelia das diretorias das associações. Esses espaços eram múltiplos: nas bodegas, no campo de futebol, nos jogos de dama e dominó, nos roçados, nos caminhos, nos locais de banho coletivo à beira dos rios ou açudes, nos locais coletivos de lavagem de roupa, nas portas das casas à boca da noite.

Desses espaços, na grande maioria das vezes, os técnicos não participavam, mas tinham notícias das conversas e decisões que ocorriam neles, nos momentos das visitas individualizadas aos assentados, em suas casas ou roçados⁴⁴. Ou, então, ficavam sabendo dessas conversas e das decisões tomadas quando algum grupo de assentados apresentava nas reuniões gerais do assentamento alguma proposta sobre o que fazer a respeito de um problema específico do assentamento, quando informavam que as pessoas desse grupo tinham conversado entre si e resolvido trazer essa proposta para ser discutida por todos.

No entanto, a efetivação do princípio de respeito e incentivo à participação crítica e, pessoalmente assumida, exigia dos técnicos um processo de contínuo aprendizado e avaliação permanente, na perspectiva de verificar em que medida as diversas propostas e concepções dos assentados estavam tendo oportunidades de se expressarem nos espaços formais de decisão do assentamento. Nesse sentido, o contato individualizado dos técnicos com os assentados e suas famílias, nos roçados, nas casas, nos caminhos, tornou-se um mecanismo fundamental para deixar fluir os sentimentos

⁴⁴ Esse tipo de prática dos assentados exemplifica o conceito de “*transcrição oculta*” que James C. Scott formula para analisar as práticas simbólicas de contestação e de construção de espaço de liberdade, no contexto das formas cotidianas de resistência camponesa aos processos de dominação. (Scott, 2002) e (Menezes, 2002).

dos que se consideravam discriminados, desqualificados ou impedidos de participar livremente.

A percepção da existência desses sentimentos requeria, por sua vez, a construção de espaços sociais que permitissem uma efetiva descentralização de decisões e iniciativas de tal forma que as várias alternativas apresentadas pelos assentados pudessem se viabilizar, principalmente nos momentos em que a construção do consenso aparecia como inviável. Nesse sentido, é que os técnicos incentivavam a formação de comissões para cuidar de problemas específicos, mas, sobretudo, a formação de grupos de interesses, os quais se organizavam conforme projetos específicos de interesse de subgrupos dentro do assentamento, relacionados a decisões sobre o que produzir, sobre a forma de gestão da produção, assim como organizar grupos de mulheres, jovens, crianças, os quais não podiam ser sócios das associações e, por isso, tinham pouco espaço de expressão nas assembleias dos assentamentos.

Todo o processo de aprendizagem, de acúmulo de experiências e de discussões que a gestão das associações produziu serviram de referência para a decisão dos assentados criarem ou não suas cooperativas. É claro que outros fatores interferiram nesse tipo de decisão, principalmente, as experiências de cooperativas com as quais alguns assentados já tinham tido contato ou que tinham notícias, na grande maioria dos casos, experiências avaliadas negativamente por eles. O próprio debate sobre produção individual ou coletiva nos assentamentos também era retomado quando se discutia a questão do cooperativismo, repetindo-se os argumentos comentados no capítulo 5.

No entanto, as experiências de gestão das associações eram as mais presentes e mais imediatas para o conjunto dos assentados de cada assentamento. As avaliações positivas e negativas dessa gestão serviam de argumentos para os assentados que defendiam ou se posicionavam contrários à criação de cooperativas. Em alguns momentos dessa discussão, para alguns assentados que faziam oposição à diretoria da associação, a criação de uma cooperativa aparecia como uma possibilidade de se criar um espaço formal de poder alternativo à associação. No entanto, nos casos em que isso ocorreu, a maioria dos assentados rejeitava a criação da cooperativa com o argumento de que isso iria produzir mais divisões internas, não resolveria as divergências sobre como administrar a associação e não dava garantia de que a cooperativa seria administrada de forma diferente.

Em todos os assentamentos em que foram criadas cooperativas, a discussão sobre esse assunto sempre foi muito polêmica e muito longa: eram necessárias inúmeras

reuniões de discussão sobre o tema, durante vários meses. A decisão de criar uma cooperativa nunca teve a adesão de todos os assentados, sendo sempre uma iniciativa que começava com um número pequeno de sócios. Muitos assentados diziam que gostariam de ver a cooperativa funcionando para depois decidirem se iriam se associar ou não. Tanto para estes como para os que se associavam, as cooperativas tinham também um caráter de experimentação. Para os assentados, experimentar ou acompanhar a experimentação dos outros não diminuía em nada a importância do que estava sendo tentado, pois, dependendo do que acontecesse, a experiência poderia ser uma perspectiva para o futuro. É claro que, se a experiência não desse certo, quem não participou dela não se sentiria responsável pelo equívoco. Mas, numa situação nova e instável, em qualquer ramo de atividade humana, nem todas as pessoas têm ousadia para o risco de implementar situações que, de início, apresentam-se apenas como possibilidades e, além disso, fortemente questionadas por outros. Porém, os que tentam, oferecem a todos, no mínimo, a oportunidade de avaliar o que foi, ou está sendo, experimentado. Este era o caso das experiências de criação de cooperativas entre os assentados.

Durante a vigência do Projeto Lumiar na Paraíba, além da Cooperativa do Assentamento Nova Vida (COOPERVIDA), que associava assentados dos seis assentamentos acompanhados pelo MST, existente antes do início do Lumiar, foram criadas três novas cooperativas, com acompanhamento e apoio dos técnicos do Projeto.

A COOPERVIDA foi criada conforme os princípios preconizados pelo MST de cooperativa de produção agropecuária (CPA), que propõem a transformação das bases familiares de produção agropecuária em um processo de gestão coletiva e organizado institucionalmente através das cooperativas. Entre os vários estudos que analisam as características desse modelo das CPAs, seus impasses e realizações, pode-se citar Concrab/MST (1996) e Bergamasco e Norder (2003: 131-158).

No Litoral Sul do estado, foi criada a “Cooperativa de Apoio aos Assentamentos do Litoral Sul Paraibano” (COASP), depois de uma longa discussão envolvendo todos os assentamentos dessa região acompanhados pela CPT. Segundo a diretoria da COASP, todos os assentamentos dessa região, acompanhados pelo Lumiar, tiveram assentados participando dessa cooperativa como sócios, a saber: o assentamento APASA, com 150 famílias, tinha 14 sócios até junho de 2000; Barra do Gramame, com 74 famílias, tinha 10 sócios; Capim de Cheiro, com 112 famílias, tinha 9 sócios; Dona Antônia, com 110 famílias, tinha 7 sócios e Gurugi II, com 78 famílias, tinha 6 sócios.

No assentamento Dona Helena, no município de Cruz do Espírito Santo, na micro-região da Várzea paraibana, foi criada a “Cooperativa Agropecuária Mista” com 22 sócios entre as 105 famílias do assentamento. No assentamento Santa Lúcia, no município de Araçagi, na região do Brejo, foi criada a “Cooperativa Agrícola Mista do Assentamento Santa Lúcia” (COMASAL) com 44 sócios entre as 100 famílias do assentamento.

Todas essas três cooperativas foram criadas durante o primeiro semestre de 2000, portanto, com uma vida muito pequena de existência até a desativação do Projeto Lumiar, o que inviabiliza uma análise de seus desempenhos, nesse período. No entanto, a criação dessas cooperativas, que tinham a principal finalidade de organizar a comercialização da produção dos assentamentos, de forma cooperada, significou um esforço muito grande de discussões e de avaliação da pertinência desse tipo de iniciativa. Em vários outros assentamentos em que essa discussão ocorreu, a decisão da maioria dos assentados foi de não criar cooperativas, pelo menos, durante o período estudado.

Além disso, a pequena porcentagem de assentados, por assentamento, que decidiu associar-se a essas cooperativas indica que o cooperativismo ainda era uma forma indesejada de organizar a vida produtiva e econômica dos assentamentos, por ser estranha, insegura ou prematura, para a maioria dos assentados.

Diferentemente do modelo difundido pelo MST, essas três cooperativas criadas durante a vigência do Projeto Lumiar tinham por objetivo organizar a comercialização e a gestão coletiva de alguns equipamentos de uso comum, sem questionar a base familiar das atividades produtivas.

“As cooperativas de comercialização e de prestação de serviços e as associações procuram coletivizar apenas alguns maquinários e instalações, e preservam no âmbito familiar a posse da terra, parte dos instrumentos de trabalho e o emprego da mão-de-obra”. (Bergamasco e Norder, 2003: 139).

Se as cooperativas e associações apresentavam-se, de um lado, como injunções das políticas governamentais, isto é, como condição necessária para o acesso aos subsídios estatais e, de outro, como expressão de um modelo organizativo aceito e incentivado pelo MST e CPT, a estranheza de parte dos assentados frente a essas formas organizativas trazidas de fora, relativizava-se pela necessidade que esses próprios assentados sentiam de organizar-se para enfrentar dificuldades comuns, entre elas, a própria relação com esses agentes externos. (Bergamasco, 1994). Por isso, muitos

assentados participavam desses espaços institucionalizados com “*um pé dentro e um pé fora*”. O desejo de autonomia familiar no trabalho e nas formas de viver, de um lado, e a necessidade de acesso aos subsídios governamentais e o reconhecimento da necessidade da “união” do grupo, de outro, sustentavam essa aparente ambigüidade.

No entanto, conforme D’Incao e Roy (1995), homens e mulheres que haviam enfrentado, juntamente com suas famílias, toda sorte de adversidade para chegar à terra conquistada, aspiravam à liberdade e à autonomia. Essas pessoas “*dependiam, sem dúvida, de uma assessoria capaz de abreviar-lhes o tempo do aprendizado necessário à construção dessa autonomia, mas que não abririam mão dela sob nenhuma injunção, ou em nome de causas e ideais que não guardassem alguma correspondência com os seus próprios*”. (idem: 31).

Porém, a construção da vida nos assentamentos (e a partir deles) colocava a própria idéia de autonomia em constante processo de discussão, uma vez que a “situação de assentamento” definia-se pela interação das famílias assentadas com outros agentes de fora. Novamente, a discussão sobre produção individual e produção coletiva indica como o sentido dessa autonomia também era polêmica entre os assentados.

Dessa forma, no início do processo de construção da vida nos assentamentos, a estratégia de “*um pé dentro e um pé fora*” nas instâncias organizativas condicionadas de fora, aparecia, para muitos assentados, como a mais adequada para quem estava tentando reconstruir a vida em um território que não se resumia, apenas, ao vazio da terra improdutiva a ser ocupada, mas um lugar já, de início, demarcado pela interferência de aspirações, concepções e projetos distintos. Os assentamentos não eram espaços vazios a serem ocupados, mas, desde o início, eram campos de luta, em que tentar se proteger, na busca de preservar a autonomia familiar, era uma maneira de se confrontar com outras concepções que propunham uma integração interna, através de formas coletivas de organização da vida produtiva e social, ou propunham uma adesão às políticas de governo, o que exigia uma integração a mecanismos formais de organização através das associações. A preservação da autonomia familiar não era falta de interesse com o que ocorria no assentamento, mas era uma maneira de posicionar-se frente a esses acontecimentos. Era uma concepção de vida que se apresentava como uma proposta sobre uma forma determinada de organizar a participação na luta pela viabilização dos assentamentos como espaços de vida social.

Vale destacar que esse posicionamento observado em assentamentos paraibanos também foi encontrado em estudos que analisam as experiências

organizativas em assentamentos de outras regiões do país: Bergamasco (1994), Zimmermann (1994), Bonavigo (1998), Feix (2001), Caume (2002), Silva (2003), Wanderley (2003), entre outros. Portanto, não se trata de posicionamentos isolados, mas refletem uma concepção fortemente enraizada em muitas famílias assentadas, se constituindo em alternativas concretas de organização da vida produtiva e social nas áreas de reforma agrária, em confronto com as formas coletivizadas de organização formal exigidas pelas políticas governamentais, ou as formas de organização coletiva da produção, da moradia e da vida social requeridas pelos movimentos sociais, em particular pelo MST.

Nesse sentido, como ilustração do que está sendo comentado, um assentado do assentamento Dona Helena, no município Cruz do Espírito Santo, na micro-região da Várzea paraibana, numa reunião em que se discutiam os projetos para o crédito de custeio, respondeu aos que o questionavam porque ele não queria ter acesso ao crédito, considerado, pela maioria, como um direito: *“Esqueçam de mim. Me deixem em paz. Eu quero experimentar uma coisa que nem eu, nem minha família, nem meu pai e meu avô conheceram. Eu quero saber como é ter liberdade de viver. Nós sempre vivemos debaixo do pé do boi, mandado pelo patrão. Agora vocês querem que eu fique cativo da associação, do banco, do governo. Deixem eu poder provar um pouco dessa coisa que eu nunca tive...”*.

Ao que um outro assentado contra-argumentou: *“Você pode ficar isolado lá no seu lote. Mas, sempre vai ter gente daqui e de fora de olho em você. A gente conseguiu a liberdade de ter um pedaço de terra para viver e trabalhar, não foi ficando isolado um do outro.”*

Essa polêmica esteve sempre presente nos momentos de discussão e avaliação das experiências organizativas dos assentados, tanto nos espaços coletivos de discussão, como nos contatos individualizados dos técnicos com os assentados. A possibilidade da existência de espaços onde essas expectativas e concepções divergentes pudessem ser explicitadas e confrontadas foi fundamental para que o caráter de experimentação que caracterizava essas experiências pudesse ultrapassar o isolamento de cada uma delas e produzir um permanente processo de discussão e politização das alternativas esboçadas por cada pessoa, família ou subgrupo dentro dos assentamentos. As tentativas de incentivar e apoiar a viabilização desses espaços foram as principais contribuições do Projeto Lumiar, na Paraíba, no que diz respeito às experiências

organizativas dos assentamentos com os quais interagiu durante os três anos de sua vigência.

2. Os grupos de interesse

Como já foi assinalado, a formação de grupos de interesse nos assentamentos foi um procedimento encontrado por técnicos e assentados como uma forma de democratizar a participação e possibilitar o engajamento de um número maior de pessoas em atividades que correspondiam a interesses de grupos específicos no interior dos assentamentos. O objetivo, além de experienciar possibilidades de resolução de problemas concretos dos assentamentos e de viabilizar experiências alternativas propostas por grupos específicos, era também descentralizar as decisões e iniciativas concentradas nas diretorias das associações. Essas atividades referiam-se aos mais diversos aspectos da vida social e produtiva de cada assentamento, envolvendo, portanto, grupos com características as mais diversas.

Conforme Carvalho (1999), *“o assentamento é produto das contradições econômicas, sociais, políticas e ideológicas existentes na formação econômico-social brasileira e traz no seu âmago social todos os vícios e virtudes das pessoas, famílias, grupos e classes sociais”* (idem: 79). Nesse contexto, o autor afirma que *“as pessoas são portadoras de uma multiplicidade de identidades sociais, tendo em vista os diversos planos sociais que vivenciam. Assim, a percepção de uma auto-representação social partilhada com outras pessoas com as quais constituem um grupo social é sempre uma redução de um processo muito mais amplo, conferido pelo auto-conhecimento permanentemente exercitado pelas pessoas e pelos grupos no cotidiano das suas existências sociais”* (idem: 80).

Dessa forma, a constituição dos grupos de interesse no interior dos assentamentos permitia ultrapassar uma certa massificação que as assembléias gerais produziam. Essas assembléias, com uma pauta de discussão pré-definida pela diretoria da associação e com decisões, na maioria dos casos, emergenciais não eram espaços adequados para que as divergências pudessem emergir com condições de serem suficientemente debatidas. Quando havia divergências entre os assentados, nas assembléias gerais, as decisões eram tomadas por votação. Por ser considerada democrática essa forma de resolver as divergências, as propostas minoritárias, derrotadas nas votações, não tinham mais espaço para serem novamente discutidas. No

entanto, como essas propostas representavam interesses e concepções de pequenos grupos dentro do assentamento, mesmo sendo rejeitadas pela maioria, não deixavam de continuar existindo e produzindo sentimentos de rejeição, de frustração e de cerceamento do direito de viver e trabalhar conforme as próprias concepções e expectativas.

Os grupos de interesse, portanto, permitiam que essas propostas não aceitas pela maioria pudessem encontrar um espaço social de viabilização, ou pelo menos, onde pudessem ser melhor discutidas e analisadas entre pessoas que as consideravam relevantes.

Os grupos de interesse, além de permitir esse tipo de aglutinação, por propostas concretas comuns, que, na maioria das vezes, diziam respeito ao tipo de plantação ou criação a ser implementada e pela forma de organização e gestão produtiva, também permitiam que os assentados se organizassem conforme suas habilidades e motivações específicas, aglutinados por temáticas como educação, saúde, meio ambiente, lazer, esportes, política, sindicalismo, questões de gênero e geração, etc.

É nesse sentido que os grupos de interesse permitiam fluir processos de identificação e formação de interesses comuns entre os assentados, na medida em que, a partir das divergências e convergências internas, produziam possibilidades objetivas para que as pessoas participassem da construção da vida social e produtiva.

Essa percepção foi, muitas vezes, explicitada pelos assentados quando afirmavam que a formação de diferentes grupos tinha contribuído para “*diminuir as brigas internas no assentamento*”. Ou seja, a massificação da participação dos assentados na construção social do assentamento, onde se deu, ocorria pela pluralidade das possibilidades de engajamento e não por uma homogeneização imposta.

No entanto, nesses casos, o desafio era construir mecanismos que combatessem a tendência desses grupos centrarem sua preocupação nos interesses específicos do grupo e perdessem de vista a vida do conjunto do assentamento. Nesse sentido, os técnicos do Lumiar que acompanhavam assentamentos onde esse processo vinha ocorrendo, quando planejavam com a diretoria das associações as pautas das assembleias gerais dos assentamentos, propunham que os grupos existentes tivessem um tempo para apresentar o que vinham fazendo. Mesmo assim, esse procedimento se mostrou insuficiente, uma vez que a apresentação do que cada grupo vinha realizando tornava-se uma mera informação, sem uma avaliação mais consistente sobre o significado dessas ações para o coletivo. Apenas quando algum desses grupos

apresentava, nessas ocasiões, alguma dificuldade e solicitava a contribuição de outros assentados ou da associação é que o debate fluía sobre o trabalho do grupo.

Outras tentativas que se esboçavam, quando da desativação do Projeto Lumiar, para entrosamento dos grupos de interesse, foram: a busca de realização de atividades pontuais comuns entre grupos diferentes; convites nominais para que pessoas participassem de reuniões de grupos diferentes dos seus; reuniões para troca de experiência e articulação entre grupos temáticos comuns de assentamentos diferentes.

Na área da produção, podem-se citar como exemplos da constituição de grupos de interesse os roçados comunitários formados por 35 famílias do assentamento Dona Helena, no município de Cruz de Espírito Santo, na micro-região da Várzea; por 33 famílias no assentamento Santa Lúcia, no município de Araçagi, no Brejo, e por 14 famílias no assentamento Dona Antônia, no município do Conde, na Zona da Mata, neste caso, para o plantio experimental de amendoim. Além desse caráter experimental relacionado ao tipo de cultura plantada e às técnicas adotadas para o plantio nesses roçados comunitários, havia também o objetivo de destinar os recursos obtidos com a venda dessa produção para o caixa da associação.

Nos assentamentos Padre Gino e João Pedro Teixeira, ambos no município de Sapé, na Zona da Mata, foram formados grupos para a limpeza da plantação de acerola e para a limpeza da cana-de-açúcar, respectivamente. Essas plantações já existiam nos assentamentos, quando da desapropriação da terra e passaram a constituir benfeitoria de destinação coletiva. No entanto, nem todas as famílias de cada um desses assentamentos aceitou assumir a responsabilidade de cuidar dessas benfeitorias, por vários motivos: desde o argumento de falta de tempo por causa do trabalho que tinham para estruturar seus próprios roçados; as que defendiam a proposta, rejeitada pela maioria, de que essas benfeitorias deveriam ser divididas entre as famílias do assentamento e cada uma daria a destinação que quisesse a essas plantações; ou, por discordância em relação à forma como os recursos e bens coletivos do assentamento vinha sendo administrado pela respectiva associação.

Nesses dois assentamentos, o debate sobre a forma de gestão dessas benfeitorias levou cerca de um ano, com muitas tentativas frustradas de resolução do problema, até que grupos constituídos por parte dos assentados organizaram-se para cuidar dessas plantações. Parte dos recursos obtidos com a venda da acerola e da cana foi destinada às associações e a outra parte foi utilizada para remunerar os dias

trabalhados por cada um dos assentados que se envolveu nos tratos e colheita dessas plantações.

Fato semelhante ocorreu no assentamento Apasa, no município de Pitimbu, na Zona da Mata, com o coqueiral que era uma benfeitoria destinada ao uso coletivo dos assentados. Depois de muito debate foi constituído um grupo de cerca de 20 assentados que se responsabilizou pelos tratos culturais e colheita dos cocos. Os recursos obtidos com a venda dos frutos foram utilizados da mesma forma que nos assentamentos Padre Gino e João Pedro Teixeira.

Nesse mesmo assentamento, assim como em outros, foram criados grupos para a coleta de terra para análise do solo, envolvendo cerca de 60 pessoas. Esses grupos foram treinados pelos técnicos do Lumiar tanto para a coleta do material como, posteriormente, na interpretação dos resultados obtidos com a análise laboratorial.

No assentamento Novo Mundo, no município de Camalaú, no Sertão, foi formado um grupo para construção e manutenção de cercas destinadas à criação de caprinos, ovinos e bovinos.

No assentamento Nova Vivência, no município de Sobrado, foi formado um grupo de 10 mulheres para a criação individual de galinha caipira e um grupo de 8 pessoas criadoras de caprinos, que se reuniam para discutir técnicas de criação, cuidados sanitários, comercialização dos produtos e dificuldades encontradas.

Nos assentamentos do município de Bananeiras, na região do Brejo, iniciativas semelhantes a essas foram desenvolvidas. No assentamento São Domingos, foram organizados grupos com dois produtores de mel, outro grupo com 10 criadores de caprinos, um outro com 11 criadores de galinha caipira e um outro com 7 assentados produtores de hortaliças. O mesmo ocorreu no assentamento Boa Vitória, onde foram organizados grupos com 6 produtores de galinha e 8 produtores de caprinos. No assentamento Santa Vitória, foram formados grupos com 13 produtores de galinhas, 7 de caprinos e 4 produtores de mel.

No assentamento Senhor do Bonfim, no município de Alagoinha, também no Brejo, um grupo de seis assentados era responsável pela administração da casa de farinha comunitária.

No assentamento Nova Vivência, foi formado também um grupo de cerca de 20 assentados para reivindicar junto à prefeitura municipal, visando à construção de uma infra-estrutura na beira da rodovia que faz limite com o assentamento para

comercialização dos produtos do assentamento. Esse mesmo grupo ficou responsável pela administração, manutenção e utilização desse espaço.

Em vários assentamentos, foram criados grupos interessados em cuidar de aspectos do meio ambiente. Por exemplo, no assentamento João Pedro Teixeira, foi formado um grupo encarregado de limpar as margens do rio e do açude, assim como cuidar da preservação e limpeza do poço artesiano construído com recursos do INCRA. No assentamento Novo Mundo, também foi formado um grupo para cuidar da preservação e limpeza do açude local. Nesses e em outros assentamentos, foram formados grupos para cuidar da limpeza geral do assentamento, particularmente no que se refere à destinação do lixo. Nesse sentido, em alguns desses assentamentos, existia uma quantidade muito grande de sacos plásticos espalhados pelas agrovilas e roçados, o que, além de indicar o desleixo com a limpeza e com o aspecto visual dos assentamentos, produzia doenças nos animais que comiam esse tipo de lixo. O trabalho de limpeza dos assentamentos contava, na grande maioria dos casos, com a participação de jovens, que passaram a se dedicar à preservação dessa limpeza e a mobilizar o assentamento para mutirões com essa finalidade.

No assentamento Santa Lúcia, em Araçagi, era organizado um dia de mutirão, por semana, para limpeza do assentamento e consertos em equipamentos sociais de uso coletivo. Cada dia de mutirão contava com a participação de um grupo formado por 25 pessoas, escolhidas de uma lista com o nome dos responsáveis por cada uma das 100 famílias assentadas, por ordem alfabética, de tal forma que o representante de cada família participava de um mutirão a cada quatro semanas. As atividades realizadas pelo mutirão eram programadas nas assembléias gerais do assentamento realizadas no início de cada mês e cada grupo escolhia um coordenador geral do trabalho, normalmente um membro da diretoria da associação.

Da mesma forma, em vários assentamentos, grupos, com uma frequência alta de participação de mulheres, responsabilizavam-se pela limpeza e administração das casas sedes dos assentamentos. Vale destacar que a utilização e manutenção dessas casas eram, em muitos assentamentos, motivo de polêmica em relação à forma como as diretorias das associações exerciam essa administração. Em alguns assentamentos, foi necessário a elaboração e votação de um regimento sobre a utilização e gestão das casas sedes.

Em todos os assentamentos, onde havia lixo espalhado e/ou a casa sede deteriorada, era comum se ouvirem comentários de assentados dizendo *“Isto aqui é uma imundice, dá até vergonha dizer que a gente mora aqui”*. No entanto, quando a limpeza conseguia ser feita se ouviam comentários do tipo *“Agora sim, dá gosto da gente andar pelo assentamento”*. De fato, a sujeira era indicativa de baixa capacidade organizativa e de baixa estima comunitária.

No assentamento Dona Antônia, um grupo de seis assentados era responsável por acompanhar as reuniões mensais dos assentados de cada rua da agrovila, quando eram discutidos problemas gerais do assentamento, assim como a própria organização da vida social da comunidade.

No assentamento Chã do Bálsamo, no município de Matinhas, no Brejo, um grupo de assentados se organizou para discutir com outros trabalhadores rurais do município a criação do sindicato da categoria, inexistente até então pelo fato desse município ter sido criado recentemente.

No Assentamento Engenho Santana, no município de Cruz do Espírito Santo, na micro-região da Várzea, foi organizado um grupo de idosos para discutir dimensões da vida dessas pessoas no assentamento. Além das questões ligadas ao tema da aposentadoria e direitos sociais, discutia-se também o tipo de participação na vida social e produtiva que os idosos almejavam e como viabilizá-las.

Nos assentamentos Santo Antônio e Valdeci Santiago, no município de Cajazeiras, no Sertão, 17 assentados organizaram um torneio de futebol entre times formados nos assentamentos da região.

Praticamente em todos os assentamentos acompanhados pelo Projeto Lumiar na Paraíba, organizaram-se grupos para discutir e atuar na área da educação formal e da saúde. Na área de educação, os técnicos do Lumiar acompanhavam e participavam das discussões e atividades produzidas pela relação entre professores, alunos, comunidade local e secretarias municipais e estaduais de educação. Uma das preocupações centrais dos técnicos era tentar integrar as atividades das escolas dos assentamentos com aspectos da vida local, priorizando, em alguns assentamentos, o tema da preservação do meio ambiente. Esse trabalho junto às escolas incentivava também a formação de grupos de assentados para acompanhar, avaliar e atuar no desempenho das mesmas.

Na área da saúde, destacava-se a formação de grupos de assentados que organizavam pequenas farmácias para produção de medicamentos fitoterápicos, a partir de plantas medicinais conhecidas pela população local e que eram cultivadas em

canteiros comunitários produzidos por esses grupos. Esse tipo de grupo foi formado em vários assentamentos, entre eles, nos assentamentos Engenho Santana e Apasa, onde esse tipo de produção teve uma grande repercussão entre os assentados locais e serviu de referência para outros assentamentos.

Outros tipos de grupos foram formados para lidar com temas relacionados à questão da saúde, como, por exemplo, trabalhar o tema do alcoolismo e formar grupos de alcoólicos anônimos, grupos de mulheres para realização de oficinas sobre o tema da saúde mental da mulher, grupos de jovens para se discutir o tema da sexualidade, além de grupos de assentados que se organizavam para reivindicar junto às prefeituras e órgãos do governo do estado a organização de serviços públicos de atenção à saúde disponibilizados para os assentamentos, como por exemplo, a formação de agentes comunitários de saúde entre os próprios assentados.

O trabalho dos técnicos do Lumiar nas iniciativas de formação dos “grupos de interesse” consistia em levantar os problemas e as possibilidades de viabilizar atividades de resolução deles, a partir de questões suscitadas pelos assentados ou pelos próprios técnicos. A partir do interesse que o tema despertava entre os assentados, organizavam-se os grupos que iriam tratar do assunto específico e os técnicos contribuía para a busca de apoio ou assessoria externa para contribuir nas discussões e na viabilização das atividades de cada grupo. Dessa maneira, a formação desses grupos de interesse possibilitava também aos assentados descobrir e se relacionar com uma grande variedade de grupos e instituições externas que tratavam dos temas em relação aos quais esses grupos passavam a trabalhar.

A formação dos grupos de interesse, portanto, era uma forma de expressão da heterogeneidade entre os assentados baseada em interesses, habilidades, concepções, necessidades, demandas e expectativas distintas existentes entre eles. Além disso, possibilitava também que as divergências, sobre como organizar a vida nos assentamentos, pudesse ter espaços de expressão e negociação, ultrapassando uma visão homogeneizadora, que acabava impondo aos assentados a exigência do consenso ou a “obediência à decisão da maioria”, vinda, por exemplo, das concepções que prevaleciam, tanto nas políticas governamentais, como nos próprios movimentos sociais, como já foi analisado nos capítulos anteriores.

Os grupos de interesse possibilitaram a experimentação de alternativas várias sobre como implementar a vida produtiva e social nos assentamentos, transformando conflitos latentes ou explícitos em possibilidades dos assentados assumirem a

responsabilidade de experimentar as propostas que cada um deles defendia, assim como de avaliar os resultados conseguidos. Frente a uma forma de organização hierarquizada e centralizadora como as associações, exigidas pelo Estado como condição de acesso às políticas públicas, e frente à organização massiva, que não suporta conviver com divergências, requeridas, na época, pelo MST, CPT e FETAG, os grupos de interesse se apresentavam como uma modalidade organizativa dos assentados que democratizava o poder de tomar decisões e experimentar possibilidades alternativas, disseminando nos assentamentos inúmeros pólos de poder, poder de pensar, tomar decisões, assumir responsabilidades e avaliar o que foi experimentado.

Os grupos de interesse, portanto, possibilitavam que a heterogeneidade dos assentamentos pudesse se desdobrar naquilo em que a agricultura familiar camponesa tem como um de seus elementos mais característico que é a sua capacidade multifacetada de produção e de organização, em que se sustenta uma das suas principais importâncias econômicas, sociais, culturais, ambientais e políticas.

Esse tipo de organização, pela possibilidade concreta que viabilizou a grupos, famílias e pessoas de exercitar a autonomia de tomar decisões, constituiu formas efetivas de exercícios de emancipação frente à dependência e submissão das iniciativas do Estado que pretendiam tutorá-los ou de movimentos sociais e entidades que pretendiam dirigi-los.

3. A organização das mulheres e jovens

Entre os subgrupos formados nos assentamentos, com os objetivos comentados no item anterior, destacava-se a organização de grupos de mulheres e de jovens. A participação organizada desses grupos na vida social dos assentamentos, por exercitar possibilidades de enfrentamento das discriminações de gênero e de motivar o engajamento da juventude na produção de condições nos assentamentos mais de acordo com suas aspirações, contribuiu para oxigenar e, por isso, dinamizar e enriquecer a dinâmica das discussões e das práticas sociais e produtivas dentro das comunidades. Os pontos de vista das mulheres e jovens sobre vários dos problemas e desafios vividos nos assentamentos contribuía para que o debate e as práticas desenvolvidas se alargassem em relação aos pontos de vista dos homens e dos mais velhos, que, pela tradição histórica, tendiam a predominar.

A esse respeito, Caume (2002), ao analisar assentamentos do Rio Grande do Sul e de Goiás, observou que *“as mulheres podem auxiliar na adoção de práticas de diversificação produtiva, estimulando o plantio de culturas de subsistência, na medida em que estariam mais ligadas às demandas prioritárias do grupo familiar, particularmente da alimentação”*. (Idem: 305).

A experiência do Projeto Lumiar na Paraíba comprovou que a participação organizada das mulheres e jovens na produção da vida nos assentamentos traz novos parâmetros para se pensar a relação entre a dinâmica da vida familiar, da vida produtiva e da vida comunitária no contexto da agricultura familiar camponesa nas áreas de reforma agrária.

Pela análise da experiência do Lumiar, não é possível verificar se já existe um novo modelo de como as relações entre essas dinâmicas está se processando, no entanto, é possível constatar que a forma de sujeição das mulheres e jovens no contexto clássico do patriarcalismo está em processo de questionamento no interior dessas comunidades, como pode ser constatado, por exemplo, pela pesquisa *“Qualidade de Vida e Reforma Agrária na Paraíba”* (Miele e Guimarães, 1998), além de outros estudos como Bassanezi (1994) e Melo (2001). O modelo de família patriarcal permanece como referência, no entanto, as mulheres e jovens começam a questionar as relações hierarquizadas de gênero e geração. Há como que uma dialética entre a luta pela participação e respeito às mulheres e jovens no interior das famílias, de um lado, e na vida social e comunitária, de outro.

O contato, praticamente diário, dos técnicos do Lumiar, particularmente as técnicas mulheres e os técnicos da área social, com o cotidiano das famílias, das mulheres assentadas e dos jovens, assim como, a participação do autor deste trabalho na Equipe de Supervisão do Lumiar permitiram presenciar e acompanhar situações públicas e privadas em que esse questionamento emergiu, de forma forte e sempre carregada de muita emoção, o que indica a importância desse tema na vida dos assentados.

Por exemplo, no assentamento Santa Lúcia, em Araçagi, no Brejo, em uma reunião em que se estava elegendo uma comissão para encaminhar a discussão sobre a criação de uma cooperativa local, a indicação unânime do nome de uma mulher para participar dessa comissão foi fortemente questionada pelo seu marido no espaço público da reunião. O marido, considerado uma liderança respeitada no assentamento, disse, enfaticamente, que proibia a mulher de participar da comissão, pois a obrigação dela era

cuidar da família e dos filhos. O impacto dessa intervenção foi tão forte que a reunião foi encerrada, para ser retomada em outro momento e esse acontecimento passou a ser o comentário geral entre os presentes. O casal retirou-se do local e alguns homens resolveram ir conversar com o marido e algumas mulheres com a esposa, que saiu chorando. Posteriormente, a esposa que, no primeiro momento, foi proibida pelo marido, passou a integrar a comissão da cooperativa e o marido deixou de frequentar as reuniões da comunidade por um tempo.

A situação das mulheres nas famílias e na comunidade passou a ser assunto de várias reuniões gerais do assentamento e de conversas informais dos assentados com os técnicos do Lumiar e, a partir daí, formou-se um grupo de mulheres do assentamento, acompanhado pela CPT, já que na equipe local do Lumiar não tinha nenhuma mulher e o técnico da área social da equipe considerou-se incapaz e constrangido para fazer esse acompanhamento. Nesse sentido, como já foi assinalado no capítulo 4, a participação de técnicas mulheres nas equipes do Lumiar dava uma qualidade diferenciada à prática da assistência técnica, uma vez que, como mulheres, tinham, entre outras qualificações, a condição de dialogar de forma mais plena com as mulheres assentadas.

Os técnicos homens tinham dificuldade de acompanhar o cotidiano dos grupos de mulheres. Sobre a participação masculina nas reuniões de grupos de mulheres é reveladora a fala de uma mulher do assentamento Capim de Cheiro, em Caaporã, na Zona da Mata, colhida pela pesquisa “Qualidade de vida e reforma agrária na Paraíba”:

“Quando a reunião é só de mulher fica mais fácil de falar. Todas elas falam, conversam. Quando mistura homem e mulher aí fica mais difícil. Mulher com mulher se entende. E homem com homem não se entende. Aí a reunião só com as mulheres fica melhor. As mulheres têm mais oportunidade de falar, tem mais coisa para falar e com o homem fica dividida”. (Ieno Neto e Bamat, 1998: 222).

Essa pesquisa confirmou o que se observava na prática de trabalho junto às famílias que lutavam pela terra e que, posteriormente conseguiam a terra para viver e trabalhar. As mulheres participavam ativamente da luta contra a expulsão da terra, nos acampamentos, nas terras ocupadas. Elas enfrentavam a repressão policial e dos capangas, colocando-se à frente do grupo, como forma de proteção aos homens, fazendo barreiras humanas frente à polícia, tratores e capangas a serviço dos donos da terra. A coragem e a determinação feminina protegiam seus homens e suas famílias contra a violência e protegia suas lavouras da destruição.

Nos acampamentos, debaixo das lonas provisórias, numa situação de excepcionalidade, homens e mulheres compartilhavam, diferentemente de outros momentos de “normalidade”, as tarefas cotidianas de plantar, pegar água, preparar a comida, cuidar das crianças. Nos acampamentos, as responsabilidades eram coletivas, de todo o grupo: alimentar as pessoas não era mais tarefa de cada família isolada; a mulher não tinha sua casa para cuidar, pois os cuidados eram tarefas divididas pelas várias comissões formadas, de maneira que homens e mulheres trabalhavam juntos em atividades comuns, tanto na limpeza do acampamento e das barracas, como no plantio, na preparação da comida, na segurança, na animação do grupo, nos contatos com as autoridades e com os aliados, etc. Nessa situação, não existiam os trabalhos costumeiros, nem horários habituais, nem rotina instituída, o que possibilitava a suspensão transitória das regras culturais tradicionais, habitualmente observadas nas casas, nos lares e na vida comunitária costumeira, existentes antes da inserção na luta pela terra.

Uma vez conquistada a terra, passado o conflito externo, superado o perigo maior, assentada a família, a ordem patriarcal parecia voltar a operar. Retornava uma divisão dos espaços: público para os homens, privado para as mulheres.

Porém, a pesquisa “Qualidade de vida e reforma agrária na Paraíba” constatou:

“A pesquisa indica que existem, principalmente, dois fatores que determinam uma participação relativamente maior das mulheres na vida organizativa dos assentamentos: sua relação com a terra e sua educação. A mulher participa mais quando é parceira, tem a terra em seu nome e é sócia, tem voz e voto na associação (mas, pelas atuais regras que estabelecem os direitos dos associados, as mulheres, na maioria das vezes, só poderão ser parceiras na ausência do marido). A mulher também participa mais quando ela tem um maior grau de instrução. A superação do analfabetismo e a escolarização podem ser condições para que as mulheres possam repensar, contestar e superar velhos códigos culturais”. (Ieno Neto e Bamat, 1998: 40).

Na pesquisa citada acima, foi possível verificar que, entre outros atributos, a maioria das mulheres se considerava “lutadoras” (84,8%), “inteligentes” (74,0%), “corajosas” (70,9%) e “fortes” (67,5%). Ao mesmo tempo, a maioria dos homens pesquisados considerava as mulheres “companheiras” (80,5%), “lutadoras” (78,3%), “fortes” (74,7%) e “inteligentes” (70,1%), entre os atributos femininos pesquisados. (Miele e Guimarães, 1998).

Mesmo que essas respostas ao questionário da pesquisa não correspondessem a comportamentos objetivos, elas indicavam que a avaliação que a maioria das mulheres fazia de si apresentava importante auto-estima e que a maioria dos homens não assumia admitir preconceitos sexistas tradicionais. Este imaginário sobre as mulheres que as reconhecem como “lutadoras”, porque as percebem como sujeitos sociais que atuam ativamente no meio social, justifica a reação contrária de muitos assentados, homens e mulheres, a atitudes que tentavam cercear a participação feminina, como ocorreu no assentamento Santa Lúcia, em Araçagi, descrita acima.

Além disso, nos assuntos mais diretamente relacionados à organização dos assentamentos, a pesquisa constatou que 68% dos homens e 79% das mulheres eram a favor de que o título da terra fosse lavrado em nome do casal. Cerca de 58% de homens e mulheres achavam que o cargo de presidente da associação poderia ser ocupado por homens ou mulheres, dependendo de quem tivesse capacidade e competência para essa tarefa.

Como no resto da sociedade, a superação dos preconceitos de gênero não ocorria de forma espontânea, mas dependia de possibilidades concretas para que o debate sobre o tema fluísse e as concepções divergentes pudessem se confrontar. A organização de espaços para que essa temática fosse analisada e discutida democraticamente, foi uma das preocupações dos técnicos da área social do Lumiar ao incentivarem e apoiarem a organização de grupos de mulheres nos assentamentos que acompanhavam.

Por exemplo, nos cinco assentamentos do município de Bananeiras acompanhados pelo Projeto Lumiar, foram organizados grupos de mulheres que se reuniam mensalmente, com uma participação média de 30 mulheres, em que eram discutidos os problemas dos assentamentos, mas também, com a colaboração das agentes comunitárias de saúde locais, temas ligados à saúde da mulher, como doenças sexualmente transmissíveis, auto-exame de mama, uso de preservativos, sexualidade, amamentação, alcoolismo, agressões sofridas por mulheres. Esses grupos se organizaram, também, para tirarem os principais documentos de todas as mulheres desses assentamentos que ainda não os possuíam, assim como dos idosos. Passaram a participar das reuniões em que se discutiam os projetos de custeio e muitas delas passaram a acompanhar os maridos na ocasião de receber os recursos referentes a esse crédito junto ao Banco do Nordeste, para conhecerem como esse processo ocorria.

Um dos desdobramentos desse trabalho, nos cinco assentamentos, foi o envolvimento de mulheres em projetos de criação de caprinos, galinhas caipiras e na horticultura.

No assentamento Novo Mundo, no município de Camalaú, no Sertão, a formação de um grupo de cerca de 30 mulheres envolveu a participação de técnicos de outras entidades, além do Projeto Lumiar: CPT, Cáritas Brasileira, secretarias municipais de educação e de saúde. Esses técnicos passaram a contribuir, não só com o grupo de mulheres, mas também com a comunidade de um modo geral. Nesse assentamento, depois da formação do grupo de mulheres, algumas delas passaram a fazer parte da diretoria da associação local. Processo semelhante ocorreu também em outros dois assentamentos do Sertão: Estrela D'Alva e Santa Catarina.

Nos assentamentos João Pedro Teixeira, Padre Gino e 21 de Abril, todos no município de Sapé, houve a formação de grupos de mulheres, que se reuniam semanalmente, com uma participação média de 15 mulheres. As próprias mulheres coordenavam seus grupos, solicitando a presença da técnica da área social do Lumiar quando achavam necessária. Esses grupos contaram com apoio e assessoria de estudantes de psicologia da UFPB, técnicos do INCRA, do BNB, do INSS e de membros das pastorais sociais da Igreja Católica na organização de cursos e palestras sobre corte e costura, crochê, plantas medicinais, saúde da mulher, sindicalismo e direitos da mulher trabalhadora rural, previdência social rural, cooperativismo. Trabalho semelhante a esse foi desenvolvido nos assentamentos Nova Vivência, Itabatinga (onde se formaram dois grupos de mulheres, para facilitar a organização e a participação de todas elas) e assentamentos do Litoral Sul.

No assentamento Padre Gino, os recursos necessários ao desenvolvimento das atividades do grupo de mulheres eram financiados, na maioria dos casos, pela venda de produtos colhidos em uma horta comunitária organizada por elas próprias. Nesse assentamento, algumas mulheres do grupo participavam como alfabetizadoras no curso de alfabetização de adultos existente no assentamento e financiado com recursos do FAT, através do SENAR. No assentamento 21 de Abril, um grupo de mulheres se organizou para a criação de galinhas caipiras. Nesse assentamento, o grupo de mulheres organizou também um trabalho de integração e animação para as crianças da comunidade.

Durante os três anos de vigência do Projeto Lumiar, foram realizados quatro encontros regionais das mulheres dos assentamentos dos municípios de Sapé e Cruz de

Espírito Santo, organizados pelas Equipes Técnicas do Lumiar que acompanhavam esses assentamentos: o primeiro encontro foi realizado em dezembro de 1998, no assentamento Santa Helena, em Sapé; o segundo, em junho de 1999, no Ginásio de Esportes de Cruz do Espírito Santo; o terceiro, em novembro de 1999, realizado no Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Sapé, com o tema “*A mulher e sua participação em casa, na comunidade e no roçado*”; e o quarto, em fevereiro de 2000, realizado no assentamento Dona Helena, em Cruz do Espírito Santo, com o tema “*Saúde como direito da mulher*”. O objetivo desses encontros, a partir da discussão de um tema central, era a troca de experiências, entrosamento e articulação entre os grupos de mulheres, mas também, dessa forma, alargar a compreensão das mulheres sobre seus próprios problemas, tentando debater as “causas”, as conseqüências e as possibilidades de superação. Desses encontros, participaram uma média de 50 mulheres dos assentamentos desses dois municípios e todos eles contaram com a colaboração de pessoas de várias entidades públicas ou de ONGs, tanto na organização da infraestrutura dos encontros, como nas palestras, coordenação dos grupos de discussão e sistematização dos debates.

Da mesma forma, em 2000, foi realizado em Alhandra, o I Encontro de Mulheres dos Assentamentos do Litoral Sul, organizado pela CPT e com apoio dos técnicos do Lumiar, que reuniu, segundo esses técnicos, cerca de 400 mulheres assentadas dessa região, também com o objetivo de entrosamento e articulação dos grupos de mulheres, na perspectiva de incentivar a organização do movimento das mulheres trabalhadoras rurais e alargar a compreensão delas sobre seus problemas e possibilidades de luta.

Durante os dias 26 a 28 de maio de 2000, foi realizado em João Pessoa um encontro estadual das mulheres dos 56 assentamentos acompanhados pelo Projeto Lumiar na Paraíba, com o objetivo de troca de experiências e de estimular a organização feminina nos assentamentos e que contou com a participação de mulheres representantes de todos esses assentamentos, além de representantes de várias entidades, movimentos e órgãos públicos.

Um aspecto relevante da metodologia de trabalho utilizada por parte dos técnicos do Projeto Lumiar na Paraíba, mas que foi sobremaneira importante nos contatos com as mulheres e jovens, foi a ênfase dada aos contatos individualizados com cada mulher e com cada jovem que participava dos grupos de trabalho. No caso das mulheres, os espaços para esses contatos, como já foi comentado, dava-se nas

residências, particularmente nas cozinhas e nos quintais das casas, algumas vezes nos roçados, nas casas de farinha, nos locais de lavagem de roupa, quando as mulheres da família reuniam-se para uma tarefa comum. No caso dos jovens, como também já foi assinalado, os lugares onde os contatos individualizados mais se viabilizavam, com cada um ou com pequenos grupos, era o caminho de volta da escola ou do trabalho, espaço descontraído e distante dos controles familiares e escolares habituais.

Foi em um desses contatos que um jovem do assentamento Padre Gino, no município de Sapé, falou para a técnica da área social da Equipe do Lumiar sobre um forte conflito que vivia e, posteriormente, foi constatado que esse mesmo conflito era vivenciado por um grande número de jovens dos assentamentos. Chorando, o jovem de Padre Gino disse que gostaria de tentar a vida fora da agricultura, de sair do assentamento para trabalhar e estudar em João Pessoa, de poder viajar e conhecer outros lugares e outras formas de vida. No entanto, ele se sentia responsável de ter que continuar a luta de seus pais, ajudando-os a cuidar da terra que conseguiram depois de muito sofrimento. Afinal, seus pais, dizia o jovem, assim como toda a comunidade, colocaram a vida em risco para conseguirem um pedaço de terra visando obter melhores condições de vida para a família, pensando em um futuro melhor para os filhos e, portanto, para ele mesmo. Ele dizia que não podia frustrar seus pais, abandonando-os em função de um projeto de vida particular seu. Não era justo ignorar o sacrifício, as dificuldades e o risco de vida que os pais enfrentaram para conseguirem condições de vida mais dignas para os filhos. Ele disse que perdia o sono e chorava sozinho pensando nessa situação.

O relato emocionado que a técnica do Lumiar fez sobre esse depoimento à Equipe de Supervisão, reforçou a preocupação de se dar atenção à situação dos jovens nos assentamentos.

No entanto, também entre esses jovens, as perspectivas eram distintas, como pode ser observado por depoimentos deles colhidos pela pesquisa “Qualidade de vida e reforma agrária na Paraíba” (Ieno Neto e Bamat, 1998: 190-193):

- *“Desde pequeno eu vivo na agricultura. Meu pai é agricultor. Eu gosto da agricultura. Eu não quero ir morar na rua, eu vou fazer o que lá? Não tem emprego para todo mundo, tem muita violência. Agora, o meu sonho é poder trabalhar na agricultura com mais conforto: um trator e qualquer máquina que facilite nosso trabalho”.*

- *“O meu plano é continuar trabalhando na terra que hoje é de meu pai. Quer dizer, eu já trabalho nela e quero continuar trabalhando nela. Não penso em ir morar na rua, não. Quando eu tiver família, ela vai ser criada aqui na terra que é da gente, trabalhando na terra. Podia ter um financiamento do governo para os jovens poder trabalhar. Para a gente poder começar os nossos próprios negócios. Mesmo trabalhando na terra do pai da gente, a gente podia receber um financiamento para trabalhar: botar um roçado, fazer uma plantação, começar uma criação de alguma coisa. Podia até fazer uma pequena indústria de doce com as frutas daqui, montar um comércio. Os jovens daqui ainda não se uniram para isso, mas ainda é tempo”.*

- *“O meu sonho é que venha um colégio de segundo grau ou uma escola técnica aqui por perto, para a gente poder estudar e ficar por aqui mesmo, no nosso lugar. Porque se não, quem quiser aprofundar os estudos vai ter que sair daqui, ir embora”.*

- *“O meu sonho é voltar para o Rio de Janeiro. Eu já morei lá um tempo. Mas, se eu tiver condição de viver bem aqui, poder estudar e trabalhar, eu quero voltar para o Rio de Janeiro só para passear. (...). Mas, se a condição aqui não for boa, eu volto para morar lá”.*

- *“O meu sonho é estudar para conhecer o mundo lá fora. Para ver como é que é. O daqui eu já sei. Agora tem que aproveitar e conhecer o mundo lá fora. Ser um caminhoneiro, para viajar e conhecer o mundo”.*

No contato com os jovens, os técnicos do Lumiar relatavam que a maioria afirmava querer ter melhores condições que os pais para continuar na terra, como agricultores, mas alguns deles comentavam coisas do tipo *“Eu não quero trabalhar na agricultura, ficar puxando terra para os pés com a enxada. Isso não dá futuro para ninguém”*. Nesses casos, para uns, a alternativa era sair dos assentamentos e procurar trabalho nas cidades ou sair para estudar. Para outros, a alternativa era conseguir condições nos assentamentos de criar uma pequena indústria ou abrir um comércio local, ou trabalhar na terra, mas, ao mesmo tempo, conseguir um emprego na cidade *“para ter um ganho certo”* e não ficar dependendo apenas da agricultura, não só para garantir o sustento da família, mas também como profissão ou como forma de viver.

No assentamento Engenho Santana, em Cruz do Espírito Santo, os jovens relataram um forte e angustiante conflito nessa direção. Os filhos de pais mais velhos, já aposentados ou com idade avançada para o trabalho pesado na agricultura, eram cobrados pelos pais, pela família e por outros assentados, no sentido de assumirem esse trabalho. No entanto, os jovens relatavam que enquanto os pais detinham os recursos e o poder de decisão sobre o que e como plantar, os filhos só participavam do trabalho físico, cumprindo as ordens dos pais, sem nenhuma autonomia. O dinheiro obtido com a venda da produção ficava com os pais e os jovens não recebiam nada pelo trabalho. Quando precisavam de algum dinheiro para ir a uma festa ou comprar alguma coisa de uso pessoal, tinham que pedir aos pais, que, na maioria dos casos, rejeitavam esses pedidos. Por isso, os jovens, conforme seus próprios depoimentos à técnica da área social do Lumiar, preferiam trabalhar por conta própria, fora do assentamento. Essa situação foi assunto de muitas reuniões dos jovens e deles com os pais, coordenadas por essa técnica. Gradativamente, família a família, esse tipo de conflito foi sendo contornado, em umas famílias, com mais rapidez, em outras, com mais dificuldades, e em outras o conflito permaneceu por intransigência de uma ou outra parte.

Frente à multiplicidade de perspectivas existentes entre os jovens, a formação de grupos entre eles visava, como no caso das mulheres, permitir a formação de espaços onde pudessem falar, pensar e exercitar possibilidades de lidar com seus anseios, sonhos, dificuldades e propostas concretas de intervenção na organização da vida social e produtiva dos assentamentos.

Nesse sentido, são interessantes os comentários de dois jovens, um do assentamento Dona Helena, em Cruz do Espírito Santo, e outro do assentamento Apasa, em Pitimbu, respectivamente, coletados pela pesquisa citada acima:

“A comunidade precisa apoiar a gente. Sem o apoio da comunidade a gente não faz nada. Mas, a comunidade não vai apoiar a gente, se a gente ficar parado, esperando alguma coisa acontecer. Se os nossos pais não se bulissem para conseguir a terra, hoje a gente estava morando nas pontas de rua, passando fome. A minha idéia é que a gente deve lutar como os pais da gente lutaram”.

“O meu sonho é ver a comunidade crescer e eu com ela, né? Ter uma indústria aqui, para não ter só a agricultura como trabalho. Uma indústria que aproveite os produtos da agricultura, das coisas que já tem aqui. Ver os jovens se reunir para pensar essas coisas. Porque nós conversa muito sobre essas coisas, mas a gente ainda não se reuniu para tocar isso para frente. A associação podia ajudar a

gente nisso, para a gente falar com o prefeito, com o governador e trazer um projeto desse para cá. Porque se a gente ficar só falando aqui dentro, entre nós, não vai mudar nada”.

Porém, os jovens reuniam-se também para organizar festas, passeios, times de futebol, peças de teatro, para falarem sobre a relação com os pais, sexualidade, amor, casamento, família, política, histórias das lutas pela terra.

Por exemplo, nos assentamentos Dona Helena, no município de Cruz do Espírito Santo, Padre Gino e 21 de Abril, em Sapé, os grupos de jovens foram acompanhados por estudantes do curso de psicologia da UFPB, através de contatos feitos entre a técnica da área social do Lumiar e um membro da Equipe de Supervisão, professor dessa área na mesma universidade. Esses grupos, entre outras atividades, produziram peças de teatro representando a situação dos jovens, passagens das histórias da luta pela terra, principais problemas dos assentamentos. Essas peças, além de serem apresentadas nos assentamentos, foram também exibidas em encontros regionais dos jovens das áreas de reforma agrária no estado.

A organização de peças de teatro e de composições musicais foram também atividades produzidas pelos grupos de jovens dos assentamentos São Francisco II, em Cachoeira dos Índios, e Acauã, em Aparecida, ambos no Sertão. Essa produção foi apresentada em festivais culturais ocorridos na região.

No assentamento Novo Mundo, em Camalaú, também no Sertão, o grupo de jovens organizou um trabalho com as crianças do assentamento para confecção e venda de artesanatos, assim como a constituição de grupos de dança e de teatro. No assentamento Fortuna, no município de Jericó, o grupo de jovens construiu, em mutirão, uma quadra de esportes, com recursos oferecidos pela Prefeitura Municipal, pela Paróquia local e pela CPT, contando com o apoio e orientação técnica de alguns assentados e dos técnicos do Lumiar.

Os grupos de jovens dos assentamentos do município de Bananeiras organizaram o primeiro torneio de futebol, em agosto de 1999, entre os times de jovens desses assentamentos. Além disso, por intermediação dos técnicos do Lumiar, vários jovens desses assentamentos fizeram cursos e treinamentos no campus da UFPB existente no município, através de atividades de extensão universitária organizada por professores do curso de formação de técnicos agrícolas de nível médio existente nesse campus.

Da mesma forma, através de um convênio entre a COAGEP e a UFPB, em 2000, foi possível que oito jovens dos assentamentos acompanhados pelo Lumiar se matriculassem como alunos regulares do curso de técnico agrícola ofertado por esse campus da UFPB, através de um processo seletivo próprio, definido pelos termos do convênio. Essa possibilidade continuou aberta para outros jovens dos assentamentos nos anos subseqüentes, incluindo os assentamentos acompanhados pelo MST.

Os técnicos do Lumiar apoiaram e participaram da preparação e mobilização de jovens dos assentamentos onde trabalhavam, assim como da organização e realização operacional, de encontros regionais de jovens das áreas de reforma agrária organizados pela CPT. Em junho de 1999, foi realizado no assentamento Acauã, no município de Aparecida, o I Encontro de Jovens da Reforma Agrária do Sertão. Em julho do mesmo ano, foi realizado em Sapé o I Encontro dos Jovens da Reforma Agrária da Várzea Paraibana. Em março de 2000, foi realizado o Encontro Regional dos Jovens da Reforma Agrária do Litoral Sul da Paraíba, em João Pessoa.

4. A organização dos assentados: um campo de experimentação e de luta

A pesquisa sobre os “Impactos dos Assentamentos” (Leite, Heredia e outros; 2004) afirma:

“A partir da criação dos assentamentos, a vida dos assentados assume uma nova dinâmica, surgem novos espaços e redes de sociabilidade, refazem-se e reconstroem-se os antigos, e estabelece-se uma nova dinâmica na relação ‘para fora’ do assentamento, na interação com as cidades e com o poder público municipal, e uma nova inserção na dinâmica política local”. (Idem: 111).

Além disso, a pesquisa afirma também: *“Com a criação dos assentamentos, um novo contexto e uma nova dinâmica se colocam, com o surgimento de novas formas organizativas, que podem ter maiores ou menores continuidades com o processo anterior de luta pela terra. Novas demandas se abrem, que agora se voltam para as negociações com os agentes de governo sobre a organização interna e para obtenção de crédito e infra-estrutura”.* (Idem: 112).

Esse caráter de “novidade” que a situação de assentamento instala constituía uma das características fortes dos assentamentos acompanhados pelo Lumiar na Paraíba, como já foi assinalado, por serem, na grande maioria deles, recém constituídos.

Nesse contexto, o Estado aparecia, para os assentados, através do INCRA, como o principal, se não o único, interlocutor para a obtenção de benefícios necessários à organização da vida nessa nova situação. A organização das associações como mecanismo exigido para viabilizar essa interlocução reforçava essa percepção.

No entanto, como afirma Caume (2002):

“Se aos olhos do Estado, o assentamento aparece unicamente como um produto da intervenção burocrática sobre o espaço fundiário e o assentado como um mero ‘beneficiário’ desse processo, para os agricultores e suas agências de mediação o acesso à terra é uma conquista produzida pela luta social e, muitas vezes, essa luta desdobra-se em novos confrontos com o Estado em torno do crédito, da assistência técnica, da infra-estrutura, educação, saúde, etc”. (Idem: 58).

Esse era um nível de conflito em torno do qual os assentados se organizavam, através de vários mecanismos, e que constituía um campo fundamental de luta, conforme já foi exemplificado e comentado no capítulo 5 e neste. O posicionamento dos técnicos do Lumiar nesse campo, já comentado no capítulo 4, foi um processo de construção, conflitivo e polêmico, mas que constituiu uma das características importantes da experiência desse Projeto na Paraíba.

A ação dos técnicos do Lumiar inseria-se, desde o primeiro momento, nesse campo de luta, tendo de um lado, o Estado, principalmente através do INCRA, que se apresentava como um agente responsável por tutelar os assentados e assentamentos, baseado numa concepção burocrática e administrativa de fazer valer as normas institucionais, de forma homogeneizadora, sem considerar as características, condições e ritmos diferenciados de cada assentamento e famílias assentadas; e, de outro lado, a aspiração de autonomia dos assentados para desenvolverem o trabalho familiar em suas parcelas de terra conquistada. O enfrentamento nesse campo de luta requeria dos assentados formas organizativas, fosse através das associações e/ou cooperativas para conseguirem os benefícios ofertados pelo Estado, fosse através de outros mecanismos formais de organização (por exemplo, através do MST, CPT ou movimento sindical) ou informais (por exemplo, os grupos de interesse, os lugares informais e cotidianos de encontro) que pudessem propiciar espaços de autonomia nas tomadas de decisão sobre a vida nos assentamentos.

Os técnicos do Lumiar foram colocados em campo como implementadores de um programa governamental, mas de um programa que enfatizava a participação dos assentados nas decisões relativas ao desenvolvimento dos assentamentos, portanto, que

admitia e reconhecia a importância da autonomia dos assentados. Nessa condição, esses técnicos situavam-se no interior do campo de luta entre os assentados e o Estado, ou seja, a questão da organização dos assentados para se relacionarem e/ou se confrontarem com a ação de órgãos governamentais tornou-se um dos eixos centrais da assistência técnica.

Essa situação de confronto entre assentados e Estado produziu uma situação de ambigüidade entre os técnicos, decorrente da própria concepção e estruturação do Projeto Lumiar, já comentada no capítulo 4, em relação a quem, de fato, em última instância, teriam que privilegiar como interlocutores principais e teriam que prestar contas do trabalho realizado: o INCRA ou os assentados? Essa ambigüidade dificultava, inclusive, a elaboração de critérios de planejamento e de postura da assistência técnica em relação às formas organizativas dos assentados, quando estes objetivavam garantir a autonomia frente aos programas e normas estatais, por exemplo, as normas estabelecidas pelo “contrato de assentamento” do INCRA e as normas de financiamento do Banco do Nordeste.

Os técnicos deveriam informar aos assentados a existência dessas normas e as conseqüências de não serem obedecidas. Nesses momentos, os técnicos do Lumiar apareciam, para muitos assentados, como funcionários do INCRA ou fiscais do Banco. Ao mesmo tempo, ao levarem a esses órgãos as dificuldades ou questionamentos dos assentados sobre a aplicação dessas normas, os técnicos eram responsabilizados pelo cumprimento delas, sob pena de serem considerados coniventes com o seu descumprimento e, como conseqüência, de serem profissionalmente desqualificados e/ou penalizados por essas instituições. Essa ambigüidade perpassou todo o tempo de duração do Projeto Lumiar e foi constante motivo de tensão entre os técnicos e de suas relações com os assentados, com o INCRA e outros órgãos públicos.

No entanto, a relação cotidiana dos técnicos com os assentados acabou criando vínculos de compromisso de uns com os outros, fazendo com que a maioria dos técnicos do Lumiar incorporassem as razões dos assentados nas interlocuções que eles próprios estabeleciam, principalmente, com o INCRA e com o Banco do Nordeste, seja nas situações em que acompanhavam os assentados nas negociações com os técnicos desses órgãos, seja nas situações de avaliação do próprio Lumiar junto à Equipe de Supervisão, à Comissão Estadual do PROCERA/LUMIAR e à administração do INCRA local. Porém, essa situação não eliminava a ambigüidade da condição dos técnicos, nem garantia uma avaliação consensual dos assentados sobre as práticas da

assistência técnica, reflexo das disputas internas nos assentamentos sobre como organizar a vida produtiva e social.

Contudo, o esforço da maioria dos técnicos de compreender e, a partir daí, apoiar o ponto de vista dos assentados nas situações de confronto com os órgãos governamentais foi uma das razões políticas que, pelo menos no caso da Paraíba, contribuiu para a desativação imediata do Projeto Lumiar no estado por parte da Superintendência Regional do INCRA/PB, assim que o governo federal assinalou essa decisão, sem nenhum tipo de objeção ou tentativa de encontrar alguma alternativa viável para que a assistência técnica pudesse ter continuidade, como ocorreu em alguns outros estados como o Rio Grande do Norte e Ceará.

O INCRA/PB não foi capaz de manter e sustentar os próprios objetivos, explícita e enfaticamente, contidos na versão oficial do Projeto Lumiar de participação e de controle dos assentados sobre o andamento do Projeto. Os questionamentos e as propostas elaboradas conjuntamente entre técnicos do Lumiar e assentados sobre aspectos das políticas públicas para as áreas de reforma agrária e, principalmente, as formas organizativas exercitadas para denunciar suas insuficiências e inadequações e reivindicar mudanças, incomodavam e comprometiam os objetivos de setores dos órgãos públicos responsáveis pela implementação dessas políticas, quando tentavam transformá-las em proselitismo político, seja do ponto de vista ideológico ou eleitoral. Esse fato ocorreu na Paraíba, depois da mudança do superintendente do Incra local, como já foi comentado.

Essa dimensão ideológica era constituída, entre outros aspectos, pelo caráter tutelar que se pretendia imprimir à ação do Estado junto aos assentados, por considerar que a reforma agrária tem por objetivo, apenas, fixar uma parcela da população pobre no campo, através de uma política social compensatória, paternalista e assistencialista. Neste caso, os assentados eram considerados “beneficiários” da ação do Estado e deveriam preservar essa condição, obedecendo às normas dos programas que visavam “assisti-los”. Qualquer tentativa de quebrar essa relação de dependência era considerado “desvio” de comportamento, sinal de inadequação dessas pessoas à condição de “beneficiários” da reforma agrária. A ação dos técnicos do Lumiar deveria ser, então, a de executar a ação tutelar do Estado sobre os assentamentos: fazer as normas estatais serem executadas e obedecidas, através da organização das associações, consideradas necessárias e suficientes como instância organizativa e representativa de cada assentamento.

Uma outra formatação ideológica também existente entre técnicos do governo federal que formulavam políticas de intervenção nos assentamentos, na época da vigência do Lumiar, e de instituições de assessoria ao governo (Moreira, R. J., 1997 a e b; INCRA, PNUD, 1996), que previa também uma ação tutelar do Estado sobre os assentados, era a concepção que pretendia inserir os assentamentos no mercado capitalista. Nessa perspectiva, as organizações dos assentados deveriam ser administradas de forma empresarial, tendo como “meta focal” a melhoria da renda dos assentados, e a lógica do mercado como definidora do que deveria ser produzido e do modelo tecnológico a ser incorporado pelos assentados. Uma argumentação objetiva, racional e técnica seria suficiente para capacitar os assentados a serem competitivos no mercado, uma vez que se considerava que o objetivo comum deles era melhorar a capacidade de consumo de suas famílias.

Qualquer outra lógica que emergisse nos assentamentos, vinda de dentro ou de fora deles, era considerada como impeditivo ou como dificuldade ao desenvolvimento dos assentamentos. Prevalencia, nessa perspectiva, uma visão mecanicista, centrada na excelência da argumentação técnica e na inevitabilidade da lógica do mercado, que seriam argumentos suficientes para que os fatores históricos da construção da agricultura familiar camponesa no Brasil fossem superados, enquanto sinais do “atraso”. Tudo deveria ser pensado e organizado como produção de mercadorias. Os processos sociais deveriam estar submetidos a um planejamento lógico, visando à obtenção de metas racionalmente definidas. À assistência técnica, depositária do conhecimento científico, caberia orientar as opções produtivas e gerenciais dos assentados. As disputas políticas existentes fora e dentro dos assentamentos não deveriam ser consideradas pela assistência técnica. O critério de avaliação dessa assistência deveria estar centrado unicamente no cumprimento das metas estabelecidas, as quais deveriam ter como estratégia a inserção competitiva dos assentados no mercado, para atingir, de forma quantitativa e mensurável, o foco objetivado do trabalho: melhorar a renda dos assentados. No entanto, na prática, a realidade dos assentamentos era muito mais complexa, dinâmica e desafiadora do que essa lógica conseguia formular.

Essa visão focal centrada na lógica competitiva do mercado, que se considera pragmática, enquadra-se em um contexto de representações sociais que concebe o agricultor familiar como um ser social inferior, porque é pobre, inculto, depositário de uma tradição tida como atrasada, “pequeno” e frágil frente à economia de

escala capitalista. *“Uma inferioridade objetivada historicamente em sua incapacidade de progresso no contexto da acumulação capitalista”*. (Moreira, R. J., 1997b: 62). Portanto, a ação tutelar do Estado que transformava os assentados em “assistidos” justificava-se no interior dessas representações por associar a idéia de “pequeno agricultor” à de inferioridade, desqualificando a importância econômica da agricultura familiar, subestimando a capacidade de iniciativa desse setor, desprezando a sua capacidade produtiva, o seu saber técnico e suas práticas diversas de inserção no mercado. Como afirma R. J. Moreira (1997b: 63): *“A concepção dominante de inferioridade da agricultura familiar tende a ser o substrato perceptivo para a formulação de políticas hegemônicas para o setor”*.

Por outro lado, o mesmo autor reconhece que essa ideologia produz um campo de lutas de onde emergem as formas sociais com que a agricultura familiar se expressa: *“Como elemento da ideologia e da cultura dominante, esta concepção de inferioridade conforma um campo de lutas, de aspirações e de interesses legitimados, próprios da construção das identidades das formas sociais da agricultura familiar no capitalismo”*. (idem: 62).

Nessa perspectiva, os agricultores familiares das áreas de reforma agrária, assim como suas organizações de representação e intermediação política, confrontam-se com as concepções que os reduzem a “beneficiários” de um processo comandado pelo Estado, buscando *“se tornarem sujeitos produzidos na e pela luta social”*. (Caume, 2002: 594). É no interior desse campo de lutas que os assentados organizam-se. Porém, é também no interior desse campo e a partir dele que as várias concepções de autonomia entre os assentados se expressam e polemizam entre si, não só por caracterizarem estratégias de lutas distintas, mas, sobretudo, porque correspondem a interpretações diferenciadas sobre o passado, o presente e o futuro.

A luta por autonomia produz um campo de disputa entre os próprios assentados, pois essa luta contém perspectivas e avaliações distintas entre eles sobre como devem ser suas relações com o Estado, com instituições externas e com instâncias organizativas próprias. Como foi assinalado no capítulo 1, *os assentados produzem sentidos* diferentes a essa condição: a) *reproduzir* o que já foi vivido, seja por saudade de um passado tido como referência de vida, ou porque não vê possibilidades concretas de mudança do que já foi vivido, ou porque considera conveniente manter a dependência de quem possa prover as condições mínimas de sobrevivência e de segurança; b) *resistir* às imposições externas, com as mais variadas formas de

dissimulação, seja porque não percebe ou não acredita nas possibilidades de construção de novas condições de vida ou não tem disposição de confrontar abertamente o que produz insatisfação; c) *transformar* o que já foi vivido e as condições presentes em busca de novas possibilidades de vida.

Dependendo do tipo predominante de sentido dado à condição de assentado, as pessoas posicionavam-se de formas diferentes, em cada conjuntura particular, sobre, entre outros aspectos, as formas organizativas exercitadas nos assentamentos. Esses sentidos diferentes, pelo conteúdo subjetivo que continham, eram explicitados nas falas dos assentados ou em seus comportamentos, nas mais variadas situações, confrontavam-se e produziam uma rede de intersubjetividades, sempre dinâmica, tanto no âmbito individual e familiar, como no coletivo, e constituía as diferentes formas organizativas experienciadas nos assentamentos. As formas organizativas explicitavam sentidos próprios à vida no assentamento ou produziam novos sentidos possíveis tanto às pessoas individualmente como ao coletivo, dependendo de como essas pessoas avaliavam os resultados obtidos através de cada uma de suas experiências organizativas, assim como dos processos de convivência que engendravam.

As mais variadas situações descritas e comentadas neste trabalho, tanto relacionadas à dimensão da vida produtiva como à dimensão organizativa dos assentados, podiam ser avaliadas por eles de formas diferenciadas, produzindo reações distintas em relação a cada uma dessas situações, implicando posicionamentos divergentes frente a forma de se organizar para enfrentá-las.

Por exemplo, como foi relatado e discutido no capítulo 6, os assentados posicionavam-se de formas distintas em relação às normas e procedimentos de acesso ao crédito de custeio ofertado pelo governo federal, através do PROCERA: alguns poucos consideravam que eram obrigados a aceitar esse crédito, sob pena de, se não aceitassem, serem punidos pelo INCRA com a perda de sua parcela de terra e o aceitavam, sem crítica, por medo ou por cautela; havia os que recebiam o crédito, usavam o dinheiro como achassem conveniente e depois não pagavam o crédito, utilizando uma forma de esperteza duvidosa frente ao poder do Estado; outros consideravam que aceitar esse crédito era uma nova forma de sujeição e, enquanto alguns o rejeitavam de forma silenciosa e sub-reptícia, outros, publicamente, recusavam-se a recebê-lo, explicitando seus motivos e enfrentando o debate dentro e fora do assentamento; a grande maioria considerava esse crédito como direito, os

recebia como tal e aceitava cumprir as normas estabelecidas, mesmo que as criticasse e reivindicasse mudanças nos mecanismos de concepção e acesso a esse direito.

Cada um desses entendimentos e procedimentos implicava formas distintas de participar da organização do assentamento para discutir e decidir sobre o crédito de custeio: recusar de forma explícita ou se ausentar de forma dissimulada de participar dessa organização; buscar espaços alternativos de conversa e de definição de posicionamentos fora dos espaços instituídos de tomada de decisões dentro do assentamento; participar desses espaços formais de discussão e decisão de forma crítica ou para se inteirar e se integrar às decisões coletivas, ou, simplesmente, para se beneficiar delas.

Processo semelhante ocorria para os mais variados assuntos e situações enfrentadas nos assentamentos. No entanto, o posicionamento dos assentados não era linear, sempre da mesma forma. Os assentados discutiam, confrontavam-se e avaliavam suas próprias decisões, o que permitia que tanto ao nível individual como coletivo, conforme muitos deles admitiam, nesse processo iam incorporando novos elementos de avaliação e mudavam a forma de posicionar-se.

A situação de alguns assentamentos do Brejo paraibano, descrito no capítulo 6, que, por passarem, durante os anos de 1998 e 1999, um forte período de estiagem produziu um grande e generalizado desestímulo às famílias assentadas de viverem e trabalharem nessas áreas, em condições de extrema precariedade e penúria, é um exemplo desse processo de mudança no posicionamento dos assentados. Depois de muita insistência dos técnicos do Lumiar, alguns assentados dessas áreas aceitaram, mesmo relutantes, buscar alternativas a essa situação, uma vez que nem mesmo foram aceitos nas “frentes de emergência” criadas nessa região como política pública de “convivência com a seca”, por serem discriminados pelos prefeitos municipais. Depois de muita negociação entre o INCRA e uma comissão formada por assentados e técnicos, foi possível conseguir um crédito emergencial para cada uma dessas famílias no valor de R\$ 1.000,00. Com esses recursos, utilizado de forma coletiva, construíram em mutirão barreiros, barragens, estradas e centros comunitários nos assentamentos, além de remunerar com R\$ 130,00 mensais cada família que aceitou participar dessa iniciativa durante seis meses.

A realização dessa atividade, segundo depoimentos dos próprios assentados, além de contribuir para a sobrevivência das famílias durante o período de estiagem e construção de benfeitorias nos assentamentos, viabilizou a possibilidade de

experimentarem formas de se organizar que permitisse enfrentar e transformar uma situação que, de início, parecia sem solução. Nesse primeiro momento, o que se apresentava como inevitável era uma situação que já tinham vivido em outras oportunidades, ou seja, mais uma vez, conviver com a pobreza, com a fome e com a frustração de depender da caridade que vem de fora.

O fato dos próprios assentados participarem da negociação para obtenção dos recursos, de administrarem a sua utilização e de construírem benfeitorias para uso comum, com o esforço do próprio trabalho, possibilitou que exercitassem a capacidade de enfrentar desafios, assumir responsabilidades e transformar a precariedade da vida em condições concretas mais favoráveis. Essa possibilidade criou-se a partir de uma forma de se organizar que permitiu que analisassem a oportunidade do crédito emergencial, elaborassem uma proposta a ser financiada pelo INCRA, construíssem e executassem o planejamento do trabalho coletivo e avaliassem continuamente a sua evolução.

Como pude observar em contatos com esses assentados e pelos depoimentos dos técnicos do Lumiar que os acompanharam, no decorrer do desenvolvimento da atividade, o desânimo e a passividade do início foi se transformando em confiança na própria capacidade de se organizarem para lutar por uma melhor condição de vida nos assentamentos. Certamente, para a maioria dessas pessoas, o sentido de ser assentado foi se transformando: não se tratava mais de reproduzir, pelo desânimo, passividade ou conformismo, as condições precárias de vida; nem de apenas resistir, de forma dissimulada, às determinações de sujeição, mas, de se organizar para ir à luta em busca de uma vida mais digna e de assumirem, individual e coletivamente - na família, na comunidade e no espaço público mais amplo - a responsabilidade dessa construção. Nas palavras de um agricultor do assentamento Caiana: *“Nós temos que se organizar para lutar pelo que nós queremos. Até o que cai do céu, mandado de graça por Deus, como a chuva, a gente tem que lutar com ela, para botar ela no caminho certo, para ela correr para dentro da barragem e nós poder planejar como vai usar ela. Se nós não se organizar, Deus manda a chuva, a água vai se embora e nós ficamos sem ela”*.

Da mesma forma, processo semelhante ocorreu em vários outros assentamentos acompanhados pelo Projeto Lumiar, a partir de situações as mais variadas, como pode ser observado nas diversas situações descritas e comentadas neste trabalho. O que se quer destacar com o exemplo citado acima é a capacidade dos assentados transformarem, a partir da própria organização, situações extremamente

precárias de sobrevivência em oportunidades de pensar, planejar, implementar, avaliar formas de enfrentamento e superação dessas situações e, assim, reconhecer essa capacidade como decorrência de seus próprios esforços de se organizarem, de forma autônoma, frente aos limites criados pela burocracia estatal.

Talvez, como já foi assinalada, a principal contribuição do Projeto Lumiar na Paraíba tenha sido a prática de incentivar a criação de espaços distintos de organização para que as divergências entre os assentados pudessem ser explicitadas, pudessem fluir e encontrar condições para que propostas distintas pudessem ser experimentadas e avaliadas. Porém, para isso, foi necessário primeiro incentivar os assentados a exercitarem a própria capacidade de se organizar e planejar suas ações, a partir das condições precárias que vivenciavam.

Esses exercícios, ao transformarem essas condições, mesmo que não apontassem para um desenvolvimento sustentável dos assentamentos, permitia viabilizar condições mínimas de sobrevivência para as famílias assentadas e, principalmente, alargava a percepção dos próprios assentados sobre a capacidade que tinham de se organizar para produzirem condições mais favoráveis a essa sobrevivência. E era nessa busca de condições mais favoráveis que os assentados passavam a perceber e participar do campo de lutas que constitui os assentamentos e a reforma agrária e, a partir disso, passavam a exigir da própria assistência técnica apoio para viabilizarem propostas distintas de vida produtiva e organização da vida social. Passavam, portanto, a reivindicar, frente ao Estado, autonomia para decidirem como viver nos assentamentos, cobrando dos técnicos apoio a essa reivindicação e para sua viabilização.

No entanto, diante das diferenças existentes entre os assentados sobre o que fazer com essa autonomia, os técnicos do Lumiar encontraram na participação democrática dos assentados e de suas famílias, nas mais variadas formas de organização experimentadas, o mecanismo concreto e viável de lidar com a diversidade de expectativas e concepções de vida produtiva e social existentes entre eles. Para além dos equívocos que a estruturação do Projeto Lumiar e sua prática possam ter ensejado, essa constatação prática demonstra, apesar e por causa de todos os limites e da heterogeneidade dos assentamentos e dos assentados, que a organização democrática deles não se impunha apenas por questões de princípio ético.

O que acabou produzindo eficiência política na construção de experiências concretas que transformaram conformismo, dependência, relações de dominação em disposição e capacidade prática de luta para construção de novos padrões produtivos,

tecnológicos e de convivência social foi o respeito às vontades expressas dos assentados, a partir do que foi possível ajudá-los a pensá-las criticamente, através de *exercícios organizativos* que garantissem: o embate democrático das diversidades existentes, a análise contínua das experiências exercitadas, a análise e o debate sobre as práticas de intervenção externa (do Estado, de entidades ou movimentos de apoio), de forma pública e não dissimulada.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

“Em toda civilização ocidental, através de seus melhores espíritos, foi cultivado o mito

das “Terras Sagradas”. A noção de “terra sagrada” não pode ser dissociada da idéia de “Terra Santa”. Certamente este mito é tão antigo quanto o homem e se encontra enraizado em todos os tipos de cultura, quer ocidentais, quer orientais.”
Francisco Brennand.

Os camponeses, os agricultores familiares, os pequenos agricultores, qualquer que seja a nomenclatura que se queira utilizar, conforme o enfoque teórico/político que se escolher para analisá-los, são, no mínimo, persistentes. Qualquer que seja o contexto histórico eles continuam plantando, mesmo que seja apenas para conseguir a subsistência familiar. Na Paraíba, eles estão presentes desde o início do processo de colonização, como foi exposto no segundo capítulo deste trabalho. Eles plantam, vem a seca, destrói toda a lavoura e eles voltam a plantar. Eles plantam, o excesso de chuva destrói a plantação e eles voltam a plantar. Eles plantam, vem a praga e eles voltam a plantar. Eles plantam, o gado do dono da terra come a plantação e eles plantam novamente. Eles plantam, vem o trator do proprietário, destrói a lavoura e eles voltam a plantar. Eles plantam, vendem o que colhem por um preço irrisório e continuam a plantar. Vêm as políticas do Estado capitalista, os desqualificam como produtores de riqueza, os reduzem ao exótico de um passado nostálgico, são tidos como sinônimo do atraso, mas eles continuam a plantar. A concentração de terra, de conhecimento, de poder os subjugam, mas eles resistem, à margem, e continuam. Eles plantam em terra ruim, os restolhos do capital, mas insistem em continuar. São expulsos das terras, mas se reorganizam quando as condições são mais favoráveis e lutam por um pedaço de terra para voltarem ou continuarem plantando.

Por essa persistência, talvez plantem muito mais do que lavouras e criem muito mais do que animais. Talvez, plantem e criem possibilidades concretas de enfrentamento, dissimulado ou aberto, da pobreza a que são reduzidos e/ou de desaparecimento como grupo social. E criam e plantam não só para si, uma vez que tanto os produtos resultantes de seus trabalhos na terra, como suas histórias, alimentam outras pessoas, não só do meio popular, mas também aquelas que insistem em acreditar

que a luta pela construção de outro mundo não só é possível, mas está sendo exercitada bem perto de nós.

Foi isso que o Projeto Lumiar, nos seus três anos de existência na Paraíba, pôde testemunhar e que este trabalho acadêmico tentou apontar. Para além dos equívocos e limites do Projeto Lumiar e dos técnicos que o implantaram e das inúmeras dificuldades enfrentadas pelos assentados, resultado das condições estruturais e conjunturais da sociedade brasileira e paraibana em particular, o que se viveu foi, fundamentalmente, o esforço cotidiano de construir alternativas viáveis para superação dessas dificuldades. O que este trabalho tentou fazer foi relatar e comentar algumas situações emblemáticas que, no concreto das situações vividas, deram conteúdo a esse esforço, na busca de produzir sentido, mesmo que distintos, à luta pelo desenvolvimento dos assentamentos de reforma agrária, tanto para os assentados, como para os agentes externos envolvidos na experiência estudada.

O que o estudo dessa experiência constatou, entre outros aspectos, foi a exuberância de conteúdos sociológicos, culturais, políticos, econômicos, ambientais e psicológicos presentes no contexto dos assentamentos, quando se observam as dinâmicas sociais que ocorrem no cotidiano dos grupos que se formam nesse contexto e que constituem campos de disputa entre projetos distintos de vida individual e coletiva. Uma conseqüência dessa constatação é a possibilidade de se pensar o desenvolvimento dos assentamentos como desdobramento dessa exuberância, através do embate crítico e democrático dos vários projetos sociais que emergem nesse contexto.

Para além da tendência de considerar as dificuldades, limites e divergências como impeditivos, essa forma de pensar o desenvolvimento requer que se reconheçam esses aspectos como dinamizadores da vida social dos assentamentos. Essa perspectiva pode contribuir para uma compreensão dos assentados como sujeitos sociais (Sader, 1988), que analisam e pensam criticamente suas possibilidades e limites, considerando suas afinidades e diferenças.

Porém, a possibilidade de se viver essa efervescência, como fator dinamizador dos assentamentos, confronta-se com a possibilidade dada historicamente de reduzir o presente e o futuro ao já vivido ou de segregar os assentamentos a um modelo de desenvolvimento pré-determinado de fora para dentro, seja pelo Estado, pelos movimentos sociais, pela força da lógica do capital ou pelos próprios assentados, quando delegam a capacidade de decisão sobre o que fazer de suas vidas a outros, tidos como mais fortes ou mais sábios.

O que procurou-se indicar neste trabalho foi como que nas mais variadas situações, contextos e sub-grupos, o cotidiano da vida dos assentados é perpassado por conteúdos de discussão, polêmica e análise da realidade que podem suscitar a criação de alternativas de vida produtiva e social à precariedade das condições ofertadas pelo Estado. Além disso, procurou também verificar como essas alternativas foram experimentadas e analisadas pelos assentados, a partir de uma prática de assistência técnica que, pelas ambigüidades contidas em sua própria formulação e implementação, acabou criando espaços públicos concretos para o debate e para a polêmica.

Se os assentamentos constituem-se em campos de luta, criar condições para que as disputas possam fluir de forma crítica e democrática entre os assentados e deles com os agentes externos com quem interagem é uma forma possível de se pensar e exercitar o desenvolvimento dessas áreas.

No primeiro capítulo deste trabalho, foram apresentadas, em linhas gerais, as principais formulações sobre o desenvolvimento da agricultura familiar no Brasil produzidas, na época de vigência do Projeto Lumiar, por agentes sociais que atuavam em torno dessa temática: o governo federal, através do INCRA e suas agências de consultoria; a CUT, a CONTAG e o MST, assim como análises acadêmicas que tratavam do assunto nesse período. O que se pode constatar é que essas formulações eram divergentes entre si e as análises acadêmicas indicavam que o tema do desenvolvimento da agricultura familiar incorporava projetos políticos distintos. Essas divergências estendiam-se para as áreas de assentamento de reforma agrária, tornando as políticas públicas para essas áreas, como o próprio Projeto Lumiar, um campo de disputa.

Para uma melhor caracterização desse *campo de disputa*, em torno da reforma agrária na Paraíba, foi necessário, no capítulo 2, retomar alguns dos principais aspectos que produziram a história da construção do espaço agrário no estado, na perspectiva de contextualizar o campo de luta que definiu a prática do Projeto Lumiar como marcado por essa história.

Da mesma forma, nos capítulos 3 e 4, foram discutidas, respectivamente, as principais características do Projeto Lumiar e de sua implantação na Paraíba com o objetivo de apontar como suas concepções e práticas se expressaram como desdobramentos dessa luta.

No entanto, esse campo de luta não expressa apenas as disputas que se davam no âmbito institucional do Estado e de suas relações com os movimentos e

entidades ligadas à luta pela terra na Paraíba. Esse campo de disputa tornava-se mais complexo na medida em que se agregava a ele as disputas internas entre os assentados, sobre perspectivas diferenciadas a respeito de como organizar a vida social e produtiva nos assentamentos, como pôde ser demonstrado nos capítulos 5 e 6.

Nessas condições, a opção foi privilegiar uma forma de análise dos assentamentos como um espaço heterogêneo que se constrói como um campo de disputa que envolve atores sociais com trajetórias e origens distintas. Mais importante do que discutir, neste trabalho, as várias formulações diferenciadas sobre o desenvolvimento dessas áreas, na perspectiva de se optar por uma delas, foi pensar esse desenvolvimento como desdobramento do embate entre práticas diferenciadas nos assentamentos, tanto dos assentados como dos agentes externos, como exercícios de experimentação de possibilidades e perspectivas sociológicas distintas, como um processo em construção, com limites e possibilidades para as mais variadas formulações. Portanto, a análise não procurou identificar “modelos” de desenvolvimento dos assentamentos, mas, como se processavam *exercícios de experimentação* de possibilidades e alternativas distintas de vida social e produtiva.

Nessa perspectiva, este trabalho, ao apresentar e discutir os assentamentos como um *campo de disputa*, pretende chamar atenção para a riqueza de possibilidades sociais que esse embate suscita e a capacidade dos assentados de participarem de forma decisiva e assumida desses embates. Por outro lado, o registro dessa riqueza de possibilidades, vivida em um momento de ascensão das lutas sociais pela reforma agrária no País, que teve como desdobramento, entre outros, a implantação do próprio Projeto Lumiar, poderá contribuir para o registro da história de construção da reforma agrária na Paraíba, nesse período.

As disputas que se dão no interior e a partir dos assentamentos representam disputas por sentidos diferentes que se pretende dar à reforma agrária. Estão em disputa, pelo menos, duas possibilidades: a) de um lado, a possibilidade da existência de espaços de exercício democrático no interior desse campo de disputa prosperar, como foi vivido nos melhores momentos do Projeto Lumiar, ampliando as oportunidades dos assentamentos criarem alternativas de vida social e produtiva, com autonomia tanto em relação ao Estado, como à lógica de submissão à competitividade do mercado; b) de outro lado, a possibilidade de, mais uma vez, prevalecer a reprodução das relações históricas (analisadas no capítulo 2) que impedem ou limitam o exercício dessa autonomia.

É nesse contexto que o tema do desenvolvimento interessa, no âmbito deste trabalho, ou seja, como um processo de *produção de sentido* (capítulo 1, item 2) para a luta pela terra no Brasil e na Paraíba, em particular. Além do sentido que é dado à reforma agrária como reprodução das condições históricas de existência da agricultura familiar camponesa, a luta pela terra enseja um outro sentido possível, ou seja, a disputa por novas formas de convivência das pessoas umas com as outras, com o meio ambiente e com o Estado. Nesta perspectiva, a luta pela sobrevivência da família a partir da terra requer, como condição necessária a sua eficácia, a construção de novas relações sociais, produtivas e ambientais que superem as relações tradicionais de submissão, dependência e desqualificação da agricultura familiar.

O que a análise da experiência do Projeto Lumiar na Paraíba indica é que a construção dessas “*novas relações*” se dá a partir das possibilidades reais que os assentados têm de experimentar situações concretas de organização e produção formuladas por eles, ou por agentes externos, desde que os assentados tenham condições de estarem avaliando criticamente essas situações durante todo o seu desenvolvimento. É esse processo de avaliação, mais do que um modelo de desenvolvimento pré-determinado de fora e tido como definidor de metas necessárias a serem alcançadas, que permite aos assentados avançarem na capacidade de análise da relação entre as conjunturas locais e as de caráter mais geral da sociedade que alavancam ou limitam seus projetos de vida.

É a possibilidade de exercitarem esse processo permanente de avaliação sobre o vivido nos assentamentos que propicia aos assentados desenvolverem a capacidade de análise crítica das políticas públicas e de análise das diferentes propostas que emergem entre eles, para que produzam argumentos racionais que possam embasar suas escolhas, tanto no âmbito pessoal e familiar, como nas discussões coletivas e públicas. Ou seja, a produção de “*novas relações*” que propiciam novas formas de organização e produção decorre da avaliação crítica e permanente dos assentados sobre as práticas sociais efetivamente vivenciadas por eles. É daí que emergem as condições para que os assentados assumam racionalmente a responsabilidade por suas escolhas.

Todavia, essas condições, como a experiência do Projeto Lumiar verificou, não estão dadas. Essas condições são criadas pelo confronto com as práticas que objetivam submeter os assentados, seja à lógica dos interesses do capital, da burocracia estatal ou das estruturas organizativas dos movimentos sociais e das entidades a eles agregadas. Portanto, essas condições se constituem em oportunidades concretas de

autonomia frente ao que já está definido institucionalmente de fora para dentro dos assentamentos.

Essas práticas de autonomia, nos termos da orientação teórica assumida neste trabalho (capítulo 1), constituem exercícios emancipatórios frente à lógica histórica produzida pela relação submissão/resistência da agricultura camponesa e se referem a uma multiplicidade de aspectos da vida social e produtiva vivenciada pelos assentados.

A história da construção do espaço agrário da Paraíba revela as condições históricas que formaram as trajetórias sociais da população rural. No contexto dos assentamentos de reforma agrária, as condições de dependência continuam se reproduzindo, como reflexo de uma organização econômica, política e cultural do país que se mantém. É no interior desse contexto que as práticas de autonomia se expressam como práticas emancipatórias, como exercícios em busca de um novo padrão de relação com a terra e entre os agentes sociais envolvidos. É essa busca que constitui o campo de luta entre as tentativas de autonomia e as condições de reprodução da submissão e dependência.

Esse campo de luta se processa num contexto organizado de tal forma que favorece ao que está instituído historicamente e promove a desqualificação dos que reagem a essa situação. Por outro lado, os que reagem pretendem, muitas vezes, experimentar o que ainda não foi experimentado, necessitam de condições para criar o novo ou para experimentar o que ainda não foi suficientemente experimentado. Portanto, a perspectiva da autonomia requer possibilidades de experimentação, de debate, de um processo permanente de avaliação, de acertos e erros, nunca um caminho de mão única.

Como essas possibilidades só podem viabilizar-se no interior de um campo de luta, elas incorporam muitas ambigüidades, as quais se tornam o objeto das avaliações e das polêmicas, propiciando o desenvolvimento da capacidade de análise crítica, quando esses processos têm oportunidade de acontecer.

O Projeto Lumiar, concebido e vivenciado no interior desse campo, incorporou uma ambigüidade que o constituiu: planejado como mecanismo de inserção competitiva dos assentamentos no mercado de produtos agropecuários, tendo a melhoria da renda monetária dos assentados como critério de avaliação de seu desempenho como assistência técnica, acabou criando, conforme a metodologia participativa que formulava, possibilidades de exercícios de autonomia dos assentados frente a essa

lógica. O objetivo de melhoria de vida dos assentados, preconizado pelo Lumiar, incluía, para os assentados, a busca da criação de condições sociais e produtivas que se baseavam em outros parâmetros que não apenas o tipo de racionalidade econômica preconizada pelas diretrizes do Projeto.

Essa ambigüidade foi expressão do contexto de disputa política em que o Lumiar foi elaborado: disputa entre concepções e interesses políticos divergentes do Estado e dos movimentos sociais e existentes no interior de cada uma dessas instâncias. A formulação do Projeto foi resultado de um acordo negociado e não de um consenso.

No âmbito da experiência do Projeto Lumiar na Paraíba, conforme o que foi analisado neste trabalho, serão apresentados a seguir alguns destaques, em forma de síntese, relacionados aos principais aspectos que o caracterizaram como um campo de luta, abordando dois grandes temas: a) algumas das características do Projeto Lumiar e os principais elementos que constituíram sua metodologia de trabalho na Paraíba e b) alguns dos principais aspectos das práticas produtivas e organizativas que foram objeto de exercício de análise crítica dos assentados, durante a vigência do Projeto Lumiar, relacionados a perspectivas distintas sobre modos de vida, ou seja, sobre sentidos distintos esboçados pelos assentados a respeito da idéia de desenvolvimento.

1. O Lumiar na Paraíba: principais características e metodologia de trabalho

1.1. O caráter emergencial do Projeto Lumiar

Uma das características fortes do Projeto Lumiar foi seu caráter emergencial, expresso no próprio texto do documento oficial que definia suas diretrizes. Este foi, desde o início, um dos seus grandes limites: sua transitoriedade. Para todos os envolvidos na experiência do Projeto havia uma insegurança sobre a pertinência de investir recursos e expectativas em relação a algo sabidamente provisório. Os próprios objetivos do Projeto ficavam sob suspeita e, portanto, sua própria eficácia. Mais uma vez, o Estado mostrava-se incapaz de assegurar e dar prosseguimento aos esforços e recursos investidos em programa oficial voltado para o apoio institucional à reforma agrária.

A própria desativação do Projeto Lumiar deu-se por razões não explicadas, de forma clara e convincente, por parte do governo federal. Todas as avaliações sobre o

Projeto Lumiar, encomendadas e financiadas pelo INCRA, em âmbito nacional, apontaram resultados promissores, em termos de prática de assistência técnica, tendo os assentamentos acompanhados pelo Projeto, de um modo geral, conseguido desenvolver iniciativas importantes, tanto em relação à diversificação produtiva, a iniciativas de agregar valor à produção, a busca de alternativas de comercialização, quanto a experiências de gestão da produção e da vida social, particularmente do ponto de vista do resgate da possibilidade dos assentados exercitarem espaços de autonomia relativa frente ao Estado e, com isso, passarem a assumir as responsabilidades por suas decisões. (Echenique, 1998; INCRA, 1999; INCRA/FAO, 2000; Ramos, 2000; Leite e outros, 2004).

Os limites e equívocos do Projeto Lumiar apontados por esses estudos seriam passíveis de correção e não justificavam a sua desativação. Da mesma forma, os custos financeiros do Projeto eram reduzidos, se comparados com a abrangência do trabalho realizado pelos técnicos. Na Paraíba, os custos do Lumiar estavam em torno de R\$ 243,00 por família/ano, o que significa um custo bastante reduzido. Portanto, o argumento do alto custo financeiro do Projeto também não se sustenta como motivo para sua desativação.

O caráter de excepcionalidade dado ao Projeto facilitou ao governo federal desativá-lo de forma unilateral, no momento de sua conveniência política, não apontando nenhuma alternativa de assistência técnica aos assentamentos, a não ser, na Paraíba pelo menos, a assistência técnica da EMATER, reconhecida pelo próprio governo federal como inadequada.

Os interesses dos governadores de estado de canalizar recursos federais para sustentar seus serviços estaduais de extensão rural e terem controle político sobre esse serviço e o grau de autonomia que, em muitos estados, os assentamentos vinham construindo em relação ao controle do Estado, apoiados pelos técnicos do Lumiar, foram fatores fundamentais para a desativação do Projeto, conforme informações que hoje é possível obter junto a funcionários e técnicos do INCRA.

Portanto, o caráter emergencial dado ao Projeto Lumiar foi uma estratégia governamental para romper seu compromisso no momento que lhe fosse conveniente. No contexto de ascensão e de acúmulo de força política por parte dos movimentos sociais de luta pela terra, em 1996, o Projeto Lumiar foi formulado contemplando as reivindicações desses movimentos. Três anos depois, o governo federal rompe o que

tinha sido negociado, sem uma reação significativa por parte dos movimentos sociais, indicando a existência de um outro contexto político, diferenciado do anterior.

O caráter emergencial dado ao Projeto Lumiar e sua conseqüente desativação é indicativo de que a reforma agrária do Estado brasileiro só avança na medida exata da capacidade de pressão política dos movimentos sociais vinculados à luta pela terra. Esse é um dos motivos pelos quais o Lumiar, como resultado dessa capacidade de pressão política, foi, desde seu início, um campo de luta.

1.2. A inadequação do INCRA

O Projeto Lumiar esteve estruturalmente vinculado ao INCRA, tanto em âmbito nacional, como nos estados. A implantação e o acompanhamento do Projeto estava sob a tutela administrativa do INCRA.

No entanto, o próprio documento oficial que definia as diretrizes gerais do Projeto reconhecia que *“não caberia ao INCRA, como órgão executivo da política fundiária, executar programas de fomento e assistência técnica”*.

Essa inadequação do INCRA se expressou na prática da execução da assistência técnica de várias formas. Porém, o que mais se destacou como fator que produziu tensão durante toda a vigência do Projeto na Paraíba – na relação entre os técnicos do órgão, os membros da Equipe de Supervisão, os técnicos do Lumiar e os assentados – foi a lógica burocrática que prevalecia como forma de raciocinar dos funcionários do INCRA. Estes tinham seu desempenho profissional centrado no cumprimento e execução de normas burocráticas, rígidas e formais, decorrentes do papel central do órgão que é a desapropriação de terras e a implantação de infraestrutura física bem delimitada nos assentamentos: fundamentalmente a construção de casas, estradas de acesso, eletrificação e abastecimento de água.

Dessa forma, para os funcionários do INCRA, a execução do Projeto Lumiar deveria estar centrada no estabelecimento de metas operacionais e quantificáveis e no cumprimento dessas metas no prazo pré-estabelecido por um planejamento formal e técnico. Caberia ao INCRA fiscalizar a execução desse planejamento e a aplicação dos recursos financeiros disponibilizados pelo INCRA para as empresas de assistência técnica contratadas para execução do Projeto.

O caráter simplista e mecânico dessa lógica contrapunha-se com a complexidade do cotidiano da prática de assistência técnica produzida pela diversidade

de situações decorrentes da heterogeneidade das dinâmicas sociais existentes nos assentamentos.

Para uma prática de assistência técnica baseada na idéia da participação ativa dos assentados na sua execução, a complexidade do contexto onde essa assistência técnica era executada tornava-se mais relevante que as exigências burocráticas do INCRA. Os rumos da assistência técnica vinculavam-se muito mais aos processos sociais vivenciados nos assentamentos do que às exigências de execução de um planejamento pré-estabelecido.

O acompanhamento e a avaliação da prática de assistência técnica do Projeto Lumiar na Paraíba colocavam para a Equipe de Supervisão do Projeto e para suas Equipes Técnicas o desafio de analisar, de forma permanente e contínua, o cotidiano dessa prática no sentido de verificar como estava se dando a participação dos assentados nas decisões relativas à vida produtiva e organizativa dos assentamentos acompanhados pelo Lumiar. Esse acompanhamento exigia uma discussão permanente sobre o que fazer em cada uma das mais variadas situações, muitas delas inusitadas diante do planejamento que cada Equipe fazia de seu trabalho e diante das exigências formais estabelecidas pelo INCRA.

A proximidade cotidiana entre as Equipes Técnicas do Lumiar e os assentados, no enfrentamento de problemas muito concretos e de forte significação para os assentados, acabava criando para os técnicos um vínculo de compromisso com o encaminhamento de resolução desses problemas, muito mais do que com as cobranças formais do INCRA. A própria formulação oficial do Lumiar recomendava que os técnicos mantivessem uma “*relação de confiança*” com os assentados e suas organizações, “*apoiando e respeitando a cultura, os desejos, os processos de análise e, sobretudo, as decisões dos assentados e de suas organizações*”.

Essa concepção de assistência técnica como *processo educativo* contrapunha-se à concepção que prevalecia entre os funcionários do INCRA centrada em resultados, entendidos como *produtos* mensuráveis e quantificáveis.

No entanto, esse confronto teve desdobramentos importantes, pois, entre outros aspectos, produziu uma tensão permanente, que se intensificou com o desenvolvimento do Projeto. As Equipes Técnicas do Lumiar tinham que dar conta, de um lado, de seus compromissos com os assentados, com seus ritmos e demandas próprias e, de outro, de seus compromissos formais em relação ao INCRA, órgão ao qual tinham que prestar contas, como contratante formal e de fato, de seus serviços,

uma vez que, conforme a lógica vigente, quem maneja recursos financeiros maneja poder de decisão. Baseado nessa lógica e na sua forma burocrática de funcionamento, o INCRA fazia exigências, estabelecia prioridades, ritmos e prazos que se contrapunham ao que era demandado às Equipes Técnicas pelos assentados.

Essa tensão, fruto de um campo de disputa entre concepções distintas sobre o Projeto, prevaleceu durante todo o período de vigência do Lumiar, particularmente depois da mudança da direção da Superintendência Regional do INCRA, na Paraíba, como foi relatado no Capítulo 4.

A contratação terceirizada de empresas prestadoras de assistência técnica e a criação das Equipes Estaduais de Supervisão do Lumiar foram outros desdobramentos do reconhecimento oficial da inadequação do INCRA para o acompanhamento de um Projeto de assistência técnica, formulado nos termos do Lumiar.

A forma terceirizada de contratação dos serviços de assistência técnica visava dotar o INCRA de um corpo técnico que pudesse realizar esse trabalho, uma vez que o quadro funcional do órgão não tinha profissionais em número e qualificação necessária para isso. A opção por essa forma de contrato de trabalho reforçava o caráter emergencial do Lumiar, logo, não definia à assistência técnica um lugar definido na estrutura do INCRA ou do Ministério Extraordinário de Política Fundiária, revelando que ela não fazia parte de uma política permanente de apoio à reforma agrária. Essa situação criou um ambiente de instabilidade para os técnicos contratados, para a ação do próprio INCRA e para os assentados, pois esses contratos podiam ser rompidos a qualquer momento, conforme a lógica das “razões de Estado”.

Por ser a assistência técnica uma atividade fora da história e da competência formal do INCRA, um órgão deficiente para essa função, tanto em termos de acúmulo de experiência e de recursos humanos disponíveis para mais uma tarefa que se sobrepunha, com forte carga de trabalho, às usuais, é que os formuladores do Projeto incorporaram profissionais de fora do INCRA, particularmente de universidades, para assessorarem o acompanhamento das ações de assistência técnica, criando as chamadas “Equipes de Supervisão”.

Na Paraíba, assim como em outros estados (Moreira, 1997a), os profissionais contratados para comporem a Equipe de Supervisão foram indicados pelo MST e pela CPT. Eram professores universitários com histórias de compromisso com a luta dos movimentos sociais pela reforma agrária, através de seus trabalhos de pesquisa e extensão.

Essa característica, comum aos membros externos ao INCRA que integraram a Equipe de Supervisão do Lumiar na Paraíba, contribuiu para o reforço da concepção de assistência técnica como trabalho educativo, baseado na participação efetiva dos assentados na gestão do Projeto. Este fato, quando da mudança da Superintendência do INCRA local, acirrou a tensão e o campo de disputa sobre o encaminhamento do Projeto, culminando com a destituição dessa Equipe pelo INCRA e a nomeação de outra Equipe formada por profissionais escolhidos, exclusivamente, pelo Superintendente da época.

Esse confronto confirma, mais uma vez, que o campo de disputa em torno da reforma agrária não se resume apenas aos conflitos agrários, mas estende-se à disputa de poder pela hegemonia entre interesses e concepções distintos vinculados à forma de gestão de recursos físicos e financeiros, de gestão dos processos de produção, de saber, de formas de gestão da vida social e política nos assentamentos.

Nessas condições, a assistência técnica, que acaba tratando de todos esses aspectos, não pode ser concebida apenas a partir de uma hipotética racionalidade científica neutra. Da mesma forma, o planejamento e a avaliação dessa assistência técnica tem que incorporar o conflito e a disputa política como componentes de seu objeto de trabalho.

No caso da agricultura camponesa, particularmente nas áreas de reforma agrária, a assistência técnica requer uma metodologia que viabilize a gestão, por parte dos atores envolvidos, dos diversos interesses, sejam convergentes ou conflitantes. Não se trata apenas de construir canais desobstruídos de comunicação entre os vários agentes envolvidos no campo da reforma agrária, mas, sobretudo, de construir práticas organizativas democráticas que possibilitem o exercício efetivo de análise, discussão, implementação e avaliação de alternativas para essa agricultura e a seus atores, de superação da submissão econômica, cultural e política.

Neste caso, a gestão de conflitos não se viabiliza pela criação de mecanismos de convencimento e de cooptação dos assentados para aceitarem e incorporarem como suas as razões institucionais do Estado ou de qualquer outra entidade. Não se trata também de buscar, sob qualquer pretexto, consensos artificiais e provisórios pelo silêncio ou adiamento das discordâncias, pois elas emergirão mais adiante, às vezes, de forma irracional. O desafio é criar espaços e mecanismos para que as divergências possam ser explicitadas, debatidas e enfrentadas.

A prática do Projeto Lumiar demonstrou que quando a assistência técnica coloca-se, como ocorreu em situações pontuais na Paraíba, a serviço de exercícios de emancipação dos assentados, tem que enfrentar as conseqüências do campo de disputa que essa opção incorpora.

Praticar uma assistência técnica que incentiva, apóia e avalia um campo de experimentação de alternativas de emancipação, exercitado com os próprios camponeses, implica enfrentar as práticas que se contrapõem a essa possibilidade, vindas, entre outros lugares, de setores do próprio Estado, como o INCRA, no caso da Paraíba.

Se o INCRA/PB mostrou-se inadequado para o desenvolvimento do Projeto Lumiar, conforme as concepções elaboradas e aceitas pelo próprio órgão em âmbito nacional, foi eficiente no desmantelamento do Projeto, ou seja, na execução da estratégia governamental de desmontar o Projeto no momento que lhe fosse conveniente, o que já estava previsto desde seu início, pela definição de seu caráter emergencial.

Portanto, o Lumiar nunca foi um Projeto aceito completamente na esfera governamental, tendo sido elaborado e executado em um momento de ascensão dos movimentos sociais de luta pela terra. Residia aqui a sua importância e a sua fragilidade.

A sua importância, nesse contexto, se deu por dois fatores principais. Foi resultado de um amplo debate que envolveu os próprios movimentos sociais, assim como entidades e intelectuais com experiência na área da reforma agrária.

Mas, principalmente, indicava uma disposição dos movimentos sociais, em particular do MST, de tornar os assentamentos espaços efetivos de construção concreta de alternativas de modelos de desenvolvimento rural, baseados na agricultura familiar camponesa. Neste sentido, a luta pela terra ultrapassava o caráter tático de arregimentação de trabalhadores para a luta ideológica contra a sociedade capitalista e para a constituição de um partido de massa que comandasse essa luta, para pensar a reforma agrária como uma estratégia de transformação da realidade fundiária do país e, fundamentalmente, como um campo de exercícios de construção de um outro modelo de desenvolvimento rural. Nesta perspectiva, a assistência técnica tornava-se fundamental como mecanismo de apoio para essa construção.

A ênfase na participação e autonomia dos assentados na gestão do Lumiar refletia essa perspectiva, como resultado das negociações efetivadas entre o governo

federal e os movimentos sociais, principalmente o MST e a CONTAG, durante a elaboração das concepções e diretrizes operacionais do Projeto.

Por outro lado, a fragilidade do Lumiar estava exatamente no fato de ter sido concebido e elaborado em um contexto provisório de ascensão dos movimentos sociais de luta pela reforma agrária. Portanto, foi reflexo de um contexto particular, onde o governo federal aceitou a implantação do Projeto, não como uma opção estratégica de política de apoio à reforma agrária, mas, como resultado de um processo de negociação, visando atender, conjunturalmente, parte das reivindicações feitas pelos movimentos sociais naquele momento. O caráter emergencial do Lumiar confirma essa circunstância. Mudada a correlação de forças, o Projeto foi extinto.

O desenvolvimento do Lumiar na Paraíba refletiu claramente o peso dessa correlação de forças. Quando do início de sua implantação no estado, a Superintendência do INCRA local estava sendo exercida por profissionais indicados pelos movimentos sociais e com longa história de compromisso com a luta pela terra. Nesse contexto, a composição da Equipe Estadual de Supervisão do Projeto envolveu profissionais com esse mesmo perfil, o que permitiu que a participação dos assentados na gestão do Projeto fosse exercitada e incentivada.

Essa participação era considerada, por esses profissionais, como condição para o exercício de autonomia dos assentamentos no planejamento e execução de suas alternativas de desenvolvimento produtivo e de organização social. A reflexão crítica dos resultados desse exercício, por parte dos assentados, técnicos e outros agentes sociais envolvidos no processo, permitiria a construção coletiva de novos modelos de desenvolvimento para a agricultura camponesa no estado.

No entanto, mudada a conjuntura política, conforme foi explicitado no Capítulo 4, mudou a Superintendência local. O INCRA passou a ser aparelhado em função das disputas político-eleitorais estaduais e nacionais. A autonomia dos assentados na gestão do Lumiar passou a ser fortemente questionada. A lógica da cobrança de resultados quantificáveis, que pudessem ser apresentados como números da eficácia da “*ação do governo federal*” e a conseqüente desqualificação dos processos sociais que estavam sendo vivenciados, prevaleceu.

Entre os fatores que contribuíram para esse fato, além da inadequação e aparelhamento do INCRA, dois deles merecem destaque. Um deles diz respeito ao tipo de envolvimento que os movimentos sociais ligados à luta pela reforma agrária no estado – o MST, a CPT e a FETAG – tiveram com o Projeto Lumiar, o que será

analisado mais adiante. Um outro fator diz respeito à ausência de uma instância formal na estrutura de organização do Lumiar que contemplasse uma participação direta dos assentados na implantação, acompanhamento, avaliação e gestão do Projeto.

Quem exercia, teoricamente, essa função era a Comissão Estadual do PROCERA/LUMIAR, formada por representantes de órgãos públicos (INCRA, BNB, EMATER, INTERPA/Secretaria Estadual de Agricultura) e com uma participação minoritária de representantes dos movimentos sociais, no caso da Paraíba, um representante do MST e um outro da FETAG. No entanto, não havia uma instância de decisão formal sobre o Projeto que congregasse representantes dos assentamentos atendidos pelo Lumiar.

O trabalho da Comissão esgotava-se na análise dos projetos de financiamento do PROCERA/PRONAF aos assentamentos e a aspectos meramente formais e burocráticos relacionados ao Lumiar. Portanto, o que prevalecia na Comissão era a visão administrativa e burocrática dos órgãos públicos ou reivindicações pontuais formuladas pelo MST ou FETAG.

Prevalecia na Comissão um acordo tácito de que, como os recursos para financiamento do Lumiar vinham do INCRA, o que esse órgão decidisse sobre o Projeto seria acatado. Os assentados, como clientela assistida pelo Projeto, deveriam submeter-se a essas decisões, assim como os técnicos contratados para prestar serviço ao Projeto. A obediência às normas administrativas dos órgãos públicos, assim como as razões de seus funcionários, estavam acima de qualquer outro tipo de argumentação.

Roberto José Moreira, ao analisar a proposta do Lumiar, perguntava: *“Qual é a organização que representará os diferentes assentados?”* (Moreira, 1997a). Sobre a questão organizativa dos assentados na gestão do Lumiar, ele afirmava: *“Se não for levada a sério, ou seja, se for apenas uma peça de discurso, o problema organizacional poderá inviabilizar o sucesso do Projeto, pois os aspectos participativo, educativo e organizacional acalentados pelo Lumiar não terão como se realizar. Os assentados não terão uma instância legitimada para a prática educativa dos processos decisórios que, espera-se, levará à autogestão do assentamento.”* (idem: 168).

A prática da assistência técnica, que procurou apoiar e incentivar a autonomia dos assentamentos, teve que se confrontar com as concepções autoritárias vindas de setores do Estado. A falta de uma instância organizativa dos assentados na gestão do Lumiar contribuiu para que estes não tivessem oportunidade de avaliar e discutir a real dimensão e significado político desse confronto.

Cada assentamento avaliava o trabalho da Equipe Técnica no âmbito das práticas que cada uma delas desenvolvia no interior da comunidade. Faltou a possibilidade dos assentados terem acesso a um mecanismo de acompanhamento e avaliação mais sistemático do Lumiar, como política pública de apoio à reforma agrária, que pudesse dar conta de todos os campos de disputa que o Projeto vivenciou.

A participação dos assentados na gestão global do Lumiar, no plano estadual, como estrutura organizativa do próprio Projeto, poderia ter sido esse mecanismo. Essa participação, por sua dimensão educativa, poderia ter criado condições para que os assentados participassem, juntamente com as Equipes Técnicas, do processo de enfrentamento das tendências de burocratização do Projeto ou das tentativas de seu aparelhamento para objetivos divergentes a que ele se propunha, seja por setores do Estado, por setores dos movimentos sociais, por parte dos técnicos que implementavam o Projeto, ou por parte de alguns assentados.

Além disso, esse mecanismo, pela força política que poderia ter dado aos assentados na gestão do Lumiar, criaria condições para que eles pudessem fazer propostas visando ao aprimoramento do Projeto e se posicionar, de maneira organizada e coletiva, a respeito de sua desativação, feita de forma unilateral por parte do governo federal e com a presteza do INCRA local, como ocorreu.

Resumindo, o caráter emergencial do Lumiar, a inadequação do INCRA para o acompanhamento do Projeto, a forma terceirizada de contratação das Equipes Técnicas, a falta na estrutura organizacional do Lumiar de uma instância que garantisse a participação de representantes dos assentamentos atendidos pelo Projeto em sua gestão foram fatores que contribuíram para a fragilidade do Projeto.

Essa fragilidade compunha o campo de disputa produzido em torno da reforma agrária. Ao atender a reivindicação dos movimentos sociais de dotar os assentamentos de uma assistência técnica formulada com a participação desses movimentos e assessorada por profissionais indicados por eles, o governo federal criou, para seu uso, mecanismos de controle sobre o andamento do Projeto. Esses mecanismos revelaram que os objetivos do Lumiar de contribuir para o desenvolvimento da autonomia dos assentamentos foi possível ser formulado em um período de ascensão dos movimentos sociais de luta pela terra e foi resultado da força política que acumularam naquele momento.

Na medida em que o Projeto Lumiar foi conseguindo contribuir para o exercício dessa autonomia, o Estado usou seus mecanismos de controle previstos no

próprio Projeto. No entanto, de forma tensa e conflituosa, esses exercícios ocorreram de fato, como foi reiteradamente descrito e comentado durante este trabalho. Mesmo que esses exercícios tenham sido iniciais e frágeis como consolidação de processos de emancipação dos assentados, eles foram suficientes para indicarem a capacidade, as possibilidades e os desafios dos assentados de caminharem nessa direção e foi aí que residiu a força e a importância da experiência do Lumiar.

1.3. As Equipes Técnicas

Um outro aspecto que merece destaque na experiência do Lumiar foi o trabalho multidisciplinar desenvolvido pelas Equipes Técnicas. O fato dessas equipes serem formadas, conforme determinação das diretrizes do Projeto, por profissionais da área agrônômica e social, com formação e experiências profissionais diversas, possibilitou, durante todo o andamento do Projeto na Paraíba, um debate permanente sobre os mais variados problemas dos assentamentos, não só entre os membros de uma mesma equipe, mas também entre todos os profissionais envolvidos na assistência técnica, assim como os da Equipe de Supervisão.

Os assuntos e problemas ligados à produção ou à organização social dos assentados, assim como as ações a serem desenvolvidas pelos técnicos em cada caso, eram sempre debatidos em comum por todos. Os técnicos da área social participavam das atividades ligadas mais diretamente aos da área agrônômica e vice-versa.

Essa dinâmica possibilitou uma participação integrada dos técnicos, em que a especialidade de cada um entrava no momento da discussão sobre o diagnóstico e avaliação do que estava acontecendo e do planejamento das ações a serem desenvolvidas. Os principais problemas que ocorriam na prática da assistência técnica eram vivenciados por todos os membros da equipe, fossem ligados à produção; ao crédito; à comercialização; à organização coletiva do assentamento, das mulheres, jovens, grupos de interesse ou à associação.

Mesmo que a realização de cada tarefa fosse de responsabilidade de um ou mais técnico, conforme suas habilidades, a sua execução era acompanhada pela Equipe, principalmente, quando se referia a assuntos ou situações mais críticas.

Esse tipo de procedimento permitiu ao conjunto dos técnicos uma visão mais integrada dos problemas a serem trabalhados, assim como da reforma agrária como um todo, o que possibilitava uma atuação mais qualificada da assistência técnica.

No entanto, a construção dessa forma de trabalhar não foi tranqüila. O que prevalecia, no início, era a lógica dos “especialismos”, onde a prioridade era a visão dos técnicos da área agrônômica, cada um pensando a sua atuação conforme sua especialidade. A complexidade da realidade dos assentamentos e a dinâmica social vivenciada mostraram rapidamente que essa visão era inadequada, pois os principais problemas não se encaixavam nesses especialismos e a demanda dos assentados para os técnicos era muito mais abrangente. O debate sobre esse desafio foi, gradativamente, construindo uma forma de trabalhar mais integrada e solidária entre os técnicos.

A participação de mulheres técnicas, tanto da área social como da área agrônômica, nas equipes, permitiu também construir uma interlocução com os assentados que ultrapassasse a relação, inicialmente valorizada, apenas com os homens chefes de família. A interlocução com as mulheres assentadas aprofundou-se por iniciativa, pelo menos inicialmente, das técnicas mulheres. Com o andamento do Projeto, a forma integrada de trabalho das equipes, o trabalho com as mulheres e, posteriormente, com os jovens contribuiu para que a assistência técnica fosse pensada e executada, tendo a agricultura familiar como referência e não apenas a produção e organização conforme a visão dos chefes de família.

Um outro aspecto relativo aos técnicos que participaram da experiência do Lumiar na Paraíba é que, depois de desativado o Projeto, a grande maioria deles, tanto da área agrônômica como da social, continuaram trabalhando com os assentamentos. Foram absorvidos para serem assessores do MST, da CPT, da FETAG ou foram trabalhar no INCRA, em outras ONGs existentes no estado ou em outros projetos governamentais junto aos assentamentos, como, por exemplo, o Projeto Dom Hélder. Alguns outros foram fazer pós-graduação, analisando aspectos dessa experiência.

Este fato indica que a experiência do Lumiar foi, para esses técnicos, uma oportunidade real de afirmação profissional. Além disso, apesar do Lumiar não ter tido oportunidade de ser avaliado de forma organizada pelas entidades citadas acima, o fato delas terem absorvido parte de seus técnicos é um indicativo de que houve, de alguma forma, uma valorização positiva sobre o trabalho realizado por eles.

Essa valorização é diferenciada para cada uma dessas entidades, pelo perfil diferenciado dos técnicos que cada uma delas absorveu. Pelo campo de disputa que configurou o Lumiar na Paraíba, esse Projeto permitiu revelar perfil de profissionais integrados às várias concepções sobre reforma agrária existente no estado. Porém,

segundo depoimentos colhidos junto a vários deles, a referência comum tem sido sempre a experiência do Lumiar.

Nesses depoimentos informais feitos por esses técnicos ao autor, depois de cerca de quatro anos da desativação do Projeto, a afirmação mais comum é de que o Lumiar foi a melhor oportunidade que tiveram para sua formação profissional. Eles destacam alguns dos aspectos que mais contribuíram para essa formação: a possibilidade que tinham de discutir, de forma sistemática e permanente, a prática de trabalho, a possibilidade de formação política ligada às questões da reforma agrária e da agricultura familiar e o contato diário com os assentados, o que permitia pensar a prática da assistência técnica a partir dessa relação de proximidade entre eles. Todos eles lamentam a desativação precoce do Lumiar.

Um outro fator que eles apontam como a principal dificuldade era a existência de divergências entre os técnicos, entre os assentados, os conflitos com o INCRA e com os movimentos sociais. Porém, alguns comentam, em tom de lamento, que nesse tipo de trabalho essas divergências são esperadas. Outros afirmam que foram essas divergências que permitiram que eles fizessem suas escolhas relacionadas à assistência técnica de forma mais consistente. De qualquer forma, a principal característica do Lumiar como um campo de disputa não só não passou despercebida para os técnicos, como serviu de referência para suas futuras atuações profissionais. Afinal, o campo de disputa em torno da reforma agrária continua. A inserção desses técnicos nesse campo, através do Lumiar, permitiu, daí em diante, pelo menos, uma inserção menos ingênua.

1.4. O envolvimento dos movimentos sociais

A condição de o Projeto Lumiar ter sido elaborado e implementado como decorrência de reivindicações do MST e CONTAG e resultado de um processo de negociação dessas entidades com o governo federal produziu desdobramentos diferenciados na atuação das entidades que acompanhavam os assentamentos no estado, ou seja, o MST, a CPT e a FETAG em relação ao envolvimento que tiveram no acompanhamento da execução do Projeto.

Como já foi assinalado no Capítulo 4, o MST indicou um de seus membros para participar formalmente da Equipe de Supervisão do Lumiar no estado, indicou técnicos para comporem as Equipes Técnicas que passaram a atuar nos seis

assentamentos vinculados politicamente ao movimento e acompanhou o desenvolvimento do Projeto no âmbito desses seis assentamentos. A CPT apenas endossou os nomes dos membros da Equipe de Supervisão do Projeto e absteve-se de qualquer outra participação formal na implementação do Lumiar, para que, segundo sua coordenação, pudesse ter um distanciamento crítico sobre o andamento do Projeto. A FETAG participou apenas com a indicação de um membro de sua diretoria para compor a Comissão Estadual do PROCERA/LUMIAR, tendo um desempenho formal e burocrático no âmbito estrito dessa Comissão.

Em que pese a importância dessas entidades na história da luta pela terra na Paraíba, em relação ao envolvimento delas no desenvolvimento do Projeto Lumiar, algumas questões merecem destaque, pois são indicativos do tipo de concepção que predominava em cada uma delas, nesse período, sobre a questão do desenvolvimento dos assentamentos.

A participação meramente formal da FETAG na composição da Comissão Estadual do PROCERA/LUMIAR sugere a adoção de uma concepção burocrática, e muitas vezes oportunista, que prevalece em vários setores do movimento sindical, no que diz respeito ao envolvimento com projetos governamentais que implementam políticas públicas determinadas. O distanciamento da FETAG, naquele momento, do que ocorria nos assentamentos explica e revela essa concepção. Não tendo o que contribuir com o debate sobre os rumos da reforma agrária no estado, por falta de uma prática sindical sistemática junto aos assentamentos, a FETAG resumiu sua participação, basicamente, em verificar, junto com os técnicos governamentais da Comissão, se as normas formais dos projetos oficiais estavam sendo cumpridas pelos técnicos do Lumiar e pelos assentados. Nesse sentido, acabou endossando a visão burocrática e, portanto, simplista, que prevalecia no INCRA sobre o significado e os desafios de um projeto de assistência técnica como o Lumiar.

A CPT estadual, no período de vigência do Lumiar priorizava, no seu acompanhamento e apoio, as áreas de conflito de terra no estado. Essa prioridade e seu posicionamento de distanciamento da gestão do Lumiar eram as razões da entidade para não aceitar acompanhar, nem mesmo discutir, as práticas e os problemas vividos nos assentamentos em torno da assistência técnica. Por mais que tenham sido feitas várias tentativas por parte da Equipe de Supervisão do Projeto e da diretoria da COAGEP, uma das empresas prestadoras de serviço técnico ao Lumiar, a CPT não aceitou nenhum convite para participar de um processo de avaliação sistemática do Projeto.

Prevalecia na CPT a lógica linear de que, se o Projeto era do governo FHC, contrário à reforma agrária, então era um projeto comprometido com esse governo. Participar do Lumiar seria validar as políticas de reforma agrária do governo federal. Além disso, os coordenadores da CPT afirmavam que os técnicos do Lumiar não tinham compromisso político com os trabalhadores.

Essa concepção que pensa o Estado como um bloco homogêneo e integrado não permitiu a CPT perceber que o Projeto Lumiar foi resultado de um processo de mobilização dos próprios trabalhadores que lutam pela reforma agrária e da força política que essa luta conseguiu acumular naquele momento. Não permitia perceber que qualquer ação no campo da reforma agrária é sempre um campo de luta, seja aquilo que é desenvolvido pelo Estado ou por qualquer dos movimentos sociais, inclusive a CPT. Não permitia perceber a oportunidade do Lumiar ser um espaço de formação política para os técnicos, uma vez que essa formação só seria possível mesmo a partir da prática da assistência técnica junto aos assentados, considerando que é difícil encontrar profissionais preparados de antemão para o embate político que a reforma agrária requer.

Mas, principalmente, a CPT não percebia, por se recusar a acompanhar o que estava acontecendo no cotidiano da relação dos técnicos do Lumiar com os assentados, a riqueza de oportunidade de debates e de reflexão que essa relação propiciava. A CPT não conseguiu perceber que um exercício de formação política, para todos os envolvidos nas mais variadas situações vividas nos assentamentos, estava ocorrendo de forma muito concreta. Para essa entidade, a formação política só ocorria nos espaços formais produzidos por ela e sob seu controle.

A CPT, naquele momento, não conseguia ver a importância dos embates políticos que ocorriam entre concepções distintas existentes entre os assentados sobre os mais variados temas e que a presença dos técnicos do Lumiar propiciava espaços para que esses embates se processassem. A CPT não conseguia perceber que o Projeto Lumiar acabou se transformando em um canal de embate político entre os assentados e as ações do governo federal, através do INCRA, do BNB, do PROCERA e, posteriormente do PRONAF, assim como entre os assentados e o poder local.

Ao reduzir o Lumiar a um mero projeto governamental e, por isso, ao se recusar a acompanhar o que ocorria a partir dele, a CPT perdeu a oportunidade de contribuir com as reflexões que os assentados produziam sobre o campo de disputa que o Lumiar significou.

A CPT justificava sua posição em relação ao Lumiar apontando os limites formais do Projeto, os equívocos e limites da ação dos técnicos. Esse tipo de argumentação parecia revelar resquícios de uma concepção idealizada de que somente os “puros” no “compromisso com o povo” merecem respeito e que qualquer interlocução com o Estado, que não fosse a denúncia e a reivindicação pontual, colocaria esse compromisso sob suspeita.

Colocar a interlocução com o Estado sob suspeita justifica-se pelo reiterado descompromisso, desqualificação e repressão de ações governamentais, durante a longa e dura luta pela terra desenvolvida pelos trabalhadores, acompanhada e apoiada pela CPT da Paraíba. No entanto, pensar o Estado como um bloco homogêneo e não verificar que, em seu interior, reproduzem-se as contradições e disputas existentes na sociedade, fez com que a CPT se ausentasse e, portanto, se desqualificasse para o debate sobre propostas concretas a respeito de políticas públicas de apoio aos assentamentos.

Essa ausência correu o risco de contribuir para que os assentados não tivessem condições de participar, de forma ativa, na formulação dessas políticas, ficando na dependência de formulações que vinham de fora deles. Portanto, essa ausência contribuía para que os trabalhadores não tivessem um projeto político, minimamente elaborado, que pudesse servir de horizonte e que desse sentido à luta pela reforma agrária no país e na Paraíba, em particular.

A experiência do Projeto Lumiar confirmou que é insuficiente sustentar a luta pela reforma agrária apenas nos princípios de justiça social, através da democratização do acesso à terra. Os desafios políticos são muito mais abrangentes e complexos e, mesmo assim, foi possível comprovar que os trabalhadores têm condições de participar, ativa e concretamente, do enfrentamento desses desafios, inclusive na relação com o Estado. Criar espaços para reflexão, análise e debate sobre os problemas enfrentados no cotidiano dos assentamentos é uma forma de viabilizar esse enfrentamento. A partir disso, é possível ir construindo projetos políticos e formas organizativas que dêem direção a essa problematização do cotidiano, de tal forma que os assentados não fiquem na dependência exclusiva das formulações políticas do Estado.

A ausência da CPT nessa construção era contraditória com a importância fundamental que teve na produção da história da luta pela terra na Paraíba, a partir de 1974 (Moreira, 1997 e Moreira e Targino, 1997) e com a importância que a entidade

sempre deu à participação dos trabalhadores em todas as decisões que lhe dizem respeito.

No entanto, a CPT, após a desativação do Lumiar pelo governo federal e a ausência de assistência técnica nos assentamentos, e ao passar a dar importância a um acompanhamento sistemático aos assentamentos, considerou necessário contratar alguns técnicos para assessorá-la nesse trabalho. Foi no quadro de técnicos que trabalharam no Lumiar que a CPT encontrou aqueles que poderiam corresponder às suas necessidades.

O MST, diferentemente da CPT, participou da gestão do Projeto Lumiar da Paraíba com a indicação de um de seus militantes para compor a Equipe de Supervisão do Projeto e indicou técnicos para serem selecionados a fim de comporem as Equipes Técnicas que iriam trabalhar nos seis assentamentos que o Movimento acompanhava, na época, no estado.

No entanto, o MST centralizou seu acompanhamento do desenvolvimento do Lumiar, apenas nesses assentamentos, não se interessando pelo que ocorria nos demais assentamentos acompanhados pelo Projeto. Além disso, considerava ingerência externa no Movimento qualquer tentativa de debate sobre os rumos da assistência técnica nessas áreas feitas pelos outros membros da Equipe de Supervisão do Projeto.

O MST considerava os técnicos do Lumiar como militantes do Movimento e, portanto, deveriam estar submetidos às decisões políticas de sua direção. A organização coletiva da vida social e da produção era um princípio político fundamental a ser implementado pelos técnicos do Lumiar. Qualquer tentativa de debater e questionar esse princípio era considerado como um desvio político grave, fosse pelos técnicos ou pelos assentados.

Na época, essa visão centralizadora e autoritária do MST na Paraíba criou uma tensão muito grande entre os técnicos e os assentados, produzindo, como consequência, muitas dificuldades na relação entre a direção do Movimento e suas bases nos assentamentos, reproduzindo conflitos vividos e analisados por vários autores em outras regiões do país. (Caume, 2002; Feix, 2001; Souza, 1999; Bonavigo, 1998; Duarte, 1998; Gaiger, 1994; Andrade, 1990).

Esse isolamento do MST, no interior de suas próprias concepções, e a dificuldade de relativizar sua ortodoxia política dificultou a percepção da riqueza de componentes políticos presentes na diversidade de concepções existentes entre os assentados e nas situações problemáticas produzidas pela relação dos assentamentos com o Estado e com seu entorno.

Por argumentos diferentes da CPT, mas também por um raciocínio simplista, o MST perdeu a oportunidade de avançar no debate sobre os desafios enfrentados pela reforma agrária, a partir de um projeto de assistência técnica que o próprio Movimento participou de sua elaboração. Com isso, perdeu a oportunidade de ir além de uma formulação idealizada sobre a luta pela reforma agrária como tática para a construção de uma sociedade socialista. Perdeu a oportunidade, pela postura autoritária frente aos assentados e técnicos, de acumular discussões e saber para a formulação de um projeto político consistente que possa orientar e agregar força política à luta pela reforma agrária, na disputa com outros projetos políticos que a desqualificam ou a reduzem à lógica do capital.

Mais recentemente, o MST tem feito autocrítica e revisto essa sua postura e tem agregado pessoas e grupos para contribuir com a elaboração de um projeto político de apoio à agricultura camponesa no país. (Carvalho, 2004).

A importância fundamental da CPT e do MST na construção da história da luta pela terra na Paraíba, durante as duas últimas décadas do século passado, é amplamente aceita entre os trabalhadores sem terra e assentados, assim como por vários estudos, entre eles, o já clássico estudo de Emília Moreira (1997), Moreira e Targino (1997), Lazzaretti (2003), Varela (2003). A forma como a CPT e o MST participaram do Projeto Lumiar da Paraíba não diminui em nada essa importância. Essa participação revela apenas como, naquele momento, essas entidades se posicionaram no interior do campo de luta que esse Projeto suscitou e, portanto, indicava como se posicionavam no campo de luta mais geral da reforma agrária.

Evidentemente, qualquer posicionamento no interior de um campo de luta induz ao debate e à avaliação crítica. As razões da CPT e do MST, assim como da FETAG, para um acompanhamento insuficiente ou equivocado do que ocorria nos assentamentos foram objeto de análise e autocrítica por parte dessas próprias entidades, uma vez que cada uma delas reformulou sua forma de presença junto aos assentamentos.

No período do Lumiar, a prioridade da CPT centrada nas áreas de conflito, o acompanhamento eventual e esporádico dos assentamentos e uma prática voluntarista com pouca reflexão foram revistos e a entidade inverteu sua prioridade, passando a acompanhar e discutir, de forma sistemática e organizada, as várias políticas públicas voltadas para as áreas de reforma agrária.

O MST superou a prática autocentrada em seus dogmas políticos do tempo do Lumiar para a construção de espaços que favoreçam o debate democrático com suas próprias bases e com outros atores envolvidos com a luta pela reforma agrária, como, por exemplo, construindo espaços de formação de seus militantes junto a universidades públicas da Paraíba.

A FETAG, do envolvimento meramente burocrático com o Lumiar, passou a organizar um corpo técnico para participar, como movimento sindical, da implantação e acompanhamento, em vários assentamentos do estado, de projetos governamentais.

Não foi, é claro, a experiência do Projeto Lumiar, entre 1997 a 2000, que induziu essas transformações. Elas foram operadas pela própria dinâmica da luta pela reforma agrária no país depois desse período, configurando novos posicionamentos e novas práticas, o que não é objeto deste estudo. No entanto, é possível afirmar que essas novas práticas das entidades não se devem apenas a mudanças no contexto político mais geral do país em relação à reforma agrária, até porque não houve mudanças significativas, por isso revelam processos internos de avaliação de suas práticas usuais.

A análise do posicionamento dessas entidades em relação ao Lumiar indicou a insuficiência das concepções que prevaleciam nelas, no período de duração do Projeto, sobre a luta pela reforma agrária. As mudanças nessas concepções que cada uma das entidades operou, por razões e objetivos próprios, validam a afirmação dessa insuficiência.

O descaso com que trataram o Projeto Lumiar foi um dos desdobramentos da insuficiência das concepções políticas que prevaleciam na CPT, MST e FETAG, na Paraíba. Esse Projeto foi resultado de negociação das instâncias nacionais dessas entidades junto ao governo federal, portanto, uma reivindicação legitimada pelo próprio movimento dos trabalhadores sem-terra e assentados e viabilizada pela força política que esse movimento conseguiu acumular. Portanto, não foi um descaso em relação a um projeto governamental, mas em relação à implementação de uma reivindicação do próprio movimento.

Se essas entidades tivessem aceitado participar mais ativamente da gestão e do acompanhamento do Projeto Lumiar na Paraíba, provavelmente os debates e as disputas vividas a partir dele teriam tido uma repercussão maior no contexto da luta pela reforma agrária no estado. Se essa participação tivesse ocorrido, a desativação do Projeto, realizada de forma unilateral pelo governo federal poderia ter tido

oportunidade, pelo menos, de ser discutida, uma vez que caracterizou uma quebra de compromisso do que tinha sido negociado com o movimento dos trabalhadores.

Além disso, se tivesse havido tal participação, essas entidades teriam condições de contribuir, de forma mais consistente e qualificada, na formulação, avaliação e no debate sobre as políticas de reforma agrária do governo Lula, e na implementação delas na Paraíba, pelo menos no que se refere à questão da assistência técnica, pelas discussões e avaliações que poderiam ter acumulado a partir do Lumiar.

1.5. A metodologia do Lumiar na Paraíba

As diretrizes gerais do Projeto Lumiar definiam um princípio metodológico básico que deveria nortear a prática da assistência técnica a ser implementada pelo Projeto: “*respeito à autonomia dos assentados para decidir sobre todas as questões que afetem seus interesses*”.

Como desdobramento desse princípio, essas diretrizes definiam uma concepção de desenvolvimento que “*se faz como uma **espiral crescente**, permitindo o aperfeiçoamento gradual da organização e da produção em cada ciclo da sistemática de atuação, pela aprendizagem coletiva, tanto dos próprios assentados como das equipes técnicas que os apóiam*”.

Na falta de um projeto político claro que definisse o lugar da reforma agrária em um processo estratégico de desenvolvimento do país, tanto por parte do governo federal como pelos movimentos sociais, que norteasse o desenvolvimento dos assentamentos e, portanto, a própria assistência técnica, o que prevaleceu como norma orientadora da prática do Projeto Lumiar na Paraíba foram seus princípios metodológicos e sua concepção processual de desenvolvimento centrada na dinâmica da participação e da autonomia dos assentados: democratizar o poder de decisão dos assentados criaria as condições para a chamada *espiral* de desenvolvimento.

De um lado, essa concepção suscitou o que de mais interessante ocorreu na experiência do Projeto Lumiar na Paraíba, pela oportunidade que ofereceu para que as expectativas distintas existentes entre os assentados sobre a reforma agrária emergissem e se confrontassem, através de debates e disputas políticas. Por outro lado, ela revelou a inconsistência das políticas do Estado para criar as condições que dessem sustentação às demandas desse processo participativo, gerador de uma hipotética *espiral* de desenvolvimento dos assentamentos.

Ou seja, o exercício dos princípios metodológicos assumidos pelo Lumiar foi responsável pelo que de melhor foi produzido no âmbito da assistência técnica, no entanto, a falta de um projeto político de Estado que desse consistência à reforma agrária, criando condições de sustentabilidade ao desenvolvimento dos assentamentos, criou os limites para esse exercício.

Uma metodologia de trabalho, por mais rica que possa ser na produção de condições sociais de cidadania, emancipação, superação da dependência e submissão, não é suficiente em si mesma para o enfrentamento político que desdobra dela. No entanto, ela pode ser rica como exercício e procedimento para revelar seus limites e, principalmente, para revelar os desafios políticos para os que participam desse exercício e almejam a construção de processos sociais mais consistentes do ponto de vista da democracia econômica, cultural e política. Na Paraíba, foi essa a principal contribuição do exercício da metodologia proposta pelo Projeto Lumiar.

Essa metodologia desdobrou-se em vários procedimentos práticos, descritos e analisados no corpo deste trabalho, mas que serão aqui resumidos, em seus aspectos mais importantes.

Na Paraíba, um dos aspectos centrais decorrentes dos princípios metodológicos assumidos pelo Lumiar, enfatizado pela Equipe de Supervisão do Projeto e assumido pela maioria das Equipes Técnicas, principalmente os profissionais da área social, era a importância da fala dos assentados. Criar situações e condições para que os assentados pudessem falar sobre temas de interesse individual, familiar ou coletivo foi uma preocupação que, gradativamente, foi sendo assumida como tarefa dos técnicos.

Esse tipo de procedimento foi sendo construído a partir da preocupação com a questão da participação dos assentados. Nas reuniões gerais do assentamento, várias pessoas presentes não falavam. Nos contatos individualizados com essas pessoas ou nas reuniões em pequenos grupos, elas emitiam opiniões e expressavam idéias interessantes. As Equipes Técnicas e a Equipe de Supervisão, analisando o comportamento dessas pessoas, foram verificando a efetividade do procedimento da escuta como oportunidade para que essas pessoas pudessem expressar suas opiniões. Muitas dessas pessoas, depois de falarem nas conversas informais com os técnicos ou em reuniões de pequeno grupo, começavam a expressar-se nas reuniões maiores do assentamento ou até em espaços públicos fora da comunidade.

Essa postura dos técnicos, produzida a partir da análise de suas práticas de trabalho, estava coerente com o que autores que estudam a questão da autonomia e da

construção de sujeitos sociais afirmam (Sader, 1988): o sujeito quando fala para outra pessoa também fala para si próprio. Portanto, quando os técnicos escutavam o que os assentados tinham para dizer criavam condições para que estes elaborassem seus pensamentos para si próprios. Os assentados, ao elaborarem e testarem suas idéias através do contato com pessoas de fora da comunidade, com quem tinham construído uma relação de confiança, acabavam criando condições pessoais de expressá-las para o coletivo do assentamento.

Esse tipo de conquista aconteceu com homens, mas principalmente com mulheres e jovens. Para pessoas acostumadas a silenciar suas opiniões, idéias, discordâncias, preocupações e expectativas, essa conquista não era pouca coisa. Mas, não só do ponto de vista individual. Em várias situações, opiniões expressas nos contatos individualizados entre um assentado (homem, mulher ou jovem) e os técnicos, quando eram expressas nos espaços coletivos ganhavam adesão de várias outras pessoas e passavam a ser consideradas pelo grupo como uma produção coletiva, mesmo que a autoria da idéia fosse nomeadamente reconhecida. Fatos como esse acabavam incentivando outros assentados, pouco acostumados a se expressarem nos espaços públicos, a falar.

Evidentemente que ao criar condições para que um número maior de pessoas pudessem se expressar, esse procedimento dos técnicos criava, como consequência, as condições para que um número maior de discordâncias e disputas por projetos distintos de vida social e produtiva ocorresse, ampliando o campo de disputa no interior dos assentamentos. No entanto, esses conflitos davam-se em espaços públicos, com possibilidades de serem racionalmente debatidos, com os assentados exercitando a responsabilidade de emitir e assumir publicamente suas opiniões.

Dessa forma, exercitava-se uma possibilidade diferente da costumeira dissimulação, através da qual as discordâncias, não expressas publicamente e não debatidas, corroíam as decisões coletivas, através de mecanismos usuais de resistência: silenciar para não se comprometer e de forma sub-reptícia não aderir às decisões coletivas com as quais não concorda.

A preocupação de criar condições para a fala dos assentados levou as Equipes Técnicas a valorizarem os contatos individualizados com eles através de visitas informais ao roçado, às casas e a outros espaços que favorecessem esses contatos. Portanto, os espaços formais de reunião com os assentados deixou de ser o único lugar privilegiado para a relação entre os técnicos e a comunidade. Os contatos

individualizados forneciam elementos para se planejar a atuação dos técnicos nas reuniões gerais do assentamento e estas forneciam assuntos para as conversas informais.

Essa diversificação de espaços para esses contatos possibilitou a algumas Equipes Técnicas e à Equipe de Supervisão verificarem que cada um desses lugares não são neutros, pois cada um deles está marcado por formas de convivência em que determinadas relações de poder se exercitam, como foi descrito e comentado nos capítulos anteriores. Assim, a escola, a capela, a casa de farinha, o lugar coletivo das mulheres lavarem roupa, o campo de futebol, a sala da casa, a cozinha são lugares onde relações de poder usuais se expressam, configurando, em cada um deles, quem fala o que.

Dessa forma, o trabalho de assistência técnica tentava viabilizar-se numa multiplicidade de espaços, de forma a garantir contatos com as mais diversas situações, em que as pessoas que falavam e os assuntos conversados eram também diversos, conforme cada um desses espaços.

Esse tipo de prática contribuiu para que os técnicos tivessem atenção para detalhes da relação entre eles e os assentados. Detalhes relativos não só à realidade dos assentamentos, mas também sobre informações que permitissem os assentados terem uma avaliação mais completa do trabalho de assistência técnica, como por exemplo, as dificuldades materiais de trabalho das Equipes Técnicas para deslocamento, elaboração dos projetos de financiamento dos assentados, elaboração dos Planos de Desenvolvimento dos assentamentos. Estar atentos a detalhes permitia também valorizar falas pontuais, iniciativas isoladas e tímidas na área da produção e da organização.

Normalmente o que é considerado detalhe sem importância diz respeito ao que não é hegemônico em um determinado grupo ou comunidade. Propor para o debate ou ignorar concepções distintas sobre detalhes da prática social pode não ser determinante. No entanto, ignorar esses detalhes pode estar influenciando na manutenção dessa hegemonia, ao contribuir para o silêncio daquilo que é tido como detalhe, ou contribuir para uma visão mágica sobre o que acontece, quando não se sabe e não se pergunta sobre como acontece, porque se considera essa informação como detalhe desnecessário de ser informado ou perguntado.

Estar atento aos detalhes, com esse tipo de preocupação, foi um dos diferenciais entre as Equipes Técnicas. Aquelas que conseguiram desenvolver esse tipo de atenção contribuíram para o aprofundamento do exercício do debate democrático entre os assentados. De outro lado, aquelas que se preocupavam em dar prioridade ao

cumprimento das tarefas formais da assistência técnica, reduzindo os contatos à obtenção e repasse de informações sobre o que era estritamente necessário à elaboração dos projetos de financiamento conforme as exigências formais do INCRA, do BNB e da Comissão Estadual do PROCERA, mesmo quando cumpriam bem essas tarefas, não conseguiam contribuir para que os assentados encontrassem mecanismos de lidar com suas divergências. Alguns técnicos dessas equipes diziam que os assentados se entendiam sobre as questões mais gerais e comuns, mas brigavam sobre detalhes. E como eram detalhes não deveriam ser objeto de preocupação dos técnicos.

Por exemplo, foi essa atenção aos detalhes que permitiu alguns técnicos da área agrônômica perceberem a importância do treinamento dos assentados sobre técnicas de contenção de animais para a vacinação e cuidados com a higiene, em relação ao *saber fazer* dos técnicos. Esse tipo de treinamento era realizado com os técnicos fazendo o manejo prático dos animais para mostrar como se faz. Os técnicos colocavam a “mão na massa”, o que dava a eles a legitimidade do *saber fazer* e do *fazer junto*, valorizados pelos assentados nas avaliações mensais que faziam do trabalho da equipe técnica. Esse tipo de valorização incentivou os técnicos a estenderem a prática de *fazer junto* com os assentados outras atividades práticas, como, por exemplo, os campos de experimentação de novos procedimentos produtivos, de novas tecnologias e da introdução de novas variedades culturais.

Onde esse tipo de prática ocorreu, a legitimidade do *saber fazer* e não apenas do *saber falar*, assim como o *fazer junto*, onde a avaliação e a responsabilidade sobre os resultados da atividade executada eram compartilhadas entre técnicos e assentados, houve uma forte contribuição para consolidar o vínculo de confiança entre eles. Vale destacar que essas atividades práticas, na grande maioria dos casos, contemplavam um almoço coletivo ou uma pequena confraternização entre os que participavam delas, reproduzindo o ambiente vivido nos mutirões da tradição camponesa.

Portanto, esse tipo de prática, mais do que um procedimento meramente operacional de assistência técnica, permitia um ambiente informal, mas efetivo, de troca de saberes entre técnicos e assentados, assim como representava um momento de aumento de coesão entre os assentados por permitir, para a maioria deles, a identificação de um aspecto importante da cultura tradicional, o mutirão, onde trabalho, festa e amizade fluíam como uma coisa só.

A realização de atividades festivas nas datas comemorativas, como aniversário do assentamento, dia das mães, São João, dia dos pais, dia da independência, natal, etc, com o incentivo e apoio das Equipes Técnicas, particularmente dos técnicos da área social, permitia momentos em que as principais divergências entre os assentados ficassem suspensas e a maioria deles integrava-se em atividades práticas comuns de planejamento, preparação e realização das festas. Estas, também nos assentamentos, cumpriam a função de “válvula de escape”, como um mecanismo de sublimação, para as tensões do cotidiano.

Porém, representavam mais do que isso. Nas avaliações posteriores que se fazia sobre a realização dessas atividades, um aspecto freqüentemente destacado por alguns assentados e técnicos era o fato de que, apesar das divergências, os assentados mantinham a capacidade de realização de atividades comuns e que agradavam a grande maioria. Eles divergiam sobre alguns aspectos da vida comunitária, mas se entendiam bem em relação a outros. A constatação desse fato permitia, pelo menos por um tempo, que as divergências entre eles passassem a ser tratadas de forma menos tensa. Afinal, a busca de entendimento entre eles era uma forte expectativa de muitos assentados.

Um dos temas que mais produzia tensão nos assentamentos era a gestão de equipamentos e recursos financeiros destinados a uso coletivo. A falta de experiência nesse tipo de atividade e a reprodução de modelos de administração centralizadora de informações e de decisões contribuía para a produção de fortes tensões entre os assentados sobre esse assunto.

A gestão dos equipamentos e recursos físicos de uso coletivo, do crédito habitação e fomento, do crédito de investimento era sempre um campo de tensão, atritos e divergências na maioria dos assentamentos. Uma das razões era a forma de administração desses recursos realizada pelas diretorias das associações dos assentamentos, em que não havia contabilidade dos valores recebidos e gastos, nem prestação de contas à comunidade, com decisões tomadas à revelia das assembleias das associações.

A tentativa dos técnicos de colaborar na confecção dessa contabilidade e incentivar a prestação de contas periódica do uso dos recursos coletivos, no início do Lumiar, aumentava ainda mais essas tensões. De um lado, as diretorias das associações consideravam o interesse dos técnicos de acompanhar a contabilidade dos recursos financeiros administrados por elas como intromissão externa em suas gestões e de outro lado, os assentados que discordavam do tipo de administração que estava sendo

realizada acusavam os técnicos de serem coniventes com os desmandos da diretoria da associação de seus assentamentos.

A insistência da maioria das Equipes Técnicas a respeito da importância da contabilidade e da prestação de contas sobre o uso dos recursos coletivos, mecanismos necessários para esclarecer mal entendidos, conseguiu instalar esses procedimentos na maioria dos assentamentos. Nas comunidades em que isso ia acontecendo a avaliação dos assentados sobre esse procedimento era sempre muito positiva, o que incentivava a adoção dele por outras mais.

A contabilidade e a prestação de contas, mais do que o cumprimento de exigências formais exigidas pelas instituições públicas fornecedoras dos recursos financeiros, tornaram-se procedimentos importantes de construção política no interior dos assentamentos, pois, conforme foi descrito nos capítulos 5 e 6, possibilitavam o debate coletivo e público sobre os destinos dos recursos e sobre a forma de se organizar para viabilizar as benfeitorias que esses recursos possibilitavam.

A resistência que muitas diretorias de associações desenvolviam a respeito da prestação pública de suas contas e do uso que faziam dos recursos financeiros que administravam reflete o tipo de concepção que a estrutura organizativa de todas elas induz. A organização das associações, segundo uma estrutura hierarquizada de cargos e funções, reforça a concepção presidencialista, centralizadora de informações e decisões.

Esse tipo de organização é exigido pelo Estado como forma de legalizar o acesso dos assentados às políticas públicas da reforma agrária e como mecanismo de facilitar a relação dos órgãos públicos com os assentamentos. Como as diretorias dessas associações são eleitas pelos assentados, prevalece a concepção de que, por esse fato, elas são representações legítimas deles.

No entanto, o que a prática do Projeto Lumiar constatou, no caso da Paraíba, é que essas diretorias, pela heterogeneidade existente nos assentamentos, representam sempre uma parcela das expectativas e visões sobre a vida nos assentamentos existentes entre os assentados. O problema é que a forma hierarquizada de organização das associações se sustenta na idéia de que quem é eleito está legitimado para decidir pelos demais, conforme suas convicções e da avaliação unilateral que faz do que seria o interesse coletivo em cada situação. Essa idéia justifica uma administração centralizada e personalizada na figura do presidente da associação. Ela reproduz o senso comum, construído historicamente, sobre a chamada “democracia representativa”, que induz à acomodação dos representados quando estes colocam a responsabilidade do que

consideram acerto e erro, exclusivamente, no caso dos assentamentos, no presidente da associação e em “sua” diretoria.

Além disso, as associações como mecanismo formal de representação dos assentamentos, em muitos casos, excluía parcelas importantes das comunidades, como as mulheres e os jovens que não eram “chefes de família”, das decisões mais importantes, fosse por estarem excluídos formalmente pelos estatutos da associação, fosse pelo fato de se considerar desnecessárias suas participações, uma vez que estavam representados por seus respectivos maridos ou pais.

Para uma prática que pretendia, como no caso do Projeto Lumiar, contribuir para uma participação responsável do conjunto dos assentados no planejamento, implementação e avaliação de um processo de desenvolvimento dos assentamentos, as associações, pela forma hierarquizada de organização e a conseqüente centralização de decisões, tornaram-se insuficientes e, em alguns casos, foram antagônicas a essa pretensão.

Como uma tentativa de ultrapassar os limites que as associações representavam para o exercício de participação democrática dos assentados na implementação de alternativas de organização da vida produtiva e social nos assentamentos, as Equipes Técnicas passaram a incentivar e apoiar a criação de “grupos de interesse” nos assentamentos.

Esses grupos possibilitaram que as propostas não hegemônicas no assentamento, principalmente sobre o que e como produzir, pudessem se viabilizar como experimentações a serem avaliadas em seus resultados e que permitiam a participação direta dos interessados, assumindo, inclusive, a responsabilidade por esses resultados frente ao conjunto do assentamento.

Dessa forma, as divergências entre os assentados passaram a ter possibilidades de fluir: em vez de criarem conflitos que paralisavam a capacidade de iniciativa dos assentados, passaram a ter possibilidades de se expressar como experimentação a ser avaliada. No lugar das frustrações e ressentimentos dos que tinham suas propostas e expectativas não aceitas ou boicotadas pelas diretorias das associações ou que não ganhavam adesão da maioria dos assentados, os grupos de interesse procuravam produzir condições de viabilização dessas propostas, criando para seus participantes o sentimento de responsabilidade por assumir publicamente suas iniciativas e colocá-las em funcionamento.

Como foi descrito e comentado nos capítulos 5 e 6, os grupos de interesse desenvolveram atividades, tanto em relação à introdução de novas culturas, criação de animais, atividades de agregar valor à produção agropecuária, formas de organizar a produção e comercialização, como relacionadas a formas de organização social das moradias, de lazer e esporte, na educação e saúde, etc. Possibilitaram também expandir a interlocução com entidades públicas e privadas para busca de apoio técnico e financiamento para as mais variadas atividades.

Os grupos de interesses possibilitaram mecanismos concretos de envolvimento e participação de mulheres e jovens em muitas de suas iniciativas. Ou seja, possibilitaram mecanismos concretos de participação direta e assumida publicamente da grande maioria dos assentados no debate, planejamento, implantação e avaliação de iniciativas produtivas e de organização da vida social nos assentamentos.

Mais do isso, possibilitaram que a heterogeneidade dos assentamentos e as divergências entre os assentados pudessem criar um campo amplo e diversificado de experimentação produtiva. Transformaram conflitos e disputas políticas pela hegemonia de projetos particulares em experimentações que tinham os seus significados analisados e avaliados a partir de seus resultados práticos.

Os grupos de interesse, onde se organizaram, pela participação direta de seus membros, possibilitaram o exercício da capacidade criativa dos assentados, portanto, o exercício concreto de autonomia e de emancipação. O Projeto Lumiar, apesar de seus limites e dos equívocos localizados de seus técnicos, incentivou e animou esse exercício, mesmo que de forma inicial e frágil. A desativação do Lumiar foi indício de que a metodologia de trabalho adotada pelo Projeto criou uma disputa política decisiva: o que poderia vir a ser um ponto de inflexão nas relações de dependência dos assentados em relação ao Estado e à lógica do mercado tornou-se uma opção política a ser combatida e inviabilizada pelos interesses e concepções que pretendem manter a dependência e submissão histórica da agricultura camponesa, seja por razões econômicas ou políticas.

Pela análise da experiência do Projeto Lumiar, na Paraíba, e pelas informações colhidas junto a funcionários locais do INCRA, a razão principal para a inviabilização institucional do Projeto, como política pública de assistência técnica aos assentamentos, esteve ligada às tentativas de criação de autonomia dos assentados frente ao Estado, particularmente frente ao INCRA. As disputas político-eleitorais de eleições gerais no país, inclusive para presidente da república, que se avizinhavam,

contribuiu para que o governo federal e seus aliados estaduais não quisessem perder o controle de suas políticas, com o objetivo de tentar capitalizar eleitoralmente suas ações de governo. Nessa perspectiva, a autonomia dos assentados e dos técnicos em relação ao INCRA passou a ser inaceitável, particularmente para a Superintendência do órgão, na Paraíba. Por outro lado, o abandono a que, pelo menos na Paraíba, o MST, CPT e FETAG, pela insuficiência de suas concepções políticas naquele momento, dedicaram à experiência do Lumiar concorreu para a sua desativação.

2. A experimentação de alternativas de desenvolvimento: as disputas entre concepções distintas sobre práticas produtivas e organizativas nos assentamentos

Como já foi assinalado, o desenvolvimento dos assentamentos, neste trabalho, está sendo analisado como decorrência do embate entre os vários projetos de vida produtiva e social que emergem como consequência do campo de luta que os constituem. Esse desenvolvimento reflete um campo de luta mais amplo em torno da reforma agrária, que, por sua vez, está correlacionado com as disputas de interesses econômicos e de concepções de vida social existentes na sociedade como um todo.

Dessa forma, as disputas por formas distintas de organização da vida nos assentamentos, apesar das peculiaridades das dinâmicas sociais que ocorrem em cada uma dessas comunidades, refletem disputas e embates políticos que ocorrem na sociedade mais ampla. As peculiaridades locais indicam dinâmicas diferenciadas sobre o modo de se posicionar e lidar com o que ocorre na região e no país.

O desenvolvimento como campo de disputa por projetos distintos de vida social e produtiva pode, de um lado, apenas reproduzir o que já está dado por uma correlação de forças que, historicamente, favorece as lógicas da oligarquia e do capital, ou pode constituir-se em possibilidades de experimentação de alternativas à predominância absoluta do que já está instituído por essas lógicas. Como experimentação, a construção de alternativas pode contemplar diferentes concepções e expectativas. No entanto, para isso, é necessário a construção de espaços onde as expectativas diferentes possam se expressar e o debate entre elas possa fluir de forma democrática.

As tentativas de construção desses espaços constituíram o que de mais interessante ocorreu durante a experiência do Projeto Lumiar na Paraíba. Foram essas tentativas que possibilitaram que concepções distintas entre os assentados, sobre formas

de organizar a vida social e produtiva, pudessem expressar-se e suscitar formas diversas de experimentação, tanto na produção agropecuária como na organização social.

As experimentações que mais produziram polêmica nos assentamentos, de acordo com o que foi descrito e comentado nos capítulos 5 e 6, referiam-se, entre outros temas, ao que fazer em relação a: que tipo de lavoura plantar ou que tipo de criação produzir, particularmente nos momentos de elaboração dos projetos para acesso ao crédito de custeio e de investimento; tipo de tecnologia a ser adotada; formas de organização do trabalho produtivo, particularmente o debate sobre trabalho individual e trabalho coletivo; pagar ou não pagar as dívidas contraídas junto ao Banco do Nordeste; mecanismos de comercialização, particularmente a relação dos produtores com os atravessadores; prestação de contas do uso dos recursos financeiros e físicos pertencentes à comunidade; construção das moradias na forma de agrovilas ou nas parcelas de terra de cada família; administração das associações.

Como foi analisado, cada um desses assuntos e situações fazia emergir concepções e expectativas diferenciadas entre os assentados sobre a melhor forma de lidar com cada um deles. As experiências vividas e os sentidos distintos que se dava à condição de assentado eram os principais parâmetros que embasavam os posicionamentos expressos nos debates relativos às decisões a serem tomadas.

No entanto, esses parâmetros eram afirmados ou relativizados conforme a avaliação que faziam de cada contexto em que se tomavam decisões coletivas no âmbito da comunidade, dos sub-grupos, da família ou mesmo decisões individuais. Esse contexto era definido, tanto pela avaliação que faziam da correlação de forças entre posicionamentos diferenciados existentes no interior do assentamento, como também pela avaliação que faziam da correlação de forças decorrentes das relações que estabeleciam com agentes e instituições externas.

Portanto, as posições assumidas pelos assentados e as experimentações de práticas diferenciadas entre eles eram definidas tanto pela avaliação que faziam sobre o que já tinham vivido no passado, pelo sentido que esboçavam sobre a condição de assentado e que orientava suas expectativas sobre o futuro, assim como pela avaliação que faziam sobre o contexto vivenciado no presente.

A complexidade da interconexão entre todos esses elementos, no âmbito da assistência técnica, só era possível de ser percebida e trabalhada quando, pelo menos, três procedimentos se verificavam: contatos entre os técnicos e os assentados numa variedade de espaços, de tal forma que dessem oportunidade para que os mais variados

tipos de pessoas e conteúdos pudessem se expressar; conexão entre os conteúdos que emergiam dos contatos dos técnicos com os assentados nessa variedade de espaços, tanto os coletivos como os mais individualizados; formação e funcionamento de pequenos grupos para a implementação e experimentação de propostas vinculadas à produção ou organização da vida social, conforme interesse específico de cada grupo, o que permitia que propostas não consensuais pudessem ser experimentadas.

Esses procedimentos não dizem respeito apenas à metodologia da assistência técnica, mas se referem, sobretudo, a uma concepção que pensa o desenvolvimento como processo de mudança social em construção, que, nos termos das diretrizes do Projeto Lumiar, foi chamada de “*espiral de desenvolvimento*”, ou que, nos termos da concepção teórica assumida neste trabalho e formulada por Santos (2002a), foi definida como *exercícios de autonomia e emancipação*, no caso, dos assentados.

Nessa concepção, a produção de espaços democráticos de expressão e debate das mais variadas concepções e expectativas é condição necessária para que os campos de disputa que emergem de processos de mudança do que está dado historicamente possa transformar a tensão dos conflitos em energia produtora de experimentação e avaliação de alternativas. Os espaços democráticos são condição necessária para que os enfrentamentos possam fluir, seja no âmbito interno dos grupos e comunidades que se dispõem a ser sujeitos sociais (Sader, 1988) desses processos, seja nas relações que estabelecem com os demais grupos e instituições com quem interagem.

Qualquer tipo de impedimento, limite ou desleixo com a construção desses espaços contribui para a reprodução da dependência, submissão e desqualificação desses atores, ou seja, contribui para o que estava instituído historicamente continue se reproduzindo. Neste caso, os pontos de inflexão que esses exercícios emancipatórios poderiam produzir nessa história esgotam-se como possibilidade não realizada. Nessas condições, a hipótese do desenvolvimento como processo de transformação social em construção inviabiliza-se, o que serve de argumento para as formulações que preconizam a mudança da história por rupturas radicais. Mas, essa é uma possibilidade que requer outras lógicas e outros princípios de ação e constitui, de fato, uma outra história.

O exercício de construção desses espaços democráticos no interior dos assentamentos, a partir das práticas de assistência técnica desenvolvidas pelo Projeto Lumiar na Paraíba, foi expressão da ambigüidade que o constituiu como um projeto

governamental que, sob pressão, incorporou concepções e formulações negociadas com os movimentos sociais de luta pela terra.

Em nenhum momento dos três anos de duração do Projeto, a construção desses espaços foi simples ou consensual entre os profissionais das Equipes Técnicas e da Equipe de Supervisão do Projeto. Como já foi assinalado, ela se deu como desdobramento e aprofundamento do princípio da participação dos assentados nas decisões relativas à assistência técnica e foi implementada pelas Equipes Técnicas que conseguiram ampliar e diversificar os espaços de interlocução com os assentados.

No entanto, os princípios de participação e de autonomia dos assentados formulados como diretrizes metodológicas do Projeto Lumiar, como condição para que o “*desenvolvimento em espiral*” dos assentamentos pudesse ocorrer, confrontavam-se com relações sociais marcadas, por todos os lados, pela intimidade clássica entre saber e poder, nos termos de Foucault (1979 e 1987) e Santos (1995).

Além disso, as pessoas e as famílias com quem o Projeto interagiu, na grande maioria dos casos, estavam começando a vivenciar uma situação absolutamente nova e inusitada como assentados. Essas pessoas e suas famílias sabiam que “ser assentado” não garantia entre elas uma homogeneização de condições e de projetos de vida. “Ser assentado” refletia a dimensão política da situação conjuntural em que se encontravam, mas não garantia uma aspiração comum em direção a um destino compartilhado com o coletivo dos companheiros.

Diferentemente do período de coesão em torno da luta pela terra, apareciam e prosperavam entre eles as divergências entre projetos de vida diferenciados entre si. Nessa situação, prevalecia a insegurança, a sensação de provisoriedade ou de “não é bem isso que eu imaginava”. Nessas condições, as pessoas sentiam-se fragilizadas e a sensibilidade delas estava à flor da pele, à flor da terra. Lidar com essa situação exigia a delicadeza de quem trabalha com uma promissora, mas ainda tenra, planta que começava a brotar. Qualquer golpe mais rude poderia abortar a possibilidade de uma nova vida.

Em oposição aos desrespeitos e humilhações que essas pessoas enfrentaram durante toda a vida e continuavam enfrentando como trabalhadores sem terra, “pequenos” agricultores, camponeses, é que se colocava o respeito as suas formulações como condição primeira para que se pudesse, a partir disso, colocá-las em discussão.

A garantia desse respeito era a condição para que os assentados se dispusessem a se expor, a expressar suas opiniões e formular propostas. Na condição de

fragilidade em que se encontravam, qualquer sinal de desrespeito era suficiente para o silêncio.

Para uma cultura, como a camponesa, em contextos que a desqualificam, vale lembrar que o sentido original da palavra cultura significa cuidar, zelar para o crescimento, ou seja, cultivar. (Chauí, 1989).

Mesmo que essas preocupações não tivessem essa formulação entre os técnicos do Lumiar, foi algo desse tipo que inspirava aqueles que conseguiram construir com os assentados o que de melhor foi experimentado a partir do Projeto Lumiar na Paraíba, ainda que de forma incipiente e frágil: exercícios de autonomia e emancipação.

Afinal, os assentados, ou a maioria deles, sonham em tornar a terra em que moram, trabalham e vivem em terra fecunda. Fecundidade é dar a vida. Conforme Larrosa (2004): “*Não é a fecundidade uma modalidade do ‘dar’? Fecundidade: dar a vida, dar o tempo, dar a palavra*” (Larrosa, 2004: 30).

Talvez, para que os assentamentos tornem-se fecundos, seja preciso dar a palavra aos próprios assentados. Dar a palavra é exercitar a possibilidade para que “*uma palavra seja capaz de outra palavra que não a sua*” (idem), que um tipo de vida seja capaz de gerar outra vida, que um tempo seja capaz de outro tempo.

A fecundidade desdobra-se como possibilidade do exercício de dar a vida, de dar a palavra, de dar autonomia. A fecundidade da autonomia é a emancipação frente à submissão e à dependência.

No caso dos assentamentos, buscar a autonomia e a emancipação é buscar tornar a terra fecunda como fonte de vida que ainda não se viveu, ou se viveu de forma precária, é ir em busca de novos destinos, novas aventuras, ou seja, de gerar novas possibilidades e riscos, de dar novos sentidos à vida.

BIBLIOGRAFIA

ABRAMOVAY, R. Paradigmas do capitalismo agrário em questão. São Paulo: HUCITEC, Editora da UNICAMP, 1998.

_____. Agricultura familiar e capitalismo no campo. Em: STÉDILE, J. P. (Org.). A questão agrária hoje. Porto Alegre(RS): Editora da UFRGS, 1994, pp. 94-104.

- ACSELRAD, H. Sustentabilidade e Democracia. Em: *Proposta*, ano 25, dez/fev/1997, nº 71, Rio de Janeiro: FASE, 11-16.
- ALBALADEJO, C.; VEIGA, I. (Org.) A construção local dos territórios da agricultura familiar (Amazônia-Nordeste). Parte 1: A intervenção local em questão. Em: *Agricultura Familiar: pesquisa, formação e desenvolvimento*, Vol. 1, nº 2, 2000. Belém: UFPA/CA/NEAF.
- ALBUQUERQUE JÚNIOR, D. M.; CEBALLOS, V. G. de. O nordestino: a miséria ganha corpo. Em: CAVALCANTI, H.; BURITY, J. (Orgs.) Polifonia da miséria: uma construção de novos olhares. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massangana, 2002.
- ALMEIDA, J. Da ideologia do progresso à idéia de desenvolvimento (rural) sustentável. Em: ALMEIDA, J.; NAVARRO, Z. (Org.). *Reconstruindo a agricultura: idéias e ideais na perspectiva do desenvolvimento rural sustentável*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 1997.
- AMADO, V. A.; IENO NETO, G. Participação, organização e subjetividade. Em: IENO NETO, G.; BAMAT, T. Qualidade de vida e reforma agrária na Paraíba. João Pessoa/Pb: INCRA-PB, UNITRABALHO-UFPB, CPT-PB, CEDOP; 1998, pp. 157-203.
- ANDRADE, M. C. de. A terra e o homem no Nordeste. São Paulo: Editora Atlas, 1986.
- ANDRADE, M. P. de. A coletivização da produção nos assentamentos de reforma agrária. Em: Cadernos do CEAS, nº 142. Salvador (Ba): 1990, pp. 64-73.
- AQUINO, J. R. de. Agricultura familiar e políticas públicas: o caso do PRONAF no município de São Miguel (RN). Dissertação de Mestrado em Economia Rural e Regional. Campina Grande (PB): UFCG, 2002.
- ARAÚJO, M. L. R. O processo político na Paraíba: 1945-1964. Em: SILVEIRA, R. M. G.; GURJÃO, E. de Q.; ARAÚJO, M. L. R.; CITTADINO, M. Estrutura de Poder na Paraíba. João Pessoa: Editora Universitária, 1999, pp. 97-109.
- AZEVEDO, F. A. As Ligas Camponesas. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1982.
- BANDEIRA, L.; MIELE, N.; GODOY, R. (Orgs.). Eu marcharei na tua luta: a vida de Elizabeth Teixeira. João Pessoa: Editora Universitária, UFPB, 1997.
- BASSANEZI, I. E. Estilos de vida das pequenas produtoras rurais: “as mulheres do roçado e do sítio”. Tese de mestrado. João Pessoa: Curso de Mestrado em Serviço Social, CCHLA, Universidade Federal da Paraíba, 1994.
- BENEVIDES, C. Camponeses em Marcha. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1985.
- BERGAMASCO, S. M. Assentamentos rurais: reorganização do espaço produtivo e processos de socialização. Em: MEDEIROS, L. e outros (Orgs.) Assentamentos rurais: uma visão multidisciplinar. São Paulo: Editora Unesp, 1994.

BERGAMASCO, S. M. P. P.; NORDER, L. A. C. A alternativa dos assentamentos rurais: organização social, trabalho e política. São Paulo: Editora Terceira Margem, 2003.

_____ O que são assentamentos rurais?
São Paulo: Brasiliense, 1996.

BHOWMIK, S. As cooperativas e a emancipação dos marginalizados: estudos de caso de duas cidades na Índia. Em: SANTOS, B. de S. (Org.). Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002, pp. 369-400.

BLASS, L. M. S.; MANFREDI, S. M. e BARROS, S. P. Educação Popular: desafios metodológicos. Cadernos do CEDES, ano I, nº 1. São Paulo: Cortez Editora, 1986.

BONAVIGO, E. A. Produção sócio-histórica da “cooperação agrícola” no acampamento da Fazenda Annoni e no assentamento 16 de março: práticas cotidianas e produção de subjetividades. Dissertação de mestrado em Psicologia. Rio de Janeiro: Universidade Estadual do Rio de Janeiro, 1998.

BOURDIEU, P. Razões Práticas: sobre a teoria da ação. Campinas, SP: Papyrus Editora, 1996.

BRANDÃO, C. R. Refletir, discutir, propor: as dimensões de militância intelectual que há no educador. Em: BRANDÃO, C. R.; CHAUI, M. S. e FREIRE, P. O Educador: vida e morte – escritos sobre uma espécie em perigo. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1983.

_____ Pensar a prática. São Paulo: Edições Loyola, 1984.

BRANDENBURG, A. Agricultura Familiar, ONGs e desenvolvimento sustentável. Curitiba: Editora da UFPR, 1999.

BRUMER, A.; DUQUE, G; LOURENÇO, F. A.; WANDERLEY, M. de N. B. A exploração familiar no Brasil. Em: LAMARCHE, H. (Coord.). A agricultura familiar: uma realidade multiforme. Vol. I. Campinas(SP): Editora da UNICAMP, 1993, pp. 179-234.

CANIELLO, M. e DUQUÉ, G. Agrovila ou casa no lote: a questão da moradia nos assentamentos da reforma agrária no Cariri paraibano. Campina Grande (PB): Curso de Extensão em Desenvolvimento Local Sustentável, Projeto Universidade Camponesa (UniCampo)/UFPA/CIRAD, 2004.

CARDOSO, A; FERREIRA, S. F. M. Uma nova experiência de assistência técnica nos assentamentos da reforma agrária no nordeste paraense, através do Projeto Lumiar. Em: SIMÕES, A; SILVA, L. M. S; MARTINS, P. F. da S; (Orgs.) Agricultura Familiar: métodos e experiências de pesquisa-desenvolvimento. Belém: NEAF/CAP/UFPA:GRET, 2001.

CARVALHO, H. M. de. Plano Camponês. Curitiba: horacio.martins@terra.com.br, 2004.

Luta na terra, um desafio constante ao MST. Curitiba: outubro de 2003, mimeo.

A emancipação do movimento no movimento de emancipação social continuada (resposta a Zander Navarro). Em: SANTOS, B. de S. (Org.). Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002, pp. 233-260.

Interação social e as possibilidades de coesão e de identidade sociais no cotidiano da vida social dos trabalhadores rurais nas áreas oficiais de reforma agrária no Brasil. Brasília: Ministério Extraordinário de Política Fundiária (MPF), Núcleo de Estudos Agrários e de Desenvolvimento (NEAD), Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA), 1999.

CARVALHO e MADRUGA. O processo de degradação da Mata Atlântica no Litoral Paraibano. João Pessoa: CCEN, UFPB, mimeo, 1985.

CASTELLANET, C. (Orgs.) Agricultura Familiar: métodos e experiências de pesquisa-desenvolvimento. Belém: NEAF/CAP/UFPA:GRET, 2001.

CASTELLANET, C.; HÉBETTE, J.; HENCHEN, M. J. Os níveis pertinentes para a pesquisa-ação sobre a gestão dos recursos naturais nas regiões de fronteira: o caso da Transamazônica. Em: *Agricultura Familiar: pesquisa, formação e desenvolvimento*, Vol. 1, nº 2, 2000. Belém: UFPA/CA/NEAF, 57-87.

CAUME, D. J. A tessitura do “assentamento de reforma agrária”: discursos e práticas instituintes de um espaço agenciado pelo poder. Tese de doutorado em Ciências Sociais. Campinas(SP): UNICAMP, 2002.

CHAUI, M. Cultuar ou Cultivar. Em: *Teoria e Debate*, nº 8, Partido dos Trabalhadores, São Paulo, 1989.

COAGEP. Relatório de atividades – Projeto LUMIAR. Vol. I a IV. João Pessoa, 2000.

CONCRAB/MST. Concrab: quatro anos organizando a cooperação. São Paulo: Confederação das Cooperativas de Reforma Agrária do Brasil/MST, 1996.

CONTAG. Desenvolvimento local sustentável baseado na agricultura familiar: construindo um projeto alternativo. Programa de formação de dirigentes e técnicos em desenvolvimento local baseado na agricultura familiar. Brasília: setembro de 1997.

CONTAG. Projeto alternativo de desenvolvimento rural sustentável. Brasília, 1999.

COSTA, M. V. (Org.). Educação Popular hoje. São Paulo: Edições Loyola, 1998.

CUT; CONTAG. Desenvolvimento e sindicalismo rural. São Paulo, agosto de 1998.

- CUT. Desenvolvimento local e economia solidária. São Paulo, setembro de 2001.
- D'INCAO, M. C. A experiência dos assentamentos: contribuição ao debate político da reforma agrária. Em: Lua Nova - revista de cultura e política, nº 23, 1991, Campinas (SP).
- D'INCAO, M.C.; ROY, G. Nós cidadãos: aprendendo e ensinando a democracia. São Paulo: Paz e Terra, 1995.
- DUARTE, E. G. Do mutirão à ocupação de terras: manifestações camponesas contemporâneas em Goiás. São Paulo: Tese de doutorado em História Social, FFLCH, USP, 1998.
- DUQUE, G. (Org.) Agricultura Familiar, Meio Ambiente e Desenvolvimento: ensaios e pesquisas em sociologia rural. João Pessoa: Editora da UFPB, 2002.
- EGLER, C.; TAVARES, S. Impactos sociais, econômicos e ambientais do Proálcool na Paraíba. João Pessoa: Cadernos Codecit 002, ano I, nº 1, 1984.
- ECHENIQUE, O. S. Perspectivas de evolucion de los servicios de asistencia tecnica agricola en Brasil: analisis del proyecto Lumiar y de las empresas de asistencia tecnica e extension rural. Convênio FAO/INCRA, Proyecto UTF/BRA/036/BRA. Brasília, 1998.
- ESTERCI, N.; e outros. Assentamentos rurais: um convite ao debate. Em: Revista ABRA, set/dez. Campinas (SP): 1992.
- FEIX, P. J. Os interesses sociais e a concepção política e ideológica dos trabalhadores rurais assentados do MST: estudo de caso na região de Rondonópolis(MT). Dissertação de mestrado. Campinas(SP): IFCH, UNICAMP, 2001.
- FERRANTE, V. L. S. B.; e outros. Assentamentos rurais: um olhar sobre o difícil caminho de constituição de um novo modo de vida. Em: FERRANTE, V. L. S. (Org.). Retratos de assentamentos. Cadernos de Pesquisa, Ano I, nº 1, NUPEDOR, UNESP. Araraquara (SP): 1994.
- FOUCAULT, M. Microfísica do poder, Rio de Janeiro: Graal, 1979.
- _____ Vigiar e punir. Petrópolis (RJ): Vozes, 1989.
- FREIRE, J. A. Política agrícola e sustentabilidade da agricultura familiar no Nordeste Brasileiro: anos 90. Em: *Raízes – Revista de Ciências Sociais e Econômicas*, Ano XVIII, nº 20, nov. 1999. Campina Grande (PB): Programa de Pós-Graduação em Sociologia, UFPB/CH.
- GAJARDO, M. Educação Popular no meio rural latino-americano. Em: BORDENAVE, J. D. e WERTHEIN, J. (Org's.). Educação rural no terceiro mundo: experiências e novas alternativas. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1981.

- GERMER, C. O desenvolvimento do capitalismo no campo brasileiro e a reforma agrária. Em: STÉDILE, J. P. (Org.). A questão agrária hoje. Porto Alegre(RS): Editora da UFRGS, 1994, pp. 144-151.
- GOHN, M. da G. M. Movimentos sociais e educação. São Paulo: Cortez, 1992.
- GONÇALVES, L. G.; GALVÃO, M. N. C. Educação escolar nos assentamentos da Paraíba: impasses e perspectivas. Em: IENO NETO, G.; BAMAT, T. Qualidade de vida e reforma agrária na Paraíba. João Pessoa/Pb: INCRA-PB, UNITRABALHO-UFPB, CPT-PB, CEDOP; 1998, pp. 103-123.
- GORENDER, J. Gênese e desenvolvimento do capitalismo no campo brasileiro. Em: STÉDILE, J. P. (Org.). A questão agrária hoje. Porto Alegre(RS): Editora da UFRGS, 1994, pp. 15-44.
- GUANZIROLI, C. e outros. Agricultura familiar e reforma agrária no século XXI. Rio de Janeiro: Editora Garamond, 2001.
- GUERRA, G.; CASTELLANET, C. As relações entre pesquisadores e sindicalistas nos programas de pesquisa-ação: reflexões sobre as experiências do Pará. Em: SIMÕES, A. e outros (Orgs.). Agricultura Familiar: métodos e experiências de pesquisa-desenvolvimento. Belém/PA: NEAF/CAP/UFGA: GRET, 2001, pp. 121-153.
- GUIMARÃES, A. P. Quatro séculos de latifúndio. São Paulo, Paz e Terra, 1968.
- GURJÃO, E. de Q. A Paraíba republicana (1889 – 1945). Em: SILVEIRA, R. M. G.; GURJÃO, E. de Q.; ARAÚJO, M. L. R.; CITTADINO, M. Estrutura de Poder na Paraíba. João Pessoa: Editora Universitária, 1999, pp. 53-95.
- HALL, S. A identidade cultural na pós-modernidade. 6ª edição. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.
- HEREDIA, B.; MEDEIROS, L.; PALMEIRA, M.; CINTRÃO, R.; LEITE, S. Os impactos regionais da reforma agrária: um estudo sobre áreas selecionadas – Resumo Executivo. Rio de Janeiro: CPDA/UFRRJ – NUAP/PPGAS/MN/UFRRJ, Convênio REDES/NEAD-IICA, fevereiro de 2002.
- HOPENHAYN, M. Estilhaços de utopia: vontade de poder, vibração transcultural e eterno retorno. Em: LARROSA, J.; SKLIAR, C. (Orgs.) Habitantes de Babel: políticas e poéticas da diferença. Belo Horizonte: Editora Autêntica, 2001, pp. 255-268.
- IENO NETO, G. Cenas esparsas da modernidade em Caaporã. Em: Caderno de Textos, nº 20. João Pessoa: CCHLA, UFPB, dezembro 1988.
- _____ Memória e formação política de trabalhadores. João Pessoa: UFPB/CCHLA, Mestrado em Serviço Social, Dissertação de Mestrado, 1990.
- _____ Municipalização, conselhos municipais e democratização. Em: *Cadernos de Textos*, Projeto de Capacitação de Conselheiros Municipais de

Emprego e Renda. Recife: Escola de Formação Sindical da CUT no Nordeste, 1999.

_____ Psicologia e Direitos Humanos: Utopias Ativas 1. Em: *Psicologia e Direitos Humanos – Práticas Psicológicas: Compromissos e Comprometimentos*. Brasília: Conselho Federal de Psicologia; Casa do Psicólogo, 2002, pp. 113 a 120.

IENO NETO, G.; BAMAT, T. Qualidade de vida e reforma agrária na Paraíba. João Pessoa/Pb: INCRA-PB, UNITRABALHO-UFPB, CPT-PB, CEDOP; 1998.

INCRA; PNUD. Sistema ITOG de desenvolvimento empresarial – Renda: Meta Focal. Objetividade dos planos de desenvolvimento. Programa de capacitação em apoio à Reforma Agrária. Série Desenvolvimento Empresarial, Vol. III. Brasília, 1996.

INCRA. Projeto Lumiar: assistência técnica nos assentamentos. Brasília, 1997.

INCRA. Projeto Lumiar – Avaliação Exploratória – Versão Final. Diretoria de Assentamentos. Brasília, 1999.

INCRA/FAO. Novo retrato da agricultura familiar: o Brasil redescoberto. Brasília, 2000.

JOFFILY, I. C. P. Notas sobre a Paraíba. 2ª. edição. Brasília: Thesaurus Editora, 1977.

KISNERMAN, N. Práctica Social en el medio rural. Buenos Aires: Editorial Humanitas, 1975.

LAMARCHE, H. (Coord.). A agricultura familiar: uma realidade multiforme. Vol. I. Campinas(SP): Editora da UNICAMP, 1993.

LAMARCHE, H. (Coord.). A agricultura familiar: do mito à realidade. Vol. II. Campinas(SP): Editora da UNICAMP, 1998.

LARROSA, J.; SKLIAR, C. (Orgs.) Habitantes de Babel: políticas e poéticas da diferença. Belo Horizonte: Editora Autêntica, 2001.

LAYRARGUES, P. P. Do ecodesenvolvimento ao desenvolvimento sustentável: evolução de um conceito? Em: *Proposta*, ano 25, fev/1997, nº 71. Rio de Janeiro: FASE, pp. 5-10.

LAZZARETTI, M. A. Ação coletiva em assentamentos de reforma agrária: processos de organização dos trabalhadores rurais. Cascavel (PR): Edunioeste, 2003.

LEITE, S.; HEREDIA, B.; MEDEIROS, L.; PALMEIRA, M.; CINTRÃO, R. Impactos dos Assentamentos: um estudo sobre o meio rural brasileiro. Brasília: Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura; Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, Estudos NEAD nº 6. São Paulo: Editora UNESP, 2004.

LEMOIS, F. de A. Nordeste, o Vietnã que não houve: Ligas Camponesas e o golpe de 64. Londrina (Pr) e João Pessoa (PB): Editora da UEL/Editora Universitária, UFPB, 1996.

- LEROY, J-P. Da comunidade local às dinâmicas microrregionais na busca do desenvolvimento sustentável. Em: *Proposta*, ano 25, fev/1997, nº 71. Rio de Janeiro: FASE, pp. 17-25.
- LIMA, R. T.; VASCONCELOS, A. C. C. P. de; SILVA, V. L. do A. e. Saúde e qualidade de vida. Em: IENO NETO, G.; BAMAT, T. Qualidade de vida e reforma agrária na Paraíba. João Pessoa/Pb: INCRA-PB, UNITRABALHO-UFPB, CPT-PB, CEDOP; 1998, pp. 125-156.
- LOPES, J. M. de A. “O dorso da cidade”: os sem-terra e a concepção de uma outra cidade. Em: SANTOS, B. de S. (Org.). Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002, pp. 283-326.
- KLUG, H. Comunidade, propriedade e garantias na África do Sul rural: oportunidades emancipatórias ou estratégias de sobrevivência marginalizadas. Em: SANTOS, B. de S. (Org.). Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002, pp. 159-188.
- KOURY, M. G. P. As teorias do desenvolvimento social e a América Latina. Coleção Cadernos do GREM, nº 1. João Pessoa (PB): Editora Manufatura, 2002.
- MANFROI, V. M. O sujeito militante: desejos e projetos. Em: BAPTISTA, D. e outros (Orgs.). Cidadania e subjetividade: novos contornos e múltiplos sujeitos. São Paulo: Editora Imaginário, 1997, pp. 265-290.
- MARCOS, V. de. Reforma agrária e produção camponesa: a realidade dos assentamentos rurais paraibanos. Em: IENO NETO, G.; BAMAT, T. Qualidade de vida e reforma agrária na Paraíba. João Pessoa/Pb: INCRA-PB, UNITRABALHO-UFPB, CPT-PB, CEDOP; 1998, pp. 43-102.
- MARIZ, C. Evolução econômica da Paraíba. João Pessoa: A União Cia. Editora, 1978.
- MARTINS, J. de S. O sujeito da reforma agrária (estudo comparativo de cinco assentamentos). Em: MARTINS, J. de S. (Coord.). Travessias – A vivência da reforma agrária nos assentamentos. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003, pp. 11-52.
- MEDEIROS, L. S. de; e outros (Orgs.). Assentamentos rurais: uma visão multidisciplinar. São Paulo: Editora Unesp, 1994.
- MEDEIROS, L. S. de; LEITE, S. (Orgs.). A formação dos assentamentos rurais no Brasil: processos sociais e políticas públicas. Porto Alegre/Rio de Janeiro: Editora da UFRGS/CPDA, 1999.
- MEDEIROS, M. do C. Relações de trabalho: a mão-de-obra indígena na Paraíba. Em: Ciência e História. João Pessoa: Revista do Departamento de História do CCHLA/UFPB, ano III, out., nº 3, 1990.

- MELO, A. A ação local dos cidadãos como forma de resistência à nova onda de colonização global: o caso da Associação In Loco no sul de Portugal. Em: SANTOS, B. de S. (Org.). Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002, pp. 435-472.
- MELO, D. M. de. A construção da subjetividade de mulheres assentadas pelo MST. Tese de Doutorado. Campinas: Faculdade de Educação, UNICAMP, 2001.
- MELLO, J. O. de A. História da Paraíba, 7ª. Edição. João Pessoa: Editora A União, 2002.
- MENEZES, M. A. Economia Moral: um conceito para o campesinato? Texto apresentado no IV Encontro “*O mundo rural e a formação de cientistas sociais*”. Projeto CAPES/PROCAD: UNICAMP, UFPE, UFCG, UFRN. Recife, junho de 2005.
- _____ O cotidiano camponês e a sua importância enquanto resistência à dominação: a contribuição de James C. Scott. Em: *Raízes – Revista de Ciências Sociais e Econômicas*, Vol. 21, nº 01, jan-jun, 2002. Campina Grande (PB): UFCG/UFPB/PPGS; pp. 32-44.
- _____ Redes e Enredos nas Trilhas dos Migrantes: um estudo de famílias de camponeses-migrantes. Rio de Janeiro/RJ: Relume Dumará; João Pessoa/PB: EDUFPB; 2002.
- MIELE, N.; GUIMARÃES, F. M. As mulheres nos assentamentos rurais: o antes e o depois. Em: IENO NETO, G.; BAMAT, T. Qualidade de vida e reforma agrária na Paraíba. João Pessoa/Pb: INCRA-PB, UNITRABALHO-UFPB, CPT-PB, CEDOP; 1998, pp. 205-243.
- MITSUNAGA, T. A questão dos agrotóxicos e a percepção dos trabalhadores. João Pessoa: Projeto de Pesquisa do Programa de Pós-graduação em Sociologia, CCHLA, João Pessoa, 1992.
- MOREIRA, E. Atlas de Geografia Agrária da Paraíba. João Pessoa: Editora Universitária, UFPB, 1996.
- _____ Evolução do processo de produção do espaço paraibano. João Pessoa: Cadernos do NDIHR, nº 23, UFPB, 1990.
- MOREIRA, E.; TARGINO, I. Capítulos de geografia agrária da Paraíba. João Pessoa: Editora Universitária, UFPB, 1997.
- MOREIRA, I. T. (Coord.). Análise do impacto da ação das equipes locais do Projeto Lumiar na Paraíba. João Pessoa (PB): UFPB/CCSA/Curso de Mestrado em Economia, Relatórios de Pesquisa nº 6, junho de 1998.
- MOREIRA, R. J. Metodologias da reforma agrária: o Censo e o Projeto Lumiar. Estudos Sociedade e Agricultura, nº 8, abril/1997. Rio de Janeiro: Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Curso

de Pós-Graduação em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade (CPDA), pp. 163-177, 1997a

Agricultura familiar e sustentabilidade: valorização e desvalorização econômica e cultural das técnicas. Estudos Sociedade e Agricultura, n° 8, abril/1997. Rio de Janeiro: Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Curso de Pós-Graduação em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade (CPDA), pp. 51-69, 1997b.

MOURA, O. N. de S. A formação do engenheiro agrônomo em questão: a expectativa de um profissional que atenda as demandas da nova ruralidade. Projeto de Doutorado. Natal (RN) e Campinas (SP): UFRN/UNICAMP/IFCH/PROCAD, Programa de Doutorado em Ciências Sociais, 2003.

MUSUMECI, L. O mito da terra liberta. São Paulo: Editora Vértice/ANPOCS, 1988.

NAVARRO, Z. “Mobilização sem emancipação” – as lutas sociais dos sem-terra no Brasil. Em: SANTOS, B. de S. (Org.). Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002, pp. 189-232.

O MST e a canonização da ação coletiva (resposta a Horácio Martins de Carvalho). Em: SANTOS, B. de S. (Org.). Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002, pp. 261-282.

NEVES, D. P. Reforma Agrária: idealizações, irrealizações e plausibilidade. Reforma Agrária, n° 1, vol. 25. Campinas (SP): 1995, pp. 185-204.

OLIVEIRA, A. U. de. Agricultura brasileira: as transformações recentes. São Paulo: Serviço Pastoral dos Migrantes, Centro de Estudos Migratórios, 1993.

OLIVEIRA, F. G. de. Anotações sobre assentamentos de reforma agrária na Paraíba. Campina Grande (PB): Cadernos de Economia, UFCG, Centro de Humanidades, Mestrado em Economia, Série Debates, n° 179, agosto de 2003.

OLIVEIRA, F.G.de; IENO NETO, G. A nova reforma agrária e o desenvolvimento territorial na Paraíba. Seminário Internacional de Planejamento e Desenvolvimento Territorial, 28-30/set./1999. Campina Grande (PB): UFPB/CIRAD.

OLIVEIRA, M. M. Avaliação *ex ante* do Projeto Lumiar. Brasília: Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA)/Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA), 1997.

PAULILO, M. I. Terra à vista... e ao longe. Florianópolis (SC): Editora da UFSC, 1996.

PEREIRA, E. Q.; DUQUE, G. Assistência técnica em áreas de reforma agrária: experiência do Lumiar e perspectivas para uma outra assistência. Em: DUQUE, G. (Org.) Agricultura Familiar, Meio Ambiente e Desenvolvimento: ensaios e pesquisas em sociologia rural. João Pessoa: Editora da UFPB, 2002, pp. 193-208.

- PINTO, I. Datas e notas para a história da Paraíba. João Pessoa: Editora Universitária, 1977.
- POLARI, R. As transformações da agropecuária paraibana: o alto custo social do baixo progresso. Em: *Jornal O Norte*, João Pessoa, 19 de agosto de 1990.
- _____. Paraíba: o elo fraco do capitalismo brasileiro (II) - as transformações da agropecuária paraibana. Em: *Jornal O Norte*, João Pessoa, 09 de agosto de 1990.
- PONTUAL, P.; FARIA, H.; MUÑOZ, J. V.; HADDAD, S. e BARRETO, V. Educação Popular em Debate. *Cadernos de Educação Popular* nº 13. Petrópolis: Editora Vozes. Rio de Janeiro: Nova – Pesquisa e Assessoria em Educação, 1988.
- QUEIROZ, M. I. P. Relatos orais: do “indizível” ao “dizível”. Em: *SIMSON, O. DE M. V. (Org.) Experimentos com histórias de vida (Itália-Brasil)*. São Paulo: Vértice, Editora Revista dos Tribunais, 1988.
- QUIJANO, A. Sistemas alternativos de produção Em: SANTOS, B. de S. (Org.). *Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002, pp. 475-514.
- RAMOS, R. Assistência técnica e política de desenvolvimento rural: o caso do Projeto Lumiar do Rio Grande do Sul. Rio de Janeiro: CPDA/UFRRJ, 2000. Projeto de dissertação de mestrado, mimeo.
- RIBEIRO, M. M. de L de O. Tecnologia e subjetividade: a relação técnico/produtor no setor rural brasileiro. Em: BAPTISTA, D. e outros (Orgs.). *Cidadania e subjetividade: novos contornos e múltiplos sujeitos*. São Paulo: Editora Imaginário, 1997, pp. 123-134.
- RODRÍGUEZ, C. À procura de alternativas econômicas em tempos de globalização: o caso das cooperativas de recicladores de lixo na Colômbia. Em: SANTOS, B. de S. (Org.). *Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002, pp. 329-368.
- ROLNIK, S. Psicologia: subjetividade, ética e cultura. Em: SILVA, A. do E. e outros (Orgs.). *Subjetividade: questões contemporâneas*. SaúdeLoucura n. 6. São Paulo: HUCITEC, 1997, pp. 13-21.
- ROLNIK, S.; GUATTARI, F. Micropolítica. *Cartografias do desejo*. Petrópolis(RJ): Vozes, 3 edição, 1993.
- ROMANO, J. O. Poder, valores e conflito nos processos de organização no interior dos assentamentos: comentários a um debate. Em: MEDEIROS, L. S. de; e outros (Orgs.). *Assentamentos rurais: uma visão multidisciplinar*. São Paulo: Editora Unesp, 1994, pp. 249-258.
- SABOURIN, E. Meio ambiente e sustentabilidade da agricultura familiar no semi-árido nordestino. Em: *Raízes – Revista de Ciências Sociais e Econômicas*, Ano XVIII,

- nº 20, nov. 1999. Campina Grande (PB): Programa de Pós-Graduação em Sociologia, UFPB.
- SACHS, I. Caminhos para o desenvolvimento sustentável. Rio de Janeiro: Garamond, 2000.
- SADER, E. Quando novos personagens entraram em cena. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1988.
- SANTOS, B. DE S. Pela mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade. São Paulo: Cortez, 1995.
- _____ (Org.) Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002a
- _____ Os processos da globalização. Em: SANTOS, B. DE S. (Org.). *A Globalização e as Ciências Sociais*. São Paulo: Cortez, 2002b, pp. 25-102.
- SANTOS, B. de S.; RODRÍGUEZ, C. Introdução: para ampliar o cânone da produção. Em: SANTOS, B. de S. (Org.). Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002, pp. 23-78.
- SCHMIDT, B. V.; MARINHO, D. N. C.; ROSA, S.L.C. (Orgs.). Os assentamentos de reforma agrária no Brasil. Brasília: Editora da UNB, 1998.
- SCHMITZ, H. Reflexões sobre métodos participativos de inovação na agricultura. Em: SIMÕES, A. e outros (Orgs.). Agricultura Familiar: métodos e experiências de pesquisa-desenvolvimento. Belém/PA: NEAF/CAP/UFGA: GRET, 2001.
- SCOTT, J. C. Formas cotidianas da resistência camponesa. Em: *Raízes – Revista de Ciências Sociais e Econômicas*, Vol. 21, nº 01, jan-jun, 2002. Campina Grande (PB): UFCG/UFPB/PPGS; pp. 10-31.
- _____ The Moral Economy of the Peasant. Rebellion and subsistence in southeast Asia. New Haven: Yale University, 1976.
- SEN, A. Desenvolvimento como liberdade. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
- SETHI, H. *Swadeshi* em debate na Índia. Em: SANTOS, B. de S. (Org.). Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002, pp. 131-156.
- SILVA, A. do E. e outros (Orgs.). Subjetividade: questões contemporâneas. SaúdeLoucura n. 6. São Paulo: HUCITEC, 1997.
- SILVA, J. G. O desenvolvimento do capitalismo no campo brasileiro e a reforma agrária. Em: STÉDILE, J. P. (Org.). A questão agrária hoje. Porto Alegre(RS): Editora da UFRGS, 1994, pp. 137-143.
- SILVA, M. A. M. Assentamento Bela Vista, a peleja para ficar na terra. Em: MARTINS, J. de S. (Org.). Travessias: a vivência da reforma agrária nos assentamentos. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003, pp. 107-157.

- SILVA, T. C. União Geral de Cooperativas em Moçambique: um sistema alternativo de produção Em: SANTOS, B. de S. (Org.). Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002, pp. 401-434.
- SILVEIRA, R. M. G.; GURJÃO, E. de Q.; ARAÚJO, M. L. R.; CITTADINO, M. Estrutura de Poder na Paraíba. João Pessoa: Editora Universitária, 1999.
- SIMÕES, A; SILVA, L. M. S; MARTINS, P. F. da S; CASTELLANET, C. (Orgs.) Agricultura Familiar: métodos e experiências de pesquisa-desenvolvimento. Belém: NEAF/CAP/UFPA:GRET, 2001.
- SINGER, P. A recente ressurreição da economia solidária no Brasil. Em: SANTOS, B. de S. (Org.). Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002, pp. 81-130.
- SINGER, P.; SOUZA (Orgs.). Economia Solidária no Brasil. São Paulo: Editora Contexto, 2000.
- SOUZA, M. A. As formas organizacionais de produção em assentamentos rurais do MST. Tese de Doutorado. Campinas(SP): Faculdade de Educação, UNICAMP, 1999.
- SPAROVEK, G. A qualidade dos assentamentos da reforma agrária brasileira. São Paulo: Páginas & Letras Editora e Gráfica, 2003.
- STÉDILE, J. P. (Org.). A questão agrária hoje. Porto Alegre(RS): Editora da UFRGS, 1994.
- TARGINO, I. A luta pela terra e os movimentos sociais rurais no Brasil. Em: *Raízes – Revista de Ciências Sociais e Econômicas*, Ano XVIII, nº 21/22, 2001, Campina Grande (PB): Programa de Pós-Graduação em Sociologia, UFCG/UEPB, pp. 148-160.
- _____ Movimentos sociais em torno da luta pela terra: uma resenha. Texto para Discussão, nº 193. João Pessoa: Curso de Mestrado em Economia, Universidade Federal da Paraíba, out. 2000.
- TARGINO, I.; MOREIRA, E. Desempenho da agropecuária paraibana na década de noventa. João Pessoa: inédito, 2004.
- _____ Impactos do Proálcool sobre o meio ambiente e o emprego rural. Brasília: Anais do VIII Encontro Nacional de Estudos Populacionais (ABEP), out., 1992.
- THIOLLENT, M. Crítica metodológica, investigação social e enquête operária. São Paulo: Livraria e Editora Polis Ltda., 1980.
- VARELA, F. A questão agrária nacional e assentamentos rurais na Paraíba, 3ª. edição. João Pessoa: Editora Idéia, 2003.

VEIGA, J. E. da. Fundamentos do agrorreformismo. Em: STÉDILE, J. P. (Org.). A questão agrária hoje. Porto Alegre(RS): Editora da UFRGS, 1994a, pp. 68-93.

_____ Reforma Agrária hoje. Em: STÉDILE, J. P. (Org.). A questão agrária hoje. Porto Alegre(RS): Editora da UFRGS, 1994b, pp. 298-305.

WANDERLEY, M. de N. B. “Morar e trabalhar”: o ideal camponês dos assentados de Pitanga (estudo de caso no Nordeste). Em: MARTINS, J. de S. (Coord.). Travessias – A vivência da reforma agrária nos assentamentos. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003, pp. 203-246.

WANDERLEY, M. de N. B. (Org.) Globalização e desenvolvimento sustentável: dinâmicas sociais rurais no Nordeste brasileiro. São Paulo: Polis; Campinas (SP): CERES/Unicamp, 2004.

WATANABE, T. e outros. Conseqüência da modernização da agricultura e efeitos sobre a saúde da população da Paraíba: influência de agrotóxicos sobre a comunidade periférica do reservatório de Gramame. São Carlos (SP): Anais do I Simpósio Latino-Americano de Saúde de Ecossistemas Aquáticos e Significados Ecológicos de Bioensaios, out., 1994.

WHITAKER, D. C. A.; FIAMENGUE, E. C. Assentamentos de reforma agrária: novos atores e novos espaços sociais no campo. Em: WHITAKER, D. C. A.; FIAMENGUE, E. C. (Orgs.). Retratos de assentamentos. Cadernos de pesquisa, Ano II, nº 2, NUDEPOR, UNESP. Araraquara (SP): 1995.

ZIMMERMANN, N. de C. Os desafios da organização interna de um assentamento rural. Em: MEDEIROS, L. S. de; e outros (Orgs.). Assentamentos rurais: uma visão multidisciplinar. São Paulo: Editora Unesp, 1994, pp. 205-224.